O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º

1922

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

O INSTITUTO

VOLUME 69.º

3309 — 922-923

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º

1922

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

ÍNDICE

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NO VOLUME 69.º

Boletim Bibliográfico — Pág. 50, 101, 148, 338, 389.
Boletim do Instituto — 1, 153, 201.

A. A. Mendes Corrêa:

Notas antropológicas sôbre os Luangos da região dos Dembos (Angola) — 105.

Alberto Pessoa (Dr.):

A propósito da pretensa acção terapêutica do rapé — 360.

Amadeu Ferraz de Carvalho:

Os portugueses nas Memórias de Casanova — 297, 363.

António Ferreira de Serpa:

Parentes açoreanos do Condestável Dom Nuno Alvares Pereira — 41, 80, 435, 457.

Carlos de Passos:

Verney e o método de estudar — 249.

Eduardo Burnay:

O Conde de Castel-Melhor — As suas presumidas relações com os alquimistas, mágicos, filósofos, moedeiros-falsos e envenenadores do século XVII — 489, 537.

Ezequiel de Campos:

Memória acêrca de um caso de perturbação climática — 210, 266, 312.

Frazão de Vasconcelos:

Ligeiros apontamentos sôbre a familia de Manuel Severim de Faria — 155.

João Pôrto:

Importância do Estudo da patogenia da hipotensão arterial no tratamento racional dos doentes em estado de shock — 3.
Novos aspectos de azotemia — 170.

Joaquim de Carvalho (Dr.):

Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710) — 393, 441, 504, 578.

José Maciel Fortes:

A lenda do Rei Ramiro — 404.

J. Vicente Gonsalves:

Sur une proposition de M. Hadamard — 123.

Luís de Castro (D.):

A Economia Política e a Agricultura — 67.

Paulo Merêa (Dr.):

Em tôrno da palavra «Couto» — 345.

P. M. Laranjo Coelho:

Terras de Odiana — 21, 137, 193, 229, 285, 326, 384, 410, 476, 514, 555.

Santos Farinha:

Rex Pacis — 57.

Solidonio Leite:

António de Sousa de Macedo na embaixada de Londres — 202.

Sousa Viterbo:

O movimento tipográfico em Portugal no século XVI — 91, 127, 186, 239, 277, 332, 422, 465, 527, 567.

OBRAS APRECIADAS NO BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

Conde de Sabugosa:

A Rainha D. Leonor (1458–1525) — Pág. 148.

Henrique da Gama Barros:

História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV — 389.

José Manoel de Noronha (D.):

Algumas observações sôbre a naturalidade e a família de Fernão de Magalhães — 101.

J. T. Medina:

El Descubrimiento del Oceano Pacífico — Vasco Nuñez de Balboa — Fernando de Magallanes y sus compañeros — Fernando de Magallanes... — 50.

Julián Maria Rubio:

La Infanta Carlota Joaquina y la política de España em América (1808–1812) — 338.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DÊSTE VOLUME

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 1

1922
Janeiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 1
Importância do estudo da patogenia da hipotensão arterial no tratamento racional dos doentes em estado de shock, por João Pôrto 3
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 21
Parentes açoreanos do Condestável Dom Nuno Alvares Pereira, por António Ferreira de Serpa 41
Boletim bibliográfico 50

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 13 DE DEZEMBRO DE 1921

No dia 13 de Dezembro de 1921, reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO.

O Presidente deu conta dos esforços que tem empregado para melhorar as condições financeiras do Instituto, frizando ter sempre encontrado boa vontade da parte das instâncias oficiais. Salientou a dedicação do ilustre funcionário Sr. ABEL DIAS, dignissimo director da contabilidade do Ministério de Instrução Pública.

O Prof. CARNEIRO PACHECO propõe que se oficie ao Sr. ABEL DIAS, manifestando a gratidão pelos serviços prestados ao Instituto. Foi aprovado por unanimidade.

O Presidente traça o plano dos trabalhos do ano de 1922, dizendo contar, para a realização duma série de conferências, com o valioso concurso dos sócios ODON DE BUEN, FELIX DE LLANOS Y TORRIGLIA, HUBERT GILLOT, QUEIROZ VELOSO e FIDELINO DE FIGUEIREDO.

Passou-se em seguida à eleição de sócios, que deu o seguinte resultado:

HONORÁRIOS ESTRANGEIROS

D. ANTÓNIO VELA, director do Observatório de Madrid.
D. JOSÉ TORIBIO MEDINA, historiador.

HONORÁRIOS NACIONAIS

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE.
CONDE DE SABUGOSA.
JÚLIO MARQUES DE VILHENA.

EFECTIVOS NACIONAIS

Belisário Pimenta, publicista.

Dr. José Nevill de Ascenção Pinto da Cunha Saavedra, assistente da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Artur Águedo de Oliveira.

José Gualberto de Sá Carneiro.

CORRESPONDENTES NACIONAIS

Henrique Ferreira Lima, publicista.

Augusto da Silva Carvalho, médico, publicista.

Dr. D. António Pereira Forjaz, professor da Faculdade de Sciências de Lisboa.

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Hubert Gillot, professor da Faculdade de Letras de Strasburgo.

D. Samuel Lewis, publicista, antigo ministro das relações exteriores de Panamá.

D. Felix de Llanos y Torriglia, escritor.

D. José Sebastian y Bandaran, Secretário da Real Academia Sevillana de Buenas Letras.

D. José Maria Plans y Freire, professor da Faculdade de Ciencias da Universidade Central de Madrid.

D. José Maria de Acosta y Tovar, engenheiro.

D. Enrique de Leguina y Vidal, Baron de la Vega de Hoz, Secretário da Real Academia de História, de Madrid.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Carneiro Pacheco, Secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa) Costa Lobo.
Carneiro Pacheco.

IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA PATOGENIA DA HIPOTENSÃO ARTERIAL

NO TRATAMENTO RACIONAL DOS DOENTES EM ESTADO DE SHOCK

Está-se habituado a ler nos livros de patologia que é legítima e mesmo necessária a aplicação de tónicos, quer do coração, quer do sistema nervoso, aos doentes que se nos deparam em estado de shock, desde o mais ligeiro até ao mais grave.

Entrou há tempos nos Hospitais da Universidade de Coimbra, Enfermaria de P. T. C. H., Clínicas do Sr. Prof. Bissaia Barreto, um doente interessante sob alguns pontos de vista, onde os resultados daquela terapêutica parece terem dado alguma luz sôbre a oportunidade da sua aplicação.

Homem de 20 anos com uma ferida contusa do cotovêlo direito provocada por uma serra mecânica que, o ante-braço flectido em ângulo recto sôbre o braço, lhe interessou os tecidos moles e a tróclea respeitando apenas um pedículo músculo-aponevrótico que continha os grandes vasos.

A hemorragia não devia ter sido excessiva por se ter intervindo cedo com um laço de constrição com o qual se comprimiu o braço abaixo da axila e acima do foco de contusão provocando uma eficaz hemostase.

Cêrca de 4 horas após o acidente, apareceu o doente no Hospital. Pálido, anemiado, pulso = 80, respiração = 22, temperatura = 37°. Ruídos do coração bem timbrados e o pulso radial não denotava sensível hipotensão.

Não havia sequer atenuação da consciência ou perturbações das faculdades intelectuais.

O doente historiou o desastre de que foi vítima com bastante lucidês, e com bastante lucidês respondeu às perguntas que lhe foram dirigidas.

Os primeiros cuidados consistiram em lhe ser ministrados 4 cc. de óleo canforado, 0,02 gr. de sulfato de esparteína,

0,001 gr. de sulfato de estricnica e 600 cc. de sôro fisiológico por injecção intra-venosa.

Cêrca de 10 minutos após a administração dêstes medicamentos, houve uma queda brusca da tensão arterial, fàcilmente reconhecida por palpação.

O doente começou a sentir-se mal e alguns suores apareceram. P = 95; R = 26; ligeira hipoestesia. As respostas já não eram imediatas.

Assim se conservou neste estado até lhe fazermos o penso. Aproveitamos para isso a hemostase que com o laço de *cautchu* lhe haviam feito na ocasião do acidente. Lenvantamos uma toalha de mãos que envolvia e cobria o foco de contusão, toda ensopada de sangue. Fez-se a detersão da ferida, a limpeza dos coágulos, a supressão da tróclea serrada e apenas segura por uns restos de tendão. Entre os dois tôpos foram colocadas compressas esterilizadas e fez-se a extensão forçada do ante-braço; e, convenientemente almofadado o cotovêlo na região ferida, e assegurada a extensão por meio de 3 talas de madeira, fez-se, por último, envolver êste conjunto de uma atadura.

Só depois é que o laço se levantou; e, facto curioso: quási no mesmo instante a hipotensão se manifesta por forma mais evidente, o pulso sobe a 110, suores profusos, arrefecimento das extremidades, hipoestesia, atenuação das funções da vida de relação. O doente ou já não responde ou responde sem atenção e irreflectidamente.

Numa espécie de estupôr não sente a picada do bico do bisturí ou o arrancamento dos pêlos. Os suores são cada vez mais profusos. Êste estado continua a agravar-se até que a morte sobrevem cêrca de 3 horas depois.

*
* *

É um doente curioso. A tensão desde a sua entrada até o momento da sua morte, num lapso de cêrca de 4 horas, desce sempre, mas não por forma sensível. Seguindo a curva notam-se duas *debâcles:* uma correspondente à aplicação dos excitantes do coração e do sistema nervoso emquanto se procedia à injecção intra-venosa do sôro fisiológico; outra, imediatamente após a supressão do laço.

As duas quedas rápidas da pressão causaram-nos estranheza e sugeriram-nos a idea de procurar a explicação do fenómeno.

¿Será única a patogenia desta hipotensão, o mais importante sinal somático de shock, ou, antes ao contrário, teremos aqui de invocar duas causas diferentes responsáveis por tal fenómeno?

Desde tempos que aliás não veem de muito longe, teem sido propostas várias teorias patogénicas com a agravante de cada autor querer cingir ao exclusivismo da sua em detrimento de todas as outras a patogenia de toda a hipotensão.

No entretanto, até ao advento da guerra europeia pode dizer-se que é Georges Crile, Prof. de Clínica Cirúrgica da Universidade de Cleveland, quem pontifica com a sua *teoria cinética,* extensiva a toda a espécie de shock, segundo o critério do seu autor.

Cérebro, fígado, glândulas supra-renais, além de outros órgãos, possuem em cada indivíduo e em cada ocasião um determinado coeficiente de energia potencial, segundo esta teoria. O shock não é mais que o resultado da transformação da energia de reserva, ou energia potencial em energia cinética à custa de certos compostos químicos contidos nas células dêstes órgãos e como resposta a determinadas excitações.

Estas excitações podem ser expressas sob a forma de emoção ou de acção, e podem por si conduzir ao esgotamento e à morte, se o seu número ou a sua intensidade são por si suficientemente grandes.

Com a guerra aglomeraram-se os casos de observação de shock traumático; e as experiências que suscitaram foram mais ou menos concludentes no sentido de, na primeira sessão da Sociedade de Biologia, consagrada à biologia da guerra, 19 de Outubro de 1918, biologistas, fisiologistas, médicos e cirurgiões, proclamarem quási unânimemente a origem tóxica do shock.

São então de todo, ou quási de todo, esquecidas as doutrinas de Crile; dá-se como que uma obnubilação dos espíritos da época e pouco mais se procura que os autolisados musculares ou produtos tóxicos de qualquer natureza produzidos a nível do foco de contusão e entrados na corrente circulatória como sendo os responsáveis pelo shock.

Nessa sessão, como que para justificar os seus pontos de vista, Quenu, o patriarca da teoria tóxica expõe a seguinte observação que lhe é concedida pelo seu interno Rouhier, observação que reputa com o valor de uma experiência:

«Um soldado é ferido no pé por um estilhaço de obus em 10 de Julho, às 23 horas; aplica-se-lhe um laço apertado

logo abaixo do joelho. A radiografia mostra fractura do calcânio e de todo o tarso anterior. O estado geral excelente, o pulso normal; nem o menor vestígio de shock. A parte muscular dura, tensa na ocasião em que chega à ambulância, 9 horas após o ferimento. Opera-se à 10.ª hora: todo o calcânio é suprimido, assim como uma parte do cuboide e esquírulas dos outros ossos do tarso.

«Suprime-se o laço, o membro que estava um pouco violáceo, retoma ràpidamente a sua côr normal e as carnes sangram abundantemente.

«A anestesia foi curta e com éter. O operado retoma ràpidamente a consciência. Ao meio dia, ou seja 3 horas após a operação, está em pleno shock: pulso a 120, quási imperceptível, face lívida, respiração curta e superficial, astenia extrema, tendência para a sonolência.

«Não houve hemorragia nem outro acidente que explicasse esta situação quási desesperada que persistia, apesar do uso do sôro e do óleo canforado em injecções, até às 10 horas da noite. No decurso da noite, o estado melhora pregressivamente, e no dia seguinte de manhã observam-se grandes melhoras: o pulso voltou a 104, a temperatura a 36°,9, a sonolência deu lugar a um pouco de agitação; nada de urina na bexiga; no dia 12 uma *debâcle* urinária se produz e o estado geral começa a melhorar» (1).

Parece evidente que a supressão do laço de constrição permitindo a introdução na circulação geral, de sangue até então retido e carregado de produtos tóxicos, imediatamente deu lugar, devido à presença dêstes, à produção de shock, que anteriormente à operação não existia.

Delbet observa a toxidez dos autolisados musculares asépticos injectados no peritoneo de vários animais; e, os fenómenos que observa, reputando-os da ordem dos do shock, conclue pela concepção de Quenu, embora seguindo por caminhos diferentes.

Vangloria-se que Cannon, o relator principal dessa sessão, Prof. de Fisiologia da Universidade de Harvard, encarando o problema sob o ponto de vista fisiológico, tivesse chegado às mesmas conclusões, embora liberto de qualquer preconceito cirúrgico.

O entusiasmo alastra-se, e Duval e Grigaut empenham-se

---

(1) Quenu — *Soc. de Biolog.*, 19 de Outubro de 1918, pag. 858.

por descobrir no sangue dos feridos a razão da concepção de Quenu.

Fazendo dosagens no plasma de feridos shockados e não shockados, concluem que emquanto que no plasma sangüíneo de feridos não shockados é excepcional encontrar taxas de azote total não proteico e de azote residual, atingindo o dôbro do normal, no plasma sangüíneo dos shockados essas taxas são sempre, pelo menos superiores ao dôbro do seu valor normal. Reconheceram ainda uma certa relação entre essas taxas e o estado do ferido.

No estado normal o tecido retém armazenado uma notável porção de substâncias azotadas, produtos de desassimilação; e é a retensão dêstes produtos que lhe dá a sua toxidez especial.

Entendem os autores que sob a influência do traumatismo o *limiar de excreção azotada da célula* baixa, e que uma parte da reserva azotada tóxica do tecido lesado passa para a circulação (1).

Adiante veremos a ilegitimidade destas afirmações.

Estas conclusões servem à maravilha Delbet e Quenu porque elas concedem à teoria tóxica uma maior precisão e até uma consagração.

Gautrelet e Moignic dedicam-se também a estudos experimentais sôbre o shock. Ferem uma ansa de intestino delgado de um cão não anestesiado, com uma vara flexível, produzindo aí 30 traumatismos sucessivos; o animal manifesta logo torpôr mais ou menos acusado, a temperatura baixa, o manómetro de Hg em comunicação com a carótida registra uma diminuïção considerável da amplitude cardíaca.

Em menos de uma hora a pressão arterial passara de 4 para 6 cm. emquanto que o oncómetro traduzia uma vasoconstrição renal acentuada.

Chamam os autores a atenção para o facto de a sintomatologia do shock não aparecer bem caracterizada senão para o caso de *estarem bem asseguradas as relações vasculares entre o segmento intestinal traumatisado e a circulação geral;* a laqueação prévia dos vasos do mesentério retarda consideràvelmente a queda da pressão, *donde deve con-*

---

(1) Duval e Grigaut — *La desintégration azotée des tissus traumatisés.* — *Soc. de Biolog.*, 16 de Outubro de 1918, pág. 873.

cluir-se que aquela baixa não pode deixar de ser de origem tóxica (1).

*
* *

Como se nota já não há precisão de autolisados musculares para sobrevirem os fenómenos do shock, embora os experimentadores se abstráiam de pesquisar a sua origem e apenas se limitem a dizer que é tóxica a causa da hipotensão conseqüente à excitação das terminações sensitivas dos nervos centrípetos das vísceras abdominais.

Gautrelet e Moignic dão à intoxicação uma demasiada extensão como causa do shock.

Não vão tão longe Quenu e Delbet que, se admitem uma única patogenia para o shock, já assim não pensam a respeito de toda a hipotensão arterial porque não pretendem que o shock seja seu corolário obrigado.

Diz Delbet por estes termos: «Um indivíduo tem uma perna esmagada por um combóio e levantam-no imediatamente. Está inerte. Diz-se que está shockado. É evidente que não é um intoxicado. Na minha opinião é necessário incluir os casos dêste género numa categoria especial, sob o nome especial de *colapso*» (2).

São estes os casos que admite incluídos na teoria de Crile.

Os reparos que aqui há a fazer residem na arbitrariedade das palavras do autor quanto à escolha dos casos que etiqueta de shock.

Aquele ferido não é um shockado, sòmente porque não é um intoxicado, porque, de resto, admite que êle possa ter experimentado a mesma sintomatologia clínica.

É apenas uma diferença de critério: emquanto que a maioria dos autores define shock segundo um critério exclusivamente clínico (3), Delbet define-o segundo um critério patogénico.

---

(1) O *itálico* é nosso.

Gautrelet e Moignic — *Étude expérimentale du shock et de son traitement par les injections intraveineuses d'huile camphrée.* — *Loc. cit.*, pág. 868.

(2) *Loc. cit.*, pág. 859.

(3) Todos ou quási todos os autores adoptam a definição semelhante à proposta por Cannon: estado somático geral que se observa após os ferimentos e que é caracterizada por hipotensão, taquicardia, palidez, suores, emfim, uma respiração superficial, rápida.

É um critério arbitrário, porque de modo algum essa dissociação resultou de um acôrdo geral como em 1908 se fizera a propósito da definição da histeria proposta por Babinski.

Mas depois dêstes reparos conclue-se por uma opinião menos radical que a dos autores supra-citados.

*
* *

Não pode pois haver exclusivismo na patogenia da hipotensão arterial, sinal somático mais característico do shock pelo facto de todos os outros dêle resultarem como corolários obrigados.

A nossa observação creio ser elucidativa a êste respeito, porquanto nos parece serem tributários de causas diferentes as duas *debâcles* que tivemos ensejo de verificar na tensão do doente após a aplicação dos medicamentos e após a supressão do laço.

Se na segunda *debâcle* parece admitir-se as toxinas como responsáveis, já o mesmo não acontece quando a pressão baixou sob a influência das substâncias farmacológicas.

¿Mas qual a patogenia no primeiro caso?

É, antes de mais nada, licito que façamos algumas considerações sôbre as causas da hipotensão.

Pachon nas suas lições clínicas não se cança de exalçar a importância do centro vaso-constritor bolbar, como condição necessária da regulação da pressão arterial, isto é, da adaptação do sistema vascular à massa sangüínea.

O tónus vaso-constritor é a condição mecânica indispensável à circulação do sangue.

Desde que essa adaptação seja perdida, a velocidade da corrente sangüínea decresce e dá-se um *deficit* na circulação.

Experimentalmente pode isso obter-se fazendo uma secção sub-bolbar na rã; a pressão arterial baixa imediatamente, o coração contrái-se no vasio e para a necessária massa de sangue passar através dos tecidos, tenta o coração suprir a deficiência da velocidade pelo aumento do número de pulsações. A freqüência aumenta, portanto. Essa hipotensão é conseqüência de uma derivação abundante do sangue para os vasos esplâncnicos, realizando-se assim uma hemorragia passiva; e estas condições podem realizar-se em certas modalidades de shock, como aquela que sobrevem à inibição do centro vaso-constritor.

É o que naturalmente acontece no reflexo de Cyon (excita-

ção do nervo sensível cardio-aórtico) ou no reflexo de Goltz (por excitação dos nervos sensitivos das vísceras abdominais).

Koster admite que o nervo de Cyon desempenha o papel de válvula de segurança e que uma excitação mais forte provocada por uma onda sangüínea projectada pelo ventrículo esquerdo para a aorta quando a sua tensão possa oferecer graves perigos, determina uma hipotensão, mais conveniente para as energias cardíacas.

É o efeito que se obtém quando se excita a origem da aorta, ou quando se fere, ainda que por ligeiros traumatismos, uma ansa intestinal, colocada a descoberto, ou quando sôbre as ansas intestinais se apoia por algum tempo um dedo. É esta a razão que explica que sejam as intervenções sôbre o abdomen aquelas que se acompanham de mais baixa tensão arterial e mais sujeitas ao shock cirúrgico.

Em qualquer dos dois reflexos a hipotensão faz-se à custa de uma dilatação reflexa intensa dos vasos abdominais.

Vem agora a propósito fazer a apreciação da maneira porque os autores atrás referidos, Gautrelet e Moignic, interpretaram a hipotensão que ao nível da carótida do cão verificaram quando traumatisaram com a vara flexível as ansas intestinais.

A ausência ou a demora da hipotensão após a laqueação dos vasos mesentéricos não fôra uma conseqüência da impossibilidade da circulação dos produtos tóxicos, de natureza hipotensiva, desenvolvidos ao nível dos focos de traumatismo, mas sim da impossibilidade ou retardamento da replecção dos vasos esplâncnicos, devido à própria laqueação.

Como a derivação se não podia fazer, a tensão arterial não podia baixar.

*
* *

Se a supressão ou inibição do centro vaso-motor podem conduzir a fenómenos de shock por hipotensão, a intoxicação ou o seu esgotamento podem conduzir aos mesmos resultados.

E como estas diferentes causas, como vamos ver, legitimam tratamentos diversos, lícito é que procuremos estabelecer, sempre que possível seja, a patogenia das perturbações circulatórias, isto é, surpreender as relações que existem entre os factores importantes do shock dos feridos: — frio, hemorragia, dôr, toxemia, etc. — e a hipotensão.

A actividade do centro vaso-motor bolbar, por exemplo o centro vaso-constritor, é função de muitas variáveis que podem distribuir-se por dois grupos: soma das impressões dos nervos sensitivos distribuídos ao centro, portanto de origem exterior; soma das impressões colhidas dos produtos em circulação, como sejam oxigénio, gaz carbónico, secreções internas, em constante contacto com o centro.

Quando o sumatório dessas impressões, recebidas pelo centro, permanece invariável no tempo, a actividade decorre normal; se diminue, sobrevem uma vaso-dilatação; se aumenta, sobrevem uma hipotensão, conseqüência do aumento da resistência periférica.

Claro que nenhum mal sobrevém para o indivíduo se a hipertensão se mantém por poucos dias. Ultrapassando certo tempo o centro vaso-motor cáe em *surmenage,* segundo a lei que comanda todos os fenómenos nervosos, e à hipertonia segue-se a hipotonia.

É aqui um de dois casos pode acontecer: — ou as terminações sensitivas dos nervos centripetos se fatigam pela excessiva recepção de impressões, embora íntegro o centro, e então a hipotensão sobrevem por hipo-excitação; ou a condução das impressões se faz normalmente e é agora o centro vaso-motor que, esgotado, se torna incapaz de responder às impressões recebidas e então a hipotensão sobrevem por hipo-excitabilidade do centro.

É a hipótese de Delaunay (1). São dois processos de hipotensão que derivam directamente do exagêro da fisiologia normal do centro vaso-constritor.

A influência das excitações sôbre o centro vaso-motor é variável consoante o seu estado prévio. Se está hipertónico pode sofrer a inibição ou o esgotamento sob a influência de um excitante cuja intensidade ou freqüência sejam deficientes para provocar o mínimo desarranjo num centro eutónico.

É esta talvez a razão porque as fadigas, as emoções, a angústia, que por vezes precedem os ferimentos, como aconteceu tantas vezes nos campos de guerra, são outras tantas causas predisponentes do shock.

---

(1) Delaunay — *Du mécanisme des troubles circulatoires dans le choc.* — *Lyon Chirurgical,* tom. XV, n.º 2, 1918, pág. 299.

*
* *

Na enumeração de algumas causas da hipotensão não poderíamos nunca esquecer a hemorragia, tanto mais que alguns autores, e de entre estes se destaca Vincent (1), ela foi a causa exclusiva do shock nos feridos de guerra (2).

O nosso doente teve decerto hemorragia e é possível que não tivesse sido indiferente.

Sabe-se que emquanto uma hemorragia se está produzindo, não varia a tensão de uma maneira paralela. Nem os efeitos tampouco são os mesmos com a perda de igual massa de sangue. Ainda isso depende da rapidez com que essa perda se faz. É assim que um cão pode suportar a perda de 30 a 40 % da massa sangüínea total, quando essa perda se faz lentamente e já a não suporta quando feita bruscamente. Mas feita de uma ou de outra forma, há um limite além do qual, nova sangria, ainda que ligeira, conduz à hipotensão e à morte.

São múltiplos os exemplos colhidos na guerra de indivíduos que ofereceram o seu sangue por transfusão a feridos que dêle precisaram. Determinada a pressão com o oscilómetro de Pachon de modo a reconhecer as suas variações durante esta pequena operação, casos houve em que a supressão feita ao doador fôra de 750 gr. sem acentuada hipotensão, *tendo até lá muitas vezes encontrado hiper em vez de hipotensão.*

Mas àparte estes frisantes exemplos que só aquela excepcional ocasião pôde oferecer, outros há, obtidos pela experimentação. São dignos de registo os apontados por Delaunay (3):

I. — Coelho de 3,550 kg. Carótida a descoberto. Pressão

---

(1) Vincent — *Contribution à l'étude de l'état de shock primitif chez les blessés de guerre. — Soc. de Biolog.*, 1918, pag. 887.

(2) Vincent distingue o shock devido a hemorragia e a que chama *primitivo,* do shock secundário. É primitivo, porque se desenvolve imediatamente após os ferimentos e está em relação, quer sòmente com os ferimentos, quer com os ferimentos e com acções, que sem serem traumáticas, são mais ou menos especiais ao homem que se bate.

Ora, no que vai seguir-se, pode ver-se a ilegitimidade desta distinção, porquanto o shock por hemorragia pode aparecer muito tempo depois do ferimento ter sido produzido.

(3) *Loc. cit.,* pág. 315.

arterial 11,5 cm., 12 cm. Hg; colhem-se 20 cc. de sangue na seringa de Luer; repete-se a operação 4 vezes. Depois desta sangria importante (80 cc.) a pressão fica ainda a 9 cm. Hg. Neste momento retiram-se ainda 20 cc. de sangue. Há convulsões, a pressão sobe bruscamente até 13 e depois baixa a 4. Morte rápida.

II. — Cão de 20 kg. Femural a descoberto para a sangria, carótida também para a determinação da pressão. Pressão arterial anterior: 14,5 a 15 cm. Hg.

Deixou escoar o sangue num recipiente de 1000 cc. aprò-ximadamente, hermèticamente fechado. No início o sangue escuou-se ràpidamente, a pressão baixou um pouco (de 15 para 13 cm. Hg), mas a velocidade de escoamento do sangue diminuindo progressivamente pelo facto do aumento da pressão no recipiente, manteve-se num valor vizinho do normal (13 cm.), ainda antes que o equilíbrio de pressão fôsse atingido dos dois lados, quási desde o início.

Em seguida, bastou restabelecer a pressão atmosférica no recipiente para provocar bruscamente, desde o início da nova hemorragia, uma hipotensão grave (3 a 4 cm. Hg), como se o centro vaso-constritor, colocado em estado de hiper-funcionamento pela primeira hemorragia, acabasse de ser bruscamente inibido.

Há, pois, dois períodos emquanto o animal se esgota: o primeiro, o período de algidez de Marey, o da hemorragia compensada e que é aquele em que a tensão permanece ou baixa ligeiramente, mas com a vantagem de pouco depois voltar ao seu valor primitivo; o segundo, o período da hemorragia não compensada, aquele em que a curva da tensão baixou progressivamente sem tendência alguma em retomar a altura primitiva.

Quando por algum tempo persiste a hipotensão, o centro vaso-constritor sofre a nefasta influência de duas causas: a deficiência de produtos da excitação pela diminuïção da massa sangüínea que aí chega num dado tempo, por um lado; por outro lado, a intoxicação a que alguns autores chamam intoxicação anémica e que é devido aos produtos tóxicos lançados no plasma sob influência da hipotensão.

Cannon e outros autores demonstraram que a hipotensão arrasta consigo a diminuïção da riqueza alcalina do sangue e numa relação mais ou menos directa.

Vem agora a propósito perguntar se essa diminuïção do

valor alcalino correspondente à intoxicação de produtos ácidos, na corrente circulatória não significa o mesmo que o azote residual encontrado em excesso no plasma dos feridos shockados e doseado por Duval e Grigaut.

Sem invocar razões, dizem estes autores que *sob a influência do traumatismo o limiar de excreção azotada da célula baixou e uma parte da reserva azotada tóxica do tecido passou para a circulação* (1).

Os autores veem a hipotensão como conseqüência de um excesso de azote residual e êste motivado pelo traumatismo.

Não vemos razão para que o traumatismo exerça alguma influência sôbre a directa produção de toxinas e cremos que o azote residual seja uma conseqüência directa da hipotensão.

O facto desta variar por forma mais ou menos paralela com a diminuïção da riqueza alcalina por um lado; por outro lado com o azote residual e não proteico, obriga-nos a pensar na identidade da significação das duas expressões.

Delaunay referindo-se às causas capazes de paralizar a actividade normal do centro vaso-constritor, diz que «*é preciso citar os produtos de troca provenientes do funcionamento do próprio centro, os quais, continuando a formar-se, ficam* sur place *em parte, quando a irrigação dos tecidos nos shockados, é mal assegurada, a circulação reduzida. Por este processo de auto-intoxicação anémica — continua o autor — o shock traumatico a principio nervoso, depois vascular, torna-se tóxico por último*» (2).

Como se vê, êste autor considera também os produtos tóxicos capazes, por sua vez, de intoxicar o centro vasomotor, formados à custa da hipotensão, mas de modo algum os considera primitivos.

*
* *

¿Tendo feito o doente, em tôrno do qual temos vindo urdindo esta série de considerações, uma hemorragia compensada, com reduzida ou nula hipotensão, não poderia essa hemorragia ter criado uma predisposição para o shock sob

---

(1) *Loc. cit.*
(2) O *itálico* é nosso.

estímulos que teriam sido de acção reduzida em outras condições?

¿Mas antes cumpre perguntar onde reside a causa da compensação após uma pequena hemorragia?

Não parece razoável admitir a excitação anémica do centro, conseqüência da deficiência de produtos contidos no plasma, como o pretende Delaunay, porquanto vimos há pouco que quando os produtos excitantes contidos no plasma eram levados até ao centro vaso-motor em grande quantidade, sobrevinha a hipertonia.

Ora, não pode admitir-se o mesmo fenómeno como produto de causas inteiramente opostas. É um absurdo.

Essa compensação deve fazer-se por via vaso-motriz, é verdade, mas a hipertonia do centro deve antes ser imposta pelas necessidades gerais do organismo, que sofre com a variação da massa sangüínea em cada um dos seus órgãos.

Mantida a diferencial de tensão e portanto a velocidade, nem assim aos diferentes departamentos chega a mesma massa de sangue. Daí as exigências de todo o organismo, impondo a hipertonia ao centro bolbar para suprir essa diminuïção de volume, quando necessário seja. Dai o aumento do Mn e sobretudo da Mx por uma espécie de hiper-reacção compensadora que Delaunay diz ter encontrado nos indivíduos que por transfusão ofereciam o seu sangue a dentro de uma determinada massa.

Quando o doente chegou ao Hospital, cêrca de 4 horas depois do acidente, não se encontrava em sensível hipotensão. É, no entretanto, possível que já o tivesse estado.

¿Não tendo durante êsse lapso de tempo, recebido nas suas veias qualquer líquido que fôsse substituir o sangue perdido, não será justo pensar que o centro estivesse então quási exaustinado?

A energia de reserva que Crile admite existir nos centros nervosos estaria ao tempo quási totalmente transformada em energia cinética ou fôrça motriz.

A baixa da tensão, conseqüência da aplicação de um estímulo sôbre o centro, após algum tempo de hipertonia por hemorragia, chama Delaunay hipotensão por inibição (1).

Portanto no nosso caso seria pelo mecanismo da inibição que, segundo êste autor, se teria dado a hipotensão logo

---

(1) *Loc. cit.*, pág. 318.

após a injecção dos tónicos: óleo canforado, esparteína, sulfato de estricnina.

Não nos parece bem isso, porque a inibição supõe a supressão da actividade do centro, *mas sem esgotamento da sua energia de reserva.*

Para causa da primeira *debâcle* arterial, aquela que sobreveiu às injecções, inclinamo-nos a aceitar a teoria cinética de Crile.

Introduzidos na corrente circulatória aqueles líquidos, que não desempenharam a função toni-cardíaca por se ter ultrapassado neste caso especial a dose terapêutica, tendo sido essas injecções seguidas de uma queda da tensão por forma tão notável que despertaria a atenção do espírito menos observador, não o fizeram elas por uma acção inibitória, cremos nós.

A êsse tempo estaria quási completamente esgotada a energia nervosa e o esgotamento completou se com os excitantes.

A excitação é semelhante a uma intimação feita a alguém para que êsse alguém ceda alguma coisa que se deseja. Esse alguém seria o centro vaso-motor; essa alguma coisa, a energia nervosa. Ora, ninguém pode ceder o que não tem.

O centro em vez de ceder o resto da energia qne ainda possuía por doses fraccionadas, levando a tensão a descer lenta e gradualmente, conforme o organismo reconhecesse mais conveniente, os excitantes tê-lo iam obrigado a cedê-la em dose maior do que seria útil. Daí a baixa brusca da tensão arterial que tivemos ensejo de observar.

*
* *

Que a causa da segunda queda brusca da tensão seja a intoxicação, como pretende a teoria de Quenu, também o não afirmamos sem reservas.

Até, não há ainda muito tempo, todas as perturbações causadas pela penetração de substâncias nocivas, no organismo, andavam ligadas à expressão de intoxicação.

Últimamente uma observação mais cuidadosa exigiu uma dissociação, e assim ficaram com êsse rótulo as alterações conseqüência da combinação das substâncias nocivas com o protoplasma celular, em relação ao qual essas substâncias teem sempre um carácter de especificidade.

Quando pelo contrário as substâncias aí introduzidas são

albuminas heterogénias, isto é, de composição ou natureza diferente das que figuram na constituïção do ser vivo, no plasma sanguíneo ou nos edifícios protoplásmicos, — e essas albuminas podem ser: peptona, caseína, clara de ôvo, etc. — substâncias sem carácter electivo para esta ou para aquela célula, então essas perturbações teem um efeito muito mais transitório e traduzem-se sobretudo por alterações vásculo-sangüíneas: hipotensão, leucopenia com inversão da fórmula leucocitária, rarefacção das hematias, perturbações da coagulabilidade.

Estas perturbações iniciam-se bruscamente e depressa se dissipam sem vestígios na sua passagem. Esta circunstância, talvez mais que qualquer outra, fez com que lhe fôsse atribuído o nome de *shock proteico,* de que o *shock anafilático* não é senão uma modalidade; e às alterações vásculo-sangüíneas o nome de *crise hemoclásica,* expressão consagrada pelos trabalhos de Widal, Abrami, Brissaud e Iancovesco (1), que foram talvez os primeiros a apresentar as linhas sintéticas da significação clínica do shock proteico e os primeiros também a mostrar a significação diagnóstica da hemoclasia quando a aplicam ao estudo da exploração da função proteopéxica do fígado.

A dispneia, a hipotensão arterial, o colapso, as perturbações gastro-intestinais, etc., constituem uma sintomatologia das mais típicas do shock anafilático, shock que admite uma sensibilidade prévia do animal que vai ser teatro de tais perturbações.

Estas e ainda as alterações sangüíneas atrás mencionadas, se já eram conhecidas dos trabalhos de Richet, Arthur, Biedl e Kraus, só depois, pelos trabalhos dos mesmos e de outros autores, se soube não serem elas especiais aos organismos sensibilisados.

Independentemente de uma sensibilidade prévia do organismo, fenómenos análogos podem surgir todas as vezes que uma albumina heterogénia seja bruscamente introduzida na circulação geral pela primeira vez.

---

(1) Widal, Abrami e Brissaud — *L'étude sur certains phénomènes de choc. Signification de l'hemoclasie.* — *Presse Med.,* 3 de Abril de 1920, pág. 181.

Widal, Abrami e Iancovesco — *L'épreuve de l'hemoclasie digestive dans l'etude de l'insuficience hepatique.* — *Presse Med.,* 11 de Dezembro de 1920, pág. 893.

Por isso o shock anafilático se considera um caso particular daquilo a que Widal e seus colaboradores chamam *shock peptónico, proteico* ou *antigénico*.

A intoxicação difere, pois, do shock proteico:

1.º — Pela etiologia.

2.º — Pela patogenia. Se na intoxicação a substância tem carácter específico e se combina com o protoplasma celular, no shock o desencadeamento brusco dos fenómenos parece resultar da agregação e desagregação dos complexos coloidais. Aqui parece não existir senão uma questão de equilíbrio que pode ser alterado com a facilidade com que se restaura.

3.º — Pela sintomatologia, porque no shock as perturbações teem sede especial no sistema vásculo-sangüíneo.

4.º — Pela evolução. No shock as perturbações são fugazes; na intoxicação são duradoiras e teem a agravante de deixar, muitas vezes, vestígios da sua passagem.

5.º — Pelo tratamento. Os trabalhos de muitos autores demonstram que para preservar o organismo contra o shock, basta injectar pouco tempo antes uma mínima quantidade de substância nociva.

*
* *

Sem estas palavras não poderíamos formular a seguinte pergunta: ¿A queda brusca da tensão após a pressão do laço, no nosso doente, não teria sido uma das manifestações do shock proteico? Teria sido interessante a verificação da crise hemoclásica antes e depois da descompressão do braço.

Widal, Abrami e Brissaud (1), referem-se à observação de Rouhier citada por Quenu, a que atrás aludimos, e consideram-na como tipo completo do shock proteico.

Delbet que, como atrás dissemos, procedeu em diferentes animais às injecções de autolisados musculares assépticamente preparados, para estudo do shock, surpreendido pelo facto de nos carnívoros ser maior a sensibilidade à polpa dos músculos do que para os herbívoros, perguntou se não haveria lugar de invocar um fenómeno de ordem anafilático para patogenia do shock (2).

---

(1) *Loc. cit.*
(2) Delbet — *C. R. de l'Academ. des Sciences,* Julho de 1919.

Na observação de Rouhier, como na nossa, as albuminas dos músculos mortificados pela atrição ter-se iam heterogeinizado. É uma suposição que tem o valor de um facto porque aqueles autores verificaram o mesmo para as albuminas do sôro de um sangue colhido na veia, em relação às do plasma circulante no mesmo indivíduo.

Estas concepções não teem apenas mérito especulativo. São grandes as conseqüências práticas: se a causa do shock é a intoxicacão deve-se suprimir o foco de contusão, mesmo à custa de uma amputação, logo que o estado geral do doente o permita. Se se trata de shock proteico, já a terapêutica é conservadora e realiza-se praticando a skeptofilaxia, expressão de Lambert, Ancel e Bouin, e que significa a injecção de pequeninas doses de substâncias albuminoides para preservar o organismo. Estas injecções far-se iam antes de desapertar o laço, operação que depois só lentamente seria feita para lentamente descomprimir o membro.

*
* *

Tudo que fica exposto não passa de resumidas considerações sôbre um dos problemas mais delicados da Biologia e para cuja solução formal ainda hoje, e talvez por muito tempo, se conserve aberto.

Se destas considerações não podemos concluir, podemos no entretanto presumir que:

1.º — São diferentes as causas da hipotensão arterial permanente.

2.º — No mesmo doente podem coexistir duas patogenias da hipotensão.

3.º — O conhecimento da patogenia da hipotensão tem uma importância capital, porque só por ela poderemos pautar uma terapêutica racional e feliz.

¿É o esgotamento da energia de reserva do centro vaso-motor a causa da hipotensão?

Não deverá ser de boa prática a aplicação de tonicardíacos ou pelo menos nas suas doses normais.

Tendo o centro precisão de nutrição mais conveniente será a introdução, na corrente sangüínea, de um líquido nutritivo, como o líquido de Locke gomado proposto por Delaunay.

*

¿É o shock proteico?

Proceda-se como acaba de ser dito.

¿É a intoxicação?

Suprima-se tão ràpidamente quanto possível o foco de contusão.

¿É a inibição?

Procure-se exactamente o ponto de partida do reflexo inibitório, e procurem-se medicamentos que pela sua acção farmacodinâmica mude o sentido da reacção.

Experimentalmente Bayliss pôde, por injecção prévia de estricnina, transformar a acção hipotensiva da excitação do nervo de Cyon em acção hipertensiva.

¿É a hipoexcitação do centro?

Será então a vez dos excitantes.

¿E é sempre possível surpreender a causa da hipotensão?

É na maior parte das vezes; em alguns casos, não. E, porque nem sempre o é, nem sempre é possível fazer o tratamento racional dos doentes em estado de shock.

O princípio de Celso: «a natureza da moléstia comanda o seu tratamento» — constitue uma das verdades perenes em medicina e domina toda a terapêutica.

É à farmacodinâmia e sobretudo à fisiopatologia que durante a guerra se pediu recurso para a obtensão do muito que já se obteve quanto à terapêutica scientífica da hipotensão; e é segundo esta moderna orientação que devem ser feitos os estudos sôbre um problema que pela sua extrema delicadeza é, ainda na época actual, muito difícil de colocar-se, quanto mais de revolver-se.

João Pôrto.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do vol. 68.º, pag. 637)

Descrevendo o estado de espírito das vilas do Alentejo fazia o governador de Elvas, Inácio António de Paiva Raposo, em ofício dirigido ao Conde de Bastos, em 1 de Setembro de 1830, esta desanimadora apreciação: «Se o governador de Marvão aponta na sua carta Castello de Vide e Portalegre, eu avanço augmentando-lhe Beja, Montemór-Novo, Arronches e Redondo, de que em todas estas terras é pessimo o estado de espirito» (1).

O juramento da Carta Constitucional feito por D. Miguel em Viena de Áustria e os esponsais que contraíra com a raínha, sua sobrinha, trouxeram ao país, e portanto a Marvão, um período de relativa pacificação e sossêgo.

Em Fevereiro, porém, desembarcava em Lisboa D. Miguel para vir tomar conta da regência do reino em substituïção da infanta D. Isabel Maria. Um dos seus primeiros actos foi dissolver as côrtes que tinham sido convocadas segundo o regime da Carta, fazendo-se proclamar rei absoluto. Esta proclamação é depois confirmada pelos três estados reünidos em côrtes gerais convocadas conforme o antigo costume do reino. O procedimento do infante acendeu, de novo, a luta entre os partidários da raínha e os partidários de D. Miguel, ainda mais odienta do que as anteriores.

A guerra civil prolongou-se, como se sabe, até 1834, ano em que veiu a ter o seu epílogo pela convenção de Évora-Monte.

Vamos, pois, ver o que em Marvão se passou em toda

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Ministerio do Reino — *Correspondencia das autoridades no tempo do governo usurpador* — Maço 442, Doc. n.º 25.

esta época e o papel que desempenhou o seu velho castelo em todo o período da guerra civil.

A notícia da chegada do infante D. Miguel ao reino foi acolhida em Marvão com sinais de grande regosijo. Celebrou-se um *Te-Deum,* realizaram-se vários festejos durante três dias, os quais decorreram no meio da maior harmonia e sossêgo. A casa da Câmara, durante as noites da festa, foi iluminada com todo o esplendor, e no largo que lhe fica em frente, o povo soltava vivas a D. Miguel, confraternizando todas as classes. Assim o participava o juiz de fora Luis Augusto du Perier Mendonça, em ofício de 3 de Março dêsse ano, acrescentando que a população da vila se tornara digna de muitíssimo louvor. Não foi, porém, muito duradoura a boa harmonia apregoada pelo juiz, pois que na noite do 1.º de Maio seguinte era a vila ruïdosamente perturbada por uma grande assuada e um ataque à casa do governador da praça, cujas sentinelas foram impotentes para conter o numeroso grupo de populares que pretendia matar esta autoridade, que só a muito custo conseguiu salvar-se. Da concisa participação do juiz de fora não se pode averiguar, com inteira segurança e clareza, a origem dêste tumulto que tão graves proporções ia assumindo; não deveria, porém, ser alheio a êsse conflito a política da terra que trazia dividida a sua população e se manifestava em odientas e acirradas perseguições. Passava-se em Marvão o mesmo que nas demais terras do país. As proclamações e os pasquins contra os liberais, *pedreiros-livres,* eram freqüentes, tornando-se quási geral a conflagração. Era o grito de alarme em favor da usurpação, no dizer de Luz Soriano, julgando-se o povo autorizado a praticar todos os excessos (1).

Em 30 de Maio o juiz vereador, José Fernandes Botelheiro, participava ao Intendente que o governador adido da praça, José de Andrade, que dela se ausentara desde meiados dêsse mês, havia regressado a Marvão no dia 28 seguinte. O povo, desconfiado da atitude dêste governador, recebeu mal a sua chegada, julgando que êle vinha fazer em Marvão a mesma conspirata que intentara fazer na vila próxima de Castelo de Vide. Como o rumor e a exaltação da população da vila fôssem aumentando, viu-se o governador obrigado a retirar para Portalegre no dia 29. A sua saída apasiguou os ânimos resta-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia* — Maço 154, Doc n.ºs 21 e 94.

belecendo-se logo a tranqüilidade. Informava, porém, o aludido vereador que na vila começava a manifestar-se uma certa excitação e que o povo pretendia repetir em Marvão o que se fizera em Castelo de Vide. Nesta vila os miguelistas tinham metido na prisão vários indivíduos liberais, no número dos quais entravam alguns oficiais da guarnição e o juiz de fora. No mesmo ofício dá-se a notícia de terem partido da vila os procuradores às côrtes, em direcção a Abrantes, onde tencionavam embarcar para Lisboa (1).

No dia 5 de Junho realizara-se em Marvão, segundo um velho costume, a festa e procissão do Corpo do Deus. Depois da procissão ter recolhido à igreja a Câmara com o povo e a tropa aclamaram festivamente D. Miguel, cujo retrato foi beijado pelos presentes no meio de ruïdosos e entusiásticos vivas, fazendo-se na mesma ocasião auto de fé da Carta Constitucional.

Por ser curioso e interessante para a história da vila transcrevemos o ofício em que se descreve esta festa:

> «Ill.mo e Ex.mo Sr. — No meu officio de 2 do corrente participei a V. Ex.a os motins que tiverão lugar no dia primeiro, a respeito da prizão do Escrivão da Almotaçaria Pedro Antonio Garção de Mattos, e as culpas que lhe forão acomuladas pela tropa, e Povo naquele dia, as mandarão escrever no acto do adjunto, que se acha no Livro da Camara, mas como não foi assignado porisso não dei parte, mas no dia de hontem a tropa, e Povo, que asistio a Procisão de Corpo de Deus, logo que sairão da mesma se encaminharão a Praça publica, e ali novamente demos Vivas a El-Rey o Senhor Dom Miguel Primeiro, dando-se depois a beijar a Efigie do mesmo Augusto Senhor a todos os que estavão prezentes, e neste acto foi queimada a carta constitucional, asistindo a Camara a todas aquellas acções, com grande enthusiasmo de todos, e depois requererão novo acto de adjunto no qual acumularão mais culpas ao referido Escrivão por não ser afecto a Realeza, e emtão rateficarão tudo quanto havião requerido no dia primeiro, tanto a respeito da prizão, como do que fica expreçado, que confirmarão

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia* — Maço 154, Doc. n.os 129 e 135.

e assignarão, o que levo ao conhecimento de V. Ex.ª para que me determine o que devo obrar a semelhante respeito.

«Ds G.ᵉ a V. Ex.ª m. a. — Marvão 6 de Junho de 1828. — Ill.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ S.ʳ Intendente geral da Policia da Corte e Reino. — O juiz vereador (a) *José Fernandes Botelheiro*» (1).

Em 14 de Agôsto do ano seguinte, 1826, chegavam a Marvão as notícias de várias revoltas liberais, o que causou na vila grande alarme. Nessa mesma data participava o vereador Joaquim José de Matos Magalhães, que na noite do dia 12 dêsse mês o governador da praça mandara carregar a artilharia dos flancos, reforçar as guardas das portas com uma patrulha de 3 homens e a porta do Castelo com outra de 4 voluntários realistas, o que tudo se fizera sem alarmar a povoação e perturbar o sossêgo. O motivo de tais precauções fôra devido à notícia que tinham trazido de Elvas dois indivíduos sôbre a saída daquela cidade do regimento de infantaria n.º 17, e de se terem revoltado em Estremoz os presos políticos que, entre outros distúrbios, haviam lançado fogo às medas de pão. Um dêstes indivíduos chamava-se José Garcia, filho de Simão Garcia, natural de Marvão, soldado do regimento de infantaria n.º 17 (2).

Em 1831 a vila de Marvão renovava os protestos de fidelidade à causa de D. Miguel, como prova o seguinte ofício do seu juiz de fora:

«Ex.ᵐᵒ Snr. — Tenho a honra de participar a V. Ex.ª que no dia 9 do corrente se fes nesta Villa Auto da Camara e adjunto do Clero, Nobreza e Povo em que todos renovarão os protestos de fidelidade a El-rei Nosso Senhor, e de defenderem a Sagrada Pessoa do Mesmo Senhor a Religião e a Patria a custa de seus bens, suas pessoas, e a propria vida; no fim levantei os vivas A El-rei Nosso Senhor o Senhor D. Miguel 1.º, a nossa Sancta Religião, e a fiel e heroica Nação Portugueza, que forão repetidos com o maior enthusiasmo; seguiose huma Salva Real que mandou dar o

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia* — Maço 154, Doc. n.º 152.

(2) Idem, *ibidem* — Maço 155, Doc. n.º 277.

governador d'esta Praça, e no fim o mesmo governador deo vivas que forão respondidos com o mesmo enthusiasmo; continua o socego publico n'este termo e confio em Deos que não hade ser alterado.

«D.ˢ G.ᵉ a V. Ex.ª m. an.ˢ Marvão 12 de Outubro de 1831. — Ill.mo e Ex.mo Sn.r Intendente geral da Policia da corte e Reino. — O Juiz de Fora (a) *Francisco Alves Pereira Cosseiro Leal*» (1).

No ano seguinte, 1832, começam os liberais de Marvão a dar sinal de si, seguindo o movimento de conspiração e de revolta, que ia alastrando por outras terras. O governador da praça, D. Francisco Xavier da Silva Lobo, apontava, em 16 de Junho, Ludovino Maria Codego, encarregado da pagadoria das obras militares da praça, e Martinho José, apontador das mesmas obras, como pessoas perigosas na vila, acusando os de receberem em suas casas pessoas suspeitas e desafectas a D. Miguel e de conversarem amiüdadas vezes com os degredados políticos internados na praça. Acusa-os também de terem sido as primeiras pessoas que na vila haviam espalhado a notícia da entrada dos franceses em Lisboa e da tomada do seu pôrto, além de terem pôsto só uma ou duas luminárias no frontispício das suas casas por ocasião da festividade que os habitantes da vila tinham celebrado em honra de D. Miguel. Queixa-se o governador de que a guarnição da praça é diminuta, apenas de 39 praças, estando, no entanto, bem provido de munições de guerra e de boa artilharia. Entendia, por isso, o governador ser absolutamente necessária a saída da praça dos dois indivíduos acusados, pois receava que êles preparassem uma conspiração e favorecessem qualquer assalto ao armazém de munições (2).

Êste e outros rebates que começavam a correr levaram as autoridades a pensar na repressão, e com êste fim perguntava o Intendente, em Junho dêsse ano, se a cadeia da vila oferecia a devida segurança para dois presos de importância política, recomendando que se procedesse com urgência a uma vistoria e se fizesse a avaliação das obras de que ela porventura carecesse.

Em 25 de Junho respondia o juiz de fora ao Intendente

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia* — Maço 157, Doc. n.º 133.

(2) Idem, *ibidem* — Maço 157, Doc. n.º 317.

dizendo que a cadeia não oferecia segurança alguma, pelo que em 3 de Julho seguinte o Intendente ordenava que se concertasse sem demora a prisão militar. Da correspondência trocada entre os dois funcionários vê-se que esta prisão estava situada em uma dependência do Castelo e que as obras feitas em virtude destas ordens consistiram em mandar chumbar as grades, colocar uma porta nova e rebocar as paredes, o que, com efeito, se fez com toda a brevidade.

De outro ofício de 18 dêsse mês, enviado pelo juiz de fora ao Intendente, consta que as obras tinham custado 9$100 réis, despesa que foi mandada obonar ao governador da praça (1).

Um dos presos de importância política a que se referia o ofício do Intendente da Polícia, era o brigadeiro reformado António Álvares Pereira, internado nas cadeias do forte de S. Julião da Barra e transferido dali para Marvão. Acompanhou êste prisioneiro até esta praça o tenente de infantaria da 7.ª companhia da guarda Real da Polícia António Tomás de Sousa e Menezes, com uma escolta de 8 soldados do mesmo corpo. A respeito dêste preso recomendava o Intendente que sôbre êle se deveria exercer a maior vigilância examinando-se-lhe a correspondência e ordenando que se internasse, para maior segurança, na prisão do castelo que, como dissemos, havia sido especialmente preparada para êste fim (2).

O ano seguinte, 1833, começou a ser funesto para o partido miguelista e de favoráveis auspícios para a causa liberal. O exército de D. Miguel sofria grandes privações pelo atrazo dos pagamentos dos respectivos *prets,* pelo estado de pobreza dos cofres públicos que não podiam custear tão largas e avultadas despesas. Apelou-se, pois, para a generosidade dos particulares, que acudiram com donativos em géneros, dinheiro, roupa e muares. Pelo que respeita à vila de Marvão enviava o corregedor de Portalegre, Luís António de Araújo, ao Intendente Geral da Polícia, em 13 de Março do referido ano, as relações das pessoas que na comarca tinham oferecido roupas para o exército em virtude do aviso que a esta autoridade fôra feito em 2 do mesmo

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia,* liv. 184, 1832.

(2) Idem, *ibidem,* liv. 187, Novembro de 1832.

mês. Entre essas relações está a que respeita a Marvão, da qual consta o seguinte:

«Relação dos donativos de roupas offerecidas voluntariamente ao exercito pelos habitantes de Marvão de que he Depositario Joaquim Antonio Rollo

O Dr. Joaquim José de Mattos Magalhães hum lençol de linho novo.

O Padre Francisco de Salles hum lençol de linho novo.

Joaquim Antonio Rollo hum lençol de pano inglez novo.

O Padre Joaquim Ignacio hum lençol de linho novo.

Manuel Lourenço hum lençol de linho em bom uso.

O Padre José Rodrigues Leitão hum lençol de pano inglez novo.

Victorino José Garção hum dito novo.

D. Marianna de Magalhães a velha hum lençol de estopa em bom uso.

D. Marianna de Magalhães a nova hum lençol de pano de linho usado.

Gertrudes Barradas, viuva, hum lençol de linho em bom uso.

David Madeira hum lençol de estopa usado.

Joaquina de Torres hum lençol de linho novo.

Marvão 18 de Janeiro de 1833 eu Joaquim Antonio da Cruz, escrivão da Camara o escrevi com o dito ministro e recebedor. — (a) *Joaquim Antonio da Cruz* o Juiz de Fóra. — (a) *Francisco Alves P.ª C. Leal* como depositario. — (a) *Joaquim Antonio Rollo*» (1).

Depois da derrota da divisão miguelista sob o comando de Teles Jordão, em 23 de Julho, o Duque da Terceira atravessava o Tejo entrando triunfantemente em Lisboa. Esta vitória do exército de D. Pedro veiu dar novo alento e entusiasmo ao partido constitucional nas diversas terras do país. Assim sucedia também em Marvão. No dia 12 de Dezembro era atacada por surpreza e tomada a praça por uma aguerrida fôrça de constitucionais. Esta fôrça havia sido organizada em meiados de Novembro na vila espanhola de S. Vicente, próximo de Valência de Alcântara, com elementos de

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia Geral da Policia — Correspondencia das diversas autoridades civis, eclesiasticas e militares* — Maço 26, Doc. 337 e 346.

todas as classes, militares e paisanos, emigrados pela causa constitucional e desertores do exército de D. Miguel. A pequena povoação de S. Vicente tinha sido, pois, o asilo escolhido como quartel general e ponto de reünião dos liberais portugueses.

No assalto à fortaleza distinguiu-se especialmente um destemido núcleo de liberais da próxima vila de Castelo de Vide, cujos nomes constam da curiosa lista que a seguir publicamos:

Relação dos indivíduos naturais e residentes em Castelo de Vide, que tomaram a Praça de Marvão na madrugada do dia 12 de Dezembro de 1833

António de Almeida, oficial de diligências da Câmara. Cabo de infantaria n.º 8, estava destacado em Marvão; protegeu a escalada da Praça; alistou-se no Batalhão de Voluntários da Rainha (1). Foi neste corpo 2.º sargento.

António Marcelino Carrilho Belo (2), proprietário. Emigrado na Espanha; foi o terceiro que escalou a Praça, condecorado com a Muito Nobre e Antiga Ordem da Tôrre Espada, por Decreto de 10 de Janeiro de 1834.

António Rodrigues Borba, jornaleiro. Satisfazia os serviços que lhe eram ordenados.

Bernardo José Caio, jornaleiro. Idem, e foi ferido.

---

(1) Corpo organizado na praça de Marvão, logo que foi reduzida à obediência do legítimo govêrno.

(2) E seus companheiros de emigração, Mateus José Rôxo, capitão de infantaria n.º 8, depois governador da praça, José Maria Grande, José Luís de Carvalho e João Rebelo da Costa Cabral, conceberam o projecto de surpreender a praça. Foi Carrilho Belo a Cáceres, aonde estava o segundo governador da Província da Extremadura espanhola pedir-lhe 100 armamentos para realizarem o intento, o que realizado, foi nomeado tenente do 3.º Terço da Centúria, membro das comissões do fardamento e subsistências; poucos dias depois mandado para Valença (Espanha), para arranjar armas, o que não podendo conseguir, e para dar satisfação a seus companheiros de armas, foi em Janeiro, de *proprio motu*, pela posta a Madrid, aonde conferenciou com o govêrno de Sua Magestade Católica, do qual recebeu instruções para os generais Rodil e Auleo. De volta de Madrid e chegado a Valença, aonde estava Auleo, a quem instruíu do que passára com o govêrno, marchou imediatamente para Cidade Rodrigo a encontrar-se com o general em chefe, Rodil, com o qual contratou os armamentos e outros objectos de guerra, e combinou a remessa de tudo para Marvão aonde deram entrada as armas em Fevereiro, e em Março o último e maior comboio de trigo, sapatos, pederneiras e balas, que comandou. Serviu gratuitamente.

Francisco de Azevedo, artista. Cabo de infantaria n.º 8, estava destacado em Marvão.

Francisco Pires, canteiro. Miliciano, estava destacado em Marvão; foi empregado nas atafonas da Praça.

Francisco Severiano Carrilho Belo, proprietário. Emigrado na Espanha; foi o quarto que escalou a Praça, alistou-se na Centúria da Liberdade Transtagana (1); serviu gratuitamente.

João de Almeida Sarzedas, proprietário e lavrador. Emigrado na Espanha, alistou se na Centúria, serviu gratuitamente.

João António Canelas, artista. Alistou-se no Batalhão de Voluntários da Raínha.

João António Pataca, proprietário. Estava preso na cadeia do Castelo de Marvão por sua afeição ao govêrno legítimo, alistou-se na Centúria.

João Augusto de Barros Castelo Branco (2), proprietário. Estava preso na cadeia do Castelo de Marvão, alistou-se na Centúria e foi sargento do 2.º Terço, e oficial; serviu gratuitamente.

João Francisco Pereira (3), proprietário e Sub-Director da Alfândega. Emigrado na Espanha, alistou-se na guarda de Cavalaria.

João Marques Canário, proprietário. Preso na cadeia do Castelo de Marvão por sua afeição ao govêrno legítimo; alistou-se no Batalhão da Raínha, combateu em todas as acções com distinção.

João Pedro Feio, artista. Alistou-se no Batalhão da Legião.

---

(1) Centúria da Liberdade Transtagana, corpo sagrado, composto de três Terços comandados por um capitão, e cada Terço por um tenente; a sua instituïção foi principalmente para vigiar a segurança da praça; todavia combateu muitas vezes fora da praça, acorrendo aos pontos em perigo; alistaram-se neste corpo as pessoas de distinção.

(2) Esteve de oratório para ser fuzilado em Portalegre, de que o livrou a sua família, das principais daquela cidade; não obstante prêso, cooperou para a escalada.

(3) Seu pai António Pereira acudiu com soldos e alguns mantimentos à guarnição da praça, e emprestou cavalgaduras para as atafonas; o filho, João Francisco Pereira, retirando-se de Castelo de Vide, aonde tinha vindo com um fôrça da praça, perdeu dinheiro e alfaias de valor pela tenás perseguição da cavalaria inimiga que lhe saiu ao encontro. José Maria da Fonseca Achioli, da cidade de Portalegre, tenente do 2.º Terço da Centúria, também adiantou soldos à guarnição, e serviu gratuitamente como os dois antecedentes. João Francisco Pereira tem requerimento na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

João António Mousinho Leote, proprietário. Alistou-se na Centúria.

José Dias Bijos, proprietário e lavrador. Alistou-se na Artilharia.

José Francisco Pereira, proprietário. Alistou-se na Centúria; serviu gratuitamente.

José Joaquim Pinheiro, artista. Alistou-se na Artilharia.

José Maria Palmeiro, proprietário. Alistou se na Artilharia.

José Camanha Leal, presbítero. Emigrado na Espanha, entrou na escalada da Praça, alistou-se no Batalhão de Voluntários da Raínha, foi capelão da Legião.

Manuel Alves, jornaleiro. Soldado de infantaria n.º 8, estava destacado em Marvão; alistou-se no Batalhão da Raínha.

Manuel António Falido, jornaleiro. Miliciano destacado em Marvão; alistou-se no Batalhão da Raínha.

Manuel Mateus Brandão, major reformado. Sargento Ajudante de Marvão, facilitou a escalada da Praça, foi condecorado com a Muito Nobre e Antiga Ordem da Tôrre Espada.

Manuel Pires de Sequeira, proprietário. Emigrado na Espanha; alistou-se na Centúria; serviu gratuitamente

Rafael Joaquim, proprietário. Serviu na guarda de Cavalaria, passou depois para a Centúria; serviu gratuitamente.

Zacarias Bernardino Murta, proprietário e lavrador. Alferes de Milícias emigrado na Espanha, escalou a Praça, serviu como Alferes no Batalhão da Raínha, tem requerimento na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1).

A praça de Marvão, pelas vantagens que oferecia a sua posição topográfica e pela riqueza dos seus armazéns e munições de guerra, tinha sido escolhida, à semelhança do lugar de S. Vicente, para os portugueses, como centro de reünião e lugar de refúgio dos emigrados espanhóis que acompanhavam o infante D. Carlos. Êle pretendia, como se sabe, disputar a corôa de Espanha à raínha D. Maria Isabel, sua sobrinha. Na praça esteve o próprio D. Carlos, antes de passar a França, e dali saiu algumas vezes com os seus partidários a fazer incursões nas próximas terras espanholas. Dessas entradas foi a mais nomeada a que se realizou na manhã do dia 7 de Novembro do referido ano. Uma fôrça de 18 a 20 homens, na maior parte carlistas de Valência de

---

(1) Publicada no jornal — *Districto de Portalegre*, n.º 4572.

Alcântara, sob o comando do brigadeiro D. Fernando Peñaranda, saiu da praça de Marvão para a próxima aldeia espanhola do *Pino*. A sua chegada pôs em grande alvoroço a gente pacífica dêste lugar; soltaram-se vivas a D. Carlos e morras a Maria Cristina, o que provocou grande tumulto. Estabeleceu-se nutrido tiroteio de que resultou ficarem feridas várias pessoas, sendo as de maior gravidade o estanqueiro da aldeia Manuel Belo, e um português da aldeia de S. Julião, chamado José Lagarteiro. Esta fôrça carlista, depois de saquear o estanque e levar dêle todo o tabaco da Fazenda Nacional Espanhola, incluindo as roupas e a carne do fumeiro do referido estanqueiro Belo, internou-se em Portugal pelo sítio do Pôrto do Roque, em direcção ao Pôrto da Espada. Nesta aldeia, como em diferentes lugares do concelho de Marvão, estiveram também outros grupos de carlistas que freqüentes vezes faziam incursões nas próximas terras espanholas (1).

A tomada da praça de Marvão pelo bravo núcleo de emigrados que em S. Vicente se haviam reünido com o nome de — *Legião Patriótica do Alentejo* — foi uma empresa arrojada e heróica, e que muito contribuiu para o levantamento moral das fôrças liberais na província.

Esta pequena fôrça saíra de S. Vicente dividida em duas colunas e, depois de vencer dificuldades e obstáculos que pareciam insuperáveis, subia arrojadamente a escarpada encosta do monte em que assenta Marvão, assenhoreando-se da praça com audaciosa rapidez ao romper da manhã do dia 12 dêsse memorável mês de Dezembro (2). Depois da tomada da cidadela a praça rendera-se imediatamente sem a menor efusão de sangue, arvorando-se sôbre as muralhas a bandeira azul e branca. Convocado logo um conselho militar por meio dêle foi nomeado para governar as armas da província do Alentejo o brigadeiro António Pinto Álvares Pereira, que os realistas tinham prêso, como acima dissemos, na cadeia do Castelo. Recebeu êste militar as maiores honras dos seus libertadores que lhe entregaram a espada com grande solenidade, o comando e encargo da defesa da praça.

Tomada a fortaleza de Marvão pelo destemido e heróico esfôrço da pequena fôrça portuguesa, a todos se impôs a

---

(1) *El curioso averiguador de Valencia d'Alcantara*, n.os 1 e 2, pág. 19.
(2) Luz Soriano — *Historia da guerra civil em Portugal*, 3.ª epoca, tom. V, pág. 183.

necessidade de a preparar e abastecer de fórma a poder resistir a um eminente ataque e quási certa represália das fôrças miguelistas, e nesse sentido começaram logo os preparativos para a sua defesa. O brigadeiro António Pinto considerava a praça um indispensável e importante ponto estratégico destinado a servir de base, não só a ulteriores operações das fôrças constitucionais do Alentejo, como também de depósito de munições e víveres para abastecimento do exército liberal.

Com o fim de abastecer a praça várias sortidas se fizeram nos termos de Portalegre e Castelo de Vide, terras que estavam ainda em poder dos miguelistas.

Não tardou muito que se não realizassem as previsões do brigadeiro António Pinto. Em 23 de Dezembro aparecia em frente de Marvão uma importante fôrça miguelista que pretendia levar as farinhas e arrazar os moínhos dos arredores, o que não conseguiu. O objectivo do exército miguelista era cercar a praça e obrigar a render pela fome a sua guarnição. A praça ia, porém, resistindo valorosamente, devido ao esfôrço da sua guarnição e às freqùentes sortidas que se faziam, especialmente no termo de Castelo de Vide. Uma destas audaciosas saídas teve lugar no dia 29 do referido mês contra a vila de Castelo de Vide, tendo feito os sitiados cêrca de 50 prisioneiros. No dia imediato pretenderam fazer nova surpresa a esta vila mas tiveram que retroceder por caminhos montuosos para evitar um combate com a cavalaria miguelista que tinha acudido de Portalegre pela estrada da Escusa; ainda assim perderam os de Marvão 1 sargento e 3 soldados.

No dia 30 do referido mês apreendiam os constitucionais de Marvão grosso provimento de víveres destinados à praça de Castelo de Vide, assenhoreando-se também de algumas carretas com cereais e de várias cavalgaduras.

Todos os factos que temos narrado mostra-nos bem como a praça de Marvão, a despeito de todos os sacrifícios, desempenhava importante e activo papel na defesa da causa constitucional. Êles vinham confirmar as razões do bravo e destemido brigadeiro António Pinto Álvares Pereira quando indicava as enormes vantagens que oferecia a praça de Marvão para a defesa da causa liberal. Colocada na retaguarda do exército miguelista o cêrco da praça de Marvão obrigava-o a distrair, sem grande proveito, um corpo de cêrca de 1:000 infantes e 50 cavalos, além da vantagem de servir a praça de ponto de reünião e lugar de refúgio dos muitos

partidários de D. Pedro que andavam dispersos. Com efeito, para Marvão se refugiavam muitos oficiais e soldados constitucionais e até soldados desertores das fôrças miguelistas, havendo também notícia de se terem acolhido ali algumas das mais distintas famílias de Portalegre e Castelo de Vide (1).

No ano seguinte, 1834, reconhecido pelo exército miguelista o grande perigo que para êle corria em deixar Marvão na posse dos constitucionais, fazia convergir para ali novas fôrças com o fim de apertar o cêrco. Isto trouxe à cançada e aguerrida guarnição, sacrifícios ainda mais pesados, que foram agravados com os horrores da fome pela dificuldade em abastecer a vila. Assim, em Março do referido ano, achava-se a praça completamente desprovida de lenha e combustível, e com grande falta de mantimentos. A guarnição, composta de cêrca de 800 a 1:000 infantes, começava, por isso, a manifestar-se abatida e desalentada com tão duras provações. Esta extrema e quási desesperada situação e a necessidade de levantar o ânimo abatido dos soldados, forçaram o brigadeiro a fazer algumas sortidas, mais ou menos coroadas de bom êxito. Uma delas teve lugar a 15 do referido mês, tendo conseguido os sitiados recolher alguma lenha e madeiras que tão necessárias estavam sendo à praça. Na ordem do dia louvou o bravo governador a heróica conduta dos seus soldados nas seguintes palavras que transcrevemos:

«Soldados. — As armas constitucionaes triumpham em todos os pontos de Portugal, e em breve tereis a gloria de terminar a lucta, que dando a liberdade á nossa patria, vos collocará tranquillos no seio de vossas familias, repousando sobre os louros, que já ornam as vossas frontes, e premeiam o vosso valor e constancia. As operações militares n'esta provincia vão tomar um caracter novo, e em poucos dias as forças constitucionaes farão tremular triumphantes a bandeira bicolor nas margens do Tejo e Guadiana, e vós, soldados, sereis abençoados pelos povos, que esperam anciosos que o vosso valor lhes vá quebrar os ferros, que os tem curvado ao peso da mais insupportavel escravidão».

As calorosas e entusiásticas palavras do bravo governador

(1) Luz Soriano, *vol. cit.*, pág. 184.

de Marvão conseguiram, na verdade, levantar o ânimo abatido dos soldados, retemperando-lhes as fôrças e acordando-lhes os brios para novos feitos. Assim é que no dia 22, para se meter na praça um comboio de mantimentos, faz-se uma outra audaciosa e arriscada sortida; os espanhóis que formaram êste comboio conseguiram atravessar a fronteira e entrar na praça, retirando dali na manhã do dia seguinte. Com o fim de proteger a sua saída foi necessário que alguns soldados da guarnição atacassem as linhas inimigas postadas desde a *Maceira* até à ermida de *S. Pedro*. O ataque foi de tal modo arriscado e vigoroso que os sitiantes se viram obrigados a recuar, o que deu lugar a que os espanhóis se podessem retirar com os transportes. Continuou o combate durante todo êste dia com glória para o destemido governador, vendo-se por fim o inimigo obrigado a levantar o cêrco desde o *Arieiro* até ao *Vale do Alcaide*. A fôrça de Marvão conseguia pouco depois apoderar-se das alturas da serra que domina a aldeia da *Escusa*, continuando a sua marcha audaciosa até ao *Salvador* em perseguição das baterias inimigas, que fez calar.

Ficou desta forma gloriosamente assinalado o dia 23 de Março para a praça de Marvão. A esta outras arrojadas sortidas se sucederam até ser repelido o inimigo na direcção de Portalegre e Castelo de Vide. Não contente com isto o governador de Marvão levou o seu arrôjo a atacar com os seus soldados, no dia 26, a própria vila de Castelo de Vide, onde as fôrças miguelistas se tinham fortificado; teve, porém, de retirar com perdas, repelido pelas tropas do general Doutel e ameaçado pela guarnição de Portalegre que tinha acudido com o fim de lhe cortar a retirada para Marvão.

No dia 28 o governador incutia novo alento às tropas do seu comando e com elas, pouco depois, surpreendia o inimigo em Portalegre, levando presas consigo todas as autoridades (1).

A tomada da praça de Marvão pela *Legião Patriótica do Alentejo*, os gloriosos e felizes sucessos da sua guarnição, tinham desempenhado, como vimos, uma importante missão no conjunto dos operações do exército liberal nesta província. Pode mesmo dizer-se que para o seu triunfo contribuíra Marvão em grande parte. Isto mesmo era reconhecido pelos próprios inimigos, especialmente pelo governador da praça

---

(1) Luz Soriano, *ob. cit.*, 3.ª época, tom. V, pág. 154.

de Castelo de Vide, o brigadeiro António José Doutel, ao serviço do exército de D. Miguel. Em ofício dirigido por êste militar ao corregedor da comarca do Crato, António Justiniano Baptista Coelho, a 3 de Abril dêsse ano, requisitava Doutel com urgência todo o grão existente no celeiro do almoxarifado do Crato, 10 ou mais moios, para abastecimento da tropa ali estacionada e que devia marchar contra Marvão. Referindo-se a esta praça julgava o brigadeiro Doutel «*ser da maior transcendência a tomada de Marvão, não só para a segurança desta província, como até para a do próprio exército*» (1).

Depois do feliz sucesso da pequena divisão do comando de Sá da Bandeira, favorecida pela energia e firme atitude de Marvão, a guerra civil estava prestes a ter o seu epílogo. O general Rodil, que de Castelo Branco se dirige a Portalegre, chega a Castelo de Vide no dia 21 de Maio, obrigando a capitular o brigadeiro António José Doutel, Barão da Portela. Em 24 assina-se em Portalegre a capitulação, documento que pela sua importância publicamos a seguir.

O triunfo completo do exército liberal no sul da província obrigava, pouco depois, as fôrças adversas a assinar, em 26 do referido mês, a convenção de Évora-Monte, que pôs termo às lutas constitucionais.

«Copia da Capitulação feita em 24 de Maio de 1834 na Praça de Castello de Vide

«Condições estipuladas entre o Tenente general dos Reaes Exercitos de Sua Magestade Catholica a Senhora Donna Isabel 2.ª e general do Exercito de Operações em Portugal D. José Ramon Rodil, e o coronel Rodrigo de Souza Tudella de Castilho Commandante da 3.ª Brigada d'Operações sobre o Alemtejo pertencente ao Exercito do Senhor dom Miguel, que em seu Nome, com todos os poderes bastantes Nomiou aos Commessionados ao coronel de Milicias de Villa Viçosa Fellipe Nery Caeiro e o Tenente Coronel Graduado Francisco Manuel Correia d'Alboim, e o Capitão do

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Ministério do Reino — *Correspondencia das autoridades civis e militares no tempo do govêrno usurpador* — Maço 442.

*

Regimento de Artelharia d'Elvas Antonio Fortunato Tarana, Accordão depois de huma larga conferencia no modo e forma em que hade ser Evacuada a Praça de Castello de Vide que occupa a dita 3.ª Brigada conciderações e mais que se permite à Tropa que a compõe e aos habitantes da expreçada Praça.

«1.º = Todos os Chefes, Officiaes, e mais praças que existem em Castello de Vide pertencentes ao Exercito do Senhor Dom Miguel, se considerarão como appresentados ao Exercito a Sua Magestade Catholica a Snr.ª D. Isabel 2.ª, para conservação das suas honras e empregos actuaes, ainda os que quizerem continuar no Serviço de Sua Magestade Fidelissima a Snr.ª D. Maria 2.ª, como os que preferirem restituirem-se a suas Cazas bens, ou fazendas.

«2.º = São por consequencia indultados, ou admenistiados amplamente com restricção todos os individuos das Classes expressadas á anterior condição elegendo o ponto, Povo, Villa, ou Cidade a que quizerem deregir-se dentro, ou fóra de Portugal com a precisa expressão Clausula, que não tomarão as Armas contra a mesma Legitima Soberana D. Maria 2.ª, e ao contrario fica nullo esta estipulação para qualquer dos Individuos que a infrigem, sendo extenciva aos habitantes da expreçada Praça que deve ser entregue e Evacuada por todo o dia desta datha ás Tropas de Sua Magestade Catholica que se destinarem pelo supra estado general em Chefe.

«3.º = Se concede esquecimento geral ás Oppiniões que cada hum tem conservado athe ao dia da datha desta, levando, e conservando os Chefes, e Officiaes, as suas Bagagens, e mais bens pertencentes que ouver, e Cavalgaduras proprias, como igualmente á Tropa o seo Vistuario o Equipamento, devem comtudo deixar todo o ornamento, Correame e Munições, que receberá o Commissario do Exercito de Sua Magestade Catholica, que para esse effeito nomiar o general em Chefe.

«4.º = Tambem hãode ficar entregues ao nomiado Commissário as Artelharias, Cavallos e Munições que pertençem á Fazenda Real, arreios, mullas de tiro que tiver sido submenistiado pela dita Real Fazenda aos diferentes Corpos do Exercito a que pertencerão.

«5.º = Os Chefes, Officiaes que preferirem irem

para suas Casas, e não quizerem Seguir no Serviço de Sua Magestade Fedellissima disfrutarão os Soldos, honras dos postos actuaes em o tempo, modo e forma que se concede aos Corpos do ditto Exercito.

«6.º = Ficam garantidas as anteriores condições pelo Governo Legitimo da Snr.ª D. Isabel 2.ª

«7.º = São responsaveis os Chefes e Officiaes da dita Brigada do pontual comprimento do assima pactuado, e que se não alterem, alienem, e destrua nenhum effeito do que pertence á Real Fazenda.

«8.º = Entregarão hoje Inventarios ao Commissario Geral em Chefe do Exercito Hespanhol, para que por elles receba e dé logo conta de todos os effeitos, e mais objectos em ser, pertencentes á Real Fazenda.

«9.º = Igualmente se entregarão hoje ao dito general por Corpos e Companhias nominaes e expressivas dos destinos, a que dezeja hir cada hum Individuo dos que hoje Compõe a sobredita Brigada.

«10.º = Toda a duvida que occorra áSerca das proçedentes condições será entendida a favor dos que Evacuão a sobre dita Praça de Castello de Vide, e para que conste a todo o tempo formarão as prezentes Condições os infra escriptos de que se formarão tres Exemplares Originaes em as linguas respectivas para o General do Exercito Hespanhol, contratantes para o Commandante em Chefe da Brigada do Senhor Dom Miguel, feitas e concertadas em o Quartel General de Porto Alegre aos 24 de Maio de 1834. = *D. José Ramon Rodil* = Coronel de Milicias de Villa Viçosa *Fellippe Nery Caeiro* = *Francisco Manuel Correia d'Aboim* Tenente-Coronel Graduado do Regimento de Infantaria n.º 13 = *Antonio Fortunato Tarana* Cappitão d'Artilharia d'Elvas.

«Está conforme o Original. = Quartel em Castello de Vide 25 de Maio de 1834» (1).

Em 1846 rebentou no Minho a revolução popular que teve início na coligação de todos os partidos oposicionistas contra os excessos de despotismo e as medidas tributárias do govêrno presidido por Costa Cabral, revolução que em breve

---

(1) Biblioteca Nacional de Lisboa — *Colecção Moreira*, códice n.º 859, fl. 52.

se generalizava a todas as províncias acendendo a guerra civil e provocando a intervenção estrangeira. A Espanha, como é sabido, enviou a Portugal um exército sob o comando do general Concha, e ao mesmo tempo a esquadra inglesa aprisionava no alto mar a divisão do Conde das Antas que havia saído do Pôrto para tentar um movimento no sul.

A vila de Marvão foi, nessa ocasião, ocupada pelos espanhóis, em 26 de Junho de 1847, que pouco depois se viram forçados a abandoná-la. Só então esta praça pôde descançar da sua longa e trabalhosa faina guerreira que, com pequenas intermitências, durara séculos. Só então o seu altaneiro castelo, sentinela vigilante da fronteira, pôde adormecer e repousar como que fatigado de tão longa e persistente vigília.

Para concluirmos a história do castelo e da fortaleza, mencionaremos o nome de alguns militares e engenheiros distintos, além de outros a que já tivemos ensejo de nos referir neste capítulo, que na praça estiveram como governadores ou a dirigir vários trabalhos no levantamento de plantas ou na reparação das suas muralhas e do seu castelo (1).

Podemos obter notícia dos seguintes:

João Carrilho Espada, com a patente de Mestre de Campo, governador da praça em 1705 (2).

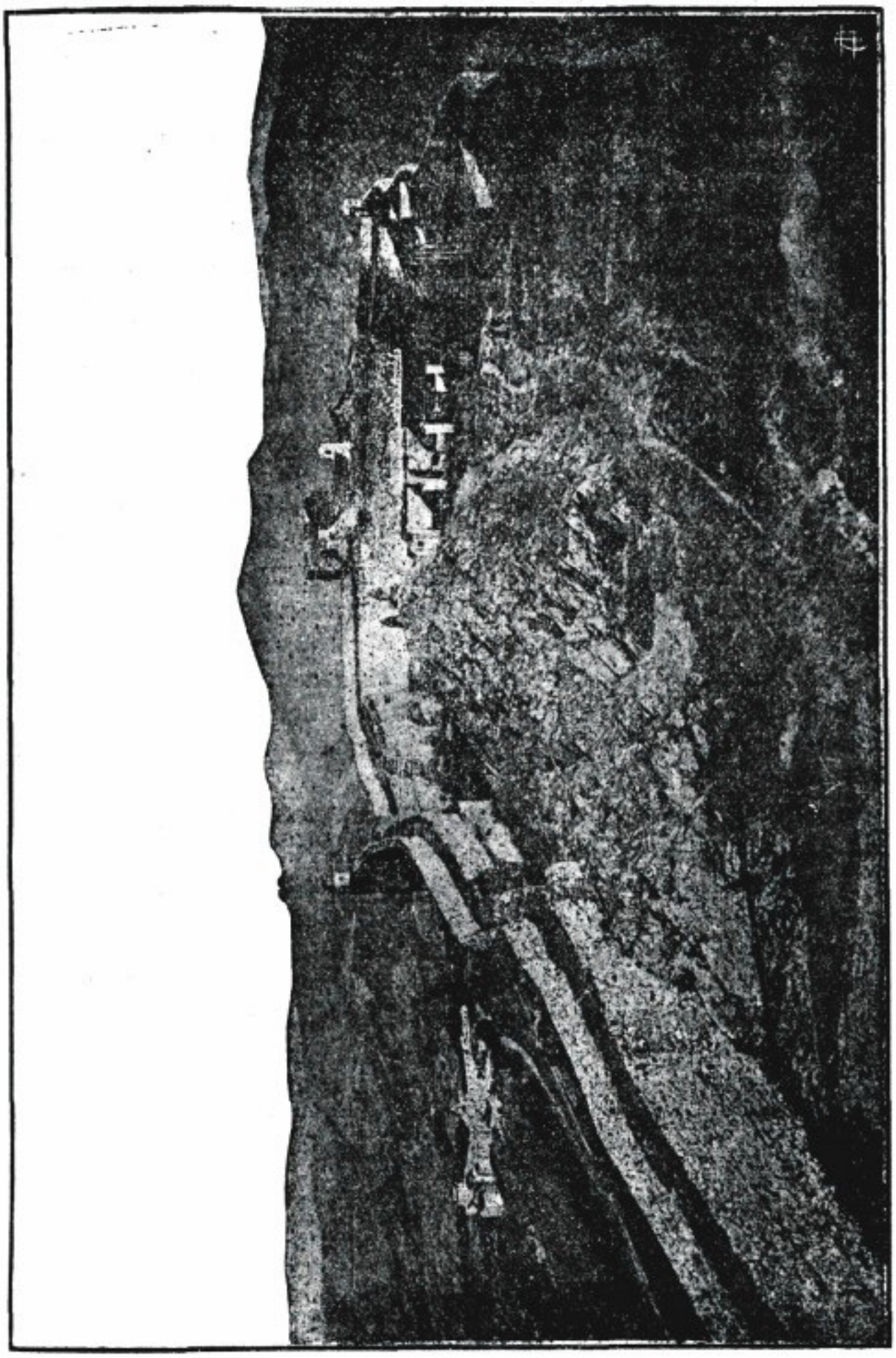
José Carlos de Palma, governador da praça em 1708 (3).

---

(1) Na colecção de cartas topográficas que se levantaram nos séculos XVI e XVII, só encontrámos o desenho da fortaleza de Marvão no manuscrito n.º 7445 da Biblioteca Nacional de Lisboa. É uma colecção de desenhos das diferentes praças do país, feitos pelo tenente-general Nicolau Langres, oficial francês que serviu no nosso exército durante a guerra chamada da Restauração. Diz Langres acêrca desta praça que ela havia de ter aproximadamente 400 habitantes e que o seu termo, como o de Castelo de Vide, eram abundantes de bons frutos e de castanhas, mas de escassa produção de pão e de vinho. No manuscrito n.º 420 da mesma Biblioteca encontra-se também uma pequena referênca à fortaleza de Marvão, dizendo-se estar assente em sitio inacessível e possuir o seu castelo uma das melhores cisternas das praças da Europa. No belo códice em pergaminho do século XVI que se guarda na Tôrre do Tombo, intitulado *Livro das fortalezas do reino*, por Duarte Darmas, não se encontra a planta da fortaleza de Marvão, estando em branco a fôlha destinada a êsse desenho.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Conselho de Guerra, Consultas*, Maço 64

(3) Idem — *Decretos do Conselho de Guerra* — Maços 67 e 68, 15 de Setembro e 12 de Junho.



Marvão — Interior do castelo; frente para a Torre de Menagem

José Soares Serrão, de Setúbal, governador da praça em 1783.

Lourenço Lopes Franco, governador da praça nos anos de 1790 a 1799.

José Joaquim de Salazar de Eça Jordão, governador da praça nos anos de 1800 a 1803.

José Xavier de Andrade, sargento-mór e engenheiro, governador da praça em 1803.

Joaquim José de Magalhães Mexia, sargento-mór de Marvão nos anos de 1805 a 1814 (?).

Raimundo Valeriano da Costa Correia, tenente-coronel de engenheiros, que esteve em Marvão encarregado das fortificação da linha de defesa ao sul do Tejo.

Joaquim Francisco de Sousa, major de engenheiros, encarregado do govêrno e defesa da praça de Marvão em 1809.

António José Vaz Velho, major de engenheiros; esteve em Marvão onde procedeu a vários trabalhos topográficos. A êste militar se refere um ofício que o Intendente Geral da Polícia da Côrte e Reino dirige ao juiz de fora de Castelo de Vide, em 26 de Agôsto de 1816. Neste documento participa aquela autoridade que o sargento-mór do Real Corpo de Engenheiros, António José Vaz Velho, tinha sido nomeado para continuar a diligência em que se achava o Marquês de Ternay e que consistia em efectuar, além de outros trabalhos, a demarcação das alcaidarias-móres de Castelo de Vide e Póvoa (1).

Joaquim Caldeira do Crato, tenente-coronel, governador da praça nos anos de 1820 a 1826.

D. Francisco Xavier da Silva Lobo, governador da praça em 1832.

António Pinto Álvares Pereira, brigadeiro, governador da praça de Marvão em 1833, após a sua tomada pelo bravo núcleo de liberais que formava a *Legião Patriótica do Alentejo*.

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia*, liv. 166, fl. 266 v.

PARENTES AÇOREANOS DO CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA

O Arquipélago dos Açôres, apesar de isolado no meio do Atlântico Setentrional e distanciado do Continente Europeu, ocupa lugar proeminente nos fastos históricos do velho Portugal.

Foi ali onde o Grão Prior do Crato, vencido na batalha da Ponte de Alcântara, encontrou apoio franco, decidido e leal, para resistir, como de facto o fez, contra o formidando poder de Espanha.

As intrigas de Dom Cristóvão de Moura, o subôrno do ouro castelhano, o mêdo, o comodismo que foi de todos os tempos, e o desânimo em que a derrota de Alcácer Kibir lançara a nação, já corrompida pela molesa e pelos *negócios* escuros da Índia, facilitaram a tarefa incumbida ao Duque de Alba e aos veteranos do seu comando.

Depois da conquista, o cadafalso veiu rarear os partidários do filho do Infante Dom Luís (1).

---

(1) Foi no tempo do Cardeal Rei muito debatida a questão da legitimidade do Grão Prior do Crato, Dom António, e por essa ocasião houve sentenças contraditórias: numa declarava-se que o Infante Dom Luís casara com Dona Violante Gomes, *a Pelicana,* mulher de rara formosura, e noutra chegou-se à conclusão oposta.

Mas na *Crónica* do Padre Amador Rebelo, ainda inédita, e que se guarda na Tôrre do Tombo, encontrei o seguinte:

«No livro dos batisados que teve principio em 14 de Fevereiro de 1541, que tem 163 folhas e acabou em 1545, em a Santa Sé de Évora, a fls. 122 v.º, está o assento seguinte:

«A 15 de Junho de 1544 batisou, na Santa Sé de Évora, o Bacharel dela o Padre Diogo Vidal, a Luís, filho de uma escrava de Pero Gomes, sôgro do Infante Dom Luís. Foram compadres Estevam Roiz e Afonso Roiz, comadre Grácia Roiz e por verdade assinei — *Diogo Vidal,* Cura».

Como neste tempo nem se falava na hipótese de Dom António ser pretendente ao trôno — vivia Dom João III e era numerosa a sua prole — o facto de se chamar *sôgro do Infante Dom Luis* a Pero Gomes, pai

Mas os Açôres, exactamente pelo seu afastamento da metrópole, ficaram imunes da podridão que a corroía, e daí o seu entusiasmo pela causa de Dom António, os seus sacrifícios, a audácia heróica de se defrontar com Filipe II, num verdadeiro delírio de temeridade.

Mas o desbarato da esquadra comandada por Filipe Strozzi, nos mares da Ilha de S. Miguel, deu o golpe mortal nas pretensões do Grão Prior e na independência portuguesa.

Tomadas todas as ilhas, e difícil foi a conquista da Terceira, ilustres açoreanos também pagaram com a vida o grande crime de querer um rei nacional e a autonomia da pátria comum.

Mas vem a revolução do 1.º de Dezembro de 1640, e, como por encanto, o Duque de Bragança é logo aclamado naqueles rochedos, onde a liberdade se aclimou, o despotismo não cria raízes e a fera humana não extravasa ódios nem cultiva a flor do mal.

Sós, pelos seus próprios esforços, os açoreanos obrigam à rendição as tropas espanholas que guarneciam o castelo de S. Filipe, de Angra, depois chamado de S. João Baptista.

Desde essa época, o pé do estrangeiro não manchou mais aquele solo sagrado.

Seguem-se as lutas liberais.

Dom Miguel perjura e desonra-se usurpando a corôa; confisca todas as liberdades; o seu despotismo ininteligente, bárbaro, direi mesmo imbecil, era um anacronismo na Europa.

Por isso lhe chamavam o *Calígula português*.

Pôde dominar no continente, povoando de vítimas os cárceres, e por toda a parte erguendo fôrcas.

Só a Ilha Terceira não se curvou ao real toureiro e cavalariço, e, nêsse minúsculo rincão da monarquia, tremularam as côres azul e branca, as côres dos livres; ali foi o ponto de *rendez-vous* dos constitucionais e liberais, exilados, dispersos pela França, Bélgica e Inglaterra, por amor aos seus princípios, à palavra jurada, e, como os cavaleiros da Idade-Média, pela dedicação à sua dama — a jóvem raínha Dona Maria II.

---

de Dona Violante Gomes, parece indicar que realmente fôra seu marido êste filho de Dom Manuel I.

Em 1544 estava-se cêrca de 35 anos longe do reinado do Cardeal Dom Henrique e do magno negócio da sucessão portuguesa.

O govêrno intruso pensou então esmagar êsse núcleo da resistência, escravizar mais esta parte do território nacional.

Uma esquadra poderosa é enviada contra os que êle chamava *rebeldes*, e em 11 de Agôsto de 1829, quando desembarcavam na Vila da Praia as fôrças expedicionárias, encontraram tenás resistência, e são repelidas com grande perda.

A esquadra nada mais tentou, e regressou ao Tejo para, dali a tempos, ser capturada com outros navios, pelo Almirante Roussin, sem disparar um tiro!

Era o primeiro fracasso no poderio do usurpador, prenúncio de outros e da sua queda, o princípio do fim.

Vila Flôr, depois duque da Terceira, que se cobrira de glória, dirigindo a batalha da Vila da Praia, procede à ocupação das demais ilhas que, em Agôsto de 1831, ficam todas sob a obediência das autoridades constitucionais.

É possível, em seguida, organizar-se uma armada para transportar a expedição que desembarcou na Arenosa de Pampelido, constituída pelos lendários 7:500 companheiros do Rei-Soldado, que, de combate em combate, de vitória em vitória, acossam o inimigo, até que a Convenção de Évora-Monte põe termo à guerra civil e Dom Miguel toma o caminho do exílio.

A história diz que êle não soube estar à altura da missão que se impôs, que ouvio e atendeu conselheiros ineptos, que a sua ambição de empunhar um scetro o perdeu, como homem e como príncipe, no conceito dos homens de bem, porque para a sua falta de palavra não há nenhuma desculpa ou atenuante.

Restabelecida a Carta, efectivadas as suas garantias, viveram em liberdade os que mais a combateram, e foi o regime melhor e de mais tolerância que em Portugal houve.

Quando o sôpro de uma revolução inútil, desnecessária, o fez desaparecer, renovaram-se debaixo de diferente nome, as perseguições miguelinas: os *Miguéis Alcaides,* e os *Teles Jordão,* surgiram de todas as alfurjas, de todas as sargetas e canos de esgôto.

Essa liberdade e paz que se gosaram devem-se aos Açôres, e não esqueça o nome de Teotónio de Dornelas Bruges Avila Paim da Câmara, 1.º Visconde de Bruges e 1.º Conde da Praia da Vitória, que, à sua custa, sustentou na Ilha Terceira a causa, tantas vezes periclitante, de Dona Maria II.

*
* *

Desdenham os continentais dos *Ilhéus* e dêles desconfiam, fazendo correr a lenda injusta e caluniosa de que são traiçoeiros ou desleais, e o adágio: «que o *Ilhéu* ainda depois de morto espinoteia».

Comentarei estas levianas apreciações, com o facto de serem chamados açoreanos à alta governança pública, e ocuparem no magistério superior, no comércio, na indústria, na grande finança, lugares de destaque, eminentes, primaciais, como os que mais são.

Apenas referirei os mortos: dois membros do Govêrno Supremo do Reino em 1820: Francisco de Lemos Betencourt e José Nunes da Silveira; Manuel Inácio Martins Pamplona Côrte Real, 1.º Conde de Subserra, em 1823 Ministro Assistente ao Despacho de Dom João VI, ou seja Presidente do Conselho de Ministros; o Duque de Avila e de Bolama; Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, e Manuel de Arriaga.

Creio que esta citação bastará.

Se aludisse aos vivos, cuja modéstia não quero ofender, a lista seria grande, mesmo muito extensa.

*
* *

Se a colonização das ilhas muito deve aos estrangeiros — flamengos, em grande número, povoaram o Faial e irradiaram para o Pico, S. Jorge e Terceira, elementos ingleses aparecem na Graciosa, franceses em S. Miguel e espanhóis na Ilha das Flores — portugueses e nobres portugueses para lá foram, radicaram-se nesse solo virgem e de uma fertilidade assombrosa.

Nos quartéis dos brasões açoreanos figuram, com bom direito, as armas de famílias do Continente, suas parentas.

São o sangue e a língua o elo que prende os Açôres a Portugal, e por isso o separatismo e o americanismo em que se fala, são ideais insensatos ou de traidores.

O sangue português, azul, o mais ilustre, circula nas veias de muitos açoreanos.

Quero falar dos nobilíssimos Pereiras que procedem de Edmundo (o Conde Dom Mendo, dos nossos nobiliários), irmão de Didier ou Desidério, Duque de Tuscia ou Toscana,

o último Rei dos Lombardos, destronado e aprisionado pelo genro, Carlos Magno, em 774.

Edmundo, não podendo continuar a residir na Itália, depois da queda de Didier, veiu para a Península e aqui contraíu casamento com Dona Joana, filha de Dom Romão (Ramón), irmão de Dom Afonso II, *o Casto,* Rei das Astúrias, e teve o título de Conde de Trastâmara.

Alguns genealogistas escrevem que Edmundo tinha, como ascendente, o Imperador Constantino Magno e outros Césares.

Nono neto de Edmundo, foi Dom Gonçalo Rodrigues de Pereira, Conde de Trastâmara, que houve, de sua legítima mulher Dona Urraca Vasques, a Dom Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga, o qual, de Dona Tereza Pires Vilarinho, teve a Dom Alvaro Gonçalves Pereira, Prior do Crato, na Ordem do Hospital, que deixou 31 filhos bastardos, um dos quais foi o Condestável Dom Nuno Alvares Pereira, que foi pai da 1.ª Duquesa de Bragança e por ela ascendente de todas as casas reais da Europa, reinantes e não reinantes.

O mesmo Dom Gonçalo Rodrigues de Pereira, bisavô do Condestável, houve de Dona Marinha ou Moninha Vasques, o bastardo Rúi Pereira, *o Bravo,* 6.º avô de *João Garcia Pereira,* que se estabeleceu na Ilha do Faial, ali casou com Dona Isabel Pereira Rôxo, e teve descendência, que se continua actualmente.

João Garcia Pereira era portanto primo do egrégio super-homem, a quem Portugal deve ser independente de Castela, e neto do irmão do 2.º Conde da Feira.

Do seu casamento houve *João Garcia Pereira* os seguintes filhos:

1.º Gaspar Garcia Pereira Sarmento, casado com Beatris Gonçalves Madruga, filha de André Gonçalves Madruga e de sua mulher Isabel Dias Rodovalho.

Viveu na Ilha do Faial, onde fez testamento aprovado em 11 de Julho de 1569.

É tronco dos Pereiras Sarmentos Forjazes de la Cerda, da Ilha Terceira, que são numerosissimos.

2.º Sebastião Pereira Sarmento, que casou com uma senhora da família do donatário Hurtere, do Faial, e de ambos procediam os Utras Pereiras e Utras de la Cerda, mencionados em documentos antigos.

3.º João Garcia Pereira Sarmento, que figura na árvore genealógica que adiante se encontra.

4.° Dona Bárbara Pereira, casada com Lourenço Vaz, filho do donatário de Angra, João Vaz Côrte Real (1), com descendência até hoje na Ilha de S. Jorge.

5.° Dona Margarida Álvares Pereira, casada com André Gonçalves Madruga (2), que também deixou descendência.

Numa curiosa justificação de nobreza feita em 1790, o bacharel António de Labat (3) de la Cerda «para certos requerimentos conducentes ao seu direito», pediu pública forma da que obtiveram seus pais, André Francisco de Labat Forjaz Vandaraga Marramaque de la Cerda e Dona Maria Feliciana de la Cerda Betencourt, e por elas vê-se que André de Labat era filho legítimo de Diogo de Labat e de Dona Isabel Felícia de la Cerda, neto paterno de Gedião de Labat e de Dona Maria de Faria, e bisneto, também paterno, de Jaques de Labat e de Ana Vieta (Viette), estes últimos naturais da La Rochelle, França.

Dona Isabel Felícia de la Cerda era filha legítima do capitão António de la Cerda Pereira e de sua segunda mulher Dona Briolanja de Arês Pereira da Silveira, e pelo lado paterno, neta de Gonçalo Pereira de la Cerda e de Dona Isabel de Azevedo, bisneta de António Pereira Caráuta (Cara alta?) e de Dona Margarida da Silveira Pereira, trisneta de Gonçalo Velho de Medeiros e de Dona Bárbara Dias Pereira.

Dona Margarida da Silveira Pereira era filha legitima de Diogo Vaz e de Dona Isabel Gularte Pereira, e esta era filha legítima de Dona Isabel Gularte da Silveira e de João Garcia Pereira Sarmento, que era, como ficou dito, filho legítimo de *João Garcia Pereira* e de Dona Isabel Pereira Rôxo.

Em 25 de Setembro de 1542, Álvaro Pereira Sarmento, filho de Gaspar Pereira Sarmento (irmão daquele João Garcia) e de Dona Beatris Gonçalves Madruga, e neto paterno de *João Garcia Pereira,* requereu uma «abonação ou justificação ao Juiz Ordinário, Jorge Peixoto de Carvalho, para provar a sua ilustre ascendência, visto ser *João Garcia Pe-*

---

(1) No *Arquivo dos Açôres,* vol. IV, entre os filhos de João Vaz Côrte Real, não se menciona êste Lourenço, citado pelo genealogista José Cândido da Silveira Avelar.

(2) ¿Será filho do já referido André Gonçalves Madruga, o sôgro de Gaspar Garcia Pereira Sarmento?

(3) Tem-se escrito êste apelido de forma diversa: *Labatt, Labath, Labate;* mas a exacta é *Labat.*

reira, filho legítimo de Garcia Álvares Pereira e de sua mulher Dona Inês de Magalhães, sobrinha dos Senhores de Ponte da Barca, e o dito Garcia Álvares Pereira era filho legítimo de Conçalo Pereira, de Riba de Vizela, e de sua mulher Dona Filipa Henriques, e que portanto seus pais, avós e bisavós, eram do verdadeiro tronco dos Pereiras, neste Reino de Portugal; que Gonçalo Pereira, seu bisavô, era do Conselho de Guerra de Dom Afonso V, e também era irmão do Conde da Feira (1) que, por parte de sua avó Dona Isabel Pereira, era outrosim dos Pereiras, da casa dos Senhores de Basto, por ser Dona Isabel, filha legítima de Dom Gonçalo Pereira Rôxo e de sua mulher Dona Maria Sarmento, filha legítima de Dom Garcia Sarmento, Senhor de Vigo, e de sua mulher Dona Francisca de Souto Maior, filha da Condessa de Caminha *(sic)*; que Dom Gonçalo Pereira era irmão inteiro de Dom Pais Gomes Pereira e de Dom João Pereira, de Guimarães, os quais Pereiras eram irmãos com irmãos *(sic)* de Dom João Rodrigues Pereira, Senhor de Basto (2), e por isso êle suplicante era da geração dos Sousas e dos de Carvalho, de Canas de Senhorim, e dos Henriques, que são gerações de fidalgos de solares conhecidos, e também dos la Cerdas, Sarmentos e Bermudes, gerações muito nobres e antigas de Castela, e que o pai dêle, Álvaro Pereira Sarmento, Gaspar Garcia Pereira Sarmento, vivia com armas e cavalos à lei de fidalgo de grande solar, e trás honrada casa, e o avô, *João Garcia Pereira,* foi no Faial um homem mais principal, e teve grande casa e servidores, e da mesma maneira viveram os bisavós do requerente, que vive em casa de seus pais e tem cavalos e se cria, como filho de homem nobre».

Deferido o requerimento, foram ouvidas diversas testemunhas, todas moradoras no Faial.

Dos seus depoïmentos confirma-se quanto alegou em sua petição Álvaro Pereira Sarmento, e aparecem pormenores

---

(1) O 2.º Conde da Feira.

(2) João Rodrigues Pereira Marramaque, ou o Marramaque, de alcunha (*Merry-Maker = merry,* alegre, folgasão, que diz facécias, e *maker*, fazedor de qualquer cousa), foi valido de Dom João II, e 4.º Senhor de Celorico de Basto, e dos coutos do Lamegal e Lumiares.

Deixou filhos, mas a breve trecho extinguiu-se a sua descendência.

Por isto se vê a sem-razão dos Pereiras, do Faial, se apropriarem e usarem do apelido ou alcunha de *Marramaque,* não descendendo dêle. Eram apenas seus parentes.

curiosos, que êle talvez não esperava que se soubessem pela *abonação*.

E é assim que das cautelosas palavras das testemunhas, parece depreender-se que, só depois de nascer Álvaro Pereira Sarmento, seu pai, Gaspar Garcia Pereira Sarmento, casara com Dona Beatris Gonçalves Madruga, filha de André Gonçalves Madruga e de Isabel Dias Rodovalho «com a qual *de hoje em dia* vive casado de suas portas a dentro».

Mais e melhor narram quási todos os *abonadores* da fidalguia de Álvaro Pereira Sarmento, acêrca da sua ascendência, em especial de *João Garcia Pereira*, que foi «muito valoroso», e por matar, no Reino, um fidalgo de apelido Coutinho, muito próximo parente do Conde de Marialva, fugiu para Tânger, onde era Capitão (Governador) em 1501, pouco mais ou menos, Dom João de Meneses, Conde de Tarouca (1), também parente de *João Garcia Pereira*.

Com muita coragem, mas de génio arrebatado, «muito colérico», teve lá igualmente «uma diferença» com outro homem e matou-o.

Não creio que *João Garcia Pereira* fôsse um assassino vulgar.

As rixas entre fidalgos eram vulgaríssimas. Sempre armados, cingindo espada e trazendo no cinto o punhal; sem cultura de espírito, pensando apenas em cavalos, caçadas, raptos

---

(1) Foi o filho mais novo do Conde de Viana e teve a nomeação de capitão de Arzila, por carta de 27 de Abril de 1481.

Dom João II confiou-lhe o govêrno de Tânger e foi governador ou aio do Príncipe Dom Afonso, único filho legítimo dêste Rei, e depois ascendeu a Mórdomo-mór.

Dom Manuel I conservou-o na Mordomia, fê-lo Conde de Tarouca em 1499, elegeu-o Prior do Crato em 1508, e poucos meses antes de morrer fê-lo seu Alferes-mór. Ainda serviu Dom João III, menos de um ano, porque morreu logo.

O irmão mais velho de Dom João de Meneses chamou-se Dom Henrique, Conde de Viana e de Valença, Senhor desta Vila e da de Caminha, e por fim Conde de Loulé.

Também fôram seus irmãos Dom Garcia de Meneses, Bispo de Évora, prêso e encarcerado na cisterna de Palmela, por ordem de Dom João II e Dom Fernando de Meneses, degolado em público, na praça de Setúbal, por conspirarem com os Duques de Bragança e de Vizeu contra aquele monarca.

Do exposto é evidente que *João Garcia Pereira* tinha parentes poderosos e muito nobres.

Devo declarar que colhi estas informações no *Arquivo Histórico* do Sr. Braamcamp Freire, vol. I, págs. 3 a 11.

e combates, deixando à rédia sôlta os instintos brutais, de pura animalidade, que tem cada homem, não admira que, à mais pequena contrariedade ou objecção, considerada logo ofensa, nascesse o desejo de desfôrço, de vingança, e como não conheciam meios termos, e o adversário também não o pouparia, o homicídio vinha naturalmente, como conseqüência necessária, fatal.

E depois não havia remorsos, porque o modo de ser da época não considerava extraordinário o homicídio naquelas condições.

Ainda hoje, à distância de tantos anos, mesmo séculos, quem freqüenta os centros de conversação dos rapazes descendentes das grandes famílias históricas, em pontos de reunião de *aficionados* de toureio e do *sport* de equitação, associações de caçadores e de ginástica, picadeiros e estabelecimentos de venda de armas de fogo, nota que em elevação moral, pontos de vista, em suma, em educação, ou se quizerem, em civilização, há muito quem se pareça com *João Garcia Pereira* entre os nossos contemporâneos.

¿Que admira, pois, que nesses tempos de capa e espada, um fidalgo rixôso puchasse dela contra o primeiro que o ofendesse ou contrariasse?

No entretanto existia a justiça real, e a ela, por vezes, se dava conta dos feitos praticados, crimes, decerto, que não inspiravam o horror que actualmente por êles experimentamos.

(Continúa).

António Ferreira de Serpa.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

J. T. Medina — *El Descubrimiento del Océano Pacífico — Vasco Núñez de Balboa — Fernando de Magallanes y sus compañeros — Fernando de Magallanes* ... — Santiago de Chile, Imprenta Universitaria, MCMXX (1 vol. in-folio, de XX–CCCCLXIII–I–220 pags.).

Coligir e publicar documentos é, fóra de dúvida, um trabalho benemérito. Utilisá-los, com seguro critério, para fazer reviver, pela narração, os acontecimentos passados, é, porém, o único meio de merecer o título de historiador. ¡Em Portugal, infelizmente, há muito quem tenha o culto do documento pelo documento, e até quem estabeleça que todo o comentário é supérfluo! Êste critério, se por um lado alarga o conhecimento das fontes, impede, por outro, o aparecimento de verdadeiras obras de história, mata o espírito crítico, isola a vida da nação do concerto universal, contraria a elaboração das sínteses indispensáveis à compreensão do passado. O grande historiador não é o que publicou o maior número de documentos, ou de sumários: é o que, em poucas páginas embora, contribuiu para uma mais perfeita explicação dos factos pretéritos.

D. José Toribio Medina oferece-nos o raro exemplo do escritor, a quem a pátria deve, a um tempo, a mais completa colecção de fontes e as mais notáveis das suas obras de história. Juntou os documentos pacientemente, deu-os à estampa, mas aproveitou-os, em seguida, em livros magistrais.

O último dêsses livros em data, mas um dos primeiros na valia, é o consagrado ao ilustre português Fernão de Magalhães — obra que confere ao Chile a primazia intelectual, na celebração do IV centenário do grande navegador.

Só do primeiro volume do *Fernando de Magallanes* nos ocuparemos aqui, porque o segundo se compõe exclusivamente de documentos não recolhidos ainda na «*Coleccion de documentos inéditos para la historia de Chile...*».

A obra abrange uma biografia de Magalhães, uma narração da viagem, uma série de notas biográficas acêrca dos companheiros do navegador e uma sinopse cronológica.

Na biografia, um dos pontos mais interessantes é não aceitar o Sr. Medina a versão de que o ilustre marinheiro foi natural de Sabrosa, versão quási unanimemente seguida pelos modernos historiadores de Magalhães. (Pág. III e segs.).

Ao espírito do notável historiador chileno repugna admitir como prova suficiente o testamento de 1504. Igualmente formula as suas reservas acêrca do testamento de Francisco da Silva Teles, datado de 1580, e da circunstância de ter sido picada a pedra de armas, por ordem do rei. (Pág. XC, nota).

Depois da publicação do nosso estudo — *Algumas observações sôbre a naturalidade e a família de Fernão de Magalhães* (Coimbra, 1921) — não pode restar dúvida sôbre a falsidade dos dois testamentos (1). Ora, como era nessas duas peças que se estribavam os defensores de Sabrosa, fôrça é reconhecer que o navegador nasceu noutra povoação. ¿No Pôrto? Não o sabemos, por enquanto. O que se pode afirmar é que não foi em Sabrosa. O verdadeiro alcance do nosso trabalho, acima citado, é a rejeição, por falsos, dos testamentos de 1504 e de 1580.

Também se ignora a data do nascimento do navegador. Quási todos os escritores aceitam, contudo, a de 1480, partindo da suposição de que Magalhães orçaria pelos 25, quando em 1505, foi servir na Índia. O Sr. Medina estabelece a de 1472 ou 1473, mas sem fundamento, como vamos ver.

Magalhães criou-se ao serviço da Raínha D. Leonor. O Sr. Medina supõe que êsse serviço sòmente se poderia ter realizado de 1481 a 1491 — da subida ao trôno de D. João II à morte da Raínha (Pág. XV e XVII).

É neste ponto que fraqueja a argumentação. D. Leonor não morreu em 1491: sobreviveu a seu marido, vindo a falecer em 1525.

Não há, portanto, razão alguma para admitir que Magalhães nascesse em 1472 ou 1473.

Uma conjectura mais interessante é a de que Magalhães tivesse um filho bastardo. que o acompanhou na famosa viagem, Cristóvão Rebelo. O Sr. Medina segue, neste ponto, a indicação de Frei Rodrigo de Aganduru Móriz, na *Historia general de las Islas Occidentales,* obra baseada, ao que pa-

---

(1) Pág. 17 e segs., e *O Instituto,* vol. 68, pág. 122 e segs.

rece, numa relação escrita por Juan Sebastian del Cano. A admissão de tal parentesco viria esclarecer as circunstâncias da morte do descobridor do Estreito. A Magalhães teria faltado por completo a serenidade ao ver cair, sem vida, o joven Rebelo. Sob a impressão dolorosíssima de tão sensível perda, ter-se-ia lançado como louco sôbre os inimigos, causando bravo estrago, mas sofrendo, dentro em breve, sorte análoga à do filho. (Pág. CCLXXXVIII).

Esta explicação, tão humana e tão honrosa, da temeridade de Magalhães encontraria um começo de prova, no facto de Rebelo ser contemplado no testamento de 1519. É, porém, certo que, na lista dos tripulantes da armada, aparecem os nomes de Duarte Rebelo e Catarina Rodrigues, como os dos pais de Cristóvão. ¿Nomes supostos? Talvez. Mas nada nos autoriza a afirmá-lo. Nem deve esquecer que Rebelo era pagem de Magalhães, sendo, portanto, natural que fôsse lembrado no testamento dêste, como lembrado foi o escravo Henrique de Malaca, que ninguem supõe filho do navegador.

Pelo que respeita à causa próxima do descontentamento de Magalhães — a recusa do aumento da moradia — hesita o Sr. Medina em fixar qual a quantia solicitada, oscilando entre os 100 reais, apontados por Gaspar Correia, e os 200 reais, mencionados por Damião de Gois. Parece-nos não haver razão para dúvidas, em face da carta de Sebastião Alvarez ao Rei de Portugal, de 18 de Junho de 1519. Aí se narra uma conversa havida entre Magálhães e o dito Alvarez, no decurso da qual êste afirmou que a ida do primeiro para Çastela «*fora por çem rrẽs mais ou menos*» de moradia. Este testemunho é irrefutável, não só por ser dum contemporâneo e escrito logo depois da entrevista com Magalhães, mas por ser dirigido ao soberano, que sabia perfeitamente qual o aumento pedido.

Outro ponto, ainda não completamente esclarecido, da biografia do imortal novegador é a sua presença entre os portugueses, que primeiro aportaram às Molucas. Argensola afirma-a. O Sr. Medina julga que o descobridor das Filipinas só conheceu as Malucas por informações alheias. Não emprega contudo argumentos convincentes. O máximo que consegue demonstrar é que Magalhães poderia ter conhecido as ilhas de Maluco, pelas cartas de Serrão e pelos informes de Reinel Mas não demonstra que as não tivesse também conhecido pela sua própria visita. A asserção de Argensola não pode, portanto, regeitar-se. Deve ainda ter-se presente que aos portugueses não conviria nem agradaria mencionar

Magalhães entre os descobridores das ilhas, cuja posse os castelhanos lhes disputavam, fundados na grande viagem realizada pelo mesmo navegador.

Passando da biografia de Magalhães para as dos seus companheiros, encontramos uma que desperta particular interêsse. É a de Juan Rodriguez Serrano. ¿Serrano ou Serrão? ¿Castelhano ou português? O Sr. Medina considera-o castelhano, concordando com quási todos os escritores, a começar por Pigafetta. Há, porém, quem o julgue português. É o caso do Sr. Dr. Alberto de Oliveira (1), que se baseia na já citada carta de Sebastião Alvarez, em que se lê: «*os portugeses que ca vejo pa hirem o carvalho piloto estevã gomez piloto o sserrãao piloto...*». ¿Êste Serrão será o Rodriguez Serrano? Eis o que é lícito perguntar em face da unânime opinião dos escritores e documentos, que considera castelhano o capitão da *Concepcion*.

A informação de Sebastião Alvarez não é suficiente para atribuirmos a Serrano a nacionalidade portuguesa, contrariando o testemunho de todos os que tiveram intervenção na viagem, porque ignoramos se ela se refere de facto ao homem que teve uma parte tão saliente na expedição de Magalhães.

Fazendo a narração da viagem, o Sr. Medina acompanha dia a dia a frota comandada pelo ilustre português. Procura apurar todas as circunstâncias da revolta, que custou a vida a alguns dos mais graduados companheiros do Navegador, e teria comprometido, se triunfasse, o éxito do grande empreendimento. Estuda minuciosamente as explorações feitas no Estreito de Magalhães até o descobrimento da passagem para o Pacífico. Faz-nos assistir às singraduras pelo mar bonançoso, em demanda de Maluco. Tenta identificar as ilhas descobertas. Conta os acontecimentos que marcaram a estada de Magalhães nas Filipinas, até à morte do Herói. Mostra a chegada a Maluco, vitória postuma do grande português, em cuja mente se gerara a idea daquele ignorado caminho pelo Ocidente. Acompanha o regresso da *Vitória* e a tentativa infeliz da *Trinidad*. Numa palavra, consagra à extraordinária emprêsa de Magalhães, a obra mais escrupulosa, mais erudita, mais cheia de valor, de quantas até hoje tomaram para tema a primeira circumnavegação da Terra.

Nem Portugal, berço do Herói, nem a Espanha, sua se-

---

(1) *Portugal en las Fiestas Magallanicas*, Santiago-Chile, 1921, pág. 57.

gunda pátria, ao serviço da qual a grande emprêsa se realizou, consagraram, à sua comum glória, uma obra que possa comparar-se com a de D. José Toribio Medina. Parece que o Chile, em nome das dilatadas regiões que Magalhães uniu ao Velho Mundo, quiz pagar regiamente, com uma inexcedível manifestação intelectual, a dívida de gratidão que, durante quatro séculos, ficára em aberto.

Agora é aos dois estados peninsulares, que cumpre agradecer o verdadeiro monumento erguido à memória do seu ilustre navegador. E é para o Sr. D. José Toribio Medina que vai o agradecimeato de todos aqueles que amando as glórias nacionais, as desejam ver conscienciosamente estudadas, livres de deformadoras lendas, retratadas com exactidão e saber.

DOM JOSÉ MANOEL DE NORONHA.

DR. F. M. DA COSTA LOBO — *Le problème mondial et l'action du Portugal* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921 (1 vol. in-8.°, de 365 págs.).

O Sr. Dr. Costa Lobo, indiscutìvelmente uma das figuras de mais acentuado relêvo no meio scientífico português, confiou aos prelos veneráveis da Imprensa da Universidade de Coimbra, um livro, *Le problème mondial et l'action du Portugal,* em que nos disseram conter-se largo material de estudo e farta matéria para úteis e proveitosas considerações no momento grave que todas as nacionalidades atravessam.

De passagem pela clássica cidade universitária, solicitamos do ilustre catedrático as primícias dêsse trabalho, para as oferecer aos leitores de *A Pátria;* e, agora, que se anuncia para breves dias o seu aparecimento no mercado das letras, o autor, com gentileza fidalga, remete-nos o exemplar antecipado, como lhe solicitára o interêsse e a curiosidade do jornalista.

Lêmo-lo, perpassando vertiginosamente as substanciosas quatrocentas páginas de *Le problème mondial,* pelas quais, de facto, o Sr. Dr. Costa Lobo espalhou elementos preciosíssimos de análise à vida contemporânea, quer em relação ao nosso país, quer em face dos acontecimentos que se desenrolam lá fora.

Livro que os estudiosos devem conservar para consulta, pelo valioso caudal de informações que fornece, não pode

ser apreciado na ligeira referência dum jornal. Uma impressão, todavia, se colhe duma rápida leitura: — que o notável professor elaborou um trabalho, que a muitos outros méritos, junta o de constituir um salutar exemplo de optimismo, de sinceridade e de acrisolado amor patriótico. Numa época em que a descrença invade e domina tanto os espíritos, *Le problème mondial* vale, por isso mesmo, como lição de inestimável preço.

*
* *

Extraordinàriamente viajado, tendo percorrido os campos de batalha, o Sr. Dr. Costa Lobo enfabulou o seu livro, na presença do heroismo português, quando a fogueira da Europa atingiu o seu auge. É o testemunho do esfôrço do nosso soldado, o alcance do seu sacrifício, a apreciação do valor dos aliados, como se a guerra constituisse o expoente das energias dos povos, postos face a face.

Como homem, cujo espírito se deleita no estudo das sciências exactas, o Sr. Dr. Costa Lobo não pretendeu fixar no seu interessantíssimo trabalho as conclusões definitivas do magno problema social que tem na guerra o seu marco milenário. Êle o diz, afirmando que «a resolução do problema depende do conhecimento perfeito de todos os elementos que dêle dependem» e mais «que reclamam conhecimentos absolutos inacessíveis ao homem» e que êle nos «apresenta constantemente novas condições, novas incógnitas».

Astrónomo notabilíssimo, bem sabe o Dr. Costa Lobo que a ordem e a prodigiosa harmonia que dominam a vida planetária, desparecem no mundo moral ou escapam à nossa deficiente observação.

Por isso, talvez, os inestimáveis materiais recolhidos no *Problème mondial* contribuam para se atingir conclusões, se não opostas, pelo menos diferentes das que obteve o ilustre professor. E é, não o ignora o Sr. Dr. Costa Lobo, a distância que põe mais em fóco os acontecimentos, como se a perspectiva fôsse a condição primordial da crítica e da análise histórica.

Vivemos ainda o ambiente da guerra. Cheiram a polvora os caracteres em todo o mundo. Só daqui a 50 anos, o observador poderá desenhar com aproximação o ritus da nossa presente fisionomia, avaliando a curva do esfôrço colectivo da humanidade para «qualquer coisa diferente» que, nessa época, terá já expressão definida e em movimento.

*
* *

Livro, por mais dum título curioso e interessante, *Le problème mondial* é bem uma publicação para lêr e meditar, destino invulgar dos nossos actuais livros, que parecem nascidos para o esquecimento. Representa, incontestávelmente, um valor e afirma o anceio de quem o subscreve, por que a humanidade progrida na sua marcha constante para a perfectibilidade.

Da análise às condições actuais da vida dos povos, o Sr. Dr. Costa Lobo preconiza como remédio aos males presentes, as seguintes conclusões:

1.ª Uma intensa e devotada propaganda de moral cristã, único meio de purificar os sentimentos humanos e de elevar o espírito a ideais superiores, onde se encontra a verdadeira felicidade;

2.ª Extirpar a especulação usurária. Ela é a causa primacial das mais desenfreadas e trágicas convulsões sociais;

3.ª Assistência constante e eficaz a todos os elementos produtores, com a certeza de lhes ser garantido o fruto do seu trabalho; disposições que conduzam, sem perturbação, todos os trabalhadores a serem proprietários e torná-los garantidos contra todos os acidentes previstos, aproveitando convenientemente do produto do seu trabalho e do espírito de economia que é necessário enraizar em todas as classes;

4.ª Organização para os Estados que assegure a moralidade, o zêlo e a continuidade da sua administração;

5.ª Levar ao máximo as virtudes patrióticas e assegurar a defeza nacional;

6.ª Abandonar a utopia da Sociedade das Nações e estabelecer a probabilidade da conservação da paz sôbre a base do bloco latino anglo saxónico, suficiente para defender a paz mundial.

Sôbre o problema português, diremos só que o livro se ocupa de câmbios, circulação fiduciária, dívida, *deficits,* comércio externo e interno, alta de preços, emigração, gréves, educação. É um tratado, com elementos copiosos de estudo. Lê-se com proveito e com prazer, mesmo que o leitor seja mais inclinado às leituras superficiais. E, dito isto, está dito tudo (1).

F. M.

---

(1) De *A Patria*, de 14 de Janeiro de 1922.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Un Triunfo de la Legalidad donde el lector poderá formar-se una idea de los manejos de la secta pasteuriana y de la importancia del Naturismo. Montevideo, Biblioteca de la Revista «Natura», 1909.

Leyendo á Veressaief — Algunas palabras sobre la Medicina ortodoxa actual, pelo Dr. Viriato Diaz Pérez. Montevideo, Biblioteca de la Revista «Natura», 1910.

Petición á la Honorable Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, contra la obligatoriedad de la Vacunación — 2.ª edição, anotada, por J. Fernando Carbonell. Montevideo, Biblioteca de la Revista «Natura», 1910.

Les Taxes Foncières Municipales, par Henri Vigneau. Toulouse, Vve Rivière, Libraire-Editeur, 1918.

Le Sursis en matière de justice militaire, por Raymond de Goutles. Toulouse, Imprimerie Vve Bonnet, 1918.

Le Domaine Aérien et la Guerre, por Pierre Lacroix. Toulouse, Imprimerie Vve Bonnet, 1919.

La Femme en Espagne — Étude Juridique, Sociale, Economique et de Législation Comparée, por Louis Lespine. Toulouse, Imprimerie Clémence-Isaure, 1919.

Les recours de l'Administration devant le Juge, por Louis Cavaré. Montauban, J. Prunet, Imprimerie-Éditeur, 1920.

A Propos de quelques cas d'Actinomycose, por André Puech. Toulouse, Librairie J. Marqueste, 1919.

La Chirurgie de la Constipation — Stase intestinale chronique, por Charles Lefebvre. Toulouse, Imprimerie H. Cléder, 1919.

Contribution a l'Estimation de la Dynamique cardiaque en Clinique, por Jean Girou. Tolouse, Imprimerie P. Julia, 1918.

Tumeurs liquides du Ligament large, por Gourliau. Toulouse, Ch. Dirion, Libraire-Editeur, 1915.

Contribution a l'Étude anatomique de l'Orcille interne osseuse chez l'homme adulte, por Philippe Bellocq. Toulouse, Imprimerie et Librairie Edouard Privat, 1918.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura..... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 2

1922
Fevereiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Rex Pacis, por Santos Farinha 57
A Economia Política e a Agricultura, por D. Luís de Castro 67
Parentes açoreanos do Condestável Dom Nuno Alvares Pereira, por António Ferreira de Serpa 80
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 91
Boletim bibliográfico 101

REX PACIS

«On peut fonder sur son Pontificat les plus belles esprits».

CARDEAL ANDRIEU, *Acquitaine,* Setembro, 1914.

O egrégio príncipe da Igreja, de letras florentes, talento scintilante, acepilhado critério e abalizado tino diplomático, que o escrutínio do conclave de 1914 exaltou à Sedia Pontifical, tomando o nome de Bento XV, é, sem dúvida, a personificação excepcional dos nobres e conspícuos predicamentos dos seus ínclitos antecessores, que fulgem na história da humanidade como os beneméritos apóstolos da Paz mundial.

Este Pontificado, ora findo, de sete anos e três meses, opulenta-se com altíssimas benemerências, tanto mais notáveis, quanto conturbados foram os tempos em que a acção de Bento XV se exerceu no mundo inteiro, com fulgentíssimo sucesso, inatingível pelas mais sagazes previsões.

Refremiam as mais violentas paixões, e a quadra era afogueada por ódios truculentos, que faziam correr jorros de sangue, emquanto ondas de fogo assolavam povoações inteiras. É nesta conjuntura de tão descaroável atrocidade que Bento XV, envolto na sua branca sotaina, se apresenta a todos os povos, calmo, sereno, inflexível, aprumado, ostentando o seu carácter rígido e macisso, e a sua alma transbordante de acrisolada bondade para com todos os infortúnios e todos os desafortunados, pregoando os foros sacratíssimos da verdade e os inauferíveis direitos da justiça.

Aparece a falar ao mundo inteiro, e a sua palavra é o brado da justiça, da misericórdia e da paz.— *Un Pape ne peut vouloir et precher que la paix* (1).

---

(1) Entrevista de Bento XV ao jornalista Latapie, publicada na *Liberté,* de 22 de Junho de 1915.

O primeiro documento emanado da Cadeira de S. Pedro, no Pontificado de Bento XV, em 6 de Setembro de 1914, é um caloroso apêlo em favor da paz, e o anceio veemente de contribuir, por todas as maneiras, para atermar o sangrento prélio. É uma página eloqüente, sentida, persuasiva, tersa e límpida, digna dos mais eloqüentes monumentos que a Patriótica Sacra religiosamente conserva. Não seja tomada à conta de exagêro a comparação, que julgo lícita, do proceder de Bento XV com os grandes Papas pacificadores da humanidade.

Fala aos beligerantes com aquele acento de radicada convicção e ferveroso zêlo com que Leão I afrontou o cruel Átila (1), e sem ocultar o desgôsto pelas atrocidades cometidas, o incitava desassombradamente a respeitar a vida, a propriedade, os bens dos perseguidos povos, ao que o fero tirânico aquiesceu. Também Bento XV fulminara todos os atropelos do direito natural e das gentes, e as crueldades perpetradas em nome do direito da guerra, — *Magnopere reprobantes.*

Diz-nos a história que êsse outro glorioso Pontífice Inocêncio I corre de Ravena para salvar Roma, ameaçada pela braveza de Mário I, rei dos Wisigodos, e se a sua emprêsa não tem o êxito de S. Leão Magno, em muito contribuiu para reparar danos ingentes e compensar rudes iniqüidades (2).

Também se as súplicas de Bento XV não foram logo atendidas, a sua acção dulcificou muitas agruras, corrigiu muitas injustiças, guareceu muitos infortúnios e reparou gravíssimos danos. Basta relembrar a acção de Bento XV em favor dos prisioneiros.

Abre largas mãos em favor das vítimas da guerra, enviando abundosos donativos ao Cardeal Hartmann, Arcebispo da Colónia e ao Arcebispo de Rennes, para socorro das criancinhas doentes e órfãs na grande guerra, e famintas pela inclemência da miséria. Ao Cardeal Mercier (3) envia vinte e cinco mil liras para aligeirar os infortúnios do povo Belga,

---

(1) Hartmann Grisar, traduzido por E. Ledos — *Histoire de Rome et des Papes au Moyen-Age.* Paris, 1906, vol. I, págs. 76–77.

(2) Cf. Drose, *Historiarum adversus Paganos libri septem*, VI.

(3) Carta do Cardeal Gasparri ao Cardeal Mercier, de 6 de Abril de 1915. A França recebeu 40:000 francos, a Galícia 25:000 fr., o Luxembargo 10:000 fr., em 1915.

e outra vez dez mil liras para as necessidades cultuais da mesma nação (1); atende os judeus de New York, que em 30 de Dezembro de 1915 solicitam a Paternal interferência do Sumo Pontífice em favor dos prisioneiros israelitas (2); para Constantinopla envia, encarregado de missão melindrosíssima, protecção aos prisioneiros, Mgr. Dolci (3), o qual, com rara habilidade, conseguiu a nomeação de capelães militares católicos para a assistência aos prisioneiros, aos quais fez a entrega, por intermédio do ajudante do Ministro da Guerra Kaarim-Sey, dum elevado donativo de Sua Santidade. Não foram, pois, só os católicos que beneficiaram da acção do imortal Pontífice; além dos mussulmanos, também os Arménios Schismáticos, em favor de quem intercedeu, com vívido empenho, o mencionado e ilustre diplomata Mgr. Dolci. O Patriarca Arménio Schismático e o Conselho dos notáveis do seu Patriarcado, testemunharam ao delegado apostólico, o mesmo Mgr. Dolci, a sua enternecida gratidão (4). Foi tal o prestígio de Bento XV em Constantinopla, prestígio político, prestígio religioso, prestígio de bondade, que a capital da Turquia via levantar-se uma estátua ao Chefe Supremo da Cristandade.

Em favor da misérrima situação dos Russos solta um apaixonado clamor, procurando lenitivar tantas desventuras.

É interminável o relato dos feitos de benemerência assinalada de Bento XV, que patenteia a colossal e inexcedível importância política dêste grande Papa, e imprime superior relêvo à sua natural bondade.

Madame de Wiart e Madame de Thuillier, esta francesa, aquela belga, condenadas à morte, devem a sua vida e liberdade ao Sumo Pontífice Bento XV.

Debalde com o mais anceiado empenho, tinha o govêrno britânico solicitado a libertação do filho do rajah de Cochim, imediatamente libertado, quando por êle intercede Bento XV, obtemperando à súplica que lhe dirigira o venerando Bispo de Meliapor, D. Teotónio Ribeiro Vieira de Castro, a quem

---

(1) Carta do Cardeal Gasparri à *Ligue pour le relèvement du culte en Belgique.*

(2) Carta de Louis Marshall, presidente e mais membros da *American Jewish Committee.* New York, 30 de Dezembro de 1915. Resposta do Cardeal Gasparri, em 9 de Fevereiro de 1916.

(3) Cf. *Osservatore Romano,* 14 de Janeiro de 1916.

(4) *Revue du Clergé Français,* 15 de Novembro de 1915, págs. 379-381.

o rajah rogara protecção para o seu querido filho prisioneiro.

Em favor dos prisioneiros Sérvios, faz interpor a sua mediação por intervenção do Cardeal Príncipe, Arcebispo de Salzburg, mitigando-lhes as agruras do exílio e os discomodos de cativeiro.

Para proteger os prisioneiros ingleses e franceses, retidos nos campos de concentração alemães, organiza o *Office episcopal de Paderborn,* sob a Presidência de Mgr. Schultz, em contacto constante com *Office provisoire d'informations sur les prisioners de guerre* de Roma, tendo como intermediário Mgr. Bouvet, Bispo de Génova.

Por estes organismos Bento XV enxugou muita lágrima, e levou confôrto e alegria a muito lar entenebrecido pelos horrores de crudelíssimas incertezas sôbre a sorte de entes queridos, cujo paradeiro era ignorado.

Ainda é Bento XV quem obtém dos governos das nações beligerantes o descanço dominical para todos os prisioneiros.

A caridade inexgotável do Santo Padre empreende a troca dos prisioneiros feridos, incapazes do serviço militar. O Rei de Inglaterra apressa-se em responder: «*Je désire remercier Votre Sainteté pour son télégramme; c'est avec une profonde satisfaction qui moi et mon gouvernement avons accueilli la proposition de Votre Sainteté qui ajoutait son poids aux suggestions déjà faites par nous au gouvernement allemand. Ce gouvernement vient de nous signifier son consentiment, et j'espere qu'un arrangement sera mis à execution avant que beaucoup de jours de la nouvelle armée se soient écoulés*».

Em termos de caloroso agradecimento escreveu Sir Moward, ministro de Inglaterra, ao Cardeal, Secretário de Estado: «*Je suis emu de la très grande bienvaillance dont Benoit XV a donné la preuve, par ses éfforts dans le but de realiser les desirs qui tenaient si vivement à coeur à mon gouvernement, et je peux, dès à present, assurer Votre Eminence de la grande satisfaction de mon gouvernement,* POUR LE MAGNIFIQUE SUCCÈS QUI COURONNE L'INITIATIVE DE SA SAINTETÉ.

«*J'ai aussi l'honneur d'adresser à Votre Eminence mes vifs remerciements pour son emprenement, et mes felicitations,* POUR LA GRANDE HABILITÉ QU'ELLE A APPORTÉE A TROUVER LES MOYENS DE SECONDES LES VUES DE MON GOUVERNEMENT» (1).

---

(1) Carta a M. Howard do Cardeal Gasparri, de 3 de Março de 1915.

Poincaré, o rei Alberto da Bélgica, o govêrno japonês, acataram a instância Papal. Inocêncio I não fez mais, nem tanto.

O autonomástico papa Pacificador é Gregório Magno. Muitos são os pontos de contacto entre os dois Pontífices da Paz.

A celsitude de S. Gregório Magno resulta primacialmente da forte urdidura de embaraços e obstáculos à sua obra pacificadora, que a sua infatigável actividade logrou vencer.

¿ Na mesta conjuntura em que Bento XV iniciou o seu Pontificado, quantas e que magnas dificuldades surgiram, de todos os lados, entravando a sua obra ? ¡¿ E como perduraram os embaraços ?! Mas a sua firmíssima bondade levou-os de vencida.

S. Gregório Magno foi contrariado pelo egoismo do famigerado Romanus; ludibriou-o a astúcia de Ariulfo, Duque de Espoleto; a rectidão das suas intenções e a pureza dos motivos que a determinavam foram suspeitas pelo imperador Maurício e seu filho Teodósio. S. Gregório suportou com cristianíssima humildade as afrontas pessoais, e vindicou, com magestosa altanaria, a severa imparcialidade do Vigário de Jesus Cristo.

Talqualmente no pontificado de Bento XV.

O referver dos ódios excitados pela guerra; as rivalidades; as dissensões que o prélio sangrento exacerbou; o enfuriado sectarismo e preconceitos de várias origens, entenebreceram muitos espíritos, que perderam a serenidade da visão e a calma imprescindível para a justa apreciação de pessoas, factos e palavras.

Olvidaram muitos a irrefragabilidade dos deveres que impendem sôbre a pessoa do Chefe da Igreja Católica, que tem de se manter na mais aprumada inflexibilidade, sem transigências, sem abdicações, mas sem o mais ténue vislumbre, o mínimo rastro de parcialidade, pairando sobranceiro aos interêsses mundanais.

Não o entenderam assim, e as lamentações de uns, as objurgatórias insultuosas de outros, a propósito das Encíclicas sôbre a Paz, da alocução no Consistório de 6 de Dezembro de 1915, da Carta ao Cardeal Vigário, da entrevista Latapie (em que o pensamento do Santíssimo Padre foi deturpado), da mensagem de 4 de Março de 1916, da própria oração da Paz, lembram o eco das enturvadas malevolências de que foi vítima S. Gregório, que respondia aos maldizentes mandando o subdiácono Antimius resgatar os na-

politanos tomados pelos Lombardos, à custa de avultadas somas (1).

Como aconteceu ao grande Pontífice do século VI, ao glorioso pacificador do século XX, não faltaram as argüições contra o seu anceio pela paz, que muitos consideraram importuno e impolítico acusando-o, caluniosamente, de parcial.

Escritores, jornalistas e homens de Estado (2) assustaram-se, e levaram à conta de parcialidade as admoestações em favor do termo das hostilidades, da mesma maneira que no tempo de S. Gregório a côrte de Constantinopla contrariou os desígnios pacificadores do grande Papa daquele conturbado período.

Gregório foi elevado às honras dos altares, e Bento XV recebeu alfim as homenagens mais sentidas e sinceras do mundo inteiro; S. Gregório refulge na história do mundo como o *Apóstolo da Paz;* Bento XV passa à posteridade como o *Pontífice da Paz*.

De todos os lados, os homens de boa vontade se levantaram na defesa de S. Gregório; nos nossos tempos, em todos os campos, se reconheceu, alfim, a inteireza de rectidão, a largueza de vistas e a generosa bondade do venerando Pontífice que, ao morrer, oferece a sua vida pela paz do mundo, e que em vida falou alto e firme, sem reservas nem temores.

Bem merecidos são tais encómios.

Se Leão IV livrou Roma do jugo dos Sarracenos, Bento XV poupou à cidade eterna formidandas devastações. Se Estevam II, Gregório X, Inocêncio V, Lúcio II e Nicolau III, figuram na história como os pacificadores da Itália, Bento XV fica ao lado dêstes nimbado de luz, como benemérito salvador da sua pátria. Se Alexandre IV, Bonifácio VIII, Clemente VI, Gregório XI, Inocêncio III, João XV, Martinho V, Urbano V e Leão XIII, são os diplomatas habilíssimos, dominados pelo cristianíssimo ideal da Paz Universal, Bento XV, o autor da Encíclica *Pacem Dei munus pulcherrimum,* será até à consumação dos séculos, conclamado por todos os povos, o *Pontífice da Paz*.

Por isso, à hora do seu piedoso trânsito, todas as bandei-

---

(1) S. Gregório, Epístola, liv. VI, Epis. XXXV.

(2) Entre outros, Alfred Capus, Carrere, Nolva, respectivamente no *Figaro*, 6 de Março de 1916; *Temps*, 5 de Março de 1916; *Revue*, 15 de Fevereiro de 1916.

ras se abateram, e a universalidade das homenagens, brotando de todos os arraiais e de todas as regiões, assumiu as proporções duma sincera e espontânea consagração.

¡Transluzentíssima manifestação da justiça!

O chefe do Corpo diplomático, acreditado junto da Santa Sé, o embaixador da Espanha, sagra ante o Sacro Colégio, no dia 28 de Janeiro último, o preito de saüdosa admiração pelas virtudes e méritos que ornavam a Sagrada Pessoa do Pontífice falecido: «*Les representants diplomatiques près le Saint Siège, ici presents,* en nombre plus grand qu'en aucune autre époque de l'histoire, *ressentent cette douleur d'autant plus qu'il leur a été donné d'admirer respectivement de près les hautes vertus morales et intellectuelles du Saint Père que nous pleurons tous, son esprit juste et genereux, les trésors de bonté de son coeur apostolique, la charité chrétienne avec laquelle il a su, dans les temps orageux de son pontificat, soulager d'une manière inlassable et sublime les souffrances spirituelles et materielles de milliers d'êtres humains, sans distinction de races, de peuples, et de religions. Dans ce moment, si triste, aux prières du Sacre Collège, et à celles d'innombrables coeurs reconnaissants, nous unissons les nôtres pour ce Saint Serviteur du Dieu tout-puissant, qui est entré dans l'Eternité, en confondant avec son dernier soupir une supplique ultime pour la paix du monde*».

Nesta comovida alocução vai o elogio dos dotes aprimorados do grande Papa, e também a inequívoca confissão do prestígio do Papado em 1922, unido estreitamente à vida dos povos, por isso que as representações diplomáticas junto da Santa Sé atingiram um máximo nunca até agora igualado — *en nombre plus grand qu'en aucune autre époque de l'histoire.*

Este facto, por si só, resume toda a relevância do Pontificado de Bento XV, e é o precónio solene, imponente de magestade, insofismável, das altíssimas qualidades do grande Pontífice da Paz, e da eficácia da sua acção proficientíssima. E assim se verificou a previsão de Georges Guyau — *Pape politique et Pape religieux, Benoit XV sera l'un et l'autre son passé nous en est garant.* (*Revue des Deux Mondes,* 1 de Outubro de 1914).

Ninguém ignora que o Pontificado de Bento XV, o inesperado eleito no conclave de 1914, foi recebido com assinalado entusiasmo, e sob os mais favoráveis auspícios.

Todos o sabiam discípulo valido e dilecto do prestigioso Cardeal Rampolla — a dextra possante do imortal Leão XIII,

e afirmava-se a sua rara competência pela sua permanência na nunciatura de Madrid, e treze anos na sub-Secretaria de Estado, em contacto com os Estadistas de todo o mundo. Apregoava-se a sua ardorosa tenacidade, raras faculdades de trabalho, possante memória, conhecimento das questões pendentes nas chancelarias, rijeza de convicções religiosas e afabilidade de trato.

O Cardeal Andrieu escrevia ao tempo da Coroação de Bento XV: «*Avec les grands talents et les hautes vertus qui le distinguent, Benoit XV ne manquera pas de continuer le sillon si largement ouvert par Pie IX, le Pape de l'Immaculée Conception et du Syllabus: par Leon XIII, le Pape des Encycliques et des ouvriers, et par Pie X, le Pape de l'Eucharistie, le defenseur intrepide de l'Église et de son immuable hierarchie. L'election du nouveau Pape a été accueillie avec faveur partout, meme dans les spheres diplomatiques*» (1).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Perú, anuncia no Parlamento de Lima, nestes termos a eleição de Bento XV: «Esta eleição desperta entusiasmo no Perú, onde são muito conhecidas as altas qualidades de saber, virtude e prudência, que distinguem em alto gráu o Chefe Supremo da Igreja» (2).

Os eventos subseqüentes encarregaram-se de justificar estas benevolentes previsões, baseadas no passado brilhante do Excelso Pontífice, a quem a chamada profecia de S. Malaquias atribuía a designação «*Religio depopulata*». Esta frase é a mais frisante e impressionante síntese do pontificado de Bento XV, que atravessou uma guerra sem precedentes, cataclismo medonho que conta os mortos por quinze milhões, assolando tantas regiões e levando a desolação, o luto, a amargura mais pungente a todos os recantos do mundo.

Bento XV foi o Papa na desolação do Universo inteiro, e o seu papel foi o do Pastor, sacrificando-se pelo seu rebanho; a sua missão a do Pai carinhoso e solícito, velando por todos os seus filhos.

Papa político, serviu-se do prestígio Papal para firmar a autoridade Pontifícia como elemento de pacificação universal, e procurar a solução mais rápida do ingente e sangrento conflito.

---

(1) *Acquitaine*, Setembro de 1914.
(2) Aguas, *Corriere de Italia*, 10 de Setembro de 1914.

Papa religioso, procurou patentear ao mundo a sobreexcelência do doutrinamento de Jesus Cristo, socorrendo todos os que sofriam, aligeirando todas as dores, valendo a todos os infortúnios, e socorrendo todos, até os inimigos. *Benefacite his qui oderunt vos.*

E graças à acção de Bento XV, a grandeza do Papado impõe-se ao mundo inteiro: o ilustre diplomata M. Jonnart, o embaixador de França, junto do Vaticano, o confessou.

O escritor francês Saint Brice, declarando que «*la mort soudaine de Benoit XV met toute la catholicité en deuil*», acrescenta: «*La pitié du Pontife s'etendit a tous ceux qui payaient un si lourd tribut d'epreuves... grace a la finesse diplomatique de Benoit XV, l'Eglise à traversé sans catastrophe le duel des peuples chrétiens.*

E o Cardeal Mercier, essa figura venerabilíssima, ressurreição no século XX do desprendimento patriótico dos Bispos de antanho, êsse ancião tão respeitável pelo seu carácter brônzeo, como pelo seu scintilante saber, resume numa frase todo o amor de Bento XV à Bélgica. *Le Saint Père a été d'une bonté touchante.*

E para fechar, com chave de ouro, êste mal alinhavado elogio de Bento XV, de sôbre pensado reservei para o fim um dos testemunhos que mais comoveu a minha sensível emotividade.

É sabido que nos sete anos do seu Pontificado, Bento XV assistiu à sucessão de imprevistas ruínas, o desmoronar de vetustas tradições, e também presenciou inesperadas ressurreições. Sob as suas paternais vistas, a Irlanda soltou o clamor da libertação, e a Polónia reconstituíu-se, e a alma de Bento XV comparticipou das tristuras e dos júbilos dos fiéis de Varsóvia, aos quais estendeu a mão solícita, para reparar uma iniqüidade tão amargamente lamentada pelos seus antecessores.

O testemunho de gratidão da Polónia, a exclusiva confiança dessa inditosa gente em Bento XV, ressalta da carta do conhecido romancista Sienkiewicz, o autor do *Quo Vadis,* escrita em 6 de Novembro de 1915, ao Cardeal Gasparri, nestes compungidos mas confiantes termos: «*La nation polonaise a toujours été profondement catholique, sa foi à resisté aux plus dures épreuves, mais la bonté paternelle du Saint Père et l'amour qu'il à temoigné à notre chère patrie nous rendent sa personne particulièrement chère et vénérable. Le nom de Benoit XV est invoqué, avec tendresse filiale, sur tous les points de notre vaste pays, impregné de sang et*

des larmes. Tous les yeux se tournent vers lui, pleins d'espérance, et avec la confiance absolue que, le monde entier dût-il abandonner la Pologne à sa desolation elle trouverait encore un protecteur dans le meilleur et le plus genereux des Pères».

¡Palavras como estas só a fôrça da convicção as inspira!

E dessa cariciosa ternura ficou perdurável monumento — o triunfal êxito da missão junto dos polacos, que Bento XV confiou a Monsenhor Achilles Ratti, ensejo para revelação de invulgares dotes de outro insigne diplomata, luminar insigne da Igreja, que o mundo hoje admira na Augusta Pessoa de Pio XI, em quem revive Bento XV, de imortal fama e imperecível glória.

Santos Farinha,
Da Faculdade de Teologia
da Universidade de Coimbra.

A ECONOMIA POLÍTICA E A AGRICULTURA (1)

Os quatro grandes agrupamentos económicos no seu desenvolvimento histórico, podem escalonar-se dêste modo, entendendo-se por unidade económica o círculo no qual se passam os principais fenómenos económicos da *produção, distribuïção e consumo* das riquezas materiais:

I. Economia familiar ou doméstica;
II. Economia urbana;
III. Economia nacional;
IV. Economia mundial.

Na Economia familiar engloba-se: 1.º a *grande* família, que a escola «da sciência social» qualifica de família *comunitária* e que compreende pais e filhos solteiros, avós, mulheres dos filhos, netos e serviçais. É a família da Idade-Média na Europa; 2.º a *pequena* família, de nossos tempos, compondo-se ordinàriamente e actualmente dos pais e filhos solteiros; 3.º o *domínio,* que é uma espécie de família sob a chefia de um Senhor ou de uma abadia, agrupando numerosas pessoas e famílias consagradas a vários mesteres, que teve lugar considerável nos séculos XI e XII.

Qualquer dêstes três núcleos bastava-se a si mesmo.

No segundo degrau desta escada económica, o reduzido agrupamento principia de alargar-se e surge a Economia urbana, que, iniciada na Europa ainda nos séculos XI e XII, vem até nascer a Economia nacional, que se caracteriza amplamente no século XVII, tendo seus tipos representativos na política mercantilista de Colbert e Isabel de Inglaterra.

A supressão das barreiras nas cidades, a interpenetração

---

(1) Prelecção inaugural da cadeira de Economia Rural, no Instituto Superior de Agronomia — Ano lectivo de 1921-1922.

das províncias, as vias de comunicação, a organização da polícia penal, a administração global, os sistemas monetários nacionais, o exército nacional, a produção numas regiões de cousas destinadas a outras regiões, tornam *o país a unidade económica,* e um grande mercado nacional se forma anulando os mercados locais, ao mesmo tempo que *o país* se transforma *em unidade política*. Vem então o desenvolvimento industrial e comercial das nações modernas. De qualquer forma fomos nós, os portugueses, os que alçapremaram a civilização para êste terceiro estádio pela descoberta da via marítima para a Índia.

Com o século XIX abre-se para a Europa ocidental e central e para os Estados Unidos a Economia mundial, o quarto estádio. As teorias livre-cambistas irrompem com Adam Smith, Cobden e Peel. No precedente estádio as províncias interpenetravam-se. Cabe agora a vez econòmicamente às nações pela influência contínua dos mercados de umas sôbre os de outras, de tal maneira que acima dos mercados locais e nacionais um mercado internacional se constitue. Há barreiras aduaneiras entre países, há grandes exércitos para cada nação; não se perdeu a unidade económica nem a unidade política, mas existe uma solidariedade económica entre as nações.

Tais são em rapidíssimo escôrço os estádios do desenvolvimento económico contra os quais é preciso pôr de sobre-aviso o observador superficial quanto à incomunicabilidade de uns para outros. A sua sucessão histórica não se realizou ou não se realiza de forma tão nítida como apontei. Há enredamentos, entrelaçamentos e nem sempre a ordem foi assim tal qual a marquei. O quadro, entretanto, nas suas linhas globais, é êsse.

*
* *

A esta última transformação histórica da Economia, baseada em grande parte no avanço dos conhecimentos geográficos, devidos à portentosa política de expansão e à sciência náutica dos portugueses, corresponde, sob êste ponto de vista geográfico, o extraordinário fortalecimento da acção do homem sôbre a distribuïção das espécies, a sua acção sôbre o melhoramento dos meios e sôbre o aperfeiçoamento dos seres vivos. Bem sabido é que já no século XIII, pelas viagens de Marco Polo, de Fr. João de Plano Carpini, de Guilherme Rubruck, de Fr. João de Monte Corvino, de Fr. Odorico de

Pordenone e muitos outros, se estabeleceram relações entre a Europa e o Extremo Oriente, essas terras fabulosas de Cathaio ou ilha de Cipango, mas preciso é atingir o século xv com o Infante D. Henrique e os nossos Afonso de Paiva, Pero de Covilhã, Bartolomeu Dias, Duarte Pacheco, Pedro Álvares Cabral e Vasco da Gama, para se efectivarem, sob um ponto de vista intenso, as relações da Europa com as Índias, quer asiáticas, quer americanas, e com a África.

Desde então o desenvolvimento de curiosidade dos exploradores não parou. Quando se encara um panorama deslumbrante pela vez primeira, não se atenta nas minúcias da paisagem desenrolada ante nós; quando os nossos olhos se vão saciando de beleza é que pouco a pouco vão perscrutrando as linhas, a forma, as côres, os contornos, os esbatidos, que formam o conjunto maravilhoso. O mesmo sucedeu com as descobertas e com as explorações geográficas. Aos Gamas sucedem, por gradações sucessivas, os Garcias da Orta. E, de minúcia em minúcia, atinge-se o conhecimeuto global da geografia, pela política, pela economia, pela botânica, pela geologia, pela agricultura....

Entretanto os portugueses com aquela explêndida sagacidade, que demonstraram na preparação e na execução do seu plano imperial, sabiam já ao que iam, tentando penetrar nos países dos aromatos e das especiarias, dobrando a *terra incognita* do continente africano, onde encontrariam as substâncias vegetais capazes de rivalizar com as da flora oriental, que pelo Mediterrâneo vinham até ao mercado europeu. D. João II logo que recebeu a pimenta, trazida por João Afonso de Aveiro, da costa de Benim, mandou-a logo para França a ver se destronava com ela no mercado a pimenta asiática. A preocupação económica envolvia na sua formação, a nossa epopeia marítima sem a manchar ou poluir. O alargamento dos âmbitos da geografia influia imediatamente na Economia. E essa influência provinha do descobrimento de novas plantas. A malagueta dá o nome a toda uma extensa costa africana, chamada hoje da Libéria, e que vai do Mesurado ao Cabo das Palmas. A botânica valorizada pela Economia marcou padrão em Geografia. A descoberta geográfica trouxe um novo desenvolvimentó e expansão à Economia. Descobrir a malagueta *(Amomum granum paradisi)* e outros produtos da África Equatorial, foi assinalar uma época notável na história comercial do mundo (Conde de Ficalho); foi iniciar a luta económica do Atlântico com o Mediterrâneo.

Descobrir caminho ao longo do enorme corredor de 4:000 quilómetros, alongando-se entre Borneo e Celebes, ao norte, Sumatra, Java, Flores, ao sul, e fechado pela Nova Guiné, para chegar às quatro ilhas de Amboina, Banda, Teonate e Tidore, tão cubiçadas por todos os povos comerciantes do mundo por serem as «ilhas das especiarias» donde vinham para a Europa, pela Índia, Pérsia e Arábia, as cargas de noz muscada e de cravo; descobrir êsse caminho por mar depois de ter descoberto as plantas, passar da geografia à botânica e ao comércio, fácil é revolucionar o mundo económico.

Mas nem por isso deixa de ser exacta a minha afirmação, antes se confirma, de que aos Vasco da Gama sucedem por gradações sucessivas os Garcia da Orta. Se antes dêste *físico* chegar à Índia, já se abrira para a canela, para o cravo, para os aloes, para o noz muscada, para o sândalo, para a cânfora, o caminho marítimo da Europa; ninguém antes dêles, apesar da *Carta* de Tomé Pires a El-Rei D. Manuel, observara com relativa sciência botânica as plantas, e da experiência da sua aplicação médica e do seu uso na vida quotidiana do homem, tirara, até certo ponto, uma base justificativa e uma razão impulsora do desenvolvimento económico do seu comércio na Europa.

António Nunes já antes ensinara, sob o ponto de vista comercial, como se negociava nos diversos portos todas as drogas e especiarias indiáticas.

O aspecto económico das nossas descobertas no domínio geográfico honra-nos sobremodo. Soubemos dar à Economia um grande impulso, soubemos informá-la scientificamente, tanto quanto a época o consentia; a Economia Política engrandeceu-se com o avanço que soubemos dar aos conhecimentos geográficos, encaminhou-se por nós, para a organização do mercado internacional pela geografia e pela botânica.

*
* *

Os pioneiros europeus encontraram vegetais úteis já empregados pelos indígenas — os da China, os da Índia, os da América. De Candolle lá nos diz que a aveia, o sorgo, o milho, o arroz, a fava, o feijão, a batata, o pimento, a berinjela, o rabanete, a cebola, o topinambo, o girassol, a alface, a alcachofra, o melão, a abóbora, e tantas outras plantas que dominam hoje nas nossas hortas e nos nossos campos, são devidas às descobertas no Oriente e na América. Não seja-

mos tão jatanciosos que julguemos tudo devido ao esfôrço scientífico da velha Europa e a nossos avós de ontem. Em tempos históricos — para não me aventurar em digressões mais afastadas ainda — sucessivamente se afirmou em toda a parte o espírito de observação e de generalização do homem. Direi entretanto, de passagem, que o trigo do qual Aaronhson encontrou ha dez ou doze anos, o tipo primitivo na Palestina, já era conhecido sob uma forma diferenciada pelos habitantes das vilas lacustres. Em todos os pontos do globo foi surgindo sucessivamente uma selecção elementar das variedades com o auxílio da acção natural dos solos e dos climas, e um conhecimento — crescente com a civilização — dos meios, da alimentação favorável ao desenvolvimento dos animais, das plantas, e, portanto, dos rendimentos da terra.

E para abaixar o nosso orgulho europeu, direi ainda que há uma dezena de anos foram descobertos no Turkestão chinês, livros impressos no século VIII, isto é, 700 anos antes de Guttemberg. Êste grau de civilização tão soberanamente testemunhado assim, faz-me crer com um ilustre escritor francês, que a agricultura chinesa tinha nesse tempo sôbre a nossa, o mesmo avanço que a sua imprensa.

Não insisto. Aquela civilização estacionou, e ajudados pela nossa desenfreada e abençoada ambição, tendo-nos fartamente aprovisionado de ensinamentos e de materiais nessas paragens longínquas, nós ultrapassamos ràpidamente todas essas civilizações e fizemos atingir em Economia êsse quarto escalão a que aludi. É dizer quanto a geografia botânica tem alargado e influenciado as cousas da Economia; indico dêste modo como é complexo o estudo da Economia em geral e isto marcando apenas essa complexidade dentro dos limites agrícolas, como princípio apenas a demonstrar, pois, não só acêrca dêste ponto especial há mais a dizer, como terei de aludir a outros de influência capital, no desenvolvimento do âmbito da Economia encarando-a mesmo tão sòmente sob o prisma que neste momento e neste local sobretudo nos interessa.

Estas influências da geografia botânica — que em realidade só agora o é, — acentua-se decisivamente no século XIX, porque tomam, sobretudo na sua segunda metade, um carácter na verdade scientífico.

A introdução na Europa de plantas exóticas que alteraram o *facies* cultural e revolucionaram a economia agrícola, estava feita com o trigo, a batata e o milho. Mas desta data

recente em diante, muito se tem feito, e resta por fazer, guiando-nos a luz certa da sciência, e não o bruxulear do empirismo.

As condições do solo e do clima aproximando-se entre as duas regiões tornam viáveis os intercâmbios das plantas. A nossa flora económica pode enriquecer-se com plantas de regiões temperadas dos dois hemisférios, ou mesmo das regiões tropicais, quando o ciclo da sua vegetação decorra entre a primavera e o outono, como sucede com o feijoeiro ou com o milho.

Dentro destas regras, veja-se o alcance económico, verdadeiramente colossal, que resultou da introdução na Europa das cepas americanas resistentes à filoxera. O govêrno dos Estados Unidos da América do Norte, cujo espírito eminentemente prático ninguém ignora, manda a toda a parte expedições scientificas que lhe acarretam despezas enormes, à procura de plantas que possam enriquecer a sua agricultura. E assim Fairchild, Webber, Swingle, Scofied, Hausen, Meyer, entre outros, têm dotado a sua terra com a cultura da figueira, da tamareira, das lusernas para regiões sêcas, do arroz aquático para os pântanos, com porta-enxertos novos para árvores fructíferas, etc.

O desenvolvimento económico da colonização dos países tropicais muito pode dever e já deve ao estudo da geografia botânica e sua aplicação prática, mais facilitada ahi por serem menores as diferenças climáticas.

¿¡Nesse sentido quanto tem trabalhado a Bélgica para o seu Congo!? Em Ceilão e em Java, a hevea brasílica garante a produção do *caoutchouc,* ao contrário do *Manibot* e da *Castilloa.* ¡E quantas plantas estão em estudo para se investigar da sua utilização económica, que pode, de um para outro momento, criar inesperadas riquezas, garantir importantes salários, ocupar frotas, criar, emfim, e satisfazer necessidades, que são os estímulos inexgotáveis da civilização!

*
* *

E essa mesma satisfação de necessidades que é, em suma, a base de todo o processo económico, e que levou a Economia a subir os escalões que indiquei, também a conduz à produção agrícola vulgar cada vez mais intensa, à repartição cada vez mais apressada para o consumo cada vez maior de uma população crescente. E então torna-se-nos preciso utili-

zar cada vez melhor e cada vez mais os elementos de que dispomos. ¿Como? Melhorando o meio, tornando-o por seu turno cada vez mais apto, a que uma dada planta ou um dado animal, nele se desenvolva mais ràpidamente e mais prolifere; melhorando essa espécie ou essa variedade por maneira a que se alcancem formas que forneçam rendimentos superiores em qualidade e em quantidade.

E aqui está como entram em função económica a química, a biologia, a microbiologia, a bacteriologia, a mecânica, a hidráulica, a higiene, a medicina veterinária, a nosologia vegetal, a genética... Não é só a geografia que representa um papel no acto agrícola, com certeza o de maior interêsse, da peça de grande espectáculo, profundamente dramática, que é a Economia política.

Ao soberbo progresso da química deve imenso a Economia. «O desenvolvimento da civilização, que seguiu de perto o desenvolvimento da indústria, deve à química tanto como a própria indústria» (B. L. Nanzetti).

A química explicando a razão do emprêgo imemorial dos adubos orgânicos, e em especial do estrume de curral, pôs em evidência o papel do azote na vegetação e de outros elementos essenciais para a vida das plantas; chamou com Humboldt à utilização no cultivo das terras, primeiro o guano e o nitrato de soda, fontes de azote, depois os superfosfatos, em 1843, graças a Liebig e a Lawes, em seguida, aí por 1862, a potassa. Se juntar a Lawes, os nomes dos sábios Gilbert, Georges Ville, Boussingault, Joulie, Müntz, Girard, Déhérain, etc., etc., tenho apontado alguns dos da pleiade dos cultores da química a quem se deve a orientação no emprêgo raciocinado, scientífico dos adubos químicos em geral, que levando um acréscimo de fertilidade aos terrenos permite um acréscimo no stock alimentar das populações esfomeadas.

Mas o azote dos nitratos é esgotável e a necessidade dêste elemento é inesgotável. A química aliada à electricidade acudiu a esta crise económica aflitiva. ¡Sem azote não há pão, não há alimento que chegue! Utilizou-se o azote infindável do ar atmosférico. Captou-se. ¡A electricidade e a química serviram nesse momento amplamente a Economia mundial! E como se ainda fôsse lenta para a pressa da necessidade a acção dos adubos postos pela sciência, a disposição da lavoura, veiu a catalise, ramo recem-nascido, se pode dizer, da química, activar os seus efeitos.

Mas nem só a química tratou de melhorar o meio para utilizar-se no fenómeno económico. A microbiologia e a

bacteorologia pela palavra de Pasteur, Müntz, Rigel e Wilfarth explicaram o que faltava aclarar no campo da fertilização dos solos e graças às descobertas dêstes dois últimos sábios, cerca-se já hoje de perto a possibilidade da inoculação de bactérias fertilizantes na terra.

A mecânica contribuindo no decurso do século XIX, por um lado, para o melhoramento do meio com as charruas aperfeiçoadas (Brabante dupla, polifolias), lavoura a vapor, motores, aplicações de electricidade; por outro, para a redução do preço de custo e aperfeiçoamento da apresentação do produto com a invenção dos semeadores, ceifeiras, debulhadores, crivos; veiu também facilitar o processo da sciência das riquezas.

A hidráulica agrícola consentindo a utilização de terrenos encharcados ou de terras áridas, pelo uso scientífico da drenagem e da irrigação trouxe à evolução dos ciclos económicos consideráveis auxílios. Basta apontar para as irrigações do Egito e da Índia inglesa....

E ainda não falei dos animais. Tenho-me limitado às plantas. E já agora a êles não aludirei no que respeita à interferência da química, da higiene, da veterinária, da bacteriologia, não me sugerindo também, ao citar esta última sciência, aos grandes serviços económicos prestados por ela, aliada à mecânica, no campo da leitaria, no da oenologia, e, em geral, no de todas as indústrias agrícolas.

Outro tanto posso dizer da patologia vegetal, do tratamento das pragas que afligem as plantas. O sulfato de cobre, o enxôfre, para falar só dos bem conhecidos remédios contra o *mildio* e contra o *oidio,* são, na verdade, agentes salvadores de massas imponentes de riqueza económica. Mas outros há para outras moléstias, cuja descoberta implica árduo labor scientífico, tanto mais econòmicamente útil, quanto certo é que tanto mais aperfeiçoamos os vegetais para nosso uso, mais também êles perdem seus vigores de resistência primitivos e menos resistem aos assaltos da doença ou da praga.

*
* *

Mas deixo tudo isso para explanações mais demoradas em circunstâncias diferentes.

Melhorou-se, pois, *o meio* maravilhosamente. E a Economia mundial firmou-se na sua expansão. A planta e o animal agrícolas desenvolvem-se com maior rapidez e proliferam

com maior celeridade; entram mais cedo e mais abundantes no turbilhão económico que engrossam e aceleram. A agricultura inscreve-se denodadamente sob a rúbrica de Economia progressiva.

Encare-se outro capítulo: o melhoramento das espécies e das variedades, visando à obtenção de formas de maior rendimento quantitativo e qualitativo.

A genética, ou seja a biologia geral, a que a descoberta no alvorecer do século xx, da lei do monge austríaco Grégor Mendel, velha, já de trinta anos, contemporânea de Darwin, mas por êle ignorada, veiu dar um espantoso impulso, actua desde logo com uma importante cota na evolução económica.

A queda da teoria de Darwin deixara um enorme vácuo que estes novos estudos se propõem preencher, caminhando já tanto, que em vinte anos se adiantou para um neo-mendelismo que explica tão bem os diferentes produtos de cruzamentos e nos fornece os meios de fazer aplicações muito interessantes, indo até à formação de novas espécies.

A selecção vem certamente de muito longe, ainda que apenas instintiva e como que feita sem a intervenção do homem pela influência seleccionadora do solo e do clima. Prova-o, por exemplo, o trigo, uma das plantas menos variáveis, de que se encontram, contudo, desde épocas remotas, variedades bem distintas, exparsas em regiões de áreas restritas; prova-o ainda o exemplo da couve cultivada nas suas variedades tão diferenciadas, da couve-flôr, da couve de Bruxelas, da couve-rábano, da forraginosa, existentes desde recuados tempos.

No século xx, porém, entra a selecção a ser alvo da observação metodizada e inductivamente scientífica, chegando a resultados apreciáveis, mas ao findar o século xix ainda Grandeau podia exclamar: «A sciência agrícola moderna, hipnotizada pelas descobertas da química e da mecânica, abandonou quási completamente a biologia das espécies cultivadas».

E entretanto já existiam os métodos genealógicos de cuja aplicação se regista o estrondoso sucesso sueco, agricolamente e econòmicamente prático, dos laboratórios de Svalöf. Contudo Grandeau tinha razão.

O método de estatística biológica aplicado por Quetelet e Galton, demonstrando que a vida obedece a leis matemáticas e depois sua confirmação pelas leis mendelianas resultantes do estudo de cada carácter dos seres vivos, reproduzindo-se

de uma forma independente uns dos outros, podendo, por assim dizer, cultivar-se em separado cada aptidão e ligar-se por hibridação com outras aptidões apetecidas em variedade diferente; trouxe por fim ao movimento económico agrícola novos incrementos de raro valor por serem de uma fixidez e segurança, que permite caminhar na produção sem os riscos e as contingências das variações desordenadas de Nandin ou oscilantes de Schribaux. Deve-se prestar comtudo a Nandim a homenagem justíssima de colocar seu nome ao lado do de Mendel.

Os princípios de Mendel foram desenvolvidos e aperfeiçoados na América, na Áustria, na Inglaterra... Com seu espírito prático, foi neste país que se demonstrou como tanto se aplicavam aos caracteres físicos como aos químicos e fisiológicos e daí resultou que Biffen, por exemplo, reüniu em uma só planta a grande produtividade de uma variação de trigo com a qualidade panificadora de uma outra. E fê-lo em poucos anos com segurança, sem hesitações. Da *ferrugem* ficaram imunes variedades ótimas de trigo que à moléstia eram sujeitas, graças à interferência de outras variedades resistentes mas menos apetecidas.

E o que sucede com as plantas, dá-se com o gado. O criador inglês, mórmente, é já hoje como que um escultor em carne viva; e mais do que isso, pois não só dá, quási que à sua vontade, a forma que deseja aos seus animais, como também a aptidão que lhe convém explorar neles para a expansão económica.

*
* *

Não me demorarei mais no assunto. Quanto deixo dito basta para mostrar como no estudo da Economia e no desenvolvimento e evolução da Economia, influem os avanços de todas as sciências afluentes da agricultura, ainda aquelas que mais afastadas parecem estar dos domínios económicos.

E a agricultura, quer nas suas manifestações estáticas como dinâmicas, é tanto o nervo locomotor de toda a Economia, que estamos regressando em Sciência Económica e sob certos pontos de vista, às doutrinas fisiocráticas dos primitivos economistas, começando a dar um lugar proeminente à agricultura, depois de a termos visto escorraçada de todas as preocupações dos sábios nesta matéria, quer nas cátedras como nos livros, dos estadistas, dos legisladores, dos homens de sciência pura ou aplicada e dos capitalistas.

Hoje em dia, e mòrmente após a tremenda guerra, onde se demonstrou que sem pão são inúteis as espingardas, todos os olhares, todas as atenções, todos os cuidados para a agricultura vão.

Mas como a deixaram ultrapassar de muito pela indústria, a rapidez extraordinária da sua marcha nos caminhos do progresso, de há cincoenta anos a esta parte, não é a bastante ainda para emparceirar com a sua rival que, transformada no decurso do século XIX pelas aplicações da sciência, — trabalhando só para ela, — e fazendo verdadeiros milagres, tomou um alento de tal possança, de tal amplitude, e de tal maneira irresistível, que é impossível à agricultura irmaná-lo e acompanhá-lo, como impossível é vaticinar onde êle parará.

As crises, porém, por êsse excesso de fôrça, provocadas e cada vez mais repetidas, talvez provoquem um abrandamento de marcha de que resulte o equilíbrio entre a indústria triunfante e a retardada agricultura (J. Mèline).

O insistente preconceito de que o trabalho da terra nada tem com a indústria, durou muito e ainda se mantém em muitos espíritos de meia ilustração, a despeito da terra não ser mais «do que uma vasta oficina transformadora, como as outras, de matérias primas, e submetida, como as outras, à grande lei que domina todas as indústrias: com um instrumento dado produzir o mais possível, o mais barato possível». Esta verdade calou no geral do ânimo público, mòrmente nas classes de superior ilustração, e a sciência penetrando na prática da agricultura, transformou em cincoenta anos os métodos e a utensilagem da cultura, como temos vindo a demonstrar, avultando a capital importância da sua repercussão na fixação e desenvolvimento da quarta fase da evolução da Economia.

Esta verdadeira transformação da agricultura e êste seu caminhar a passos de gigante, êste seu assemelhar aos processos e aos fenómenos económicos da indústria, alteram por completo o ponto de vista do ensino superior da *Economia agrícola,* que deverá antes chamar-se *Economia política rural,* por isso que integrada está em todos os grandes movimentos e ideais económicos.

Vai afastado já o aspecto da marcha divergente da indústria e da agricultura. «Quanto mais se desenvolvia, se aperfeiçoava a indústria, apelando para todos os recursos da sciência, lançando-se violentamente nas novas sendas, mais a agricultura parecia pôr seu amor próprio em apoucar-se,

mais se ensimesmava, mais afectava isolar-se da grande revolução scientífica e económica que se desenrolava em tôrno dela».

Percorra-se o índice da qualquer tratado ou curso recente de Economia Política e logo se notará, não só como a agricultura tem agora interêsse directo em conhecer os assuntos de quási todos os seus capítulos, como para êles dá ou possue elementos de estudo de vital interêsse. Pegue-se no mais recente que tenho. A data é a dêste ano de 1921. Logo de entrada, nas noções gerais, a classificação das terras e dos capitais, entre os quais para nós avultam os agrícolas; a fixação da idea de propriedade, tão obliterada nos tempos que decorrem, a discussão das várias doutrinas que a tal respeito têm curso, o exame da *população* que nos interessa sumamente, assim como a análise da demografia agrícola que se impõe a qualquer que deseje conhecer econòmicamente um país ou o mundo. Da actividade económica dêste ser colectivo que é a população, depende a agricultura, assim como a inversa é igualmente justa.

As grandes correntes da doutrina económica interessam hoje em dia, em extremo, a agricultura, por isso que estão passando nas teorias para a prática e das cidades industriais para os campos.

Na organização da produção, no estudo das bases técnicas da Economia, surge-nos a técnica agrícola, as questões da cultura extensiva e intensiva, os afolhamentos. Logo a seguir no exame das relações aplicáveis ao capital e ao trabalho, encontramos o estudo dos modos de administração da exploração rural, a enfiteuse, a administração directa, o arrendamento, a parceria, as convenções colectivas e individuais relativas ao trabalho, a organização scientífica do trabalho agrícola, o exame do rendimento decrescente. Depois com o estudo da concentração das empresas, temos a larga análise sob o ponto de vista jurídico, económico, social, técnico e estatístico, das grandes e pequenas explorações agrícolas. Sucessivamente vem apresentar-se ao nosso estudo a organização do comércio e dos mercados agricolas, com suas especulações animais e vegetais, assunto cada vez de maior realce à proporção que a agricultura se industrializa e comercializa; a questão dos transportes; o seguro; a associação cooperativa, questão que já hoje atinge para o lavrador a máxima importância.

¡¿ No capítulo destinado à moeda, ao crédito e à formação dos preços, capítulo que ainda há pouco, se pode dizer, era

de somenos interêsse para economia rural, quanto há a esmiüçar respeitante aos bancos, suas operações e suas organizações?! Ao crédito se deve a possibilidade da industrialização e comercialização da lavoura, que provém do uso de todas aquelas armas, que as sciências enumeradas têm posto ao serviço da agricultura. E por aí se chega à vantagem — ¿que digo? — à necessidade do conhecimento das relações económicas internacionais com estatísticas e factos, com a análise da política dêsse comércio e da sua balança de contas.

Da repartição dos bens temos que estudar os salários, problema de magna importância no momento presente; o rendimento do capital; o lucro.

Finalmente, encaramos as questões sociais com o movimento operário, que outrora andava arredado das preocupações agrícolas, e hoje é uma delas e não das menores; com a luta contra a falta de segurança económica; com as várias modalidades que, sob o ponto de vista agrário, toma nos vários países, mòrmente no respeitante à repartição do solo, que nestes últimos tempos tem tomado novas veredas.

O caminho que tenho de percorrer com os meus alunos, como vêem, é longo mas reputo-o atraente pela variedade dos aspectos na unidade de vistas, e porque não tenho, lendo o curso no quinto e último ano da formatura de agrónomos, de entrar em minúcias que porventura sobrecarregariam enfadonhamente e em demasia as minhas deduções. Essas minúcias trazem-nas os meus discípulos de quatro anos de estudo em que percorrem todas as sciências a que aludi e terei de aludir, simplesmente para lhes chamar à lembrança um outro ponto essencial.

Estamos em Portugal, bem o sei, e é com satisfação que o sei. Constantemente me referirei à nossa terra e à sua gente, mas não esquecendo nunca que vivemos em plena fase de Economia mundial, e que à pátria todo o mundo interessa.

D. Luís de Castro.

PARENTES AÇOREANOS DO CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA

(Cont. do n.º 1, pag. 49)

Para evitar contratempos, *João Garcia Pereira* entendeu que o que mais lhe convinha era afastar-se de Tânger e, se bem o pensou, melhor o fez, vindo parar aos Açôres.

No Faial casou com Dona Isabel Pereira Rôxo, viúva de Gabriel de Burges *(sic)* e filha de Dom Gonçalo Pereira Rôxo e de Dona Maria Sarmento, e dos «três principais da Ilha, foi *João Garcia Pereira* um dêles», gosando assim de geral consideração, o que prova, como foi dito, que o homicídio entrara nos costumes e era considerado proesa banal.

A tranqüilidade e o remanso de vida que levava o descendente dos Pereiras, parente da Casa de Bragança, por proceder do mesmo tronco donde viera o Condestável Dom Nuno Álvares Pereira, e de tantos que depois foram Imperadores e Reis, perturbaram-se e quebraram-se com a chegada ao Faial, pelo ano de 1519, da esquadra que conduzia ao Reino o ex-Governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria, o filho do Chanceler-mór.

Um «comprador da terra», ou como diríamos hoje, um fornecedor de géneros para a esquadra, denunciou a Lopo Soares a existência de *João Garcia Pereira.*

Lopo Soares mandou-o chamar à sua nau, aonde êle se apresentou, acompanhado de alguns homens dos «mais principais e mais honrados», e então Lopo Soares conversou largamente com êle, «lembrando os muitos serviços que os avós de *João Garcia Pereira* prestáram aos Reis de Portugal, lastimando-o por vê-lo perdido naquela pobre Ilha, aonde acabariam seus filhos miseráveis, sem que lhes valessem aqueles serviços, a nobreza do seu sangue, e ser êle Lopo Soares, seu tio; que se tivesse ido para a Índia, ali o beneficiaria, como a tantos estranhos fizera, e ainda com mais motivo, por ser seu sobrinho», ao que *João Garcia Pereira* respondera, que «no tempo dos seus trabalhos e en-

fadamentos todos os seus amigos e parentes o desampararam e desprezaram, e que lhe fizera Deus grandes mercês quando se achou no Faial, aonde já estava no derradeiro quartel da vida, como fôra achar aquele repouso e quietação, e dar-lhe uma mulher nobre e não ter filha (1), porque lhe faltava fazenda, e já que seus filhos eram homens, a fôssem buscar, *ainda a servir os Reis*».

Não só Lopo Soares o distinguiu sempre emquanto se demorou no Faial; outros fidalgos da geração dos Pereiras e Soares que vinham nas náus o reconheceram e trataram também por parente, e lhe fizeram «muitas cortesias e honras».

Os descendentes do 3.º filho de *João Garcia Pereira* aliaram-se com os do flamengo Willem van der Haghe (Guilherme da Silveira), de Diogo Pereira, de Pombal, e de Jaques de Labat.

São as armas dos Pereiras: em campo vermelho, uma cruz de prata florida, vasia de campo, tendo por timbre uma cruz vermelha florida entre duas àsas de ouro abertas.

Willem van der Haghe (Guilherme da Silveira)

Tal é o nome de um dos primeiros colonizadores flamengos dos Açôres, natural de Bruges e de quem ficou larga descendência (2).

¿Quem era?

Pouco se sabe para responder satisfatoriamente.

Os arquivos de Flandres são mudos a seu respeito.

O Dr. Gaspar Frutuoso, que escreveu mais de cem anos

---

(1) Talvez nascessem depois de se passar esta ocorrência as filhas que se chamavam Dona Margarida Álvares Pereira, casada com André Gonçalves Madruga, e Dona Bárbara Pereira, casada com Lourenço Vaz, e dos quais ainda há descendência na Ilha de S. Jorge (como consta das «*Genealogias dos Soares, Teixeiras, Pereiras, Amarantes e outros, da Ilha de S. Jorge*», de que foi autor José Cândido da Silveira Avelar, trabalho que ainda se conserva inédito) e noutras Ilhas dos Açôres.

(2) Não pode ser motivo de estranheza a colonização flamenga dos Açôres no século XV.

Compartilhava então do trono gran-ducal de Borgonha uma Infanta portuguesa, Dona Isabel, filha do fundador da dinastia de Avis, e eram já de longa data as relações luso-flândricas.

A êste respeito, consulte-se o belo trabalho do Sr. Tenente Coronel Mario de Campos «*Portugal na Quadrela Flamenga*«, em que resumida, mas nítida e rigorosamente verdadeira se faz a história de Flandres e daquelas relações.

depois de Willem van der Haghe aportar às Ilhas, dá dêle algumas imprecisas notícias colhidas da tradição e que, por isso, nem todas podem ser acreditadas, pois que, com o tempo, de fôrça é que se alterassem.

Tem, pois, a palavra o autor das *Saudades da Terra* (1):

«Já que não sei com certeza quem primeiro achou a Ilha de S. Jorge, direi de um seu antigo povoador, o qual foi um Guilherme Vandaraga, flamengo, homem fidalgo e rico, que trouxe à sua conta de Flandres dois navios carregados de gente, oficiais de diversos ofícios para povoar estas Ilhas dos Açôres (que então novamente eram descobertas) a que mais lhe contentasse. Sua mulher se chamava Margarida de Sabuia (2), natural de Bruges, de que há muita geração e família, que agora se chamam os Silveiras, e a razão do nome é porque muitos da dita geração se chamavam Vandarages *(sic)*, que quer dizer bosques de silvas e matas baixas.

«Êste Guilherme Vandaraga, que depois se chamava Guilherme da Silveira (3), por ser homem de muita experiência, vindo ter a estas Ilhas antes que se assentasse onde se havia de aposentar, quiz experimentar a bondade das terras desta maneira: mandava abrir uma cova, ou as que queria em certas partes da terra onde estava e depois de tirada a terra a mandava tornar dentro à cova, calcando-a medianamente, e se faltava terra para encher a cova, não havia que aquela era de bom sítio da terra, e buscava outra (4): tanto andou nisto que se foi à Ilha de S. Jorge, onde se chama o Tôpo, e lá usou a mesma experiência, e por achar que tornando a terra à cova que tinha feito lhe sobejava terra, assentou

---

(1) Assim é denominado o manuscrito de Gaspar Frutuoso, na sua maior parte inédito; devia estar concluido em 1591.

(2) Gaspar Frutuoso escreve indistintamente *Sabuia, Sabuja, Sabuio* e *Sabujo,* apelido que nunca houve em Flandres.

O que mais se aproxima é *Sabio,* encontrado uma só vez em velhos documentos flamengos.

O Padre António Cordeiro, que na *História Insulana* tanto copiou Frutuoso, escreveu que a mulher de Willem van der Haghe se chamava Margarida de *Azambuja,* e que acreditaram escritores que se lhe seguiram.

(3) Traduziu mal *Haghe* que significa — terreno vedado por sébes, isto é, *tapada, coutada, couto.*

(4) O que êle procurava era metais preciosos, porque um frade português que se achava em Flandres espalhou a nova de que êsses metais existiam nos Açôres, e isso levou o 1.º Josse de Hurtere a também fazer pesquisas, igualmente infrutíferas.

viver ali, como de efeito assim o fez, e foi o primeiro que fundou a Villa do Tôpo (1) em um alto morro cercado de alto rochedo, de uma banda e da outra, do mar, do qual mar para a Vila não tem mais que uma serventia pela rocha acima em modo de caracol, por onde não pode ir mais de um carro, ou 4 ou 5 homens a par; tão defensável que, de cima, às pedradas, ou com quaisquer armas, se defenderão 3o homens a 10:000.

«E porque a Ilha é de um espinhaço muito alto de que correm muitas ribeiras em todo o ano, que vão cair no mar, da banda do sul, de muito alta rocha, que aos navegantes que passam aquele canal, entre S. Jorge e Pico, dão muita alegria em as ver assim correr de tão altos rochedos, por serem terras dependuradas e de massa-pez, ainda que no princípio (como dizem alguns) cultivadas lhe davam tanto trigo que só de uma ceara pagava 5o moios ao dízimo, cada ano: em uma mais fértil pagou 6o moios; depois, por tempos, levando as chuvas a terra ao mar, vieram a ser estéreis, e aquela banda do Tôpo, a peor parte da Ilha de S. Jorge e de todas as mais, ficando de muito pouco proveito, assim em dar novidades, como arvoredos, como de criações, porque sòmente cabras se dão bem nelas; e é tão estéril que não cria coelhos por nenhum caso, botando-os nela por muitas vezes, havendo nas mais partes da mesma Ilha tantos que destróem as novidades e vinhas.

«Pelo que dizem que se passou êste flamengo para a Ilha do Faial, onde enriqueceu muito, como adiante direi, quando tratar daquela Ilha (2) por ver que aquele Tôpo de S. Jorge não podia fazer ninguem rico.

«.....

«Outros dizem que se foi Guilherme da Silveira desta Ilha por não lhe sair certa a sua experiência, passando-se para a Ilha do Faial, onde foi tão rico que dava de dízimo cada ano o acima dito, do qual tratarei mais largamente quando adiante tratar daquela Ilha (3) .....

.....

«Entre as pessoas que vieram áquelas Ilhas (Faial e outras), naquele princípio foi um homem principal, fidalgo naquelas

---

(1) Em flamengo *top* significa lugar alto.

(2) Nada diz a respeito de enriquecer no Faial, como prometeu.

(3) ¡Trata mais largamente, como se vai ver, de Willem van der Haghe, mas não de sua riqueza adquirida no Faial, pois o próprio autor declara êle nada ali ter obtido!

partes (Flandres) e rico, morador na cidade de Bruges, aonde o Capitão Jós de Utra (1) naquele tempo morava, com quem tinha grande comunicação e amizade, e que havia nome Guilherme da Silveira, na língua portuguesa, que em linguagem flamenga quer dizer Wuyllem Vahãderagem (2) ou Mulver le nvander agan *(sic)* (3), ao qual demoveu para vir povoar as duas Ilhas (Faial e Pico), fazendo-lhe favoráveis partidos e vantagens de dadas (datas) de terras e de tudo o que êle quizesse; e porque Guilherme da Silveira era homem muito católico e temente a Deus, deu palavra ao Capitão Jós de Utra de vir viver às ditas Ilhas e a principal cousa que o moveu foi porque naquele tempo havia grandes guerras em Flandres, cristãos com cristãos, onde se matava muita gente (4), e como lhe pareciam mal aquelas dissenções e por lhe pedirem, como homem poderoso e neto de Conde (5), que era, ajuda para a guerra que êle tinha por injusta, por não intervir nela, deu a palavra que disse ao Capitão Jós de Utra, com o qual se veiu a residir em sua capitania, com sua mulher e família, e ficando Guilherme da Silveira na cidade de Bruges fazendo-se prestes.

«Dali a um ano, pouco mais ou menos, depois de partido o Capitão, se preparou Guilherme da Silveira para cumprir a palavra que ao Capitão tinha dado, desbaratando e vendendo o que na cidade de Bruges tinha, e como era homem muito rico mandou deitar pregão que todos aqueles que quizessem vir para a Ilha do Faial se fizessem prestes, êle lhes daria embarcação e todo o mais necessário à sua própria conta para mulheres e filhos e criados, e sem gastarem coisa alguma do seu dêles, até chegar a ela.

«Com êste pregão e largo partido que fazia, ajuntou muita cópia de gente de todos os ofícios, pedreiros, ferreiros, tecelões, alfaiates, sapateiros e outros de outros ofícios mecânicos e homens trabalhadores, nos quais entraram pasteleiros, quero dizer, homens que sabiam fazer *pastel* (6), graná-lo e

---

(1) Josse de Hurtere.
(2) Willem van der Haghe ou Haagen.
(3) ¿Wulverghem?
(4) As guerras de Carlos-o-Temerário.
(5) Não parece exacto, segundo o Sr. Jules Mees, pois os príncipes que reinaram em Flandres só começaram a criar títulos depois de meiados do século XV.
(6) É a planta a que Lineu denominou *Isatis Tinctoria,* cujas folhas dão uma substância azul escura, similhante ao indigo ou anil.

beneficiá-lo, como agora se beneficia nestas Ilhas, que naquele tempo nelas se não fazia: e êste Guilherme da Silveira foi o primeiro homem que fez pastel nestas Ilhas e o semeou, porque trouxe quando veiu, a semente de Flandres, aonde se fazia e ainda agora se faz, e entre outros homens que sabiam do negócio do pastel, que com êle vieram, foi um que havia nome de Pero Pasteleiro, e seu irmão e outro homem flamengo chamado Govarte Luís, ao qual Guarte (1) Luís Guilherme da Silveira teve em sua casa certos anos, com sua mulher e filhos, porque lhe semeavam e beneficiavam o pastel.

«.....

«Tornando a Guilherme da Silveira, que outros chamam *Casmacra* (2): êle se fez prestes, como tenho dito, com sua

---

(1) ¡Guvart = Govaert — Godofredo, transformou-se no apelido *Gularte,* vulgarissimo nas Ilhas do Faial e Pico, e que alguns, que o usam, afrancesaram e fizeram *Goulart!*

(2) ¿*Kasmach*? ¿*Kasmack*? ou *Guilherme Bersmacher*, de quem fala Valentim Fernandes Alemão, que escrevia em 1507: «E assi hum Guylelmo Bersmacher, framengo que vii e conheci, trouxe primeiro ha lavoura do pastel e partio para as outras ylhas?».

Na Ilha de S. Jorge encontro o apelido *Cosmaca,* de certo outra corrutela, em um descendente de Willem van der Haghe: João *Cosmaca* da Silveira, vereador da Câmara da Vila das Velas em 1674, casado com Dona Maria de Lemos de Sequeira, e que tinha irmãos: O Padre Cosme de Matos da Silveira, vigário da paróquia das Manadas, que testou em 25 de Maio de 1696, e Dona Bárbara de Toledo de Sousa, mulher do Capitão Manuel de Sousa Pereira. Êstes três irmãos eram filhos de Guilherme da Silveira e de sua mulher Dona Maria de Matos Valdês, netos paternos de João Machado de Toledo, casado com Ana da Silveira, filha de Pedro Teixeira, do Tôpo, onde fixara residência e falecera o tronco da família, Willem van der Haghe ou Willem Bersmacher, ou ainda Willem Wulverghem

De João *Cosmaca* da Silveira e de Dona Maria de Lemos de Sequeira ficaram êstes filhos: Maria, Ana, Catarina, Cosme, Guilhermina, António e Pedro da Silveira de Sousa, casado com Dona Maria Antónia Armelini, filha de Domingos de Lagos Armelini e de sua mulher Dona Isabel Correia de Ávila Betencourt.

De vários apontamentos que possúo, organizei as seguintes árvores genealógicas:

Willem van der Haghe
c. c.
Margarida Sabuia

João da Silveira
c. c.
Guiomar Borges Abarca

Isabel da Silveira
c. c.

mulher e toda sua família para se ir à Ilha do Faial e fretou duas náus flamengas que carregou de sua fazenda e da gente

---

Lucas Maciel da Ponte

Bárbara da Silveira Lopes
c. c.
Baltasar Dias (do Tôpo)

João da Silveira Borges
c. c.
Perpétua Ribeira

Guiomar Borges
c. c.
Gabriel Teixeira (Capitão-mór do Tôpo)

Pedro Teixeira
c. c.
Bárbara Pereira

Ana da Silveira
c. c.
João Machado de Toledo

Guilherme da Silveirá
c. c.
Dona Maria de Matos Valdez

Dona Bárbara de Toledo de Sousa c. c. Manuel de Sousa Pereira	João *Cosmaca* da Silveira c. c. Dona Maria de Lemos de Sequeira	Padre Cosme de Matos da Silveira

Maria
Ana
Catarina
Guilhermina
António
Cosme
Pedro da Silveira de Sousa
c. c.
Maria Antónia Armelini.

De Dona Bárbara de Toledo da Silveira e de seu marido o Capitão Manuel de Sousa Pereira, houve esta descendência:

Dona Ana Maria da Silveira (+ 24-V-1784)
c. c.
Antão de Avila Pereira, Capitão

Francisco José de Betencourt Avila
c. c.
Dona Bárbara Francisca de Betencourt

João José de Betencourt e Avila, Sargento-mór
c. c.
Dona Isabel Luzia de Betencourt e Avila

Francisco José de Betencourt e Avila.

Na ainda inédita «*Memoria genealogica respectiva a varias familias d'esta Ilha do Fayal ligadas por parentesco com outras de fóra d'ella,*

que com êle quiz vir com mulher e filhos, como já disse, por assim ter assentado com o Capitão Jós de Utra, em Lisboa, quando dêle se despediu, e, seguindo sua viagem, foi ter à Ilha da Madeira (1), que então também era ilha nova, como estas dos Açôres, onde, saindo em terra mui próspero e acompanhado, informando-se os moradores de quem êle era, lhe fizeram muita honra e agasalhado, mandando-lhe, à pousada que lhe deram, muitos presentes e serviços com que êle se deteve alguns dias até se fazer prestes para seguir a viagem começada do Faial, e vendo os moradores da Ilha, da maneira que ele se queria ir, lhe pediram e rogaram muito que se não fôsse, que ficasse com êles na terra, onde lhe dariam casas em que vivesse e para toda a gente que trazia, e muitas terras com outros largos partidos e abundâncias, o que lhes agradeceu Guilherme da Silveira, escusando-se não poder aceitar nenhuma das cousas que lhe ofereciam por ter dado sua palavra ao Capitão da Ilha do Faial, de ir viver nela, e assim se partiu para lá, levando comsigo toda a gente que trouxera de Flandres nas duas náus e alguns parentes do Capitão Jós de Utra que também trazia em sua companhia.

«Chegando à Ilha do Faial com sua gente, o Capitão o recebeu como era razão: aposentado na Ilha era muito acom-

---

com apontamentos de curiosidade, mas interessantes por darem conhecimento dos factos que d'elles constam, tudo arranjado e concluido, em vista dos esclarecimentos obtidos de papeis particulares e livros de Repartições Publicas, com o trabalho e constancia que é facil avaliar, por Francisco Garcia do Rosario», Em o mês de Setembro de 1851, aparece o apelido *Casmasca*, nova corrutela, sem dúvida, mas usado pelo também flamengo Guilherme de Brum (Willem van Bruyn), tronco dos Bruns.

Eis o que diz aquela *Memória:*

«Ignora-se o tempo certo em que n'estas Ilhas principiara em familias o nome = Brum = por ser sua origem de Reinos Estrangeiros. Mas descobertas que foram as mesmas Ilhas concorreram a povoal-as varias pessoas nobres tanto do Reino de Portugal, como de fóra d'elle e entre ellas foi Guilherme de Brum *Casmasca,* natural da cidade de Maestrich *(sic)* dos Estados de Flandres, a que vulgarmente se chama a Allemanha baixa, o qual aportando á Ilha da Madeira, pelo anno de 1480, ali casou com uma fidalga da familia dos Ferreiras da dita Ilha, chamada Violante Vaz Ferreira Pimentel, sendo certamente o referido Guilherme de Brum o chefe ou tronco das familias que usam o nome = Brum = nas Ilhas».

(1) Partindo de Flandres para o Faial, só se explica que arribasse à Madeira levado por uma tempestade, ou fê-lo intencionalmente com fins que não conheço.

panhado dos flamengos que êle trouxera e mantinha assim no mar e viagem, como depois na terra: e o mesmo faziam outros flamengos que com o Capitão vieram, por conhecerem quem êle era.

«Passados alguns dias pediu ao Capitão lhe desse certas terras, conforme ao que lhe prometera em Flandres, e cada vez que lhe pedia algumas, sempre lhe respondia que já aquelas terras eram dadas: no que se suspeitou e se dizia que o Capitão não desejava dêle estar na terra, porquanto o acompanhava mais gente e faziam mais conta dêle.

«Vendo Guilherme da Silveira o pouco benefício e graça que recebia do Capitão Jós de Utra, determinou de sair da Ilha do Faial com sua casa e família, como de feito foi, passando-se para a Ilha Terceira, onde viveu alguns anos, na parte onde chamam as *Quatro Ribeiras* (1), da banda do Sul, e ali fazia sua habitação e lavoura de pão e pastel, de que carregava navios para Flandres, e ainda fez uma viagem e da tornada veiu ter a Lisboa, onde estando uma Dona Maria de Vilhena, que era Senhora da Ilha do Côrvo (2), tendo notícia dêle, lhe disse que fôsse para a sua Ilha do Côrvo e lá lhe faria largos partidos e daria quantas terras quizesse, onde estaria como Capitão e o fazia senhor dela, sòmente com lhe pagar seus direitos: e tanto o persuadiu que vendo Guilherme da Silveira os muitos cumprimentos, rogos e abundâncias que lhe fazia, aceitou o partido, cuidando ser de muito proveito e honra e tanto que veiu à Ilha Terceira, se passou logo à do Côrvo, e antes de partir, estando nas Quatro Ribeiras, lhe saltou o fogo em suas casas e queimou muita parte da sua fazenda, onde se queimaram seus papéis e liberdades, que trazia de sua pessoa e abona-

---

(1) Neste lugar existiu antes de van der Haghe uma colónia de flamengos, constituida por umas trinta pessoas, sob a direcção de Fernão de Ulmo (¿Ferdinand van Olm?).

(2) Viuva de Fernão Teles que teve a donatária das Ilhas das Flores e do Côrvo em 1475.

Dona Maria de Vilhena e o filho Rui Teles venderam os seus direitos a esta donatária, em 1504, a João da Fonseca.

Do confronto de datas, conclue-se que Willem van der Haghe, ou Bersmacher, fechou contrato com Dona Maria de Vilhena entre 1475 e 1504.

Não habitou na Ilha do Côrvo, mas na das Flores, perto do pôrto e Vila de Santa Cruz, que então se chamou *Porto dos Framengos*, vivendo em umas furnas, que Frei Diogo das Chagas diz ter visitado uns cem anos depois, e onde ainda encontrou travejamentos.

ção, sem lhes poder valer, que foi a maior perda que êle sentiu.

«Chegando à Ilha do Côrvo com próspero tempo residiu nela sete ou oito anos, e como aquela terra é estéril e muito tormentosa e combatida do vento quotidianamente, e não ia lá navio nem barco senão algum de ano a ano, por maravilha; padecia êle e sua família muito trabalho pela falta de muitas cousas de que tinha necessidade para sua vida e suas lavouras e sustentação de sua gente: o' que não podendo sofrer se veiu em um navio que mandou buscar às outras ilhas, e disso que podia trazer o desembarcou na Ilha de S. Jorge, onde se aposentou na parte dela que chamam o *Tôpo,* que é da banda do Norte, e ali houve muitas terras em que semeava seu trigo e pastel e tantas criações de gados que quási todo aquele Tôpo era seu, onde viveu muitos anos com sua mulher, que se chamava Margarida Sabuyo, por nome flamengo, e depois que casou em Flandres com êle tomou o apelido do nome do marido, chamando-se Margarida da Silveira, por ser assim o costume de Flandres, e ali viveu muito honradamente e com tanta abundância que (como tenho dito) dizem que pagava de dízimo, cada ano, só da seara que fazia, cincoenta e às vezes sessenta moios de trigo, e teve muitos filhos e filhas que casaram depois honradamente, e são das principais e da primeira geração que há nas Ilhas de S. Jorge, Faial e Terceira, por onde se espalharam, vivendo sempre Guilherme da Silveira cristianissimamente e muito católico e homem de muito bemfazer, sendo a sua casa como estalagem para quantos iam e vinham àquela terra, até que foi Deus servido de o levar para Si, e conhecendo a hora da morte, antes que falecesse, muitos dias, o disse a um seu filho chamado Francisco da Silveira que, despedindo-se dêle, indo para o Algarve, e pedindo-lhe sua benção, respondeu que Deus o encaminhasse e a sua bênção, porque, quando tornasse, o não acharia vivo, e dizendo-lhe o filho que esperava em Deus de o ver ainda muito tempo com vida, lhe tornou a dizer, que se êle tornasse da Ilha Terceira ao Tôpo o acharia vivo e não da tornada do Algarve, porque êle não podia passar vivo do Natal que vinha, e assim foi que faleceu dia de S. Tomé, quatro dias antes da mesma festa, andando-se primeiro despedindo de seus filhos e filhas por suas casas e recebendo primeiro os Sacramentos, acompanhado de muitos e muito honrados filhos e filhas e netos, e no dia do seu falecimento mandou dizer uma missa em sua casa e quando quizeram levantar a Deus disse aos filhos que

o encostassem em umas almofadas e ali o adorou, e acabando o padre de consumir o Santissimo Sacramento deu êle a alma, no momento, a Deus que a criou».

Houve Willem van der Haghe de sua mulher Margarida Sabuia ou Sabuio ou Sabio, os seguintes filhos:

João da Silveira, casado com Guiomar Borges Abarca, da família da mulher de João Vaz Côrte Real, Capitão-Donatário de Angra, c. g.

Francisco da Silveira, casado com Dona Isabel de Macedo, filha de Josse de Hurtere, 1.º Capitão-Donatário do Faial e Pico e de sua mulher Dona Brites de Macedo, c. g. (1).

José Silveira (e não Jorge, como erradamente se tem escrito e propalado), que não se sabe se casou e se deixou descendência. Foi Provedor da Misericórdia da Horta.

Margarida da Silveira, casada com Josse van Aard ou Aertrijcke (José da Terra), c. g.

Catarina da Silveira, casada com Jorge Gomes de Ávila, da Ilha Graciosa, c. g.

Lusia da Silveira, casada com André Fernandes, tabelião na Vila do Tôpo, c. g.

Ana da Silveira, casada com Tristão Martins Pereira, c. g.

Maria da Silveira, casada com João Pires de Matos, c. g.

(Continúa). ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

---

(1) Êste casamento de um filho, com a filha do donatário do Faial, está indicando que talvez não fôsse exacto que Josse de Hurtere faltasse aos seus compromissos com Willem van der Haghe.

Ficariam inimigos e não se ligariam as duas famílias.

Willem van der Haghe tinha brazão de armas confirmado por Dom João II. Assim o dizem justificações de nobreza de descendentes seus, acrescentando que ardera com outros papéis no incêndio de sua casa das Quatro Ribeiras, da Ilha Terceira.

Êsse brazão seria: Em campo de ouro, duas palas veiradas de ouro e vermelho, com seis flores de lis, de vermelho, duas em cada intervalo. Elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, com plumagens, saindo dêle as palas do escudo que o atravessam até ao fundo. Timbre um abutre de sua côr.

É o que leio no opúsculo — *Os Silveiras dos Açôres*, pelo Dr. João Teixeira Soares de Sousa, editado e anotado pelo Sr. João Silveira Forjaz de la Cerda e Carvalho, 1920 (pág. 22).

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do vol. 62.º, pag. 610)

Liuro primeyro do cerco de Diu, que os Turcos poseram á fortaleza de Diu. Per Lopo de Sousa Coutinho: fidalgo da casa do Inuictissimo Rey dom Ioam de Portugal: ho terceyro deste nome. Foy impressa a presente obra ẽ a muy nobre & sempre leal cidade de Coymbra per Ioão Aluarez ymprimidor da Vniuersidade aos xv dias do mes de Setembro MDLVI. — Este titulo n'uma portada gravada. No folio 85 a subscripção do impressor: *Acabouse a presente obra em a muy nobre & sempre leal cidade de Coymbra per Ioam Aluarez ympressor da Vniuersidade a xv dias de setembro de M. D. LVI.*

Folio, 86 folios numerados pela frente. No folio 85 é que está a subscripção do impressor, seguindo-se como supplementar o 86 (erradamente numerado 84), no qual se narra a *Satisffaçam e merce que elRey nosso Senhor fez a Antonio da Silveyra, etc.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Oratio funebris in interitum Serenissimi Regis Ioannis ad Patres Conscriptos Conimbricensis Academiæ. Conimbricae apud Ioannem Alvarum Typ. Reg. 1557.

4.º — Indicado em Barbosa Machado.

Segvnda qvartae Doctoris Fratris Martini Ledesmii, in insigni Conimbricensi Academia publice professoris, atq;

in sacra Theologia primarij. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum typographum Regium. Anno M. D. LX. mense Ianuarij.

Folio, os cadernos, porém, tem marcação de 8.º, a aiiii, etc., 13 fol. prel. inn., 674 folios.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto e Bibliotheca da Ajuda.

Hieronymi Cardosi Lusitani de Monetis tã Graecis quã Latinis. Item de Ponderibus & Mẽsuris ad presentem vsvm redactis, Anacaephaleosis. (Gravura circular, contendo as armas reaes). *Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographũ Regium. M. D. LXI.* — No fim: *Cum facultate Ordinarij, et Inquisitoris. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographum Regium. M. D. LXI.*

8.º, 32 pag.

A pag. 3 tem uma dedicatoria em latim *ad Salvatorem Rodericum Medicinae candidatum,* seguindo-se outra em verso, que começa:

In seruitute saepe meis scripsiq; libellis,
Et cecini laudes quo potui ore tuas.

A pag. 16: *Salvator Rodericus ad authorẽ olim praeceptorem suum.* Começa:

O mihi plus reliquis semper venerãde magister
cuius adest clarũ nomẽ in ore mihi.

Segue: *Ad Ferdinandum Perez seplasiarium eruditum.* Começa:

Si plures parerent haec tempora nostra petrei,
Ingenio similes & probitate tui: etc.

Seguem duas composições em verso, de Salvador Rodrigo, ao author.

Vem depois: *Genethliacon emanuelis Pueri, ad Petrũ á Palatius Medicinae Doctorem eius patrẽ, medicum regium.* Começa:

Intermissa diu pyrenes pocula nobis...

Depois d'isto: *Ludouicae Sigacae Epicediõ.* Começa:

Fata quod incusas, qd quaestibus aethera pulsas...

Bibliotheca de Evora.

Chorographia de algvns lvgares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros ó anno de M. D. xxxxvj. começãdo na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Italia, cõ alguas outras obras, cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares, na folha seguinte. (Brazão d'armas episcopaes). *Impresso em Coimbra por Ioã Aluarez impressor da Vniuersidade, & por mandado do doctor Lopo de Barros do desembargo d'elrei nosso senhor, & conego na Sé d'Euora. M. D. LXI. Vendese á dous tostões em papel.* — No fim da Chorographia, em folha solta: *A gloria & louuor de Deos todo poderoso & da gloriosissima virgem Maria sua madre, se acabou de imprimir ó presẽte liuro intitulado Chorographia d'algũs lugares, com as outras obras que vam adiante á instancia do Doctor Lopo de Barros do desembargo d'elrei nosso senhor & Conego na Sé d'Euora: em á mui nobre cidade de Coimbra por Ioam Aluarez Impressor da vniuersidade: aos vinte dias de Março de mil & quinhentos & sesenta & hũ.*

4.º (marcação de 8.º), 12 prel. inn. incluindo frontispicio, 247 folios.

Seguem-se no mesmo volume, cada uma com frontispicio especial, sem paginação:

a) Commentarivs de Ophyra regione apvd divinam scripturam cõmemorata, Vnde Salomoni Iudacorum, etc.;

b) Garsias Menesius Eborensis prasul, etc.;

c) Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro livros intitulados em M. Portio, etc.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. — Reservados, 92.

Dialogo da perfeiçam & partes que sam necessarias ao bom medico. Dirigido ao muyto alto & serenissimo Principe Rey dom Sebastiam, primeyro deste nome. Nosso Senhor. Em Lixboa. Per Ioam Aluarez impressor del Rey. Anno de M. D. LXII. — No fim em folha solta: *Acabouse de imprimir o presente dialogo, em a*

muyto nobre & sempre leal cidade de Lixboa, em casa de Ioam Aluares impressor delRey. Aos .x. dias de Iulho de M. D. LXII. Annos.

8.º, 25 folios. — Portada como a da Historia da India, de Castanheda.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Compilaçam de todalas obras de Gil Vicente, a qual se reparte em cinco livros. O primeyro he de todas suas cousas de deuoçam. O segundo as comedias. O terceyro as tragicomedias. No quarto as farças. No quinto as obras meudas. — Armas reaes tendo d'um lado a esphera e do outro a cruz. — *Empremiose em a muy nobre & sempre leal cidade de Lixboa em casa de Ioam Aluarez impressor del Rey nosso Senhor. Anno de M. D. LXII. Foy visto polos deputados da Sancta Inquisiçam. Com Privilegio Real. Vendem se a cruzado em papel, em casa de Francisco Fernandez na rua nova.* — No verso da derradeira folha a subscripção final: *Acabouse de emprimir esta copilaçam das Obras de Gil Vicente em Lixboa em casa de Ioam Aluarez impressor del Rey nosso senhor na Universidade de Coimbra aos xii. dias do mes de Setembro de M. D. LXij annos. Vam nestes cabos assinados todos os liuros por Luis vicẽte, por se napoderẽ empremir nem vender outros per outras pessoas que nam tem o preuilegio de sua alteza que no principio vay impresso, porque soomente os que forem assinados se conheceram serẽ desta impressam & per licença da pessoa a quem se o priuilegio concedeo. Acharse ham neste liuro algũs erros, assi de faltas de letras, como tãbem algũas mudadas: porem sam tã conhecidos os erros, que facilmente poderaa o discreto lector suprilos. E por tanto se nam faz aqui errata delles porque parece q̃ yr buscar o erro ao fim do liuro he cousa muy prolixa. Laus Deo.*

Folio pequeno, a 2 col., 4 fls. prel., 262 de texto. Caracteres semi-gothicos, sendo os argumentos e frontispicios em caracteres romanos.

No *Manual Bibliographico Portuguez*, de Ricardo de Mattos, vem uma extensa e minuciosa descripção da obra. D'ella se conhecem 4 exemplares; um, muito bom, em poder do

Sr. Manuel Osorio Negrão; outro pertencente á livraria do Dr. João Vieira Pinto e arrematado pelo Sr. Fernando Palha. Crê-se que fosse este o que desappareceu na Torre do Tombo. A Bibliotheca da Universidade de Goettingen possuia um exemplar, por onde Barreto Feio e Gomes Monteiro fizeram a sua edição de Hamburgo em 1834. Tinha, porém, algumas falhas. Em identico estado o da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

É curioso notar que o primeiro livro traz uma subscripção em que declara que fôra impresso em Coimbra em 1562. A portada d'este livro tem a data de 1561.

Obra (Escudo de armas dos Menezes). *Que contẽ hũa Oração do Doutor Luys Teixeira, feyta quãdo fizerão o cõde dõ Pedro de meneses, Marques de vila Real. E o treslado della em Portugues, por o mestre Miguel Soares: dirigida ao illustrissimo Principe, & excelẽte senhor dõ Miguel de meneses. IIII. Marq̃s de vila Real.* — Este titulo dentro de uma tarja aberta em madeira, que mede $0^m,155$ de altura, por $0^m,097$ de largura. No verso d'esta folha o titulo subordinado: *Oratio habita ab insigni viro Ioanne Teyxeira serenissimi Ioannis Secundi Lusitaniæ Regis, & Algarbiorum cismarinorũ, pariter & quæ sunt in Africa transmarinorũ Æthiopiæq; Domini, Cancellario maximo, Conciliarioq; cum Marchionatus dignitas à sua celsitudine collata attribataq̃; fuit: Illustri & magnifico domino Petro Menesio, villa Regalis Marchioni, Comitig; Vraniæ & cætera. Mense Martio, anno à salute Christiana. 1489. Begiae.* — Segue-se a oração latina até o verso da folha 20, onde se lê: *Explicit elegantissima Ioannis Teyxeyra oratio... Per Ioannem Aluarum Typographum Regium Conimbricæ impressa ibid. Decembr. MDLXII.* — O recto da folha 21 é occupado por est'outro titulo, incluindo, em tarja gravada em madeira, similhante á da folha do rosto: *Oraçam que teve Ioam Teyxeira Chancarel mór destes Reynos em tempo del Rey dom Ioam o segundo de Portugal & do Algarue, & senhor de Guiné, quando deu a dinidade de Marques de vila Real ao illustre & muyto manifico dom Pedro de meneses Cõde da mesma vila, & de Ourem. No mes de Março, anno do nacimento de nosso Senhor Iesv Christo 1489. Agora nouamẽte tresladada em Portugues da atras porta. Por o*

Mestre Miguel Soares. Em Coimbra. Por Ioam Aluarez.

4.°, com assignatura de 8.°, 43 fls. inn.

Ex: da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Veja-se a sua descripção minuciosa, em artigo de Ramires Galvão, nos *Annaes* da mesma Bibliotheca, vol. 3.°, pag. 210 e seg.

Bello exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa. — Reservados, 220.

Foi da Livraria de D. Francisco Manuel. A 2.ª parte tem por letra de mão na parte inferior do frontispicio. *Seb. Bpo. de targa* — Sebastião, bispo de Targa.

Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarivm ex Lvsitanicvm in Latinvm Sermonem (Armas reaes). *Vlyssypone. Ex officina Ioannis Aluari typographi Regij. M. D. LXII. Cum gratia & priuilegio etc.* — No fim: *Christo optimo maximo laus & gratia. Cum facultate inquisitoris. Pridie calendas februarias. Anno domini. M. D. LXIII.*

4.°, 105 folios.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. — O Fraga possue tambem um exemplar em mau estado.

Oração que fez & disse o doctor Antonio pinheyro na salla dos paços da ribeyra, nas primeyras cortes que fez o muyto alto & muyto poderoso Rey dom Sebastião o primeyro nosso senhor, gouernando seus regnos & senhorios, a muyto alta & muyto poderosa Raynha dona Caterina sua auô nossa senhora. (Gravura representando a esphera armillar acompanhada de um rotulo com este letreiro *spera in deo et fac bonitatem*). *Em Lisboa. Per Ioam Aluarez impressor del Rey. Anno de M. D. LXIII. Com priuilegio Real.*

4.°, 26 fls. inn.

No mesmo volume contém-se:

a) Reposta do Doctor Esteuam Preto, desẽbargador da casa da Sopricação, & procurador de Lixboa;

b) Oraçam qve fez o Doctor Antonio Pinheyro pera o juramento do muyto alto & muyto excelente Principe dom Ioão pay del Rey dõ Sebastião nosso señor, pera o qual juramẽto chamou a cortes o muyto alto & muyto poderoso Rey dom Ioam o terceyro que Deos tẽ em Almeyrim & o dia do

juramẽto em que o dito Principe recebeo da mão do muyto alto & muyto excelente Cardeal o Iffãte dõ Henrrique seu tio o sacramento da confirmação na capela dos paços da dita villa;

c) Reposta do procurador de Lixboa leterado, que foy o Doctor Lopo vaz, a qual por mandado del Rey dom Ioam o terceyro lhe fez o Doctor Antonio pinheyro pera elle a dizer;

d) Fala que fez Frãcisco de Melo nas cortes del Rey dom Ioão o terceyro na villa de Torres Nouas a xix. de Setembro. Anno de M. D. XXV. dia de são Miguel na ygreja de sam Pedro;

e) Reposta do Doctor Gonçalo vaz por o pouo;

f) Oração q̃ disse dõ Sancho de Noronha, filho de dom Fernando de Faro, nas cortes que o muyto alto & muyto poderoso Rey dom Ioão o terceyro de glorioza memoria fez em Almeyrim, no anno de M. D. XLiiij. quãdo chamou os tres estados pera o juramento do muyto alto & muyto excelẽte Principe dom Ioam seu filho;

g) Reposta de Lixboa pello pouo, que disse o Doctor Lopo vaz desembargador da casa da suplicação & procurador da cidade de Lixboa.

Bibliotheca da Universidade. Vide Figanière.

Praelectionvm, sive enarrationvm admirabilis Divini Verbi Incarnationis. Libri sex. In quibus omnia, quæ ab scholasticis authoribus de hoc abditissimo mysterio subtilius, tertio sentẽtiarũ libro, differuntur, accuratissime tractantur, & lucidissime explicantur (Gravura circular). *Authore fratre Francisco á Christo Eremita, Lusitano, Sacræ Theologiæ Doctore, eiusdemq, publico, in clarissima Conimbricẽsi academia, professore. Rerum & verborum memorabiliũ index. Cvm Privilegio. Conimbricæ ex officina Ioannis Aluares Typographi Regij. M. D. LXIIII.* — No fim: *Conimbricæ. Excudebat Ioannes Aluares Typographus Regius. M. D. LXIIII. XII Kl. Decembris.*

8.º grande (aspecto de folio), A Av., etc., 7 fls. prel. inn., 214 folios.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Grammatica hebræa, nouissime edita Authore Frãcisco á

Tauora (Escudete). *Conimbricæ apud Ioannem Aluarum Anno Domini M. D. LXVI. Impressa.*

8.º pequeno, 63 folios. — Segue um folio com gravura tosca representando um navio. Depois novo frontispicio gravado como o da *Viciosa vergonha,* tendo ao centro o titulo em caracteres hebraicos. Segue a prophecia de Abdias, texto hebraico d'um lado, tradução portugueza do outro. Termina com a approvação de fr. Martinho de Ledesma. Esta parte comprehende 3 folios inn., mais uma folha solta com o monogramma da Companhia.

Real Bibliotheca da Ajuda 265/D/17.

A respeito desta obra e do seu author consulte-se a *Memoria ácerca da litteratura hebraica em Portugal,* de frei Fortunato de S. Boaventura, que a descreve miudamente, equivocando-se, porém, na foliação.

Svmma De casos de consciencia aora nueuamẽte compuesta por el doctor Fray Ioam de Pedraza en dos breues volumines muy necessaria a Ecclesiasticos y seculares a confessores y penitentes (Escudo pequeno do dragão). *Fue vista y añadida segundo el sancto Concilio Tridentino. Anno. De M. D. LXVI.* — No fim, debaixo d'um versiculo biblico: *Impresso en Coimbra por Ioan Aluarez. Acabouse a los .x. dias de Iunio. M. D. LXVII.*

8.º, 246 folios numerados pela frente.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Tratado da vida e martyrio dos cinco Martyres de Marrocos, enviados por S. Francisco. Coimbra.

4.º

Innocencio, a pag. 385 do tomo 7.º do seu *Diccionario,* dedica um pequeno artigo, a esta obra, baseado na authoridade de A. Ribeiro dos Santos, mas declara nunca ter visto exemplar algum.

Officia ordinis Cirtensiensis. Nunc denuo diligenter á reuerẽdo patre fratre Antonio de Castanheyra Priore monachorũ cõmorantium in capelli serenissimi reges Dionysij in monasterio de Odiuelas: a petitionem deuote religiose eiusdem ordinis, & monasterij Catha-

rina Texeyra collecta: & debito ordine cõposita, etc. Conimbricæ Apud Ioan Aluarez Typogra. Reg. Anno. 1568.

Bibliotheca da Universidade.

D'este livro existe mais d'um exemplar na Bibliotheca da Universidade, e acha-se miudamente descripto pelo Dr. Ribeiro de Vasconcellos, a pag. 87 do 2.º vol. da sua obra *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão.*

Officium sanctæ Catharinæ virginis & martyris, secũdũ consuetudinẽ ordinis Cistercieñ. Conimbricae. Excudebat Ioannes Aluarus Typographus Regi'. Anno Domini. 1568.

Este titulo dentro de uma elegante portada, em cuja base se vê a cruz da Ordem de Christo; no alto as quinas de Portugal.

8 folhas innumeradas, a não ser que o aparo das folhas fizesse desapparecer a numeração. O texto em caracteres gothicos.

Bibliotheca da Universidade.

Incipit officium Angeli custudis (sic) regni ciuitatis vel loci, secundum vsum cistercieñ ordinis.

Este titulo, ladeado de tarjas, está sob uma gravurinha representando o anjo S. Miguel, pisando Satanaz.

Na folha 13, que tem portada egual á do livro intitulado *Officium Sanctæ Catharinæ,* já descripto, segue-se, por baixo de uma gravurinha representando a Annunciação de N. Senhora: *In cõceptione virginis Marie. Ad vespas. Hymn'.*

No folio 11: *Este deuoto officio do Anjo costodio com as añas & Hymnos de são Miguel & as Liçoẽs do bẽ auẽturado sam Bras cõ os Hymnos de nossa senhora da cõceiçã, segundo a ordem de Cister. Forã impressos em a cidade de Coimbra, por mãdado das senhoras religiosas do mosteiro de Odiuellas. Acabarã se de imprimir, aos noue dias do mes de nouembro, de mil & quinhẽtos & sesenta & oito, por Ioão aluarez impressor del Rey nosso senhor, 1568.*

16 fls. innumeradas, a não ser que a numeração tivesse desapparecido com o corte do livreiro.

Bibliotheca da Universidade.

Officium sanctæ Elisabeth Portugaliæ quõdam Reginæ Secnudũ cõsuetudinẽ ordinis Cistercieñ. Anno Dñi. 1569.

Este titulo ao fundo de uma gravura representando a Santa.

Na pagina final a seguinte subscripção: *Conimbricæ Excudebat Ioannis Aluarus Typographus Regius. Anno Dñi. 1569.*

8.º (?), 8 folhas.

Bibliotheca da Universidade.

Offium (sic) De glorioso & diuino nomine Iesu, approbatũ á Papa Paulo tertio: qd celebratur quĩta decima die Ianuarij, cum eisdem indulgẽtijs que habitur in celebritate corporis Christi secũdũ ordinẽ Cisterciẽsiũ. Anno dñi. 1569. — No fim: *Conimbricæ. Excudebat Ioannes Aluarus Typographus Regius. Anno Domini 1569.*

16 fls. innumeradas.

O titulo é ladeado de tarjas e é precedido de uma gravura, que representa o emblema da Companhia de Jesus IHS.

Bibliotheca da Universidade.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

D. José Manoel de Noronha — *Algumas observações sôbre a naturalidade e a família de Fernão de Magalhães.* (Coimbra, Impr. da Universidade, 1921, 45 págs., 4.º).

Durante largo tiempo se ignoró cuál fué la ciudad en que nació el célebre descubridor Fernando de Magallanes. Tal honor fué después, por varias conjeturas, atribuido a Oporto. Posteriormente, un titulado descendiente del ilustre marino encontró un testamento, otorgado en Belem en 1504. Con este testamento y el de Francisco da Silva Teles, sobrino del navegante, pareció quedar resuelta la cuestión, adjudicándose la naturalidad de Magallanes a Sabrosa, villa de la provincia de Tras-os-Montes, y la representación de su descendencia a la familia de Pereira.

Noticias de dichos documentos fueron comunicadas a M. Ferdinand Denis, y después, Fernando de Magalhães Villas-Boas insertó varios pasajes de ambas escrituras en el apéndice original que puso a su traducción de la biografía hecha por Barros Arana (1). Más tarde, Alves los publicó integros en *O Instituto.*

La atribución a Sabrosa de la naturalidad del descubridor se basó en estas palabras del testamento: «... *no meu Altar do Senhor Jezus da Igreja do Santo Salvador de Sabroza...*», y aunque en un principio se hizo con vacilación, como se ve en el *Portugal antigo e moderno* de Pinho Leal, los biógrafos posteriores — Barros Arana, Guillemard, Cronau, etc. — no titubean ya al señalar la villa trasmontana como cuna del navegante. El escritor *Bruno* (José Pereira

(1) Diego de Barros Arana: *Vida e viagens de Fernão de Magalhães*, trad. do espanhol, de Fernando de Magalhães Villas-Boas.. , com um apêndice original (Lisboa, 1881).

de Sampaio) dióse cuenta, empero, de que esas palabras no eran base suficiente para conceder a Sabrosa la maternidad del descubridor, y entre sus *Portuenses ilustres* (Porto, 1907) incluye a Magallanes, desentendiéndose de las aspiraciones de aquella villa.

En tal estado la cuestión, el notable investigador señor Noronha interviene con la publicación del folleto cuyo título encabeza estas líneas, y que constituye el primer capítulo de una obra sobre *El Viaje de Magallanes y los descubrimientos de los portugueses.* Para España, segunda patria del ilustre navegante, tiene grandísimo interés cuanto a su vida se refiera; como además, el señor Noronha trata el asunto con una gran sagacidad y un criterio desapasionado, sobran motivos para que aquí, donde estamos menos atentos de lo debido a la producción literaria del país vecino, consideremos con alguna detención este folleto.

Examinando el texto completo de los documentos, descubre, por lo pronto, el autor, que Magallanes no era dueño de la casa de Pereira — situada en la citada Sabrosa —, la cual perteneció a don Juan de Silva Teles, casado con una hermana de aquél; cuando más podría concederse, forzando el sentido del párrafo correspondiente de su testamento, que la casa hubiese pertenecido a la hermana del navegante, pero nunca a él mismo. De manera que, según dicho escrito, sólo poseía Magallanes en Sabrosa una quinta y un altar de la iglesia de San Salvador, lo cual no puede bastar en modo alguno para atribuír a dicha villa su naturalidad.

Descartada provisionalmente Sabrosa, examina el investigador los títulos que Oporto puede aducir. Estos son dos. El primero, poco importante, es el ser dicha ciudad la única a que Magallanes dedicó un legado (al monasterio de Santo Domingo das Donas, en ella situado). El segundo, casi decisivo, es el haberse titulado el descubridor «*vecino* de la cibdad del puerto en el dho. reyno» en una escritura otorgada en Valladolid a 23 de febrero de 1518, a favor de Juan de Aranda; pues como no puede entenderse aquí *vecino* en el sentido de *habitante,* porque ya por entonces residía en tierra española, sin idea de volver a Portugal, es lo más probable que emplease tal vocablo como sinónimo de *natural,* de igual modo que Juan de Aranda figura en el mismo escrito como «vecino de la cibdad de burgos», siendo así que residía en Sevilla, donde estaba a la sazón empleado en la Casa de la Contratación de las Indias.

De todo ello deduce el señor Noronha que hay grandes

probabilidades, aunque no prueba decisiva, de que Magallanes hubiese nacido en Oporto.

En quanto a su familia, se ha considerado como su legítima descendencia a la de su hermana doña Teresa, basándose en los dos citados testamentos. Efectivamente, no se citan allí más herederos del navegante que doña Teresa, su marido y su hijo Francisco, lo cual parece indicar que ni el testador tuvo hijos, ni más hermanos que aquélla. Pues bien, ello está en plena contradicción con la realidad. En el testamento que otorgó Magallanes en Sevilla, a 24 de agosto de 1519, menciona a su hijo Rodrigo (el cual murió, como su padre, en 1521; un segundo vástago murió al nacer), a su hermano Diogo de Sousa y a su hermana Isabel de Magallanes. Tuvo, además, otro hermano, Duarte de Sousa, de cuya existencia, hoy atestiguada de un modo incontestable por los descubrimientos documentales de don Antonio Baião, no se tuvo hasta hace poco tiempo noticia, por no figurar en los testamentos. El *Nobiliario do Casal do Paço,* que se conserva en la Biblioteca pública municipal de Oporto, cita nueve hermanos de Magallanes; pero el no figurar en la lista Teresa ni Eduardo, y el hacer indicaciones que en modo alguno convienen al descubridor, hacen imposible identificar a éste con el Magallanes a que aquél se refiere.

Como se ve, aun después de descartados los hijos, quedaban varios hermanos, dos de ellos citados en el testamento de Sevilla, en el cual no se menciona a doña Teresa, y a quienes correspondía, según la voluntad del testador, su descendencia, en el caso, que efectivamente se dió, de morir sus hijos.

Todo esto hizo pensar al señor Noronha que el testamento de 1504, de ser auténtico, se referiría a un homónimo del descubridor; pero varios detalles en que sagazmente reparó le demostraron que es una copia falsa, amañada en tiempos modernos, e igualmente el titulado testamento de su sobrino. Un descendiente de la casa de Pereira, Antonio Luis Alvarez Pereira, casado con una sobrina de Godoy, propúsose, con tales documentos y la protección de su omnipotente tío político, que el Gobierno español le reconociese los derechos inherentes a la descendencia del descubridor, se bien murió sin conseguirlo. Esta trama de un ambicioso es, pues, la que ha dado lugar a que la villa de Sabrosa y el linaje de Pereira se arrogasen, indebidamente, la naturalidad y la descendencia de Magallanes.

El señor Noronha publica, como remate de su trabajo, los

documentos que en el curso de estas páginas se han citado, y algunos otros que sirven para aclarar la cuestión. Juzgando por este folleto, la obra completa ha de ser de enorme interés, y la biografía de Magallanes, así como el estudio de los descubrimientos geográficos del siglo XVI, entrarán en una nueva era de contraste y crítica, de sumo provecho para los investigadores.

B. S. A.

(Da *Revista dos Archivos, Bibliotecas y Museos*, de Madrid. Año XXV, n.os 7, 8 e 9, Julho a Setembro de 1921).

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Eça de Queiroz — A sua vida e a sua obra — Cartas e documentos inéditos — Segunda edição, por Antonio Cabral. Lisboa, Livraria Portugal-Brasil, Limitada, 1920.

As modernas Termópilas, por Antonio de Matos Lopes. Lisboa, Typ. d'*O Suburbano*, 1921.

Penso e Creio — 2.ª edição, por Percillo Gomes. Depositario: «Annuario do Brasil». Rio de Janeiro.

D. Alexo — Romance — Segunda edição, pelo Conde d'Aurora. Porto, Companhia Portugueza Editora, 1921.

Elementos de quimica industrial e comercial — Resumo, por Alfredo Pereira. Porto, Typ. da Empresa Guedes, 1921.

D. Pedro V e o seu reinado, por Julio de Vilhena — Volumes I e II. Coimbra, Imp. da Universidade, 1921.

Sweden Historical and Statistical Handbook, por J. Guinchard. Stockholm, Gouvernement Printing Office, 1914.

Liquido cefalo-raquidiano, pelo Prof. Alfredo da Rocha Pereira. Porto, Companhia Portugueza Editora, 1921.

Tellurologie et Climatologie Medicales de Macao — 2.me édition en français, por Antonio do Nascimento Leitão. Macao, Imprimerie de l'Orphelinat Salésien, 1921.

Pathoplastiches Institut G. M. B. H. Dresden-N, Druck von Johannes Pauler.

Faculdade de Medicina da Bahia — Dissertação sobre Diphteria; Prophylaxia da Syphilis; e Tentativa de vacinação pela bocca — 3 fasc., por José Pinto de Silva Fuja. Brazil, S. Paulo, 1621.

Étude de L'Avnantation linéaire en fonction de la temperature, por Jean de Freudenreich. Genève, Imprimerie Albert Kundig, 1918.

Note sur le Quercus Occidentalis Gay, por J. Daveau. Montpellier, Imprimerie Centrale du Midi, 1899.

Étude synthétique et applications de l'apolarite, por Ferdinand Gonseth. Genève, Imprimerie Albert Kundig, 1916.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura..... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 3

1922
Março

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Notas antropológicas sôbre os Luangos da região dos Dembos (Angola), por A. A. Mendes Corrêa 105
Sur une proposition de M. Hadamard, por J. Vicente Gonsalves 123
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 127
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 137
Boletim bibliográfico 148

NOTAS ANTROPOLÓGICAS SÔBRE OS LUANGOS DA REGIÃO DOS DEMBOS (ANGOLA)

Confiou o Sr. Padre António Miranda Magalhães ao meu exame alguns dados antropométricos que colheu nos Luangos da região dos Dembos, e, enviando-me além disso alguns crânios de Luangos do dembado de Zambi-Aluquem, gentilmente me facultou materiais directos de estudo sôbre êsses povos de Angola.

Num trabalho etnográfico, que igualmente me remeteu, trata o inteligente investigador de demonstrar sôbre elementos da lingüística, da história e da tradição que os Luangos dos Dembos provêm dos Luangos congoleses, dos Bavili, embora ressentindo-se da sua prolongada permanência no seio de populações diferentes, como os Quimbundos.

O meu estudo antropológico não conduz a conclusões tão categóricas quanto à filiação étnica daquele povo. Os dados colhidos e os próprios elementos de comparação são pouco numerosos, e os conhecimentos existentes a respeito dos Luangos do Congo fazem crer numa sua relativa heterogeneidade antropológica (1).

Mas, tanto quanto é possível afirmá-lo sôbre precárias bases, a Antropologia não se opõe às conclusões do Sr. Padre Miranda Magalhães, antes parece apoiá-las.

É o que se deduzirá do meu breve relatório.

*
* *

Dos 4 crânios que o Sr. Padre Magalhães me enviou, apenas 3 estavam em condições dum estudo mais ou menos perfeito. O 4.º estava muito fragmentado, podendo-se sòmente reconstituir parte da base, da fronte e da abóbada.

---

(1) Deniker — *Les races et les peuples de la terre,* Paris, 1900.

Era êste último provàvelmente masculino, e masculino era decerto o n.º 3 da série. Mais duvidoso, embora talvez também masculino, era o sexo do n.º 2. Quanto ao n.º 1, se por alguns caracteres pareceria igualmente masculino, foi por mim entretanto classificado feminino em face de muitos outros caracteres.

Passemos à descrição dos 4 exemplares:

Crânio n.º 1, ♀. — Pelo pêso, robustez e leve saliência da glabela, parece masculino. Mas há no todo uma certa delicadeza, o que, com o desvanecimento do relêvo supraciliar, pequenez da face em relação ao crânio cerebral, pouco desenvolvimento da base em relação à abóbada, saliência das bossas (sobretudo das parietais), verticalidade da fronte, pequenez do crânio e da mandíbula, poucas saliências e rugosidades nas inserções musculares, desenvolvimento frontal, etc., conduz a atribuir-lhe o sexo feminino. O contôrno horizontal é pentagonoide, as suturas abertas e pouco complicadas, sendo a coronal e as têmporo-parietais as menos complicadas e a lambdoide a mais complicada. De perfil, observa-se: prognatismo alveolar e dentário, depressão fronto-nasal, fronte vertical, inflexão metópica em curva regular, perfil superior quási horizontal, curva obélica regular, occiput convexo e proeminente, ínion apagado, perfil ínio-basilar obliquo para a frente e para baixo, mas na sua porção terminal quási horizontal; ptérion de tipo esfeno-parietal; apófise mastoide alongada mas pouco volumosa; um ôsso wormiano no astérion esquerdo. Na norma anterior notam-se: os buracos supraorbitais de ambos os lados; órbitas subquadrangulares; abertura nasal do tipo antropino com o bôrdo embotado; fossas caninas pouco escavadas; malares fugidios. Inferiormente registámos: fórmula dentária completa, dentes pouco usados, o dente do siso esquerdo com um 4.º tubérculo reduzido a uma pequena apófise do cíngulo (póstero-interna); arcada dentária quási upsiloide. A mandíbula, com a fórmula dentária completa, mento pouco saliente e triangular, ramos largos e baixos, apófises geni atrofiadas, arcada de ramos pouco divergentes, chanfradura sigmoidêa pouco profunda, apófise coronoidêa pouco mais alta do que o côndilo, côndilos pouco inclinados para traz e para baixo, ou seja com o grande eixo quási transversal e horizontal, ângulo mandibular pequeno, e assenta por 4 pontos do bordo inferior sôbre o plano horizontal.

Os caracteres métricos dêste crânio permitem classificá-lo

muito dolicocéfalo, ortocéfalo, cameprósopo (?), platirrínico, hipsiconco, microdonte, de capacidade regular e de buraco occipital megasema.

Crânio n.º 2, ♂ (?). — Maior do que o anterior mas mais leve. Contôrno de ovoide alongado, bossas frontais e parietais distintas, embora não muito acentuadas, suturas regularmente complicadas, embora nuns pontos mais e noutros simples, todas abertas. De perfil, pequena saliência glabelar, arcadas supraciliares apagadas, ínion marcado, apófise mastoide volumosa e embotada, fronte quási vertical, inflexão metópica em curva regular, inflexão obélica idem, occiput convexo, parte superior do perfil craniano em curva regular mais alta no meio, perfil ínio-basilar quási horizontal, prognatismo subnasal. Face estreita, alongada, pequena; órbitas altas; grande largura maxilar superior; sutura metópica; chanfraduras supra-orbitárias mal indicadas; esbôço de fossetas prenasais; fossas caninas apenas indicadas; malares fugidios; efracção póstuma no bordo alveolar, parte anterior. Linha curva occipital superior bem marcada. Fórmula dentária completa, dentes usados, arcada dentária de bordos pouco divergentes. A mandíbula apresenta os seguintes caracteres descritivos principais: eminência do mento de saliência regular e forma triangular; fórmula dentária completa; dentes um tanto usados; apófises geni apenas indicadas; prognatismo dentário; arcada dentária de ramos bem divergentes; chanfradura sigmoidêa pouco profunda, embora mais do que a do crânio anterior; apófise coronoidêa mais alta do que o côndilo; côndilos com o grande eixo oblíquo para dentro, para traz e pouco para baixo; bordo inferior assentando por 4 pontos sobre o plano horizontal; ângulo mandibular médio; dentes robustos, como a mandíbula.

Os caracteres métricos dêste crânio levam a classificá-lo: hiperdolicocéfalo (?), platicéfalo (?) pelo índice vértico-longo, hipsicéfalo pelo índice vértico-transverso, platirrínico, hipsiconco, mesodonte, de capacidade regular e de buraco occipital microsema. Embora não pudéssemos determinar com rigor o índice facial, consideramos sem hesitação o exemplar como leptoprósopo. É o crânio da série com menor índice mandibular e pelo contrário com a fronte mais desenvolvida transversalmente.

Crânio n.º 3, ♂. — Tinha uma grande solução de continuïdade à esquerda, abrangendo parte do frontal, do parietal e

do temporal. Robusto, pesado, superfície rugosa. Contôrno horizontal pentagonoide; suturas bastante complicadas lateralmente, no centro simples; sinostose da sutura sagital menos no terço anterior; bossas parietais acentuadas. Glabela apenas indicada, arcadas supraciliares quási apagadas; fronte inclinada; inflexão metópica em curva regular, perfil superior quási horizontal, achatamento obélico com inflexão obélica brusca; occiput saliente, ínion pouco desenvolvido, perfil ínio-opistíaco oblíquo, com a parte terminal quási horizontal; ptérion do tipo esfeno-parietal; apófise mastoide pequena; prognatismo sub-nasal. Malares salientes, a arcada zigomática à esquerda destruída (lesão póstuma); abertura nasal do tipo antropino com *fossula intranasalis;* chanfraduras supra-orbitárias. Muitas rugosidades occipitais. Fórmula dentária completa, dentes pouco usados, arcada dentária upsiloide. A mandíbula apresenta o mento saliente, ligeiramente bilobada, a fórmula dentária completa, os dentes pouco usados, a arcada dentária de ramos muito pouco divergentes, a chanfradura sigmoidêa larga e pouco profunda, os ramos montantes largos e baixos, a apófise coronoidêa levemente mais baixa do que o côndilo, as apófises geni superiores bem distintas, prognatismo dentário, ângulo mandibular elevado, bordo inferior assentando por 4 pontos sôbre o plano horizontal.

Pelos seus caracteres métricos êste crânio é dolicocéfalo, platicéfalo pelo índice vértico-longo, ortocéfalo pelo índice vértico-transverso, platirrínico, cameconco (?), de capacidade regular e de buraco occipital microsema. É o crânio da série com menor desenvolvimento transversal da fronte e com maior índice mandibular. Não pudemos determinar o índice facial, mas o crânio é evidentemente cameprósopo.

Crânio n.º 4, ♂ (?). — Pelas dimensões, robustez e saliências ósseas parece masculino. Pudemos apenas estudar um fragmento de frontal, dois fragmentos de parietais, parte da porção basilar e da metade inferior da escama occipital e parte do maxilar inferior. Os restantes ossos estavam reduzidos a pequenos fragmentos não permitindo qualquer estudo nem a reconstituïção do crânio. Apenas era ainda possível reconhecer parte da abóbada palatina e do maxilar superior com a parte da base já referida.

A fronte neste exemplar era estreita, *bombée,* de bossas distintas. A sutura sagital, pelo menos em parte, era de complicação regular, os parietais desenvolvidos. No fragmento

esquerdo a bossa parietal é pouco acentuada. A abóbada palatina é escavada, a arcada dentária upsiloide. O ínion nítido; talvez saliência do occiput. Fossas cerebelosas profundas. Dos caracteres métricos apenas pudemos tomar a distância básio-alveolar ($> 104^{mm},5$), superior à de qualquer dos outros crânios, e os diâmetros do buraco occipital. É decerto um crânio de grandes dimensões, provàvelmente prognata, e tem o buraco occipital microsema.

Confrontos e conclusões. — Destas nossas observações craniológicas devemos concluir que não há inteira homogeneidade entre os exemplares estudados. O ♀ 1 e o ♂ 3 são de contôrno pentagonoide, saliência glabelo-supraciliar reduzida, occiput saliente, fronte regularmente desenvolvida no sentido transversal, de moderado desenvolvimento em altura, platirrínicos, cameprósopos, de arcadas dentárias com ramos pouco divergentes, de chanfraduras sigmoidêas pouco profundas, de ramos montantes largos e baixos, mas emquanto o primeiro é hipsiconco e tem o buraco occipital megasema, a fronte vertical, os zigomas fugidios, o perfil obélico em curva regular, o mento pouco saliente, o ângulo mandibular pequeno — o segundo é cameconco e tem o buraco occipital microsema, a fronte inclinada, os zigomas salientes, um achatamento obélico com inflexão obélica brusca, o mento saliente, o ângulo mandibular elevado e é menos prognata.

A seu turno, o n.º 2 tem: o contorno ovoide, a fronte muito larga e quási vertical, a face alongada e estreita, as órbitas altas (como o n.º 1); também reduzida saliência glabelar e supraciliar; também o occiput convexo, prognatismo, platirrínia; o buraco occipital microsema (como o n.º 3); hipsistenocefalia (no que se distingue dos outros dois); arcada dentária inferior de ramos bem divergentes, apófise coronoidêa bastante mais alta do que o côndilo (o que também o distingue); mento regularmente saliente e ângulo mandibular médio; chanfradura sigmoidêa pouco profunda embora mais do que nos outros; ramos montantes mais altos e menos largos do que os dos outros. Aproximando-se dum ou doutro dos crânios referidos, ou de ambos, em vários caracteres, dêles se distingue entretanto por algumas particularidades importantes, como a hipsistenocefalia, a largura da fronte, a leptoprosopia acentuada, etc. O crânio n.º 4, tanto quanto os caracteres estudados o permitem supôr, aproxima-se talvez mais do n.º 3 do que dos restantes.

As diferenças achadas não serão sòmente a expressão de

variações individuais, mas também a indicação de nos acharmos em presença de representantes mais ou menos puros de mais dum tipo.

As mandíbulas apresentam alguns caracteres de inferioridade, sendo a do n.º 2 a que os possue em menor grau e em menor número. Segundo Puccioni (1) a mandíbula negroide é caracterizada por: apófise coronoidêa mais alta do que o côndilo (hipsicorónea), chanfradura sigmoidêa profunda profunda (macrobaticeloma), ângulo posterior médio (mesógona), ramo montante médio (mesoclade), corpo médio ou robusto (mesosoma ou paquisoma), mento médio (ortogeniana). A menor elevação da apófise coronoidêa aparece nas mandíbulas hotentote, esquimó, australoide, mongoloide e americana. A pouca profundidade da chanfradura sigmoidêa surge em mandíbulas australoides, hotentotes e esquimós. O ângulo posterior agudo (oxígono) aparece no tipo caucásico, como no mongoloide, sendo para notar que o *ângulo posterior* de Puccioni se mede para traz e não para a frente como o ângulo mandibular. O ramo largo e baixo (paquiclade) aparece em mandíbulas mongoloides, hotentotes, esquimós. Nalguns caracteres mandibulares os negros africanos não acusam grande inferioridade somática, e não se afastam consideràvelmente do tipo caucásico. Pretende Elliot Smith, porém, que não há diferenças étnicas na morfologia do maxilar inferior, e, se assim fôsse, não nos caberia tirar deduções do que expuzemos sôbre as mandíbulas da série. Contesta tal opinião Nello Puccioni, e, guiando-nos pelos seus dados, as mandíbulas dos Luangos aparecer-nos hão, como foi dito, com caracteres de inferioridade, que não são exclusivos dos outros negros, antes existem também nos hotentotes, australianos, etc. Apenas a mandíbula n.º 2 apresenta caracteres mais elevados, sendo a que mais se aproxima da mandíbula negroide típica de Puccioni.

Apesar disso, o crânio n.º 3 é, sem dúvida, o mais nigrítico, embora não corresponda talvez exactamente ao tipo clássico do *Homo afer*. O n.º 2 é possìvelmente o representante da forma craniana hipsistenocéfala, de provável origem equatorial e com feição arcaica, que foi objecto duma nossa monografia (2).

---

(1) Nello Puccioni — *Morphologie du maxillaire inférieur*. «L'Anthropologie», tom. XXV, 1914, pág. 309 e segs.

(2) Mendes Corrêa — *Sôbre uma forma craniana arcaica*. «Anais da Faculdade de Medicina do Pôrto», 1917.

Não são muitos os exemplares de Luangos do Congo e mesmo de Congos em geral, de que temos notícia. As colecções da expedição alemã ao Luango, depostas no Museu Anatómico da Universidade de Berlim, compreendem, além de outros, 20 crânios etiquetados Luangos, recolhidos por Bastian (1). Não sabemos se é a estes crânios que se refere a média de 72,7, dada por Deniker & Laloy (2) como o índice cefálico dos crânios luangos. Quatrefages & Hamy (3) referem-se a poucos mais exemplares de Congos e Luangos.

A média aludida, de 72,7, concorda com a acentuada dolicocefalia dos nossos 3 Luangos dos Dembos, cujo índice médio é de 71,2. Esta dolicocefalia não concorda, porém, perfeitamente com a subdólico ou mesaticefalia dos crânios Congos de Schaffausen, Davis e Quatrefages & Hamy, referidos por estes 2 últimos, não falando já no crânio Sim-Sam, sub-braquicéfalo.

Há, porém, evidentes afinidades entre o exemplar n.º 3 da nossa série e as médias fornecidas nos *Crania Ethnica* para 3 Congos ♂ (4):

	Luango ♂ (N.º 3)	3 Congos ♂
Índice cefálico	73,5 (?)	75,4
Índice vértico-longo	71,9	73,3
Índice vértico-transverso	97,8	97,2
Índice fronto-parietal	70,6	70,2
Índice orbitário	82,5 (?)	85,0
Índice nasal	59,6	57,4
Largura biorbitária externa	110mm	111mm
Largura inter-orbitária	27mm (?)	29mm
Largura bizigomática	– (5)	139mm
Capacidade aproximada	1494cc	1485cc

Não há mais que ligeiras divergências. Com um crânio de

(1) Quatrefages & Hamy — *Crania Ethnica* (Texte), pág. 336, nota 5.
(2) Deniker & Laloy — *Les races exotiques à l'Exposition Universelle de 1889*. «L'Anthropologie», tom. I, 1890, pág. 278.
(3) *Op. cit.*, pág. 337 e segs.
(4) *Op. cit.*, pág. 350.
(5) Não pôde medir-se por estar partida uma das arcadas, mas é elevada como nos Congos.

Magomba (indígena do Luango) da colecção Davis, as afinidades não são tão nítidas.

Os crânios de Mossumbes de Novo Redondo, cujo estudo fizemos há alguns anos (1), têm certas semelhanças com estes Luangos. Notámos então as suas relativas afinidades com os Congos de Qnatrefages & Hamy, mas dizendo que elas estavam longe de ser profundas. O mesmo se dá com as suas parecenças com os Luangos dos Dembos. O Mossumbe n.º 3 tem na sua tendência hipsistenocéfala, alto índice orbitário, baixo índice do buraco occipital, etc., certas semelhanças com o Luango n.º 2 de Zambi-Aluquem, cuja dolicocefalia é, porém, maior.

A falta de outros dados craniológicos sôbre as populações visinhas dos Luangos dos Dembos não permite ajuïzar, sob êsse ponto de vista, das suas afinidades ou diferenças, mas o que do nosso sumário confronto com os Luangos do Congo e Congoleses em geral é lícito inferir é que entre êstes e os Luangos do Sul não encontramos diferenças cranianas essenciais, antes constatamos algumas semelhanças, acaso significativas. As séries são, porém, demasiado restritas para se formularem resultados concludentes.

Vejamos o que nos diz o estudo no vivo.

*
* *

Das observações antropométricas realizadas pelo Sr. Padre Miranda Magalhães não constam dados sôbre a côr, pilosidade, altura do busto, prognatismo, etc. São elementos importantes que nos faltam, alguns dêles insupríveis naturalmente pelos que recolhemos do estudo dos crânios.

Enviou-nos o nosso amável correspondente um quadro com os dados métricos que colheu em 4 adultos masculinos, 1 mulher de 18 a 20 anos, 1 jóven da mesma idade, e 5 rapazes de 11 a 15 anos de idade. Com uma balança decimal, 1 craveira construída pelo próprio investigador, 1 compasso de espessura (julgo que também de sua construção), 1 régua graduada, 1 compasso de desenho e 1 fita métrica, tirou as seguintes medidas, algumas das quais, porém, não em todos os casos da série: pêso, altura total, altura do umbigo (sen-

---

(1) Mendes Corrêa — *Sôbre três crânios de negros Mossumbes.* Pôrto, 1915.

tados), grande braçada, extensão da mão, diâmetro cefálico ântero-posterior máximo, diâmetro transverso máximo, largura bizigomática, comprimento da face (ófrio-alveolar), altura da fronte (do ofrion à raiz dos cabelos), comprimento do nariz, largura do nariz, largura bigoniaca, largura bucal, distância intra-orbitária, distância extra orbitária, distância inter-mamilar, circunferência da cabeça, idem do pescoço, idem sôbre os mamilos, idem sôbre os ombros, idem sôbre os quadris.

Sumariemos os resultados por nós extraídos dessas observações antropométricas:

Estatura. — O Sr. Padre Miranda Magalhães mediu-a em 7 adultos masculinos. A média é de 1^m,64 (max. 1^m,705; min. 1^m,565), igual à dos Yakoma do alto Ubanghi, medidos por Girard (1), quási igual à dos Bondjo do Ubanghi médio, de Poutrin (2) (1^m,63) e à dos negros do Congo médio (3) (1^m,65).

A série, porém, não é muito homogénea. Há 1 estatura alta, 1 superior à mediana, 1 baixa e predominam as inferiores à mediana (1^m,60–1^m,65), que são em n.º de 4.

Segundo Deniker, a estatura média dos Luangos do Congo é de 1^m,65 (4), valor muito próximo do dos Luangos do Sul. Um caso de Deniker & Laloy e 2 de Zintgraff, davam a média de 1^m,67; segundo Falkenstein os Luangos têm uma estatura de 1^m,65 a 1^m,68 (5), números que excedem um pouco a média do tratado de Deniker e a dos Luangos do Sul.

Se no meu trabalho sôbre Bi-n'bundo, Andulos e outros angolenses (6), percorrermos a tabela de pág. 319, relativa aos povos de Angola, verificamos que são os Mochicongos a série masculina que tem estatura média (1^m,66) mais próxima da dos Luangos dos Dembos. Se atentarmos em que na tabela figuram muitos povos mais visinhos dêstes últimos do que os Mochicongos, que pelo contrário estão mais perto

---

(1) Henri Girard — *Yakoma et Bougous*. «L'Anthropologie», tom. XII, 1901, pág. 57.

(2) Poutrin — *Les negrilles du Centre Africain*. Ibid., tom. XVII, 1911, pág. 466.

(3) Poutrin — *Op. cit.* «L'Anthropologie», tom. XXIII, 1912, pág. 382.

(4) Deniker — *Les races et les peuples de la terre*, 1900.

(5) Deniker et Laloy — *Les races exotiques à la Exposition Universelle de 1889*. «L'Anthropologie», tom. I, 1890, pág. 278.

(6) Mendes Corrêa — *Antropologia angolense*, II. «Arquivo de Anatomia e Antropologia». Lisboa, 1918.

dos Luangos congoleses, o facto aparecer-nos há certamente significativo.

A única mulher medida tinha a estatura de 1^{m},445, inferior às negras do Congo médio de Poutrin (1), e próxima das médias das pigmeias congolesas do mesmo autor. As negrilhas Ba-tua medem 1^{m},437. Convém, porém, notar que o exemplar tinha uma idade entre 18 e 20 anos, o que não permite extrair quaisquer conclusões dos confrontos.

O jóven de 18 a 20 anos tinha a estatura de 1^{m},53, bastante baixa. Os restantes rapazes apresentavam as seguintes: um de 11 anos, 1^{m},285; 11 a 12, 1^{m},355; outro de 11 a 12, 1^{m},375; 13, 1^{m},28; um mestiço de idade entre 13 e 15 anos, 1^{m},490.

Envergadura. — Os números apresentados pelo Sr. Padre Miranda Magalhães parecem-nos muito baixos. É possível que correspondam a metade da grande envergadura. Se assim fôr, a envergadura média de 4 adultos ♂ é de 1^{m},848 (max. 1^{m},940; min. 1^{m},690), a da mulher de 1^{m},580.

Como os valores absolutos da envergadura não oferecem tanto interêsse como as relações com a estatura, calculámo-las nos 4 adultos ♂, obtendo a média de 1,076, superior à dos Negrilhos e Negros de Poutrin, à dos Yakomas (1,060), próxima das de poucos dos Sudanenses ocidentais, e quási se confundindo com a média dos Basokos de Jacques (1,078) e a dos Kparhalla (1,075) (2).

A relação na mulher é de 1,093, superior à das negras de Ruelle e à de todas as séries de Poutrin, apròximando-se mais da das negrilhas Ba-binga Lobaye dêste autor (1,07), que ainda assim lhe é bastante inferior (3).

No jóven a relação era de 1,046, e nos rapazes de 11 a 15 anos ia de 1,032 a 1,058, sendo em média de 1,046. Estes números são sensìvelmente inferiores aos dos adultos, mas, pelas razões acima apontadas, damo-los com todas as reservas.

---

(1) Poutrin — *Op. cit.* «L'Anthropologie», tom. XXII, pág. 472 e segs.

(2) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 409; Girard — *Op. cit.*, pág. 71; Henri Girard — *Notes sur quelques Soudanais occidentaux.* «L'Anthropologie», tom. XIII, 1902, pág. 181; Girard — *Yakoma et Bougous, op. cit.*, pág. 72; Ruelle — *Notes sur quelques populations noires du 2.e territoire militaire de l'Afrique Occidentale Française.* «L'Anthropologie», tom. XV, 1904, pág. 557.

(3) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 409.

Coeficiente de robustez e perímetro torácico. — O pêso e o perímetro torácico não foram determinados pelo Sr. Padre Miranda Magalhães em todos os casos. Assim, só nos foi possível calcular o coeficiente de robustez física de Pignet nos indivíduos do sexo masculino com menos de 20 anos. Obtivemos os seguintes valores: indivíduo de 11 a 12 anos, 37,4; outro de 11 a 12, 37,3; um de 13, 33,4; um de 13 a 15, 24,4; e um de 18 a 20, 24,5. Como nos Europeus, êste coeficiente diminue com a idade, dos 10 anos para cima. Sabendo-se que aos 10 anos êle é de 42 a 43, aos 13 de 39 a 40, e aos 15 de 34 a 35 nos Europeus, verifica-se que os rapazes luangos têm valores relativamente baixos, o que exprime uma robustez maior.

Num homem adulto, porém, o pêso era de 54 kgr. para $1^{m},695$ de altura, e na mulher o pêso era de 37 kgr. para $1^{m},445$. Não se podem dizer valores elevados, sobretudo no adulto mencionado.

O perímetro torácico em 2 adultos do sexo masculino era de 860^{mm} e 830^{mm}, para as estaturas de $1^{m},645$ e $1^{m},63$, respectivamente. As relações com a estatura eram nesses 2 exemplares de 50,4 e 50,5.

Segundo Girard, o perímetro torácico mamilar nos Yakoma e Bougous é de 857^{mm} e 895^{mm}, respectivamente, e as suas relações com a estatura média são: para os primeiros 52,3, para os Bougous 53,1, isto é, valores mais elevados do que os correspondentes nos 2 Luangos referidos.

Circumferência do pescoço. — É, em média, nos 4 adultos masculinos, tomada em relação à estatura, de 19,9 (max. 21,5; min. 18,8). Na mulher é de 19,4, e nos rapazes vai de 19,2 a 21,1, oferecendo o máximo dos 13 aos 15 anos.

Distância intermamilar. — A média nos 4 adultos masculinos é de $191^{mm},1$. Posta em confronto com a estatura a média é de 11,48, sendo um carácter pouco variável (max. 12,3; min. 11,0). Na mulher essa relação é de 12,8, e nos rapazes vai de 11,3 a 12,6, sem uma regra bem definida que a relacione com a idade.

Comprimento da mão. — Não falando na braça é a única medida da lista, que pode dar-nos idea das proporções dos membros. A média nos 4 adultos ♂ é de $183^{mm},75$ (max. 180^{mm}; min. 175^{mm}). Relacionada com a estatura, a média nos quatro adultos é de 10,7 (max. 11,0; min. 10,3), me

nor do que nalguns negros do Congo (12,5, segundo Weisbach (1), nos negros de Ruelle (11,49) e nos Yakoma (11,7), mas avisinhando-se da média de alguns negros do Congo Médio (10,8, segundo Poutrin) (2).

Na mulher da série a relação era de 11,8, vizinha da das negras de Ruelle (11,46), e afastando-se mais da das negras do Congo Médio (max. 10,6) do que das das negrilhas congolesas (max. 11,2 nas Ba-binga Lobaye) (3).

Nos rapazes os valores são mais altos do que nos adultos (11,7 a 12,4), o que indica a mão relativamente mais comprida.

Índice cefálico. — Êste importante caracter aparece-nos variando nos 4 adultos masculinos de 71,0 a 79,78, com a média de 76,29. Incluindo o rapaz de 18 a 20 anos, a média ascende a 76,71, vizinha da dos Nienegué (76,89) (4), superior à da maior parte dos sudanenses ocidentais (5) e à dos Yacoma (6), e pelo contrário inferior às dos negrilhos (7). Relativamente aos Luangos do Congo, a diferença não parece muito grande: sôbre 3 casos, 1 de Deniker e Laloy, e 2 de Zintgraff, a média calculada é de 77,5. No primeiro exemplar havia braquicefalia (8). São, porém, poucos dados para uma rigorosa conclusão.

Comparando com outras populações angolenses, a média aproxima-se muito da dos Mondombes (76,8, segundo Deniker), e das dos Luenas (77,0) e Quiocos (77,1) (9).

A mulher tinha o índice céfálico de 77,7, igual á média das negrilhas Ba-tua e um pouco inferior à das Ba-binga (10), facto êste que não basta sem dúvida para uma identificação antropológica.

Nos rapazes de 11 a 15 anos a média, em 5 casos, é de

---

(1) Henri Girard — *Yakoma et Bougous, op. cit.*, pág 75.
(2) E. Ruelle — *Op. cit.*, pág. 555; Henri Girard — *Loc. cit.;* Poutrin — *Op. cit.* «L'Anthropologie», tom. XXII, pág. 501.
(3) E. Ruelle — *Loc. cit.;* Poutrin — *Op. cit.* «L'Anthropologie», tom. XXIII, p. 409.
(4) E. Ruelle — *Op. cit.*, pág. 524.
(5) H. Girard — *Op. cit.*, pág. 59.
(6) H. Girard — *Notes sur quelques soudanais, etc., op. cit.*, pág. 51.
(7) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 351.
(8) Deniker & Laloy — *Op. cit.*, pág. 278.
(9) Mendes Corrêa — *Loc. cit.*
(10) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 279.

74,06, mais conforme com a dolicocefalia acentuada que constatámos nos crânios que o Sr. Padre Miranda Magalhães nos enviou. Uma criança Luango do Congo, estudada por Deniker, tinha a cabeça muito alongada (1).

Índice transverso-zigomático. — A média nos 5 indivíduos masculinos de mais de 18 anos é de 96,38, mas é o jóven de 18 a 20 anos que abaixa bastante a média, que só nos 4 adultos é de 98,23 (max. 105,4; min. 93,3). Uma tal média é muito maior do que as dos angolenses que estudámos, a dos negrilhos e negros de Poutrin (2), igual à dos negros do Alto Senegal-Niger, e maior do que as dos negros do Luango (91,11).

A mulher tem o índice de 96,3, superior à média dos negros de Poutrin, e sobretudo às das negrilhas do mesmo autor.

Nos 5 rapazes a média é de 91,75, muito mais próxima da dos negros do Luango, já referidos, e muito mais baixa do que a dos adultos.

O alto valor do índice transverso-zigomático nos Luangos dos Dembos faz admitir que a sua face é larga, tanto mais que não têm uma dolicocefalia intensa que para tal resultado contribua.

Índice nasal. — A média em 5 indivíduos masculinos de 18 anos para cima é de 93,18 (max. 107,1; min. 86,9), inferior à dos sudanenses ocidentais e Yakoma, às dos negros e negrilhos de Poutrin, e a todas as séries angolenses do nosso quadro já referido, exceptuando 1 Lunda de Deniker e Laloy (93,8), 1 Bieno dos mesmos autores (92,8) e 1 Dondo de Fonseca Cardoso (86,3).

Um Luango do Congo, de Deniker e Laloy, tinha o índice nasal de 114,7 (3). Não temos outros elementos de confronto no vivo, entre os Luangos congoleses, não podendo portanto a disparidade registada considerar-se concludente.

Na mulher o índice é de 94,59, ainda baixo, mais próximo do das negras M'Baka (93,6) (4), do que de qualquer média negrilha, o que dada a importância dêste carácter restringe

---

(1) Deniker & Laloy — *Op. cit.*, pág. 279.
(2) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 352.
(3) Deniker & Laloy — *Op. cit.*, pág. 290.
(4) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 415.

muito a significação de algumas afinidades encontradas entre a mulher Luango dos Dembos e as negrilhas.

Nos rapazes até 15 anos (5 casos), a média é de 98,48, mais elevada, mais nigrítica.

Largura do nariz. — Tomada em relação ao diâmetro bizigomático, dá a média de 30,19 nos 5 casos masculinos de mais de 18 anos. Esta média, muito inferior às dos negrilhos, extremamente platirrínicos, é visinha da dos negros de Poutrin (30,7) (1), e das de alguns negros das séries de Ruelle.

A mulher tem a relação 26,7, inferior à média das negras de Poutrin, às das negrilhas e às das negras de Ruelle.

Nos rapazes (5 casos) a relação média da largura do nariz para a largura bizigomática é de 31,44, o que está de acordo com o mais elevado índice nasal infantil.

Largura extra-orbitária. — Êste caracter, segundo Poutrin, diferença pouco os negros dos negrilhos.

A média em 5 casos ♂, das suas relações com a largura bizigomática, é, nos Luangos dos Dembos, de 71,78 (2), inferior à dos outros negros das séries de que temos feito mais repetida menção.

Nos negros em geral, a largura extra-orbitária é relativamente maior na mulher do que no homem. Assim sucede também nos Luangos dos Dembos: a largura extra-orbitária da mulher observada é de 75,9, tomada em relação centesimal com o diâmetro bizigomático. Êste valor é inferior aos das outras negras.

A média nos 5 rapazes de 11 a 15 anos é elevada, 80,55.

Largura intra-orbitária. — Em relação centesimal com a largura bizigomática, é, em média, no sexo masculino, entre os Luangos dos Dembos (5 casos de mais de 18 anos), 25,26 (max. 26,4; min. 24,5). É um valor próximo dos de algumas séries de negros de Ruelle, um pouco inferior ao dos Yakoma (26,1) (3), próximo dos dos Fulas e Mandingas (25,1 e 25,3 respectivamente) (4), inferior aos dos negros de Poutrin, mas

---

(1) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 369.
(2) Max. 79,1; min. 66,7.
(3) Girard — *Yakoma et Bougous, op. cit.*, pág. 70.
(4) Girard — *Notes sur quelques Soudanais, etc., op. cit.*, pág. 176.

quási igual ao de algumas séries Ba-binga dêste mesmo autor (25,0; 26,1) (1).

Na mulher a relação é de 26,7, inferior às das negras e negrilhas de Poutrin, mas, como nestas, superior às do homem.

Nos rapazes a média é de 26,26, mais alta do que a dos adultos.

Largura da bôca. — A média masculina é de $52^{mm},20$, apròximada da de outros negros africanos, e da dos negrilhos Ba-tua (51^{mm}). Nos negrilhos Ba-binga é muito maior. Na mulher a largura da bôca era de 45^{mm}, um pouco inferior à das negras do Congo Médio (47^{mm} a 50^{mm}, segundo Poutrin), e das Ba-tua (47^{mm}).

Tomada em relação centesimal com a largura bizigomática, a média masculina é de 37,34, próxima da dos negros do Congo Médio (36,8, 38,8 e 40,5, segundo Poutrin), do que a dos Ba-binga, e, pelo contrário, maior do que a dos Ba-tua (34,9).

Na mulher a relação da largura da bôca com a largura bizigomática era de 34,4, muito menor do que a das negras e negrilhas do Congo.

Em 5 rapazes a relação média era de 36,02.

Largura bigoníaca. — A média masculina é de $112^{mm},6$ (max. 124; min. 105). Na mulher a largura bigoníaca mede 117^{mm}. São valores muito elevados em relação às outras séries angolenses que temos estudado.

Em relação à largura bizigomática a média masculina é de 80,54, maior do que a dos negros das séries de Poutrin e Ruelle, e do que a dos negrilhos. A relação na mulher é 89,31, também maior do que a das outras negras, e sobretudo do que a das negrilhas.

*
* *

Já depois de redigida a quási totalidade dêste artigo, envia-nos o Sr. Padre Miranda Magalhães algumas fotografias de Luangos e as medidas de mais um indivíduo, cujas foto-

---

(1) Poutrin — *Op. cit.*, pág. 366.

grafias igualmente nos remete: o soba de Bondo, D. Tabaco António. Êste soba é cego do olho direito, em virtude dum desastre que sofreu.

Eis os valores de algumas das mensurações nele tomadas: estatura $1^{m},645$; circumferência da cabeça $0^{m},545$; idem do pescoço 0,310; idem do torax 0,830; diâmetro ântero-posterior da cabeça 0,1855; diâmetro transverso máximo 0,148; altura da face 0,057; diâmetro bizigomático 0,1405; altura do nariz 0,046; largura do nariz 0,0425; largura da bôca 0,052; largura bigoníaca 0,105; distância intra-orbitária 0,035; distância extra-orbitária 0,096.

Determinei sôbre estas medidas, fornecidas pelo Sr. Padre Miranda Magalhães, o índice cefálico de 79,8 e o nasal de 92,4. Juntando estes dois índices aos do resto da série, vêm-nos as médias gerais de 77,23 e de 93,03, que pouco ou nada alteram as nossas conclusões já formuladas a respeito de cada um dos índices. Lembrando que o índice cefálico médio de 3 Luangos do Congo era de 77,5 notar-se-ia mesmo uma maior vizinhança entre as 2 séries, que têm, porém, o defeito de ser muito reduzidas.

Conclusões gerais. — A despeito do meu estudo dos 3 crânios, cujas conclusões já acima expuz, e de ter procurado utilizar convenientemente todos os dados que as investigações do Sr. Padre Miranda Magalhães me proporcionaram sôbre os Luangos dos Dembos, não me julgo autorizado em vista do pequeno número das observações e do limitado conhecimento dos Luangos congoleses, a extrair do estudo antropométrico conclusões formais.

Se pela estatura e quiçá pelo índice cefálico se podem estabelecer afinidades entre os Luangos do Norte e os do Sul, parece haver no índice transverso-zigomático e talvez no nasal, acentuadas diferenças. Para os restantes caracteres não é possível formular hipóteses, perante a escassez de dados nuns ou noutros Luangos, e assim, se o estudo dos crânios me conduziu a admitir possíveis afinidades entre os dois grupos visto neles não encontrarmos diferenças essenciais, o presente estudo no vivo não fornece nada de positivo e terminante para o debate do assunto.

Não esqueçamos, porém, que segundo Deniker, os Luangos do Congo constituem uma população bastante misturada. Em tais circunstâncias é natural que a Antropologia não possa fornecer dados concludentes sôbre a filiação étnica dos Luangos dos Dembos nos seus homónimos do norte,

mesmo alargando-se os inquéritos e as observações tanto naqueles como nestes.

Tanto, porém, quanto o permitem crer os nossos conhecimentos actuais a seu respeito, não há disparidades profundas entre aqueles grupos étnicos, sob o ponto de vista antropológico. Pelo contrário, o estudo do crânio, sobretudo, forneceu, como vimos, alguns elementos tendentes a aproximá-los. Mas o rigor scientifico impede que, com a escassez dos dados colhidos, me abalance a formular identificações definitivas.

Seguem, em apêndice, as principais medidas que fiz nos crânios submetidos ao meu exame.

A. A. Mendes Corrêa,

Professor de Antropologia na Universidade do Pôrto.

	1, ♀	2, ♂?	3, ♂	4, ♂
Diâmetro ântero-posterior máximo	mm 179	mm 189 (?)	mm 185	mm –
Diâmetro transverso máximo	127	131	136 (?)	–
Diâmetro básio-bregmático	124	133	133	–
Diâmetro frontal mínimo	92	102	96	–
Diâmetro frontal máximo	107	114	–	–
Diâmetro naso-basilar	101	98	106	–
Diâmetro básio-alveolar	102	> 95	109	> 104,5
Comprimento do buraco-occipital	30	34,5	36	36,5
Largura do buraco occipital	29	27	27,5	27,5
Largura bizigomática	120 (?)	–	–	–
Altura facial superior	59	68,5 (?)	66,5	–
Altura nasal	42,5	47 (?)	47	–
Largura nasal	25	27,5	28	–
Largura orbitária	34	35	40 (?)	–
Altura orbitária	31	34	33	–
Largura biorbitária externa	100	106	110	–
Largura inter-orbitária	23	31	27 (?)	–
Comprimento dos molares e premolares	40	42	–	–
Curva horizontal total	498	530	–	–
Curva ântero-posterior	359	389 (?)	366	–
Parte frontal	122	128 (?)	119	–
Parte parietal	123	141	126	–
Parte occipital	114	120	121	–
Ângulo facial (Rivet)	73°	< 72°	69°,5	–
Capacidade aproximada	1258cc	1470cc	1494cc	–
Largura bicondiliana	107mm (?)	111mm (?)	109mm,5	–
Largura bigoníaca	90	91	91	–
Altura sinfisiana	32,5	33,5 (?)	34	–

	1, ♀	2, ♂?	3, ♂	4, ♂
Altura molar	27mm	28mm,5	30mm	–
Altura do ramo	62	58,5	60	–
Largura do ramo	34	30	36,5	–
Ângulo mandibular	112°	118°	115°	–
Ângulo sinfisiano	76°	75°	64°	–
Pêso do crânio	625gr	515gr	>615gr	–
Pêso da mandíbula	70gr	55gr	75gr	–
Índice cefálico	70,9	69,3 (?)	73,5 (?)	–
Índice vértico-longo	72,1	70,4 (?)	71,9	–
Índice vértico-transverso	97,6	101,5	97,8 (?)	–
Índice frontal mínimo	72,4	77,9	70,6	–
Módulo de Schmidt	143,3	151,0	151,3	–
Índice alveolar	101,0	>96,9	102,8	–
Índice facial superior	49,2 (?)	–	–	–
Índice nasal	58,8	58,5 (?)	59,6	–
Índice orbitário	91,2	97,1	82,5 (?)	–
Índice do buraco occipital	96,7	78,3	76,4	75,3
Índice náso-dentário	39,6	42,9	–	–
Índice mandibular	54,8	51,3	60,8	–

Figs. 1 a 3 — Crânios de Zambi-Aluquem, de frente.

Figs. 4 a 6 — Os mesmos crânios, de perfil.

Fig. 7 — O rev. Miranda Magalhães e o falecido «dembo» de Zambi-Aluquem, D. Manuel Calenga.

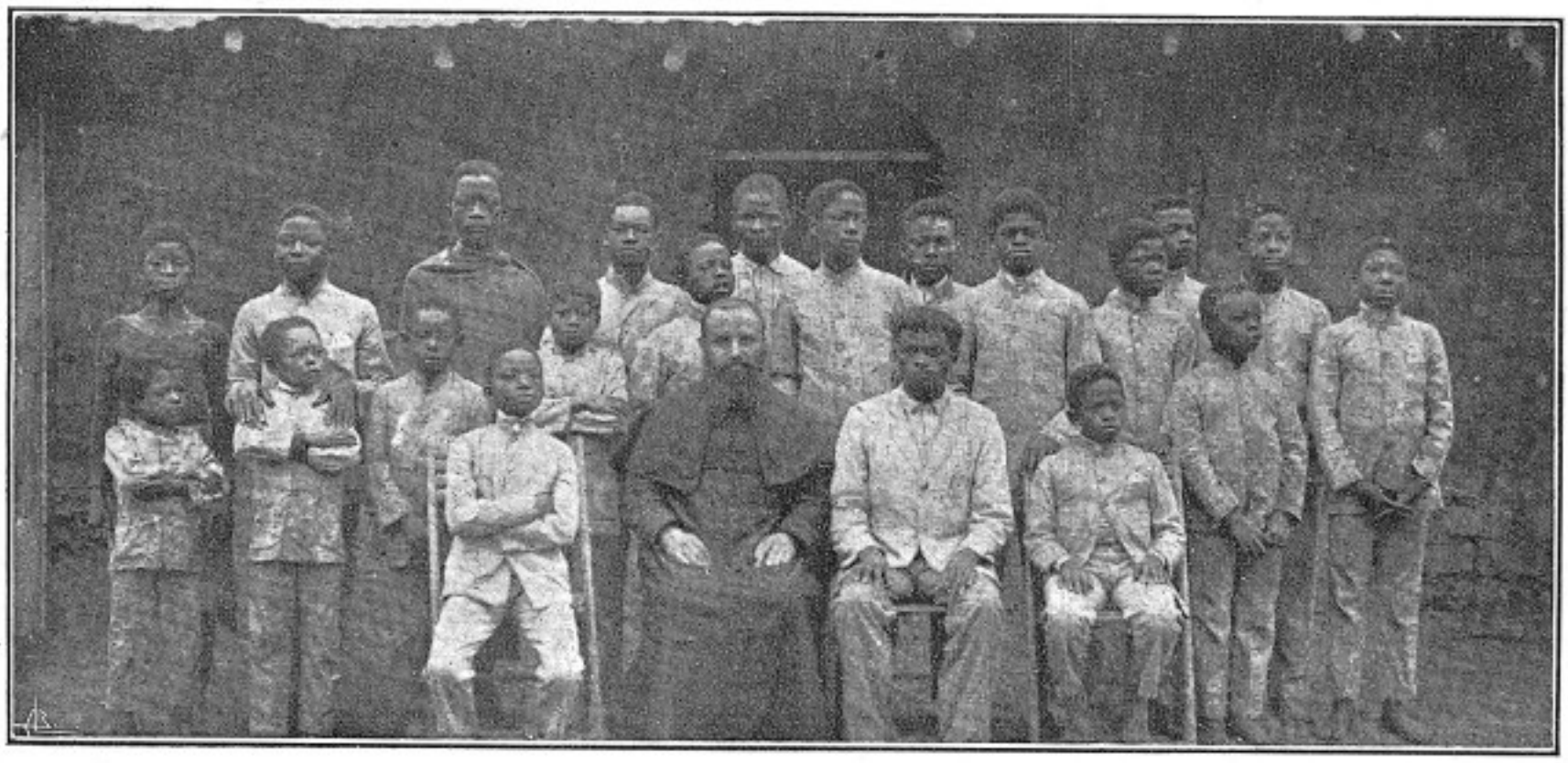
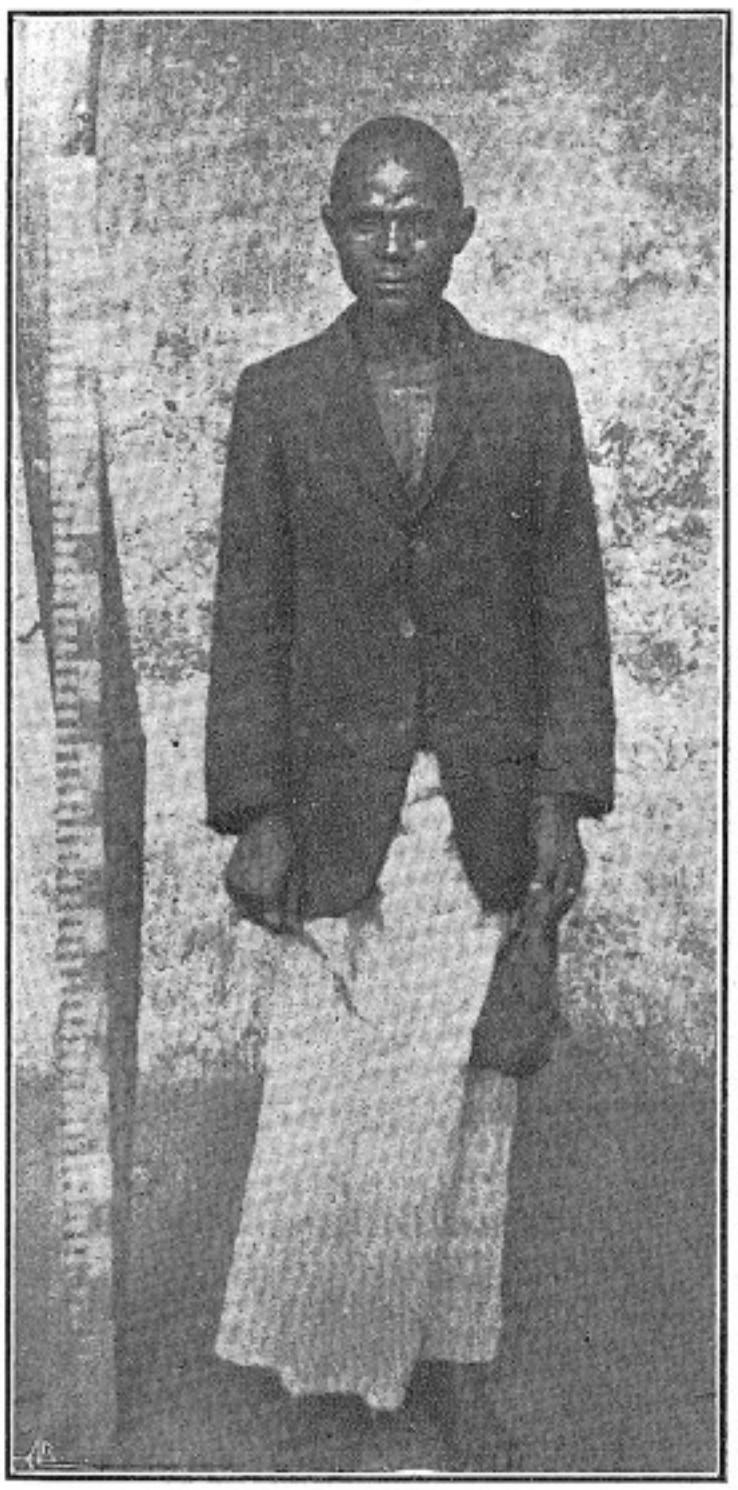
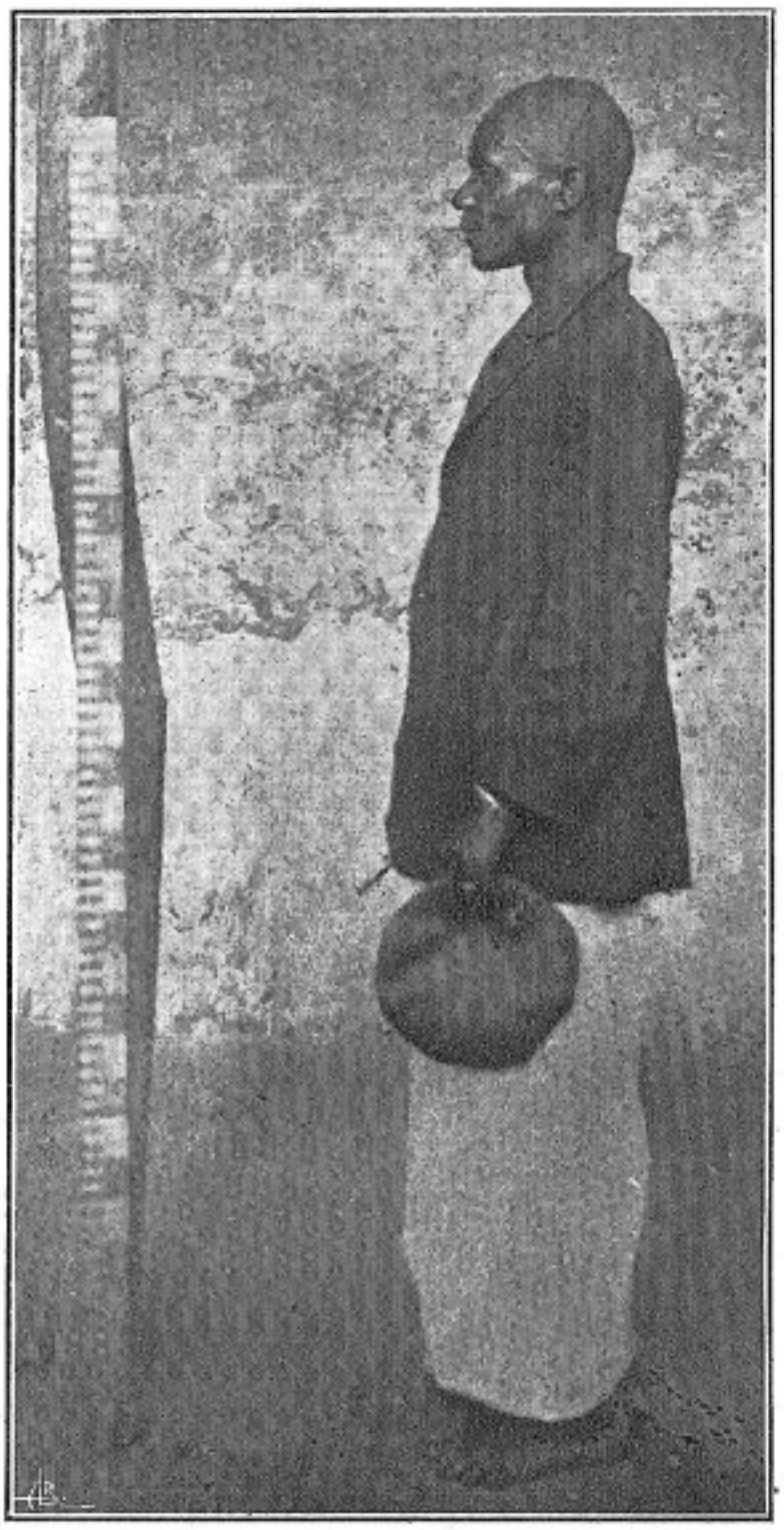


Fig. 8 — Os alunos da missão dos Dembos (nem todos são Luangos).

(Fots. oferecidas pelo rev. Magalhães).





Figs. 9 e 10 — O Soba «Bondo», de frente e de perfil.

(Fots. enviadas pelo rev. Magalhães).

SUR UNE PROPOSITION DE M. HADAMARD

Dans ses excellentes leçons sur les fonctions entières, M. Emile Borel expose une importante proposition, due à M. Hadamard, sur le minimum du module des produits canoniques, dont le genre et l'ordre sont respectivement p et ρ. C'est le théorème bien connu qu'on exprime en écrivant

$$|f(z)| > e^{r^{\rho+\varepsilon}}, \qquad (r = |z| > r_1)$$

l'inégalité ayant lieu sur une infinité de cercles de rayons indéfiniment croissants.

Nous allons montrer, maintenant, que ce même résultat subsiste dans une région plus étandue.

Soit σ un nombre positif, non supérieur à $p+1$, qui rend convergente la serie

$$\sum \left|\frac{1}{a_n}\right|^{\sigma},$$

où $a_1, a_2, \ldots a_n, \ldots$ sont les zéros de $f(z)$. Nous ne considérons que les parties du plan en dehors des cercles ayant leurs centres aux points a_n et dont les rayons sont les quantités $\left|\frac{1}{a_n}\right|^{\sigma}$, de manière que nous aurons toujours

$$\left|z - a_n\right| > \left|\frac{1}{a_n}\right|^{\sigma}. \tag{1}$$

D'abord, le théorème de Catalan permet d'écrire

$$\lim_{n=\infty} \frac{n}{|a_n|} = 0,$$

ce qui nous donne

$$|a_n| > n^{\frac{1}{\sigma}}. \qquad (n \geq n_1)$$

*

En supposant r assez grand, on a d'ailleurs

$$2r > |a_{n_1}|,$$

et il en résulte

$$2r > m^{\frac{1}{\sigma}}, \tag{2}$$

dés que l'entier m vérifie la condition

$$a_m | \lesssim 2r < | a_{m+1} |, \tag{3}$$

car elle donne $m \geqslant n_1$.

Cela étant, decomposons dans les produits

$$f_1(z) = \prod_1^m \left(1 - \frac{z}{a_n}\right) e^{\frac{z}{a_n} + \frac{1}{2}\left(\frac{z}{a_n}\right)^2 + \cdots + \frac{1}{p}\left(\frac{z}{a_n}\right)^p}$$

et

$$f_2(z) = \prod_{m+1}^{\infty} \left(1 - \frac{z}{a_n}\right) e^{\frac{z}{a_n} + \frac{1}{2}\left(\frac{z}{a_n}\right)^2 + \cdots + \frac{1}{p}\left(\frac{z}{a_n}\right)^p}$$

la fonction proposée $f(z)$ et determinons une limite inférieure du module du facteur général de $f_1(z)$:

$$\left| \left(1 - \frac{z}{a_n}\right) e^{\frac{z}{a_n} + \frac{1}{2}\left(\frac{z}{a_n}\right)^2 + \cdots + \frac{1}{p}\left(\frac{z}{a_n}\right)^p} \right|$$

$$= \left| \frac{z - a_n}{a_n} \right| \times \left| \frac{1}{e^{-\frac{z}{a_n} - \frac{1}{2}\left(\frac{z}{a_n}\right)^2 - \cdots - \frac{1}{p}\left(\frac{z}{a_n}\right)^p}} \right|$$

$$> \left| \frac{1}{a_n} \right|^{\sigma+1} \times \left| \frac{1}{e^{-\frac{z}{a_n} - \frac{1}{2}\left(\frac{z}{a_n}\right)^2 - \cdots - \frac{1}{R}\left(\frac{z}{a_n}\right)^p}} \right|;$$

le denominateur de la dernière fraction étant infêrieur à

$$2\, e^{c\left|\frac{z}{a_n}\right|^{\sigma}},$$

nous aurons, a étant une constante,

$$\frac{2}{(2r)^{\sigma+1}} e^{-c\left|\frac{\zeta}{a_n}\right|^{\sigma}} = \frac{1}{(\alpha r)^{\sigma+1}} e^{-c\left|\frac{\zeta}{a_n}\right|^{\sigma}}$$

comme la limite cherchée.

Donc

$$\left| f_1(\zeta) \right| > \frac{1}{(\alpha r)^{m(\sigma+1)}} e^{-cr^{\sigma} \times \sum_1^m \left|\frac{1}{a_n}\right|^{\sigma}}$$

$$(a) \qquad > e^{-m(\sigma+1)\log(\alpha r) - c r^{\sigma}} > e^{-(\sigma+1(2r)^{\sigma}\log(\alpha r) - c' r^{\sigma}},$$

avec

$$c' = c \sum \left|\frac{1}{a_n}\right|^{\sigma}.$$

Pour obtenir une limite du module de $f_2(\zeta)$, $\left|\frac{\zeta}{a_n}\right|$ étant inférieur à $\frac{1}{2}$, nous aurons

$$\left(1 - \frac{\zeta}{a_n}\right) e^{\frac{\zeta}{a_n} + \frac{1}{2}\left(\frac{\zeta}{a_n}\right)^2 + \cdots + \frac{1}{p}\left(\frac{\zeta}{a_n}\right)^p}$$

$$= e^{-\frac{1}{p+1}\left(\frac{\zeta}{a_n}\right)^{p+1} - \frac{1}{p+2}\left(\frac{\zeta}{a_n}\right)^{p+2} - \cdots},$$

d'où

$$\left|\left(1 - \frac{\zeta}{a_n}\right) e^{\frac{\zeta}{a_n} + \frac{1}{2}\left(\frac{\zeta}{a_n}\right)^2 + \cdots + \frac{1}{p}\left(\frac{\zeta}{a_n}\right)^p}\right| > e^{-\frac{1}{p+1} \cdot \frac{\left|\frac{\zeta}{a_n}\right|^{p+1}}{1 - \left|\frac{\zeta}{a_n}\right|}}$$

$$> e^{-\frac{2}{p+1}\left|\frac{\zeta}{a_n}\right|^{\sigma}},$$

ce qui nous donne

$$(b) \qquad |f_2(r)| > e^{\frac{2}{p+1} r^{\sigma} \times \sum_{m-1}^{\infty} \left|\frac{1}{a_n}\right|^{\sigma}} = e^{c'' r^{\sigma}}.$$

Donc, en vertue de (a) et (b),

$$|f(\zeta)| > e^{-r^{\sigma}[(\sigma+1)2^{\sigma}\log(\alpha r) + c' + c'']},$$

et il en résulte, si l'on suppose $r > r_1$,

$$|f(z)| > e^{-r^{\sigma+\varepsilon'}}.$$

Le nombre ε' étant arbitraire, nous pouvons faire $\sigma+\varepsilon'=\rho+\varepsilon$. Ainsi, on aura, si r est assez grand,

$$|f(z)| > e^{-r^{\rho+\varepsilon}}.$$

C'est le résultat cherché,

Voici, pour finir, une intéressante conséquence de cette proposition: «Etant donné un nombre positif δ, on peut determiner une valeur r_1 de r en sorte que l'aire total des régions, en dehors du cercle $|z|=r_1$, dans lesquelles l'inegalité (A) n'est établie soit inférieure à δ.»

Coïmbre, Mars 1921.

J. Vicente Gonsalves.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 2, pag. 100)

Sumario das Chronicas dos Reys de Portugal. — No fim: *Acabouse o presente Sumario das Chronicas dos Reys de Portugal, revisto & acrecentado, & em partes emendado nesta segũda impressam, em que foy apurado pellas proprias Chronicas. Em ho qual se contem muitas cousas dignas de memoria & feytos heroicos dos ditos Reys. Foi Imprsso (sic) em Coimbra em casa de Ioam Aluarez Impressor del Rey nosso Senhor. Anno de mil & quinhentos & setenta. Cum Facultate Inquisitoris.* — E logo abaixo, a divisa do impressor: a esphera com a legenda *Spera in Deo et fac bonitaten.*

4.º, 14 fls. inn., caracteres gothicos.

A 1.ª folha do nosso exemplar traz a assignatura A ij, d'onde claramente se infere que o opusculo completo deverá ter 14 fls. e não 13, como inadvertidamente disse Barbosa (*Bibl. Lusit.*, I, pag. 586) guiando-se por este exemplar, e como o repetiram depois os doctos Figanière e Innocencio. A folha, que nos falta, deveria conter forçosamente o titulo da obra; se correspondia em tudo ao que consta do colophão, é o que não podemos asseverar.

É muito notavel a raridade deste opusculo, do qual se não conhece outro exemplar, a julgar-se pelo que dizem os auctores da *Bibliogr. hist.* e do *Dicc. bibl. port.*, que alludem ambos á collecção Barbosa Machado existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

A primeira edição do opusculo tambem a possuimos; sahira 15 annos antes com o titulo: *Breue Summario dos Reys de Portugal, desde o primeyro rey dom Afonso Anrriquez atee elrey dom Ioam ho terceyro nosso senhor que hora reyna.*

Foy tirado das chronicas do Reyno. M. D. LV. In 4.º, de 8 fls. inn., caracteres gothicos. É tambem rara, e d'ella parece que existiu outro exemplar em poder do sempre lembrado F. A. de Varnhagen, visconde de Porto Seguro.

A edição de 1570 é muito mais ampla do que a de 1555, e quasi se pudera chamar outra pelos accrescimos e melhoramentos por que passou. Ainda se não conseguiu averiguar quem fôsse o auctor d'este *Summario.*

Transcrevemos esta descripção dos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro,* tomo 8.º, pag. 248.

Falla qve se fez, ao muyto alto e poderoso Rey dom Sebastião: na entrada de Coimbra, aos treze Doutubro de 1570. (Armas portuguezas). *Impressa em Coimbra por Ioam Aluarez Impressor del Rey nosso senhor, aos noue de Dezẽbro de 1570.*

4.º, 6 fls. inn.

Pertenceu á collecção de Diogo Barbosa Machado. Descripto sob o n.º 934, nos *Annaes* da mesma Bibliotheca, vol. VIII, pag. 290. Esta falla, segundo se deprehende da dedicatoria, é de Jorge de Sá Souto-Maior. Figanière diz que ha um exemplar na Bibliotheca de Evora.

Diz Innocencio (*Diccionario,* vol. 4.º, pag. 175) que sahira reimpressa na *Historia Sebastica* de Frei Manuel dos Santos, a pag. 199, e nas *Memorias* de Barbosa, no tomo III, livro I, cap. 26.º Foi ultimamente reproduzida no n.º 4.º do 6.º anno (Julho e Agosto de 1896) dos *Archivos de Historia da Medicina Portugueza,* sacada do codice n.º 381 da Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Ahi se diz copiada do impresso por João Alvares.

O Dr. Jorge de Sá era lente de vespera de Medicina na Universidade.

Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

Grammaticæ institutiones a Roderico Lopez a Sigura nuper æditæ, atque Excellentissimo Domino Sebastiano, Portugaliæ Regi, dicatæ, fæliciter incipiunt. (Escudo de armas reaes portuguezas). *Ulyssipone, ex officina Ioannis Alvari, typographii Regii anno 1573; cum gratia et privilegio Regio.*

4.º, sem numeração: cadernos numerados até Gg.

Descripto em Gallardo sob n.º 2784.

Grammatica Latina, de Fernando Soares Homem. 2.ª edição, 1577.

Mencionada em Barbosa.

Ordenação da ordem do juyzo. — Diz no fim: *Foi impressa esta ordenação da ordem do juyzo em a muy nobre cidade de Lixboa, por Ioam Aluarez impressor del-Rey.*

Folio, 4 folhas. Sem data.
Collecção de *Regimentos e Pragmatica.* — Reservados.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

JOÃO DA BARREIRA

É em 1542 que o vemos aparecer pela primeira vez em Coimbra, de parceria com João Álvares, com quem teve sociedade por largos anos, embora, durante êsse período de colaboração artística, também trabalhasse por conta própria, aparecendo por dezenas as edições rubricadas exclusivamente com o seu nome. Não sabemos nada acêrca das suas origens de família, nem da sua procedência e educação técnica, não faltando quem o queira considerar natural de Espanha. A não ser que viesse amestrado do estrangeiro, é muito possível que a sua aprendizagem se efectuasse em alguma das oficinas de Lisboa. Não é até desarrazoado supôr que êle e o seu colega ficassem com parte do material tipográfico de Luis Rodrigues, por isso que não só empregaram alguns frontispícios gravados que se veem nos livros dêste impressor, mas até usaram por vezes da sua divisa tipográfica — o dragão alado e enroscado, com a legenda *salus vitae.*

Por alvará de 21 de março de 1548 aprovou el rei o contrato, que Diogo de Murça, reitor da Universidade, celebrou com João da Barreira e João Álvares, imprimidores, para haverem de ter a impressão na Universidade, pagando-se-lhe doze mil réis por ano, às terças. Os demais termos do contrato ignoram-se, ou porque o documento original se perdeu, ou porque não ficou exarado nos registos da chancelaria universitária. É certo, porém, que o contrato deveria ter sido lavrado anteriormente a 1548, pois já em 1547 tanto um como outro se declaram impressores da Universidade, no livro atribuído a frei Pedro de Portalegre, *Meditaçã da inocẽtissima morte,* acabado de imprimir aos 29 de Julho. E em 1546 era

João Álvares comissionado por aquele estabelecimento scientífico para vir tomar conta a Lisboa do material de impressão, com que D. João III dotára a Universidade.

Em 1548, tanto um como outro, subscrevem as suas edições como impressores régios.

Além de impressor de el-rei e da Universidade, João da Barreira também foi impressor da Companhia de Jesus, embora não ostentasse êste título, nem fôsse o único preferido. É curioso o alvará de 4 ou 14 de Setembro de 1567 (1), em que el-rei D. Sebastião lhe concede por oito anos a mercê de nenhum outro poder imprimir ou mandar vir de fora os livros que se proposera dar à estampa de concerto com os jesuitas. Êste documento é de veras importante, e merece que o transcrevamos na íntegra:

«Eu El Rey faço saber aos que este Aluara virem: que Ioão da Barreira Imprimidor na Vniuersidade da cidade de Coimbra, me enuiou dizer per sua pitição, que os Padres do collegio das Artes & humanidades da dita cidade, tem algũs liuros conpostos, & outros emẽdados de erros & cousas deshonestas. Os quaes se deixaram ate hora de ler, por não auer quem os quisesse imprimir & fazer despesa pera isso necessaria. E que por elle estar concertado com os ditos Padres, pera auer de imprimir todas as obras necessárias assi de Logica, como de Philosophia, & outras de verso, ou prosa & algũas orações, & grosas & Comedias acomodadas com o espaço necessario pera os ouuintes poderem grosar. A qual impressã era cousa de muyto custo, e em que elle receberia muyta perda se outrem se entremettesse a imprimir algũa das ditas obras. Me pedia por merce, que ouuesse por bẽ, que todas as obras que os ditos Padres lhe mandassem imprimir, com licẽça, as não podesse pessoa algũa imprimir, nem trazer de fora do Reyno imprimidas, polo tempo & com as penas que me bem parecessem.

«E visto seu requerimento: & por lhe fazer merce, ey por bem que pessoa algũa de qualquer qualidade que seja, não possa imprimir em meus reynos & senhorios as obras que

---

(1) O Sr. Dr. Venancio Deslandes nos seus *Documentos para a historia da typographia portugueza*, publica êste alvará, tirado da chancelaria de D. Sebastião, com a data de 4 de Setembro. Vem todavia inserto nas *Comedias de Plauto* (Coimbra, 1568), e na *Grammatica Latina* do Padre Manuel Álvares (Lisboa, 1572), com a data de 14 de Setembro.

os ditos padres lhe mandarem imprimir, com licença: na maneira que acima he dito, nem mandalas impremir fora delles. Nem as possa trazer de fora do reyno a vender nelles: & isto por tempo de oyto annos, que começaram da feytura deste, sob pena de trinta cruzados, a metade pera os catiuos, & a outra metade pera quem os accusar & de perder pera o dito Ioam da Barreyra todas as ditas obras que assi impremir, ou mandar impremir, ou trouxer de fora, ou vender em meus Reynos & senhorios.

«E mando a todas as justiças, officiaes & pessoas a que o conhecimento desto pertencer, que cumpram, & façam inteiramente cumprir & guardar este aluara, como se nelle contem: o qual me praz que valha, e tenha força & vigor como se fosse Carta feyta em meu nome, por mi assinada, & passada per minha Chancellaria. Sem embargo da ordenação do Segundo liuro, que o contrairo despõe. Luys de Sexas o fez, em Lisboa a XIIII. de Setembro, de M.D.LXVII. João de Sexas o fez escreuer. O Cardeal Iffante».

Entre os livros, a que se refere êste alvará, fala-se em *Comedias acomodadas com o espaço necessario pera os ouuintes poderem grosar*. Quer-nos parecer que não eram comédias em vulgar, mas sim em latim, e a prova temo-la na edição de Plauto, na qual, entre verso e verso, medeia um grande espaço. Vimos até um exemplar, em que algumas dessas entrelinhas eram preenchidas com anotações manuscritas.

Os livros jesuíticos impressos por Barreira, de que temos conhecimento, são os seguintes:

Exercitia espiritualia. Coimbra, 1553.
De Arte Rhetorica, de Cypriano Soares. Coimbra, 1562. Reimpressa na mesma cidade e pelo mesmo tipógrafo em 1575 e 1590.
M. Acci Plavti Comediae quator. Coimbra, 1568.
Emanuelis Alvari De Institutione Grammatica. Lisboa, 1572.
Institvtionvm Dialecticarum, de Pedro da Fonseca. Coimbra, 1575.
Os *Epigrammaton* de Marcial não trazem o monograma da Companhia, mas são prefaciados pelo jesuita Manuel Álvares.

*
* *

João da Barreira parece ter sido homem de certo gôsto ou educação literária. A *Historia das cousas que o mui esforçado capitão Dom Christouão da Gama fez nos Reynos do Prestes João,* estampada por êle em Lisboa, em 1564, traz uma dedicatória endereçada a D. Francisco de Portugal, que, se fôsse devida à sua lucubração, demonstraria que não era leigo na arte de manejar a pena. Há nela um período, que nos revela as relações existentes entre o prestimoso impressor e a ilustre família dos Gamas, tão famigerada pelos feitos do primeiro almirante das Índias e de alguns dos seus descendentes.

Diz o trecho: «E por o grande affecto & deuação que eu tenho á Illustre casa dos Gamas, & a v. m. especialmente, vindome ás mãos hũa breue memoria da viagẽ do senhor dõ Christouão vosso tio, ainda que não em tão alto stilo como tão illustres feitos merecem, determiney de a imprimir ẽ minha officina».

A *Meditação da innocentissima morte e payxam de nosso señor em estilo metrificado,* foi impressa em Coimbra em 1547, por João Álvares e João da Barreira, mas foi a êste último que o bispo de Leiria, D. Braz, fez certas recomendações tocantes á edição. Lê-se na declaração do impressor: «E depois de ser empremida mandou a mi Joam da barreyra empressor del Rey nosso señor em esta catholica Universidade que ajuntasse aa mesma meditaçam as seguintes trovas, por lhe parecerem devotas e proveitosas especialmente pera muytos religiosos e religiosas que sam grandes musicos, e por falta de cousas espirituaes tangem e cantam cousas seculares e profanas».

*
* *

¿Tinha João da Barreira um emblema ou divisa especial para marca de suas edições, conforme o costume de outros impressores? O Sr. Dr. Deslandes diz que a sua marca tipográfica era um coqueiro com os frutos pendentes, exposto à luz do sol nascente com a letra *omnia omnibus.* Só a encontrámos uma vez na *Orthographia da lingva por-*

tvgveza, de Duarte Nunes de Leão, impressa em Lisboa em 1576 (1).

Tanto êle como o seu colega, ora sós, ora isolados, usaram do escudo do dragão alado, que primitivamente empregára Luís Rodrigues. Este escudo é de dois formatos. João da Barreira poz o escudo do dragão pequeno no *Tractado de las rentas,* de Azpilcueta Navarro, impresso em Coimbra em 1567, e nos *Epigrammas* de Marcial, *M. Val, Martialis Epigrammaton selectorvm libri XIV,* impressos na mesma cidade em 1569.

Diz o Sr. Joaquim Martins de Carvalho que João da Barreira e João Álvares usaram por várias vezes como sua divisa uma esfera com a seguiute legenda inferiormente: *Spera in Deo, et face bonitatem.* Nas impressões de João da Barreira só encontramos uma vez, que nos lembre, a esfera. Foi na obra do Dr. Ruy Gonçalves, *Memorial sobre os perdões,* impressa em Lisboa sem declaração de ano.

*
* *

João da Barreira exerceu a sua actividade em Coimbra, Braga e Lisboa, ora juntamente com João Álvares, ora separadamente. Em Lisboa, tudo o que publicou foi por conta própria, tendo a sua oficina ao Arco de S. Mamede, conforme declara no *Tractado* de Galvão, no *Contemptus mũdi,* de Granada, e no *Dialogo* de João de Barros. Todos estes livros saíram do prelo em 1563.

Da parceria de João da Barreira e de João Álvares, o primeiro foi sem dúvida o elemento mais saliente. É êle também o tipógrafo mais laborioso do século XVI. Cêrca de 100 edições conhecemos nós rubricadas com o seu nome. A sua actividade exercitou-se até 1590, parecendo ser neste ano que acabaram os seus dias. Não se tem fixado até hoje a data da sua morte, nem o lugar do seu enterramento, que muito provavelmente se realizou em Coimbra.

João da Barreira deixou um filho, continuador do nome e do ofício de seu pai, e do qual adiante trataremos.

---

(1) Acha-se também esta marca, como símples adôrno ou vinheta tipográfica, na *Chronica de Carmelitas descalços,* impressa em Lisboa por Henrique Valente de Oliveira, em 1657.

Eis a lista das obras impressas pelo abalizado tipógrafo:

Commento em romance a manera de repeticion latina y scholastica de luristas, sobre el capitulo Quando de cõsecratione dist. prima. Cõpuesto por el doctor Martin de Azpilcueta Nauarro, cathredatico de prima ẽ canones dla vniuersidad de Coimbra, e nel exercicio de todas letras muy sublimada. Enel qual de rayz se trata dela oracion, horas canonicas y otros officios diuinos, y quando, como y porq̃ se han de dezir en el choro y fuera del. A vna có el auiso de las faltas, q̃ en ellos se hazẽ, y las causas de que nascen, y con q̃ perecen. Ne me villem putes ob amictum vulgarẽ, introspice, quod ære tego, aurũ. Conimbricæ. Nonas Octo. M. D. XLV.

Titulo a preto e encarnado dentro de um frontispicio representando um portico.

4.º, marcação de 8.º, A A iiii, etc., 6 folhas prel. inn., incluindo frontispicio, 600 pag., afóra copiosa Tabla innumerada.

Ex: do Sr. J. M. Nepomuceno, o qual tem no fim a seguinte nota manuscripta: *Eu empmi esta obra Ioam de Barreyra.*

Ha dois exemplares na Bibliotheca da Universidade.

Arnoldi Fabricii Aquitani de Liberalium Artium Studiis Oratio, Conimbricæ habita in Gymnasio Regio pridié quam ludus aperiretur IX. Cal. Martii, 1547. Conimbrice, 1548.

4.º

Apud Ribeiro dos Santos, *Memoria para a historia da typographia portugueza do seculo XVI*, o qual accusa a existencia de um exemplar na Bibliotheca de Enxobregas.

Melchioris Belliago Portuensis de Disciplinarum omnium Studiis Oratio ad universam Academiam Conimbricensem habita Cal. Octobris, 1548. Canimbrice.

4.º

Apud Ribeiro dos Santos, obra citada.

Tratado em que se comprende breue e deuotamente a Vida, Paixão, e Resurreição de nosso Senhor Iesu Christo, com os apparecimentos e mysterios que atee a vinda do

Spirito Santo acõtecerã. Collegido dos quatro Euangelistas, e doutros Santos deuotos. Anno de 1553. — No fim: *Imprimiose este Tratado dos mysterios da Vida, Paixão, e Resurreição de N. S. Iesu Christo... em Coimbra, em casa de Ioão de Barreira, imprimidor del Rey nosso Senhor. Anno de 1553.*

12.º, caracteres gothicos.

Innocencio diz que existia um bom exemplar na livraria do Convento de S. Francisco da Cidade, mas que desconhecia o seu paradouro depois da extincção dos conventos. Não indica a fonte onde bebeu a noticia.

Panegyris D. Antonio Principis Ludovici filio. Conimbricæ apud Ioannem Barrerium Typ. Reg. 1553.

4.º

Indicado por Barbosa.

Exercitia spiritvalia (Monogramma da Companhia). *Conimbricæ, M. D. LIII.* — No fim, em folha solta: *Conimbricæ, ex commissione Reuerẽdi patris M. Ignaty Præposit generalis Societatis Iesv, per Ioannem Barrerium, Regium Typographum. M. D. LIII.*

8.º minimo (parece em 16), cadernos de 16 pag., A A iiii, B B iiii, etc.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Egloga quæ Silenis inscribitur de vario amore aliaque simul pœmata. Conimbricæ, apud Ioannem Barrerium, 1553.

8.º

É de Jeronymo Cardoso.

Assim descripta na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado.

Epistolarum familiarum libellus. Olysipone apud Ioannem Barrerium Typ. 1553.

8.º

É de Jeronymo Cardoso.

Descripto em Barbosa Machado.

Ho livro primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da India pelos Portuguezes. Agora emmẽ-

dado & acrecentado. E nestes dez liuros se contẽ todas as milagrosas façanhas que os portugueses fizerão em Ethiopia, Arabia, Persia, E nas Indias, dentro do Ganges & fora dele, & na China & nas ilhas de Maluco, do tempo q̃ dom Vasco da Gama conde de Vidigueira & almirante do mar Indico descobrio as Indias, até a morte de dom João de Castro que la foy governador & visorey. Em que se contem espaço de cinquoenta annos. Com priuilegio Real. — Este titulo por baixo de armas reaes. No fim: *Foy impresso este primeiro livro da historia da India em a muyto nobre & leal cidade de Coimbra, por João da Barreyra impressor del rey na mesma universidade. Acabou-se aos vinte dias do mes de Iulho de M. D. LIIII.*

4.° gr., de II–202 pag., caracteres semi-gothicos.
Innocencio diz folio.
Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 1, pag. 40)

CAPÍTULO V

História da população e agricultura do concelho até à organização liberal de Mousinho da Silveira

É tão íntimo o laço que une os dois termos, população e agricultura, que quási confunde e torna sinónimas as ideas que êles traduzem e representam. Com efeito, nos documentos que nos serviram de base para o estudo dêste capítulo, mal se pode separar a história da população da história da agricultura do concelho, pelo menos na época que se seguiu ao período da sua constituïção e autonomia administrativa. É sabido, que em todas as fases da história social do país, as necessidades de cultura e aproveitamento da terra dando impulso ao progresso da lavoura corresponderam e andaram sempre mais ou menos aproximadas ao desenvolvimento da sua população. Trataremos, por isso, conjuntamente da colonização agrícola e do povoamento do concelho, servindo-nos, como elementos e mais autênticas fontes dêste estudo, dos diplomas de aforamento, das cartas de foral e das diferentes inquirições de que se conserva registo ou notícia. Os primeiros têm sido justamente reputados como um dos mais valiosos subsídios para o estudo da população e agricultura no período da formação da nacionalidade portuguesa, por isso que todas essas cartas de aforamento, a maior parte das quais passadas com a cláusula de se reduzir o terreno inculto a cultura, pressupõem a existência de um certo número de indivíduos, do próprio concelho ou de fora, que ali se estabelecem e fixam com o propósito de arrotear as terras aforadas. Desta forma ficavam êsses colonos ligados à terra que

lhe era dada, nela se fixavam, nela constituíam a sua família, núcleo que pouco a pouco se alargava dando origem a futuras povoações.

Nos diplomas constitutivos dêstes primitivos centros de população, e nos registos das inquirições a que se procedia nas diferentes terras com o fim de averiguar o verdadeiro estado dos réditos dos reguengos, dos foros e mais direitos da coroa, nem sempre nos aparecem indicações seguras acêrca do número de habitantes dêsse povoado. Assim sucede com o foral de Marvão, cujo texto nos não fornece quaisquer elementos pelos quais nos possamos dirigir no cálculo do seu escasso e, então, certamente, diminuto movimento populacional. Não será, porém, gratuito afirmar que a vastíssima área dada ao novo concelho pela respectiva carta de demarcação deveria ter sido, na sua maior parte, despovoada e quási deserta, porque inabitada era, então, quási toda a parte norte da província de Odiana. Assim o confirmam, não só as várias cartas de doação à ordem dos Templários como fronteiros das terras conquistadas ao sul do Tejo, como também as autorizadas palavras de Alexandre Herculano, quando afirma que, no segundo quartel do século XII, as fronteiras portuguesas ao sul daquele rio eram ainda vastos ermos onde o terror dos serracenos e as suas contínuas devastações tornava inútil qualquer tentativa de colonização.

Do texto do próprio foral de Marvão se deduz também que o novo concelho, por êsse diploma constituído, não confinava com sitio algum povoado em todo o largo diâmetro da sua área jurisdicional. O sistema de combate dos mouros, ameaçando com freqüentes e terríveis incursões as terras dos cristãos, não deixava, sem grave risco, que as populações vivessem para além do apertado recinto das muralhas das suas fortalezas, sendo raríssimas as habitações ou casais distantes dêstes centros. Um âmbito cultivado circundava as povoações e fornecia a subsistência dos seus moradores, toda a demais região intermédia era um deserto.

O estado permanente de guerra e as contínuas devastações e *algaras* dos mouros eram, com efeito, um estôrvo ao alargamento e fixação das populações para além dos muros das vilas fortificadas, assentes, por isso mesmo, em sítios elevados e inacessíveis onde os seus habitantes encontravam fácil e natural defeza contra as freqüentes ameaças dos sarracenos. Desta forma de combate usada pelos mouros, arrazando e destruindo os campos e lugares por onde passavam, derivou um facto necessário para o sistema de povoação: a

agricultura devia ser exclusivamente anual, transitória e nómada, e ainda, apesar disso, os resultados tinham de ser muitas vezes nulos. Assim o afirma Alexandre Herculano, acrescentando que os documentos daquela época, principalmente os referentes aos concelhos das fronteiras, nos dizem que o ir roubar ou destruir as propriedades, e sobretudo as searas dos inimigos, era uma empreza que se renovava quási anualmente (1).

O que acontecia nas outras terras da fronteira repetia-se também com freqüência no termo de Marvão, cujos habitantes se viam assim obrigados a deixar os campos desertos e incultos.

Por êste facto, afinal, tão repetido e geral na história da Europa medieval, se explica a chamada lei das altitudes, ou o movimento ascencional das populações para as eminências fortificadas e encostas por elas protegidas, com abandôno das planícies e conseqüente prejuízo e atrazo da vida rural e da cultura da terra. Para evitar, pois, todos os riscos que êste contínuo estado de guerra trazia às povoações, eram assim edificadas a maior parte das cidades e vilas da Europa em todo o período turbulento e agitado, que se chamou a Idade-Média.

O valor estratégico e as necessidades de defesa, sobrelevavam às considerações económicas e a todas as outras, motivo porque essas vilas viviam assim alcandoradas como verdadeiros ninhos de águia, apertadas num estreito cinto de muralhas, quási sufocadas entre as severas e altaneiras barbacans das suas fortalezas. Necessários outrora para defesa dos burgos estes enegrecidos muros, velhos monumentos do passado, são hoje um obstáculo à livre circulação da vida e à expansão dessas vilas que por isso mesmo se lhes dá o apropriado e significativo nome de *Vilas-Mortas*.

Por esta tendência se explica igualmente a escolha de sítios mais ou menos elevados na região de Odiana para nêles se construírem ou reedificarem os castelos e fortalezas que ao mesmo tempo servissem de sentinelas vigilantes da fronteira, de intrépidas e aguerridas defesas da nacionalidade que acabava de se constituir.

O pensamento de defender e consolidar o território onde havia de fixar se e desenvolver-se a *grei portuguesa* deu,

---

(1) *História de Portugal*, tom. III, pág. 146.

pois, origem a que na região da vasta *Odiana* se erguessem ou reedificassem vários castelos, tais como: Marvão, Castelo de Vide, Montalvão, Niza, Alpalhão, Portalegre, Arronches, Monforte, Assumar, Elvas, Campo-Maior, Juromenha, Ouguela, Moura, Mourão, Noudar, Monsaraz, Terena, Alandroal, Alcoutim, Mértola e a nossa antiga Olivença.

Marvão a todas se avantaja na antiguidade da sua posição, uma das mais elevadas das vilas de Portugal, igualando-se à praça de Elvas no valor estratégico da sua privilegiada situação na fronteira. A elevada altitude do morro em que a vila está assente torna-a conhecida entre as regiões circunvizinhas pela «*Terra onde os passaros só se vêem pelas costas*».

Como todas as vilas edificadas em sítios elevados, escolhidos mais por necessidade de defesa do que por conveniências económicas e sociais, Marvão tem as suas casas apinhadas em estreitas e tortuosas ruas, algumas das quais em degráus de não fácil acesso e impróprias, por isso, para sôbre elas andarem veículos. Importante outrora, quando a população tendia a concentrar-se na vila, ao abrigo dos seus muros, essa tendência começa a acentuar-se, com o andar dos tempos, em sentido contrário, a ponto de se destelharem as casas, despojando-as de portas e vidraças por não haver quem as habite nem quem as compre. O éxodo e dispersão dos habitantes para os vales e planícies tem contribuído para aumentar a população rural em benefício das aldeias do concelho, todas elas hoje em caminho de progressivo aumento e prosperidade. O antigo burgo está, pois, condenado a desaparecer ou a ficar apenas como muda relíquia de um remoto passado. Além da dificuldade de acesso e da impossibilidade do alargamento da vila, um outro factor contribue poderosamente para a sua decadência e abandôno, como é a falta de água, elemento tão necessário à vida de um centro de população. A vila conta apenas para o seu abastecimento com as cisternas e o velho sistema de potes enterrados nos quintais destinados a receber as águas da chuva. A única fonte de água potável está situada fora dos muros da fortaleza, ainda distante dela e a mais de meio da sua íngreme encosta, do lado do norte

Marvão, como todas as vilas fortificadas que, na frase de Brunhes (1), representam um menor esfôrço da instalação

---

(1) *La Géographie Humaine.*

humana, tende, pois, hoje a despovoar-se em benefício das aldeias situadas nos vales e planícies, em geral perto das vias de circulação e em melhores e mais aptas condições de vida e de fácil prosperidade.

Já dissemos em um dos capítulos anteriores como era vasta e demasiadamente extensa a área marcada ao concelho no seu primitivo foral em comparação da actual, e como essa área se foi pouco a pouco modificando e restringindo, mercê dos privilégios e das cartas de foral que, ou os monarcas, ou as ordens religiosas e militares, concediam aos lugares que aí surgiam e em breve começavam a desenvolver-se.

D. Denís, livre já das graves preocupações guerreiras que tinham absorvido a actividade dos monarcas seus antecessores, na luta que tiveram que sustentar com os mouros até à sua definitiva expulsão do território nacional, pôde já ocupar o seu admirável espírito administrativo e prático no povoamento das vastas e assoladas regiões da província de Odiana. Êle mesmo as percorre de sul ao norte e nessa província permanece longos meses, fixando especialmente a sua atenção na fortificação e defesa de toda a linha da fronteira com a nação vizinha.

É, sobretudo, neste reinado que, na iminência de conflitos com Castela, é reconhecida a importância militar do sítio de Marvão; e é então que cresce e muito se desenvolve o povoamento da vila e do seu têrmo, não obstante a enorme redução que sofre a sua área jurisdicional, que fica já nêsse tempo circunscrita aos seus limites actuais. A população do concelho, até aí encerrada no estreito recinto da vila amuralhada, desce para a planície, dilata-se pelos arrabaldes, agrupando-se em pequenos casais, remotas origens das aldeias de hoje. Êste facto traz como natural conseqüência um maior impulso para o fomento da agricultura e indústria do concelho, cuja colonização começa logo a ser estimulada pela publicação de vários diplomas e mercês.

Pelo que respeita à colonização do concelho, o mais antigo diploma de que encontramos notícia é uma carta do rei D. Afonso II, com outorga também de sua mulher D. Urraca e dos infantes seus filhos, dos grandes do reino e prelados das várias dioceses, datada da era de 1255, doando ao convento de Alcobaça o reguengo da Aramenha, no termo de Marvão, e uma terra nos campos adjacentes com a área suficiente para nela poderem lavrar doze arados. O grande prestígio de que gosava o mosteiro de Alcobaça, tão rico e

opulento de terras, muitas das quais, como esta, estavam situadas a grandes distâncias do convento, vinha já do tempo de D. Afonso Henriques, graças às generosas doações que êste monarca lhe havia feito. Assim acumulou o mosteiro vastos e espalhados haveres territoriais, cuja colonização agrícola e útil aproveitamento soube promover, desenvolvendo, com vantagem da nacionalidade que começava, o gôsto pela cultura e trabalho da terra, fixando o regime da propriedade, dando impulso à vida pastoril e indústrias ligadas à criação dos gados, transformando-se, finalmente, num laborioso centro de vida intelectual e de civilização.

O curioso documento, a que acima aludimos, parece-nos digno, pela sua antiguidade e interêsse, de ser aqui transcrito. É assim o seu teor:

«In dei nomine. Hec est carta donationis et perpetue firmitudinis quem justi fieri. Ego alfonsus dei gratia Portugaliæ Rex unam cum uxore mea Regina dona Urraca et filiis meis infantibus dono Sancio et dono Alfonso. Et dona Alianor. vobis dono petro abbati et conuentui alcupacensis de illo noso regalengo quod acceperamus intermino de maruan quod dicitur aramenia. Et damus vobis quantus muri uille que ibi fuit circundaverit. Et damus vobis circa ipsum locum hereditatem: quantum possint laborare XII aratra. Ipsam hereditatem uobis et cunctis successoribus uestris concedimus in perpetuum habendam atque possidendam. Hoc ante facimus pro amore dei et beate virginis marie et pro remissione peccatorum nostrorum. Quicunque igitur hoc nostrum factum uobis et cunctis successoribus uestris integrum obseruauerint sit benedictus a deo amen. Qui uero infringere attentauerit iram dei omnipotentis incurrat. facta carta mense Junij. Era M.CC.L.V. Nos supra nominati qui hanc cartam fieri precipimus coram sub scriptis eam roboramus et in ea hec signa fecimus. Qui afuerunt. Donus martinus ihoanis signifer domini regis conf. Donus Petrus iohonis dapifer domini regis. conf. Donus lerurentius soariz conf. Donus gometius suariz conf. donus gil ualazquiz conf. Donus iohane fernandi. conf. Donus fernandus fernandiz. conf. Donus garsias menendis. conf. Donus lupus alfonsi. conf. Donus pontius alfonsi, conf. Vicentius menendi. testis. Johane. testis. petrus petri. testis. Donus stephanus bracharensis archiepiscopus. conf.

Donus martinis port. episcopus. conf. Donus petrus colimbriensis episcopus. conf. Donus suarius ulixbonensi episcopus. conf. Donus suarius elborensis episcopus. conf. donus pelagius lamecensis episcopus, conf. Donus bartholomeus visensis episcopus. Donus martinus egitaniensis episcopus. conf. Magister pelagius cantor porti, testis. Petrus garsie, testis. Martinus petri, testis. Rex donus alfonsus. Regina dona urraca Infans donus Santius. Infans donus Alfonsus. Infans dona alionor. Gundisaluus menendi cancellarius curie. fernandus suarii scripsit» (1).

Ao mosteiro de Alcobaça, que foi também depositário dos nossos primeiros ensaios filológicos e literários, e bem assim a todas as outras Ordens religiosas e militares, ficou devendo o país importantes e assinalados serviços na esfera do seu povoamento e da sua colonização agrícola.

Pelo que respeita à parte norte da região que constituía a vasta província de Entre-o-Tejo e Guadiana, distinguiram-se não só como intrépidos fronteiros, mas também como previdentes e laboriosos colonizadores, os belicosos cavaleiros do Templo, os cavaleiros da Ordem de Avis e os do priorado do Crato, aos quais se devem, entre outros lugares, a fundação das vilas de Niza, tão cheia ainda de vestígios e monumentos dos bravos templários, Seda, Galveias, Fronteira e outras que devem a sua origem à Ordem de Avis, Crato, Flôr da Rosa, Amieira, Souzel e outros lugares que os priores do Crato fundaram ou notàvelmente engrandeceram.

Assim se iam pois criando na área do vasto concelho de Marvão novos centros de população, ou desenvolvendo os núcleos já então aí existentes, de onde a pouco e pouco haviam de irradiar para os campos assolados os colonos e reguengueiros que se estabeleceram nas incultas e abandonadas charnecas ao sul do Tejo.

Nas inquirições que se fizeram no reinado de D. Afonso III figura Marvão com o encargo de pagar cem libras, «*colheitas que el-Rey ha dauer hũa vez no ano quando for em estes logares da ordem dauys*» (2).

A inquirição ali feita neste reinado pressupõe já um certo

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Extremadura*, liv. 11, fl. 281 v. — Maço 12 dos *Forais antigos*, n.ª 3.

(2) Idem — *Inquirições de D. Afonso III*, liv. 4.º, fl. 61 v.

estímulo na cultura e desenvolvimento da população no concelho.

É, porém, no reinado de D. Denís que o povoamento da vila e do concelho toma maior desenvolvimento, não sendo estranho a isto a iminência de conflitos com Castela, facto que obriga a dirigir as atenções do rei para a fortificação e defeza desta parte da fronteira. Logo no princípio do seu reinado, livre o reino da ameaça dos serracenos, D. Denís inaugura uma nova era na civilização portuguesa, melhorando a administração da justiça, dando impulso à cultura das sciências e das letras, decretando úteis providências que vão fomentar não só o povoamente e fortificação de vilas e castelos como também a colonização e agricultura da área inculta do país.

Uma das suas primeiras medidas relativamente à colonização agrícola do termo de Marvão é o aforamento que o monarca faz a João Martins, a sua mulher Domingas Vicente e a seus sucessores, por título datado de Alfeizeirão na era de 6 de Setembro de 1322, de um casal em Marvão, mediante o pagamento do fôro de cem libras e com as seguintes cláusulas e condições: a quarta parte do pão que estivesse na eira; a quarta parte do vinho que se fizesse no lagar; a quarta parte do linho que tivessem no tendal ou na eira; dois alqueires de trigo por fogaça; dois capões (galos) ou X soldos, valor a êles correspondente, e X ovelhas; a quarta parte da produção de legumes, de alhos e de cebolas; e a quarta parte da colheita de todos os frutos de qualquer almuinha que se fizesse no referido casal (1).

Relativamente à ceifa do trigo estabelecia-se a obrigação de se contratar um trabalhador cujo salário deveria ser pago com o cereal que ainda estivesse em comum na eira. Final-

---

(1) *Casal*, *granja* ou *prazo fatiosim*, concedido a um ou a muitos colonos, ficando um só com o nome de *Cabeça* ou *Cabecel*, obrigado *in solidum* a responder pela pensão e foros que devia cobrar dos mais pessoeiros e entregando-os êle só ao directo senhorio. (*Elucidario* de Viterbo).

A *libra* ou *livra* era uma moeda de prata que vinha já do começo da nacionalidade com o valor de 36 réis e que depois passou por diferentes transformações.

Os *soldos* eram de ouro, prata e cobre. Os primeiros valiam 320, os segundos 10 réis, e os de cobre 10 ceitis e quatro quintos de ceitil, e 20 dêles faziam uma libra de 36 réis. (*Elucidario* de Viterbo).

Almuinha, *Almuia*, *Almuya* ou *Amuya*, era assim denominado uma parte de terreno fechado para servir de horta, com terra de pomar, parreiras, hortaliças, frutos e árvores.

mente determina-se que, no caso da venda do referido casal, os vendedores ficariam constituídos na obrigação de dar a quarta parte do preço da venda.

É do seguinte teor o documento a que aludimos:

«Dionisius dei gratiæ portugaliæ et algarbii uniuerssis presentem cartam inspecturis notum facio quod ego do et concedo Johani martini de maruã et uxori sue Dominice uicencii et omnibus suis successoribus quoddam meum casale qui vocatur de maruã pro centum libras quod de eo recepi ad tale forum uidelicet quod ipsi et suis successores dente mihi et omnibus meis successoribus anuati de dicto casali quartam partem de pane in eyra et quartam partem de uino in lagari si in dicto herdamento uinea habuerit et quartam partem de lino in tendali uel in eyra et II alqueires de trico per fogacia in eira et II capones uel X solidos pro eis et X oua et quarta parte de leguminihis et de aliis et de cebolis et ssi forte ibi fecerint almuyam debend mihi et meis successoribus dare quartam partem d'omnibus illis qui inde uendiderint et similiter de fructibus arborum quas ibi chantauerint si ipsos uendiderint debent de quanto uendiderint dare quartam partem et debent mittere anuati setum ad segandum panem quem deus ibi dederit unum obreiram et debent pagari in eyra de pane comuni. Et si forte uendiderint preditum herdamentum debent ipsam uendre tali persona quæ mihi et meis successoribus preditum forum faciet anuati et uenditores dent mihi quartam partem de precio pro quo preditum herdamentum uenditum fuerit. Et non debent ditum herdamentum uendre nec donare nec emprazare nec cambiare militi nec ordini nec domine nec clerico, nec escutifro nec alii potenti persona nisi tali persona et tali modo secundum quod dictum est supra ipsi et sui successores debent populare asementare ditum herdamentum ad husum et ad custume de terra. In cuius rey testimonium dedit per dicto Johani martini et uxore sue istam meam cartam Dante alfeizaram VI die Septembris Rege mandante per cancellarii Dominicos guillelmi notuit. Era M.CCC.XXII» (1).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Dinis,* liv. 1.º, fl. 108.

Esta carta, de grande importância como documento demonstrativo do começo da indústria agrícola no concelho, previne a hipótese de se fazer de futuro, dentro do referido casal, alguma *almoinha,* nome aplicado aos terrenos e propriedades com hortas e culturas de regadio.

Foram estas *almoinhas* a origem das feracíssimas fazendas do termo, afamadas pela qualidade dos seus belos e saborosos frutos.

Começava assim a exploração agrícola do concelho a receber do monarca um impulso notável por intermédio dêstes contratos enfitéuticos, que tanto contribuíram para o desenvolvimento da agricultura e da população em Portugal nos primeiros tempos da nacionalidade.

Não havia de ser, porém, esta a única providência com que o rei lavrador fomentava a colonização agrícola no termo de Marvão. A carta passada em Lisboa a 27 de Abril da era de 1338 é também elucidativo testemunho de como se procurava estimular o povoamento do concelho. Por êste documento, também outorgado pela raínha D. Isabel e pelo infante D. Afonso, confirma D. Denís aos de Marvão os foros, usos e costumes que tiveram em tempo dos reis seus antecessores, concedendo-lhes, no mesmo diploma, licença para livremente poderem exercer a indústria da pesca nas ribeiras dos arredores, com excepção da parte da ribeira do Sever acima da ponte, que já era coutada desde o tempo de seu irmão.

Eis o documento a que nos referimos:

«Em nome de deos Amen. Saybam quamtos esta carta uirem Como eu dom denis polla graça de deos Rey de portugal e do algarue em sembra com a Raynha dona Isabel minha molher e com ho Infante dom afonso nosso filho moor e herdeiro. E querendo fazer graça e merçee ao Concelho de maruam outorgo lhes seus foros e usos costumes quaes os ouueram em tempos de meus auos e de meu tyo e de meu padre. Outrosy querendo lhes fazer graça e mercee outorgo-lhes e prometo lhes que nunca os dee aa Raynha nem ao Infante, nem a Rico homem, nem a Rica dona, nem a outro homem poderoso, senam que sempre sejam meus e de meu filho e daquellos Reis que de pos mym uierem Reynar outrosy querendo lhes fazer graça e mercee por que me pediram que o alcayde que teuer ho castello de maruam que nom uiesse a

seu concelho nem esteuesse hy nem ouuesse nenhum poderio sobre elles senom que goardasse seu castello. E eu querendo-lhes fazer mercee outorgolho em esta maneira. Que como sempre usaram com os alcaydes que teueram esse castello em tempo de meus auoos e de meu tyo e de meu padre que asy usem com os alcaydes que hy esteuerem. Outrosy querendo lhes fazer mercee, tenho por bem e mando que elles talhem e pasçam nas Rybeiras daRedor de sy que se ajudem dellas. Saluo que conto a Rybeira de seuer della ponte acima asy como era coutada em tempo de dom afomso meu jrmão. E por seer esto mais certo e nunca uijr em duuida, Eu Rey dom denys mandey lhes dar esta minha carta aseelada do meu seello de chumbo que teuessem em testemunho. Dante em lixboa xxbij dias do mes dabril. El Rey ho mandou lourenço esteueez da goarda a fez. Era de mil IIIᶜxxxbIIJ Annos» (1).

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana,* liv. V, fl. 179 v.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

CONDE DE SABUGOSA — *A Rainha D. Leonor — 1458-1525* — Portugalia, editora. Lisboa, s. d. (1921). 1 vol. in-4.º de 380 pags. e 15 estampas fora do texto.

Depois de ter composto as aguarelas graciosas, que são os capítulos das *Donas de tempos idos*, da *Gente d'Algo*, dos *Embrechados* e das *Neves d'Antanho*, o Conde de Sabugosa pintou um grande quadro, em que evidenciou, uma vez mais, as raras qualidades que tornaram consagrado o seu nome, no campo das letras.

Nesta última obra, é ainda uma mulher quem ocupa o primeiro plano. Essa mulher, porém, foi uma rainha — e não qualquer rainha, mas a própria espôsa de D. João II, a irmã de D. Manuel o *Venturoso*. E impossível contar a vida de D. Leonor sem rememorar o período de quási três quartos de século, em cujo âmbito cabem alguns dos factos mais salientes que tornaram grande Portugal. Desejando traçar uma biografia, o Conde de Sabugosa tinha de evitar o escolho de relegar para um lugar secundário a sua retratada, guardando dela pouco mais do que o nome no frontispício do volume. O período é de tal arte fecundo em acontecimentos grandiosos, que se torna difícil resistir à tentação de os estudar demoradamente, ainda que com sacrifício do objectivo principal da obra. Justiça é, porém, reconhecer que nunca D. Leonor abandona o lugar que deve pertencer-lhe, sendo os episódios da história geral evocados sempre com discrição e mestria.

Ácerca da Raínha D. Leonor não são unânimes as opiniões. Até o nosso tempo, o elogio era geral. E João Franco Monteiro conformava-se com o parecer corrente escrevendo em *As Donatarias de Alemquer:* «Toda a generosidade da raça d'Aviz actuou n'esta princeza, digna successora de D. Filipa; todas as virtudes domesticas, todo o zelo pelo bem da patria e pelos progressos das sciencias tiveram o seu culto no ânimo generoso de D. Leonor, que, para não desmentir o destino fatal das suas predecessoras, também teve

o martyrio a crucificar-lhe a existencia... Depois de viuva, D. Leonor dedicou-se á caridade e ao desenvolvimento das lettras e artes; introduziu a imprensa em Portugal; fundou a Egreja da Merceana, no termo de Alemquer, o hospital das Caldas da Rainha, as Misericordias, e deu principio á construcção das capellas imperfeitas da Batalha, mais tarde mandada suspender por seu irmão el-rei D. Manoel» (1).

Foi Anselmo Braamcamp Freire quem precisou e tentou fundamentar as críticas ao carácter de D. Leonor. O ilustre investigador, que posteriormente soube elevar-se a uma visão mais serena e imparcial dos factos, cedeu, nos capítulos que constituem o seu volume *Critica e Historia*, a paixões que perturbam o seu juízo de historiador. Nem a mesma política foi estranha a alguns dêsses escritos. O próprio autor o confessa, quando escreve em nota às *Trasladações na Batalha:* «Em todo este artigo as alusões são claras aos factos, que naquelle tempo se passavam em Portugal e por muitos presenciados com pasmo e tedio» (2). Algumas das afirmações publicadas em *Critica e Historia* foram justificadamente contestadas. Assim sucedeu, por exemplo, com as asserções ácerca da prosápia dos Farias, de Barcelos, rebatidas com vigor e saber, pelo ilustre linhagista José de Azevedo e Meneses (3).

Professava Anselmo Braamcamp um verdadeiro culto pela memória de D. João II. Considerava-o um rei modêlo, *príncipe perfeito*, na mais lata acepção da palavra. Ter contrariado a política de D. João II afigurava-se-lhe um crime. Execrava os Braganças e o Duque de Viseu. A D. Leonor, irmã de um e cunhada do outro Duque, inclue-a no número dos conspiradores. E sem provas cabais, deixava pairar sôbre a sua memória o labéo de ter tido intervenção na morte violenta do marido. Regicida e, mais do que isso, algoz do próprio espôso — eis como D. Leonor devia passar à História. As suas obras de caridade nada valiam. São sempre os povos quem pagam a caridade dos reis. Esquecia Anselmo Braamcamp que podem os reis não empregar, em obras de caridade, o dinheiro que obtiveram dos povos.

Um escritor, absolutamente insuspeito de alimentar sim-

---

(1) J. P. Franco Monteiro — *As Donatarias d'Alemquer — Historia das Rainhas de Portugal e da sua casa e estado* — com uma Carta-prefácio por Oliveira Martins. Lisboa, 1893, págs. 66-67,

(2) Anselmo Braamcamp Freire — *Critica e Historia.* Lisboa, 1910, pàg. 143, nota.

(3) José de Azevedo e Meneses — *Ninharias.* Famalicão, 1911.

patias pelos Braganças ou pelas raínhas de outras eras, o doutor Teófilo Braga, pronuncia, ácerca de D. Leonor, um juízo muito diferente. «A rainha D. Leonor pertence ao grupo das gloriosas soberanas que no fim do seculo xv representaram os ultimos esplendores da Edade média. Teve acção directa sobre os grandes descobrimentos geographicos como a sua contemporanea a rainha Isabel, e como Anna de Bretanha influiu na manifestação dos genios artisticos, como se vê pela influencia que exerceu estimulando os trabalhos de ourivesaria do seu lavrante Gil Vicente, e suggerindo a Gil Vicente, o poeta, mestre de Rhetorica de D. Manoel a creação do theatro portuguez. Podia-se fazer um parallelo completo, com a sua contemporanea Anna de Bretanha, pelas suas profundas virtudes domésticas, e pela affectuosa energia que exerceu no espirito violento de seu marido D. João II, e na cultura do descuidado D. Manoel, que ella impelliu para a continuação dos descobrimentos. Em volta da rainha D. Leonor creou-se uma atmosphera de elegancia e gosto artistico, actuando sobre o apparecimento de poetas fidalgos que frequentavam os Serões do paço; no seu tempo a côrte portugueza começou a ser matizada pela convivencia intima das donzellas fidalgas, como damas da rainha, a que se deu o nome de damas de honor, e açafatas. Foi por este costume da côrte franceza, que Brantome attribue á iniciativa de Anna de Bretanha, que em volta da rainha D. Leonor se agruparam as donzellas que inspiraram todo o *Cancioneiro geral* de Garcia de Rezende, cheio de allusões a intrigas amorosas, que conciliavam os interesses das familias aristocraticas. Foi esta dama excelsa a promotora dos trabalhos da Imprensa em Portugal e á sua iniciativa se deveu a creação das Misericordias, em que a assistencia tomou um caracter publico de confraternidade, em que o proprio rei se inscrevia como irmão, em vez dos Hospicios, que bem serviam sómente as classes isoladas pelos costumes separatistas medievaes. A todos estes titulos, que excedem o da sua realeza, sobresáe a intelligente protecção que prestou sempre a estes dois extraordinarios espiritos, que as correntes do gosto e das opiniões artisticas e litterarias tentaram por vezes amesquinhar e mesmo ferir nos seus recursos económicos» (1).

É realmente uma acusação tremenda a que fazem a D. Leonor: a de ter contribuido para o envenenamento de

---

(1) Theophilo Braga — *Historia da Litteratura Portugueza* — II. — *Renascença*. Pôrto, 1914, págs. 44-45.

seu marido. Compreende-se, portanto, que antes de ter procurado descriminar as responsabilidades da raínha, o Conde de Sabugosa tenha tentado responder a esta primeira pergunta: ¿D. João II morreu envenenado?

Reproduzindo o parecer de D. António de Lancastre, clínico de renome e descendente do Príncipe Perfeito, o Conde de Sabugosa pronuncia-se pela negativa (Pág. 223 e segs.): «D. João II morreu de uremia, motivada por nephrite chronica, que não podia ser originada pelo envenenamento, mesmo chronico do arsenico...» (Pág. 234).

A opinião de D. António de Lancastre é hàbilmente defendida e dispertou no meio intelectual português um justificado interêsse. Logo em Outubro de 1921, o Dr. António de Azevedo lhe dedicou uma extensa nota (1). Veiu depois o Dr. Ricardo Jorge, com o brilho da sua prosa inconfundível e da sua reconhecida competência, manifestar completa concordância com o parecer defendido no livro do Conde de Sabugosa: «Assim aspou a critica medica um capitulo inteiro de erros historicos» (2).

Finalmente, o ilustre Prof. D. António Pereira Forjaz levou a cabo um verdadeiro inquérito sôbre o assunto. Adoptaram inteiramente a opinião do Conde de Sabugosa e de D. António de Lancastre, os Srs. Prof. A. J. Ferreira da Silva, Prof. Vergílio Machado e D. Tomás de Vilhena. O notável historiador Sr. Gama Barros afirmou: «Trata-se dum problema insoluvel». De maneira idêntica respondeu António Sardinha: *Ignoramus et ignorabimus.* O sábio Prof. Bettencourt Raposo não se limitou a aderir ao parecer do seu colega Lancastre, mas empreendeu uma crítica aos supostos fundamentos em que se baseiam os partidários do envenenamento. Particularmente sôbre a circunstância de ter sido o cadáver encontrado intacto, anos depois, escreveu: «Ou se durante annos tambem o rei o não tomou em que se fixa o terceiro pé da tripode sobre que se firma o diagnóstico do envenenamento arsenical? ou seja a conservação do cadaver? Para que ella, aliás incertissima, se dê por effeito do arsenico, mister se faz havel-o nos tecidos; e ainda assim em quantidade não minima. E qual poderia persistir no corpo do monarcha, passado, pelo menos, mais de anno e meio

---

(1) *A Medicina Contemporanea,* ano XXXIX, n.º 43, de 23 de Outubro de 1921; *A morte de D. João II,* por A. A.

(2) *A certidão de obito do Principe Perfeito,* no *Diario de Noticias,* n.º 20.114, de 15 de Janeiro de 1922.

após a última tomada, e em presença do poder eliminatorio das profusas diarrheas?» ... «A acção deshydratante da cal, e o calor desenvolvido pela hydratação não admira bastarem a resequir e mumificar um cadaver, livrando-o de apodrecer.» Sintetisando o resultado do seu inquérito, D. António Pereira Forjaz concluiu: «Deve considerar-se, pelo menos *sem fundamento*, a versão de que El-Rei D. João II foi envenenado».

Mas ainda mesmo que o rei tivesse sucumbido vítima de um crime, não haveria motivo para acusar D. Leonor. As páginas, em que o autor dos *Embrechados* demonstra a inocência da raínha, são magistrais. Não há um documento nem há um cronista, que abonem a suposição infamante. E o raciocínio o que nos diz é que o interêsse pessoal da fundadora da Madre de Deus estava precisamente na conservação da vida do rei. ¿Quem praticaria um crime para se ver diminuido, apeiado do trôno, reduzido a um papel forçosamente secundário?

Deve, pois, rejeitar-se a acusação ao carácter da raínha. A sua figura não tem, na verdade, imperfeição que a macule. Boa espôsa, boa mãe, inteligência fulgurante, coração cheio de bondade e clemência — em tudo mulher superior — vive no livro do Conde de Sabugosa em meio de suas dores e cuidados, de suas alegrias e benemerências. A seu lado vivem também os que foram seus companheiros, donas de sua côrte, criados de seus paços, nomes ilustres e nomes obscuros, gente de algo e gente que foi alguém. Pena é que tenha esquecido debuxar a mocidade dêsse nobre aventureiro, que se chamou Fernão de Magalhães. ¡Quem sabe se a narração das façanhas do infante D. Fernando e do rei Afonso V não teria dispertado, na alma do futuro navegador, a ância de brilhar e ser grande! ¿Não era D. Leonor, em cuja casa Magalhães se criou, filha do filho adoptivo do Infante de Sagres?

A Rainha D. Leonor marca na obra do Conde de Sabugosa o ponto culminante. É um livro excelente. O seu elogio pode resumir-se numa só frase: é um livro que tem de ser consultado e quási sempre seguido, por quem desejar conhecer a história daquela época. Nada mais pode desejar quem o escreveu.

DOM JOSÉ MANOEL DE NORONHA.

---

(1) Prof. Dr. A. Pereira Forjaz — *Notas de toxicologia química* in *Archivo de Medicina Legal*, 1.º ano, n.ºs 1 e 2, Janeiro a Abril de 1922, pág. 52 e segs.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Beiträge zur Kenntnis der Samen der Rotskastanie und der in diesen Samen enthaltenen Saponin-Substanzen, por Gustav Adolf Bosshard. Zürich, Druck von A. Hensenberger-Grob, 1916.

Die electrolytische Chloroform-Darstellung, por Josef Feyer. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1916.

Uber Thiobenzoylchlorid und Einwirkung von schwefelhaltigen Verbindungen auf Diazokörper, por Jos. Siegwart. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1917.

Experimentaluntersuchung über den Druckwechsel bei Maschinen mit Kurbeltrieb, por Paul Moser. Zürich, Polygraphisches Institut A.-G., 1917.

Uber die Bestimmung des Glicerins in Seifen und Seifenunterlaugen, por Rudolf Waser. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1917.

Der Pilatus in seinen pflanzengeographischen und wirtschaftlichen Verhältnissen, por Karl Amberg. Luzern, Buchdruckerei Al. Ziegler, 1916.

Ueber 3,6- und 3,4- Dioxyphtalsäurerhodamine, por Walter Braendli. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1926.

Kritische Studien über die Methoden zur Bestimmung des Reduktionswertes von Zinkstaub, por Kurt Schneider. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1916.

Uber den Magnetisierungshoëffizienten von Cuprisaleen in sehr verdünnter Lösung, por Paul Emil Cherbuliez. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1917.

Uber die Einwirkung von Diazoessigester auf ungesättigte Verbindungen, por Otto Muntwyler. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1917.

Uber Cystinpolypeptide und Cystinderivate, por Ernst Wybert. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co , 1917.

Die Bestimmung von Harzsäuren in Seifen, por Hans Wirth. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1917.

Die Magnetisierungskoeffizienten der Kobaltosalze in wäbriger Lösung im Himblick auf die Magnetonentheorie, por Alfred Trümpler. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1917.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura.... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º — 1922
N.º 4 — Abril

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Alvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 153
Ligeiros apontamentos sôbre a família de Manuel Severim de Faria, por Frazão de Vasconcelos 155
Novos aspectos de azotemia, por João Pôrto 170
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 186
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 193

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 26 DE MARÇO DE 1922

No dia 26 de Março de 1922, reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lobo.

O Presidente propõe que seja lançado na acta um voto de sentimento pelo falecimento do sócio honorário Anselmo Braamcamp Freire e do sócio efectivo General Francisco Augusto Martins de Carvalho, traçando de ambos um sentido elogio. Foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, o Presidente refere-se com palavras de calorosa admiração ao ilustre orador Dr. Antonio Candido, lembrando que o Instituto se deveria fazer representar na homenagem nacional que lhe vai ser tributada e propondo a sua eleição para sócio honorário.

O Prof. Magalhães Colaço aplaude a iniciativa do Presidente, associando-se ao justissimo preito tributado a Antonio Candido. Foi decidido enviar a Lisboa uma deputação, composta dos Profs. Costa Lobo, Carneiro Pacheco e Magalhães Colaço, para representar o Instituto na festa a Antonio Candido.

Foi lida na mesa uma carta do Prof. Carneiro Pacheco, participando a sua partida para Lisboa, onde vai fixar residência.

O Presidente lembra os valiosos serviços prestados ao Instituto pelo distinto Professor, e faz votos para que, mesmo de longe, continue a sua coadjuvação.

Para substituir o Prof. Carneiro Pacheco, foi eleito 1.º secretário do Instituto o Prof. Luís Cabral de Moncada.

Foi comunicado à Assembleia o alvará do Govêrno Civil, de 4 de Março corrente, aprovando as alterações introduzidas nos Estatutos, e publicadas em *O Instituto,* vol. 68.º, pag. 502.

Passou-se por último à eleição de sócios, que deu o seguinte resultado:

HONORÁRIO NACIONAL

Doutor ANTONIO CANDIDO RIBEIRO DA COSTA.

CORRESPONDENTES NACIONAIS

EZEQUIEL DE CAMPOS, engenheiro, publicista.

HENRIQUE QUIRINO DA FONSECA, capitão de fragata, publicista.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, COELHO SOBRAL, servindo de secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa) COSTA LOBO.
COELHO SOBRAL.

LIGEIROS APONTAMENTOS SÔBRE A FAMÍLIA DE MANUEL SEVERIM DE FARIA

Com o intuito apenas, segundo declara, de reünir notas soltas, para que se não percam e alguém se sirva delas quando precisar, o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos publicou em 1914 e 1917 duas valiosas memórias sôbre Manuel Severim de Faria, cónego e chantre da Sé de Evora, polígrafo eruditíssimo e fecundíssimo. Saíram ambas no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa,* respectivamente, nos vols. VIII e X.

Na primeira, a pág. 1, diz o sábio professor: «Severim, pela sua grande actividade literária, e amor com que versava os mais diversos assuntos, merece biografia mais ampla que as até aqui escritas, e que lhe publiquem os escritos inéditos, que estiverem em condições de publicidade», e, a pág. 25, acrescenta: «O gosto literário, que o nosso autor possuía, vinha já dos seus maiores, e também se continuou nos seus vindouros».

Assim é, oferecendo, pois, certo interêsse o estudo desta família, que atravessou alguns séculos disfrutando uma situação de notável predominio social, produzindo varões insignes que deixaram nome não só nas letras mas também nas armas e na política da nossa terra.

Ver-se há, na sucinta descrição que segue — modesta contribuïção para a biografia de Severim de Faria — que no sangue do autor das *Noticias de Portugal* havia alguns glóbulos do mesmo que girou nas veias de Luís de Camões. Sua avó, Maria Severim, era prima em 3.º gráu de consanguinidade do nosso glorioso épico, por serem terceiros netos de Vasco Pires de Camões, fidalgo espanhol que, como é sabido, passou a Portugal no tempo de el-rei D. Fernando, que lhe fez muitas e importantes mercês, dando-lhe terras e alcaidarias-móres e escolhendo-o para o seu conselho.

Era Severim de Faria, também, do sangue do célebre

*

cronista Rui de Pina, seu tio-bisavô, irmão de sua bisavó paterna Isabel Gonçalves de Pina.

Pela linha dos Farias, era oitavo neto do lendário herói Nuno Gonçalves de Faria.

¡Bom sangue de heróis e de letrados, como se vê!

Sem dúvida que o lugar honroso que Severim de Faria ocupa no conceito dos historiadores da literatura pátria lhe não proveio das glórias dos ancestros, conquistou-o por si, pelo merecimento próprio e intenso trabalho. Todavia, se se admitir que a tradição do sangue não haja influido na sua orientação e na predisposição para as ocupações intelectuais, não pode deixar de constatar-se que as circunstâncias do meio em que foi nado, e em que ao depois viveu, tiveram importância capital na rota que seguiu na vida.

*
* *

Alguns linhagistas fazem remontar a origem dos Severins a época remotíssima, acompanhando o desenvolvimento da sua árvore de génese desde o império romano, entroncando nela Septimino Severo e seu neto Alexandre, e cônsules e mártires, passando a Itália e depois a França, onde os Severins foram grandes senhores titulares, etc.

Não os seguiremos na sua fantasia... Ficaremos pelos tempos de el-rei D. João I, que é até onde chegam os documentos ou os testemunhos autorizados. Neste género de estudos não se deve proceder de outro modo, salvo se se quizer seguir o exemplo de certo genealogista que levou até ao pai Adão, sem falta de um avô, a ascendência de um Príncipe das Astúrias (1)!...

§ I

I. PEDRO SEVERIM. — É o primeiro dêste apelido em Portugal. Os linhagistas chamam-lhe fidalgo francês, dizendo que passou a êste país no tempo de el-rei D. João I. Manuel

---

(1) Não nos recordamos do número do códice, mas esta curiosa genealogia encontra-se na *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Severim de Faria, nos seus *Discursos Vários* (Évora, 1624), na vida de Luís de Camões, alude a êste Pedro Severim, informando que dêle se faz menção na crónica da Tomada de Ceuta. Asseguram vários autores que Pedro Severim combateu com valor nesta conquista.

Casou com D. Constança Pires de Camões, filha de Vasco Pires de Camões, fidalgo espanhol, que, por mercê de el-rei D. Fernando, foi senhor de Sardoal, Punhete, Marão, Quinta do Judeu em terras de Santarém, Chão de Couce, Quinta de Gestaço, e muitos casais e herdades em Evora-Monte, Aviz, Estremoz e Montemór-o-Novo, alcaide-mór de Alcanede, Alemquer, Portalegre, etc. (1), e de sua mulher D. Francisca ou Maria Tenreiro, filha herdeira de Gonçalo Tenreiro, que foi general das armadas de Portugal.

De Pedro Severim e de D. Constança Pires de Camões nasceram:

Maria Anes Severim, com quem se continua, e
Margarida de Camões, que casou com o desembargador Álvaro Martins. Com geração.

II. MARIA ANES SEVERIM. — Foi herdeira da casa de seu pai. No quadro genealógico publicado pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, na primeira das suas referidas *Memórias*, não vem mencionada esta senhora. Casou com Gil Anes de Oliveira, de quem teve:

João Gil Severim, com quem se continúa,
Ascenso Severim, cuja descendência se refere no § II, e
Belchior Gil Severim, que não casou mas teve uma filha bastarda chamada Antónia Gil Severim.

III. JOÃO GIL SEVERIM. — Não encontrámos na Tôrre do Tombo notícia dêste João Gil. Pela carta de brazão de armas de seu filho António Gil Severim, sabemos que era natural de Lisboa e morador na sua Quinta de *Soo Aseca*, no termo de Alhandra. Esta quinta, assim chamada na *Ar-*

---

(1) *Os Brazões Portuguezes*, por A. M. Seabra de Albuquerque. Coimbra, 1879; *Alcaides-móres de Portalegre*, pelo dr. Rodrigues de Gusmão, no *Instituto*, vol. XIV, pág. 131–155.

maria de Braamcamp Freire e no *Arquivo* de Sanches de Baena, deve ser a de *Sob-a-Serra* ou *Sob-Serra,* a que num soneto, publicado pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, se refere Manuel Severim de Faria.

Era propriedade da família. No testamento de Severim de Faria, mencionado por Barbosa Machado, alude-se à Capela de Nossa Senhora da Humildade de *Sucerra*. A quinta de *Sub-Serra,* no termo de Alhandra, que ainda hoje tem êste nome, continuou na linha dos Condes de Vila-Flôr, assim como a Comenda de Santa Maria de Pernes. O 2.º Conde de Vila-Flôr, D. Christóvão Manuel de Vilhena, falecido em 17 de Julho de 1704, fez o seu testamento, a 18 de Maio do mesmo ano, na sua Quinta de Sub-Serra, sendo sepultado em jazigo no Convento de Santo António do Sobralinho, no termo da vila de Alhandra.

Actualmente a Quinta de Sub-Serra é, segundo nos informam, propriedade do Sr. Marquês de Lavradio, que a herdou da Sr.ª Marquesa de Rio-Maior e Condessa de Sub-Serra (1).

João Gil Severim casou com ISABEL GONÇALVES DE PINA, irmã do cronista Rui de Pina, nascendo dêste matrimónio os seguintes filhos:

António Gil Severim, com quem continuamos,
Gaspar Gil Severim, que morreu na Índia sem geração, e
D. Inez de Camões, que casou duas vezes.

IV. ANTÓNIO GIL SEVERIM. — Fugiu para a Índia, de pouco idade, em 1535, servindo com valor em Diu, a quando do cêrco. Voltando ao Reino foi o primeiro Executor-mór e Tesoureiro da Arca. Não encontrámos o registo da Comenda da Ordem de Santiago, com que fôra agraciado no dizer de alguns linhagistas. Teve carta de brazão de armas em 24 de Agôsto de 1562 *(Chancelaria de el-rei D. Sebastião,* liv. III, fl. 270), na qual consta ser natural de Lisboa e ter a ascendência que referimos, pela linha Severim. O brazão é o dos Severins, que adiante descrevemos. Casou

---

(1) Nesta quinta esteve recentemente hospedada, a quando da sua passagem por Lisboa, Sua Majestade a Imperatriz Rainha Zita de Bourbon, Habsbourg.

com CATARINA LOPES DE SEQUEIRA, tendo os filhos seguintes:

Gaspar Gil Severim, com quem continuamos,
Belchior Gil Severim, e
Angela de Sequeira.

V. GASPAR GIL SEVERIM. — Nasceu em Évora e faleceu em Lisboa a 16 de Dezembro de 1598. Acompanhou el-rei D. Sebastião na sua primeira jornada à África. Insigne aritmético e elegante poeta, lhe chama Barbosa Machado. D. Filipe, diz êste autor, certificando-se do seu talento, lhe deu o ofício de Executor-mór. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e administrou a Comenda de Santa Maria de Pernes da mesma Ordem. Escreveu várias obras que ficaram em manuscrito, entre elas umas *Instruções a seu filho quando embarcava.*

O Alvará de Executor dos Assentamentos dos Almoxarifados do Reino, está registado na *Chancelaria de el-rei D. Filipe I.*

Casou a primeira vez com D. ANTÓNIA DE FARIA DE VASCONCELOS, filha de António Dias de Vasconcelos e de D. Ana de Faria, e a segunda vez com sua prima D. JULIANA DE FARIA, filha de Duarte Frade de Faria e de Maria Severim (§ II). O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, certamente por lapso de cópia, chama a êste Duarte Frade de Faria, *Duarte Frade Severim.*

Do primeiro matrimónio nasceram os filhos seguintes:

Francisco de Faria Severim, com quem continuamos (que o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, faz irmão inteiro de Manuel Severim, que é filho do segundo matrimónio),
António Gil Severim, sem geração, e
D. Micaela de Vasconcelos, que faleceu solteira.

Do segundo matrimónio:

Manuel Severim de Faria, cónego e chantre da Sé de Évora (1).

---

(1) A sua biografia pode ler-se na *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa

Frei Cristóvão de Lisboa, frade capucho da Província de Santo António, que no século se chamou, ao que julgamos, Cristóvão Severim de Faria, como vem mencionado no quadro genealógico do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos. Foi eleito Bispo de Angola. Compôs muitos livros, diz um linhagista. Figura como poeta no códice n.º 7:642, fls. 20, da Biblioteca Nacional de Lisboa, segundo nota do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos.

D. Joana de Faria, casada com D. Cristóvão Manuel de Vilhena. Dêste casal nasceram *D. Sancho Manuel,* 1.º Conde de Vila-Flôr, e *D. Maria Manuel de Vilhena,* mulher de D. António Álvares da Cunha, a quem vieram a caber alguns dos manuscritos de Manuel Severim de Faria, como consta da nota, que adiante publicamos, de D. António Caetano de Sousa. Como o 2.º Conde Vila-Flôr, neto de Joana de Faria, não teve descendência legítima, cremos que a actual representação do Chantre Manuel Severim de Faria está na linha que provém do 2.º Conde da Cunha, D. José Vasques da Cunha, e de sua segunda mulher D. Maria do Carmo de Menezes. Êste 2.º Conde da Cunha era neto do referido D. António Alvares da Cunha, herdeiro do Chantre, por parte de sua mulher (1).

VI. FRANCISCO DE FARIA SEVERIM — Sucedeu na casa de seu pai e também nos ofícios de Executor-mór e Escrivão da Fazenda, e na administração da Comenda de Santa Maria de Pernes. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo. Na *Chancelaria* desta Ordem, liv. 17, fl. 204, está registado o Alvará de Cavaleiro, de 10 de Outubro de 1608. Na mesma *Chancelaria*, liv. 9, fl. 241, está registado um Alvará para poder professar no Convento de Tomar, de 26 de Março

---

Machado; no *Diccionario Bibliographico,* de Inocêncio; na edição de 1740 das *Noticias de Portugal;* na *Revista Litteraria,* tom. III, pág. 353, Porto, 1839; no *Aparato à Historia Genealogica da Casa Real Portugueza;* no moderno *Diccionario de Portugal,* etc. As notas biográfico-literárias que constituem as duas memórias do ilustre professor Sr. Dr. Leite de Vasconcelos não podem deixar de ser lidas por quem se interesse pela personalidade a tantos títulos notável do Chantre Severim de Faria.

(1) *Ninharias,* por José de Azevedo e Menezes, táboas XXIV e XXV.

de 1610, e noutros livros estão mencionadas cartas de quitação, padrões de tença, etc. (1).

Casou a primeira vez com D. MARIA DA CAMARA, filha de Duarte Camões da Câmara, senhor do morgado da Tôrre, em Aviz, e de D. Isabel Lobo. Não houve geração dêste matrimónio.

Casou a segunda vez com D. JOANA DA FONSECA, filha de Rodrigo Sanches da Fonseca, secretário das petições. Esta senhora, enviuvando, foi segunda mulher de Pedro Sanches de Paredes, que supomos ser seu parente.

Do segundo matrimónio de Francisco de Faria Severim nasceram os seguintes filhos:

Gaspar de Faria Severim, com quem continuamos,
Frei Rodrigo de Santa Maria, frade capucho, que no século se chamou Rodrigo Sanches de Faria,
Baltazar de Faria, que faleceu moço,
Manuel de Faria Severim, cónego e chantre de Évora como seu tio. Referido por Barbosa. Nasceu em 1609, segundo diz na obra que escreveu, intitulada *Lembranças Proprias* (Évora, 29 de Novembro de 1633), que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa,
Pedro Severim, que morreu moço,
D. Luiza, que morreu menina,
D. Antonia de Faria e *D. Margarida da Fonseca,* ambas freiras no convento do Salvador em Lisboa.

VII. GASPAR DE FARIA SEVERIM. — De todos os seus irmãos foi o único que casou, mas não foi feliz com alguns dos seus descendentes. Herdou a casa de seu pai e também os ofícios, como consta da *Chancelaria de el-rei D. Filipe III,* livs. 11 e 29, respectivamente, a fls. 96 e 78 v. Ainda reinando D. Filipe III, foi devassado pelo seu procedimento no ofício de Executor-mór, mas por Alvará de 19 de Março de 1642 (*Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 36, fl. 48) foi declarado inocente e «Sua Magestade por bem servido dele».

---

(1) Êste Francisco de Faria Severim escreve em latim versos ao irmão Manuel Severim de Faria, diz o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, na 1.ª *Memória* citada.

Foi fidalgo da Casa Real, Cavaleiro-Comendador da Ordem de Cristo, Comendador de Móra, na de Aviz, etc. As Chancelarias Real e da Ordem de Cristo estão cheias de várias concessões que lhe foram feitas: Alvará de lugar de freira para uma sûa filha, Alvará para seu filho lhe suceder no ofício de Secretário das mercês, Alvará para fundar um hospital na Igreja de Nossa Senhora da Glória, em Moura, Alvarás de promessa de mercês a seus filhos, etc.

«A boa índole (diz Barbosa Machado) que desde os primeiros anos mostrou para o estudo das letras humanas e história secular, o fez digno de que em os maiores chegasse a ser Secretário das mercês de el-rei D. João IV e do seu conselho, cujo ministério político administrou no reinado de el-rei D. Afonso VI. Entre as contínuas ocupações de seu ofício nunca se abstinha da aplicação dos livros».

«Foi poeta elegante e genealógico erudito como herdeiro e émulo do talento de seus doutíssimos antepassados».

D. Francisco Manuel de Melo, referindo-se lhe, diz: «que o seu descanço era escrever em obséquio e honra da pátria».

Entre as obras que se lhe atribuem conta-se uma *Colecção de Memórias* extraídas da Tôrre do Tombo, em 3 vols., de que adiante nos ocuparemos.

Casou com D. Mariana de Noronha, filha de D. Francisco de Noronha, Comendador de S. Martinho de Frazão, na Ordem de Cristo, de quem teve:

Pedro Severim de Noronha (que alguns linhagistas chamam Pedro de Faria Severim). Sucedeu na fazenda de que seu pai fez morgado. Dêle diz Barbosa: «Educado com os preceitos de seu pai saiu consumado estadista e perito em todo o genero de erudição, como se mostrou na obra seguinte: *Memórias particulares e importantes do reinado de el-rei D. Afonso VI.* Conserva-se na livraria do Conde de Vimieiro.»

O nosso amigo e distinto escritor e poeta, Sr. Manuel Cardoso Marta, possue esta obra, não sabemos se no original, se por cópia, que vai publicar devidamente anotada. Será mais um importante serviço que as letras e a história nacional lhe ficarão devendo.

Pedro Severim de Noronha, exerceu por algum tempo o cargo de secretário das mercês de el-Rei D. Afonso VI, e foi assassinado numa noite do ano de 1664, quási ao pé do Paço Real.

«Morreu em vida de seu pai desastradamente em hũa briga que teve por sua pouca prudencia e alguma soberba, com uns homens mulatos e negros da estrebaria del-Rei D. Afonso o VI», diz um linhagista. Outro acrescenta: «dizem que o mesmo Rei o mandou matar». (Códice 312 da *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa).

Casou duas vezes, a primeira com D. MARIANA DE CASTRO, filha de D. Neutel de Castro, e a segunda com D. LUIZA DE LIMA, filha de D. Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova da Cerveira.

Seu pai nomeou toda a sua fazenda e morgado em D. Henrique Manuel, filho segundo de sua filha D. Ana, casada com D. Sancho Manuel, seu primo, «o qual D. Henrique por desmandos morreu solteiro miseravelmente e não deixou geração», pelo que foi herdeiro seu irmão terceiro, D. Francisco Manuel «que tambem morreu solteiro em hũa briga miseravelmente sem confissão e tambem não teve geração». Em resultado dêstes dois desastres vieram parar ao primogénito de D. Ana, D. Cristóvão Manuel, 2.º Conde de Vila-Flôr, todos os bens. Já vimos que êste D. Cristóvão, em quem se uniram grandes riquezas, não teve descendência ligítima.

Francisco de Faria Severim. Este outro filho de Gaspar de Faria Severim foi Doutor em Cânones e Chantre da Sé de Évora.

Em quatro gerações seguidas teve esta família sempre um chantre em Évora: 1.º D. Baltazar de Faria (Vid. § II), depois Manuel Severim de Faria, sobrinho do antecedente, a seguir Manuel de Faria Severim, sobrinho de Manuel Severim, e por fim êste Francisco de Faria Severim, que era sobrinho do 3.º chantre.

Por alvará de 12 de Agôsto de 1647 foi feita mercê a *Francisco Severim de Menezes,* filho do secretário Gaspar de Faria Severim, da promessa de uma Comenda da Ordem de Cristo, de 150$000 réis com o Hábito. Trata-se sem dúvida do mesmo, antes de se ordenar. ¿Provàvelmente mais tarde substituíu o apelido *Menezes* pelo de *Faria,* quem sabe se para seguir a tradição dos seus antecessores no chantrado? Quando esta mercê lhe foi feita não tinha ainda dezoito anos de idade, como se vê das respe-

ctivas provanças, tendo o Rei feito a mercê de o dispensar neste impedimento, conforme a consulta da Mesa da Consciência e Ordens. A carta do Hábito foi-lhe passada em 12 de Outubro do mesmo ano. (*Chancelaria da Ordem de Cristo,* liv. 35, fls. 119 e 248 v.).

D. Ana de Noronha, a quem já nos referimos, 1.ª mulher de seu primo D. Sancho Manuel, 1.º Conde de Vila-Flôr.

D. Francisca de Noronha e Menezes, mulher de D. Diogo de Faro, veador da Rainha D. Maria Sofia, Coronel de um regimento da Ordenança de Lisboa, senhor do Vimieiro, etc. Dêstes foi filho D. Sancho de Faro, 1.º Conde de Vimieiro, por mercê de el-Rei D. João V. Nesta aliança se explica a razão porque os livros de Chantre Manuel Severim de Faria foram parar aos senhores da Casa de Vimieiro.

Manuel Severim de Faria, que faleceu novo sem geração. Foi-lhe também feita mercê do Hábito da Ordem de Cristo ao mesmo tempo que a seu irmão Francisco Severim de Faria, ou Menezes.

Antão de Faria. Êste filho de Gaspar de Faria Severim não aparece nos *Nobiliários.* ¿Seria bastardo? Teve o Hábito da Ordem de Cristo em 29 de Janeiro de 1660. (*Habilitações da Ordem de Cristo,* letra A, masso 46, n.º 85).

A descendência dos ramos Vimieiro e Vila-Flôr está publicada. Nas *Memórias Historico-Genealógicas dos Duques Portuguezes do Século XIX,* no título de Duque da Terceira, que também era Severim, vem toda a geração dos Condes de Vila-Flôr.

No § II descrevemos outra linha genealógica dos Severins, da qual também provinha, por parte de sua mãe, o Chantre Severim de Faria.

§ II

VIII. ASCENSO SEVERIM. — Teve carta de brazão de armas dos Severins, da qual consta ser morador em Lisboa, filho de Maria Anes Severim e neto de Pedro Severim, atraz mencionados. A carta foi dada em Lisboa em 10 de Janeiro

de 1530 (*Chancelaria de el-rei D. João III,* liv. 50, fl. 90). Casou com CATARINA PREVEL, filha de André Preto e de Joana Prevel, que era filha de Aires Prevel «que fez a capela dos alemães em S. Domingos de Lisboa». Esta afirmação vai por conta de um genealogista da Pombalina. Tiveram:

IX. MARIA SEVERIM. — Que herdou a casa do seu pai e casou com Duarte Frade de Faria, que o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, como já referimos, chama, por lapso, Severim. Este Duarte Frade de Faria esteve duas vezes na Índia e era filho de António Frade de Faria, fidalgo da Casa Real, que teve carta de brazão dos Farias, em 2 de Abril de 1539 (*Chancelaria de el-rei D. João III,* liv. 27, fl. 53 v.), «camareiro do infante D. Duarte e muito seu valido», e de sua mulher, que julgamos sua prima, D. Leonor de Faria.

Duarte Frade de Faria era 6.º neto, por varonia, do célebre e lendário herói Nuno Gonçalves de Faria.

Do casamento de Maria Severim com Duarte Frade de Faria nasceram:

António Severim e *Gaspar Severim,* que morreram na Índia sem geração,
Frei Luiz de Faria, dominicano,
Baltazar de Faria, Chantre da Sé de Évora, homem insígne em letras e virtudes, que na religião da Cartucha se chamou *D. Bazilio.* Deixou alguns escritos e honrada memória. A sua notável biografia pode ler-se em Barbosa e noutros autores,
D. Catarina de Faria, casada com Rodrigo Afonso de Camões, e
D. Juliana de Faria, casada com seu segundo primo Gaspar Gil Severim, pais de Manuel Severim de Faria.

*
* *

Barbosa Machado atribue a Gaspar de Faria Severim a *Colecção de Memorias* extraídas da Tôrre do Tombo, em três volumes.

A esta obra se refere D. António Caetano de Sousa, no *Aparato á Historia Genealogica,* dizendo: «Dêle (Gaspar de Faria Severim) foi uma *Colecção de Memorias* extraídas

da Tôrre do Tombo em três volumes que tenho em meu poder, em qué notei algumas cousas, que apontados os lugares se não acham, donde sem dúvida se furtaram, como outras muitas cousas, que faltam no mesmo Real Arquivo».

O Sr. Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), na sua *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza,* no título dêste Gaspar de Faria Severim, igualmente aponta esta obra, que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde a vimos. É, de facto, em três volumes, mas tem simplesmente o título de *Tôrre do Tombo.* O vol. I compõe-se de 645 fls., o vol. II de 653 fls. e o vol. III de 704, além de um índice, feito posteriormente, em 3 fls. É um valioso auxiliar dos investigadores, em especial dos genealogistas, pois dá milhares de indicações de documentos existentes no Arquivo Nacional, indicações dispostas por ordem alfabética de apelidos.

Alguns elementos ministrou ao Sr. Conde de Sabugosa, para o seu precioso *Paço de Cintra*, como se vê das respectivas citações, nas quais só figuram os apelidos *Severim de Faria*, o que fez supôr que S. Ex.ª atribue a referida obra ao Chantre Manuel Severim de Faria.

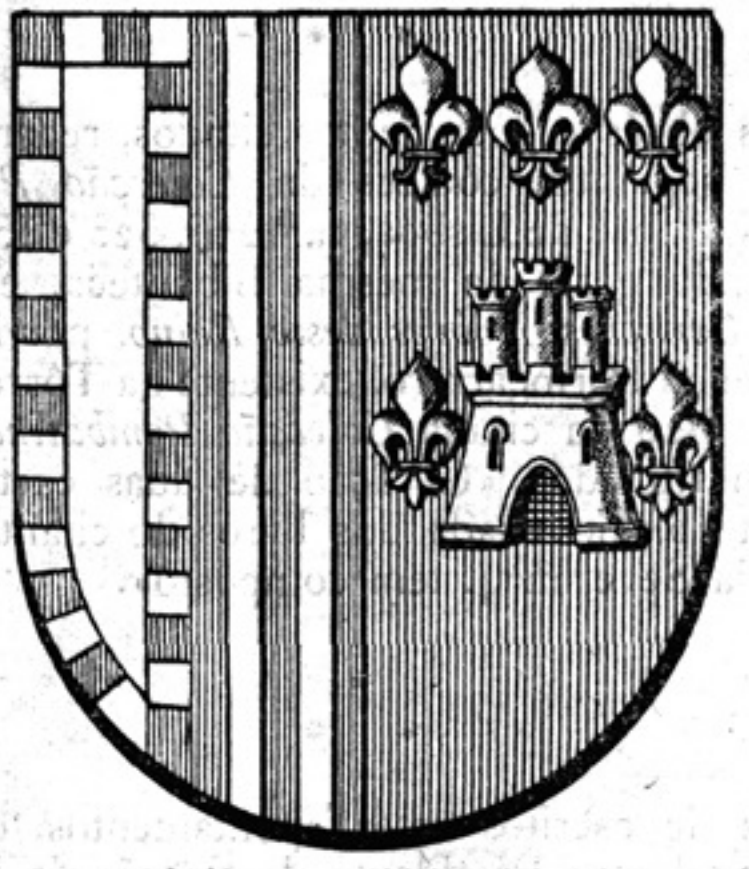
É realmente duvidoso que êste trabalho seja da autoria de Gaspar de Faria Severim, pois que D. António Caetano de Sousa, que foi seu possuidor, apesar do que acima transcrevemos, diz no vol. I, em nota autógrafa, o seguinte, que também é autenticado por Pedro Gonçalves da Câmara Coutinho:

«Estes tres tomos com o titulo Torre do Tombo foram do Chantre de Evora Manoel Severim de Faria, como se vê das suas armas, que costumava pôr nos seus Livros manuscritos que foram muitos, os quaes por sua morte se devidirão, ou p.ª milhor dizer dos seus herdeiros de q. a maior parte passou a poder do Conde de Vimieiro, outra a D. Antonio Alvares da Cunha Trinchante de S. Mag.de de q.m forão estes tres, que depois seu neto do mesmo nome me deu por intercessão do Sr. Pedro Glz. da Camara Coutinho que lhos pedio para mim; e para que conste fiz esta memoria. Lx.ª Occidental na Casa de N. S.ª da Divina Providencia, 18 de Março de 1735.—*D. An.º Caetàno de Sousa C. R.—Pedro Glz da Camara Coutinho*».

O brazão a que o erudito autor da *Historia Genealogica* alude, lá está, no comêço de cada volume, gravado em metal, impresso numa fôlha, sem dizer algum.

Trata-se, pois, de um *ex-libris,* que não sabemos se está incluido em alguma das colecções conhecidas.

O brazão é exactamente o que figura no rôsto dos *Discursos Varios*, impressos em Évora em 1624, sendo talvez a mesma chapa, e quem sabe se executada por Gaspar de Faria Severim, que foi o autor da gravura que embeleza a vida de



Brazão de armas dos Severins de Faria

Camões, nos citados *Discursos Varios*, como Manuel Severim de Faria, seu tio, declara a fls. 133.

O tracejado representando as côres das armas está errado. Na nossa gravura se poderá ver devidamente corrigido.

As armas dos Severins são: escudo partido, a 1.ª de prata com bordadura de vermelho e de prata, a 2.ª de vermelho com duas palas de prata.

As armas dos Farias, de Nuno Gonçalves, depois de D. Manuel I, são: de vermelho com um castelo de prata, aberto, iluminado de negro, acompanhado de cinco flores de liz de prata, três em chefe e uma a cada flanco.

Os timbres, que não figuram no escudo, são, respectivamente, um leão faxado de sete peças de prata e de vermelho, e um castelo de prata rematado por uma flôr de liz também de prata.

A junção destas duas armas não está autorizada, que nos

conste, por carta de brazão, mas assim as usou, como acabamos de ver, o Chantre Manuel Severim de Faria.

Nos *ex libris* dos manuscritos a que nos estamos referindo foi raspada uma *diferença* no brazão dos Farias, constituída por um crescente, *diferença* que pode ver-se na edição dos citados *Discursos Varios* (1).

*
* *

Além das obras e documentos citados, recorremos, entre outros, aos seguintes códices da *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa, n.os 276, 325 e 356, e a alguns mais do fundo geral da mesma Biblioteca, e também ao *Livro das Gerações Nobres deste Reino*, por Bernardo Pimenta de Avelar Portocarrero, existente na Tôrre do Tombo.

No códice 420 da citada *Colecção Pombalina,* há um capítulo assim titulado: «Geração de duas castas de Pinas que há neste Reino tirada dos livros do chantre de Évora M.el de Faria Severim q. tem composto».

*
* *

Já depois de escritos estes apontamentos, o Sr. Afonso de Dornelas, ilustre Presidente da Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos e erudito escritor, deu-nos a informação de que no seu trabalho sobre D. António Caetano de Sousa (estudo interessantíssimo e rico de documentação) se refere aos três volumes manuscritos intitulados *Torre do Tombo*, que D. António Caetano de Sousa, na nota autógrafa atribue a Manuel Severim de Faria e no *Aparato* ao sobrinho Gaspar de Faria Severim.

Braamcamp Freire, no seu livro III dos *Brazões da Sala de Cintra*, pág. XII do prólogo, e no *Arquivo Histórico,* vol. II, pág. 484, refere-se á autoria da obra intitulada *Torre do Tombo,* de que o sábio investigador possuía uma cópia.

---

(1) A *diferença de um crescente de oiro* foi dada a António Frade de Faria, em 2 de abril de 1539. *Chancelaria de D. João III,* liv. XXVII, fl. 53 v.

Foi também dada a Pedro de Faria, em 10 de Fevereiro de 1624. *Chancelaria de D. Filipe III,* liv. II, fl. 44 v.

Crêmos que deixou o assunto completamente esclarecido, provando que os três volumes em questão não foram elaborados nem pelo chantre Manuel Severim de Faria nem por seu sobrinho Gaspar, dizendo serem cópia dos *Sumarios de todas as Doações e Chancelarias da Torre do Tombo,* coligidos por Gaspar Álvares de Lousada Machado.

Lousada foi escrivão da Tôrre do Tombo de 1612 a 1629. Braamcamp Freire confessa ter caído no êrro de atribuir a obra a Severim de Faria. Os responsáveis dêste êrro foram Barbosa Machado e D. António Caetano de Sousa, com as suas contraditórias informações.

Lisboa, 25 de Janeiro de 1922.

FRAZÃO DE VASCONCELOS.

NOVOS ASPECTOS DA AZOTEMIA (1)

Falando de novos aspectos da azotemia pretendemos indicar algumas razões porque certos doentes urémicos parece quererem derrogar as leis Widalianas, atinentes ao prognóstico, leis que Pasteur Valley-Radot ainda em 1918 confirmava por estas palavras:

«Si l'urée atteint et dépasse le taux de 1 gramme *plusieurs fois de suite*, on peut affirmer que le brightique est entré dans la phase de haute gravité: l'issue fatale surviendra, en règle générale dans un délai qui n'excédera pas deux ans. L'évolution sera encore plus rapide si l'azotémie oscille entre 2 et 3 grammes: la survie ne pourra durer plus de quelques mois ou quelques semaines. Une azotémie au-dessus de 3 grammes est l'indice d'une mort très proche, elle ne s'observe qu'à la phase ultime de l'affection.»

Concorda que em raros casos a uremia possa ir além; por isso continua:

«Parfois l'azotémie atteint et dépasse 5 grammes; dans deux de nos observations elle est même parvenue à 8 grammes; mais l'organisme ne saurait tolérer plus de quelques jours un chiffre si élevée (2)».

E é a verdade. Se em grande parte dos casos tais regras de facto se verificam, outros há em que elas são inteiramente inexactas podendo o doente: 1.º ou sobreviver por muito tempo com azotemias que pelas leis Widalianas o deveriam matar dentro dum pequeníssimo lapso de tempo, permitindo-lhe, no entretanto, um estado geral regular compatível com as suas ocupações ordinárias; 2.º ou sofrer um agravamento progressivo dos seus sintomas clínicos azotémicos e com uma progressiva diminuïção de taxa de azote uréico no

---

(1) Conferência pronunciada na sede da Associação dos Médicos do Centro de Portugal na noite de 7 de Fevereiro de 1922.

(2) P. V. Radot — *Étude sur le fonctionnement rénel dans les néphrites chroniques*, 1918, pág. 7.

sangue; 3.º ou com azotemias insignificantes, desde o início, mas com graves perturbações urémicas.

Numa comunicação de Gilbert Piguet (1) dá-se conta duma doente com uma retensão uréica que atingia 4,15 gr. e que se não traduzia até ao momento em que fôra encontrada e ainda por algum tempo depois, senão por alguns sinais insignificantes e de modo algum patognomónicos do sindroma azotémico de Widal.

Trata-se duma doente que na ocasião em que consulta pela primeira vez experimenta um certo cansaço e anorexia. Só depois de ter esgotado todos os eupépticos e tónicos da formacopeia é que resolve consultar aquele clínico.

A doente apresenta sòmente a língua levemente saburrosa, um pouco de flatulência intestinal, as pálpebras levemente tumefeitas; não existe edema maleolar.

Os órgãos estão sãos e o coração acusa 100 pulsações. «J'alais porter le diagnostic d'afection gastro-intestinale quand j'eus l'idée, mû por l'habitude d'examiner les urines de cette malade que j'étais loin de considérer comme une urinaire, même médical», diz o autor.

Foi encontrar albumina que o levou a submeter a doente ao regimen lacteo. ¡Como não melhorasse decidiu-se a praticar as provas mais importantes da função de secreção renal e qual não foi a sua surpresa quando se lhe depara aquela azotemia!

Interessante é também a observação duma doente que chegara a ter 8,6 gr., publicada pelo colega Falcão de Miranda na *Medicina Contemporanea*, de 29 de Junho de 1913.

Depois de dizer que em toda a literatura médica do seu conhecimento apenas um caso encontrara de urémia mais elevada que na sua observação, acrescenta:

«Ora o nosso doente alcança a dose de 8,6 gr. por litro de sangue, ao meio-dia, vindo a morrer apenas às 9 horas da noite. Três dias antes da morte acusava já 7,2 gr. Vinte dias antes perto de 6 gr. Um mês antes 4 gr.».

Taxa uréica muito superior a que, segundo as leis de Widal, não levaria a vida a sustentar-se por mais de algumas horas.

São do mesmo teor algumas observações de Teissier e a que êste autor se referiu no seu relatório ao 1.º Congresso

---

(1) Gilbert Piguet.—*Azotemie et urémie. Concours médical*, pág. 1410, 1919.

*

da Sociedade do Instituto de Urologia, realizado em 5 de Julho de 1921, em Paris:

«C'est ainsi que nous avons vu la dose à peu près constante, avec de légères oscillations, de 4,5 gr. d'urée sanguine, tolérée pendant près de quinze mois, sans entraîner de signes d'auto intoxication prononcée. Un autre de nos malades a *survécu huit années,* qui suporta pendant trois ans une dose d'urée, plusieurs fois controlée, de 3,5 gr. Le docteur Richard, de Nancy, vient de nous communiquer un cas approchant des précédents, par la très longue tolérance d'une azotémie très élévée».

*
* *

Outra circunstância interessante é a da diminuïção das taxas uréicas na medida do aumento das perturbações urémicas:

«D'autre part — continua o autor — en régard de ces faits de survie exceptionnelle, au cours d'une azotémie maxima, nous sommes à même de citer quelques cas d'azotémie décroissante où nous avons vu le taux de l'urée, sanguine s'abaisser jusqu'à la mort. Dans un même ordre d'idées, il y a lieu de faire remarquer encore un certain nombre de faits cliniques où un bon pronostic semblait dicté par un dégré relativement restreint de la rétention uréique, et où la terminaison fatale est survenue, alors que les taux respectifs de la rétention uréique ne dépassaient pas les chiffres, relativement faibles, de 0,70 gr. (constatation minima) et 1,5 gr. (constatation maxima)».

É na verdade, êste facto aparentemente paradoxal que se nos depara com a seguinte observação pessoal:

J. C. de 22 anos. — Enfermaria de P. M. H. Entrou anemiado; ligeiros edemas; pequena albuminúria. Poliúria e polidipsia. Nada de perturbações digestivas; insuficiência mitral acentuada; dispneia de esfôrço.

Em 12 de Maio de 1920:

Uremia	2,25 gr. $^0/_{00}$
Coef. d'Ambard	0,200
Tensão arterial	$Mx = 13$; $Mn = 9$
Viscosidade	4,5

Coeficientes esfigmo-viscosimétricos:

$$\frac{Mx}{V} = 2{,}8 \qquad \frac{Mn}{V} = 2 \qquad \frac{P}{V} = 0{,}88$$

Coeficientes esfigmo-hidrúrico e esfigmo-renal:

$$\frac{H}{P} = 0{,}51 \quad \frac{H}{P} \times V = 2{,}3.$$

Prova do azul. — Injecção em 19 de Maio de 1920.
Até ao dia 23 colheram-se as urinas de hora a hora. Eliminação muito ligeira, levemente intermitente. Aparição meia hora depois e 4 dias depois ainda eliminava. Intensidade 0,825 mgr., quantidade insignificantíssima traduzindo grande impermeabilidade e quem sabe se insuficiência hepática também.

Prova de Vaquez e Cottet:

8 h.	0,350 l.
10 h.	0,400 l.
21 h.	0,800 l.

No dia 8 de Junho de 1920 o doente caiu de cama com grandes edemas palpebrais, congestão pulmonar que davam expectoração hemoptóica, edema da laringe que perturbava altamente a fonação. Dispneia, oligúria, contrastando com a poliúria de início, quando entrava no Hospital. Cefalalgia; ambliopia acentuada.

No dia 12 tinha Coef. de Ambard:

Débito hídrico	1,032 l.	k = 0,547
Conc. uérica	5,4	
Débito uréico	5,57	
Uremia	*1,0125*	

Relação azotémica = 57,1

Tensão $Mx = 17$ $Mn = 14$

Faleceu no dia 21.

Autópsia mostrou: laringo-traqueíte ulcerosa; vestígios de pericardite; miocardite; insuficiência mitral; hipertrofia do coração esquerdo com aumento de volume das suas cavidades (hipertrofia excentrica); congestão pulmonar passiva (hipostase); edema pulmonar e nefrite crónica intersticial (pequeno rim branco).

*
* *

É uma observação bem elucidativa sôbre o decréscimo de Ur com o agravamento dos sintomas clínicos.

Teissier nêsse Congresso, encarando a questão sobretudo pelo aspecto clínico, e na impossibilidade de abordar, no seu conjunto, a definição de uremia e de nefrites azotémicas isolou do complexo das uremias o tipo mórbido que se caracteriza pelo aumento progressivo da taxa de uréia no sangue, e pela hipertensão.

No decorrer da doença considera três períodos principais:

1.º — Período da constituïção do sindroma, em que os sintomas são mais ou menos fugazes e podem muitos deles passar despercebidos.

2.º — Período de tolerância que é aquele em que o jôgo das propriedades defensivas de organismo assegura o equilíbrio relativo das funções antitóxicas e dos processos de auto-intoxicação, no dizer do autor.

3.º — Período de saturação que é aquele em que o equilíbrio ameaça ser destruído.

*
* *

Deve atribuir-se uma grande importância a dois órgãos nesse papel defensivo: o coração e o fígado.

Para dar uma idea de como o coração tem de responder às resistências que o estado do rim lhe oferece, podemo-nos servir da fórmula física de Poiseuille aplicada à hidrúria:

$$H = \frac{1}{8\pi l} \times \frac{pS^2}{V}$$

em que l representa o comprimento dos vasos do rim, p diferencial de pressão *(puls-druck)*, S a secção dos vasos glomerulares, V a viscosidade sangüínea.

Embora os fenómenos bioquímicos se não comprazam com ser explicados por fórmulas matemáticas, aquela foi no entretanto aplicada por Martinet que dela deduziu os dois coeficientes: esfigmo-hidrúrico e esfigmo-renal e com resultados favoráveis.

Embora nos azotémicos V seja variável, deve dizer-se que H é uma grandeza sobretudo variável com pS^2.

Representando *l* o comprimento dos vasos renais, pequena ou nula é a sua diferença em relação ao normal.

Como o sindroma azotémico ou hipertensivo é a tradução clínica duma nefrite intersticial, como regra, S^2 diminue. Portanto, para que H persista com o mesmo valor, necessário se torna que *p* se eleve. Mas a elevação do *puls-druck* sòmente *pode fazer-se à custa dum aumento da energia contráctil do miocárdio.*

Outro factor intervém ainda, no entretanto, para exigir do miocardio um excesso de trabalho.

É a redução da concentração máxima do rim para a uréia e outros elementos dissolvidos no sangue e que normalmente se excretam ao nível dos rins.

Supondo que a concentração máxima da uréia é de 40 ‰ e que 20 gr. é o pêso de ureia eliminada durante o dia correspondente a uma alimentação ordinária, bastaria uma diürese de meio litro por dia para carrear toda a uréia formada.

Mas se a concentração máxima se reduz a um quarto, 10 ‰, como é freqüente nos casos de nefrite azotémica avançada, só uma diürese quotidiana de 2 litros pode bastar.

É por isso que nestes doentes a poliúria hídrica e a polidipsia são dois dos mais constantes sintomas emquanto se não rompe o equilíbrio de saturação.

Basta então reparar para a fórmula para nos convencermos de que êste acréscimo de H só pode ser compatível com um aumento de *p* — (porquanto S^2 continua a diminuir) — e que *p* só cresce com um maior dispêndio de reserva cardíaca.

A energia cardíaca só vai até onde pode ir. Por isso a certa altura o coração cai em *surménage* e a azotemia passa a ser da responsabilidade de duas causas: insuficiência ureo-secretória e a asitolia.

*
* *

O fígado é outro órgão servindo de sentinela avançada no sindroma azotémico a ponto de Teissier se servir dos seguintes termos quando observa o grau decrescente da taxa uréica com o grau crescente dos fenómenos tóxicos:

«... il semble bien qu'on soit autorisé à imputer la précocité des accidents mortels à l'importance de l'imperméabilité rénale rapprochée de la carence des propriétés défensives du foie».

Não se cança, no decurso do seu trabalho, de emitir a idea de que os acidentes são mais tardios mais tórpidos na sua marcha quando o fígado funciona bem e mesmo superabundantemente.

Invoca para isso alguns factos entre êles o da tolerância da azotemia nas creanças em que o figado, como se sabe, possue desenvolvimento relativamente maior que nos adultos; outro o da evolução tórpida da nefrite azotémica nos indivíduos gotosos cuja discrásia está — na opinião da escola Inglesa — em relação com a função directa da hiperactividade hepática; que na nefrite saturnina, finalmente, de sintomas bem graves as alterações hepáticas sobrepujam as do epitélio renal.

Os fenómenos azotémicos constituem função do equilíbrio funcional de três órgãos: rins, coração e fígado, sendo indispensável para um juízo conveniente o estudo bem orientado da actividade de cada um dêstes órgãos; e, o estudo das funções hepáticas, se é menos importante, nem por isso deixa de esclarecer, por vezes a patogenia de certas formas de uremia, e nem por isso deixa de possuir uma aplicação prática imediata.

Êle pode também esclarecer a evolução assim como a terapêutica.

O aumento de energia cardíaca ou hepática nos brighticos azotémicos, mas sobretudo cardíaca, é como que um protesto dêstes órgãos contra o déficit funcional renal contra a resistência à excreção dos produtos nocivos ao organismo e de que o sangue tem precisão de se desprender.

A certa altura, porém, um dos órgãos ou ambos ao mesmo tempo rompem o equilíbrio e a concentração da ureia no sangue só é aumentada à custa de acidentes de alta gravidade.

É a fase última da azotemia; a étape última do próprio período de saturação.

Mas, coisa interessante, o grau de saturação máxima não é representado por um número constante, uma taxa uniforme ou contida dentro de limites estreitos. Se é certo que doentes se têm conhecido com uma taxa uréica no sangue de 3 e 4 gr., sem grandes perturbações, outros há que com taxas ligeiras pouco superiores ao normal são atingidos de acidentes graves.

Um exame minucioso das urinas e substâncias dissolvidas, de doentes desta natureza, tem conseguido surpreender uma diminuïção da eliminação dos fosfatos embora normal a

eliminação uréica; e esta circunstância associada ao conhecimento que existe da acção excitomotriz dos sais de C*a* e de M*g* no cortex cerebral, dão a suspeita de que a retensão do P seja, em grande parte pelo menos, a responsável pelos acidentes eclâmpticos. Muitos autores perfilham esta opinião.

*
* *

Eis pois um resumo das diferentes cambiantes que a taxa uréica sangüínea pode apresentar no desencadeamento do sindroma azotémico. ¿Como explicar esta aparente discordância?

Embora alguns investigadores já em 1913 na França se tivessem entregado a estudos sôbre o coeficiência de relação azotémica, como Courmont, Boulud, Savy e Perducet (1), Brodin (2), e Mouriquand (3), a verdade é que essas determinações visavam sobretudo o estudo da função ureogénea do fígado.

Se Morel e Mouriquand além destas determinações nos estados de manifesta alteração hepática a aplicaram também sistemàticamente no sôro dos brighticos puros, foi no entretanto sem grande interêsse de prática clínica.

Fôsse como fôsse, a verdade é que esta ordem de investigações induziu-nos a pedir no Laboratório de análises clínicas dos Hospitais de Coimbra a determinação dêsse coeficiente para o doente da nossa observação atrás exposta quando precisamente encontrávamos numa segunda prova uma diminuïção da uremia e os fenómenos de intoxicação uréica eram mais pronunciados.

É pena não o termos determinado também, antes de todas as funções defensivas contra a azotemia terem perdido todo o equilíbrio.

Estabelecido o *contrôle* dos dois números obtidos antes e depois da rutura dêsse equilíbrio, com mais alguns elementos de apreciação poderíamos jogar.

---

(1) Courmont, Bourlud, Savy e Perduced — *Sur le coefficient azoturique du sérum — Soc. Med. Hosp.* Paris, pág. 259, 1913

(2) Paul Brodin — *Les variations de l'azote résiduel du sérum. Leur importance comme signe d'insuffisance hépatique.* These de Paris, 1913.

(3) Morel e Mouriquand — *Urémie et azotémie — Soc. Med. Hosp.*, Paris, 1913, pág. 266.

Desalbuminizado o sôro, foi o azote total determinado pelo processo de Kjeldahl e o azote uréico pelo processo do hipobromito.

Alguns autores afirmam o pouco rigor da dosagem uréica pelo processo volumétrico alegando que não só o azote uréico mas ainda o azote residual são libertados.

Não deve ser assim.

O seguinte quadro de Chabanier e Ibarra-Loring, que resume os resultados da comparação dos dois métodos em algumas observações:

	Processo de Fosse Ureia ‰	Processo pelo hipobromito Ureia ‰	Excesso obtido pelo hipobromito
1.º soro	0,311	0,304	— 0,007
2.º »	0,392	0,410	+ 0,018
3.º »	0,400	0,400	+ 0,018
4.º »	0,410	0,410	— 0,018
5.º »	0,507	0,480	— 0,017
6.º »	0,540	0,525	— 0,015
7.º »	0,760	0,720	— 0,040
8.º »	1,690	1,670	— 0,020

mostra bem que se duma maneira geral, o método do xandritol — que todos os autores concordam que doseie apenas o azote uréico — dá algarismos que em relação aos fornecidos pelo método do hipobromito são mais fracos, essa diferença é no entretanto tão exígua que apenas poderia corresponder à libertação duma pequeníssima parcela de azote residual.

Mas supondo que tal se deu, tendo obtido para coeficiente o número 57,1 ‰, se tivessemos empregado o método de xantidrol também conhecido pelo método de Fosse, teríamos obtido um número ainda inferior, denotando maior quantidade de azote residual.

Esta observação deixou-nos a suspeita de que o azote residual fôsse o principal responsável pela patogenia e evolução dos fenómenos urémicos.

Apesar de Chabanier e o nosso conterrâneo Castro Galhardo terem já ao tempo da nossa observação publicado o seu primeiro trabalho sôbre a importância do azote residual, nos C. R: da Sociedade de Biologia, de 5 de Maio de 1920, só na Presse Médical de 18 de Setembro do mesmo ano

viemos a ler o primeiro trabalho especial sôbre o assunto, dos mesmos autores, e mais tarde ainda a tese Castro Galhardo (1).

Como desalbuminizante empregaram o ácido tricloracético. Na dosagem do azote total o processo de Kjeldahl segundo a técnica indicada por Bertrand-Thomas (2); na dosagem do azote uréico o processo de Fosse.

Conclue o colega Castro Galhardo que nos indivíduos normais a taxa de azote residual é de 0,153 ‰ podendo no entretanto, nos indivíduos que seguem um regimen azotado excessivo ir até 0,250 ‰.

Conserva o valor normal nos diferentes estados mórbidos que se não traduzem por acidentes chamados urémicos, mas quando estes sobrevêm o A. R. eleva-se de 0,50 gr. a mais de 1 gr. ‰ sem que, no entretanto, haja relação absoluta entre a gravidade dos sintomas e o valor daquela taxa.

Doseados o A. uréico e o A. R. em azotémicos com e sem acidentes, poude verificar que o prognóstico imediato dos azotémicos fôra fornecido pelo valor da taxa de A. R. do plasma, e que em indivíduos com grandes uremias nunca as perturbações urémicas apareceram emquanto normal o A. R.

Como exemplo interessante cita a observação duma doente com uremia de 4 gr.

*
* *

Não se pretende invalidar as leis Widalianas. Elas verificam-se na maior parte das vezes; e basta o facto de ser muito mais simples a determinação do azote uréico do que a do azote R. para que aquele não perca o seu merecimento clínico e conserve ainda toda a actualidade.

O que expomos é apenas uma tentativa de explicação patogénica e clínica nos casos que parece quererem derrogar aquelas leis.

Mas o que continua sem explicação é o facto de na maior parte dos casos, determinadas taxas de ureia sanguínea, pre-

---

(1) Castro Galhardo — *Contribuïção para o estudo do mecanismo e prognóstico da uremia* — Tese de 1921.

(2) Bertrand-Thomas, — *Guide de Chimie Biologique,* 1910, pág. 19 e 1919, pág. 23.

nunciarem, com certa correcção, os fenómenos urémicos, conhecida como é a pequena toxicidade da ureia.

Teissier apresenta apenas uma opinião mal fundamentada quando diz:

«Si nous nous reportons au phenomène bien connue de la *reversibilité des actions diastasiques,* il ne serait pas impossible de trouver, dans cette concentration même de l'urée, la raison exclusive des phénomènes d'auto-intoxication par simple accumulation d'urée. Toutefois, l'action toxique pourrait ne pas relever directement de l'influence de l'urée retenue en excès, mais résulter de la transformation en ammoniaque sous l'influence d'un ferment.

«Car les ferments hydrolysants, qui existent normalement dans le sang et les tissus sont vraisemblablement capables d'hydrolyser l'urée à la façon de l'uréase lorsque cette urée atteint, dans le sang, un degré de concentration déterminé. Rien ne s'oppose donc à ce que la concentration maxima de l'urée dans le sang ne puisse devenir, par suite d'un phénomène très simple d'hydrolyse, la source d'une transformation moléculaire aboutissant à la formation d'ammoniaque».

Admitindo-se que o amoníaco desempenha uma acção importante na patogenia da uremia, reabilita-se a antiga teoria de Frerichs, do século XIX, que grandes discussões ventilou, acabando por se assentar mais ou menos, naquele tempo, na sua insuficiência não só por se desconhecer a toxidez do amoníaco como ainda se desconhecer a presença de certos fermentos que a teoria exige.

«Os resultados das experiências de Carnot Gerard e M.lle Meissonnier sôbre o papel tóxico do amoníaco, contradizem as opiniões antigas:

«Em injecção intravenosa, dizem os autores, — a acção da uréase é extremamente rápida. A destruïção total da ureia é quasi instantânea e o animal morre em amoniemia dentro de 2 ou 3 horas.

«O animal resiste se a uréase injectada não produz amoníaco em quantidade superior à que o fígado pode chegar a transformar de novo em ureia; ultrapassando êsse limite sobrevem logo a intoxicação do tipo cerebral caracterizado a princípio por convulsões e depois por coma. Dizem ainda que a morte sobrevem quando a amoniemia atinge o limiar de 0,07 gr. de azote amoniacal por kilograma de animal».

As opiniões contraditorias quanto à acção tóxica do amoníaco resultam da ignorância sôbre o papel compensador e defensivo do fígado que, íntegro o seu parenquima e por-

tanto a sua função ureogénea, transforma ràpidamente o azote do estado amoniacal ao estado uréico. No entretanto, quando essa função está insuficiente — e isso pode ser atestado, segundo alguns autores, pela prova da glicosúria floridzínica — imediatamente os fenómenos aparecem e a morte pode sobrevir como rápido epílogo.

As experiências daqueles que votaram pela não toxicidade do amoníaco eram insuficientes porque provocando ou introduzindo o amoníaco na massa sangüínea, não só ignoravam que o seu desaparecimento sobrevinha dentro dum lapso de tempo mais curto do que o necessário para a produção dos fenómenos tóxicos, como ainda desconheciam a maneira de obstar a êsse desaparecimento.

Na nossa observação é possível que fôsse essa reversibilidade de acções diastásicas que tivesse condicionado a baixa do valor do azote uréico e que os fenómenos urémicos fôssem conseqüência da sua transformação em amoníaco, representando êste, todo ou quási todo o azote residual.

Nem sempre as coisas podem mesmo assim passar-se, decerto; aliás haveria uma relação de causalidade entre o peso de azote R. e a gravidade dos sintomas, o que se não observa. Castro Galhardo é o primeiro a confessar isso:

«Com efeito, diz êle, ao passo que vemos sobrevir a morte em certos indivíduos com taxas de azote residual de 0,50 gr. a 0,60 gr., podemos observar noutros, taxas de 0,70 a 0,80 gr. ou mesmo mais, com sindroma tóxico certamente muito grave, mas que não provoca imediatamente a morte».

Devemos ainda ajuntar que para uma taxa igual de azote não uréico no plasma, os sintomas que constituem o sindroma tóxico não se associam sempre de modo idêntico. «*É pois de presumir que a forma química sob a qual o azote não uréico existe no plasma não é sempre a mesma, assim como é permitido pensar que um estudo analítico mais avançado, permitirá precisar a natureza dos elementos tóxicos azotados e o seu papel patogénico*» (1).

Já dissemos que alguns autores verificaram em algumas doentes eclampticas, um abaixamento considerável na eliminação de P sem grande azotemia.

Hogge, outro relator do referido congresso, insiste nas propriedades convulsivantes dos sais de K.

Em 6 de Janeiro do ano passado Rathery e Bordet, numa

---

(1) Castro Galhardo — *Tese*, pág. 55. O sublinhado é nosso.

Comunicação à Sociedade dos Hospitais de Paris, concluem pela ausência de paralelismo entre o azote R e a gravidade dos sinais urémicos, em alguns casos; e, num novo trabalho de Rathary com Carnot e Gerard, publicada em 15 de Janeiro do mesmo ano, concluem que, se por um lado, se encontram urémicos muito intoxicados, mesmo pouco tempo antes da sua morte, com números baixos de azote residual no sangue, por outro lado, num número elevado de indivíduos o azote R condiciona um prognóstico grave dentro dum prazo curto.

*
* *

Isto demonstra bem como é incompleta a dissociação dos sindromas brighticos correspondentes à retensão das substâncias que só em maior quantidade se eliminam ao nível dos rins, como são a água, ureia e cloretos: sindroma hidrémico ou hipertensivo, sindroma urémico e sindroma cloretémico ou hidropígeno.

É necessário levar mais longe as pesquisas; não ficar apenas no azote residual mas verificar ainda a retensão de produtos que em pequena quantidade se eliminam normalmente como acontece com o fósforo.

*
* *

A extensão da azotemia é tão grande que oferece com que justificar o insucesso operatório, com resultados normais, das diferentes provas de exploração da função renal.

Conhecemos um doente, de regular constituïção física, com aparelhos cardíaco e respiratório normais. Tinha tuberculose renal unilateral.

A urémia e coeficiente de Ambard foram:

Na primeira vez:

$$Ur = 0{,}25 \text{ e } K = 0{,}07.$$

Alguns dias depois tinha

$$Ur = 0{,}26 \text{ e } K = 0{,}068.$$

Feita a nefrectomia morreu dois dias depois, em oligúria com fenómenos convulsilvantes seguidos de coma.

Feita a autópsia nada se encontrou que ao exame anátomo-patológico pudesse convencer alguém de causar a morte.

A ureia que quotidianamente se excreta, lançada no sangue não se elevaria aí a uma concentração superior a 0,5 gr. Se o doente tivesse morrido não em oligúria mas sim em anúria, o que é bem peor, a taxa uréica mais elevada seria 1,25 gr., taxa que por si só é incapaz de produzir a morte.

É forçoso procurar na azotemia a causa da morte e aquela fora do rim; e é por isso que Hogge que no Congresso, perante a tese proposta: «*Des néphrites à syndrome urémique*» encarou o problema mais pelo lado histórico e patogénico que pelo lado clínico, além das formas de azotemia ligadas à oligúria, à impermeabilidade renal ou a ambas conjuntamente, considera uma que é representada pela dessassimilação exagerada e pela desagregação celular, intervindo as injecções, os traumatismos e ainda as intoxicações.

*
* *

Exposto assim o assunto devemos concluir:

1.º — Consideramos os trabalhos de Chabanier e Castro Galhardo, que tiveram comêço de publicação em Maio de 1920, como trabalhos cardinais sôbre os novos aspectos da azotemia. Aí expõem que encontram no azote residual a explicação de alguns fenómenos urémicos e ainda o prognóstico de algumas azotemias, nos casos em que Widal com a taxa uréica no sangue, por si só não consegue explicar.

2.º — A comunicação de Rathery e Bordet cuja publicação data de alguns meses depois, demonstra que nem sempre existe uma relação de casualidade entre o azote residual e a gravidade da intoxicação urémica. Se sempre o prognóstico é grave com taxas elevadas de azote residual nem sempre existe A R em urémicos muito intoxicados.

3.º — Há absoluta necessidade, para melhor compreensão dos fenómenos urémicos, de fazer um estudo analítico, o mais minucioso possível, não só das diferentes substâncias que constituem o A R mas também daquelas que dêle não fazem parte.

4.º — É necessário também fazer o estudo dos sindromas clínicos correpondentes à retensão de cada um dos produtos em especial.

5.º — É impossível pautar uma conduta operatória, com

carácter absoluto, num doente com lesão renal, ùnicamente pelos resultados de qualquer das provas de exploração da função renal até hoje conhecida.

Com coeficientes normais pode sobrevir a morte ou por uma auto-intoxicação post-operatória de que o estado do rim não é responsável, ou por insuficiência renal, já existente ao tempo da intervenção, insuficiência duma função de excreção ainda hoje inexplorável como seja a função fósforo-secretória.

*
* *

Sôbre o problema da azotemia as dúvidas ainda se amontoam.

Na verdade, se ainda hoje se deve adoptar da urémia a definição de Bouchard que a considera como «sendo a intoxicação de todos os venenos que, normalmente introduzidos ou formados no organismo, deveriam eliminar-se pela via renal e disso foram impedidos pela impermeabilidade dos rins» (1), definição ainda adoptada por Hogge e muitos outros; como o rim elimina muitos produtos normais além da água, sais e azote, produtos que a técnica laboratorial ainda hoje não consegue dosear, nem mesmo pesquisar, segue-se que ainda hoje é impossível a definição de urémia.

Eis as primeiras linhas com que o Sr. Prof. Elísio de Moura preambula a sua Dissertação de Concurso à Faculdade de Medicina de Coimbra.

Em 1872, o auctor de um dos mais notáveis trabalhos críticos sôbre o mal de Bright, escreveu estas palavras:

«Le complexus morbide auquel nous donnons communément le non de maladie de Bright est un de ceux qui ont le plus exercé la sagacité des médécins.

«De longs et laborieux efforts ont accumulé d'immenses matériaux autour de cette question, mais au fur et à mesure que l'étude patiente creusait plus profondément le sujet et agrandissait le domaine des faits, les obscurités, les controverses, les incertudes se sont multipliées; d'autre part, dans l'entraînement du travail il est arrivé d'émettre des conceptions erronées sur lesquelles il est, je crois, temps de revenir.

---

(1) Bouchard — *Leçons sur les auto-intoxications*, 1887, pág. 128.

«C'est dans cette conviction que j'ai entrepris ce travail». Assim se exprimia Kelsch.

Transcorridos 28 anos sôbre a sua memória, pode ainda dizer-se que aquelas palavras conservam uma actualidade flagrante, não obstante não ter afrouxado um momento o esfôrço scientífico.

Pois transcorridos mais 19 anos sôbre o trabalho do Sr. Prof. Elísio de Moura diz Hogge em pleno Congresso que «si l'on parcout la littérature médicale, on voit que, depuis cent ans, la question de l'urémie n'a pas fait de grands progrès. Nous nous payons le luxe de mots nouveaux, mais la solution du problème pathogénique de cette intoxication est encore introuvée».

Se o Prof. Elísio de Moura teve razão escrevendo o último período que aí fica, parece-nos que Hogge exagera e é demasiado pessimista porquanto só depois da data da publicação da dissertação do ilustre Professor é que o problema da azotemia se torna mais compreensível, mais scientífico e de raciocinadas aplicações clínicas com os trabalhos de Achard que o encaram sob o ponto de vista patogénico, os trabalhos de Widal e seus colaboradores que o encaram sob o ponto de vista clínico.

Os estudos de alguns sindromas brighticos quer considerada a natureza dos produtos retidos, como o fizeram Widal, Javal, Lemierre e outros, quer considerada a forma clínica com que essa retensão se repercute, como o fizeram Vaquez e Foy, são autênticos progressos de cuja utilidade ninguém tem o direito de duvidar; e, se ainda hoje se antevêm pontos obscuros, mesmo difíceis de colocar-se, atendendo à lógica orientação que ùltimamente tem seguido tão importante capítulo da Patologia, ninguém nos pode dizer que dentro de alguns anos não tenham obtido cabal resolução.

JOÃO PÔRTO.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 3, pag. 136)

Ho sexto Liuro da historia do descobrimento & conquista da India polos Portugueses. Feyto por Fernaõ Lopez de Castanheda. Impresso em Coymbra. Com priuilegio Real. M. D. LIIII. — No fim: *Aqui faz fim ho sexto libro da historia do descobrimẽto & cõquista da India pelos portugueses. Feyto por Fernaõ Lopez de Castanheda. E impresso em a muyto nobre & sempre leal cidade de Coymbra per Joaõ de barreira empremidor da vniuersidade. Acabouse aos iij dias do mes de feuereiro. de M. D. LIIII.*

Fólio, cccviij pag., caracteres gothicos.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Tractado da creação do mundo e dos mysterios da nossa redempção, por Jorge da Silva. Coimbra, Joaõ de Barreira. 1554.

8.º
Apud Innocencio da Silva.

Cronologia seu ratio temporum maxime in Theologorum, atque bonarum litterarum studiosorum gratiam. — No fim: *Conimbricæ apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. M. D. LIIII.*

4.º
É dedicado ao infante D. Antonio, o pretendente. No fim traz uma epistola ao leitor, desculpando a ortographia, de que faz uso: *Sequuti nempe sumus Terentiarum Maurum Terentium, Scaurum, Caprum, Priscianum, Gellium & in*

multis nostrum Resendium in omnium disciplinarum genere consumatissimum.

Apud Barbosa Machado.

É obra de Nicolau Coelho do Amaral.

Monostichon de Primis Hispanorum Regibus liber primus Nicolao Cœlio Maralio authore: Tum eiusdem Auctoris oratio de Hominis suprema dignitate: atque ad Christum Servatorem nostrum deprecatio matutina. Conimbrigæ M. D. LIIII.

A primeira d'estas obras, em hexametros, é dedicada a D. João III; as outras duas, egualmente em hexametros, á infanta D. Maria. No fim está: *Carmen Panegyricum de laudibus Divi Emmanuelis, atque ejus filii Ioannis III. Lusitanorum Regum. Conimbricæ apud Ioannem Barrerium. M. D. LIIII.*

4.º

Apud Barbosa Machado.

Confessionario Romano. Arte de confissam breue, muito proueitosa assi para o confessor como pera o penitente, feyta per hũ religioso da ordẽ de San Bento, que muyto deseiaua a saluação das almas. M. D. LIII. — No fim: *Foy impressa em a muyto nobre e sempre leal cidade de Coimbra per João de Barreira empremidor da Vniuersidade. Acabouse aos XXV dias do mez de setẽb. de mil e Dliiij an.*

8.º, 28 fls. inn., caracteres gothicos, á excepção do rosto. Descripto no *Diccionario Bibliographico,* tom. X, artigo D. Fr. João Soares.

Bibliotheca de Evora.

Esta he a segunda parte da historia da nossa redenção: que se fez pera consolaçã dos que naõ sabẽ latim. Pede ho autor aos leytores que se nela acharem lhe digaõ por amor de Deus hũ Pater noster pola alma. — Este titulo por baixo de uma estampa e tudo enquadrado por tarjas de flores e passaros. A inferior tem o monogramma da auctora, D. Leonor de Noronha, um L, cuja haste perpendicular, mettida n'uma corôa, tem uma penna de cada lado. Pela parte inferior d'esta tarja: *Foi aprouada pela sancta inquisição deste reyno*

de Portugal. — No fim: *A louvor de Deus, & da Virgem gloriosa sua madre. Se acabou a segunda parte da historia da nossa redenção: Impressa em a muyto nobre & sempre leal cidade de Coimbra, por mandado da muyto illustre senhora D. Lionor de Noronha. Por Joaõ de Barreyra imprimidor del Rey na vniuersidade de Coimbra. Aos viij dias do mes Dagosto do anno de 1554.*

4.°

Conimbricæ encomiũ ab Ignatio Morali editvm. (Escudo circular representando as armas de Coimbra; gravura em madeira, assignada HB). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. M. D. LIIII.*

4.°, 20 pag.

Ex: do Sr. A. M. Simões de Castro, que o reputava unico na occasião em que o reproduziu. (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1887). Achou-se, porém, posteriormente um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Michael Cabedius in partum Ioannæ serenissimæ Lusitaniæ Principis. Conimbricæ Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. M. D. LIIII.

8.°, sem numeração (A A iiij B), 10 folios, incluindo o frontispicio.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Ignatius Moralis in interitvm principis Ioannis. — Este titulo por baixo de um brazão de armas reaes, encimadas por viseira, corôa e dragão alado. No fim: *Excvdebat Ioannes Barreira Typographus Regius Conimbricæ Nonis Februarijs. M. D. LIIII.*

4.°, 20 pag. contando com o frontispicio. Não se sabe se foram numeradas, porque as folhas estão muito aparadas.

Ex: do Sr. A. M. Simões de Castro, tendo outr'ora pertencido á livraria Vieira Pinto.

A Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro possue outro, que fôra de Barbosa Machado. Vide os respectivos *Annaes*, vol. VIII, pag. 222.

No verso do frontispicio a dedicatoria: *Serenissimo Prin-*

cipi. D. Antonio fortissimi Principis. D. Ludouici infantis Portugalliæ filio.

Contém mais o opusculo as seguintes composições: *Ignatius Moralis in interitvm Principis Ioannis; Eiusdem Principis Epitaphia.* — Este titulo precedido da seguinte indicação: *Compositum fuit hoc carmẽ cum præcedenti. 18 Calen. Febru. M. D. liiij.*

Mais dois epitaphios: *Ad nacentem prolem serenissime Ioannæ; Deplorat Ioanna Serenissima Maritvm. Hoc Carmen debuit ante præcedens poni, sed fuit excogitatum post excussionem præcedentis; Joannes Princeps recenti fato fvnctvs, et Maria eius soror, in Olympo colloquuntur; Principis Ioannis alius tumulus.*

Historia do galião S. João. 1554.

Barbosa attribue este opusculo a Alvaro Fernandes e dá-o como impresso em Lisboa, por João da Barreira.

Innocencio põe em duvida a existencia d'esta edição, embora não tenha outro fundamento senão o nunca tel-a visto.

A primeyra parte da Cronica do Emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem. — Este titulo pela parte inferior de uma gravura representando o imperador Clarimundo em pé, juncto de um throno, sobre o qual repousa a arvore genealogica dos reis de Portugal. — No fim: *Acabase a primeira parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem tirada de linguagem ungara em a nossa portuguessa per Ioam de barros, e impressa per Ioam da Barreyra, impressor da universidade de Coimbra, com priuilegio que ninguem a possa imprimir nem trazer fora do reyno em outro lengoagem so pena de perder os liuros. Aqual se empremio nesta nobre e sempre leal cidade de Coimbra. A cinco dias do mes de Julho da era de Mil & quinhentos & LV annos.*

Folio, lettra gothica, a 2 columnas, 6 folhas preliminares, 192 folhas.

Exemplar descripto em Gallardo sob n.º 546, tendo pertencido á Bibliotheca de D. José de Salamanca, sendo o que hoje, ao que suppomos, está em poder do Sr. J. F. das Neves.

Innocencio, em vez de 1555, põe 1553; egual erro em Brunet. Barbosa Machado diz que a primeira edição d'esta obra fôra estampada em 1520, em Coimbra, por João da Barreira, o que é inadmissivel. Foi n'este anno que Barros leu em Evora a D. Manuel o seu romance, provavelmente em manuscripto. Eis como elle narra este episodio na dedicatoria da sua *Asia:*

«Porque como esta materia, de que eu queria tractar, era dos triumphos deste Reyno, dos quaes não se podia falar sem licença do auctor delles, que naquelle tempo deste meu proposito era elRey vosso padre de gloriosa memoria: estando sua Alteza em Euora o anno de quinhentos & vinte, lhe apresentei hum debuxo feito em nome de vossa Alteza, porque com este titulo ante elle fosse acepto. O qual debuxo não era algũa vatrachomiomachia, guerra de rãs & ratos, como fez Homero, por exercitar seu engenho, ante que escreuesse a guerra dos Gregos & Troyanos: mas foi hũa pintura metaphorica de exercitos, & vitorias humanas, nesta figura racional do Emperador Clarimũdo, titulo de traça (conforme a edade que eu então tinha) a fim de apurar o estilo de minha possibilidade pera esta vossa Asia.»

Reverendi Patris Fratris Hieronymi ab Oleastro Lvsitani, Prædicatorii Ordinis, ac Sacræ Theologiæ Professoris, atque hæreticæ prauitatis apud Inclytam Olyssipponem Inquisitoris Cõmentaria in Mõsi Pentateuchum, iuxta M. Sanctis Pagnini Lucensis eiusdẽ ordinis interpretationem: qvibus Hebraicá veritas exactissime explicatur: & quæ ad morum compositionẽ aptari possunt: ex ipsius literæ penetralibus seorsum annectuntur... Olyssippone apud Iohannem Barrerium Regium Typographum Anno a nato Seruatore nostro Iesu Christo. M. D. LVI.

Folio, 8 pag. inn., incluindo frontispicio, elenco da obra, epistola ao Cardeal D. Henrique e prefacio; 315 pag. mais 5 innumeradas.

Exemplares da Bibliotheca da Universidade e da Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Só os Commentarios ao primeiro livro do Pentatheuco é que são impressos por João da Barreira; os Commentarios aos quatro restantes livros (Exodo, Levitico, Numeros e Deuteronomio), cada um dos quaes formando volume á parte, foram impressos, no mesmo formato, em Lisboa, officina de

João Blavio, em 1557 e 1558. A collecção completa nem sempre se encontra reunida.

De obitu Serenissimi Principis D. Ludovici Portugalliae Infantis Dialogus cum aliis Epigrammatis. Olysipone, apud Ioan. Barrer. Typ. Reg. 1556.

8.º

É de Jeronymo Cardoso.

Descripto na *Bibliotheca Lusitana,* de Barbosa Machado.

Ordenaçam da ordem do juyzo. Com priuilegio real. — Este titulo, em caracteres redondos, dentro de um portico. A ordenação principia no verso do frontispicio, sendo esta lauda em redondo, e o resto em gothico. — No fim: *Foy impressa esta ordenaçam da ordem do juyzo per mandado del Rey nosso senhor, em a cidade de Lixboa. A vinte sete dias do mes de Março. De mil & quinhentos & cincoẽta & sete años. Per Joaõ de Barreyra imprimidor del Rey.*

Folio, marcação de 8.º, A A iiij, 8 folios innumerados.

Bibliotheca Nacional de Lisboa, 1083 verde. Encadernado com o *Repertorio dos cinqvo livros das Ordenações* de Duarte Nunez do Lião, Lisboa, por João Blavio, 1560.

Confessionario ou interrogatorio breve para os confessores perguntarem aos penitentes. Coimbra, por Joaõ da Barreira, 1557.

8.º

É de frei João Soares.

Vide o respectivo artigo no *Diccionario Bibliographico.*

Dos priuilegios & prærogatiuas q̃ ho genero feminino tẽ por direito comũ & ordenações do Reyno mais que o genero masculino. Apud Iohannẽ Barreriũ Regium Typographum. Anno Domini 1557.

Este titulo, a preto e vermelho, debaixo de um escudo d'armas, e dentro de um quadrado formado de gravuras, de flores e passaros.

4.º, 106 pag.; o ultimo folio do texto por numerar, assim como o folio que contém a lista dos auctores citados. Os cadernos são rubricados A, A iiii; mas são de 4 folhas, todas ellas rubricadas.

O auctor da obra é Ruy Gonçalves, segundo se vê d'este periodo final:

«Outros muitos priuilegios & prerogatiuas (Serenissima Senhora) aplicam os doctores ao genero feminino em diuersos lugares, mas porque os mais delles foram principalmente jntroductores em fauor do dote das molheres, & estam jũtos em algũs tractados, he escusado referilos neste, por nã parecer que se trasladam trabalhos alheos: de que deseja fugir ho licenciado Ruy gonçaluez lente, que foy da jnstituta & dos digestos na vniuersidade de Coimbra, e agora jndigno aduogado da corte & casa da supricaçam, ho qual humilmente pede a V. A. (Poderosissima Senhora) que aceite em seruiço este pequeno trabalho, & em satisfaçam delle lhe faça merce de lhe perdoar a temeridade & ousadia que teue em dedicar a V. A. tractado de tam jnfima erudiçam & doctrina. Lavs Deo.

«Visto & examinado pelos deputados do sancto officio em Lixboa».

No verso do frontispicio duas poesias latinas de Pedro Fernando, filho do auctor, a primeira das quaes é muito interessante por desculpar o auctor de escrever em portuguez:

Candide si forsan lector mirabere, lingua,
Hoc uulgi quæ condidit author opus.
Desine mirari potui scripsisse latine:
Et Romana librum cogere verba loqui.
Sed patrium potius sermonem maluit ille
Ditare: & ciuem se perhiberem bonum.
Quam latiam culto linguam sermone polire,
Et lignam in sylvam ferre: & in æquor aquas.
Hoc (vt nil dubites) prisci fecere Catones:
Ennius, & Plautus, Cæciliusque grauis:
Hoc & unctutos legimus fecisse cethegos:
Qui patriæ auxerunt sic edioma suæ.
Quin etiam indoctis volunt doctisque placere:
Officioque omnes demeruisse suo.

Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem dois exemplares d'esta obra; um d'elles em bom estado; o outro maltractado. Salvá possuia um, que descreve no seu Catalogo sob n.º 3:684. Conhece-se outro exemplar na Bibliotheca da Universidade.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 3, pag. 147)

Para bem se compreender a determinação contida na parte final do documento acima transcrito, concedendo aos de Marvão a liberdade de pescarem nas ribeiras do termo, será necessário esclarecer que a caça e a pesca constituíam, nesse tempo, direitos inerentes ao domínio do solo, competindo, por isso, sem restrição alguma, ao senhorio que, no caso presente, era o rei. Nos diplomas constitutivos dos concelhos o direito de caçar e pescar na respectiva área jurisdicional ou ficava dependente da autorização do senhorio da terra, ou então ficava livre a todos a faculdade de caçar e pescar, mediante o pagamento dos respectivos tributos marcadas no foral. Assim acontecia em Marvão cujo foral determinava, quanto à caça e pesca, que por cada carga de pescado se pagasse um sôldo; por cada carga de coelhos de cristãos se pagassem cinco soldos; por cada carga de coelhos de mouros um morabitino; por coiro de cervo e de gamo três medalias; de um forão dois dinheiros (1).

---

(1) *Morabitino* ou *maravidil* era uma moeda que corria no princípio da monarquia. Havia maravidis de ouro que teriam hoje o valor intrínseco de mais de 500 reis, e maravidis de prata ou maravidis velhos, pelos quais se faziam a maior parte dos contratos e transacções do século XIII. Foram depois reduzidos, no reinado de D. Manuel, à quantia de 27 reis, sofrendo, porém, êste valor ainda algumas alterações.

Dinheiros ou *denários*, hoje designação geral de toda a moeda, eram de cobre nas épocas anteriores a D. João I, equivalendo doze dinheiros a um soldo.

A *medalia* ou *mealha* era metade de um dinheiro partido com faca, tesoura, ou outro instrumento A mealha pesava pois metade de um dinheiro, e foi êste nome que deu origem à palavra *mealheiro*. (*Elucidário* de Viterbo).

Eram êstes os direitos de portagem estabelecidos no foral dado à vila, relativos à caça, pesca, e à entrada de coiros de cervo e de gamo, animais que então abundavam nos matos do concelho e cuja carne se vendia nos açougues para o consumo público.

Uma outra providência de D. Denís também comprovativa da cuidadosa atenção que êste rei vinha dispensando à vila e seu termo, consta de uma carta de 25 de Janeiro da era de 1321, pela qual se ordenava a Afonso Teles, alcaide do castelo de Marvão, que fôsse inspeccionar como estavam abastecidos de armas, de vitualhas e de guarnição os castelos de Portalegre, Vide, Arronches e Monforte, devendo ir acompanhado de um tabelião, o qual devia dar testemunho do resultado dêsse exame. Quanto ao castelo de Marvão incumbia o rei os tabeliães da vila de igual deligência, recomendando-lhes que fizessem ao alcaide fiel relato do estado em que encontrassem as coisas do município, devendo o alcaide, por sua vez, enviar ao rei as informações e os documentos lavrados pelos tabeliães (1).

Os monarcas sucessores de D. Denís continuam a série de providências destinadas a desenvolver a agricultura do concelho, e conseqüentemente a dar novos impulsos ao crescimento da sua população.

No reinado de seu filho D. Afonso IV, por carta passada na cidade da Guarda em 19 de Agôsto da era de 1373, é coutada uma herdade composta de quinta e soveral, no termo de Marvão, denominada *Azinhal,* herdade que o concelho adquirira por compra feita a Gonçalo Pacheco, e a cujo poder viera pelo facto de ter casado com a viúva de Gonçalo Tavares. Havia êste exercido o cargo de alcaide-mór do castelo de Portalegre, e a êle fôra deixada a referida herdade na herança de Girall Geisalho, a quem D. Afonso IV concedera o primitivo privilégio dêsse couto, como se comprova pelo texto do diploma seguinte:

«Dom Afomso per graça de deus Rey de purtugall e do alguarue a vos Ruy Lopez veador da mjnha justiça amte tejo e odiana e nos outros lugares que vos

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Diniz*, liv. 3.º, fl. 134.

Gama Barros — *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII e XV.*

per my sam deuysados saude sabede que girall geisalho, meu vasallo me dise que ele comprou huma quymtaa em termo de maruaão qme chamam azinhall e que fez hy huũa casa pera meu serviço e diz que a dita quimtaa ha huũ souerall. E que de tempo amtiguo foy sempre o dito souerall coutado de lamde de sam miguell de setembro ataa primeiro dia de Janeiro. E queo outrosy todo ho outro tempo do anno foy sempre coutado que nom talhasem hy o souerall e diz que elle traz hy seus boys e seus gados da dicta quimtaa e pediome por merçee lhe mandasse hy dar huũa coutada em que podem criar os ditos seus gados aguisadamente. Eu vemdo o que dizia E queremdolhe fazer graça e merçee tenho por bem e mando que vades ao dito azinhall e chamedes hi os juizes e procurador da dita villa de maruaão e dadelhe hy huũa coutada aguisadamente Segumdo virdes que lhe hy compre pera seus boys e pera seus gados de guissa que ello possa criar em essa coutada que lhe assy derdes seus gados. E que esse comçelho nam rreçeba hy agrauamento omde all nom façades e o dito girall gueisalho ou alguem por elle tenha esta carta dada em a guarda a xix dias dagosto. ElRey ho mandou per lopo fernamdez ssenhor de ferreira Joham lopez a fez era de mill iii^{c}lxx iii annos lopo fernamdez ouue a dita carta por leuada ao dito Ruy lopez a fez obediemte ao mandado do dito ssenhor Rey e a comprir a sua carta dise aos ditos Juizes e procurador que fossem com elle E leuassem homẽs boõs da dita villa quuaes emtemderem que eram pera esto e pera verem aquelle lugar em que ElRey mandaua dar a coutada a Girall Gueisalho E que eu fazia assy como era vomtade delRey de guissa que o dito girall gueisalho podesse manter os seus gados e nom fosse agrauamento ao dito comçelho e foram hy e viram a dita erdade e achou per comfisam dos ditos juizes e procurador e dos homẽs boõs que hy foram pera esto que aquele lugar fora coutado de tempo amtigo assy como he coutado na carta delRey que o dito girall gueisalho mostrou e o dito Ruy lopez falou com os ditos Juizes e procurador e homẽs boõs que alla foram e diselhes que lhe disesse per hu era guisado de darem aquela coutada ao dito girall gueisalho e elles diseram que era guisado de lha darem per este logo

per agoa de melenca como per o rryo e com o cume do castello velho e como parte per o cume vertente agoa e como se uay direito a agoa das lageas e como se mete na agoa de maruaão e como se uay agoa de maruaão meter na agoa de melenca açima e agoa de melenca ataa quelle logo hu se começaram as diuisoões asy como assy como partia no tempo de dom domingos e fradegoo seu filho. e os outros que a ouueram e pera ser mais çerto desto fez o dito Ruy lopez apregoar o comçelho pera esto ao adro de santa maria aly hus ssoe de fazer o comçelho e mostrou lhe o dito feito assy como era deuisado pollos que la foram e achou per todos guisado de lha darem por aquelle loguo e que assy outorgauam todos. E que assy era guysado com esto que algumas erdades alheas que fazem em estas diuisoões e que as ajam seus donos issemtas e as lograsem assy como ataa quy lograram e se as o dito Girall Gueisalho ouuesse em alguũ tempo elle ou seus filhos ou seus soçesores per compra ou per outra Razam quall quer que lhe ficasem coutadas assy como esta que ora ha e o dito Ruy lopez per autoridade da dita carta e com outorgamento do dito comçelho todos em huũ coutamos lha pera todo sempre do paçer e da lamde e de talhar e de caçar e de todallas outras cousas. que nehuũ nom seja ousado de hy fazer nehuũ desaguisado. E aquelle que hy achar no tempo da lamde com os porcos da manada quatro marrões como foy ataa quy e dos que hy talharem ou caçarem sesenta soldos assy como das outras coutadas da terra e eu tabaliam per mandado dos ditos Juizes e procurador e comçelho e per mandado do dito Ruy lopez esta carta com minha maão propria escrepuy e mandaram os ditos Juizes que posese hy o sello do dito comçelho e o dito Ruy lopez disse que poria ho seu sello: feita a carta em maruaão no adro de samta maria a VIII dias de dezembro era de myll IIIc lxx III annos. testemunhas que presentes foram pero dominguez e afomso doliueira e dominguos martins, estevam casado, afomso annes, Afomso piriz carualho, dominguos leuazinho, louremço piriz, domingos giraldez probeiço, Joham louremço, domingos beremdo e outros muytos eu sobredito tabaliam que a rroguo e mandado dos sobre ditos esta carta com minha maão propria escrepuy. E em ella este meu sinall

> pusse que tall he. Eu bertolameu Reimondo pruuico tabaliam de nosso senhor elrey em maruaão a este presente fuy e quy meu sinall pusse em testemunho de verdade (1).

Esta carta foi depois confirmada pelos reis D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel (2).

Como se vê do texto do curioso documento, o acto da sua assinatura dá-se como realizado no adro da igreja de Santa Maria, a mais antiga da vila. O adro das igrejas era então o lugar onde se realizavam não só as cerimónias religiosas, como também todos os actos profanos da vida municipal, servindo ao mesmo tempo de tribunal onde se administrava justiça, de mercado e lugar onde se realizavam os contratos e decidiam os negócios e transacções. A pretexto das festas religiosas, diz Gama Barros, ali se dançava e cantava, ali se celebravam os jogos e os primitivos autos e representações. O adro da igreja era, pois, o centro de toda a vida política, económica e religiosa, de toda a vida social dos nossos velhos municípios. Ainda hoje, em algumas das nossas mais escondidas e mais calmas aldeias onde os costumes tradicionais se conservam muis puros, mais profundos e indissolúveis, o adro da igreja paroquial, nas festivas manhãs de domingo, poderá dar-nos evocadora ideia da vida e animação dessas primitivas assembleias, dêsses ruïdosos conclaves populares nas remotas eras da Idade-Média, e ao alvorecer da nacionalidade portuguesa.

Uma outra providência tendente a beneficiar os habitantes de Marvão foi ordenada pela carta que a seguir também julgamos de interêsse transcrever, dirigida ao almoxarife da vila de Portalegre, a quem se recomendava que não impozesse qualquer pena nem *filhasse* os mantimentos que os recoveiros e quaisquer pessoas desta vila levassem para Marvão.

Reza assim o documento:

> «Dom afomso per graça de deos Rey de portugal e do algarue. A uos almoxarife de portallegre Saude. Sabede que o concelho de maruam me emuiou dizer que algũus ueem aa ditta uilla com mandas e que nom

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. I, fl. 173 v.
(2) Idem, *ibidem*, liv. 1.º, fl. 173 v.

sabem ho costume da uilla ou por escaymento uendem e nom ho fazem saber a nos que uos leuades delles sasemta reaes por que dizem que nom sam em foro que uos dizedes que leuades por que os outros almoxarifes que foram ante uos que asy os leuaram e usavam de leuar. E pediram me por mercee que a esto lhes ouuesse algũu Remedeo. Ca por esta Rezam os aRecoueiros nom querem trazer as mandas aa ditta uilla. E eu ueendo o que me emuiaram pedir. Tenho por bem e mandouos que se forem tam estranhos que nom ajam Rezam de saber esse costume uos nom lhes filhedes nem mandedes filhar a ditta pena. Outrosy me emuiaram dizer que em no foro da ditta villa he comtheudo que todo homem pyam que leuar carrega em seu collo que paguem hũu dinheiro em que ora uos leuades e mandades leuar dellos uinte dinheiros de cada hũu. E pediades me por mercee que uollo mandasse correger ca era gram dampno ao ditto concelho. E eu uemdo o que me pediam Tenho por bem e mandouos que saybaes como se sempre usou e por quanto tempo asy mo emuiade dizer Al nom façades. Dante em Samtarem a xxv dias de julho. El Rey ho mandou per meestre pedro e meestre Joham das leis seus uasallos. Fernam Roiz a fez era de mil e IIIc lxxx bJIIo Annos» (1).

Ainda mais importante do que esta a que acabamos de nos referir, foi a providência do rei D. Pedro ordenada no mesmo intuito de dar impulso à população da vila e do seu termo. Queixava-se o concelho do agravamento que recebia e dos prejuizos que resultavam de se tirarem os mancebos para irem servir no Algarve, obrigando-os ao pesado tributo das *adúas,* facto que muito concorria para o despovoamento da vila.

Em vista, pois, destas justas e fundamentadas queixas, e para obstar aos inconvenientes que essas levas de mancebos válidos traziam à economia e à agricultura do concelho, determina o rei, na carta que a seguir mostramos, que os mancebos *não* pudessem ser obrigados a sair, de futuro, para fóra da vila, e que todos aqueles que para ali

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana,* liv. 5.º, fl 180 v.

fôssem transferidos de outras comarcas não pudessem ser presos:

«Dom pedro polla graça de deus Rey de portugal e do algarue. A todallas justiças dos meus Reynos que esta carta uirdes. Saude sabede que o concelho e homẽs boõs de maruam me diseram que a ditta uilla estaua muy despouorada e mingoada de companhas. E que estava em ponto de seer mais. e que esto era por que eram constrangidos pera hyrem seruir ao algarue e de hir aduas pera fazer castellos e casas e cauas em outras comarquas darredor. E pediram me por mercee que os escusasse dos dittos encarregos e que lhes desse liberdades por tal guysa que a dita uilla fosse melhor pouorada e mantheuda e se nom despouorasse mais. Outrosy me disseram que elles eram muy mingoados de mancebos e de seruidores de fora da ditta uila que foram constrangidos pera morar e seruir com seus amos se fogirem pera a ditta villa e hy quiserem morar e seruir por suas soldadas e preços que os nom prendessem nem os enuiassem aos lugares onde fugiram posto que lhos sobre ello sejam mostradas cartas dos concelhos dos lugares onde sam naturaes e moradores. Outrosy me disseram que a ditta uilla estaua em logar de grande frontaria e que lhes era compridoiro de trazer suas armas per a ditta uilla e termo della e pediram sobre todo mercee. E eu ueendo o que me pediam E querendolhes fazer graça e mercee. Tenho por bem e mando que os moradores que costumadamente morarem e pouorarem na ditta uilla e termo della nom sejam constrangidos pera hyrem seruir ao algarue nem em aduas nem outros logares nehuũs. Outrosy querendo lhes fazer graça e mercee. Tenho por bem e mando que os mancebos e seruidores de fora da ditta uilla de maruam e termo que forem constrangidos pera seruir e fugirem a seus amos pera a ditta uilla e hy quiserem morar e servir por suas soldadas costumadamente, que nom sejam prezos nem emuiados aos lúgares de hu fogirem posto que lhes sobre ello sejam mostradas cartas dos concelhos onde asy fugirem e forem naturaes. Saluo se for per meu especial mandado. E se os dittos mancebos leuarem alguũas cousas a seus amos ou lhes forem obrigados os juizes do ditto logo de maruam os ouçam sobre ello e façam o

que for direito. E outrosy querendo lhes fazer graça e mercee Mando que os dittos moradores de maruam tragam suas armas per a ditta uilla e termo della. E mando ao alcayde e justiças da ditta uilla que lhas nom filhem nem lhes ponham sebre ellas embargo nehuũ. Saluo se lhas acharem trazer de noute aas desoras, ou de dia fazendo com ellas o que nom deuem. Em testemunho desto mandei dar ao ditto concelho esta minha carta. Dante em portallegre IX dias de Julho. El-Rey ho mandou Pedro Afonso a fez. Era de mil IIIXCIX Annos» (1).

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. 5.º, fl. 181.

LIVROS RECEBIDOS

— Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Neue Ortho-Isomerie der Amidoazokörper in der Naphtalinreihe. — Umlagerung der Diazoamidokörper in die Amidoazokörper, por Basil Macalik. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1917.

Anwendung der stereographischen Projektion auf Konstruktionen im nichteuklidischen Raume, por Ernst Metzler. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1916.

I. *Zur Konstitution der Diazoanhydride. — II. Einwirkung von organischen Säurechloriden auf Phenyldiazomethan-o-karbonester. — III. Einwirkung von anorganischen Säurechloriden auf Diazoessigester*, por Charles Maechling. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1916.

Über 1,4-chloroxy-anthrachinon, por Achille Genzetti. Zürich, Druck von Gebr. Leemann & Co., 1916.

Beiträge zur Kenntnis aliphatischer Diazoverbindungen, por Alice Gaule. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1916.

Über den Einfluß von Substituenten auf die Ketengruppe, por Hermann Schneider. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1916.

Die magnetischen Eigenschaften Nickel-Kupfer-Legierungen, por Max Alder. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1916.

Über Ketenkarbonester. Beiträge zur Kenntnis der aliphatischen Diazoverbindungen, por Hermann Hirzel. Zürich, Druck von Gebr. Leemann & Co., 1916.

Die Magnetisierungskoeffizienten der Kupferlösungen im Lichte der Magnetontheorie, por Marie Jacobsohn. Zürich, Buchdruckerei J. F. Kobold, 1916.

Stationsdeckungs- und Blocksignale. Ein Beitrag zur Sicherung des Eisenbahnbetriebes, por Adolf Gutzwiller. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1915.

Beiträge zur titrimetrischen Bestimmung des Antimons, Zinns, Titans, Eisens und Urans, por Wilhelm Boller. Zürich, Buchdruckerei J. J. Meier, 1915.

Über die Zerstörung von Morphin und Morphinderivaten bei der Entwicklung von Hühnerembryonen, por Max Grüter. Leipzig, 1915.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura..... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 5

1922
Maio

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Alvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elisio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretario.

INDEX

Boletim do Instituto 201
Antonio de Sousa de Macedo na embaixada de Londres, por Solidonio Leite 202
Memória acêrca de um caso de perturbação climática, por Ezequiel de Campos 210
Terras de Odrana, por P. M. Laranjo Coelho 229
O movimento typografico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 239

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 19 DE ABRIL DE 1922

No dia 26 de Abril de 1922, reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lobo.

O Presidente, num caloroso discurso, expõe o fim da reünião, que é prestar homenagem aos portugueses ilustres, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que, com notável sciência e coragem inexcedível, realizaram a primeira viagem aérea de Portugal à terra brasileira.

Os sócios Magalhães Colaço e D. José Manoel de Noronha apoiam as palavras do Presidente, enaltecendo, por sua vez, o extraordinário feito dos nossos compatriotas.

Foi resolvido enviar, ao Sr. Ministro da Marinha, em telegrama concebido nos seguintes termos:

«O Instituto de Coimbra saúda comovidamente em V. Ex.ª heróicos marinheiros de Portugal, que primeiro percorreram caminho aéreo para o Brasil, renovando, pelos seus admiráveis conhecimentos scientificos e inexcedivel coragem, os mais puros dias de glória nacional».

Em seguida foram eleitos por aclamação:

SÓCIOS HONORÁRIOS NACIONAIS

Carlos Viegas Gago Coutinho.
Artur de Sacadura Freire Cabral.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Luís Cabral de Moncada, 1.º secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa) Costa Lobo.
Luís Cabral de Moncada.

ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO NA EMBAIXADA DE LONDRES

Das embaixadas que D. João IV, logo depois da restauração, enviou a diversos soberanos europeus, nenhuma oferecia maiores dificuldades do que a destinada à Inglaterra da qual fazia parte o Dr. António de Sousa de Macedo.

Para que não fôsse recebida empregou o govêrno espanhol todos os esforços possíveis, por intermédio do seu embaixador em Londres, e do embaixador inglês em Madrid, ao qual disse Olivares que o recebimento da embaixada portuguesa causaria a impressão de um *casus belli*. Chegou-se ao extremo de mandar persegui-la por sete fragatas saídas de Dunquerque.

Demais, havia poucos anos que a Inglaterra celebrara pazes com a Espanha; e Carlos I, afeiçoado à politica do Conde-duque, não podia ver com bons olhos a insurreição portuguesa; tanto mais quanto se achava embaraçado com perturbações internas de alguma gravidade.

E na verdade, quando Sousa de Macedo, chegando a Londres, para onde partira de Plymouth, solicitou licença para entrar na côrte a embaixada, pediu-se-lhe que, antes de mais nada, demonstrasse por escrito as razões da insurreição vitoriosa.

Referindo êsse facto, no trabalho *Auctoria da Arte de furtar,* limitámo-nos a dizer:

«Com assombrosa presteza, António de Sousa de Macedo redigiu e apresentou bem fundamentado manifesto, mostrando os direitos de D. João IV ao trono, o modo da sua aclamação, e os fins que tinha a embaixada».

Não tinhamos então logrado saber os termos da exposição de Macedo, da qual o que diz José de Tôrres (*Archivo Pitoresco,* V, 366) é o seguinte:

«Saindo de Lisboa a 28 de Fevereiro, êle e os embaixadores, padeceram grande tormenta na viagem, e quando o tempo melhorava, perseguidos à entrada do canal por sete

fragatas de Dunquerque, foram obrigados a entrar em Plymouth no dia 7 de Março. É Macedo que dali parte adiante para Londres a fim de obter licença para a embaixada entrar na côrte. É êle quem no dia 12 do mesmo mês escreve, em forma de carta, ao secretário de estado de Inglaterra, a memória em que expõe os direitos de D. João IV ao trono de Portugal, e o modo como se verificara a sua aclamação, bem como o estado dos negócios em Espanha, e os motivos e assunto da embaixada de que era secretário. Aí declara que, escrevendo tal memória, obedecia às insinuações del-rei da Gran-Bretanha, Carlos I, que, antes de admitir os embaixadores, desejára mais amplas informações àqueles pontos».

Ninguém, que soubessemos, dava notícia de haver sido publicada a importante peça.

Últimamente, porém, encontrámo-la num livro que, pouco depois da sua apresentação em Londres, escreveu João Baptista Birago Avogrado.

Além de várias outras obras estimadas, publicou êsse notável historiador e jurisconsulto genovês a seguinte: *Historia della disunione del Regno di Portogallo della Corona di Castiglia.* In Lugduno, 1644, reimpressa, com o mesmo título, em Amsterdam, no ano de 1647; e, anteriormente, em Genebra, 1646, com o título: *Historia delle Rivolutioni del regno di Portogallo, per le quali la corona é stata transferita dal Ré di Castiglia al Duca di Braganza, Giovanni IV.*

Esta edição que Clement diz ter visto na Biblioteca Bulteliana (*Bibliothèque Curiense ou Catalogue raisonné de livres difficiles à trouver,* IV, 254), é a que adquirimos últimamente.

Nela se nos depara a exposição de Sousa de Macedo, precedida destas palavras:

«Vero é, che Sua Maestá fece dire al Secretario Antonio de Sousa, che prima haurebbe hauuto per bene intendere per scritto le ragioni, per lequali il Ré di Portogallo era fatto Ré. Il che dal Secretario (come vno delli piu esquisiti ingegni del nostro secolo) fu essequito nel termine di ventiquattro hore, offerendo vna scrittura del seguente tenore».

Eis, em seu inteiro teor a admirável peça:

«Per la morte del Ré Cardinale, D. Henrico di Portogallo, senzafigli, pretesero la Corona insieme con l'Infanta Donna Catarina, Duchessa di Braganza, molti pretendenti: li titoli della pretensione de quali, ben presto fece risoluere la giustitia, eccetto quelli di D. Filippo secondo Ré di Spagna, che li volse appoggiare con la forza.

«Erano il Ré D. Filippo, e l'Infanta D. Caterina ambidue

*

nepoti a dirittura del Ré defunto, con questa differenza pero; che l'Infanta D. Catarina, benche donna, era Figlia di Maschio, che fu l'Infante D. Odoardo, & il Ré D. Filippo secondo, benche maschio, era Figlio di Femina, che fu l'Imperatrice D. Isabella, l'vn fratello, e l'altra sorella del Ré D. Henrico.

«Diceua il Ré Filippo, che essendo in egual grado doueua essere preferito per la maggior etá, e per miglior sesso; & a questi due punti si riduceuano tutte le sue allegationi.

«Pero (supposto per indubitabile, che le femmine sono capaci di successione nelli Regni, particolarmente in Portogallo, & in tutta Spagna, per essere chiamate alla Corona per leggi espresse pratticate molte volte) fondó la Serenissima D. Catarina la sua giustitia nella Rappresentatione. Beneficio che il dritto commune introdusse, perche il figliuolo, nel nostro caso, o altri simili, entrando in luogo del padre defunto, habbia quella medesima hereditá, che haurebbe il padre, se ancora viuesse. Di maniera che rappresentando l'Infanta D. Catarina la persona dell'Infante D. Odoardo, suo padre, veniua ad escludere il Ré D. Filippo; come l'istesso Infante se viuesse, haurebbe escluso, come Maschio, l'Imperatrice D. Isabella, sua sorella, e per consequenza il suo Figlio il Ré D. Filippo.

«Questa é conclusione infallibile in Iure; la veritá dellaquale resterá maggiormente chiara per li risposte date all'hora da Castigliani.

«La prima fa, Che nella successione delli Regni, per deferirsi Iure fanguinis, non vi é rappresentatione.

«Assertione falsa, per hauere falso fondamento. Essendo che la successione per morte dell'ultimo Ré, si deferisce, Hæreditario Iure, & non sanguinis; & per essere per via di regola, di tal natura, (eccettuato in alcuni casi, nelliquali il costume, o´ legge particolare per ben commune dichiaró il contrario) si vede patentemente. Considerando, che li Regni, e la successione di quelli procede dall'antico dritto delle genti, secondo il quale tutto si deferiua per hereditá, senza essere conosciuti altri modi di succedere, liquali per leggi piú nuoue furono ritrouati. Onde si per questa ragione, come per altre ponderationi, lasciando migliaia di Dottori, e citando solamente li piú dotti Castigliani, como non sospetti, tutti i Dottori lo defondono, affermando essere dottrina commune, e lo prouano nelli Regni di Spagna, per la liv. 8, cap. 18, tit. 1, liv. 2, cap. 4, tit. 15, part. 2. E cosi lo pratticarono l'Imperatore Constantino Magno, & altri Principi suori di

Spagna, & in essa gli Ré di Castiglia D. Fernando, D. Alfonso sesto, D. Alfonso ottauo, il Ré d'Aragona D. Giaime il Conquistatore, diuidendo li Regni tra suoi figliuoli: D. Alfonso il Sauio, & Henrico Terzo di Castiglia, quello disheredando il suo Figlio; questo mettendoli impositioni, e facendoli sostitutioni, come consta dalle Croniche. Tutto il che sta chiaro, che non si sarebbe ammesso se vi fosse satata la successione Iure sanguinis, per laquale si succede al primo institutore. Et in Portogallo piú particolarmente lo dichiarano le bolle di sua fondatione, le determinationi delle Corti del Ré D. Giouanni Primo, e li testamenti del Ré D. Alfonso quinto: donde ne segue, che la rappresentatione inaotta generalmente nelle successioni hereditarie, milita, fondata nella medesima equitá, nelli Regni. Come valendosi solamente di DD. Castigliani lo dice Antonio Gomez, & altri che questi citano. Affermando essere questa comune dottrina in Iure, & che in Spagna é fuori di questione per la liv. 2, tit. 15, part. 2, che si riferisce, e vi sono altre leggi, e costumi antichi, e cosi ancora fu giudicato altre volte nella successione delli Regni d'Inghilterra, Francia, Hongaria, Ducato di Bertagna, & altri Stati come testificano. Et il medesimo determinó il Ré d'Aragona D. Giouanni secondo, come lo riferisce Zurita, libro sesto delli Annali cap. 57, senza che, sia mai visto essempio in contrario.

«Impercioche quello che fu determinato dal Papa, per la morte di Carlo secondo, Ré d'Ongaria, di che si tratta nella Clementina, (Pastoralis de re ind.) fu per certe ragioni particolari della concessione, e inuestitura di quel Regno, & altre Ragioni. Quel poi che per morte del Ré D. Alfonso il Sauio di Castiglia si fece, a fauore di D. Sancio il secondo, Suo Figlio, contra il Principe della Cerda, Figlio del Primogenito, giá prima morto, non fa sentenza, ma compositione amicheuole, per conseruare la pace in Spagna, supposto che D. Alonso hauera lasciato la possessione de Regni al Figlio secondo, ilquale non l'haurebbe lasciata per quante sentenze fossero date á fauor del Zio. E pero fu l'attione di quel Ré tanto scadalosa, di priuare il Nipote, chiamato per la rappresentationi di suo padre, e per questa causa dicono li Autori, che Dio permise si leuassero contra del Ré tante persecutioni quante si leggono nella sua vita. Del resto poi é detto riceuuto.

«Non quod Romæ factum est, sed quod fieri debuisset.

«Non potendo negarsi le regole sopradette, li Castigliani hanno voluto limitarle con leggi di Portogallo. E prima allegano vna legge, laquale chiama alli beni che vscirono dalla

Corona il Figlio del possessore, escludendo il nipote, figlio del Figlio maggiore, giá morto in vita del Padre, il qual nipote succederebbe per la ragione di rappresentatione. Et vn'altra legge, che nella successione de beni emphiteotici dispone l'istesso. Pero dourebbero sapere, che il primo procede in virtú della legge, chiamata Mentale, per laquale si dispone che il beni, che vscirono dalla Corona, non sono hereditary, come sono li Regni; ma tenuti per concessione delli Ré, per deferirsi Iure Sanguinis, nel modo ch'ella stabilisce, come lo auertirono li Dottori piu graui di Castiglia. Onde il Ré D. Giouanni Primo, che fece quella legge, trattando poi nel suo testamento della successione del Regno, dichiaró, che hauera luogo la rappresentatione. Et dopo, D. Alonso quinto. Nell'istessa maniera li beni Emphiteotici, di nominatione libera (che sono quelli, de quali tratta l'altra legge) non sono hereditary, anzi per concessione del padrone puó l'emphiteuta nominare chi piú li piace senza risguardo all'herede. Onde in essi non si dá rappresentatione, como si fa nelle emphiteusi hereditarie: come insieme con altri risolue il Molina.

«Con la medesima facilitá si risponde alla legge estrauagante del Ré D. Sebastiano. Perche nel fine di essa dichiara che solamente parla delli maggioraschi di beni patrimoniali; e non della Corona. Con che bastantemente resta risposta: ne in essi nega la rappresentatione, ma solamente occorrendo alla questione se debba succedere il parente piú propinquo all'institutore, o all'ultimo possessore, dispone in fauore del ultimo, ma non esclude la rappresentatione. Per la esclusione dellaquale, era di bisogno mettere parole espresse como disse il Molina. Anzi si chiama parente piú propinquo quello che entra per virtú della rappresentatione, come in Castiglia per la liv. 9, tit. 5, part. 2. Morto il Ré, senza Figli, é chiamato il piú propinquo parente, e questo si verifica in quello che entra per la rappresentatione, per la liv. 2, tit. 15, part. 2.

«Ne vale la oppositione, fatta da Castigliani; che se hauesse luogo la rappresentatione in Portogallo, doppo la morte del Ré D. Giouanni non sarebbe stato Ré D. Emanuele, ma il Duca di Viseo, D. Alfonso, figlio di D. Diego, Fratello Maggiore di D. Emanuele. Perche no haueua luogo in questo la rappresentatione, per essere Nepote del Fratello dell ultimo possessore, e cosi fuori del grado nelquale si permette la rappresentatione, ch'e solamente tra fratelli, e suoi Figli. Oltre che D. Alonso non era legitimo. Onde giustamente se li negaua la rappresentatione, non perche non habbi luogo in Portogallo, ma perche staua fuori del grado, nelquale si

concede, essendo non fratello, ne figlio di Fratello del Ré D. Giouanni, ma figlio di suo Cugino. Onde il Ré D. Emanuele si fu preferito.

«Nell'istessa maniera tutto il giorno si giudica, non solamente in Spagna, ma in Portogallo, a fauore della rappresentatione, passando le sentenze a nome del Ré, e col suo sigillo, con che viene a giudicare contra se stesso, pretendendo che non vaglia la rappresentatione della Serenissima D. Catarina.

«Riconoscendo al fine li Castigliani, che non si puo negare la rappresentatione, si risoluono a dire, che trattandosi di successione transuersale, si concede solamente la rappresentatione, quando concorrono Fratello con Nipote, figlio d'un altro Fratello. Ma non si estende al caso, quando due Nipoti figli di due Fratelli concorrono insieme. Ma in questo sono conuinti dalli stessi Dottori Castigliani, liquali dicono, essere molto certa, commune, e riceuuta opinione, che la rappresentatione ha luogo tra Cugini, benche non concorra Zio alcuno, & altri citati da questi. E vi è un testo espresso in Auth. de hæred. ab intest. parag. Si autem cum patribus. vers. illud palam.

«Dell'istessa maniera si risponde all'argomento, che fanno li Castigliani. Che la rappresentatione ha luogo quando il padre che ha da rappresentarsi haurebbe hauuto il primo luogo nella successione, dellaquale si tratta. Ma, supposto che l'Infante D. Odoardo in vita sua non habbe mai tale luogo, ma era proceduto da altri Principi, non poteua lasciare a suoi figli il dritto; che giamai fu radicato nella sua persona.

«Perche cio sarebbe vero, se il figlio volesse la hereditá del padre per via de transmissione. Perche in tal caso il padre non transmetterebbe quello che non hebbe giamai. Ma che non entri per via di transmissione, si dimostra: perche ella, ne figlio di primogenito hebbe la hereditá di suo Auo, che le appartiene senza verun dubbio: Perche viuendo il padre benche la legitima li sia quasi douuta, ne ha dritto infallibile per potersi variare per molte ragioni, ne la hereditá di quello che viue, puó transmettersi. E cosi fu necessario il particolar priuilegio della suitá, & altri principij del dritto commune.

«Entra il tal figlio per virtú di quella che chiamano rappresentatione, che lo mette nel luogo del padre al tempo della successione. Come per questa, & altre considerationi lo dice Antonio Gomez.

«Ma vedendo li Castigliani li suoi medesimi Dottori contra

loro, ricorrono all'ultimo subterfugio, dicendo, che la rappresentatione solamente metteua l'Infanta D. Catarina nel grado dell'Infante, suo padre: pero che non li poteua dare la prerogatiua personale di maschio. Onde posto ancora il Ré D. Filippo per la rappresentatione nel grado dell'Imperatrice sua Madre, che era il medesimo, doueua procedere all'Infanta D. Caterina, per la qualitá di Maschio.

«Ma li proprij Autori Castigliani prima di adesso hanno risoluto, che la rappresentatione opera, che la figlia rappresenti il padre, con la prerogatiua di Maschio, e con tutte le altre, di maniera che habbi tutto quello, che haurebbe suo padre se viuesse, senza rispetto alcuno alla qualitá del rappresentante, ma del rappresentato. E dicono essere opinione commune, per laquale in Napoli cosi giudicio il Ré D. Fernando primo, & altre volte la Regina Giouanna prima, Giouanna seconda, e Roberto, di Consiglio de suoi Consiglieri, come lo riferisce Afflict. Et in Spagna é senza dubbio, per la liv. 2, tit. 15, part. 2, che parlando delli descendenti, antepone la figlia del primogenito al figlio secondo, come lo notó Greg. Lop., verbo si dexasse; & nelli Collaterali dispone l'istesso la liv. 40 de Toro come auertisce Molina due sopra risolue, che si procede nell'istessa maniera nelli Regni, che nelle primogeniture. Et in Portogallo fu dispositione espressa del Ré D. Alonso quinto.

«Questa e la successione di Portogallo per la rappresentatione, lasciando altri fondamenti, non meno efficaci di agnatione, linea migliore, & non essere straniere, ma naturale del Regno, a chi solamẽte puó appartenere, cõforme alle Leggi di Lamego, fatte nel tempo del Ré D. Alonso il primo, essendo inhabili (come nelli leggi di Francia) li stranieri: fondamento per li Portoghesi tanto importante, che quando altra ragione non hauessero per escludere qualsiuoglia Ré, che non sia naturale di Regno, questo solo é tanto chiaro che confessando li Castigliani le predette Leggi essere state fatte in Lamego, non sanno, ne possono dare alcuna almeno apparente risposta, perche non debbano hauere la sua essecutione in questo punto de piú principali d'esse, come vengono inuiolabilmente osseruate tutte le altre cose, che si commandano in esse; essendo la decisione di quelle Corti sopra li Ré stranieri, tanto saputa da ogni sorte di persone del Regno di Portogallo, che quando sentono li Dottori impegnarsi nell'apportare le ragioni, e dritti della Serenissima Infanta Catarina, e trattenersi nella rappresentatione dell'Infante, suo Padre, si marauigliano che, hauendo da parte sua le leggi

chiare del Regno, che non ammette Principe forastiero, si perdano affaticadosi in addurre altre ragioni, per escludere da quella Corona qualsiuoglia persona che non sia Portoghese. Che tutto fá per la causa della Serenissima D. Catarina Auo del Ré D. Giouanni IV, delle quali cose non si fa ostentatione, ma breuemente si toccano: per non fare come li Castigliani, liquali vogliono mostrare toccare al Ré D. Filippo il Regno per mille vie, fondandosi in essere Decimo, Duodecimo, e Vigesimo Nepote di tal Ré, di tal Infante, di tal Principe, con interuentione di molti bastardi il che se puó essere dritto bastante, senza a risguardo delli parenti piú prossime, certo il Ré di Castiglia non solamente é Ré di Portogallo, má di tutto il Mondo perche in tal modo non vi é Principe, da chi non discenda. E forse in questo deue fondarsi il voler esser Ré vniuersale. Se pure non stima esserlo per testamento di Adamo, come dissero alcuni.»

Rio de Janeiro, Abril de 1922.

Solidonio Leite,
Professor da Faculdade de Letras.

MEMÓRIA ACÊRCA DE UM CASO DE PERTURBAÇÃO CLIMÁTICA (1)

SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DA BIO-CLIMATOLOGIA

1.º — A perturbação climática da ilha de S. Tomé

I. — *O clima da ilha de S. Tomé mudára em menos de duas décadas, aquém de 1900, de simili-eqüatorial de floresta densa para tropical:*

Segundo o Dr. J. Hann e os meteorologistas, clima é «o conjunto dos fenómenos meteóricos que caracterizam o estado médio da atmosfera num ponto da superfície terrestre. Aquilo que chamamos *o tempo* é apenas uma fase, uma acção particular, momentânea, na sucessão dos fenómenos cujo ciclo completo, passando com maior ou menor uniformidade em cada ano, constitue o clima duma localidade» (2). É esta soma das condições meteóricas peculiares a um logar que afecta com predomínio a vida vegetal e animal dêsse logar.

Para se conhecer o clima dum logar e duma região são necessárias as observações meteorológicas por um período o mais longo possível. — O clima local não terá mudado dentro de um certo período de anos, se a média geral meteorológica do período se mantiver sensìvelmente igual à média de cada fracção do período, pondo na devida conta os anos anómalos dessas fracções do período total.

---

(1) Refere-se a uma desastrosa perturbação climática que se acentuára na ilha de S. Tomé aquém de 1900, acompanhada de anomalias; reduzira, em dois anos anómalos, a produção agrícola da Ilha a cêrca de metade; e causára indirectamente conflitos sociais.

(2) Prof. Dr. J. Hann, *Handbuch der Klimatologie,* tom. I, pág. 1.

Durante muito tempo, e ainda hoje, muitas autoridades consideraram o clima pràticamente invariável, ou com uma variação secular insignificante dentro dos tempos históricos: «Finalmente é claro que o homem, quer pelo povoamento florestal ou pelas derrubadas, quer pela rega dos desertos ou pelo enxugo dos pântanos, não pode produzir nenhuma modificação importante ou extensa do clima natural. Este é governado por factores que estão fora da regulação humana» (1). «É provável que não tenha havido mudança apreciável do clima dentro dos tempos históricos» (2). Acrescendo que a irregular periodicidade das variações climáticas, cujos factores dominantes ainda estão mal pesados, complica a definição do problema.

Um caso de evidente perturbação climática que redundára num desastre económico, deu-se durante as duas últimas décadas — 1900 a 1920 — na ilha de S. Tomé, que está perto do Equador, a êle quási tangente pelo Norte, no golfo da Guiné: entre o ilheu das Cabras, Lat. N. 0° 24′ 35″,28, Long. E. Gr. 6° 43′ 18″,77, e o ilheu das Rolas, Lat. S. 0° 0′ 1″,95, Long. E. Gr. 6° 31′ 40″,12 (vértices da triangulação).

Tem esta ilha menos de 50 quilómetros de comprimento, uns 30 de largura máxima, e menos de 900 quilómetros quadrados: e por isso caberia cêrca de duas vezes e meia no distrito de menor área de Portugal — Viana do Castelo. É muito montanhosa e de relêvo muito acidentado, com as elevações maiores, que no Pico atingem 2:024 metros de altitude, arrumadas a Oeste.

São escassas as observações meteorológicas da Ilha; mas bastam para ajuizar a grandeza da perturbação climática. De elementos meteorológicos antigos e recentes há apenas um pôsto — o da cidade de S. Tomé — que fica a Nordeste da Ilha, ao abrigo das montanhas mais elevadas, quási ao nível do mar, quási na máxima distância possível ao Pico (em relação às terras do contôrno litoral do Norte), e em franca posição de Sotavento do aliseo da quadra sêca: por isso um ponto muito desfavorecido para acusar grandes variações climáticas se elas forem devidas à mudança no revestimento florestal da Ilha, por ficar na região de regime menos perturbável possível, visto ser de Sotavento, de baixa altitude e muito distante das regiões que foram desarbori-

---

(1) Robert Ward, da Universidade de Havard, *Climate*, 1908, pág. 363.
(2) Willis Moore, *Descriptive Meteorology*, 1911, pág. 276.

zadas aquém de 1900, isto é, desde que começára a sentir-se a perturbação climática insular.

Também as observações meteorológicas não foram seguidas por todos os anos, de antes de 1900 até 1920; mas há observações antigas e recentes bastantes para se avaliar o grau da perturbação climática.

Variação na humidade atmosférica. — Pôsto meteorológico da Cidade de S. Tomé: à beira-mar; a cêrca de 5 metros de altitude, pela Lat. N. 0° 20′ 49″, Long. E. Gr. 6° 44′ 42″ (1).

HUMIDADE RELATIVA DA ATMOSFERA

NA QUADRA DA GRAVANA

	1877-1881	1918		1919	
Meses	Média	Média	Mínima	Média	Mínima
Junho	75,7	76,8	63	80,8	69
Julho	75,2	77,2	62	74,8	63
Agôsto	75,9	76,5	61	74,5	60,3
Setembro	77,9	**81**	**59**	75,5	62
Média	76,2	77,9	-	76,4	-

NA QUADRA DAS CHUVAS

Outubro	80,0	79,3	62	77,2	59,5
Novembro	81,9	79,4	62	74,6	56,7
Dezembro	81,2	-	-	76,3	61,3

(1) O observatório meteorológico da cidade de S. Tomé não teve sempre a mesma posição na Cidade; mas esteve sempre nas mesmas condições climáticas. As coordenadas que lhe assino, diferentes por pouco das de Hann, são as da Fortaleza, até ao segundo de arco.

NA QUADRA DAS CHUVAS

	1877-1881	1919		1920	
Meses	Média	Média	Mínima	Média	Mínima
Janeiro	83,5	–	–	74,4	63,2
Fevereiro	81,6	78,8	61,3	74,3	60
Março	80,4	70,8	62	75,3	60
Abril	82,1	79	63,6	78,6	61
Maio	80,8	79,5	64,5	78,8	**55**
Média	81,4	–	–	**76,2**	–

Junho de 1920 ..... 77 58

Média anual do período 1877-1881..... **79,7** (1)

Comparando os números da humidade relativa do ar na cidade de S. Tomé no período de cinco anos antigos, de 1877 a 1881 — muito antes das derrubadas extensas pelo Sul da Ilha — com os dos últimos anos, posteriores às derrubadas da floresta por quási todas as terras cultiváveis de Barlavento, e depois do desabrigo das plantações, que fôra logo seguido pela gravana anormal de 1918, supondo as observações comparáveis pela natureza dos instrumentos e pelas circunstâncias em que foram feitas, e que elas são do mesmo pêso nos dois períodos tão distantes(2), depreende-se que:

1.º — *Na gravana* (quadra sêca), a humidade *média* rela-

(1) Dêste e dos quadros seguintes, os valores meteorológicos dos cinco anos 1877-1881 foram extraídos de *A Ilha de S. Tomé*, 1917, Dr. Júlio Henriques, pág. 73; os outros valores meteorológicos da Cidade provém do *Boletim Oficial* do Govêrno da Província.

Não houve observações meteorológicas na Cidade em Dezembro de 1918 e Janeiro de 1919: são por isso indeterminàveis as médias anuais dêsses dois anos, justamente dos que mais conviria estudar em comparação com a meteorologia geral das regiões cacoeiras (das africanas sobretudo), pois muito importa distinguir o que, na irregularidade das chuvas e na duração anormal das gravanas de 1918 e 1919, deva ser atribuído a anomalias eventuais dos meteoros, do que deva ser atribuído aos factores locais do cultivo aquém de 1900.

(2) O pêso, tanto das observações antigas como das modernas, deve ser relativamente grande, especialmente quanto à quantidade e número de dias de chuva; e deve ser sensivelmente igual nos dois períodos, porque os aparelhos antigos e modernos são semelhantes. O mesmo se

tiva da atmosféra da Cidade só apresentára (aquém de 1918) diminuïção depois de Junho de 1919;

2.º — *Na quadra das chuvas* a humidade *média* relativa da atmosféra da Cidade vem apresentando uma diminuïção crescente aquém de Outubro de 1918, justamente de quando começára a tornar-se alarmante a devastação dos cacoeiros.

Não pude consultar os registos de 1877-1881, para ver os valores mínimos da humidade relativa da atmosfera, e a sua freqüência; mas é muito provável que então êles não apresentassem valores tão baixos como ùltimamente, e *por todo o ano*. Podemos, pois, salientar apenas que:

3.º — A humidade mínima relativa da atmosfera da Cidade tem baixado, aquém de 1918, freqüentemente a 70, a 65 e a menos, em qualquer mês do ano.

Pela média de nove anos, e de antes de 1903, isto é, do tempo em que se mantinham de pé as grandes florestas do Sul e do centro da Ilha, foram determinados os números de Hann, no *Handbuch der Klimatologie,* tom. II, onde vemos (pág. 76) que a humidade relativa na gravana era 76 %, nas chuvas 82 %, e a média anual 80 %, na Cidade. A nublosidade constantemente elevada. Trovoada 42 dias, Outubro a Maio; nenhuma de Junho a Setembro.

Em 1917 a humidade relativa, média anual, fôra 78,0. E os mínimos dos mínimos mensais, apenas sucedidos muito raras vezes, foram:

HUMIDADE RELATIVA MÍNIMA ABSOLUTA MENSAL EM 1917, NA CIDADE DE S. TOMÉ (1)

Janeiro	65	Julho	63
Fevereiro	63	Agôsto	61
Março	64	Setembro	53
Abril	65	Outubro	60
Maio	63	Novembro	62
Junho	59	Dezembro	65

Números baixos, apesar de o ano de 1917 ter sido muito favorável na distribuïção da chuva.

Que era antigamente muito grande por todo o ano a

---

pode dizer do valor das observações que dão o grau de humidade do ar, porque provém de temperaturas fáceis de tomar no psicrómetro. — Puz de lado a evaporação, porque o evaporómetro de Piche empregado não parece de precisão para o Eqüador.

(1) Dos *Anaes Meteorológicos das Colónias,* vol. IV.

humidade relativa até no Norte da Ilha, no extremo de Sotavento, infere-se daqueles números da Cidade (1877-1891 e dos de Hann), e da média de Monte-Café (séde) relativa a 10 anos, 1885-1894, que fôra 82, sem nenhum valor mensal inferior ao mínimo, raro, 76 (descontando a anomalia de 75 só em Agôsto de 1890). (Vid. *Observações Meteorológicas na Roça Monte-Café,* distância à Cidade 10.810 m., altitude 690 m., segundo o mapa das observações; e 12.108 m. do Observatório Meteorológico Monte-Café ao mastro dos sinais da Fortaleza, e 680,9 m. de altitude do chão daquele Observatório, conforme a minha triangulação).

Em suma: — Apresentou-se muito grande a secura do ar na cidade de S. Tomé, aquém de 1918, em relação aos tempos antigos; e o ar teve muito freqüentemente, tanto na quadra da gravana como na das chuvas, uma humidade relativa mínima de valor anormalmente baixo, depois de 1917, em que recomeçaram as observações.

Variação na chuva. — Para os mesmos períodos, de cinco anos antigos e dos anos modernos, temos os números do quadro seguinte:

CHUVA NA CIDADE DE S. TOMÉ

Meses	1877-1881		1917		1918		1919		1920	
	Total mm.	N.º de dias	Total mm.	N.º de dias	Total mm.	N.º de dias	Total mm.	N.º de dias	Total mm.	N.º de dias
Janeiro	99,3	9	63,5	10	122,1	7	*110*	*10*	25,6	2
Fevereiro	108,6	7	106,7	10	122.4	6	30,3	1	87,0	6
Março	**153,6**	10	100,2	5	162,8	10	0,0	0	64,0	6
Abril	149,0	10	95,7	8	**235,1**	11	**176,9**	8	130,9	10
Maio	111,5	8	**157,1**	15	21,2	4	16,9	2	**150,5**	7
Junho	22,5	1	61,6	7	0,0	0	0,0	0	0,0	0
Julho	0,0	0	1,2	2	0,0	0	0,0	0	–	–
Agôsto	0,8	1	0,7	1	0,0	0	0,0	0	–	–
Setembro	22,7	5	27,7	1	3,2	2	0,0	0	–	–
Outubro	123,9	9	37,4	8	15,1	2	5,7	1	–	–
Novembro	**160,2**	10	*181,7*	9	120,9	9	42,9	2	–	–
Dezembro	55,5	5	33,4	4	*100*	*8*	57,7	6	–	–
Anual	1.007,6	75	867,0	80	*902,8*	*59*	*440,4*	*30*	–	–

Observação: — 1917 foi um ano muito favorável na distribuïção da chuva; anormalmente bom.

Os números de Hann (*ibid.*, pág. 71), de nove anos de observações antigas, salientam o mesmo regime das chuvas, mas são um pouco diferentes, e devem ser de maior valor por abrangerem maior período:

CHUVA MÉDIA NA CIDADE DE S. TOMÉ
ANTES DE 1903, SEGUNDO HANN

	mm.		mm.
Janeiro	94	Julho	0
Fevereiro	111	Agôsto	1
Março	**178**	Setembro	21
Abril	150	Outubro	109
Maio	135	Novembro	**154**
Junho	16	Dezembro	101
Anual			1.070
Número de dias de chuva por ano			86,4

É pena que não se tenham feito observações meteorológicas na cidade de S. Tomé, pelo menos a partir de 1910; e mais censurável ainda que os dois anos críticos 1918 e 1919 tenham ficado incompletos. Comparando, porém, os valores pluvimétricos mensais, anteriores a Dezembro de 1918, do pôsto meteorológico da Cidade com os do Rio do Ouro (séde), por seu turno comparados com os da Ribeira Palma, concluimos que o valor da chuva na Cidade, em Dezembro de 1918, deve ter sido entre 95 e 105 milímetros; e que o valor da chuva de Janeiro de 1919 deve ter sido entre 105 e 115 milímetros. — Arbitrando para Dezembro de 1918... *100* milímetros, com *8* dias de chuva, e para Janeiro de 1919... *110* milímetros, com *10* dias de chuva (e estes valores não devem estar desfavorecidos), teríamos para o pôsto da cidade de S. Tomé:

	mm.	N.º de dias de chuva
Chuva anual provável em 1918	902.8	59
» » » » 1819	440,4	30

Do exame das condições pluvimétricas em 1877-1881 e em 1917-1920, infere-se clàramente a grande anomalia de 1918 e 1919 na distribuïção da chuva pelo ano adiante — regime pluvimétrico muito perturbado; bem como a grandeza extraordinária da crise de chuva em 1919, na quantidade e no número de dias de chuva: apenas *440* milímetros de chuva em 1919! — Pouco mais do que *dois terços* da chuva média

anual de Évora, que fica numa região de verão árido!... E só em *3o* dias do ano...

Nota-se também que nos anos últimos, aquém do recomêço das observações, a chuva depois do *gravanito* (estiagem passageira de Janeiro), tem vindo mais tarde na altura máxima mensal do que antigamente: então em Março; em 1917 em Maio; em 1918 e 1919 em Abril; em 1920 em Maio (1).

Variação no período da gravana. — A quadra do ano sem chuva tornou-se mais longa na cidade de S. Tomé.

Em média de 1877-1881, e pelos números de Hann, só em Julho é que não choveu; embora a chuva de Agôsto também fôsse, em regra, muito diminuta. Depois em alguns anos (como em 7 de Julho de 1893, por ex.), choveu em Julho na Cidade, e chuva de influência nas culturas.

O feitio da gravana na Cidade, quanto a chuva, era antigamente: duração de pouco mais de um mês e meio (raro dois meses e meio) sem chuva apreciável, sendo Julho o mês sêco por excelência. Êste feitio manteve-se, embora peorando, até 1917, em que sôbre Junho com 61,66 milímetros de chuva, veiu Julho com 1,24 milímetro, e Agôsto com 0,69 milímetro, para Setembro apresentar já 27,70 milímetros de chuva.

Logo 1918 apresentou *cinco* meses sem chuva de valor agrícola: Junho, Julho, Agôsto, Setembro e Outubro; pois os 3,25 milímetros de Setembro não podiam ter nenhuma acção benéfica nas plantações; e Outubro, com os seus 15,06 (de que 12,74 mm. caíram só no dia 30), pode-se contar também como sem chuva, que os 2,32 milímetros isolados do dia 16 de nada valeram. Devendo notar-se mais que o mês de Maio de 1918 pode-se considerar todo como sem chuva: o último dia de chuva de Maio fôra o dia 9 com apenas 0,92 milímetro; e além dêste tinha havido o dia 8 com 8,54 milímetros (insignificantes), o dia 4 com 4,77 e o dia 3 com 6,97 milímetros: isto é, ao todo 21,20 milímetros em Maio de 1918, por quatro dias de chuva, grupados dois a dois até ao dia 9; quando em 1917 chovera em Junho 61,66 milímetros em sete dias dos primeiros dez dias dêsse mês. Quer dizer: em 1917 a estiagem começára verdadeira-

---

(1) O mês de Maio de 1921 foi também muito chuvoso, relativamente, pois até ao dia 20 já tinha havido 12 dias de chuva boa no Rio do Ouro (séde) que acusa meteorologia similar à da Cidade.

mente no dia 11 de Junho; e em 1918 começára no dia 9 de Maio — um mês mais cedo; em 1917 terminára no dia 28 de Setembro com 27,7 milímetros de chuva; em 1918 no dia 31 de Outubro, com 12,74 milímetros de chuva — um mês bem pesado mais tarde.

E 1919 dá um período sem chuvas ainda mais longo: em Maio chovera de facto 16,93 milímetros; mas como viera esta chuva exígua em dois dias muito afastados (dia 2 com 9,17 mm., e dia 21 com 7,76 mm.), pode-se considerar Maio como mês sêco, e contar a estiagem desde o dia 22 de Abril, em que chovera 16,16 milímetros (tendo sido êsse Abril um mês bom — 176,95 mm. de chuva). E a gravana foi sem chuva até 21 de Novembro, em que chovera 39,31 milímetros, pois que o mês de Outubro só dera uns escassos 5,74 milímetros no dia 10, sem benefício nenhum para a agricultura.

Em 1920 a gravana sem chuva começou na Cidade a 26 de Maio, tendo dado êste mês até aquele dia 150,54 mm. de chuva — a máxima mensal depois do fim da gravana de 1919.

Em suma: — Em contraposição ao período curto de 40 a 70 dias seguidos sem chuva na gravana, do tempo em que estava vestida de floresta virgem a maior parte da terra de Barlavento, de Leste e de Oeste da Ilha, houve na cidade de S. Tomé, cem e até mais de duzentos dias seguidos pràticamente sem chuva aquém de 1917:

PERÍODO SEM CHUVA NA GRAVANA NA CIDADE DE S. TOMÉ (1)

		N.º de dias
1877–1900.....	gravana sem chuva.....	40 a 70
1917.....	11 Junho a 27 de Setembro.....	109
1918.....	9 Maio a 30 Outubro	175
1919.....	23 Abril a 20 Novembro.....	212.

Variação na luminosidade. — Em paralelo com o alongamento e maior secura da gravana, veio a maior luminosidade

---

(1) Desprezando as pequeníssimas chuvadas sem valor agrícola, geralmente de altura inferior a 6 milímetros (e nunca atingindo 10 milímetros).

desta quadra: especialmente aquém de 1917, o céu não apresenta com tanta freqüência, na gravana, aquela nublosidade carregada que dava a suturnidade e a constância térmica em relativa frescura nos tempos idos, em que todo o Barlavento da Ilha estava em floresta. Já não é raro o céu azul, mesmo na gravana, que dantes seria baldado procurar no Eqüador, como diz Martonne (*Traité de Géographie Physique*, pág. 209).

Variação na temperatura. – As anomalias térmicas não são tão aparentes nos registos por pontos como as das outras características climáticas. Sem tempo para ir pesquizar onde os registos meteorológicos, e menos ainda para os estudar, refiro apenas os valores extremos de 1919 em relação aos do período de 1877-1881.

VARIAÇÃO NA TEMPERATURA — ANOMALIA DE 1919

PÔSTO METEOROLÓGICO DA CIDADE DE S. TOMÉ

Meses	1877-1881				1919			
	Máx. absoluta	Mínim. absoluta	Média das Máx.	Média das Mín.	Máx. absoluta	Mín absoluta	Média das Máx.	Média das Mín.
	0	0	0	0	0	0	0	0
Janeiro	32,5	19,5	29,8	21,8	–	–	–	–
Fevereiro	33,0	19,8	30,3	22,2	25,7	17,9	22,7	19,5
Março	33,0	19,0	29,9	22,1	33	21,5	31,1	23
Abril	32,0	19,9	29,7	22,2	32	21,5	29	23,5
Maio	31,2	20,0	28,9	23,3	31	20,5	27	23,3
Junho	30,0	16,5	27,2	21,4	31	20,5	27,7	22,1
Julho	29,0	16,0	26,5	20,7	31	18,5	28,3	21
Agôsto	29,4	15,8	27,2	20,5	31	18,5	28,6	24,8
Setembro	29,8	18,0	28,0	21,4	34	20	30,8	21,6
Outubro	31,8	18,0	28,9	21,9	33	20	31,3	22,2
Novembro	32,6	18,0	29,5	21,7	34,5	21	32,3	22,1
Dezembro	32,8	18,0	30,1	22,0	34,5	20	31,8	22,1

É possível que a média diária e anual da temperatura do ar se mantivesse pelos valores antigos: o que andou com certeza muito por longe de então foi a marcha da variação térmica diária, estreitamente ligada ao grau de humidade do ar que regressára, e à luminosidade que aumentára. — Na

Cidade, como por todas as regiões cultivadas de Oeste, Norte e Leste da Ilha, a noite passou, especialmente depois de 1917, a uma frescura muito maior do que antigamente, logo duas horas depois do sol pôsto; e pela manhã, antes do sol nado, o ar apresentou-se mais frio do que dantes. Em compensação, especialmente no litoral desde a Praia das Conchas a Água Izé, do meio dia até às duas horas da tarde, o ar foi, nos anos anómalos, muito mais ardente do que outrora, quando o sol estivera descoberto. E o termómetro foi acusando, nos pontos do litoral onde observado, estas variações térmicas fortes no mesmo dia, e uma irregularidade muito notável de dia para dia. Nas horas mais quentes e soalhosas o chão escaldára como nunca, exposto à torreira do sol; e as noites, mòrmente as da gravana, já não deram a sensação de quentura desagradável dos tempos áureos do cacau, por haver uma irradiação noturna maior nos últimos anos, e um ar mais sêco.

Variação na evaporação. — É provável que o pôsto meteorológico da Cidade não tenha acusado variação notável na evaporação, não só, e principalmente, porque tenha sido impreciso o sistema de a medir, mas também porque esta característica climática pouco tenha variado na Cidade. Mas em todas as regiões de Sotavento e do extremo austral da Ilha a evaporação deve ter aumentado sensìvelmente na gravana, especialmente nos sítios desabrigados, expostos ao vento Sul.

*
* *

Em todas as regiões de Sotavento da Ilha houve perturbações similares na meteorologia local, sensíveis principalmente na secura do ar, na distribuïção da chuva e no alongamento da gravana. Embora não haja observações meteorológicas antigas, os registos das roças Rio do Ouro, Ribeira Palma e Diogo Vaz, efectuados nos últimos anos, são impressivos à lembrança das pessoas que passaram alguns anos, ou sequer meses, por estas terras então húmidas e chuvosas, da alteração profundíssima que apresentára a meteorologia local aquém de 1900. É preciso quási ter sentido, nos anos anómalos, o novo ambiente, para acreditar na transformação dêle, tão grande ela foi.

CHUVA MENSAL EM MILÍMETROS

ROÇA RIO DO OURO — SEDE

Altitude 168 metros — Distância ao mar 4.500 metros

Meses	1915		1916		1917		1918		1919		1920	
	Total	N.º de dias	Total	N.º de dias	Total	N.º de dias	Total	N.º de dias	Total	N.º de dias	Total	N.º de dias
Janeiro....	66,7	12	158,7	19	167,3	11	251	11	185,1	13	36,9	4
Fevereiro..	42,8	7	271,6	12	151,2	13	224,5	8	53,8	4	93,3	4
Março.....	156,8	12	74,3	10	154,6	7	126,5	11	96,0	6	168,9	9
Abril.....	92,8	10	198	17	87,6	9	219,8	15	118,6	8	241,4	14
Maio.....	78,7	12	143	18	408,6	17	36,6	6	20,6	4	243	12
Junho.....	2,5	1	0,0	0	222,8	6	0,0	0	0,0	0	9	1
Julho.....	0,0	0	14,3	3	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0
Agôsto....	0,0	0	0	0	12,5	4	2,6	1	0,7	1	0	0
Setembro..	5,6	6	5,5	4	194,9	3	8,7	4	5,0	3	–	–
Outubro...	54,9	14	251,8	17	205,4	16	41,5	6	8,8	4	–	–
Novembro.	105	15	386,7	16	226,4	8	194,3	14	45,6	5	–	–
Dezembro .	80,1	15	258,4	9	59,9	10	143,7	13	77,2	8	–	–
Val. anuais.	685,9	104 (1)	1.862,2	124	1.781,2	104	1.249,2	89	610,7	56	–	–

N. B. — A primeira chuva depois da gravana de 1920 caíu no dia 2 de Setembro, às 3 1/2 horas da tarde: 1 mm.; insignificante. Só em 24 de Outubro a primeira chuva de valor agrícola.

A irregularidade maior na distribuïção e na intensidade da chuva está evidenciada pela disparidade entre a chuva caída e o número de dias de chuva. A anomalia de 1919 foi muito grande.

Período da gravana sem chuva na Roça Rio do Ouro, séde. — Desprezando as pequenissimas chuvadas, geralmente de altura inferior a 6 milímetros (e nunca atingindo 10 milímetros), acidentais no período da estiagem, o pôsto meteorológico do Rio do Ouro, séde, acusou:

(1) Além dêstes, houve 8 dias de chuviscos, sendo 2 em Abril, 1 em Maio, 2 em Junho, 2 em Agôsto e 1 em Setembro. (V. nota final).

PERÍODO SEM CHUVA NO RIO DO OURO — SEDE

					N.º de dias	
1915.....	19 Maio	a	25 Setembro.....		130	
1916.....	26 »	a	5 Outubro.....		133	
1917.....	25 Junho	a	10 Agôsto (1)		47	*(94)*
1918.....	11 Maio	a	2 Outubro.....		145	
1919.....	3 »	a	8 »	(2)	159	*(201)*
1920.....	24 »	a	24 »	.....	153	

O aumento extraordinário do período de gravana sem chuva depois de 1917 é evidente.

Regime muito parecido com o da cidade de S. Tomé.

CHUVA MENSAL EM MILÍMETROS

ROÇA RIBEIRA PALMA — SEDE

Altitude 430 metros – Distância ao mar 1.350 metros

Meses	1915		1916		1917		1918		1919		1920	
	Total	N.º de dias de chuva	Total	N.º de dias de chuva	Total	N.º de dias de chuva	Total	N.º de dias de chuva	Total	N.º de dias de chuva	Total	N.º de dias de chuva
Janeiro....	118	8	281	8	258	12	39	5	234	6	32	4
Fevereiro..	48	8	239	4	189	14	95	10	53	1	116	6
Março. . .	171	10	97	10	111	10	169	5	94	2	55	4
Abril.....	122	11	140	13	168	13	352	14	63	2	159	10
Maio.....	158	8	287	16	425	18	108	8	71	4	288	10
Junho.....	22	1	0	0	180	6	0	0	0	0	0	0
Julho.....	4	1	9	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Agôsto....	15	3	0	0	5	3	0	0	0	0	–	–
Setembro..	17	5	0	0	45	2	0	0	0	0	–	–
Outubro...	49	8	159	10	158	14	34	4	19	6	–	–
Novembro.	123	12	214	18	185	10	197	20	98	8	–	–
Dezembro .	119	10	281	14	42	6	150	23	144	11	–	–
Val. anuais.	966	84	1.707	94	1.766	108	1.144	79	776	40	–	–

(1) Desprezando os 12,5 mm. de chuva de Agôsto, distribuida pelos dias 10 com 1,5 mm., 11 com 5,2 mm., 24 com 4,8 mm., e 30 com 1,0 mm., a quadra de gravana sêca iria até 27 de Setembro, em que chovera 92,5 mm.: isto é, teria sido de *94* dias.

(2) Se desprezarmos a pequena chuvada de 5,2 mm. no dia 9 de Outubro, a quadra de estiagem poder-se há contar até 20 de Novembro, em que chovera 38 mm.: por isso com *201* dias, semelhante à da Cidade.

PERÍODO DA GRAVANA SEM CHUVA (1) NA ROÇA
RIBEIRA PALMA — SEDE

				N.º de dias
1915.....	18 Maio	a 24 Setembro...		130
1916.....	28 »	a 17 Outubro.....		143
1917.....	12 Junho	a 26 Setembro.....		107
1918..... ...	1 »	a 10 Outubro (2).....		132
1919	21 Maio	a 8 » (3).....		141
1920....	24 »	a		–

Um simples relance de vista para o quadro da chuva mensal na Ribeira Palma mostra como se tornara mais freqüente na gravana o número de meses sem chuva: em 1915 chovera em todos os meses do ano; em 1919 não chovera em quatro meses consecutivos da gravana.

A quantidade total de chuva em 1918 fôra maior que em 1915; só 1919 apresentara um mínimo anómalo de quantidade de chuva e de número de dias de chuva — menos de metade da chuva de 1916 e 1917, e em menos de metade do número de dias de chuva normal.

Mas as indicações da chuva mensal não bastam, por muito claras que sejam as anomalias que condensam, para salientar, à falta de observações meteorológicas especiais, a variação na humidade do ambiente: comtudo se examinarmos o quadro das observações meteorológicas *diárias* feitas na Ribeira Palma (sede), onde há a temperatura máxima e mínima, a chuva (pelo pluviómetro) e o *tempo* — chuva, nevoeiro, relampagos, trovões, tempestade (de vento) e nublosidade geral — inferimos então dum modo claro o contraste muito grande entre a atmosfera de 1915 e a de 1919. Foi uma verdadeira revolução no tempo.

Pondo de parte já os meses da quadra das chuvas, *com chuva sensível* — Novembro, Dezembro, Janeiro (e quedamo-nos por aqui, porque a chuva de Outubro, Fevereiro, Março, Abril e Maio foi em cada um dêstes meses menor que 95 milímetros, e nunca em mais de quatro dias em cada mês respectivo, salvo Outubro com seis), vemos que

---

(1) Na mesma hipótese de avaliação das chuvadas que para os outros postos anteriores.

(2) Depois da chuvada de 38 mm. no dia 18 de Maio, só tornou a chover num dia — 31 de Maio, 25 mm.

(3) Depois da chuvada de 20 mm. no dia 11 de Maio, só chovera 8,5 mm. no dia 20 do mesmo mês.

os dias encobertos e de nevoeiro foram muito mais freqüentes de Maio a Novembro em 1915 e até em 1916, do que nos últimos anos, especialmente 1919; como os dias com vento rijo de gravana só vieram a acentuar-se em 1918, tornando-se de máxima freqüência em 1919, em que os meses de Junho, Julho, Agôsto e Setembro, todos sem uma gota de chuva, foram de quási contínuo vento de gravana, por vezes de ventania forte, secante, e de sol descoberto; quere dizer: a gravana foi-se acentuando nos últimos anos como cada vez mais luminosa e mais ventosa — *cada vez de ar mais sêco.*

Não cabe aqui a reprodução dos mapas dos dias de vento e de sol descoberto na Ribeira Palma de 1915 a 1920, para bem se notar esta conclusão que tirei, e que é valiosa para a definição do factor predominante na perturbação desfavorável, para o cacau, do ambiente insular. Mas esta súmula de dois casos contrastantes diz muito:

DIAS ENCOBERTOS OU DE NEVOEIRO NA RIBEIRA PALMA — SEDE

Meses	1915	1919
Junho	7	3
Julho	21	5
Agôsto	10	0
Setembro	4	13
	42	21

DIAS DE VENTANIA DE GRAVANA

Meses	1915	1919
Junho	1	10
Julho	0	12 (1)
Agôsto	0	16 (2)
Setembro	0	14 (3)
	1	52

(1) De 24 a 31, inclusivé, soprou a gravana contìnuamente, só afrouxada em 28.

(2) Mês de sol forte ou ventania.

(3) Os nevoeiros de Setembro, que pareciam adoçar as condições

Se formos a analisar a temperatura nos dois anos, na gravana especialmente, porque é esta quadra a que define a possibilidade da cultura lucrativa do cacau, notamos, justamente pela muito maior luminosidade, um contraste nítido entre 1915 e 1919:

TEMPERATURAS MÁXIMAS E MÍNIMAS

ROÇA RIBEIRA PALMA — SEDE

Meses	1915			1919		
	Mínima absoluta	Máxima absoluta	N.º de dias com 30º ou mais	Mínima absoluta	Máxima absoluta	N.º de dias com 30º ou mais
Junho.....	18º C.	31º C.	15	18º C.	33º C.	29
Julho.....	16º	30º	6	18º	31º	30
Agôsto.....	17º	31º	8	18º	35º	27
Setembro....	16º	32º	9	20º	35º	30

O ano de 1915, de uma chuva relativamente escassa em quantidade =966 milímetros, e de poucos dias de chuva =84, mas de chuva bem distribuída ao longo do ano, pode representar, embora não muito bem, por desfavorecido, a média dos anos anteriores a 1915, emquanto havia floresta virgem em muitas terras do centro e do Sul da Ilha; o ano de 1919, muito escasso de chuva =776 milímetros, e de dias de chuva =40, e cheio de luminosidade e de ventania, representa um ano, embora talvez (?) desfavorável, dos anos modernos anómalos, depois das derrubadas e do desabrigo das plantações.

Que contraste de condições meteóricas!

O posto meteorológico de Diogo Vaz, a Oeste da Ilha, apresentara similar escassez da chuva e de número de dias de chuva:

---

atmosféricas, eram seguidos, no mesmo dia, de vento rijo e secante de gravana: os treze dias de nevoeiro ilusórios; do fim de Maio ao fim de Setembro de 1919, a bem dizer só oito dias encobertos.

CHUVA MENSAL EM MILÍMETROS

ROÇA DIOGO VAZ — SEDE

Altitude 85 m. — Distância ao mar 400 metros

Meses	1919		1920	
	Total	N.º de dias	Total	N.º de dias
	mm.		mm.	
Janeiro	107,7	8	50,2	9
Fevereiro	21,0	2	128,5	9
Março	258,0	7	75,2	6
Abril	187,0	6	138,4	9
Maio	37,2	1	297,2	19
Junho	0,0	0	0,0	0
Julho	35,0	2	0,0	0
Agôsto	0,0	0	0,0	0
Setembro	1,5	1	4,3	2
Outubro	55,3	7	126,2	20
Novembro	165,1	7	192,0	11
Dezembro	95,2	9	–	–
	963,0	50	–	–

PERÍODO DA GRAVANA SEM CHUVA EM DIOGO VAZ

1919... 27 de Abril a 9 de Outubro... 166 dias.

E todo êste período de cinco meses e meio pode ser considerado pràticamente como sem chuva, porque só chovera no dia 21 de Maio (quási um mês depois do comêço da gravana), nos dias 23 e 26 de Julho (mais de dois meses passados sôbre a escassa chuva de Maio); e fingira que chovera a 26 de Setembro (dois meses depois da chuva de Julho).

1920... Entrou a gravana a 25 de Maio sôbre a chuva de 60 mm. de 24; e a primeira chuva com mais de 2 milímetros fôra a 16 de Outubro: 144 dias de estiagem. (Vid. nota final).

É, pois, concordante com a da cidade de S. Tomé em aspecto de pouca chuva, poucos dias de chuva, e grande secura e duração da gravana, a meteorologia, pelo menos aquém de 1915, das terras cultivadas do Norte e do contôrno do Ocidente da Ilha.

*
* *

O clima da Ilha de S. Tomé, apresentou sempre e apresenta muitas variedades, de valores muito diferentes nos fenómenos meteóricos, conforme o local, não sendo raro, especialmente no tempo em que estavam intactas as densas e contínuas florestas do Sul da Ilha, que lugares afastados de meia ou uma dezena de quilómetros tivessem clima muitíssimo diverso. O feitio geral do clima de toda a Ilha *era* nìtidamente eqüatorial insular: quente, muito húmido e uniforme (com muito pequenas variações meteorológicas em cada dia, ao longo do ano e de ano para ano); mas, nesse feitio, a grandeza dos números dos dados climáticos apresentava de logar para logar, por vezes, a mais contrastante disparidade.

Por exemplo, dois postos, ambos a Sotavento, e apenas distantes entre si de cêrca de 12 quilómetros, um perto do mar (Cidade), com poucos metros de altitude, o outro a 680 metros de altitude (Monte-Café), mostraram os seguintes números característicos:

MÉDIAS METEOROLÓGICAS

	Cidade (1)	Monte-Café
Humidade relativa	80	82 por cento
Chuva anual.....	1.070	2.594 milímetros
Número de dias de chuva .	86,4	180 por ano
Temperatura média anual.	25°,2	20°,6
Variação média da temp...	2°,6	3°,4 (Hann)
Temp. extremas anuais :		
Máxima observada ...	32°,8	32°,5
Mínima »	16°,0	8°,7

Se tivesse também havido observações meteorológicas em postos de Barlavento, maior seria o contraste; pois tive muitíssimos ensejos de comparar quão diferente o clima de Barlavento era do de Sotavento, e como em cada uma destas

---

(1) Números de Hann *(Handbuch der Klimatologie*, tom. II, pág. 70, 71, 76), de nove anos.

Os de Monte-Café provém das *Observações Meteorológicas na Roça Monte-Café*, de dez anos (1885-1894).

regiões eram variáveis de logar para logar, bem vizinhos de resto, as características climáticas.

Tal se dá em todas as ilhas intertropicais de relêvo acentuado: assim na Ilha de S. Tiago de Cabo Verde, a variação anual da chuva, conforme o local, chega a ultrapasssar a relação de um para dois; na ilha de Santo Antão e na do Fogo, um para três; na ilha da Trinidad, e em outras das Antilhas, a mesma relação e a maior diversidade climática. Fora da zona intertropical há o mesmo contraste, nos continentes e nas ilhas, mais ou menos acentuado, entre a pluviosidade dos logares, não raro bem vizinhos, em exposições diversas aos ventos de maior freqüência: citemos apenas a diferença de pluviosidade entre as terras do Norte da Ilha da Madeira, muito mais chuvosas pelo regime dos ventos freqüentes dêste quadrante (a que se junta também e conseqüentemente maior arborização) e as terras do Sul da mesma ilha. (Vid. nota final).

Em conclusão: — Em cada logar da Ilha de S. Tomé o clima apresentáva-se, por 1900, antes de se abater a grande floresta de Barlavento, com os seus carácteres específicos e peculiares ao logar, mas sempre classificável como *equatorial de floresta densa.* Levada quási a termo a desarborização pelo litoral e pelas terras insulares de Barlavento, até perto ou mais de 1:000 metros de altitude, no complemento da derrubada das terras de Norte, o clima passára a *tropical,* com muito maiores variações meteorológicas, e com anos anómalos em grande aberração da média antiga.

(Continúa).

Ezequiel de Campos.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 4, pag. 200)

As *adúas* ou *anúduvas,* a que se refere o documento, era o tributo que pesava sôbre os povos e que consistia na obrigação de trabalharem não só no levantamento ou reedificação dos castelos e fortalezas necessárias à defeza do país, como também nas obras dos paços aí edificados para servirem de residência aos monarcas ou aos alcaides-móres.

A carta a que vimos aludindo é, pois, mais uma das providências com que os reis pretendiam fomentar o aumento da população do concelho, que já então começava afoitamente a sair do estreito perímetro das muralhas da vila e a dilatar-se pelos campos e por algumas fazendas do seu termo.

No reinado seguinte, de D. Fernando, a vila de Marvão é declarada *couto de homisiados,* providência que vinha sendo usada já desde os primitivos forais, e especialmente destinada a povoar e guarnecer de defensores aquelas terras da fronteira que mais expostas estavam aos riscos das incursões inimigas durante o largo período da guerra que êste monarca sustentou com Castela.

Esta luta que, como é sabido, por três vezes se repetiu neste reinado, havia reduzido a agricultura das regiões fronteiriças à mais extrema miséria, não só pelas freqüentes incursões do inimigo, cujas guerrilhas talavam quási completamente os campos, como também pela falta de lavradores e caseiros, os quais, na sua maior parte, estavam alistados no serviço das armas. De tal ordem era a escassez de jornaleiros para as necessidades da cultura da terra, e tão gerais eram os prejuizos que resultavam da falta de braços para a economia do concelho, que levaram os procuradores da vila, nas côrtes de Coimbra de 1394, a reclamar, com alarmante

insistência, as mais prontas e urgentes providências para remediar êsses inconvenientes e atenuar a aflitiva situação em que se encontrava a sua população dizimada pelos azares da guerra.

Foi, pois, com o pensamento de acudir ao justo apêlo das populações da fronteira que D. Fernando declarou a vila de Marvão *couto de homisiados,* à semelhança do que já se havia ordenado com respeito a outras vilas, como Chaves, Miranda do Douro, Sabugal, Guarda, Melgaço, Fronteira, Arronches, Mértola e outros lugares.

A respectiva carta de couto foi passada em Santarém a 27 de Julho da era de 1416, ou seja no ano do nascimento de Cristo de 1378. Por meio dela se ordenava que a vila tivesse o privilégio de receber «*200 homisiados pera ser melhor povoada e acrescentada*», com a liberdade dos mesmos homisiados poderem lavrar, aproveitar e socegar no dito lugar e termo, com excepção de todos aqueles que tivessem cometido os crimes de *trayçam* ou *aleive.*

Na mesma carta se dá também ao concelho a faculdade de poder conceder dois meses de licença e todas as facilidades aos homisiados que tivessem terrenos situados em outra qualquer parte para que aí os pudessem ir lavrar e aproveitar.

Os males provenientes da escassez da população e do abandôno dos campos do concelho eram reputados factos de tal gravidade que chegava a ordenar-se que os moradores da vila e termo que daí se ausentassem, com intenção de não voltar, incorreriam na pena do perdimento e confisco dos seus bens, os quais deveriam ser dados por sesmaria aos homisiados, se porventura os referidos moradores não deixassem filhos, ou se não regressassem no praso de trinta dias depois de préviamente apregoados (1).

Esta medida era, relativamente ao concelho, a aplicação da série de providências que se ordenaram no reinado de D. Fernando, destinadas a fomentar o progresso da agricultura, entre as quais avulta a célebre lei datada de Santarém em 6 de Agôsto da era de 1413. Nela se ordenava que em virtude da grande falta de pão e de cevada, todos os lavradores ou proprietários de herdades fôssem constrangidos a lavrá-las, por si ou por outrem, de forma a serem aprovei-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. João III,* liv. 17, fl. 140, liv. 52, fl. 180.

tadas, devendo ter tantos bois quantos fôsse mister para êsse fim.

Estabelecia-se que na venda dos gados houvesse uma tabela de preços razoaveis, que deviam ser taxados pelas justiças dos lugares, e a pena de dar as herdades a lavrar a outrem quando os donos não quizessem semeá-las e lavrá-las por si.

Finalmente, obrigavam-se todos os mendigos válidos que fôssem achados a esmolar, a servir na lavoura, e igualmente aqueles que, não sendo religiosos, andassem com hábitos dêles.

Para integral cumprimento desta medida dois homens bons de cada vila deveriam ir ver todas as herdades que estivessem nas expostas condições.

D. João I confirma a providência que o seu antecessor havia tomado relativamente a Marvão, regulando por lei de 30 de Agôsto de 1406 a constituïção dos coutos de homisiados, e ordenando, quanto à sua distribuïção, o seguinte:

> «Os d'Antre Tejo e Odiana e do Reyno do Algarve vão morar e povoar em Noudal; os da comarca da Estremadura, como parte de Lisboa inclusive, e pollo Rio Tejo ataa o mar, e ataa Coimbra inclusive, como ora anda a correiçom que traz Martim de Santarem Corregedor por Nós na dita Comarca, vaão povoar e morar na nossa Villa de Marvam» (1).

No tempo dêste mesmo monarca, por carta passada em Santarém a 6 de Julho da era de 1445, ampliam-se, a benefício do povoamento do concelho, os privilégios concedidos aos homisiados, permitindo-se-lhes que pudessem também lavrar nos termos de Castelo de Vide, Niza, Crato e Portalegre, em vista da dificuldade de se poderem manter só no termo de Marvão (2).

Nos reinados seguintes não só se confirmam todos êstes privilégios, como também se decretam novas providências relativas aos homisiados, tais como: a carta de D. Duarte passada em Évora a 7 de Abril de 1435, ordenando aos oficiais da vila que não dessem licença aos homisiados para saírem para fora dela sem primeiro aí estarem o tempo mar-

---

(1) *Ordenações Affonsinas*, livro 5.º, tit. 61, pág. 241.
(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. 5.º, fl. 178.

cado no privilégio do couto; uma outra carta do mesmo monarca passada em Estremoz a 5 de Maio de 1436, permitindo que cinco homisiados pudessem servir de almocreves a fim de irem buscar pescado para abastecimento da vila, porém, com a expressa proïbição de não poderem entrar nas terras e lugares onde tivessem cometido os seus malefícios (1).

D. Manuel, por carta datada de Santarém a 27 de Julho da era de 1416, confirma depois as providências dos reis seus antecessores, ordenando, porém, que do privilégio do couto deviam ficar excluidos não só os que tivessem cometido os crimes de traição e aleive, o que já anteriormente se havia determinado, como também os de heresia, sodomia e moeda falsa (2).

Era com estas úteis medidas que se conseguia atrair moradores e se promovia a sua fixação e estabilidade nos lugares mais expostos da fronteira e naqueles onde a luta era mais agitada e cruenta.

O privilégio do couto de homisiados não significava, como poderá imaginar-se, que a terra escolhida para êsse fim era tida em menos aprêço e consideração do que as outras. São, a êste respeito, significativas e bem cabidas aqui as autorizadas palavras de Gama Barros quando diz: «não se julgue que as terras onde o soberano decretava que os criminosos ficassem immunes, consideravam deshonrosa para ellas a concessão de tal privilegio. Não faltam exemplos que demonstram o contrario» (3).

Não julgou o rei D. Fernando bastante o privilégio do couto de homisiados concedido à vila de Marvão; havia de ir ainda mais longe a protecção que êste monarca, pela extrema gravidade das circunstâncias, fôra obrigado a dispensar ao povoamento da vila e do seu termo. Além da isenção para os seus moradores do imposto de montado pelos gados que ali pastassem, esta providência foi também extensiva depois aos importantes tributos fiscais da portagem e costumagem, de que a corôa era tão ciosa.

Consta esta medida da carta passada em Santarém a 1 de Junho da era de 1421, pela qual o rei cedia, a benefício do

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Duarte*, liv. I, fl. 159. — *Odiana*, liv. V, fls. 178 v. e 180.
(2) Idem — *Odiana*, liv. V, fl. 177 v.
(3) Gama Barros, *ob. cit.*, pág. 245.

concelho, um dos mais importantes direitos da sua autoridade, como era o direito da percepção dos impostos.

Êste facto prova bem como seria escassa a população da vila e termo, para o que muito deveriam ter contribuido as constantes alterações com Castela, e a vida desassossegada de ininterrupto perigo e vigília que levavam os moradores desta parte da nossa fronteira.

Do que afirmâmos dão fiel testemunho as queixas dirigidas a D. João I pelas várias povoações e lugares da raia, queixas que êste monarca procura atender com acertadas providências de que encontrâmos notícia em alguns dos nossos historiadores (1).

Depois de feita a paz com Castela, em 1411, D. João I, com o fim de remediar o grande atrazo do movimento da povoação e da agricultura, sobretudo nas terras fronteiriças mais prejudicadas com os azares da guerra, ordena uma série de medidas tendentes a beneficiar as fôrças económicas da nação.

Uma dessas providências, relativas a Marvão, consta da carta passada em Alemquer, a 24 de Novembro da era de 1422, confirmada depois pelas cartas de 28 do mesmo mês, de 19 de Janeiro da era de 1411 e 15 de Maio do ano de 1483 (2).

Por êstes diplomas confirmava-se à vila e termo o privilégio da isenção dos impostos de sisas, peitas e montados, a que era obrigada pelas disposições contidas na sua carta de foral.

Além dos citados diplomas, há um outro do mesmo monarca de curioso interêsse não só para a história regional, como também para a biografia da mãi do glorioso condestável D. Nuno Álvares Pereira, que ao tempo residia na vila de Portalegre. Queremos referir-nos à carta de doação passada em Abrantes no mês de Julho da era de 1423, pela qual se concedia a Iria Gonçalves a herdade da Portagem de Marvão, com todas as suas rendas e pertenças em atenção *«aos muitos e estremados serviços que nós e estes regnos recebemos e entendemos receber dos que della dependem»*.

Esta doação foi uma das muitas e generosas mercês que

---

(1) Costa Lobo — *Ob. cit.*, pág. 24; Bento Carqueja — *O Povo Portuguez*, pág. 26.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. V, fl. 178; *Chancelaria de D. João I*, liv. II, fl. 188.

D. João I concedeu à mãi do seu bravo companheiro de armas para galardoar os serviços que êle prestara à sua causa e à consolidação da independência da pátria. Entre essas mercês avultam as seguintes: por carta passada na vila de Abrantes em 30 de Julho da era de 1423, a doação do *quinto* das vilas de Portalegre e Alegrete, dos pregoeiros e outras coisas tomadas aos inimigos; por carta passada no *Areal de sobre Chaves,* a 25 de Janeiro de 1424, essas largas dadivas são ainda acrescentadas com o dízimo de lenha e carvão que entrasse na cidade de Lisboa (1).

O interessante documento, relativo à Portagem de Marvão, a que acima aludimos, é pois duplamente digno de ser aqui transcrito na íntegra. É como segue o seu teor:

«Dom Joham pella graça de deus Rey de portugal e do algarue. A quantos esta carta viirem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a eiria gonçalvez madre do condestabre por muitos e estremados serviços que nos e estes regnos recebemos e entendemos receber dos que della dependem de nossa vontade e certa sciencia e poder absoluto lhe damos e doamos e lhe fazemos liure e pura doaçam antre uiuos ualledora pera todo sempre pera ella e pera todos seus herdeiros e sucesores que depois della uierem de herdade da nossa portagem de maruam com todas suas rendas e pertenças. Porem mandamos a todallas justiças dos nossos regnos e a outros quasquer officiaaes e pesoas que esto ouuerem de ueer a que esta carta for mostrada que metam a dita eiria gonçalves ou seu certo procurador em posse da dita portagem e das rendas, dereitos e pertenças della e lha leixem auer sem embargo nehũu que lhe sobrelo seia posto. E esta doaçam lhe fazemos se ainda a dita portagem seus dereitos a outrem nom som dados per nossa carta, nom embargando quaaes quer leis e direitos custumes façanhas e outras quaaes quer cousas que em contrairo desto seiam por quanto nos queremos e mandamos que nom aiam lugar em esta doaçam mais que seia sempre valiosa e firme. E pormetemos em nossa ffé Real de a nom reuogar nem hir

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. João I,* liv. I, fl. 149 v.

contra ella. E Rogamos aos reis que depois de nos vierem que lhe nom uaao contra ella e lha façam guardar aos quaaes nos lançamos quanto em uos he a maldiçam se o contrairo fezerem. Em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta de doaçam. Dante em abrantes *(raspado)* de Julho el-reey o mandou gonçalo lourenço a fez era de mil IIII XXX III anos» (1).

No curto reinado do desventurado D. Duarte começou a desenvolver-se nas margens da ribeira de Marvão a indústria da moagem nas primitivas azenhas e moinhos que por ali se estabeleceram, e que certamente já vinham de mais longe. Isto se deixa ver por algumas cartas de aforamento, a mais antiga das quais é a que se segue:

«Outra tal carta ouue diogo gonçallvez morador em maruam porque traz aforada pera todo sempre hũu moynho que he na ribeyra do Sever e a casa he de longo xv covados e dancho seis de que paga em cada hũu de foro seis mil Reaes da moeda antiga segundo se contem no liuro do almoxarifado. Em Stremoz XXVI dias de janeiro de mil IIII XXX VI anos» (2).

Ainda neste mesmo reinado, novo diploma vem beneficiar a vila e os seus moradores, aos quais são cofirmadas todas as liberdades, graças e mercês concedidas pelos reis seus antecessores, acrescentando-se-lhes todavia mais o importante privilégio de poderem usar livremente armas para sua defeza. Assim consta da carta passada em Estremoz a 3 de Maio de 1436 (3).

No reinado seguinte, de D. Afonso V, novo aforamento de um moinho nos aparece registado nos livros da respectiva chancelaria. O título que o constitue é passado em Évora a 23 de Março de 1475 e a favor de Fernão Vaz Calvo e de sua mulher Isabel Dias, mediante o pagamento do fôro anual de 10 reaes brancos, que deveriam ser pagos no dia de Natal (4).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. João I,* liv. 1.º, fl. 97 v.
(2) Idem — *Chancelaria de D. Duarte,* liv. I, fl. 200 v.
(3) Idem — *Odiana,* liv. V, fl. 179.
(4) Idem, *ibidem,* liv. 4.º, fl. 142 v.

*

É também do tempo dêste monarca o curioso e interessante documento declarando coutada a herdade do termo da vila já então conhecida pelo nome de *Maria Viegas,* propriedade que veiu depois a pertencer ao glorioso estadista José Xavier Mousinho da Silveira, natural da vila vizinha de Castelo de Vide, e que em Marvão iniciara a sua carreira de magistrado na qualidade de juiz de fóra. Nesta herdade encontram-se hoje as térmas sulfúreas da Fadagosa, a que faremos mais desenvolvida referência em um dos capítulos seguintes.

O título constituïtivo do aludido coutamento é datado de Santarém a 23 de Março de 1474, e passado a favor de Henrique de Albuquerque, alcaide-mór de Marvão e fidalgo da casa do Duque de Bragança D. Diogo. Do texto dêste documento ver-se há que o privilégio do couto por êle estabelecido fôra instantemente solicitado para evitar os danos e prejuizos que nessa propriedade causavam os gados que pasciam na vizinha herdade do Azinhal, já então importante e com um apreciável labor agrícola. É um pequeno código de posturas em defesa da cultura agrícola e da arborização do concelho que interessante será tornar conhecido:

«Dom affonsso etc. A quamtos esta nossa carta de coutamento virem fazemos saber que amrrique dalbuquerque fidalgo da casa do duque dom diogo meu muy prezado e amado sobrinho e alcayde moor da nossa villa de maruam nos disse que elle comprara huũa erdade e terra que se chama de maria viegas que era em termo da dita villa, a quall partia de huũa parte com a coutada do azinhall que era do conçelho de castell de vide e hya rriba fumdo emtestar em seeuer terra de Castella. E da outra parte partia com o monte daffonso esteuez e com outras comfromtações com que de dereyto deuia de partir segumdo mays compridamente na carta de compra da dita erdade e terra que elle tinha se contém. E que elle pera bem da comtemda do azinhall ser muy gramde e os gaados serem em ella muytos e a sua terra ser muy pequena diz que recebia delles muy gramde dampno e perda e todo lhe comyam e gastauam assy dos pastos como de madeira que em ella lhe talhauam como em rrama e cortamento que lhe nas aruores faziam sem elle a ello poder dar rremedio alguum nem a poder defender. E por que elle a

dita terra queria aproueitar e laurar e pera aver della mantjmento pera seu suportamento e de seu castello. E coutamdo lha nos e deffenssandoa nom fazia pruryzo alguum ao dito comçelho de maruam nem a dita coutada do azinhall nem a outras nehuũas pessoas por a dita erdade ser fora muyto do lemite dos campos e rressios do dito comçelho e assy dos caminhantes e passajeyros que hyam destes rregnos pera os de Castella segumdo mays compridamente veer poderiamos per huũa carta testemunhauell que elle peramte nos apresemtou com huũa carta dos iuyzes e officiaaes do comçelho da dita villa de maruam em a quall se comtinha amtre as outras que nos espreueramos ao corregedor da dita comarca que elle visse a dita terra e erdade e se era cousa rrazoada e iustiça de nos podermos coutar lhe a dita terra e erdade e se rreçeberse a elle amrrique dalbuquerque dampno ou perda da coutada do dito azinhall, em comprimento da quall aluaro collaço ouuydor por diogo varella corregedor por nos em a dita correyçam fora veer a dita erdade com os officiaaes da dita correyçom E acharom que elle rreçebia muyto dampno da coutada do azinhall e gaados muytos que em ella amdauam. E que a terra do dito amrrique dalbuquerque era muyto pequena e asaz estreita e que seemdo ella per nos coutada nom fazia dampno e empedimento alguum a nehuua pessoa nem ao comçelho do dito logo de maruam por que jazia muyto desuayrada delle e nom em lugar de passajeyros e asy o rrecomtauam os ditos officiaaes de maruam que todo era verdade segumdo o dito ouuydor dizia na diligencia que fezera em veer a dita terra segumdo que todo esto e outras muytas cousas milhor e mays compridamente se em as ditas cartas comtjnham. Nos pidia por mercee o dito amrrique dalbuquerque que vistas as diligemçias que assy o dito ouuydor fezera e ho pouco empedimento que assy a dita sua terra e erdade poderia fazer seemdo coutada lha quisessemos coutar e nom comsentissemos que elle rreçebesse tamta perda e dampno que elle rreçebia e poderia rreçeber da coutada do dyto azinhall sse lhe coutada nom fosse e quaaes quer gaados que em ella emtrassem fossem em cooymados e por cada cabeça se pagasse huũa çerta cooyma que nos bem pareçesse que sse lhe deuia poer e assy a quall quer

pessoa ou pessoas que lhe em ella cortassem madeyra ou rrama ou decotamento daruores. E que as penas e coymas fossem postas pera elle e lhe fezessemos della mercee.

«E nos veemdo o que nos elle assy dizia e pidia e vistas as diligençias que sobre esto mamdamos fazer e queremdo lhe fazer graça e mercee teemos por bem e coutamos lhe a dita sua terra e erdade que em ella teem que elle assy comprou per aquelles lugares e demarcaçoões e comfromtaçoões aquy e na dita carta de compra nomeadas e declaradas. E queremos e mamdamos que daquy em diamte quaaes quer gaados que lhe em ella emtrarem ou paçerem que lhe paguem de cooyma por cada cabeça. .s. de carneyro ou ouelha bode e cabra porco ou porca oyto rreaaes. E por cabeça de boy ou vaca e cauallo egoa ou asno xv rreaaes. E por aruore que lhe cortarem pello poe çimquoenta rreaaes. E se a decotarem ou cortarem rrama xxv rreaaes. As quaaes penas e cooymas seiam todas pera ao dito amrrique dalbuquerque. E por que a nos apraz de lhe fazermos dellas mercee mandamos a todollos corregedores Juyzes e iustiças offiçiaaes e pessoas de nossos regnos a que ho conheçimento desto perteemçer por quallquer guisa que seia esta nossa carta for mostrada que lha cumpram e guardem e façam comprir e guardar em todo assy e pella guysa que se em ella comtem. E lhe ajam a dita sua erdade por coutada e deffesa sem lhe sobre ello ser posto embargo alguum e lhe leixem leuar as ditas penas e cooymas o em cooymar os ditos gaados e pessoas pella maneira que dito he. Por que nossa merçee e vomtade he de lha coutarmos e defemdermos pela maneyra que dito he e que sse em esta carta contem. E all nom façades. dada em samtarem xxiii de março. ElRey o mamdou pellos doutores pero da silua e ioham teixeyra e Joham Jorge a fez Anno de mill e iiii^{c} lxx iiii» (1).

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana,* liv. 6.º, fl. 29.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 4, pag. 192)

Commentarios de Afonso Dalboquerque capitaõ geral & gouernador da India, collegidos por seu filho Afonso Dalboquerque das proprias cartas que elle escreuia ao muyto poderoso Rey dõ Manuel o primeyro deste nome, em cujo tempo gouernou a India. Vam repartidos em quatro partes segũdo os tempos de seus trabalhos. Com Privilegio Real. — Este titulo dentro de um portico, e por baixo de um brazão d'armas. No fim: *Foram jmpressos estes Commentarios Dafonso Dalboquerque capitam geral & gouernador da India na cidade de Lixboa, por Ioam de Barreyra jmpressor del Rey nosso senhor. Acabaramse de jmprimir vespera de sam Sebastiã, dezanoue dias do mes de Ianeyro da era de mil & quinhentos & cincoenta & sete annos, em cujo dia o Principe dõ Bastiam nosso senhor a quem esta obra vay offerecida, fez tres annos.*

Folio (marcação de 8.º), cccv folios.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. O exemplar n.º 690 dos *Reservados* pertenceu ao bibliophilo francez Garnier, residente em Lisboa no ultimo quartel do seculo passado.

No verso do frontispicio, uma especie de indice, dizendo onde principia e onde acaba cada uma das quatro partes da obra, e o numero de capitulos, que cada uma contém. No 1.º folio innumerado, a dedicatoria a D. Bastiam (D. Sebastião); no verso o 1.º capitulo. A folha immediata é numerada 8, mas cremos que é erro typographico, porque o mesmo se dá em outros exemplares, não parecendo que haja falta de folha.

Os *Commentarios* foram segunda vez impressos, pelo mesmo typographo, em 1576.

Grammaticæ introductiones breuiores & lucidiores, quã ante hac aliæ in lucem editæ sunt ad clarissimũ puerũ D. Ioãnẽ menesiũ præstãtissimi viri. D. Alfonsi Menesij Vascõselij filiũ, cõmitisq; Penlæ nepotẽ. — Este titulo dentro de uma portada egual á da *Viciosa vergonha,* sem cercadura. Na base: *Hieronymo Cardoso Autore.*

No verso do frontispicio começa a dedicatoria a D. João de Meneses Vasconcellos, datada de Lisboa, *calendis Augusti, M. D. LII.*

8.º, 158 pag.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Este exemplar tem falta de algumas folhas no fim.

Barbosa designa o anno de 1557 para a 1.ª edição d'esta grammatica, sendo o impressor João de Barreira. Lixboa.

Patrvi et nepotis de svccessione regni Portvgalliæ tractata quæstio: vtrvm patrvvs Regis filius secundo genitus annis maior: an verò eiusdem Regis nepos etiam infans, ex primo genito conceptus, præferri debeat. Autore Emmanuele Costa Iurecons. Regio Senatore, atque in Conimbricensi Academia professore legum primarium. Cum intellectu legum Portugalliæ & Castellæ, quæ etiam in maioratu bonorum Regiæ coronæ, & bonorum patrimonialium eandem quæstionem attigerunt. Item Oratio fvnebris in exeqviis Serenissimi Portugalliæ Regis Ioannis. III. ab eodem autore Conimbricæ habita. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. M. D. L. VIII. Decimo Calendas Augusti.

4.º, 3 folhas preliminares, 216 paginas.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Alphonsi Rod. de gueuara Granatensis, in Academia Conimbricensi rei medicæ professoris, & Inclytæ Reginæ medici physici, in pluribus ex ijs quibus Galenus impugnatur ab Andrea Vesalio Bruxelẽsi in cõstructione & vsu partium corporis humani, defensio: Et nonullorum quæ in anatome deficere videbantur supplementum. Conimbricæ. Apud Ioan. Barrerium Typographũ Regium M. D. LIX.

8.º, 7 folhas preliminares innumeradas, 298 pag., mais 1 folio innumerado de erratas, mais 3 folios de indice coordenado pelo licenciado Diogo de Ribeira.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Comedia dos Estrangeiros. Feyta por ho doutor Francisco de Saa de Miranda. Impressa em Coimbra por Ioam de Barreyra.

No verso d'este frontispicio, que é circumdado de vinhetas gravadas em madeira, e encimado por tres personagens da comedia, tambem gravados, vem em caracteres redondos as pessoas e o argumento. Segue-se o Prologo em caracteres gothicos, desde pagina 3 a pagina 8, e d'ahi até pagina 87 a comedia em caracteres redondos.

Ao meio d'essa pagina: *Foy impressa a presente obra por Ioam da Barreyra Impressor da universidade de Coimbra. Acabouse aos XIIj dias do mes de Setembro de M. D. LIX. Com licença impressa. Com Privilegio Real.*

Seguem-se até ao fim da pagina sete linhas de erratas.

8.º, 1 vol.

Exemplar do Sr. Fernando Palha, que possue todas as edições princeps das Comedias de Sá de Miranda. A dos *Estrangeiros* foi impressa segunda vez em Coimbra, em 1561, por Antonio de Maris. O texto de uma e outra fazem, porém, muita differença. O nosso particular amigo Fernando Palha, que fez o confronto, escreve-nos a este proposito:

«O texto de uma e de outra variam essencialmente, havendo suppressões, alterações, abreviações, etc. Parece que á edição de 1561 presidiu a idéa de abreviar e expurgar, e quasi se póde dizer uma nova comedia sobre o mesmo thema. Como exemplo ahi vai o começo da primeira scena:

Edição de 1559

«*Amente.* —Vida he isto que me tu Cassiano das! Nam terey eu hũa das horas do dia livre de ti, para meu prazer, ou se assi nam queres pera meu pesar? Nam sey a q̃ tu possas chamar cativeyro, se ho a este nam chamas?

«*Cassiano.* — Por qual rezam pões Amẽte nome de cativeyro, a minha companhia, que te foy dada por ordenança de teu pay, de crer he que por teu bem. Eu Amẽte sam teu cativo, que ando sempre apos ti, e tu por onde queres.

Edição de 1561

«*Amente.* — Ja vẽs apos mim Cassiano? que me queres? por vida se pode aver hum taõ pesado captiveiro?

«*Cassiano.* — Captiveiro chamas tu ao teu remedio? Assi fazeis vos outros a tudo, mudaes os nomes como quereis, e ficaes contẽtes, eu Amente, eu sou o captivo, que me trazes sempre apos ti por onde queres.

«No final da Comedia, na edição de 1559, ha as seguintes quadras:

DEVORANTE

Calidio ja eu vi outro homẽ
mais saõ de costas que ti,
pulgas sey que te nam comẽ,
vergoẽs pode ser que sy.

CALIDIO

Caõ d'açougue Deuorante
Lambe spetos que te vaas
Grifo que ao ceo subiraas
Se te poẽ carne diante.

«Na edição de 1561, as quadras estão transformadas em quintilhas.

DEUORANTE

Callidio j'eu vi outro homẽ
Mais saõ das costas que ti,
Porque te torces assi?
Pulgas sey que te naõ comem
Vergões poude ser que si.

CALLIDIO

Deuorante que se tanja
Que se cante em parayso,
Naõ he aquella a tua granja,
Pois se lá falla de siso,
E naõ he terra de manja.

«A edição das obras de Sá de Miranda, de 1595, reproduz o texto da edição de 1561».

Tratado notavel de huma pratica, que hum lavrador teve com hum rey de Persia, que se chamava Arsano: feito

por um persio por nome Codio Rufo, que n'aquelle tempo se achou: no qual foi tresladado de grego em latim, e reduzido em portuguez por Fr. Hyeronimo da Ordem de S. Bernardo do convento de Alcobaça, que estando em Paris lhe veio ter á mão, e nelle o trouxe a elrei D. Sancho de Portugal, a quem ho prologo vay dirigido. Coimbra, por Joaõ da Barreira, 1560.

4.º, caracter gothico.

Innocencio declara nunca ter visto exemplar d'esta obra e o mesmo nos succede. O texto, porém, está reproduzido n'um dos manuscriptos de Alcobaça.

Vida & milagres da gloriosa Raynha sancta Ysabel, molher do catholico Rey dõ Dinis sexto de Portugal. Com ho compromisso da cõfraria do seu nome, & graças a ella concedidas. M. D. LX. — Este titulo pela parte inferior de uma estampa, em madeira, representando a Santa, e por baixo estas palavras: *Cruz & spinea domini mei Sceptrum & Corona mea.* No verso da ultima pagina, innumerada: *Foy impressa a presente obra por mandado dos Mordomos & confrades da confraria da gloriosa sancta Ysabel Raynha de Portugal. E a instãcia da senhora dona Ana de Meneses, Abbadessa do mostayro de sancta Clara de Coymbra & das senhoras dona Marta da sylua & dona Ambrosia dè Crasto, sanscristaãs do mesmo mosteiro, pera louuor de nosso señor, & da gloriosa Raynha sancta Ysabel. Acabouse aos XV. dias do mes de Iulho. De M. D. LX. Impressa em Coymbra por Ioam de Barreyra, com licença dos deputados da sancta Inquisiçam.*

4.º, 4 folhas preliminares innumeradas, incluindo frontispicio, 76 pag.

Bibliotheca de Evora e Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Descripção na *Bibliotheca* de Figanière, e nos *Cimelios,* pag. 334.

Manval de Confessores & penitentes, que clara & breuemente contem a vniuersal decisam de quasi todas as duuidas q̃ em as confissões soem occorrer dos peccados, absoluições, restituyções, censuras, & irregularidades. Composto por ho muyto resoluto, & celebre Doutor

*Martim de Azpilcueta Nauarro Cathedratico jubilado de Prima em Canones, na Vniuersidade de Coymbra. Pola ordem de hũ pequeno, que fez hũ Padre Portugues, da prouincia da piedade. Acrecentado agora por ho mesmo Doutor, cõ as determinações de muytas duuidas, que despoys da outra reformaçam lhe forã mandadas. Hũa das quaes vay sinalada com este sinal de estrella *. As outras em cinco Comentarios, de vsuras, cambios, Symonia mental. Defensam do proximo, De furto notauel, & irregularidade. Com seu Reportorio copiosissimo. Com Privilegio Apostolico Real de Portugal, Castella, & Aragão. Impresso em Coimbra por Ioam de Barreyra. Impressor da vniuersidade. M. D. LX. Vendese a Cruzado, em papel.* — No fim, em folha solta: *Foy impressa a presente obra em a muy nobre cidade de Coymbra, por Ioam de Barreyra, Impressor del Rey. E acabouse aos vinte dias de Ianeyro. De M. D. LX.*

4.º (marcação de 8.º, A A iiiii, etc.), 8 folhas preliminares innumeradas, 750 pag.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Bibliotheca da Ajuda, Bibliotheca da Universidade e Sr. Joaquim Martins de Carvalho.

O *Commentario resolutorio de onzenas* e o *Reportorio* têm frontispicio e paginação á parte e até a subscripção final que vem no fim da *Taboada* faz differença, pois é assim concebida: *A gloria & louuor do senhor Deos, & da sacratissima virgẽ sancta Maria, & de todos os seus Sanctos & Sanctas, se impremio a presente obra, chamada Manual de Confessores por mandado do Doutissimo senhor ho Doutor Nauarro. Acabouse aos XXVIj dias do mes de Feuereyro. M. D. LX.*

Zelotypo. Eufrosina. Siluia de Sousa. (Vinheta com tres figuras). *Comedia Eufrosina. De nouo reuista, & em partes acrecẽtada, Impressa em Coimbra. Por Ioã de Barreyra Impressor da Vniuersidade; Aos dez de Mayo. M. D. LX.* — No fim: *Foy impressa a presente obra, em a muy nobre & sempre Real cidade de Coimbra, por Ioã de Barreyra empressor da vniuersidade. Com priuilegio Real que nenhũa pessoa a possa imprimir, nem vender nem trazer doutra parte impressa, sob as penas conteudas no Priuilegio. Acabouse aos dez dias do mes de Mayo. De M. D. LX.*

8.º, 347 pag., laminas de madeira. Só a lista das *Figuras da Comedia* é que é em gothico.

No verso do frontispicio principia o *Proemio ao Principe N. S.;* na pagina seguinte, 3, se acham as *Figuras da Comedia,* e no reverso principia o prologo, que termina na pagina 12; na seguinte começa a comedia, que conclue na 347, cujo verso é cheio por uma gravura com varios personagens: no rosto da folha seguinte é que se lê a subscripção final.

Exemplar de Salvá descripto no seu Catalogo sob n.º 1:254.

Começa o tratado dos remedios cõtra os sette peccados mortaes. Com a oração do fazimento de graças polas obras do Senhor e petições polos mesmos misterios. Em Coimbra, MDLX. — No fim: *Foy impresso ho presente... Em a muy nobre cidade de Coimbra por João de Barreyra impressor da Vniuersidade. Acabouse aos XVIII dias do mes d'Agosto de MDLX.*

8.º, 72 pag.

Bibliotheca de Evora. Supplemento do *Diccionario Bibliographico,* artigo João Soares.

Tratado de avisos de confessores, ordenado por mandado do reverendissimo senhor D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo e senhor de Braga, primaz. Coimbra, por Joaõ da Barreira, 1560.

8.º, 128 pag.

Bibliotheca de Evora. Descripto no Supplemento do *Diccionario Bibliographico.*

Commentarivm in Sacrosantvm Domini Nostri Iesu Christi Euangelium, secundûm Matthæum: rectum & syncerũ sensum explicans. Plurimas etiam hæreticorũ minimè orthodoxas opiniones, egregiè diluens. Concionatoribus, disputantibus, & omnibus catholicis apprimè vtile. A Reuerendis. Dño. D. Ioanne Soarez, Episcopo Conimbricensi, & Arganili comite, æditum. Cum gratia et priuilegio Regio ad decennium. Indice etiam locupletissimo adiecto. (Brazão de armas do bispo-auctor). *Conimbricæ, Apud Ioannem Barrerium typographum Regium. Anno M. D. LXI.*

Folio, 4 pag. innumeradas, 577 pag. numeradas. No verso

do frontispicio o privilegio real datado de Lisboa de 30 de janeiro de 1561. Na pagina immediata (3.ª) a censura de Fr. Martinho de Ledesma datada de 23 de novembro de 1561.

Tem um exemplar o Sr. Simões de Castro. Na Bibliotheca da Universidade ha outro similhante quanto ás 577 paginas numeradas, offerecendo porém differença no rosto, que tem os mesmos dizeres mas em outro typo; o brazão é de maiores dimensões, e o anno da impressão indicado no rosto M. D. LXII. O privilegio real, que no exemplar que indica a impressão em 1561 está impresso no verso do frontispicio, no que indica a impressão em 1562 occupa a pagina immediata, sendo em branco o verso do rosto. A censura de Fr. Martinho de Ledesma que no exemplar que indica a impressão de 1561 occupa a 3.ª pagina innumerada, no exemplar que indica a impressão de 1562 encontra-se na 4.ª pagina innumerada. Quanto ás paginas numeradas, os exemplares são perfeitamente eguaes.

Ho octavo liuro da historia do descobrimẽto & cõquista da India pelos Portugueses. Feyto por Fernaõ Lopez de Castanheda, que Deos tem. Impresso em Coimbra. Com Real Priuilegio. M. D. LXI.—No fim: *Foy impresso este Octauo liuro da historia da India em a muyto nobre & leal cidade de Coimbra, por Ioaõ de Barreyra impressor del Rey na mesma vniuersidade. Acabouse aos vintaseys dias do mes Dagosto de 1561. annos.*

Folio, 2 folhas preliminares innumeradas, 283 pag.; typo redondo. A portada do frontispicio differente das outras. O prologo é dirigido pelos filhos do auctor a D. Sebastião.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Libro de la oraciõ horas canonicas, y otros officios diuinos, del Doctor Martin de Azpilcueta Nauarro cathedratico jubilado de Prima de Canones en la vniuersidad de Coimbra, nueuamẽte reuisto. El qual va a manera de repeticion latina, sobre el capitulo Quando. de consecratione distintione prima. Fue impresso en Coimbra, por Iuan de Barrera impressor del Rey. M. D. LXI. Vendese con la adicion, en ciento y quarenta marauedis.

8.º, 24 folios preliminares innumerados, incluindo o fron-

tispicio; 476 pag., mais 1 folio innumerado contendo um Breve ao auctor, de Paulo III.

Nas preliminares, dedicatoria á rainha D. Catharina, epistola de João de Iaureguiçar a D. Remigio de Gozi arcediago pompelonse, Tabla, approvação de frei Martinho de Ledesma.

A dedicatoria á rainha principia: *Las mismas causas y razones, que los dos años passados Reyna Christianissima me ponian temor de dedicar a V. A. dos obras, vna de Latin, y otra de Romance, etc.*

Por baixo da dedicatoria, a seguinte declaração: *En esta segunda impresion quitose mucho del Latin, porque se dezia que resfriaua su encuẽtro a los que no lo entẽdian.*

Texto em caracteres gothicos.

Exemplar do Sr. José Maria Nepomuceno.

Regvla beatissimi doctoris Augustini, & constitutiones canonicarũ regulariũ cõgregationis diuæ Crucis Conimbricensis, ordinis eiusdem. — No fim: *Conimbricæ Per Ioannem Barrerium Typographum Regium. M. D. LXI.*

8.º, 16 pag. innumeradas.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, n.º 902.

De Arte Rhetorica Libri tres ex Aristotele, Cicerone, & Quintiliano præcipue deprompti. Authore Cypriano Soarez Sacerdote Societatis Iesv. (Monogramma da Companhia). *Cum facultate inquisitoris & ordinarij, quam sequens pagina indicat. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. 1562.*

8.º, 5 folhas preliminares, 116 folhas numeradas pela frente, além de 10 innumeradas no fim contendo o indice.

Bibliotheca Nacional de Lisboa, Bibliotheca da Ajuda e Bibliotheca da Universidade.

No verso do frontispicio traz a approvação de frei Martinho de Ledesma. Nas preliminares poesias latinas de Manuel Alvares e Miguel Vanegas.

Houve mais no seculo XVI as seguintes edições: 1575, por João de Barreira; 1583, por Antonio de Maris; 1590, por João de Barreira.

Ribeiro dos Santos indica, certamente por engano, uma edição de 1552.

Cypriano Soares era hespanhol, natural de Ocanha. Ve-

ja-se a sua biographia em Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Jesv*, vol. 2.º, pags. 18 e 592.

In quosdam Dialecticos & Grammaticos, pro Jureperitis Ignatii Moralis Lusitani Carmen: & alia quædam ejusdem poëmata: Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. M. D. LXII.

Este titulo orlado por tarja com figuras.

4.º, 12 folhas não numeradas, comprehendendo o rosto.

Na ultima folha tem, escripta em verso: *Approbatio fratris Martini Ledesmij Doctoris Theologi Primarij professoris Conimbricæ, & sanctæ Inquisitionis à Cardinali D. Henrico Substituti.*

Além da poesia indicada no titulo, que comprehende 4 folhas, contém mais:

a) Ad Arium Pinelū, & Emmanuelem Costã primæ cathedræ Iuris ciuilis Salmanticæ competitores.
b) Ad eosdem, cathedram iam obtinente Emmanuel Costa.
c) Conquestio de discessu Arij Pineli à Lusitania.
d) Epicedium Doctoris Emmanuelis Costæ.
e) Ejusdem tumulus, eadem fere sententia.
f) Ad lectorem.
g) De Ario Pinelo et Emanuele Costa Epigramma.
h) De celebri iuris patrono Onofro Francisco dum sederet, ut iuris ciuilis lauream Doctoris acciperet in schola Conimbricensi.

Exemplar do Sr. José do Canto.

Officivm Hebdomadæ Sanctæ. secundum consuetudinem sanctæ Romanæ ecclesiæ. à Dominica oliuarum vsq. ad diem Paschæ. (Gravura em madeira representando Jesus Christo no meio de homens armados). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. 1562.*

12.º, 102 folios.

Bibliotheca da Universidade.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Zur Kenntnis farbiger organischer Molekülverbindungen, por Heintich Mully. Zürich, Buchdruckerei J. J. Meier, 1915.

Über die Dynamik der Kohlensäure-Abspaltung aus organischen Verbindungen, por Rudolf Orthner. Zürich, Druck von Gebr. Leemann & Co., 1915.

Über die Isolierung und die Konstitution einiger Anthocyane von Früchten und Beeren, por Ernst H. Zollinger. Berlin, Universitats — Buchdruckerei von Gustav Schade, 1915.

Diphenyldiazomethan, por Fritz Pfenninger. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1915.

Die Reduktion einer allgemeinen Schar von quadratischen Matrizes uA + vB auf eine Normalform, por Jacques Wildhaber. Zürich, Druck von Gebr. Leemann & Co., 1916.

João Pereira Corte Real e as Naus da Carreira da Índia, por Frazão de Vasconcellos. Lisboa, MCMXXI.

Alguns homens de Letras com uma carta-prefacio da illustre poetisa Sr.ª D. Branca de Gouta Colaço, por Marciano Nicanor da Silva. Lourenço Marques, Tip. Popular de Raquê Ferreira, 1919.

Conferencia realisada a 10 de Junho de 1921, presidida pelo Embaixador de Portugal Dr. Duarte Leite, pelo Dr. Afonso Costa. Rio de Janeiro, Companhia Lithographica Ferreira Pinto, 1921.

O Coronel Francisco Soares de Lacerda Machado e a sua obra literária, por Julio de Lemos. Viana do Castelo, Tip. Comercial, 1921.

Academia das Sciencias de Portugal — Estatuto do Instituto Historico do Minho — 2.ª edição. Viana do Castelo, Tip. de José de Sousa, 1921.

Instituto Histórico e Geographico Brasileiro — Sessão magna commemorativa do octogesimo terceiro anniversario em 21 de Outubro de 1921, pelo Dr. Epitacio Pessoa. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1921.

Theatro em São Miguel — Poeiras do Passado, por Annibal de Bethencourt Barbosa Bicudo e Castro. Ponta Delgada — Açores, Oficina d'Artes Graficas, MCMXX.

A Diagnose Iridiologica — Dissertação apresentada á Faculdade de Medicina Hahnemanniana, por Arthur de Vasconcellos Veiga. Rio de Janeiro, Tip. do «Jornal do Commercio», 1920.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura ... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 6

1922
Junho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Verney e o método de estudar, por Carlos de Passos.. 249
Memória acêrca de um caso de perturbação climática, por Ezequiel de Campos 266
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 277
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 285

VERNEY E O MÉTODO DE ESTUDAR (1)

A obscuridade biográfica mais o ostracismo em que tem andado a lembrança de Luís António Verney, são deveras singulares, quando é êle o afouto revolucionário, o preclaro reformador dos processos pedagógicos e scientíficos do século XVIII — prenhes d'abafadiças rotinas varadas dum ranço multisecular —, quando lhe cabem estas palavras: «*escriptor tam animoso em suas tentativas como sabio em suas maximas e que fizera, no seculo passado, admiraveis esforços para que brilhasse em Portugal e na Hespanha a luz que illustrava o resto da Europa*», do dizer franco e justo dum estrangeiro, o francês De Gerando, autor illustre da *Histoire comparée des systhèmes de philosophie.*

Em boa verdade havendo Verney influído poderosamente, por seus trabalhos, na beneficiação do estado intelectual do país, levando-o a um considerável avanço, ao renovamento de suas condições scientíficas, não se apercebem os porquês de o esquecerem críticos literários e historiógrafos, de geito a serem mal conhecidas, mesmo nas altas esferas do espírito, sua acção fecunda e relevante, a grandeza de sua estatura moral e mental e, ainda, o largo sentido de sua vida gasta ao serviço da pátria, quer como escritor, quer como diplomata nas escabrosidades políticas do *Vaticano,* pois que só a linhas d'esbôço, a traços errantes, dispersos, aqui e além, corre debuxada esta bizarra personagem de nossas letras opulentas.

Trabalhos d'alguma síntese biográfica e crítica sòmente de dois dou acôrdo. É um o de sua biografia irmanada na tão curiosa galeria dos *Retratos e elogios de Varões e Donas,* de Pedro Figueiredo, mas claramente se manifesta ademais encomiasta por um lado e por outro, menos exacta, obscura, com quebras d'informação — parece que por temores, impostos pelo ambiente, dum são relato da verdade;

---

(1) Conferência lida em sessão extraordinária do *Instituto Histórico do Minho,* de 29 de Abril de 1922.

o outro, análise douta, inda que breve, de sua obra, das condições de seu aparecimento, jaz quási ignorado nos *Ensaios scientíficos e críticos,* do Dr. Ricardo Jorge.

Todavia figuras de menor importância e relêvo de somenos — ¡passem os felizardos! — têem grangeado os favores de muitos eruditos e investigadores... ¿Como compreender, pois, a incoerência dêstes mais o sistemático abandôno d'estudo daquele que foi um verdadeiro sábio, o insigne apóstolo da filosofia moderna entre nós, no juízo de Lopes Praça, e, decerto, o melhor cérebro de todo o século xviii? Homem duma vida cheia de rudes canceiras nunca soube dos prazeres d'ócios amenos que tanto amaram Cícero e Hortênsio nas frescuras de *Tusculum,* Horácio nos pomares de *Tibur,* Virgílio nas ribas de *Pausilipo;* homem duma morte tão pesada nunca sua memória teve o menor sinal de reconhecimento dum povo beneficiado.

Ora essa surpresa já o Dr. Ricardo Jorge, há 3 décadas, a exprimia e apontava sobremodo intrigado por ver reduzido à simples menção das obras e disposição do conteúdo o conhecimento da figura ilustre de Verney. ¡Pois ficou sem resposta té aos dias de hoje! Continua igual nas hostes literárias e historiógrafas a mesma ignorância, graças a Lucifer. Dir-se-ia que os maus espíritos bandeados na inveja raiventa, no rancor despótico, soberano, do Marquês de Pombal, braço dado ao primo Francisco de Almada e Mendonça, que foi seu ministro plenipotenciário em *Roma,* pelos tempos fóra continuaram a receber do *Averno,* lugar de folgança de tais figurões, o fôlego perseguidor com que brutamente sacrificaram Verney.

Ora quis um dia a minha fraca boa-estrêla que no arquivo da casa do meu dilecto amigo Dr. Costa e Almeida, presado camarada da era coimbrã, fôsse achado um manuscrito precioso, nem mais nem menos que a narração pormenorizada do que houve em *Roma* entre Verney, como secretário régio, e Francisco de Almada, como plenipotenciário.

Exultante com essa preciosidade logo a aproveitei numa memória apresentada ao *Congresso Luso-Espanhol do Porto,* como base para um estudo maior, mais completo, no futuro. Eis que o vou aparelhando; e dessa tarefa foi que respiguei o bastante ao ousio de vir aqui, desautorizadamente, massar-vos com algumas notícias, talvez novas no conjunto, de Luís António Verney.

De resto, quando tal mérito não gozassem, gozá-lo iam noutro ponto e êsse tal seria o da vantagem de reclamar-se

êste nome ilustre, de excitar as atenções dos estudiosos e eruditos, pela imediata e forçosa necessidade que há de lhe erguer o pedestal de honra a que tem um *jus* profundo, enorme, da gratidão do povo português.

E por lealdade, que bem me praz, hei a dizer que outra competência, maior e melhor que a minha, traz entre mãos o estudo de VERNEY. A bem das letras nacionais empreendeu o Dr. JOAQUIM DE CARVALHO, ilustrado professor da douta e nobre *Universidade de Coimbra,* a exploração crítico-filosófica dêste tão egrégio, quanto mal-aventurado precursor da reforma das sciências e letras de *Portugal,* a par dos espíritos ínclitos de CORREIA DA SERRA, CAVALHEIRO DE OLIVEIRA, RIBEIRO SANCHRS e FRANCISCO DO NASCIMENTO, e com êles formando uma das mais excelentes pléiades intelectuais não só de *Portugal* como da *Europa.*

*

No século XVIII, té meados, a situação do país, quanto ao nível espiritual, tinha largas sombras de decadência, corria num estilo de intensa inferioridade. Transpirava-se uma atmosfera densa de velharias, de rotinas; impavam os preconceitos absurdos, axiomáticos, quer nos aspectos sociais como nos aspectos scientíficos, cujos alentos eram soprados a um lado, pelas duras instituïções politicas dum absolutismo ignaro, a outro lado, pela férrea, unilateral e sectária governança pedagógica dos jesuitas. Estava-lhes em casa o exclusivo do ensino e por isso o guiavam à mão tente tornando-se dest'arte seus processos educativos, abeberados num aristotelismo fragoso, áustero, os senhores absolutos da difusão da sciência, da cultura.

E por cima dêste monopólio — não fôra bem apertada esta golilha asfixiante à iniciativa de rasgo, ao desenvolvimento livre e amplo do espírito, ao brilho e vigor da vida nacional — lá estava a tapar as fendas o rígido poderio da *Inquisição* vedando a entrada de livros suspeitos e com o sentido avivado de cem argus para cassar nas raias os princípios menos ortodoxos em viagem às nossas terras e para relaxar ao *Index* as obras portuguesas de menor pureza doutrinária, almiscaradas ao acre cheiro do pecado.

Desta maneira todos os cometimentos faleciam, atimidavam-se as energias lavadas de prejuízos de qualquer casta e o estado moral, mental e político da nação convertia-se num modêlo de decadência, era como um lago de estagnantes

*

valores em contrapelo da passada maré alta de grandeza, de superioridade. E a tanto ia tal baixeza espiritual que desenvolvendo-se na *Europa* a idade moderna da filosofia pelo brilhante movimento do empirismo propagado por BACON, HOBBES e LOCKE, não teve *Portugal* um estremecimento; sua vitalidade estava amortecida e, assim, não podia ouvir, sequer, um leve rumor dessa soberba agitação renovadora da sciência porque pelejavam espíritos ávidos do bom saber. Afóra da filosofia peripatética, das lógicas CARVALHA e BARRETA, mais a gramática do padre ÁLVARES, jesuita, e a cartilha do padre INÁCIO, não havia licença dos jesuitas — os mentores biseculares da nação, — para mais largueza de estudos, para outras profundezas d'espírito, onde as almas poderiam perder-se perdendo a devoção, a ignorância e a fé de sua angélica escolástica recheada de subtilezas, argúcias ridículas, paralogismos, distingos e concedos e no fim de tudo isto — o vácuo.

Decerto algo de bom havia no escolaticismo e isso era o ouro de subido quilate reconhecido e aproveitado por LEIBNITZ, como o refere MENENDEZ Y PELAYO, o mestre da Espanha irmã.

Através, porém, dêste *modus-vivendi* na consciência dos homens ilustrados esboçava-se a ideia de reagir a tal estado depressivo; até a côrte e mais o senhor rei D. JOÃO V, ou por aversão ao predomínio jesuítico ou por certeza do seu exclusivo pedagógico ser funesto ao desenvolvimento intelectual, consideravam a necessidade duma reforma do ensino.

Bom é registar, aqui, que, sem embargo das interdições inquisitoriais e de sua severa fiscalização, iam circulando pelo país algumas obras de portugueses viajados no estrangeiro a prol de muitas inteligências que, assim, despertavam do seu marasmo e se tentavam, como é da praxe, com o fruto proïbido.

Parecia, pois, arribar ao termo a supremacia despótica dos jesuitas no campo do ensino. Na verdade ia já por longos 200 anos que ela travava o jôgo livre das articulações do país. Fôra em 1542 que começara a funcionar o *Colégio de Jesus, de Coimbra,* por influências do padre SIMÃO RODRIGUES, parceiro de SANTO INÁCIO. E tais artes soube desenvolver que, breve alcançando notável influência, agregou a si em 1555, por mercê de D. JOÃO III, o *Colégio das Artes da Universidade* com a chefia de todas as escolas de humanidades. Êste colégio havia sido fundado em 1547 tomando-lhe

a direcção o célebre ANDRÉ DE GOUVEIA; nele se fazia o ensino secundário com as disciplinas de gramática, retórica, poesia, lógica, filosofia, matemática, grego e hebreu.

Mais tarde conseguem os jesuitas da regente D. CATARINA e de D. SEBASTIÃO, a elevação a universidade do seu colégio de *Évora,* fundado em 1551 — medida essa que o papa PAULO IV sancionou por Bula de 1559. E era uma de suas regalias o poderem graduar no curso de artes, tal qual em *Coimbra.* Por fim, em 1561, um alvará proïbia a matrícula nas faculdades de cânones e leis da *Universidade* coimbrã sem certidão autêntica do *Colégio das Artes.*

Eis como, pouco a pouco, açambarcaram os jesuitas todos os graus do ensino, como enfeudaram a velha *Universidade* à sua dura jurisdição, como manejavam a seu bel-prazer a instrução e dispunham da mocidade. Pelo país, *Pôrto, Braga, Lisboa, Guarda, Viseu, Sanfins,* espalhavam-se os colégios; em terras de menor valia actuavam missões temporárias.

Ora dada pela côrte e por D. JOÃO V essa impressão de reforma era natural que os empenhos a prol da *Congregação do Oratório* ou de *S. Filipe de Nery,* seu instituidor, ganhassem terreno, porque ela também se votava ao ensino. Efectivamente aparecem resoluções oficiais concedendo-lhe privilégios análogos aos da *Companhia de Jesus.*

Para tanto, decerto, não seriam bastantes as simpatias da côrte e do rei; uma outra fôrça existiria capaz de as animar e dilatar, capaz d'enfrentar o senhorio jesuítico. Essa seria, conforme TEÓFILO BRAGA, a de D. MARIA ANA de ÁUSTRIA, que bem conhecia o quanto era devido aos jesuitas na queda da casa de *Áustria,* em *Espanha,* a prol da preponderância da política francesa. A êles, cabouqueiros tenazes duma sua hegemonia universal, ser-lhes ia desagradável ideia semelhante daquela casa imperial. Embora seja possível a influência da raínha, convém lembrar-mo-nos do valimento que ia tomando o partido de Frei GASPAR DA ENCARNAÇÃO, confessor do rei em substituïção dum jesuita e adverso à *Companhia,* assim como da progressiva cachexia espiritual do rei.

Davam os oratorianos suas aulas de primeiras letras, d'artes e sciências, num colégio instalado em casa doada por D. JOÃO V, às *Necessidades,* por métodos diferentes dos dos jesuitas e que se usavam em *Roma,* nas aulas d'algumas corporações do clero regular, os quais também eram adoptados pelos cónegos regrantes.

Desde então caducou o privilégio das certidões da *Compa-*

nhia para ingresso na velha *Universidade de Coimbra,* porquanto as da *Congregação do Oratório* passaram a valer o mesmo que as dos jesuitas.

A esta *Congregação oratoriana* imputa Teófilo Braga uma tarefa idêntica à dos padres do *Port Royal,* em França. De certo modo assim é, já pela inovação de processos pedagógicos, já por rivalizarem com os jesuitas no campo educativo, arietando-lhes o monopólio injusto, escolástico, depressivo. Mas emquanto Jansenius e seus auxiliares foram perseguidos e sacrificados ao ódio dos rivais, o *Oratório* alcançou boa seguridade e um razoável ascendente. Há, pois, uma diferença de sortes bastante acentuada!

E, assim, é que tinha princípio a campanha hostilizadora contra a *Companhia de Jesus,* soberana do espiritual como do material, cujo auge, na parte pedagógica e scientífica, breve atingiu pelas soberbas e zombeteiras críticas de Verney.

Por esta rivalidade do *Oratório* com a *Companhia* o ensino melhorou bastante, porquanto os novos pedagogos conseguiram abalar os créditos, alicerçados em muitos anos, das *Lógicas Cærvalha e Barreta,* mais o contrapezo dos comentadores aristotélicos, vaporantes de ranço e bisantinices, e fizeram substituir a soporífera gramática do padre Álvares pela do célebre padre António Pereira de Figueiredo, muito de casa, depois, do Marquês; através disto, porém, o benefício pedagógico não foi tão acentuado como era de esperar, visto que a filosofia continuou a ser um vocábulo bem grego, no satírico dizer de Verney, isto é, continuava naquele jôgo diabólico de sinais, tópicos, ergos e distingos.

Se o padre João de Castro, do *Oratório,* escrevia a *Filosofia reformada,* o padre António Cordeiro batia-se afanosamente na propaganda da velha e carunchosa escolástica.

Não rendendo, pois, esta tentativa a larga acção desejada no melhoramento do ambiente, da instrução, era natural que a côrte forrageasse um outro meio mais seguro de o determinar, tão vasto e perfeito quanto havia mister, de topar a reforma conveniente e adequada ao mal.

¿Fê lo ou não? Eis o que não se pode garantir categóricamente, porquanto falham os documentos directos; o certo, porém, é que veiu a público, em 1746, o *Verdadeiro Método de Estudar,* sob o pseudónimo Barbadinho de Itália.

¡Ardeu *Tróia* nos arraiais jesuitas mais nos de seus sectários e apaniguados! ¡Mal se ajuíza que brava celeuma, qual a tormenta desfeita d'irritações e fúrias que desencadeou

essa obra! São as duas coisas, o *Método de Estudar* e a disputa originada, um dos casos mais importantes e curiosos da nossa história filosófico-pedagógica.

A esta obra monumental chama o Dr. Ricardo Jorge *uma joia da nossa literatura scientífica;* Camilo, o grandioso mestre, desta guisa a considera — *o motor mais progressivo que a chamada edade de ferro das letras portuguesas podia receber não só de um homem, senão duma Academia empenhada na reformação.*

É, realmente, um trabalho recheado a uma sã e copiosa erudição, tecido num amplo, num novo critério para o intento justo, talvez ambicioso, de reagir com segura energia contra a inferioridade não só da cultura corrente como dos processos educativos, de vituperar os sistemas filosóficos e didáticos em voga sagrada, o que era feito sob uma forma crítica muito picante, mas com boa guarda da melhor sagacidade no censurar dos êrros de coisas e pessoas. Reivindicando o designio de melhorar os estudos fazia-o por meio de conselhos e lições em 16 cartas de largo fôlego, obedecendo a uma disposição sistematizada, desde as trivialidades da primeira gramática às transcendências da jurisprudência.

Havemos, portanto, de considerar o *Método de Estudar* como um curso completo dos estudos e das sciências do tempo, feito com pausada reflexão e conhecimento capaz, bastante.

Dois modos curiosos d'exposição bem se lhe notam. Consiste um de a par e passo que aponta êrros e defeitos apontar simultâneamente os meios de correcção, de melhoramento. A destruir por um lado e logo a construir por outro. O primeiro aspecto, o destrutivo, passa por mais hábil e perfeito que o construtivo. Todavia não me parece tal. Se é certo que nalgumas cartas isso acontece, não é menos certo que na mór parte a perícia construtiva vale de sobejo a outra. Quanto ao segundo modo d'exposição o efeito havia de ser igualmente proficuo, pois que estabelecia o confronto da forma de fornecer o ensino em *Portugal* com a do estrangeiro. Isto era usar o método comparativo, que tem hoje fóros assinalados dos melhores processos scientificos.

Nestas condições havia de concitar fartas e graúdas raivas, invejas sem pêzo nem medida, tanto mais que o desassombro destas novas ideias era como um desplante sacrílego e uma verrina formidável nos velhos abusos e nos lautos interêsses que elas feriam, escorchavam, dando margem à dis-

cussão livre, ao exame livre das coisas havidas dogmáticamente como intangíveis.

Na verdade o alarme em todo o país foi formidando; foi extraordinária, intensiva, a agitação de pessoas e ideias, do que, forçosamente, havia de advir um estado d'ambiente diverso, para melhor, do ensino e da sciência, mais tarde bem corroborado pela reforma da *Universidade,* subscrita por POMBAL, além do mais. E, desta arte, se realizava òptimamente o fim combativo do *Método.*

*

Consoante a opinião do Dr. RICARDO JORGE, grande foi a coragem de VERNRY investindo com a estagnação espiritual do país em época de sectarismos assomadiços, de domínios oligárquicos bem escorados e que o sentimento patriótico lhe foi motor dessa audácia *de transfundir nas veias isquemiadas do seu país ésse sangue vivificante que formava o meio interno da renovação intelectual no seu século.*

O deduzir tal audácia dum bom pensamento, como o sobredito, é, sem dúvida, coisa agradável a um espírito. Mas o Dr. RICARDO JORGE não é homem de simples simpatias, é homem de sciência e da melhor. Se, pois, concluiu isso por maneira tão aprazível, foi, decerto, por desconhecer a carta de VERNEY escrita ao padre JOAQUIM DE FOIOS, da *Arcadia Ulisiponense* e fundador da *Academia de Lisboa.* Esta carta, de 8 de Fevereiro de 1786, veiu a público no *Conimbricense,* por mercê de INOCÊNCIO DA SILVA, o paciente compilador do *Dicionário Bibliográfico.* Chãmente redigida tem êste relanço significativo, curioso: «*Eu sim tive ao principio particular ordem da côrte de illuminar a nossa nação em tudo o que pudesse, mas nunca me deram os meios para o executar. Tive largas promessas de premio e de renda e de ajudas de custo; e vieram recomendações repetidas aos ministros para me darem um conto de reis sobre os beneficios do reino que cá se provessem. Mas tudo isto ficou na esfera dos possiveis, e nunca se verificou por culpa dos ministros e de outras pessoas, as quais sempre me perseguiram com odio imortal*».

De verdade há uma ordem de 1746, além doutras, para dar-se a VERNEY um benefício maior em *Roma,* meses antes, pois, da publicação do *Método.*

Ora isto permite aceitar, à vontade, a certeza de ter havido influências no espírito de VERNEY, por seu valor bem

manifesto, para realizar uma obra crítica e reformadora do *modus-vivendi* educativo em uso; o que, é obvio, não desmerece um ápice sua coragem, a qual foi da maior intrepidez moral.

Vai minha opinião a conjugar-se, neste ponto, com a de TEÓFILO BRAGA, a qual admite tais instigações superiores, corroboradas por essa carta susodita e por algumas passagens do meu manuscrito. Doutro modo não se compreenderia o empenho da côrte em galardoar VERNEY, nem as constantes ordens para *Roma* a prol de seus interêsses, apesar do costume de recompensar, por vezes, os homens d'alto espírito.

Certo que VERNEY era novo ao tempo, pois corria os 33 anos. Todavia sua larga erudição havia-o bem acreditado; era sabido seus conhecimentos poliglotas, pois conhecia o latim, o grego, o hebreu, o francês, o italiano e o espanhol, assim como seu amplo estudo das sciências correntes. Por estas circunstâncias era natural o receber solicitações, o sofrer estímulos para analizar com sua autoridade a situação literário-scientífica dominante. E mais natural seria o dar à sua obra, uma vez que a realizava, um fôlego e uma solidez bastantes a distingui-la como a máxima escalada, o assalto maior e completo ao regímen vigente no campo educativo, o torná-la um fértil meio de reformas, arrastado, por fim, por um vivo sentimento patriótico, pelo magnífico intuito do benefício nacional.

De tal guisa bravejados, castigados vícios e êrros da instrução e da cultura do tempo, furibundo pulou o alarme daqueles cuja jurisdição nesse campo corria inexpugnável, e logo, pois, veiu a terreiro, emascarada no vil anonimato, uma pionagem movida automáticamente a dentro de praxes hirtas e soberanas, rústica de modos, ignorante de sabedorias, na pretenção de contestar as teorias novas e refutar as acusações traçadas directa, limpamente por VERNEY. Então, eis que se trava uma tão formidável e ruidosa contenda que por largos anos troou feiamente e foi, até, a repercutir-se a dentro de terras de *Espanha*.

VRRNEY quási se viu desamparado. Muitos havia, porém, que o aplaudiam e se regosijavam com seu hardimento, entre êles o franciscano arcebispo de *Évora*, Frei MANUEL DO CENÁCULO, homem douto e amigo da instrução, e FRANCISCO JOSÉ FREIRE; mas o caso é que lhes falhou a coragem da boa verdade para formarem alas ao ilustre reformador. Mesmo a côrte, que em tal acto influira notavelmente, houve medo do motim alevantado, atimidou-se com tanta celeuma e à som-

bra em que vivia a mais se recolheu. Mui desairosa foi esta atitude e nem pelo recurso das melindrosas circunstâncias políticas, que a toda a casta de baixezas conduzem, se pode haver-lhe alguma justificação.

Sem embargo dêstes poderosos contratempos a obra tinha de triunfar, quer pelas excelentes condições de seus processos e doutrinas, como pelo reconhecimento, de vez em vez a alastrar, da necessidade duma transformação do existente, do abandono de anacrónicos sistemas, de métodos rançosos e filosofias escolásticas, supurando môfos, com fermentações malignadas, para que um novo ar, uma luz nova, bem lucida, arejassem e iluminassem a atmosfera deprimente e obscura que envolvia o paiz.

Sem o pretender, pois, a obra era largamente revolucionária, porque marcava um passo giganteo na evolução progressiva reclamada pelo paiz.

Ora o quanto tinha de valioso o *Método,* profundo nas ideias, curioso na forma de as dizer, não obstante ser menos airosa a construção sintática e a frase gemer num acabamento alcantilado, podemos observá-lo em breve bosquejo. Pena é que breve haja de ser, mercê da escassez de tempo nestas palestras, porquanto o assunto tem farto interêsse para leigos e estudiosos.

Simula a obra haver sido escrita particularmente a um amigo do autor, religioso da *Universidade,* o qual desejando de VERNEY seu parecer àcêrca do método d'estudos do reino e se êste seria capaz de formar homens úteis à república e à religião, o solicitára com empenho para lho dizer; e, em caso negativo, informá-lo do que convinha mudar. Além disto queria mais uma ideia geral dos estudos das outras nações. E a ficção continúa dando-se VERNEY como parcamente apto a um encargo tão duro; mas tomando em boa conta as instâncias do amigo resolve satisfazê-lo. Para isso ordenou algumas cartas sôbre as matérias dos estudos, da mais simples à mais complexa, donde o representar cada carta uma exposição íntegra de cada matéria ou sciência. Por êste geito elucidava cabalmente o amigo curioso, como quem diz, o público, dos melhores meios a usar para instruir-se com método, dos bons processos que lhe dessem uma sã e segura cultura.

Para testemunhar o quanto VERNEY achava árdua esta tarefa, ouça-se um bocado do introito da sua obra: «*Isto de emendar o mundo e principalmente o querer arrancar certas opiniões do animo de homens envelhecidos nellas e consa-*

gradas já por um costume é negocio que excede as forças dum homem, sobretudo de tão pouco merecimento e authoridade como elle».

Têem o ar de chã sinceridade estas palavras, mas, no fundo o ar é outro, antes se percebe vaporante de certa zombaria amena, a qual se vai topar espalhada despresumidamente — *ab ovo usque ad mala* — por todas as cartas, mórmente no princípio delas. É sempre o homem de somenos competência para criticar cada matéria scientífica e para tracejar as regras do seu melhor estudo; mas vai-se aventurando a fazê-lo, *mala gratia,* só por comprazer ao religioso amigo tão curioso de suas opiniões.

Como princípio geral dos estudos devem ficar banidos os maus modos e a pancada, o castigo físico. O ensino tem de ser ministrado com paciência e zêlo, com maneiras de persuasão e método. Eis aqui, pois, um patriarca esquecido da moderna pedagogia. ¡É bom registá-lo!

Depois destas e doutras noções gerais passa a tratar de cada estudo. Êste, para bem se alicerçar, deve ser começado pela gramática da língua nacional, o que, de resto, era princípio usado pelos antigos e, até, nos tempos bárbaros de Carlos Magno. Por falta dêste estudo inicial acontecia tornar-se o da gramática latina coisa d'alta transcendência. Apesar disso não lhe guardava Verney grande simpatia, embora lhe reconhecesse a necessidade, poisque jovialmente a considerava uma máquina de regras. Bem se pode, portanto, emparelhar com outro inimigo da gramática, o poeta do *Paraizo Perdido.* Na verdade Milton referia-se-lhe, feio e forte, dêste modo — *os atoleiros e descampados das gramáticas e pronúncias.*

Talvez por essa antipatia à gramática queria-a Verney simplificada ao máximo, exigia-a tão despida de roupagens e atavios que bem feia e enfezada ela ficava. Por seu entender devia escrever-se tal qual se pronunciava; doutra maneira criava-se uma singularidade na língua portuguesa. Isto era o exagêro de simplificação e como singularidade não se cingia ao português, porquanto todas as línguas europeias mais ou menos dela padecem. Mas eu não creio que seja tal uma singularidade... E aqui volta Verney a ser segunda vez patriarca de novidades actuais; agora é-o na seita dos simplificadores da ortografia.

Depois do estudo da gramática portuguesa pertencia o lugar à gramática latina e à latinidade, completando-se, assim, uma à outra. Dizia Verney, mofando do caso, que êste estudo

da gramática latina era qualquer coisa de apocalítico. Pasmava êle da quantidade de cartapácios e artes precisas para que fôsse praticado. Para cada parte da gramática era um livro, o que fazia muitos livros, quando tudo, à vontade, se podia reduzir a um. E, por cúmulo, não se fazia o trabalho em menos de 6 anos e isso só para se conseguir a leitura explicativa das cartas mais fáceis de CÍCERO. ¡Nós também podemos pasmar dêste enorme progresso!

Aqui vão já duas cartas. ¡A terceira versa a retórica, que é o estudo mais útil de todos, mas não da moda que é empregada no ensino das escólas, que isso é tal moxinifada que nenhum homem póde entender, quanto mais os rapazes! ¡Pois se a ensinavam em latim!

A poesia dá o assunto da quarta carta. A pobre coitada leva tratos de polé da mascula verrina de VERNEY. É uma carga cerrada tanto nela como nos poetas portugueses. Todos êles são péssimos e ignorantes da arte, a qual compõem antes de saberem o que devem dizer. Ora o compôr boa poesia não é dizer subtilezas ou inventar coisas que a ninguém ocôrra.

Nesta condenação tão absoluta ha que confessar um excesso ou um êrro, visto que até CAMÓES é abrangido nessa extrema generalização. Afóra, porém, dêste defeito é devéras pitoresca e interessante esta parte destrutiva da poética. Já na oposta, na construtiva, o trabalho é deficiente, de curta vista, e cái nas formas axiomáticas, que são de sua reprovação. Como MARMONTEL fizera em *França,* esboça VERNEY uma estética nova. Considera-o FIDELINO DE FIGUEIREDO, nosso ilustre crítico literário, o verdadeiro procurador da *Arcadia,* no seu duplo aspecto de demolição e construção, e precursor com real influência.

Da metafísica diz que ocupando-se ela de verdades gerais e proposições abstractas, comuns a todas as sciências, passa, por isso, a ser um prolongamento da lógica.

Depois vem a carta da filosofia, que é o forte da sciência de VERNEY, onde elle, por suas ideias novas e sãs, precede galhardamente o advento da filosofia moderna. Ainda hoje é sua ontologia bastante apreciada, embora se resinta d'influxos da escola sensualista, de LOCKE e CONDILLAC. De resto, em *Portugal* não se sabia a côr da filosofia, tão má era a praticada. Pelo estilo da *Universidade* e demais escólas os rapazes gastavam o tempo, 3 e 4 anos, a ler arengas muito compridas e bombásticas. Ao fim não sabiam o que haviam lido. Dêsse modo estratificava-se a filosofia nos seus velhos

moldes; DESCARTES, GALILEU e NEWTON eram tidos como ateus e suas teorias só em países herejes podiam nascer. Portanto a intolerância, o facciosismo, de sobra caracterizavam os escolásticos. Se os impugnavam em seus princípios e especulações, por resposta recebia-se o doesto, o insulto; os contendores eram sempre bêbedos sem conhecimentos. E a mais não ia seu modo de discutir. Ora ao sério, ora ao motejo, assim ia VERNEY pulverizando o aristotelismo e proclamando o valor da ética.

Na física apregoava firme, vigorosamente, o valor do método experimental como processo melhor e seguro a usar no seu estudo.

Grossa borrasca irá estoirar por dar leis na medicina visto tal matéria não caber à sua profissão. Eis o que mais uma vez provará a santa ignorância do país, porquanto certo é que três partes da medicina constam, afinal, de pura filosofia. Qualquer filósofo, sem ser médico, pode saber a parte teórica da medicina. Por conseguinte dirá à sua vontade seus conselhos e opiniões em tal assunto. E assim o fazendo desanca justamente as estravagâncias da farmácia em voga, talvez das mais célebres de todos os séculos pelo absurdo, à mistura com os empirismos do galenismo, outra famosa estravagância dos costumes do século XVIII.

Cabe depois a vez à jurisprudência. E então outro motim alevantarão os senhores doutores e legistas por um simples religioso capuchinho, o pseudónimo de VERNEY, levar a petulância a pôr mãos no sacrário venerando das leis. ¿Mas não saberão êstes senhores que a jurisprudência não é mais do que uma conseqüência da filosofia? Talvez não. Se a sciência do direito corria bastante decadente na *Europa,* em *Portugal* essa decadência era excessiva e a própria *Universidade* a alimentava. É que o conhecimento jurista reduzia-se aos textos; o abandono da história geral e da concernente à jurisprudência era absoluto. Ora o meio de remediar o mal era êsse precisamente, o dos estudos da história do direito, da jurisprudência romana e canónica, da história eclesiástica, do direito nacional e do comparado. Só vivificando-se os estudos históricos se poderia evitar tal marasmo corrente e deturpado. Não posso, aqui, deixar de muito admirar a alta lucidez de VERNEY, advogando tão calorosamente o interêsse dos estudos históricos, que hoje, como se sabe, têm a mór homenagem de todos os povos cultos.

Escassamente fica sumariado o célebre *Método de Estudar,* mas isto basta, talvez, a concluir que era bem aquela obra

pedagógica e crítica de que o país carecia, através de sua veia irónica e de seu pseudo intento demolidor.

Ora para o estado confuso, dogmático, pragmático, do país, isto era como ferro vivo a escaldá-lo. E, assim, se levantou contra essa obra uma controversia bem feroz, uma violentíssima celeuma estoirejou, sopradas por sanhas de variadas côres, o que não conseguiu abalar a poderosa influência que ela exercia, o que não evitou ser bem ouvido pelas gentes livres de preconceitos êsse grito de guerra ao absurdo dominante e seu intuito de reacção a uma atmosfera depressiva fôsse atingido.

Mas quem melhor o ouviu e aproveitou, foi o MARQUÊS DE POMBAL. De facto, sendo-lhe necessário o renovar e reformar os estudos após a expulsão dos jesuitas, feita em 1759, o *Método de Estudar* foi a seara fecunda donde êle e seus sequazes, apologistas de VERNEY, colheram as bases para essa reforma. O que havia de original, da lavra do MARQUÊS, nessa obra restauradora, adianta CAMILO, era sòmente o rancôr ao ensino da *Companhia*. Por isso é que CAMILO, no pelourinho a que amarrou o ministro-rei — *O perfil do Marquês de Pombal* — chama a VERNEY o mais fecundo oráculo dêste estadista. E, em boa verdade, assim foi; mas quem se coroou de louros nessa reforma do ensino foi o MARQUÊS e não o ilustre Verney. Um dia virá, longe decerto — que a boa história caminha de vagar —, da redução às proporções devidas, verdadeiras, dêste ministro tão celebrado na história falsa de *Portugal,* pela ignorante verborreia do portuguesinho valente.

A reforma que tantos aplausos grangeou hontem e hoje, pode considerar-se, em fim de contas, como o trabalho de Frei MANUEL DO CENÁCULO, D. FRANCISCO DE LEMOS, RIBEIRO SANCHES, espírito de grande cultura e independência, e AZEVEDO COUTINHO, com os olhos postos no livro de VERNEY. Êstes eram os ajudantes do MARQUÊS; êles trabalhavam e o MARQUÊS assinava.

Outro auxílio teve na reforma das escólas menores e êsse foi o da *Companhia do Oratório*. POMBAL pagou-lho com largos privilégios, a que, é claro, não foram estranhas as ajudas recebidas dela na questão do regalismo e na do interdito do país.

Da reforma do ensino resultou a dependência dos estudos da directa autoridade secular, o estudo isolado do grego, do latim e da retórica, a criação do *Colégio dos Nobres,* em 1761, a substituïção da *Faculdade das Artes* pela da de

Filosofia, a qual abrangia a filosofia pròpriamente dita, a história natural, a física e a química. Da reforma da *Universidade,* de 1772, uma das determinações dispunha que as lições se fariam pelos melhores autores e os livros não seriam fixos, mas provisórios, e escolhidos dentre os melhores, mais perfeitos e úteis ao bom aproveitamento dos estudos.

Convém frizar que estas disposições apontadas, além doutras, não saíram dum jacto, mas com intervalos de meses a anos.

*

Já sabemos que a contenda armada à volta do *Método de Estudar* foi coisa de graúdo relêvo. Numerosas obras se publicaram por sua causa, umas defendendo-o, poucas, outras atacando-o, muitas. De ordinário não passam de jaculatórias insultuosas, de soezes invectivas, descabeladas no arrazoado, a sátira emboldreada, a aleivosia tendenciosa, no lugar d'argumentos, de bom critério e são pensamento. Como, porém, encontrassem os aristarchos d'escada abaixo, censores acobertados no desprezível e seguro anonimato com que se esquivam as responsabilidades, uma defesa tenaz e fundamentada da parte de VERNEY, desceram a procurar-lhe falsos na sua ortodóxia para poderem acusá-lo de hereje, de jansenista; vasculharam-lhe suspeições nas teorias novas; achavam singulares suas citações d'autores ateus. Precisava d'expandir-se toda a raiva duma oligarquia engordada em velhos interêsses e isso se fazia com a única dialética que lhes era peculiar — barulho, muito barulho, sofismas e insultos, objurgatórias e insinuações.

Foi uma campanha em forma, de baixezas, bem negra do desejo da detracção plena do homem que labutava pelo bem da pátria. Mas isto, e mais vamos num século d'ingente civilização — que me parece horripilante — ainda hoje se faz. Mudam os homens, permanecem os vícios; cresce o progresso, aumentam os velhos erros.

Pode presumir-se, pois, quão áspera não seria a tarefa de VERNEY, êle só a arcar com todas as fúrias dum assanhado peripatetismo, de fartas invejas e vaidades maçissas, mas na qual poude firmar mais retumbantemente sua elevada competência e provar um vigoroso pulso de polemista intrépido.

De toda essa malta detratora há, porém, uma excepção a registar. Um contendor houve que foi sereno e correcto, que honrou as armas com que entrou na liça. Êsse foi FRANCISCO DE PINA E MELO, académico da *Academia Real,* moço fidalgo

da *Casa Real.* Gosava nomeada de bom erudito e suas opiniões haviam-se como oraculares nas letras e na poesia, o que não o salvou de caír nas garras do MARQUÊS para ser uma de suas vítimas.

PINA E MELO reconhece em VERNEY largos méritos de erudito e pedagogo, mas por isso mesmo lhe refuta ideias expendidas no *Método* e lhe censura o tom mordazmente crítico de suas exposições, o que acha descabido e menos justo. Ouçamos palavras suas: «*saber para satyrizar é a peor resulta que se pode tirar dos estudos*». É visível que PINA E MELO exagerou a mordacidade de VERNEY, que é tão sómente, como já disse, uma ironia levemente cáustica, um tom zombeteiro escoando-se prazenteiramente por suas justíssimas críticas d'êrros e vícios.

Para bem se ajuizar da sinceridade e correcção dêste adversário de VERNEY, aqui vão dois lanços do seu opúsculo *Balança intelectual:* «*Sempre me persuadi que não seria agradavel a nenhum dos partidos, não aos do Peripato pelos louvores que dava ao Methodo, não ao Methodo por alguns reparos que lhe fazia*». No segundo lanço confessa não perceber, porque se punham agravos à circulação do *Método,* visto não ter coisa contra a religião nem contra o príncipe. O alegar-se que era uma sátira aos portugueses, tocava as raias da tolice, pois-que em tal caso mais úteis são os inimigos que os amigos.

A contrastar com tão nobre atitude vejamos a dum outro antagonista de VERNEY. Seja o jesuita JOSÉ DE ARAÚJO que escreveu as *Reflexões apologéticas.* Tudo no *Método* é falso, errado; seu autor não passa dum hereje, dum soberbo, dum vaidoso. O *Método* não é de estudar mas de trabalhar. E caíndo na chalaça, diz: «*que as ruas andam sujas por falta de methodo, os oficiais mechanicos não trabalham a tempo e horas por falta de methodo*». Mal sabia êle que dizendo isto chocarreiramente adiantava, sem consciência, uma profunda verdade.

Mas no *Retrato de Mortecor,* opúsculo do padre jesuita JOAQUIM REBELO, o despropósito d'estilo é maior. Por sua opinião VERNEY só tem sciência de lombada, embora seja esperto e curioso. Por isso o *Método* é obra pequena demais para servir ao estilo e necessidade de *Portugal,* pelo que «*fique para o estylo e sirva para a necessidade*».

Acaba pedindo para VERNEY o castigo que merece por se atrever a criticar pessoas e autores dignos do mór respeito.

E isto basta para regularmente se presumir de todo o insulso e estólido ataque sofrido por VERNEY.

*

Não se julgue, porém, que êste nosso ilustre pedagogo ficou por aqui na sua fecundidade literária. Outras mais obras publicou, algumas de notável merecimento, quer pelo excelente espírito d'observação, quer pela boa dedução das matérias, tais como a *Lógica*, a *Física* e a *Metafísica,* e que lhe grangearam a glória de servirem nos estudos da *França* e *Itália.*

Mas em *Portugal,* como é da praxe, foram mal acolhidas. Embora o valor de VERNEY fôsse bem patente e se reconhecesse o prestígio que gosava no estrangeiro, não logrou nem uma larga difusão de suas obras — embora fôssem elas a seara onde muitos ceifavam —, nem a recompensa do seu aturado e patriótico labor.

Esqueceu-o ingratamente o país; POMBAL, que magnificamente servira, como escritor e como funcionário público, perseguiu-o por modo acintoso, ferino.

Tarde e a más horas, já a morte o mirava, recebeu então o galardão devido nomeando-o o govêrno de D. MARIA I deputado da *Mesa da Consciência e Ordens.* Mas fraca reparação era em descargo do muito que sofrera.

Postas estas últimas palavras sôbre esta tão nobre e bela figura de Luís ANTÓNIO VERNEY, duma maneira inábil e desgraciosa, resta-me solicitar contritamente de Vossas Excelências a benignidade dum perdão imerecido pela impertinência farta com que os massei e que os terá feito meditar — *quosque tandem abutere, Catilina, patientia nostra:* até quando abusarás de nossa paciência — e apresentar lhes rendidas e sinceras graças pela extrema gentileza com que ouviram esta modesta oração. *Vale.*

LAUS DEO.

Casa da Cruz da Pedra,
Primavera de 1922.

CARLOS DE PASSOS.

MEMÓRIA ACÊRCA DE UM CASO DE PERTURBAÇÃO CLIMÁTICA

SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DA BIO-CLIMATOLOGIA

(Cont. do n.º 5, pág. 228)

II. — *A rápida modificação climática foi progressiva, em sincronismo com a derrubada da floresta das terras de Barlavento, não tendo tido influência apreciável no clima o arroteio insular, muito longo, por Sotavento; a perturbação climática foi causada pelos trabalhos de cultivo que modificaram profundissimamente o factor local da arborização insular pela região de máxima influência hietal:*

A modificação climática, cada vez para gravana mais sêca, mais luminosa e mais longa, deu-se *progressivamente* por toda a Ilha. aquém de 1900, sofrendo-a em escala variável, embora, cada uma das regiões de clima característico. As variações meteorológicas de ano para ano vieram cada vez mais acentuadas, à medida que por Sotavento o clima se ia tornando de sub-equatorial em tropical, e que por Barlavento a gravana se tornava menos chuvosa e nevoenta, mais sêca e mais longa.

Viu-se também o perfeito sincronismo desta modificação climática progressivamente mais intensa, com o alastramento progressivo da derrubada da floresta virgem *das terras de Barlavento*. Importa muito acentuar êste facto.

A Ilha de S. Tomé quando foi descoberta, bem antes de 1500, estava *toda* revestida de floresta virgem eqüatorial — sempre verde, muito densa e muito alta. O arroteio começara pelo Norte, ficando, no decorrer dos séculos até ao ano de 1900, inalterada a floresta das montanhas centrais, e das suas encostas de Leste e Oeste, assim como a de *todas* as terras de Barlavento, com excepção de insignificantes derru-

badas no litoral: isto é, em 1900 havia ainda floresta virgem por mais de metade da Ilha de S. Tomé, em alastramento por **todas** *as terras de Barlavento* e por algumas de Sotavento. E durante êste longo período de tempo, que abrange mais de quatro séculos, não reza a história tão acidentada da Ilha nenhum flagelo de estiagem anómala que prejudicasse as plantas de cultura.

Grandes derrubadas de floresta se fizeram apressadamente depois de 1900 para a plantação de cacoais; de modo que por 1916 todas as terras plantáveis de Sotavento e de Barlavento estavam sem floresta, só havendo esta nas terras muito altas do centro da Ilha. — Em paralelo, começa a sentir-se, aquém de 1900, com a derrubada larga da floresta de Barlavento, uma modificação crescente no clima geral da Ilha, cada vez para mais sêco e luminoso, notável especialmente nas terras do litoral e de altitude média do Sul da Ilha. Por 1910 já a modificação é também acentuada em muitas terras do Norte; depois por toda a Ilha. Em 1918, ao fazer duas décadas de labor intenso de arroteio que rematara o aniquilamento da floresta por todas as terras cultiváveis, estava muito modificado o clima por toda a Ilha, *em perturbação de estabilidade permanente:* as variações de ano para ano passaram a ser as correlativas ao novo aspecto muito mais acentuadamente tropical, a carácter com a posição geo-climática da Ilha.

Sobrevém então (1915-18) a mortandade sistemática, fulminante, pelos roceiros, da maioria das árvores de sombra poupadas na derrubada da floresta, e que desde o comêço das plantações davam um abrigo notável do solo: e esta mortandade estende-se em dois anos por uma grande superfície, maior que a de Sotavento — talvez por mais de metade das regiões cultivadas — para novas práticas de cultivo. Veiu assim a consumar-se nas vastíssimas e contínuas plantações, a derrubada *completa* da arborização alta, ficando muitíssimo terreno cultivado coberto apenas pelo cacoal contínuo, que não tem mais de seis metros de altura, em contraste com a floresta antiga, fechadíssima e sempre verde, com cêrca de 30 metros de altura, que era uma indefinida esponja de verdura, cheia de humidade.

Coïncide com o remate desta mortandade das árvores de abrigo das plantações, no epílogo das derrubadas de toda a Ilha cultivável (e de algumas terras que o não eram), a vinda das anomalias meteorológicas de 1918 e 1919, seguidas pelo ano de meteoros mais benignos (mas de tipo muito per-

*

turbado) de 1920, continuado no mesmo aspecto por 1921 desde o gravanito à gravana.

Acentuemos bem as duas fases distintas do arroteio insular:

1.ª fase. — O povoamento e o cultivo, desde a descoberta até 1900, mediante a derrubada da floresta quási só pelo contôrno litoral de Sotavento — pelas terras baixas e de altitude média do Norte, de Leste e de Oeste, e por algumas terras altas do Norte (até cêrca ou um pouco mais de 1.000 metros de altitude) em estreito sector a rematar por S. Pedro, Macambrará e Traz-os-Montes. E na derrubada poupara-se por toda a parte muitas árvores de sombra antigas da floresta, e alguns morros e cabeços em floresta. De modo que por 1900 a floresta virgem cobria ainda *todas* as terras de Barlavento, as montanhas centrais e muitas terras de Sotavento. Foi a fase cultural da cana do açúcar e do café, por mais de quatro séculos, *sem perturbação climática sensível.*

2.ª fase. — Por 1900 a derrubada para roças novas de cacau, iniciada poucos anos antes, alastra-se em escala enorme (talvez à razão média de vinte quilómetros quadrados por ano, até 1905); e em menos de duas décadas toda a floresta virgem das terras baixas e de altitude média de Barlavento, e das terras cultiváveis de Sotavento, é abatida, ficando apenas intacta a dos cimos das montanhas centrais — floresta que por aqui é menos alta e menos pujante de ramaria do que era a das terras de altitude média e baixa; e remata-se a derrubada da floresta virgem pela maior parte da Ilha, com a mortandade sistemática das árvores de sombra das plantações antigas e modernas. Foi a fase cultural do cacoeiro, executada principalmente em duas décadas, e com um vigor tal que a minúscula ilha de S. Tomé, que cabe três vezes no distrito do Porto, alcançára a hegemónia na produção de cacau, emparelhando ou vencendo por 1903-1904 os grandes países cacoeiros da América intertropical. — *O clima começou a apresentar alteração sensível depois de 1900; em menos de três lustros, estava profundamente perturbado; e por fim vieram os anos anómalos de 1918 e 1919.*

Os restantes factores do clima insular permaneceram todos intactos, desde a descoberta da Ilha até hoje: a situação, a grandeza, o relêvo, a vastidão do mar, com o seu regime

Em 1900 a floresta primitiva cobria ainda todo o terreno tracejado horizontal e verticalmente, e mais alguns montes e cabeços do Norte da Ilha.

Em 1918 só restava a floresta das terras tracejadas horizontalmente, e com tendência a diminuir de ano para ano a área florestal.

de ventos e correntes; como permaneceram, ou variaram, nas mesmas circunstâncias de influência que para as restantes regiões equatoriais, vizinhas ou afastadas, os factores astro-físicos do clima; só a arborização constituida por floresta densíssima que cobria toda a Ilha fôra abatida em dois períodos: o 1.º muito longo e só respeitante a Sotavento; o 2.º muito curto e relativo principalmente às terras de Barlavento e às abas e encostas altas das montanhas centrais.

É evidente, pois, a relação de causa com efeito do complemento da derrubada da floresta pelas terras de Barlavento com a grande perturbação climática sofrida, que assim é de origem artificial.

Tal modificação apressada do clima da Ilha de S. Tomé, rematada pelas anomalias de 1918 e 1919, e pelo novo aspecto geral da meteorologia, não pode provir de nenhum factor ou conjunto de factores de ordem geral, porque então as terras intertropicais africanas e da América deviam ter acusado variações e anomalias similares, o que não se dera, sendo as variações meteorológicas anómalas de algumas regiões tropicais da terra que vieram em sincronismo com as da Ilha de S. Tomé (Ilheos e outros pontos do Brasil, Costa do Ouro, na África) explicáveis com muito grande probabilidade de verdade, pela mesma razão do desaparecimento das florestas regionais actuantes na meteorologia local. Também nenhuma das explicações por ciclos de variação climática pode ser aplicada ao caso da Ilha de S. Tomé: durante mais de quatro séculos de povoamento da Ilha, até 1900, não houve nenhuma variação anómala e *persistente* de que reze a história, no clima; depois de 1900 é que começára, progressivamente crescente, embora com oscilações na variação (até que vieram os anos anómalos de 1918 e 1919), a perturbação climática. Isto é: bastára o curto período de três lustros para se realizar uma profunda modificação na meteorologia insular, ficando esta com aspecto de permanência na modificação sofrida.

Não houve alteração climática de periodicidade longa ou curta: houve uma modificação *ràpidamente crescente* com o arroteio da Ilha de S. Tomé por Barlavento, até ao novo carácter do clima.

Quando vieram as variações meteorológicas dos últimos anos à Europa (que são de valor insignificante comparadas com a perturbação climática da Ilha de S. Tomé aquém de 1900), já de há muito que na pequena Ilha do Golfo da Guiné se acentuára crescente a variação climática: o que prova que os factores que trouxeram as leves perturbações

meteorológicas à Europa depois de 1914, não influiram primàriamente na modificação climática da Ilha de S. Tomé, embora possam ter contribuído para as anomalias de 1918 e 1919.

O relacionamento da perturbação climática da Ilha de S. Tomé com o córte geral da floresta que cobria as terras de Barlavento e as abas elevadas das montanhas centrais é de uma clareza que não sofre contestação(1); tal fenómeno não pode ser atribuído com verosimilhança, em razão dominante, a outro factor ou conjunto de factores do clima. — Havemos de concluir que o clima da Ilha de S. Tomé se modificára em menos de duas décadas, pela redução muito grande do factor local da arborização, de simili-eqüatorial de floresta densa para nìtidamente tropical; e por isso ficára sujeito a variações meteorológicas e anomalias maiores que as antigas. — Não será, pois, nada de estranhar que aos anos de secura anómala de 1918 a 1920 sobrevenha 1921 ou qualquer ano próximo com meteorologia similar à de 1917, e mais outros anos de gravana húmida; e assim continuem as anezas climáticas em alternativas notáveis de secura, e de chuva e humidade. E que apareçam chuvas mais torrenciais que as antigas, agora a carácter com o feitio tropical do clima. (Vid. nota final).

*
* *

III. — *O clima actual da ilha de S. Tomé corresponde, afinal, ao seu clima geográfico natural;* isto é, a meteorologia local passara, pela desarborização, a ficar sujeita quási só aos factores gerais do clima, perturbados pelo relêvo alto da Ilha, clima que deve ser tropical, *com variações anuais muito maiores que as antigas,* do tempo da floresta densa e altíssima por todas as terras de Barlavento. A arborização residual pelas cimas e encostas não derrubadas adoça ainda o clima, que, só pelo relêvo, devia ser de carácter mais tropical do Ocidente de África — ainda de maiores variações meteorológicas — e não simili-eqüatorial.

A ilha de S. Tomé, embora situada ao Norte do Equador geográfico, está francamente subordinada ao regime climático

---

(1) Todos os colonos das roças de Barlavento que fizeram as plantações por aqui, sentiram o progresso da modificação climática à medida que se alastrava a derrubada do Sul da Ilha. (Vid. *A Revalorisação Agrícola da Ilha de S. Tomé,* do autor, pág. 57 a 68).

do Sul de África. Na quadra das chuvas aproveita do regime boreal com o alastramento pluvioso das calmas até perto ou até ao Sul do Equador; mas na quadra sêca, da gravana, emquanto as regiões sudânicas e as equatoriais da Libéria, da Costa do Ouro e dos Camarões estão no regime de chuva máxima, a Ilha de S. Tomé está no regime geral de estiagem das terras ocidentais africanas ao Sul do Gabão, que têm um período de secura acentuada. Estas regiões de África têm, sob os factores gerais do clima, uma quadra sêca, maior ou menor, que é desconhecida nas regiões que constituem o contôrno da Alta Guiné, de Freetown aos Camarões:

a) As correntes atmosféricas e marítimas, e a distribuïção das temperaturas entre os trópicos contribuem harmónicamente para colocar a Ilha de S. Tomé numa região de pouca chuva, em comparação com as terras ocidentais de Africa dominadas pelas calmas: numa região que por mais de metade do ano está em pleno regime dos aliseos do Sul, que caracterizam as terras de clima sudânico e senegalês da África tropical do Ocidente; só a maior vizinhança das calmas (sempre ao Norte), de Dezembro a Abril, para dentro do Golfo da Guiné, dá o favor das trovoadas e das chuvas dos *doldrums* (1).

b) A chuva da gravana na Ilha de S. Tomé tem como razão principal os factores locais do clima — grandeza territorial, relêvo e arborização.

O ponto geográfico, no mar, onde fica a Ilha de S Tomé, desprovido de relêvo e arborização, seria, pois, de pouca chuva na gravana, e de chuva bem menor que a do fundo do Golfo nos Camarões, ou a da região litoral do Cabo Palmas a Konakri, onde outros factores gerais do clima actuam. — O que é confirmado pelo clima do Ilheu das Rolas, mesmo colado ao Equador geográfico, pelo Sul, em contraposição à ilha de S. Tomé: naquele Ilheu chove menos do que na terra fronteira, separada pelo estreito canal de 2 quilómetros, apesar de ainda ficar no regime pluvioso de Barlavento da Ilha, e sob a influência favoravel desta.

A Ilha de S. Tomé, tendo tomado, por um grande esfôrço humano, as condições de clima tropical sud-africano naturais

---

(1) Vid. *Atlas of Meteorology*, Barth. & Herb., *pl.* 1, 3, 14, 18, 19, 20; *Handbuch der Klimatology*, Hann, tom. II, pág. 47, 71, 76 e 83.

da sua região, a despeito de estar tangente, pelo Norte, ao Equador, passára por isso mesmo a ficar sujeita a grandes anomalias meteorológicas, desconhecidas no seu clima antigo simili-eqüalorial. E as anomalias meteorológicas que eventual e *naturalmente* haviam de dar-se em 1918 e 1919, vieram agravadas pela mortandade propositada e larguíssima das árvores de sombra que os agricultores remataram de 1915 a 1918.

Em conclusão: — *O homem é capaz de modificar dum modo sensível, e até profundamente, o clima duma região, desde que as matas constituam, ou a arborização possa constituir, um factor* **importante** *dos caracteres climáticos dessa região.*

2.º — Efeitos da perturbação climática

A perturbação climática da Ilha de S. Tomé dera as seguintes conseqüências principais:

a) O regime dos rios modificára-se profundamente, pela irregularidade na chuva e pela falta de arborização: as cheias tornaram-se muito mais impetuosas, para a mesma intensidade de chuva (por exemplo, a cheia anómala do Rio do Ouro em 10 de Maio de 1920); e a vasão da estiagem muito reduzida por um período longo, ficando sêcas na gravana algumas torrentes que dantes levavam água por todo o ano.

b) O ambiente cultural tornára-se desfavorável às plantas de cultivo, especialmente ao cacoeiro que constituía a fortuna da Ilha, porque:

1.º — diminuíra excessivamente o grau de humidade relativa *média* do ar, e sobrevieram mínimas anormais, muito freqüentes e duradouras — e por isso *nefastas* — de humidade relativa do ar, certo como é que o cacoeiro sofre desde que o grau daquela humidade baixa de 79 por cento; definha e diminue a produção, se não morre, com as quadras anómalas de humidade relativa do ar abaixo daquele valor: «Pode-se pois, inferir que o valor 79 por cento é o menor permitido para uma região apta à cultura do cacau, e que tal cultura será benificiada por um grau maior de humidade» (1).

---

(1) J. Hinchley Hart, *Cacao*, 1911, pág. 218.

2.º — Aumentára desmedidamente a secura do solo, e por períodos longos no ano: «O cacoeiro pode resistir a uma estiagem severa por intervalos curtos; mas as regiões que estão sujeitas a secas continuadas não são certamente próprias para a cultura do cacoeiro, porque em tais condições a árvore morrerá com certeza» (1).

3.º — Por estes dois motivos, em acção conjugada com o método cultural defeituoso que não adoptava nem a defesa das perdas ilegítimas da fertilidade (muito grandes), nem um comensalismo cultural conveniente para manter a productividade do solo, regressara muito, e tornara-se irregular e mesquinha a fertilidade do terreno.

4.º — De tudo resultára variações na fenologia do cacoeiro; e por fim, em virtude da perturbação muito intensa e desfavorável do ambiente biológico das plantações de cacau, especialmente pelos anos anómalos de 1918 e 1919, estas começaram a definhar e a ser alastradamente dizimadas pelos insectos, especialmente pelo *Heliothrips rubrocinctus* (Giard), e, em cooperação com os insectos, também pelos fungos, especialmente o *Lasiodiplodia Theobromae* (Pat., Cariff. e Maubl.); por isto sobreviera a mortalidade de milhões de cacoeiros, a devastação de muitos quilómetros quadrados de cacoal, e o definhamento de quási todos.

Resultando daí a quebra da producção de cacau da Ilha de S. Tomé a cêrca de metade da normal em dois anos. — A perda de capital agrícola representado pelos cacoeiros mortos e definhados de 1918 a 1920 não será inferior a *200:000 contos*, pelas cotações financeiras de 1920. E a Ilha de S. Tomé que por 1903-904 revalizára com o Brasil, com o Eqüador e com toda a vastíssima América do cacau, passára depressa, pela perturbação climática, a um logar ínfimo entre os países cacoeiros (2).

c) As receitas públicas da Colónia de S. Tomé e Príncipe que provinham quási todas da exportação de cacau, reduziram-se muito, emquanto a situação social, originada do desperdício da Guerra, impunha muito maior despesa pública: provindo daí revoltas na Colónia (fim de Março de 1921)

---

(1) J. Hinchley Hart, *Cacao*, 1911, pág. 218.

(2) Um estudo desenvolvido da crise agrícola da Ilha de S. Tomé e da sua solução encontra-se em *A Revalorização Agrícola da Ilha de S. Tomé*, do autor, 1921.

e um estado governativo defeituoso, por permanecer a pobresa do Erário e a inconsciência do método de debelar a crise económica, mal percebida pelo govêrno geral e local.

3.º — Lições práticas para a política

São principalmente condições fundamentais para que as matas constituam, ou a arborização possa constituir um factor *importante* dos carácteres climáticos duma região:

a) A existência de vento muito freqüente contra encostas elevadas, mòrmente quando o vento sopra de regiões húmidas.
b) A existência de relêvos continentais muito elevados e extensos.

a)—Nas regiões intertropicais de alíseos (embora estes sejam secos) e de monções, se houver Ilhas de encostas elevadas contra as quais eles batam, dá-se precipitações aquosas do lado de Barlavento, que estendem a sua acção até algumas terras de Sotavento: por exemplo, o regime pluvioso da Ilha de S. Tomé(1) e das Ilhas de Cabo Verde. — Então a floresta e a arborização aposta terão uma influência notável na chuva, pela adição do seu efeito ao do relêvo, se cobrirem uma percentagem grande da superfície exposta ao vento alíseo.

Similarmente fóra das regiões tropicais, quando ventos marítimos batem com freqüência contra anfiteatros montuosos: por exemplo, o regime pluvioso da Califórnia, dos Cantábricos e do Noroeste de Portugal. — Se houver uma arborização *suficientemente* larga e densa das encostas do lado oceânico, a chuva tornar-se há maior dum modo sensível, tanto dêste lado, como do lado continental, por alastramento.

Mas emquanto nas regiões insulares montanhosas de alíseos e monções, embora de superfícies pequenas (que sejam só algumas centenas de quilómetros quadrados), é fácil estabelecer matas em superfície suficiente para o factor local florestal da chuva se mostrar muito notável (como seria na Ilha de S. Tomé se houver a rearborização, e como seria nas ilhas mais montanhosas de Cabo Verde, das Canárias, etc.),

---

(1) Vid. nota final.

nas terras peninsulares ou continentais a modificação para mais intenso e mais durodouro do regime das chuvas será muito mais difícil, por exigir o alastramento de matas por superfícies relativamente muito maiores, visto os factores gerais do clima predominarem aí por muito aos factores locais do relêvo, exposição e arborização. — Foi por isto mesmo, por desde os tempos históricos ter estado quási imutável a arborização das regiões de clima melhor definido pelos postos meteorológicos mais antigos, que a maioria dos meteorologistas concluiram pela imutabilidade do clima pela acção do homem (1).

b) — Nos relêvos continentais extensos e elevados (no Guadarrama, na Serra Nevada, ou na Serra Morena, por exemplo) onde possa desenvolver-se uma arborização densa, o alastramento desta por trabalhos florestais *muito extensos,* pode intensificar o regime das chuvas e amenizar o ambiente invernal e estival, em paralelo com a correcção do regime das torrentes (2). Havendo dificuldades naturais similares, se não maiores quási sempre, para uma acção notável, às que existem nos anfiteatros marítimos das grandes penínsulas e dos continentes.

O ensinamento prático que oferece o estudo da perturbação climática da Ilha de S. Tomé que se dera em escala tão grande, pode resumir-se em que:

1.º — É relativamente fácil corrigir o clima perturbado da Ilha de S. Tomé de forma que êste volte a oferecer um ambiente biológico favorável às culturas subeqüatoriais; e é assegurado o êxito duma modificação climática sensível e proveitosa das Ilhas inter-tropicais muito mal arborizadas, expostas a vento aliseo, como as Ilhas portuguesas de Cabo Verde e as espanholas das Canárias.

---

(1) Nas regiões inter-tropicais, porém, a modificação do clima local por derrubadas da floresta primitiva ao fazer-se o povoamento e cultivo, torna-se sensível muito depressa, como se viu últimamente nas regiões cacoeiras da Baía (Vid. *A Cultura do Cacau*, C. Torrend, 1920); como há mais de cento e trinta anos sucedera na Ilha do Haiti, onde ficára, «depois de sete ou dez anos, o clima inteiramente mudado por se abrirem e derrubarem os matos». (*O Fazendeiro do Brazil*, vol. II, editado em 1799, pág 177).

(2) Em Madrid já se sente, ao que parece, a influência benéfica da arborização do Guadarrama e suas ramificações (informação do prof. Dr. D. José Carracído).

Para a Ilha de S. Tomé, basta refazer uma arborização de influência máxima na condensação da humidade do alíseo da gravana, visto que na quadra do predomínio das calmas não falta nunca chuva suficiente. Para não reduzir a área do cacoal, deve-se então: *a*) plantar ou por qualquer forma estabelecer pára-ventos *(wind-breaks)* por todas as cumeadas mais ou menos transversais ao vento da gravana e às correntes atmosféricas locais impostas pelo relêvo insular, segundo as normas antigas da cultura do cacoeiro (1); *b*) em conjunto com os pára-ventos, arborizar os campos e morros escalvados do litoral, para anular a causa do aquecimento atmosférico diurno pela terra núa; *c*) refazer depressa toda a arborização de abrigo dos cacoais, cuidando que seja de espécies que ao mesmo tempo proporcionem a auto-fertilização do solo; *d*) recobrir de floresta todas as terras que não são cultivadas, especialmente os montes e cumeadas por entre as plantações, e as montanhas centrais da Ilha.

(Continúa).

EZEQUIEL DE CAMPOS.

---

(1) Vid. *O Fazendeiro do Brazil*, parte III, Cacau, 1805.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 5, pag. 248)

Tratado. Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galuão, dos diuersos & desuairados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos ate a era de mil & quinhentos & cincoenta. Com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: & em que tempos & as suas alturas, obra certo muy notauel & copiosa. Foy vista & examinada pela sancta Inquisição. Impressa em casa de Ioam da Barreira impressor del rey nosso senhor, na rua de sã Mamede. — No fim: *A louuor de Deos, & da gloriosa Virgem Maria, se acabou o liuro dos descobrimentos das Antilhas & India. Imprimio se em casa de Ioham da Barreira, impressor del Rey nosso Senhor. Aos quinze de Dezembro. De mil & quinhẽtos & sessenta & tres Annos.*

8.º, 4 folhas preliminares innumeradas, incluindo o frontispicio, 80 numeradas pela frente.

Exemplar da Bibliotheca Nacional de Lisboa, reservados, n.º 11, com o *ex-libris* do Monsenhor Ferreira. Tem tambem a assignatura manuscripta de Lastanosa e notas em hespanhol.

No verso do frontispicio os erros; nas preliminares a dedicatoria de Francisco de Sousa Tavares, o editor, a dom Iohaõ Dalem Castro, Duque Daueyro.

Elegiarum libri duo. Olysipone apud Ioannem Barrerium, Typ. Regium 1563.

8.º

São de Jeronymo Cardoso e dedicadas ao insigne jurisconsulto Alvaro Valasco.

Descriptas em Barbosa, *Bibliotheca Lusitana.*

Na Bibliotheca de Evora existe um exemplar d'esta obra, sem frontispicio. É um volume in-8.º de 88 paginas. Principia pela dedicatoria a Vallasco e traz elegias a S. João Baptista, Fernão da Silveira, senhor de Sarzedas, Jorge Buchanano Scoto, Tiago da Silva, Pedro Sanchez, Luiz de Souto Maior, Salvador Rodrigues, medico, Luiz de Menezes, Fernando Brandão, Fr. Braz, bispo de Leiria, Antonio Martinho, Ignacio de Moraes, Jorge Lopes, Francisco Philelphe, Vicencio Italo, Pedro Gomes, André Cotrim, etc., etc. A ultima é dedicada a Ayres de Sousa, *ad clarissimum virum ariũ a sousa.*

Contemptus mũdi. Nueuamente romãcado y corregido. Añadiosele vn breue tractado de oraciones, y exercicios de deuocion muy prouectosos. Recopilados de diuersos y graues autores, por el R. P. Fray Luis de Granada, de la orden de sancto Domingo. Impresso en Lisboa. A costa de Iuan de Borgoña librero del Rey 1563.

1 vol. 12.º, 179 folhas numeradas pela frente.

Tem em continuação: *Siguẽse vnas oraciones y exercicios de deuociõ muy prouectosos. Recopilados de diuersos y graues auctores por el reuerendo padre frey Luys de Granada. Prouincial de la Prouincia de Portugal, de la orden de sancto domingo. Impresso en Lisboa en casa de Ioan de Barrera en el arco de san Mamede. 1563. Con priuilegio real.*

42 folhas numeradas pela frente, afóra Tabla innumerada.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Dialogo De Joam de Barros com dous filhos seus, sobre preceptos moráes, em modo de jogo. M. D. LXIII. — Este titulo em frontispicio gravado como o do *Insino Christão.* — No fim, em folha solta: *A louuor de deos & da virgem Maria. Acabase o Dialogo de Preceitos moráes. Impresso por Joam de Barreira, impressor del Rey nosso senhor. Em Lisboa ao arco de sam Mamede. acabouse aos. XX. Do mes de Agosto M. D. LXIII.*

4.º (marcação de 8.º), 26 folhas innumeradas, incluindo frontispicio e folha solta final.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, n.º 276.

Ad Ioannem Alemcastrum serenissimũ Auerij Ducem. Mortis meditatio in funus Theodosij Brigãtiæ Ducis. Iacobo Teuio authore. — Este titulo n'um frontispicio gravado semelhante ao do *Insino Christão.* — No fim, por baixo da approvação: *Olissippone. Apud Ioannem Barrerium. 1563.*

4.°, 8 folios innumerados incluindo frontispicio.

Exemplar em nosso poder. A Bibliotheca de Evora possue tambem um exemplar e o Sr. Simões de Castro outro, que pertenceu a Vieira Pinto.

Terceira decada de Ioam de Barros: Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente. Em Lisboa Por Ioam de Barreira. MDLXIII. — No fim: *Foy impressa a presente obra em Lixboa, por Ioam de Barreira impressor del Rey nosso senhor. Acabouse aos XVIIj dias do mes de Agosto. De M. D. LXIII.*

Folio, marcação de 8.°, 8 folhas preliminares innumeradas, comprehendendo titulo, tavoada, prologo, 266 folios.

Titulo dentro de uma portada gravada semelhante a outras empregadas pelo mesmo typographo.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Ha dois exemplares na Bibliotheca da Ajuda; um d'elles tem de menos, na subscripção final, a particula *De,* que precede o anno.

Imagem da vida christam. Ordenada per dialogos como membros de sua composiçam. O primeyro he da verdadeyra philosophia. O segundo da religiam. O terceyro da justiça. O quarto da tribulaçam. O quinto da vida solitaria. O sexto da lembrãça da morte. Compostos per frey Hector Pinto. frade Ieronymo. Impressos em Coimbra per João de Barreyra. M. D. LXIII. — No fim: *Impresso em Coimbra nos paços del Rey, per João de Barreyra, Impressor da vniuersidade. Aos Vj dias do mes de Setembro. Anno de M. D. LXIII.*

8.°, 8 folhas preliminares innumeradas, incluindo o titulo, prologo a D. Theodosio, auctores que se alegam na obra; 478 folios.

Tem no fim esta nota manuscripta, lettra contempora-

nea: *V. M. se mostra muito lido em Palmeirîs dos quais tirou clausulas redondas.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, n.º 327.

Constitvições synodaes do Bispado de Lamego. Em Coimbra. Por Ioam de Barreyra. M. D. LXIII. — Este titulo dentro de uma portada gravada em madeira. — No fim: *Foram impressas estas Constituyções com ho Cerimonial da Missa, & os mays tratados, na muyto nobre & sempre leal Cidade de Coymbra, per Ioam de Barreyra, impressor da vniuersidade. Por mandado do muyto Illustre & Reuerendss. senhor Dom Manvel de Noronha, Bispo de Lamego. Acabaram se aos 25. dias do mes de Abril de 1563.*

Folio, 20 pag. innumeradas no principio com o frontispicio, Tauoada e Prologo, 248 numeradas e mais 20 innumeradas no fim com o ceremonial da missa e *duuidas que podem acontecer ao sacerdote.*

Bibliotheca da Universidade.

Sylvarum liber unus. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium, 1564.

8.º

É obra de Jeronymo Cardoso. — Traz no fim: *Epithalamium Serenissimae Ioannae Caroli V filiae, sive de ingressu in urbem Olysiponensem Serenissimae Joannae Reginae designatae.*

Descripta em Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana.*

Liuro de doctrina spiritual, que compos Francisco de Sousa tauares, em que se cõtem os tractados seguintes.

¶ *Hum tractado que cousa he oraçam, & da necessidade, & obrigaçam della.*
¶ *A exposiçam do Pater noster.*
¶ *Hũs auisos pera os principiantes, ou peccadores se exercitarem na consideraçam dos beneficios de Deos.*
¶ *Hũs insinos & documentos, pera o principiante spiritual andar em a mente em Deos.*
¶ *Do auctor em defensam da vida spũal, & oração.*
¶ *Hũa amoestaçam charitatiua.*
¶ *Hum opusculo do estado desta vida, & dos bẽs della.*
¶ *Hum opusculo do estado da contemplaçam.*

¶ *Outro opusculo acerca do estado da Cruz.*
¶ *Hũa Amoestaçam do Anjo, ao spirito q̃ guarda pera o persuadir a se vmir a Deos cõ humildade.*

No fim, em folha solta innumerada: *Acabouse de imprimir em Lixboa. Em casa de Ioam da barreira Impressor delrey nosso Sñor, Aos vinte de Nouembro. De M. D. LXIIII. Annos.*
No verso do frontispicio a declaração de haver sido approvado por Fr. Manuel da Veiga.
8.º, 135 folios, mais 3 preliminares innumeradas de *Ao Lector.*
Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados.

Svmma sacramentorum ex doctrina Francisci Victorij Dominicani sacrae Theologiae olim apud Salmãticã Primarij professoris. F. Thoma Chauio eiusdem ordinis authore. Olysippone. Apud Ioannem Barrerium. Typ. R. M. D. LXIIII. — No fim: *Impressvm Vlyssipp. Per Ioannem Barrerium Quintus idus August. MDLXIIII.*

8.º, 3 folhas preliminares innumeradas, 220 folhas numeradas pela frente, afóra Tabula.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

In Sacrosantvm Iesu Christi Euangelium secundvm Matthaevm enarrationes. Per Pavlvm de Palacio Granatensem, Augustissimi Cardinalis, & Serenissimi Principis Henrici Concionatorem: & S. Scripturæ in inclyta Lusitanorum Conimbricensi Academia professorem. Omnia ecclesiæ jvdicio svbmissa svnto. (Gravura: portico, tendo ao centro as armas do Cardeal Rei). *Conimbricæ. Ex officina Ioannis Barrerij Typographi Regij. M. D. LXIIII. Cvm Priuilegio Regio: & facultate Inquisitoris & Ordinarij.* — No fim: *Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius. Anno 1564.*

8.º maximo, aspecto de folio, cadernos de 16 pag. a av b bv, etc.; 9 folios preliminares innumerados, 404 pag.
Bibliotheca Nacional de Lisboa, Bibliotheca da Ajuda e Bibliotheca da Universidade.

Historia das cousas que o muy esforçado capitão Dom Christouão da Gama fez nos Reynos do Preste Ioão, com quatrocẽtos Portugueses que consigo leuou. Impressa

por Ioã da Barreyra. E por elle dirigido ao muyto magnifico & illustre señor Dõ Francisco de Portugal. — Este titulo dentro de frontispicio gravado egual ao do *Insino christão.* — No fim: *A louuor de Deos & da gloriosa virgem nossa senhora se acabou de imprimir a presente obra, em casa de Ioaõ da barreyra Impressor del Rey nosso senhor. Aos vinte & sete de Iunho de 1564.*

8.º (cadernos de A A v), 54 folios.
Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, n.º 148.

Tvmvlvs in mortem Michaelis Menesii Marchionis Villæ Regalis. Ad Illvstrissimos Juuenes Georgium Alemcastrum Marchionẽ Turris Nouæ, & Petrum Dyonisium Serenissimi Ducis Auerij liberos. Iacobo Teuio authore. Olyssippone. Apud Ioannem Barrerium. M. D. LXIIII.

4.º, 14 folhas innumeradas, incluindo frontispicio.
Exemplar em nosso poder.

Deploratio Consolationi admista. In mortem Ferdinandi Menesii. Archiepiscopi Vlyssipponensis. Ad sacrum & venerabile Canonicorum Vlyssipponensium collegium. Iacobo Teuio Doctore, & Canonico Authore. Vlyssipone. Apud Ioannem Barrerium. M. D. LXIIII.

4.º, 12 folhas innumeradas, incluindo frontispicio.
Exemplar em nosso poder.

Liuro da vida admirauel da Bẽauẽturada Catherina de Genoa, & de sua sctã doctrina. Traduzido de Italiano ẽ Romãce Portugues, por o Doctor Helias de lemos. E hũa sua breue & proueitosa doctrina. Contemse alem da vida da sancta, hũ tratado do Purgatorio da mesma sancta, & hũ seu Dialogo. — Este titulo por debaixo de uma estampa bastante grosseira representando Christo jorrando sangue do peito, com um versiculo em volta, em latim, de S. Mattheus, e na parte inferior: *Ves. Todo este. sangve. derramei. por. tev. amor.* — No fim, verso do folio 346: *Acabouse de imprimir em Lixboa em casa de Ioaõ da Barreira impressor delRey nosso senhor, aos sete Doutubro. De M. D. LXIIII.*

8.º, 8 folhas preliminares innumeradas, 44 folhas, 346 numeradas pela frente.

Nas preliminares contem-se: frontispicio, privilegio, approvação (por Manuel da Veiga), Epistola do padre Helias de Lemos, interprete d'esta obra, a Dom Martinho Pereira, Taboada, erros da impressão, soneto de D. Manuel de Portugal.

A obra é precedida por uma *Breue doctrina a modo de prohemio do Doctor Helias de lemos interprete desta obra, onde alẽ de se declararẽ algũs passos difficultosos de todo o liuro, se propoem os meios para o principio, aproueitamẽto, & perfeição do amor de Deos, & se declara a materia da oração, & necessidade della, & se diz quem escreueo a vida & doctrina da Bem auenturada Catherina de Genoa.* Occupa 44 folios com numeração á parte.

N'uma das ultimas folhas d'esta especie de prefacio, ha a seguinte declaração: *A traducção foy cõ tãta pressa, q̃ os q̃ me mouerã a traduzir me derão, q̃ para tã pouco tempo creo q̃ soprio o fauor da bẽauẽturada Caterina, porq̃ dẽtro de dous meses se determinou imprimir, & se traduzio, imprimio, & escreueo quãto está neste liuro, alẽ de passarẽ tudo os deputados do sancto officio.*

O soneto de *Dom Manoel de Portugal, em louuor da bemauenturada Catherina de Genoa, & da tradução q̃ da sua vida fez ho Doctor Helias de Lemos,* é do theor seguinte:

Viuo rayo damor, ó luz diuina
que em teu sancto fogo examinaste
ate que transformada nos mostraste
em ti a noua & seraphica Catrina

Coroada de ti, a ti se incrina
sua alma: & do corpo q̃ abrasaste
a Genoesa patria tanto onrraste
como a nós sua alta vida peregrina

Tam pura & doutamente traduzida
que nam parece escrita sua istoria
mas que viua obrar ainda a vemos

Dina de ser trazida na memoria
dina de se imitar em toda a vida
dina de admiração em seus estremos.

Exemplar do Sr. José Maria Nepomuceno, arrematado por 56$000 réis no leilão da livraria do Marquez de Castello Melhor. Vide respectivo catalogo n.º 1:811.

*

No Catalogo dos livros que se prohibem nestes Regnos, Lisboa, 1581, vem indicado o seguinte: —*Caterina de Genua.*

Isto explica indubitavelmente a raridade da obra, de que só se conhece o exemplar indicado.

Decretos e Determinações do Concilio Tridentino tirados em linguagem vulgar. 1564.

8.º

Esta é a noticia que se encontra em Ribeiro dos Santos, que attribue a edição a João de Barreira.

Imagem da vida christam ordenada per dialogos como membros de sua composiçaõ. O primeiro he da verdadeira philosophia. O segundo da Religião. O terceiro da Iustiça. O quarto da Tribulação. O quinto da vida solitaria. O seixto da lembrança da Morte. Compostos per F. Hector Pinto frade Ieronymo. E per elle acrescẽtados nesta segunda impressam. Impressos em Coimbra per João Barreira á custa de Antonio Coruete mercador de liuros. Anno de 1565.

8.º, de 335 folhas numeradas, só de um lado, além de 14 pag., pelo menos, innumeradas no principio contendo n'estas a do frontispicio. O exemplar que estamos descrevendo pertence á Bibliotheca da Universidade. Falta-lhe o frontispicio impresso que está substituido por um de lettra de mão imitando a de impressão. Parece faltarem-lhe algumas paginas das innumeradas do principio. N'este exemplar as innumeradas (não fallando das do frontispicio) são 12, duas d'ellas occupadas com o alvará de privilegio concedido ao auctor assignado pelo Cardeal Infante e datado de 6 de novembro de 1564.

(Continúa).

Sousa Viterbo.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 5, pag. 238)

Do que até aqui temos narrado parece dever concluir-se que, no período de calma e sossêgo que se seguiu ao tratado de paz com Castela, a agricultura do concelho começára a fazer-se com mais confiança, o que se deduz do texto das cartas de aforamento e de couto, que temos analizado, comprovativas da existência de pequenos núcleos de população agrícola espalhados por um ou outro ponto do concelho com o propósito de se fixarem aí, já sem os receios e o temor dos riscos e azares da guerra.

O acréscimo da população ia fazendo-se, porém, de uma forma lenta e vagarosa a julgar pelo que então se passava em quási todo o reino no primeiro quartel de século xv. Com efeito várias causas retardavam nessa época o povoamento dos campos, além da guerra com Castela cujas conseqüências se faziam sentir muito tempo depois dela terminada.

A peste foi também um poderoso agente que destruiu milhares de existências levando a fome às povoações e dizimando uma grande parte dos seus moradores. Nos 64 anos que vão desde 1432 a 1495, Portugal não esteve imune dos ataques gerais ou parciais dessa epidemia, senão durante o espaço de 22 anos. Estas causas haviam de refletir-se no concelho de Marvão e no vizinho concelho de Castelo de Vide, assolados também algumas vezes pelos terríveis e destruidores efeitos da peste que vinham ainda agravar os males e danos sofridos com a guerra. Comprovam o que afirmamos as notícias de várias procissões e préces que na ocasião dessas calamidades os habitantes das duas vilas tinham costume de fazer no convento da Senhora da Estrela, cuja imagem milagrosa ali venerada andava unida, já desde remotas eras, ao culto dos povos de toda esta região.

Além desta prova ainda outra mais completa e autêntica

se poderá deduzir das alegações e queixas que os homens bons de Marvão dirigiam ao rei contra o rigor com que o Coudel da vila, Martinho Gonçalves Tavares, fazia os acontiamentos. O Coudel tinha a seu cargo cuidar da remonta de cavalos e seus acontiamentos, isto é, resolver as dúvidas àcêrca das pessoas que tinham *contia* ou a fazenda necessária que pudesse justificar a obrigação de manter cavalo para serviço da guerra. Alegavam, pois, os homens bons, como se verá na carta que a seguir transcrevemos, que em vista dos estragos que o concelho sofria com as incursões do inimigo não podiam ter cavalos sem grandes danos e prejuízos. As queixas foram atendidas isentando-se os moradores que tivessem contias da obrigação de terem cavalos de guerra, mas tão sòmente as bestas necessárias à defesa da vila.

«Dom Joham etc. a vos martym gomçalues de taauares nosso vassallo e coudel de maruam E a outros quaaes quer que esto ouuerem de ver a que esta carta for mostrada saude sabede que o comçelho e homens boõs da dita villa de maruão nos enuyarom dizer que uos fostes ora ao dito lugar fazer os acoutiamentos e apurações segundo vos per nos he mamdado. E que mamdastes aalguũs teer cauallos. E que por quamto o dito lugar foy muy dapnado per aazo da guerra elles nom poderam teer cauallos sem gramde seu dapno. E que nos pediam por mercee que os mamdassemos dello escusar. E nos veemdo o que nos pedyam E queremdo lhes fazer graça e mercee Teemos por bem e mamdamos que os nom costrangades nem mamdedes costramger que tenham cauallos ca nossa mercee he que por ora sejam dello escusados os que ouuerem comthyas pera terem cauallos e beestas e folhas vos costramgedes que tenham todos beestas e folhas pera defemssam da terra. E sobre esto lhe nom ponhades outro nehuũ embarguo em nehuua guisa. Onde all nom façades. Damte na cidade devora noue dias dabrill. El Rey o mamdou per Ruy louenço dayam de Coinbra lecemçeado em degredos. E per Joham Affomso escollar em leis seu vassalo ambos do seu desembarguo martym vaasquez a fez era de mill e quatroçemtos e trimta e çimquo annos (1).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. 6, fl. 234 v.

A estas queixas sucederam-se outras como nos mostram os capítulos especiais apresentados às côrtes de Évora em 13 de Dezembro de 1461. Alegava o concelho nesses capítulos que não tendo outro rendimento senão o do verde, e pertencendo ainda desta renda a terça parte ao rei, não lhe ficava coisa alguma depois de pagas as despesas necessárias que o concelho era obrigado a fazer com o pagamento ao escrivão da Câmara, ao porteiro e pregoeiro. Pedia pois que se lhe fizesse a mercê, pelo tempo de dez anos, da terça parte desta renda que era costume reservar para a corôa, o que foi afinal deferido, mas com a redução dos dez a três anos. Queixava-se também o concelho da exagerada quantia de quinze reais que o contador de Portalegre impusera de coima por cada cabeça de gado que pastasse no prado da vila, pedindo que, à semelhança do que era costume levar no prado da vila próxima de Castelo de Vide, essa quantia ficasse reduzida à justa proporção de cinco reais. Alegava e pedia finalmente o concelho que em vista de se encontrarem em Alcácer Ceguer alguns mancebos da vila e termo o número de bésteiros de conto fôsse reduzido de quinze a dez, pedido a que o rei nesse mesmo acto anuiu.

Os bésteiros, assim chamados por usarem uma arma com o nome de bésta, era uma espécie de milícia municipal, base da organização militar do reino, cuja existência se encontra já nos primitivos forais portugueses do século XII. Se estas listas dos bésteiros, diz Gama Barros, não podem servir de fundamento ao cálculo da população geral do país, revelam, ao menos, uma ou outra circunstância aproveitável àcêrca da grandeza e prosperidade das terras que eram obrigadas a manter esta milícia. Sôbre o número dos bésteiros de conto em cada uma das vilas da parte norte da comarca de Odiana determinava-se nas *Ordenações Afonsinas* o seguinte:

Portalegre e Aviz.....	30 bésteiros	
Marvão, Arronches, Niza e Monforte....	25 »	
Castelo de Vide, Fronteira e Crato	20 »	
Alegrete e Alter do Chão.....	8 »	(1)

O estudo comparativo que Gama Barros faz das listas de bésteiros de todo o país denotam um desenvolvimento da população do Alentejo mais fraco do que no Algarve e na Estre-

---

(1) *Ordenações Afonsinas,* liv. 1.º, tit. 64.º, pág. 438.

madura. A julgar por esta lista e se pretendessemos tomá-la como base para o cômputo da população na parte norte da região de Odiana, seriamos levados a concluir que era a vila de Marvão uma das mais populosas visto estar incluida no primeiro lugar das terras de segunda categoria. O facto, porém, não é absolutamente verdadeiro porque, se é certo que o povoamento do concelho se tinha desenvolvido, acompanhando o notável impulso que tivera nesta época a população da Odiana, êsse desenvolvimento não poderia ter sido muito grande pela lentidão da sua vida populacional em virtude dos atrazos provenientes das causas que atrás deixamos esboçadas. Outra coisa se não pode, com efeito, deduzir das queixas apresentadas às côrtes pelos procuradores do concelho, das levas dos mancebos que nêle eram recrutados para as adúas e guarnições das fortalezas do norte de África e da epidemia da peste, que consideràvelmente agravava os males resultantes da guerra (1). De tudo isto, muito

---

(1) Os capítulos apresentados em côrtes a que acima nos referimos constituem um dos mais interessantes subsídios para a história de uma região e por isso não podemos fugir à tentação de os registar aqui na íntegra:

«Aa uilla de Maruãao capitollos espiciaaees per que lhe foy mudado o numero dos beesteiros do comto de xb em dez e outros a que hee prouydo.

«Dom Affonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que estando nos hora em esta cidade deuora em has cortes que em ella fezemos per o procurador da villa de Maruaão nos foram dados certos capitolos. hos quaaees ao pee de cada huum deles mandamos poer nossas Repostas segundo se ao diante seguem. *Item* ao que dizees que esse conselho nam tem outra renda saluo a do uerde. da qual he nossa a terça parte. e com despezas necessarias que essee comcelho faz e paguado o *esprivam* da camara e porteiro e pregoeiro he por ser pequena lhe nam fiqua nada. e nos pediis que nos façamos da dita terça por dez annos. *Item* Respondemos que nos praz uos fazer della mercee por tres annos. *Item* ao que pediis que mandemos que se nam leue de coyma por cada cabeça de gaado ou bestas que pacer no prado dessa villa mais que çinquo Reaees segundo se leua do prado de Castel dauide e que por queo comtador dessa cidade posera quinze Reaes de coyma e assi se leva. *Item* Respondemos que queremos sobre esto ouuir o comtador. E depois deo ouuirmos uos daremos nossa Resposta favoravel como for razam. *Item* ao que pediis uos mandemos abaixar o numero dos besteiros do comto que sam xb e por aazo de noue que hora mandamos tirar por estarem em alcacer nam se acham outros em seu logo senam lauradores.

«Item Respondemos que nos praz por uos fazer mercee que

principalmente das restrições concedidas em matéria fiscal na área do municipio pelos reis, ciosos e acautelados como sempre foram da mais importante prerogativa da corôa, qual era a de lançar tributos, se depreende que não podia ser rigorosamente verdadeiro, como base do cômputo da população do concelho, o número de bésteiros de conto que, segundo as Ordenações do reino, as câmaras eram obrigadas a manter. A confirmar a nossa suposição vem as autorizadas palavras de Costa Lobo quando diz não ser possível fazer o cálculo da população do reino tomando como base o mapa da distribuïção dos bésteiros do conto nas várias terras, visto que êles constituíam apenas em cada concelho um contingente, geralmente determinado pelo costume e por isso muito arbitrário (1).

Não há, pois, dúvida alguma de que o número de bésteiros exigido à vila de Marvão era exagerado e devia estar em desacôrdo com o número dos seus habitantes. Assim se justificava o pedido feito em capítulos de côrtes para a redução dos besteiros, pelas causas já indicadas, e às quais devemos ainda acrescentar o pezado tributo que recaía sôbre a população do concelho imposto por carta de D. Afonso V, passada em Touro (Tôro), a 16 de Abril de 1476, em virtude da qual os moradores da vila eram obrigados a contribuir com ajuda braçal não só na construção da fortaleza de Alegrete como na fortificação de todos os lugares que estivessem situados à distância de cinco léguas em redor, como eram os de: Arronches, Veiros, Monforte, Cabeço de Vide, Alter do Chão, Crato, Portalegre e Castelo de Vide.

O curioso documento a que nos referimos e que pelo seu valor histórico merece ficar aqui registado é datado de Tôro

---

o dito numero seja atee dez e mais nam. E per este mandamos ao nosso Coudell moor que uos nam constraaga por mais se assi he como dizees. Pedindo nos por mercee o dito procurador por parte da dita uilla que lhe mandessemos dar huua nossa carta com ho teor dos ditos capitolos com nossas Respostas por que lhe eram necessarios e se emtendiam deles ajudar. E uisto seu pedir lhe mandamos dar segundo díto he. E porem mandamos a todalas nossas justiças e pessoas a que perteencer que lha cumpram e façam comprir e guardar segundo em ella he comtheudo sem outro embargo. Dada em euora xiii dias de dezembro Alvaro Gil a ffez Anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1461».

(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. — *Odiana,* liv. 3.º fl. 108 v.).

(1) *Ob. cit.*, pág. 9.

no ano em que ali se ferira a batalha que ficou conhecida por êste nome, desastrosa como é sabido, para nós, apezar dos prodigios de valor praticados por um punhado de cavaleiros portuguezes entre os quais muito se distinguiu o infante e futuro rei D. João II.

Um dos efeitos dessa desastrosa guerra motivada pela inábil política e vaidosa pretensão de D. Afonso V em querer reunir as duas corôas, Portugal e Castela, foi a perda de várias terras na fronteira, entre as quais Alegrete, ainda nessa data em poder dos castelhanos.

O monarca prevenindo nêste diploma a hipótese desta praça voltar novamente para o domínio da corôa portuguesa, como pouco depois havia de suceder em virtude do tratado de paz que se celebrou com Castela, ordena que ela fôsse bem defendida, obrigando-se para êsse efeito os povos dos arredores a contribuir e a ajudar a construção da sua fortaleza.

O teor do referido documento é o seguinte:

> «Dom Afonsso etc. A quantos esta minha carta virem ffaço Saber que sentindo eu por meu seruiço e bem de meus regnos de portugall e proueito da minha villa dalegrete que me ora tem furtada meus averssairos. E por arredar outro tal dano e perda della das villas suas comarquãas hordeney que como quer que a deus prouuer de cobrar a dita villa per quall quer modo e maneira que seia ou a tomar per mjm ou per o princepe dom Joham meu filho etc. Ou per outra quall quer pessoa ou pessoas de quall quer estado e condiçam que seiam de sse fazer loguo dentro na dita villa hũa fortalleza pera defenssam e guarda della e das villas derredor por quamto minha tençam hé de a dita fortelleza seer o mais çedo que bem poder acabada o que seer nom poderia tam assinha sem as villas e conçelhos darredor da dita villa ajudarem aobra da dita fortelleza e como he justo e Rezam de sse hũus ajudarem nas necessidades dos outros. E porem hordeno e mando que todos os logares e villas e em darredor da dita villa a çinquo leguas a saber a dita villa e arronches, veiros, monforte, cabeça da vide, alter, crato, portalegre e castell da uide, maruã | E quaes quer outros que nas ditas çinquo leguoas couberem, Seiam obrigados e teudos a serujr e ajudar a dita obra da fortelleza. E que nom

seia nenhũu dello escusado mas seia cada hũu obriguado de dar seu dia e acabado de serem todos pera ello constrangido e andarem assy per seu giro a saber o dito dia sse a obra nom for acabada per estas feiras que outra vez tornem a seruir de começo assy continoem sempre atee a dita obra da fortalleza seer de todo acabada e os que emprazados forem e nom vierem mando que pague cada hũu vinte rreaes por dia. Os quaaes rreçebera aquella pessoa a que eu tenho dado poder e carrego de fazer adita fortelleza. E quamdo os rreçeber seia perante hũu taballiam a que mando que escrepua as ditas penas pera se saberem as que sam e sse dellas paguarem as cousas neçesarias pera a dita obra da fortelleza. E porem mando aos juizes e oficiaaes e ao corregedor e ouuidores da dita comarqua dantre tejo e odiana que per mandado do que eu assy hordeney de fazer a dita fortelleza costrangam e penhorem e emxuquetem os mandados delle assy como os meus proprios. Em guisa que per suas negrigentias a obra se nom retarde sendo certo que o pagaram per seus beens alem da pena que mereçem como aquelles que nom comprem o mandado do sseu Rey e Senhor. Data em touro xvi dias dabril. Pero de paiua a fez de mil iiii lxxbj» (1).

*
* *

A primeira referência, porém, clara e precisa que encontramos a respeito do número de moradores da vila de Marvão foi no alvará de D. Manuel passado em Lisboa na data de 20 de Maio de 1517, documento em que êste monarca concede ao juiz e oficiais do concelho a faculdade de poder andar sempre nas mãos dos juizes ordinários da vila o ofício do seu julgado dos orfãos. Do referido alvará consta que por volta de uns catorze anos anteriormente à sua data se levantára uma demanda entre a Câmara e um tal Pero Lourenço pelo facto dêste ter sido provido no ofício do respectivo julgado dos orfãos, alegando então a Câmara em defesa dos seus direitos que, «*por não haver na villa 400 visinhos*», ela

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana,* liv. V, fl. 291.

obtivera uma sentença contra o provimento do referido Pero Lourenço na qual se determinava que o dito ofício do julgado dos orfãos deveria andar nas mãos dos juizes ordinários da vila, como era já velho costume. Acontecera, porém, que tendo sido depois, e não obstante esta sentença, provido no referido cargo um tal André Afonso, a Câmara se apressára a pedir o embargo dessa nomeação, embargo que teve como conseqüência ser confirmado o direito por ela alegado, anulada a respectiva nomeação que fôra feita em ofensa a êle, dando-se como compensação ao mesmo André Afonso o ofício de escrivão da Câmara e a almotaçaria da vila (1).

No ano de 1527 organiza-se em Portugal a primeira resenha da população. Para êsse fim ordena o rei D. João III a cada um dos corregedores das seis províncias ou comarcas em que então se dividia o reino, que dessa diligência fôsse encarregado um escrivão da respectiva correição para fazer o arrolamento dos moradores de cada uma delas.

O censo então organizado quanto à actual província do Alentejo encontra-se em dois livros diferentes, abrangendo um as terras da corôa e as do duque de Bragança, o outro as terras pertencentes às ordens militares de S. Tiago, S. João, Cristo e Aviz.

Pelo que respeita à vila de Marvão, do respectivo censo da comarca de Entre-Tejo e Guadiana constava o seguinte:

«Achouse na villa de Maruã trezẽntos e sasenta e tres fogos emtrando nelles onze creligos de missa e sesenta e nove viuuas: — 363.

«Achouse no termo da dicta villa cento e trinta e dous fogos, emtrando nelles 13 viuuas: Da dicta villa a Castello da Vide ha hũa legoa, e partem os termos per meyo. — Da dicta villa a villa de Portalegre ha duas legoas, e partem os termos per meyo. — Da dicta villa a villa dAligrete ha tres legoas e tẽ duas de termo. — Da dicta villa a villa da Codisseira, regnos de Castella, ha quatro legoas e tem tres legoas de termo, — Da dicta villa a villa de Valẽça, regnos de Castella,

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 9.º fl. 14. — *Odiana*, liv. 7.º fl. 176 v. O ofício de *almotacel* era exercido por um juiz eleito pela Câmara que tinha inspecção sôbre pezos, medidas, preços de víveres, louça, obras mecânicas, soldadas, jornais etc. *Ordenações Manuelinas*, liv. 46.

ha duas legoas e partem os termos per meyo. Soma 495».

No segundo livro a que acima nos referimos consta o seguinte:

«Marvam. — Item, comfromta com a Codeseyra ao levante; e tem de termo pera lla ata o malham homde he o estremo da raia, duas legoas e mea, das quaes seram hũa legoa e mea de serra desaproveitada ataa a raia; e sam desta villa a Codeseyra quatro.

«Item, comfromta com Valemça d'Alcamtara ao nordeste; e tem de termo pera la hũa legoa ata homde he a raya; e sam desta villa a Valemça duas. E vay partimdo asy pello rio de Sever acima pera o termo da Codeseyra, e em meo caminho se aparta do ryo e vay partimdo per malhões ata o termo da Codeseyra; e do meio caminho pera a Codeseyra tem duas legoas ata la sempre de termo, e duas e mea; e sera hũa legoa de serrania, em que emtra dous tiros de besta de comtemda de largo e hũu quarto de legoa de comprido. Esta villa he çercada e he realemga e do Mestrado dAlcamtara. Sam da Codeseyra a Valemça tres legoas. E de Portalegre a Marvam duas» (1).

Nêste primeiro censo da população portuguesa contavam-se pois na vila de Marvão 363 fogos e 132 no seu termo, ou seja o número total de 495 fogos para todo o concelho. Dando a cada um dêstes fogos o número de 4 habitantes, média que actualmente acusam os dados estatísticos, contaremos pois nesta época 1452 habitantes na villa e 528 no seu termo, ou seja a população total de 1980 habitantes. Acusam êstes números um acréscimo de população urbana sôbre a rural e um certo aumento em relação ao ano de 1517, aumento que já denota um certo progresso agrícola e económico no concelho.

É de notar o avultado número de viuvas em relação ao número dos habitantes do concelho, 132 para 1980 habitantes, o que dá o exagerado coeficiente de 15 %. Esta elevada

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Antigo armário 17 do interior da casa da corôa, liv. 48, hoje n.º 84. Publicado na excelente revista — *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV, ano de 1906, págs. 103 e 362.

percentagem que em parte se explica pela circunstancia comum a quási todos os países e através de todos os tempos da mortalidade masculina exceder a feminina, vem, todavia, confirmar as razões que apontamos acêrca do atrazo que de vez em quando ia sofrendo a população do concelho, sobrelevando a todas as causas as freqüentes escaramuças na fronteira que impunham aos homens arriscadíssimos serviços e arrancava à população agrícola do concelho o pezado tributo de algumas vidas. Por êste motivo rareava a população dos campos que neles não podia adquirir aquela fixidez sedentária indispensável à formação de núcleos de famílias que se ligassem à terra por interêsses de exploração, de arroteamento e cultura. Assim se explicava pois o conseqüente atrazo e as forçadas interrupções da vida agrícola no concelho.

Foi justamente para obstar a êstes graves inconvenientes prejudiciais não só ao bem estar do municipio como também a toda a vida económica nacional, que os monarcas ordenaram diferentes providências provocadas, em geral, pelas queixas freqüentes dos vários concelhos da fronteira e de que nos dão notícia os capítulos por êles apresentados em côrtes.

No reinado de D. Manuel, à semelhança do que se passou no tempo dos seus antecessores, entendeu também a vila de Marvão que devia apresentar, por intermédio dos seus procuradores, certos capítulos nas côrtes que se celebraram em Lisboa no ano de 1498. As queixas do concelho então feitas motivaram a carta de D. Manuel datada de Lisboa a 8 de Março de 1498, em virtude da qual se confirmavam aos de Marvão os privilégios que os isentavam de pagar o imposto da portagem, sob pena de dois mil reais a todos aqueles que não respeitassem estas regalias, e com a declaração de que metade dessa multa deveria ser aplicada aos cativos, revertendo a outra metade em benefício do denunciante (1).

Não foi, porém, o monarca seguinte, D. João III, tão respeitador das prerogativas do concelho e tão solicito em dar remédio às necessidades em que se encontrava a sua reduzida e sobrecarregada população. Apezar das justificadas queixas apresentadas no reinado anterior acêrca do despovoamento dos campos, as levas de mancebos continuaram a

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. 1.º, fl. 233 v.

fazer-se não só em Marvão, como em Portalegre, Arronches e Castelo de Vide. O facto é comprovado por uma carta de Duarte de Melo, escrita e datada desta última vila em 23 de Novembro de 1526, participando ao rei a pronta diligência que se havia levado a efeito naquelas terras, onde em pouco tempo tinham conseguido levantar a soma de dois mil e tantos homens.

Reza assim o documento a que nos referimos:

> «Senhor eu estiue com ho juiz e com ho capitão da hordenança como Vosa alteza mandou e se fez tudo asy como V. A. mamdou Inteyramente em que me pareçe que sejam quinhentos homens bem autos pera ho dito carreguo segundo mjlhor V. A. vera polla soma que lhe ho capitão mamda e certefiquo a V. A. que este seu capitão he tam dilygente e sabedor deste jmsyno da ordenança e seruir com todo o amor no dito caso de V. A. e trabalha tanto que em dous meses que pode aver lhe tem dous myll e tantos homens casy jmsynados nestes quoatro luguares de castello da vide e portallegre e aromches e maruão que eu estou espantado da sua agudeza em tam pouco tempo tanta obra ffazer e procorar tamta gente e me pareçeo ser seu serujço lho notefiquo asy como ho ffaaz e asy lho notefficara se ho contrairo lhe vira ffazer. Noso senhor acrecente seu estado com muyta vida. Escripta desta sua ffortalleza de castello da vide aos xxiij de nouembro de bcxxbj.
>
> «beijo a mão de vosa alteza — *Duarte de mello*» (1).

Além da população genuìnamente portuguesa arrolada no censo de 1527, de que acima demos notícia, existia também no concelho um núcleo de população mourisca e judaica, vivendo, como nas outras vilas, em bairros especiais conhecidos pelos nomes de *mourarias* e *judearias,* para onde era obrigada e recolher à última badalada das Ave-Marias, ou *sino d'ooraçom*. Meia hora depois começava a ouvir-se o *sino de colher,* sinal para se encerrarem as portas das tavernas e outros estabelecimentos públicos, e depois de breve espaço de tempo as badaladas apressavam-se o que se cha-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Corpo Chronologico*, parte I, Maço 35, doc. n.º 37.

mava o *sino de correr*, ou o último aviso para se apagarem as luzes e paralisar toda a vila nas ruas e vielas (1).

Eram da maior severidade as leis que regulavam as relações de mouros e judeus com a população cristã no sentido de evitar a promiscuidade entre uns e outros, e duras as penas para os mouros e judeus que as desrespeitassem (2). Elas não eram, porém, isentas de excepção e de privilégio que o estado concedia, em certos casos, com o fim interesseiro de aumentar as receitas públicas que nessas excepções tinham uma copiosa e inexaurível fonte (3).

Pelo que respeita à população mourisca bem diminuta ela devia de ser em Marvão pois em fins do século XVI apenas se conheciam no Alentejo mourarias em Évora, Beja, Estremoz, Elvas, Portalegre, Setúbal, e uma muito insignificante em Aviz (4).

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arnaldo Gama — *A Ultima Dona de S. Nicolau*, pág. 57.
(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Regimento dos Alcaides Mores, Pequenos e Almotacés* — Maço 1.º das Leis, doc. n.º 191.
(3) Sousa Viterbo — *Ocorrencias da Vida Judaica* — Separata do *Archivo Historico Portuguez*.
(4) Costa Lobo — *Ob. cit.*, pág. 39.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Republica Portugueza — Estatistica Financeira — Anuário das Contribuições Directas — Parte I: *Contribuição Predial.* — Parte III: *Contribuições de renda de casas e sumptuaria.* — Ano económico de 1916–1917 e 1917–1918. Lisboa, Imp. Nacional, 1921.

Ueber die Adsorption von Natriumaurichlorid an Kohle und die Bestimmung del Goldes im Meerwasser, por Hellmuth Koch. Dresden und Leipzig, 1918.

Untersuchungen über die Frägergewichte und die günstigsten Frägerabmessungen bei Parallel- und Halbparabelträgern mit untenliegender Fahrbahn, por Maximilian H. Angst. Zürich, 1915.

Konstruktionen in der Bildebene der hyperbolischen Zentralprojektion, por Ernst Vaterlaus. Zürich, Buchdruckerei Asehmann & Scheller, 1916.

Probleme der Potentialtheorie, por Adolf Bolliger. Berlin, 1917.

Ausgleichvorgang beim zuschalten eines transformators au ein bereits mit einem transformator belastetes netz, unter berücksichtigung der netzkapazitat, por Ulr. Jenne. Zürich, Fachschriften-Verlag und Buchdruckerei A.-G., 1915.

Untersuchungen an einem Diesel-Kleinmotor, por Robert Schlaepfer. Zürich, Jean Frey, Buch- und Kunstdruckerei, 1914.

Untersuchungen über der Abschaltvorgang im Kochspannungs-Oelschalter, por Bruno Bauer. Zürich, Fachschriften-Verlag und Buchdruckerei A.-G., 1915.

Vergleichende Untersuchungen an Leitapparaten von Francisturbinen, por A. Strickler. Zürich, Jean Frey, Buch- und Kunstdruckerei, 1916.

Künstliche Lüftung im Stollen- und Tunnelbau sowie von Tunnels im Betrieb, por Ernst Wiesmann. Zürich, Buchdruckerei zur Alten Universität, 1919.

Festigkeitsberechnung von Kugelschalen, por Léon Bolle. Zürich, Druck. Art. Institut Orell Fussli, 1916.

Die Hobszölle und ihre wirtschaftliche Bedeutung und Berechtigung für die Schweiz, por Walter Amsler. Mannedorf, Buchdruckerei E. Meyer, 1917.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura.... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 7

1922
Julho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Os portugueses nas Memórias de Casanova, por AMADEU FERRAZ DE CARVALHO 297
Memória acêrca de um caso de perturbação climática, por EZEQUIEL DE CAMPOS 312
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO 326
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO 332
Boletim bibliográfico 338

OS PORTUGUESES NAS MEMÓRIAS DE CASANOVA

I

A leitura do encantador romance de Henry de Régnier — *Le Passé vivant* — suscitou-me ha anos a curiosidade de lêr as Memórias de Casanova.

Poucas obras haverá de tão má reputação e, na verdade, a fazer juízo pelos excerptos que, em numerosas edições mais ou menos clandestinas, fazem as delícias dos adolescentes e senis amadores de literatura pornográfica com os relatos minuciosos de scenas da mais requintada lubricidade, há razões de sobra para que todos aqueles que na leitura procuram sensações bem diferentes se afastem com repugnância daquela *olla podrida*.

Até certo ponto, porém, a qualidade dos leitores é que faz a reputação dos autores e, se até a divina nudez de obras primas de pintura e de escultura não deixa de sofrer a afronta de contemplações indignas, não admira que uma obra que, no dizer do próprio autor, é dum cinismo excessivo e ultrapassa todos os limites que as conveniências impõem à indiscrição, recrutando a maior parte dos seus leitores entre aquele público de mórbidos apetites, tenha sido relegada para os mais recônditos desvãos das bibliotecas e haja até certo pudor em falar dela deante de pessoas que se prezam.

Mas atrás dos leitores viciosos, veio outra camada de leitores, a dos eruditos e investigadores, e quem hoje com uma sã curiosidade tiver a coragem de levar ao fim integralmente os seis ou oito compactos volumes destas memórias nas suas edições mais conhecidas (Rosez, Flammarion, Garnier) ficará, apesar de tudo, com a convicção de ter lido o mais precioso livro de memórias do século XVIII, o documento mais vivo e mais palpitante duma época tam atraente mesmo nos aspectos aparentemente mais frívolos da sua vida galante e libertina.

*
* *

Estas Memórias escreveu-as Casanova nos últimos anos da sua vida no Castelo de Dux, na Boémia, do conde de Waldstein, que para lá o levara como bibliotecário e deviam compreender todos os acontecimentos da sua vida até 1797.

Publicadas pela primeira vez numa tradução alemã pelo editor Brockaus, de Leipzig, de 1822 a 1828 com o título — *Aus den Memoiren des Venetianers Jacob Casanova de Seingalt,* o manuscrito original, em poder do editor, era entretanto confiado a um professor de francês em Dresde, Jean Lafargue, que corrigiu, alindou e expurgou o texto de passagens demasiado livres e de numerosos italianismos e, assim revisto, foi publicado em 12 volumes de 1826 a 1838. Pode esta edição portanto considerar-se a edição *princeps* das Memórias.

Começaram então a levantar-se dúvidas sôbre a sua autenticidade. O erudito e probo bibliófilo Jacob atribuiu-as nada menos do que a Stendhal, pois revelavam nìtidamente o seu espírito, o seu carácter, tinham as suas ideas e o seu estilo.

Na mesma esteira tinham seguido anteriormente Ugo Foscolo e Querard, até que em 1881 Armand Baschet publicou na conhecida revista de bibliófilos *Le Livre* sob o título — *Preuves curieuses de l'authenticité des Memoires de Jacques Casanova de Seingalt* — uma série de artigos tam concludentes que ninguém ousa hoje pôr em dúvida que elas são realmente o relato fiel, verídico e completo do mais complexo aventureiro do século XVIII.

De então para cá, em todos os países onde êle deixou rastos da sua passagem, apaixonados casanovistas têm-se esforçado por corroborar com as suas investigações a absoluta exactidão e completa veracidade das mais curiosas passagens das Memórias.

E quem as tiver lido acha perfeitamente justificável o interêsse que elas despertam. Incapaz de assistir num só terreno, elege para campo das suas aventuras a Europa inteira e assim vemo-lo sucessivamente na Itália, na Grécia, na Turquia, em França, na Holanda, na Alemanha, na Austria, na Suiça, na Inglaterra, na Espanha, na Russia, na Polónia...

Em todos estes países, êle esteve em contacto, travou relações e por vezes contraiu laços da mais estreita amizade com os personagens mais célebres e mais em evidência da

época, o papa Benedito XIV, Luís XV, a marquesa de Pompadour, Jorge III de Inglaterra, Frederico o Grande, a famosa Catarina da Rússia, José II de Áustria, o cardeal de Bernis, Metastásio, Voltaire, Rousseau, Fontenelle, d'Alembert, Crébillon, Haller. Por baixo destas celebridades e ligados mais ìntimamente à complicada trama da sua vida surge-nos uma galeria inesgotável dos tipos mais representativos e característicos da sociedade do seu tempo, personagens da indole mais diversa, sérios e honestos uns, outros da reputação mais duvidosa, políticos, diplomatas, sábios, gente de negócios, cómicos, jogadores, espadachins, nigromantes... E então no *belo sexo*, nas suas paixões, nas suas amantes, nas suas conquistas passageiras e fúteis devaneios que variedade excepcional! Cândidas donzelas, freiras, moças do povo, damas da mais nobre estirpe, actrizes, bailarinas, cortezãs...

Não quis o destino que Portugal fôsse visitado por Casanova, como anos depois o foi pelo aventureiro cosmopolita de igual jaez, o não menos célebre Cagliostro.

Em 1760 declara-se incumbido duma missão secreta de Sua Majestade Fidelíssima em Augsburgo e para êste fim vai entender-se com lord Stormon, ministro da Inglaterra na côrte da Baviera; anos depois, quando esteve em Madrid, era seu propósito vir a Lisboa onde contava demorar-se e porventura conseguir um emprêgo.

Não veio, felizmente. Mas nas suas Memórias há inumeras alusões a Portugal, nelas perpassam com freqüência compatriotas nossos e dentre dêstes dois se destacam simpàticamente curiosos, que bem merecem um estudo de comprovação análogo ao que diligentes investigadores têm levado a cabo noutros países.

Quero referir-me ao discreto, subtil e amável padre Gama, *l'abbé Gama* que Casanova conheceu em Roma logo no começo da sua carreira e que daí em deante lhe anda ligado em vários episódios da sua vida — e Paulina, a misteriosa Paulina de Pall-Mall, pensionista de Casanova, com a qual se passou «la plus piquante aventure d'amour et de bienfaisance que je connaisse», como diz nas suas «Mélanges» o príncipe de Ligne.

*
* *

Antes, porém, de tentar averiguar o que há de verdade e que confiança nos pode merecer o que sobre estes nossos

*

portugueses referem as suas Memórias, parece-nos indispensável sumariar cursivamente a vida do célebre aventureiro, entre nós tam pouco conhecido.

Em 1723 estava escriturado no teatro de San Samuele em Veneza, onde dançava e representava comédias, um tal Caetano José Casanova, parmesão, homem bem nascido, com certa instrução, emfim com dotes muito superiores à medíocre condição a que o tinham reduzido a má sina e as suas paixões.

Este Casanova, com efeito, era pertencente a uma nobre família, oriunda de Aragão, a qual contou homens notáveis na milícia e nas letras; êle porém, degenerando da sua preclara estirpe, teve uma mocidade tempestuosa, abandonou os seus e, depois de viver alguns anos com uma actriz chamada Fragoletta, foi obrigado à míngua de recursos, a fazer vida como actor. Resignado com a sua situação, alugou em Veneza uma casa modesta defronte da qual vivia uma linda rapariga, Zanetta, filha do sapateiro Farusi.

Apaixonou-se a sério pela rapariga e o seu amor foi correspondido; mas, se quis que o patriarca de Veneza lhes desse a benção nupcial, teve de a raptar, pois como comediante nunca teria obtido o consentimento paterno. O pai finou-se de desgôsto, a pobre mãe muito chorou; mas os dois esposos nunca se deram mal e da sua união nasceram seis filhos —o mais velho, Giacomo, o nosso herói, em 1725, seguindo-se-lhe Francisco, bem conhecido pintor de batalhas, e João que morreu em Dresde, director da Academia de Pintura.

Quando o marido lhe morreu em 1702, Zanetta Farusi, que se fizera também atriz, deliberou prosseguir na carreira para que mostrava decidida vocação e, como era grandemente favorecida pela sua mocidade e pela sua beleza, não lhe faltaram contractos vantajosos, o que lhe permitia dar aos filhos uma boa educação. Levando, porém, a vida errante dos cómicos italianos, partiu para a Rússia, deixando os mais velhos entregues aos cuidados da avó, e sob o patrocínio dos nobres Grimani e do célebre poeta Baffo, amigos da família a quem o pai, ao morrer, tanto os recomendara. Como em Veneza, para quem não nascia patrício, a carreira eclesiástica era a única via de acesso a situações mais vantajosas, foi decidido que o mais velho, Giacomo, se fizesse padre e para isso colocaram-no em pensão em casa do bom dr. Gozzi afim de, habilitado em humanidades, se poder matricular na célebre universidade da Pádua.

Deu muito boa conta de si. Com a sua viva inteligência,

raro poder de assimiliação e portentosa memória, em breve sabia mais do que o mestre; a sua ânsia imoderada de saber, a sua curiosidade insaciável não o deixavam confinado no limitado âmbito dos estudos clássicos, pretendia abraçar todos os conhecimentos humanos — matemática, história, filosofia, sciências, nada lhe era indiferente e assim foi adquirindo, um pouco tumultuàriamente, a vastíssima e copiosa erudição de que tanto se ufanava e o gosto pela cultura do espírito que sempre o acompanhou nos numerosos avatares da sua complicada carreira.

Em 1739 o patriarca de Veneza tonsurou-o e, passados poucos meses, conferiu-lhe as quatro ordens menores.

Aos 15 anos, como o nosso Garrett, estreou-se no púlpito e a graça e a desenvoltura, com que se apresentou, fizeram tal sucesso que, quando no fim do sermão lhe apresentaram a bolsa das esmolas, viu-a cheia de sequins e bilhetinhos de amor.

Em Pádua não houve estudante mais estudioso nem mais azougado, mas com grande facilidade conseguiu formar-se *in utroque jure*.

Voltou à pátria e, sem abandonar o seu propósito de avançar na carreira eclesiástica, caindo na graça do senhor de Malipiero, é por este relacionado com uma sociedade escolhida e finamente epicurista.

Daqui por deante a sua vida é uma abalada constante para Citera, umas vezes arrastando ingénuas, outras de braço dado com cortezãs *rouées* e freqüentemente embarcando as belas aos pares, num só amplexo, estratagema da sua tática libertina que sempre empregou com êxito admirável. Não podia fugir ao destino — *volentem ducit, nolentem trahit,* tal era a sua divisa — destino que a herança e o meio lhe haviam traçado.

Não se esqueça o leitor de que estamos em Veneza, na galante e libertina Veneza do século XVIII, onde, se oficialmente o Carnaval ia dos Santos à Quaresma, a vida ociosa, futil e solta de grande parte da sua gente era como que um perene baile de máscaras.

A avó morrera, sua mãe estava muito longe, em Varsóvia; então à solta, sob a frouxa autoridade de Grimani, não houve desatino que não cometesse, vendo-se o tutor obrigado a interná-lo no seminário de S. Cipriano, e como daqui ainda não saisse doutrinado, a encerrá-lo numa prisão mais dura, no forte de S.to André.

Entretanto sua mãe conseguira elevar à dignidade epis-

copal — do que não eram capazes as actrizes no século XVIII! — um frade mínimo que conhecera em Varsóvia, com a promessa dêste lhe tomar conta do filho e encaminhá-lo às mais altas dignidades da Igreja. O bispo de Martorano — tal foi a diocese que a pedido da actriz a raínha de Nápoles lhe alcançou — toma conta do rapaz e lá o manda ir ter com êle à Calabria.

O nosso arcebispo de Braga tinha à sua mesa vaca e riso — o pobre prelado de Martorano nem isso; na sé, cheia de fiéis, as mulheres pela sua fealdade horrorizavam-o, os homens eram estupidos e grosseiros.

— «Não me sinto com vocação para aqui morrer mártir. Dê-me a sua bênção e deixe-me ir embora ou antes, partamos juntos e em qualquer parte do mundo seremos mais felizes do que nesta triste terra». —

O bispo abençoou-o, deu-lhe o viático para a jornada, cartas de recomendação para Nápoles e ei-lo a caminho desta cidade, quarenta horas depois de ter chegado a Martorano.

Em Nápoles foi feliz. Um parente rico que por acaso descobriu, Dom António Casanova, radiante por êle lhe ter demonstrado que os Casanovas da Itália estavam estreitamente ligados aos Casanovas da Saragoça, hospedou-o em sua casa, vestiu-o com esmero, deu-lhe ricos presentes e o *petit abbé*, petulante, garrido, com a sua veia poética, com os seus ditos, com os seus repentes, andava nas palminhas da melhor sociedade e chegaram a querer apresentá-lo à rainha, honra a que prudentemente se esquivou, pois, conhecendo-lhe esta a mãe actriz, lá ficava compremetida a sua nobreza.

Partiu de Nápoles para Roma vivamente recomendado ao cardeal Acquaviva e uma vez na *cidade eterna* parece que poderia emfim exclamar — *viam inveni*.

O cardeal tomou-o logo ao seu serviço e assim ficou em contacto com o nosso compatriota padre Gama, com o qual manteve daí por deante as estreitas relações que constituem um dos objectos especiais dêste estudo e de que o leitor encontrará adiante desenvolvido relato.

Admitido ao convívio doutros purpurados, encantou-os pela facilidade e elegância com que versejava; as suas odes eram excelentemente metrificadas, compunha madrigais duma graça fina e discreta — ia criando emfim uma reputação extremamente lisongeira e pelo próprio papa Benedito XIV era sempre tam benignamente acolhido que sua eminência

não dissimulava as esperanças no rápido avanço do seu fâmulo.

Por outro lado o amor continuava a coroá-lo de rosas. Na intimidade que forçosamente se estabelecia naqueles tempos entre os que viajavam em comum, ficou conhecendo a bela D. Lucrécia, casada com um amável advogado, homem de muito mais idade e modêlo de maridos complacentes, o qual, da mesma forma que lhes permitiu as scenas tam vivas que amenizaram a jornada de Nápoles a Roma, era agora o primeiro a impedi-los, a êle, moço e atrevido — a ela, abrazada, num ardor inextinguível, para as noites de amor de Frascati e de Tivoli e para os *colóquios sentimentais* no sumptuoso scenário das vilas Ludovisi e Aldobrandini.

Mas a vida de Casanova é uma densa e emaranhada floresta cortada por uma larga avenida: quando mais seguramente parece avançar por esta, os jogos do amor e do acaso, o seu temperamento, às vezes tudo isto junto, empurram-no para a *selva oscura,* donde só a muito custo consegue desembrenhar-se para retomar o perdido trilho.

Foi o que agora lhe sucedeu. Nada teve com o rapto de Barbaruccia, filha do Dr. Dalacqua, seu mestre de francês; mas como esta se foi refugiar, disfarçada em *petit abbé* no palácio de Espanha e logo se levantou a suspeita de que Casanova foi conivente nesta intriga, o cardeal bem a seu pesar, viu-se obrigado a afastá-lo de Roma afim de evitar murmurações.

Perguntando-lhe o cardeal para onde desejava ir, como então para êle no mundo só havia Roma e tudo o mais lhe era indiferente, respondeu um pouco ao acaso — Constantinopla! Acquaviva sorriu da escolha, mas entregando-lhe uma carta enderaçada a Osman Bonneval, pachá de Caramania, em Constantinopla, para lá o despediu com 700 sequins para a viagem (1).

Pondo-se a caminho, em Ancona, breve lhe esqueceu o paraíso perdido, quando o seu instinto amoroso lhe fez ver no falso *castrato* Bellino a encantadora Teresa Pompeati. Esta, por amor de Casanova, de bom grado retomou o verdadeiro sexo e seguiu-se um terno idílio que esteve para terminar por um casamento. Mas na Romanha defrontavam-se em quartéis de inverno dois exércitos inimigos —

---

(1) Um sequim equivalia pouco mais ou menos a uma nossa meia moeda.

espanhóis e franceses dum lado, austríacos do outro — que era forçoso atravessar; deram se peripécias complicadíssimas, os dois amantes separaram-se com juras de amor eterno; por fim, como lhe sequestraram as bagagens e era necessário reformar o seu vestuário, Casanova, talvez seduzido pelo aparato bélico que acabava de presenciar, resolveu atirar com a batina às ortigas, mandou confeccionar uma brilhante farda azul e branca, com dragonas e cordões de ouro e prata, cingiu uma espada e, remirando-se todo garboso, reconheceu que a vida militar era a única que convinha ao seu carácter.

Mal chegou a Veneza, comprou por cem sequins um lugar de ajudante no regimento de Bala, com a promessa de em breve ser promovido a tenente e daí a pouco embarcava para Corfú ao serviço de Sereníssima República.

Não deixou de ir a Constantinopla entregar ao renegado Bonneval a carta do Acquaviva que o acreditava como homem de letras que ia em missão de estudo e por lá teve êle cómicas aventuras que seria longo referir. Voltou a Corfú, carregado de presentes, e nesta ilha, se com a sua natural sedução e com o prestígio da farda foi felicíssimo nos amores, para ser não menos feliz no jôgo, foi iniciado por um tal Maroli numa arte que até ao fim da vida êle tam largamente utilizou — a de domar as cartas e de corrigir a sorte, «tendo sempre presentes aqueles sábios preceitos, sem os quais os jogos de azar arruínam todos os que a êles se entregam».

Tudo lhe correu bem até ao seu fatal encontro nocturno com a cortezã Melulla, cujos beijos lhe coaram nas veias a peçonha, de que tanto lhe custou ver-se livre e à qual êle atribui todas as desditas que daí por deante o oprimiram.

Nos últimos dois meses passados em Corfú tinha perdido tudo, a saúde, o dinheiro, o crédito, a consideração, o espírito, o bom humor. Voltou à pátria arruinado no físico e no moral e, o que mais feriu o seu orgulho, na posição subalterna em que partira pois fôra preterido na promoção pelo filho bastardo dum patrício, o que o levou, indignado, a pedir a baixa.

Obrigado, porém, a pensar em qualquer modo de ganhar a vida, das suas variadíssimas aptidões, naquele momento, só lhe ocorreu uma prenda que devia ao bom doutor Gózzi, da Pádua e então, metendo a rebeca debaixo do braço, foi direito ao teatro de San Samuele onde o contrataram para a orquestra.

Foi nesta abjecção que, à saída dum baile onde fôra tocar

violino, a fortuna, apiedando-se dêle, lhe fez cair providencialmente nos braços, acometido duma apoplexia, o nobre senador Zuan Bragadin.

Casanova, cheio de solicitude, fê-lo conduzir ràpidamente numa gondola ao seu palácio, prestou-lhe os mais oportunos socorros, toda essa noite o velou e emquanto não o viu recuperar a saúde, não arredou pé do leito do infermo.

— É a êle, só a êle, que devo a vida — repetia Bragadin.

E concebeu pelo tresloucado rapaz uma gratidão infinita, sendo daí em deante, o seu arrimo, o seu protector, o seu pai, como ameúde lhe chama Casanova.

Bragadin tinha dois íntimos, também senadores como êle, Dandolo e Bartolo e aos três unia-os, além do mais, uma paixão comum pelo ocultismo.

Discorrendo sôbre a intervenção benéfica de Casanova na doença de Bragadin, não deixaram de a atribuir a influências sobrenaturais e a um poder oculto de que certamente o estranho rapaz era dotado.

Este, longe de os desenganar, saboreando a delicada volúpia de assim se impôr a sua credulidade e compreendendo num relance o enorme partido que poderia tirar, fazendo-se passar por profundamente versado nas sciências herméticas, votou-se sofregamente a estudos cabalísticos e, esgotada em breve a literatura da especialidade, confessou-lhes que na verdade possuia todos os segredos da aritmancia que lhe haviam sido revelados, quando prisioneiro dos espanhóis, por um eremita do monte de Carpegna. Fizeram repetidas experiências e as respostas ambíguas do oráculo, talvez vazias de sentido para os profanos, eram interpretadas pelos três adeptos como revelações divinas, únicas, maravilhosas, verdadeiro tesouro do céu. Utilizando a sua sciência sublime, poderiam descobrir a pedra filosofal, entrar em colóquio com os espíritos elementares, com todas as inteligências celestes e infernais.

Tomou então o partido, confessa êle (1), mais belo, mais nobre, mais natural, que era tirar o maior proveito possível daquela incurável mania para satisfação integral das múltiplas exigências que lhe impunham os seus vinte anos, ávidos de prazer, sedentos de gôzos. Por não depositar nas respostas do oráculo a fé inquebrantável dos seus cândidos amigos, não se segue que fôsse obrigado a privá-los do ino-

---

(1) *Memórias*, ed. Flammarion, I, 471.

cente passatempo que os enchia de felicidade e por outro lado, quanto ao prêço elevado em que êle taxava essas respostas, isso era com êle, tanto mais que a dura experiência da vida — acabava de ser violino numa orquestra — o ensinava a não menosprezar os talentos com que a natureza o dotara.

Tornado desta guisa o hierofante destas três criaturas enfatuadas de vãs quimeras, a sua existência transformou-se por completo e como Bragadin, rico, generoso, grato ao seu salvador, era para êle um verdadeiro mãos rôtas, lançou-se na vida desregrada, frenética, excessiva, que mais quadrava ao seu carácter ardente, à sua inclinação irresistível para o prazer, ao seu amor invencível pela independência, dandinando em Veneza pela *Piazzeta*, sob a arcada das *Procuratie*, na *Merceria* a exibir as suas deslumbrantes casacas bordadas, as suas bengalas de castão de ouro, os seus anéis, aparecendo em todos os lugares de prazer, onde se pavoneava arrogante, com a bolsa sempre recheada de sequins, indiferente aos comentários que faziam sobre a origem de tão insólita prosperidade.

E Veneza já lhe não bastava. Umas vezes para fugir a complicações dos seus enredos, outras levado pelo seu decidido pendor para a vida errante e vagabunda, percorria toda a Itália em incessantes viagens.

Certa ocasião a sua sciência cabalística levou-o a Cesena a desencantar um tesouro e mal tinham acabado as burlescas peripécias dessa farça de que êle se sai com o maior proveito e costumada desenvoltura, vem ter à sua hospedaria um capitão húngaro, sexagenário, acompanhado dum galante mancebo, também fardado de oficial.

Repete-se a scena do falso *castrato* Bellino. Casanova descobre sem custo naquele picante *travesti* uma enigmática figura de mulher, duma graça sorridente e que se via logo por certas particularidades não ser uma aventureira vulgar.

Põe de parte todos os seus projectos e liga-se logo ao estranho par acompanhando-o a Parma. De caminho emprega todos os seus meios de sedução e com indizível alegria vê-se correspondido. O húngaro, que já não era para aquelas cavalarias, cede de boamente terreno e entre os três estabelece-se uma harmonia perfeita que terminou por os dois amantes ficarem em Parma e êle seguir o seu caminho. Foi esta a ligação mais doce e mais patética da sua carreira amorosa.

Três meses viveu em Parma com a sua Henriqueta — nome do ex-oficial — no mais delicioso idílio, que não se sabe

como findaria, se o não vem cortar a aparição dum M. d'Antoine, amigo da família que conseguiu levar para o redil a transviada ovelha em cuja encalço andava há longos meses. Henriqueta pertencia, com efeito, a uma grande casa; por questões de família queriam metê-la num convento, ao que ela tenazmente se opunha e daí a louca viagem naquele disfarce carnavalesco em companhia do velho oficial que facilitara a sua evasão.

A sua separação no hotel *des Balances* em Genebra foi dilacerante e apesar de ela ter gravado com um diamante na vidraça do seu quarto — *Tu oublieras aussi Henriette* — nunca pôde esquecê-la.

Volvidos vinte e dois anos, ao reaparecer-lhe romanescamente em Aix, na Provença, propõe-lhe Henriqueta um comércio epistolar e até ao fim da vida manda-lhe aquelas cartas tam impregnadas de ternura que Mr. Arthur Symons teve a felicidade de encontrar por ocasião da sua visita ao Castelo de Waldstein(1), e a última das quais que êle recebeu aos 73 anos e começa — «*Non, il est impossible de bouder avec vous*»..., é deliciosa. Termina assim: *Si je deviens vicieuse, c'est vous, mon cher mentor qui me rendez ainsi et je jette mes péchés sur vous. Encore si j'étais damnée, je serai votre tres devouée amie, Henriette de Schnetzmann*».

A funda impressão que lhe causou a francesa com quem passou três meses de ininterrupta felicidade, a graça e vivacidade de espírito de que ela era dotada e que Casanova julgava apanágio da sua amável nação, foi talvez o que mais lhe aumentou o desejo de conhecer París.

Em Veneza era íntimo do dançarino Baletti e como este, pelos seus novos contractos, breve teria que voltar a París, abraçou com entusiasmo a idea de entrar nesta cidade de braço-dado com o filho dos célebres comediantes Mário e Silvia, cuja situação excepcionalíssima lhe oferecia mil vantagens para a iniciação num meio que já de longe o fascinava.

Filho de actores, foi adoptado pelos Baletti como pessoa de família, e como nesse tempo os *italianos* eram os verdadeiros favoritos da cidade e da côrte, Casanova resolvido simplesmente a divertir-se, numa despreocupação absoluta, não tendo na mente nenhum plano ambioso, foi represen-

---

(1) *Mercure de France*, x-1903, Casanova à Dux.

tando também o seu papel de atilado Scaramucci ou de bergamasco,

«tout en chantant sur le mode mineur
l'amour vainqueur et la vie opportune». .

e agradou plenamente.

Não vendo senão rostos amigos e sorrisos acolhedores, engolfou-se com delícia na vida fácil, amena, jocunda que lhe proporcionavam as suas habituais convivências, sempre metido pelas caixas dos teatros, palestrando, rindo, compondo poemas, impregnando-se da beleza delicada, haurindo o perfume misterioso desta cidade única no mundo — *la ville par excellence* (II, 280) que toda a vida o encantou com a sua graça inefável.

Graças ao prestígio da famosa Silvia, obteve acesso nos meios mais aristocráticos e finamente cultos da grande cidade — Crébillon encarrega-se três vezes por semana de expurgar o seu francês dos *italianismos* que ao princípio tanto faziam sorrir os seus intercultores; afeiçoou-se-lhe o abade Voisenon que o apresentou ao «amável e venerando» Fontenelle: em casa de M.me de Graffigny conheceu d'Alembert; tornou-se o oráculo da duqueza de Chartres que lhe prometeu um emprego de 25.000 fr. de renda se a iniciasse nos mistérios da cabala e, finalmente, vem a ser o alcaiote involuntario da amante do rei, a bela Morphy, mercê do retrato que, seduzido pelos seus encantos, lhe mandou tirar e que por acaso foi visto por Luís XV.

Dois anos se demorou em Paris e desta permanência colheu seus frutos, pois volta à pátria correcto e aumentado.

É o mesmo jogador, *iperbolano*, caçador infatigável de *bonnes fortunes;* mas em tudo emprega agora um maior requinte, torna-se cada vez mais irreverente, petulante e atrevido, faz gala de sua impiedade, não respeita o govêrno, tem relações suspeitas com ministros estrangeiros; conversando com outros libertinos nas *botteghe d'acque* não poupa os homens mais respeitáveis da república com os seus motejos e com os seus sarcasmos; pateia as peças do abade Chiari, atraindo assim o ódio do inquisidor Condulmer, emfim, com os seus desbragamentos e com as suas loucuras vai deixando adensar as nuvens precursoras da terrível tormenta que em breve desabaria sôbre a sua cabeça. Porém, de nada dá conta, absorvido pelas suas intrígas amorosas.

Durante meses consagrou-se com a sua costumada veemên-

cia à linda C. C., filha transviada de boa família, que lhe fôra lançada nos braços pelo próprio irmão, libertino sem escrúpulos. Como tantas vezes sucedeu ao nosso herói, falou-se de casamento; o próprio Bragadin decidiu-se a i-la pedir ao pai, mas a êste puzeram-se-lhe os cabelos em pé só com a idea de vêr sua filha nas mãos daquele monstro e resolveu imediatamente manda-la para um convento, para o mesmo convento onde era professa a amante do M. de Bernis, embaixador de França, a divina M. M., pertencente a uma família nobilissima que tinha o seu nome inscrito no Livro de Ouro.

O sequestro da sua namorada exacerbou, como era de esperar, a paixão de Casanova, que, conseguindo corresponder-se com a pobre reclusa, passava grande parte do seu tempo na igreja do convento. Foi aqui que soror M. M. o avistou e não tardou muito que irresistíveis afinidades electivas o ligassem a esta beleza loira, dum encanto profundo e enigmático, certamente o tipo mais completo da mulher voluptuosa na vastíssima galeria casanoviana, admirável flôr da carne em que o amor físico se sublima e se transfigura atingindo a acüidade e a hisperestesia do de Elena Muti, no *Piacere* de G. de Annúnzio.

As scenas desta ligação são tìpicamente venezianas. Ao escurecer soror M. M. saía do convento por uma porta secreta, embarcava na gondola, de *baútta* sôbre o rosto e envolta num amplo dominó que dissimulava não modestos hábitos de freira, mas riquíssimos trajes da maior elegância, quando não preferia ir em delicioso travesti; corria com o amante os teatros, os bailes e as casas de jôgo e ia acabar a noite num sumptuoso *casino* de Murano. A princípio, o senhor de Bernis que tudo sabia, espreitava dum gabinete contíguo os jogos lúbricos dos dois amantes, depois tomou parte francamente na folia e por fim com C. C. que soror M. M. conseguiu trazer ao casino, organizaram-se picantes *parties carrées,* verdadeiros assaltos de espírito e de volúpia, como as classifica o príncipe de Ligne.

Entretanto os seus inimigos redobram de actividade, os agentes secretos fazem-lhe visitas domiciliárias, vigiam-no, seguem-lhe os passos constantemente e mandam para a Inquisição do Estado sucessivos relatórios que constituem um formidável libelo.

Emfim certa manhã *messer grande* invade-lhe o domicílio, rebusca papéis, apreende-lhe cartapácios de magia e de astrologia, a Clavicula de Salomão, Zecor-ben, Instrução sôbre as horas planetárias, e metendo-o no meio duma escolta, leva-o

à presença do secretário dos inquisidores, o qual diz olhando-o fixamente: «*E quello, mettetelo in deposito*».

Momentos depois estava encerrado nos *Piombi* (1).

Os primeiros dias passou-os numa prostração absoluta, aniquilado, autómato, quási inconsciente; depois, pouco a pouco, foi readquirindo o equilíbrio, a sua energia latente ia despertando e em breve dominava-o um pensamento único, absorvente, exclusivo — fugir dali embora à custa da própria vida, «a liberdade ou a morte».

Ainda assim passaram longos meses sem nada conseguir. Um dia foi-lhe parar às mãos uma barra de ferro; com uma paciencia infinita tornou-a ponteaguda e começou a fazer uma abertura no pavimento. ¡Era um projecto louco! Em breve é descoberto, mudam-no de prisão, mas não lhe apreendem o espontão. Por si só reconhece, porém, que a emprêsa é irrealizável. Consegue então corresponder-se com um frade patrício, de apelido Balbi, que ocupava uma prisão contígua e pondo-se de acôrdo, planeiam a fuga. Tudo foi previsto e calculado. Na madrugada de Todos os Santos de 1756, dia em que o Palácio dos Doges está deserto, põem em prática o seu projecto.

Com o ferro, que Casanova passara ao frade, êste consegue pôr em comunicação as duas prisões e pratica uma abertura por onde passam para o fôrro do palácio. Aqui levantam uma das pesadas lâminas de chumbo e saltam para o telhado.

Restava-lhes executar a parte mais difícil, isto é, chegar à rua descendo pelo interior do palácio. Não desanimam. Com inaudita coragem, introduzem-se por uma lucarna, arrombam portas, atravessam uma enfiada de salões, exten-

---

(1) Eram conhecidas por êste nome as prisões do Estado em Veneza por ficarem no Palácio dos Doges imediatamente sob a sua cobertura constituida por grandes placas de chumbo.

Eis o texto da sentença que condenou Casanova, proferida cêrca dum mês após a sua detenção:

21 Agôsto 1755.— Venute a cognizione del Tribunale le molte riffles-sible colpe di Giacomo Casanova principalmente in disprezzo della Santa Religione, SS. EE. lo fecero arrestare e passare sotto li piombi.

L'oltrascito Casanova condamnato anni cinque sotto li piombi.

Andrea Diedo Inquisitor. Antonio Condulmer Inquisitor.

Antonio Da Mula Inquisitor.

Cf. Salvatore di Giacomo, Trad. ital. de Casanova — *Historia della mia fnga delle prigione della Republica di Venezia dette «li Piombi»*. Milano, 1911, Documento IX.

sas galerias e por fim, pela escada principal, desembocam na praça de S. Marcos (1).

Era muito cedo, pouca gente andava pela praça, mas por certo devia chamar a atenção aquele par tão extravagantemente vestido — Casanova, com sua casaca de lustrina cinzenta de ramagens, bordada a prata, colete amarelo, calções de veludo carmesim e tricorne emplumado; o frade em cabelo, atabafado num amplo e soberbo capotão vermelho que o companheiro lhe tinha passado afim de encobrir as suas pobres vestimentas. Quem os visse, certamente os tomaria por libertinos que haviam tresnoitado numa orgia. Sem perder o sangue frio, chamaram uma gondola que à fôrça de remos os conduziu a Mestre.

Em terra firme continuaram a fuga através do território veneto, fuga acidentadíssima durante a qual sucederam peripécias extraordinárias, como a de Casanova procurar guarida e ser caridosamente agasalhado na própria casa do chefe dos esbirros que andava a monte para proceder à sua recaptura. Emfim, depois de mil perigos chegaram à fronteira. ¡Estavam salvos!

(Continúa). AMADEU FERRAZ DE CARVALHO.

---

(1) O insigne casanovista francês, Dr. Guéde, que reconstituiu pessoalmente a fuga de Casanova, reduziu por esta experiência decisiva a proporções mais verosímeis o texto das Memórias e afirma por outro lado, que ela foi grandemente facilitada pela cumplicidade do nobre Bragadin. Cf. Ed. Maynial, Casanova et son temps, *Mercure de France*, 1911. A tradição desta fuga romanesca tão vulgarizada na Itália ou o conhecimento da sua História publicada por Casanova em 1788, não poderiam ter sugerido a Stendbal a descrição tão viva e tão emocionante da evasão de Fabrício na *Chartreuse de Parme*?

MEMÓRIA ACÊRCA DE UM CASO DE PERTURBAÇÃO CLIMÁTICA

SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DA BIO-CLIMATOLOGIA

(Cont. do n.º 6, pág. 276)

Apresento, em apêndice, um esquema da correcção climática das Ilhas de Cabo Verde, duma nota em *A Revalorização Agrícola da Ilha de S. Tomé,* 1921, pág. 391 a 396, do autor, cujo delineamento geral se poderá aplicar às Canárias. Tal aproveitará também à política colonial de Espanha nas Ilhas de Ano Bom e Fernando-Pó, ambas alinhadas, com as Ilhas de S. Tomé e Príncipe, para o fundo do golfo da Guiné, e todas no regime do aliseo do Sul que vem modificando-se desde Santa Helena aos Camarões.

2.º — O estudo do ambiente cultural da Ibéria mostra que é necessário actuar o mais fortemente possível nos dois factores — a rega e a arborização — para lhe corrigir a ingratidão agro climática (1). Para aumentar os recursos de rega, pelo auxílio da correcção do regime dos rios e torrentes, urge fazer uma arborização larguíssima dos montes e das serras. — Seria, pois, uma boa política económica proceder sem demora ao revestimento florestal *suficiente* da Ibéria.

Pelo que respeita a Portugal, é muito provável uma correcção benéfica, embora em escala reduzida, do clima duro das terras transmontanas, trazserranas e alentejanas portuguesas,

---

(1) Vid. *Pela Espanha,* 1916, pág. 309 a 367, do autor, e *A Situação Economica da Agricultura Portugueza,* 1920, pág. 26 a 31, por Mario de Azevedo Gomes.

pela arborização muito extensa e cerrada dos montes e serras que constituem o anfiteatro ibérico do Ocidente — do Gerez, pela Estrela a Monchique — e das serras que escalonam a borda ocidental da Meseta, bem como da fronteira boreal do Algarve.

O anfiteatro ibérico do Ocidente tem para a arborização o favor do regime atlântico que desde os Cantábricos até à serra de Cintra se faz sentir muito, graças ao relêvo do litoral, reforçado pelas montanhas e serras do Minho e das Beiras — o que dá à Estrela a culminância pluvimétrica de Portugal e Espanha. De modo que o alastramento do regime pluvioso do Noroeste marítimo até aos degraus mais elevados da orla ocidental da Meseta, a reduzir o contraste da chuva da Guardia até Coimbra com a de Moncorvo até à Guarda, e o contraste da chuva de Lisboa com a de Campo Maior, se podia obter arborizándo *larguìssimamente* todos os montes e serras, desde a Peneda, o Gerez, a Cabreira e a Falperra, até às cimas do Mogadouro, cuidando a sério de cobrir de floresta o Marão, a Padrela, a Nogueira, a de Bornes e todas as terras montanhosas agora escalvadas, de frialdade agreste e alpina no inverno, e de torreira de deserto africano no verão, ao Norte do Douro; arborizando as montanhas desde o Montemuro à serra da Marofa; do Caramulo e Bussaco à serra da Malcata; arborizando a Estrela, a Guardunha e a serra de Moradal; a serra de Aire, a dos Candieiros, o Montejunto, a serra de Cintra e as elevações taganas até à serra de S. Mamede.

Juntando, aos favores oro-fisiográficos e de exposição ao Atlântico, o factor florestal, marcando muito mais, pela arborização densa e generalizada nesta metade boreal do país português da Ibéria, o *facies* florestal que naturalmense tem, obter-se há uma correcção sensível do clima duro das terras transmontanas e trazserranas. E esta correcção por trabalhos de arborização muito mais intensos e largos que os dos Serviços Florestais, e pela imposição de cuidados educaticos, é hoje tanto mais necessária quanto aquém de 1914 se procedeu e procede ao córte de massas enormes de arvoredo, córte que pode até ter contribuïdo para as variações meteorológicas dos últimos anos, muito embora a irregularidade característica da meteorologia portuguesa estorve muito aquele relacionamento. O facto é que, se não tem tido redução sensível a área florestal do Norte do país português, tem sido muito desfalcada a massa vegetativa, tendo-se abatido a maioria das árvores edosas, e cortado anualmente maior

massa florestal do que a da renovação natural: isto é, tem-se reduzido em altura e amesquinhado em densidade a arborização do Norte de Portugal (1).

Creio que não está feito o estudo cuidado das ondas frias e quentes que nos tem visitado aquém de 1915. Mas, para um fim verdadeiramente prático na política, não é necessário esperar pelo resultado do estudo das variações meteorológicas dos últimos anos: as condições económicas da valorização florestal pelas muitas fábricas de serração ùltimamente instaladas, e pelas possíveis de papel, bastam para impôr a arborização larguìssima de todo o Norte de Portugal que não seja arável nem de culturas arbustivas e arbóreas. Mais scientífica politica que atenda à valorização do Rio Douro português como estrada comercial pela sua navegação até Barca de Alva para barcos de mais de quinhentas toneladas, e como fonte de muita energia hidro-electrica, impõe igualmente, em concordância com as outras vantagens de ordem geral, um intenso labor de arborização, desde a orla marítima até à fronteira por Leste com a Espanha, da metade boreal do país ibérico de Portugal, muito especialmente das montanhas de Tráz-os-Montes e das Beiras.

Na outra metade, ao Sul do Tejo, não são tão favoráveis as condições naturais a um sensível benefício climático pela arborização: os relêvos são muito mais baixos e menos atravessados aos ventos regulares do Ocidente. Há, porém, de favor a aptidão florestal das terras baixas do Tejo e do Sado, onde se pode espalhar ràpidamente um *mar de floresta* pelos pliocenos e miocenos. Assim, vestindo de arvoredo cerrado e alto a Arrábida, o Monfurado e a Ossa; a serra de Grândola, os montes do Cercal e as elevações alentejanas até à serra da Adiça, em paralelo com a aposição dum *mar de floresta* pelas terras baixas do Tejo e do Sado (onde muitos

---

(1) Seria conveniente o estudo muito cuidado da meteorologia do Noroeste português aquém de 1914, e da fenologia das plantas cultivadas, para o que os observatórios portugueses parece que não têm os instrumentos necessários. A irradiação solar e a nublosidade deveriam merecer um exame especial, em relação com a astrofísica: assim em 1921 o trigo amadurou mais cedo 10 a 15 dias que o costume.

Talvez em nenhum observatório meteorológico português haja um pirheliómetro moderno: será indispensável instalar um no Porto, outro em Lisboa, proceder a observações astro-físicas suficientes e à coordenação metódica das observações meteorológicas realizadas, para se conhecer o clima de Portugal, relacionado com o da Espanha, e assim o da Ibéria numa unidade geográfica.

oasis de povoações pomi-hortícolas, e até agrícolas, sentir-se há o benefício climático da mata que surgir generalizada pelas charnecas e pelos montes escalvados do Sul.

A arborização conveniente do Espinhaço do Cão, pelo Caldeirão, a Castro Marim, trará benefício à rega do Algarve.

Também a aptidão agrológica do país ao Sul do Tejo aconselha a impôr um *facies* florestal muito mais forte do que o que tem tido desde os tempos proto-históricos.

Mas ficará sempre a metade austral do país português da Ibéria com um clima contrastante com o da metade boreal, apesar de tudo indicar a possibilidade da morigeração da dureza meteorológica do inverno e do estio alentejano, se fôr suficientemente largo o trabalho de arborização.

— Mas são todos os montes do país o arborizar...

Sem dúvida: o estudo das possibilidades agro-económicas de Portugal da Ibéria mostra «que larga percentagem do solo agrícola nacional só pela constituïção de matas pode valorizar-se, por fôrça da situação e natureza dos terrenos e por exigências climáticas também; o país é na verdade forçado a tomar um *facies* acentuadamente florestal que ainda hoje não possue, mau grado o ser talvez desejável que pudesse dar-se emprêgo de maior rendimento a uma boa parte do nosso solo» (1).

O valor que antes e depois da Guerra tiveram os pinheirais do Minho e do Douro, e os montados do Alemtejo, na solução do problema da fôrça industrial; a riqueza e a beleza que as matas e as culturas arbórias impõem na vida regional de algumas regiões do país — os pinheirais de Camarido, de Mindêlo, de Leiria, de Vila Real de S.to António; o sobreiral, o eucaliptal e o olival de Romeu em Traz-os-Montes; o montado de Poceirão no Alentejo, e outras amostras de quão grande seria o valor das matas e das culturas arboreas na nossa terra sem árvores e que só árvores poderá dar lucrativamente — aconselham também a seguir a política de uma larguíssima e variada arborização.

---

(1) Mário de Azevedo Gomes, *A Situação Económica da Agricultura Portuguesa*, pág. 28.

*

A correcção climática das Ilhas de Cabo Verde

Ao longo da história acidentada da colonização portuguesa das Ilhas de Cabo Verde, vem a fome e a sêca a marcar tristemente, por grandes devastações nos homens e nos animais, a irregularidade climática (1).

O estudo dos poucos elementos meteorológicos do arquipélago autorizam a concluir que a maioria daquelas Ilhas podem, com algum saber e tenacidade do Govêrno, transformar-se, em área notável, de retalhos de Sahará perdidos no mar — imágens da Desolação e do Desespêro — em terras férteis e felizes: pois que se chega à conclusão de que não é o conjunto dos factores *gerais* do clima, inalteráveis pelo homem, mas sim a injunção dos factores *locais* do relêvo e grandeza de exposição ao alíseo de Nordeste, embora com o favor da maior vizinhança das calmas, que define a chuva, *podendo-se por isso reforçar dum modo sensível a pluviosidade do relêvo por meio da arborização.* — Pode-se realizar a correcção climática, e por isso melhorar a economia e a demografia das Ilhas montanhosas do arquipélago de Cabo Verde, arborizando-as em plano metódico, scientífico, e captando e aproveitando as águas na rega. Com o aumento da pluviosidade pela arborização, virá o acréscimo dos recursos de rega.

Geografia climática do Arquipélago de Cabo Verde. — Para evitar uma exposição longa do assunto, abra-se o *Atlas of Meteorology* de Bartholomew & Herbertson na *pl.* 12: nota-se que o vento quási constante nas Ilhas é de NE.; a monção de Sudoeste raro atinge o Arquipélago. O encontro dos alíseos faz-se o mais ao N. do Equador em Agosto e Setembro, mas *sempre* ao Sul do Arquipélago. O vento NE., mais forte de Dezembro a Junho, torna-se mais de N. e mais fraco, por vezes nulo, de Julho a Setembro, quando as calmas vem mais para o Norte (Vid. *pl.* 14): assim o contraste entre a rudeza seca do *tempo das brizas*, e o calor húmido e calmo do *tempo das águas*. As calmas passam então a predominar na costa ocidental da Africa, ao N. da Serra Leôa até ao Cabo Branco, tendo saído da orla boreal dos Camarões à Liberia. Mas êste regime, para o Arquipélago de Cabo Verde, é aleatório, conforme o alastramento para o Ocidente da influência hietal das calmas.

A nublosidade é relativamente pequena nas Ilhas de Cabo Verde, e muito variável no ano (*pl.* 17).

A chuva é do regime desértico, do alíseo do trópico de Cancer (*pl.* 18): «Nos oceanos as únicas chuvas nas regiões dos alíseos são sob a forma de chuveiros passageiros» (*Climate*, R. Ward, pág. 84). Até Junho a zona chuvosa das calmas pouco avança para o N. do Equador (alastra-se principalmente pela Africa do Sul e eqüatorial). Quando em Agosto e Setembro a máxima hietal sobe o máximo em latitude na costa ocidental africana, as Ilhas de Cabo Verde são beneficiadas pela influência máxima de humidade do regime geral africano: a chuva vem sempre crescente desde Abril, a subir a costa da Senegambia, até Julho, ficando em latitude máxima depois, até Setembro, para recuar em Outubro e Novembro, deixando sem chuva outra vez as terras ocidentais de

---

(1) Ainda agora *O Primeiro de Janeiro* de 24 de Junho de 1291 dá a seguinte notícia:

«*A fome em Cabo Verde.* — O governador de Cabo Verde expôs novamente ao sr. ministro das colónias a grave situação daquela província, cujos habitantes morrem de fome.

«Pediu o dinheiro necessário para urgentemente agir de forma a salvar a vida de milhares de habitantes».

Africa ao N. do Golfo da Guiné, de regime climático boreal (*pl.* 20 e 21), fora das calmas, e sempre de muito pouca chuva.

O *declive* da altura da chuva anual é brusco da zona das calmas para a do alíseo de NE., na região do Arquipélago (Lat. 15°–17° N., pela Long. W. Gr. 24°); em contraste com a relativa suavidade de decrescimento da chuva da zona das calmas para a do aliseo do Sul na Africa austral do Ocidente. Isto é, a transição é rápida do clima simili-equatorial para o sudânico, e dêste para o senegalez ao Norte do Equador, pela longitude de Cabo Verde, o que dá a incerteza hietal do Arquipélago pelo alastramento higrométrico das calmas. E como os temporais não passam por Cabo Verde (*pl.* 29), não há também as chuvas acidentais da tempestade. O Sahará influe principalmente com as *lestadas* de Janeiro e Fevereiro, do harmatan que traz a areia do deserto, e tudo seca.

Tais são, em resumo, os caracteres gerais geográficos do clima das Ilhas de Cabo Verde. — Notemos, porém, êstes factos importantes: 1.°— a situação geo-climática do arquipélago assegura-lhe por todo o ano, com excepção temporária de Janeiro e Fevereiro, ventos marítimos, que, embora alíseos, são muito mais benignos de humidade que os alíseos continentais; 2.° — a monção de Sudoeste e as calmas, embora não atinjam o Arquipélago, alastram em cada ano a sua influência de humidade por todas as Ilhas de Cabo Verde. Estas duas notas sumárias são fundamentais para se empreender a acção política.

O Arquipélago está fronteiro à foz do Senegal, onde a corrente marítima fria das Canárias passa para a corrente eqüatorial do Norte; e está sempre ao Sul do máximo barométrico do Atlântico do N., e ao N. das calmas. A corrente marítima vinda do N. tem a temperatura maior antes do fim do verão: e como o vento é então mais do N. que do NE., e as calmas estão mais ao N., os meses de Agôsto e Setembro são, por todos os motivos, os mais quentes e húmidos.

CHUVA ANUAL, MÉDIA DE 10 ANOS, EM MILÍMETROS

	S. Vicente	S. Tiago
Janeiro	1,6	3,7
Fevereiro	5,1	1,8
Março	3,2	5,5
Abril	0,0	0,0
Maio	0,0	0,0
Junho	0,0	0,0
Julho	4,1	8,4
Agôsto	38,3	**117,1**
Setembro	**43,3**	103,6
Outubro	32,4	38,0
Novembro	2,9	8,6
Dezembro	7,6	3,2
	138,4	289,9

Número médio anual de dias de chuva em S. Vicente 13; em S. Tiago 22. (Elementos colhidos do vol. II dos *Anais Meteorológicos das Colónias;* os de Hann, *Handb. der Klimatologie*, vol. II, são um pouco diferentes, mas similares).

A humidade relativa é pequena: de 66 a 70% (com baixas da casa dos 50 em Fevereiro) no tempo das brizas; e até 77, média mensal, em Setembro, nas chuvas. — A média anual de S. Vicente 70,3; a de S. Tiago (Praia) 67,5% (números também algo divergentes dos de Hann).

Períodos sem chuva por anos seguidos. — Grande variação na chuva anual: «1887 deu em S. Vicente 469 mm., (Agosto-Outubro 384 mm., o dôbro da média anual), 1905 só 50 mm. — Na Praia em 1876 choveu

411 mm. (Agôsto 336), em 1890 houve 511, contra só 143 mm. em 1875» (Hann). Dos *Anais Meteorológicos:* 1916 só 44, o mm. de chuva em 5 dias, contra 183,9 de 1911, em S. Vicente; e (contraste curioso) a Praia deu o máximo de chuva em 1916, com 462,9 mm. em 28 dias; e o mínimo de 139,4 mm. em 1911, no período de 1910-1917.

Em S. Tiago 284 dias por ano de nevoeiro sêco; em S. Vicente só 54,2 dias: a poeira do deserto que «até faz as velas dos navios amarelas», ainda é sentida aqui. Nas terras altas chove mais e com maior frequência; e o ar muito mais húmido; o mar de em torno é relativamente fresco (Hann).

Estes elementos condensados pouco mais acentuam do que as características gerais climáticas; e o estudo de Hann *(ibid.*, pág. 46-48) pouco mais adianta. — Dêles pouco se conclue para a correcção do clima.

O exame, porém, da distribuïção da chuva nas ilhas montanhosas do Arquipélago salienta o valor dos factores locais da grandeza, altitude e exposição do relêvo aos ventos, *especialmente ao alíseo de Nordeste:* e é êste favor do aumento da humanidade do ar com a altitude e com a exposição a Barlavento do alíseo, que se deve aproveitar para se poder arranjar o factor florestal que, então, como tão bem se viu na Ilha de S. Tomé, terá um pêso muito grande na correcção climática.

A confirmação do valor da altitude e da exposição ao vento *na grandeza da chuva e na sua freqüência* está clara nos números seguintes que extracto dos *Anais Meteorológicos das Colónias*, vol. II, pág. 74-77:

CHUVAS EM ALGUMAS ILHAS DE CABO VERDE

		1914		1915	
		Chuva mm.	N.º de dias	Chuva mm.	N.º de dias
S. Vicente.....	Mindêlo.....	134,6	17	69,0	10
S.to Antão	V. P. do Sol.....	**887,4**	20	128,0	5
	Paúl.....	616,4	30	115,6	7
	Garba.....	227,3	14	**180,0**	6
	Ribeira das Patas..	184,2	20	67,5	6
Fogo..... ..	V. S. Felipe.....	132,7	10	91,0	12
	S. Lourenço.....	195,9	10	143,3	12
	Mosteiros.....	**388,2**	**30**	**306,4**	**20**
S. Tiago	Praia.....	264,9	21	142,8	15
	S. Th. Maior.....	298,0	22	135,0	11
	S. Salvador.....	286,0	15	–	–
	Órgãos.....	353,0	21	–	–
	Assomada.....	**497,5**	**25**	**384,6**	*13*
	Ribeira de S. Miguel.....	462,2	20	329,8	14
	Engenho.....	239,4	7	–	–
	Tarrafal..... ..	337,1	14	130,0	2

Só os factores *locais* oro-fisiográficos podem explicar tão grandes variações hietais numa área geográfica tão pequena, como é cada uma das Ilhas, e em região de tão fortes caracteres gerais climáticos. — Basta examinar a carta do Arquipélago de Cabo Verde de 1900 *(Com. de Cartog.)* de que extracto alguns desenhos, e reparar na posição de Ponta do Sol e Paúl, a Barlavento na Ilha de S.to Antão (para o alíseo de NE.), em oposição à Ribeira das Patas, a Sotavento; na Ilha do Fogo à posição dos Mosteiros em relação a S Filipe e ao relêvo; na Ilha de S. Tiago às posições do Engenho e da Praia em relação ao relêvo e ao vento, comparadas com a de Ribeira de S. Miguel, a dos Órgãos e a da Assomada, para concluir que os factores locais da altitude, feitio e orientação do relêvo *impõem modificações profundas* ao clima geral, por mais duro e uniforme que êle seja.

O contraste de S. Vicente, do Sal e das outras Ilhas menos montanhosas, com S.to Antão, S. Tiago, Fogo e a Brava; a diversidade de chuva em S. Tiago e no Fogo; a muito maior pluviosidade nas regiões de Barlavento das Ilhas montanhosas, quanto ao alíseo de NE., notável especialmente em S. Tiago, no Fogo e em S. Nicolau (*Cabo Verde*, Ernesto de Vasconcelos, 1920, pág. 68), levam à conclusão insofismável de que o *tributo dos factores locais* aos gerais do clima *é que decide a quantidade de chuva regional e a sua freqüência*, sopre ou não o vento do Sul, o qual não chama para as terras de Sotavento do alíseo de NE. o predomínio da chuva: *o factor geral da aproximação maior das calmas e o respectivo vento Sul não dão mais chuva às vertentes austrais das Ilhas* (divergência da opinião em parte expressa a pág. 69 do *Arch. de Cabo Verde*, por Ernesto de Vasconcelos).

Está aqui, na interpretação da distribuïção das máximas hietais das Ilhas de Cabo Verde, o fundamento de toda a sua futura política de fomento e correcção climática. Diz o Sr. Ernesto de Vasconcelos (*op.* e *loc.* cit.):

«A quantidade de chuva que ali cai é desigualmente distribuída pelas diversas Ilhas, nalgumas das quais falta por vezes, fenómeno que em vários períodos se generaliza.

«A irregularidade das chuvas tem-se atribuído à falta de vegetação ou arborização das ilhas, mas devemos pensar também em que elas estão no limite da chamada monção do Sudoeste, a qual é atribuída a um desvio do geral do Sueste no Atlântico Sul, para os focos de aspiração continentais da região da Serra Leôa, e que passa o Equador para o Norte com a direcção de Sudoeste, Poucas vezes, porém, atinge as latitudes do Arquipélago, muito menos aquecido do que a massa continental a que aludimos.

«Efectivamente na Praia as maiores quantidades de chuva cáem com ventos do quadrante SW., registandos-e os de WSW., SSW., SW_4W., S_4SW. — Doutras vezes, porém, embora em menores quantidades, registam-se chuvas com ventos de SSE., SE_4S., ESE., SE., S_4SE. Com ventos de entre NE. e E. é pouco vulgar chover. Quer dizer, os ventos que têm percorrido grandes superfícies sôbre o Atlântico, são geralmente os que dão as chuvas de Cabo Verde, quer se desviem do Sul para Oeste ou para Leste.

«É na época das chuvas que a zona das calmas eqüatoriais se desloca mais para o Norte do Atlântico, atingindo as alturas de Cabo Verde, e em que portanto os ventos daquelas (?) direcções mais rareiam e daí a razão principal, quanto a nós, das estiagens das Ilhas caboverdeanas,

sendo ainda assim as de Sotavento (!) as que menos padecem dêsse mal, como vamos ver, tomando para tipo S. Tiago e S. Vicente, onde as observações meteorológicas abrangem um período de anos bastante grande, para se tirarem conclusões elucidativas do assunto.

«É evidente que as condições locais das diversas Ilhas, como as altitudes e maior ou menor vegetação, influem sôbre o regime das chuvas, e, por isso, torna-se muito necessário cuidar da arborização adequada das diversas Ilhas de Cabo Verde, procurando as essências que ali se aclimem e multiplicando a cultura das que lhe são próprias. Mas a monção do Sudoeste a que nos referimos, quando suceda atingir as Ilhas, deve influir mais sôbre o grupo de Sotavento do que sôbre o de Barlavento, tanto mais quanto a algumas destas Ilhas lhes faltam as grandes altitudes e a arborização.

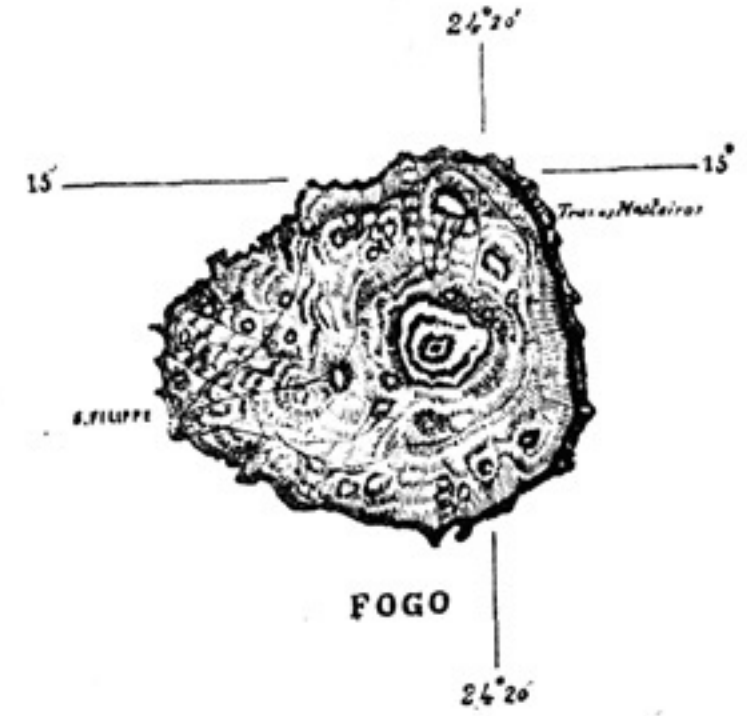
«A observação vem confirmal-o, como se prova pelos registos pluviométricos da Praia e do Mindelo, por onde veremos que durante um período de 12 anos (1894-1905) a quantidade de chuva caída na Praia foi de 2.878,2 mm., emquanto que no Mindêlo foi apenas de 512,7 mm., ou seja cêrca de um quinto da quantidade de chuva caída na Praia».

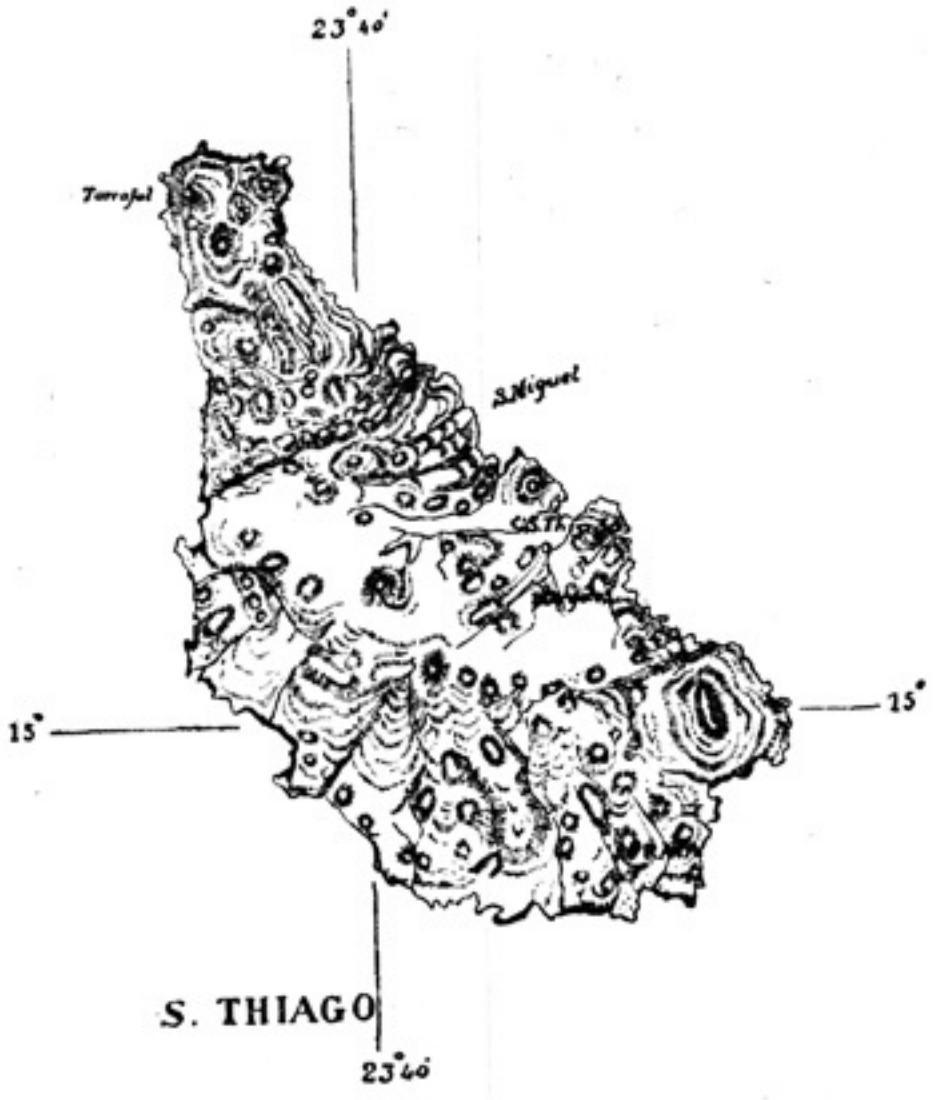
Afóra a contradição, a embrulhada das ideias e outros reparos ao texto citado, a explicação do predomínio da influência hietal da monção do Sudoeste não é suficientemente clara e razoavel. Consultando os registos meteorológicos vê-se que:

a) Nos dias de chuva de qualquer das Ilhas, até na de S. Tiago, onde fica a Praia, muitas vezes soprára o vento do quadrante Norte, embora em alguns dias anteriores tivesse soprado do quadrante Sul. — A freqüência na quadra das chuvas do vento do quadrante N., na Praia, que está tão favorecida para sentir o vento Sul, é muitíssimo maior que a da monção do quadrante Sul (Vid *Anais Meteorológicos das Colónias*, vols. I a IV). — Os dias de maior chuva na Ilha de S. Tiago não raro têm vento no quadrante N. Vid. por exemplo. vol. II. dos *Anais Meteorológicos das Colónias*, relativos a 1915, chuva de Setembro na Praia, e vol. III, mesmo mês de 1916, e os meses de Agôsto e Setembro de 1917, no vol. IV,: que nas outras Ilhas, excepto talvez também a do Fogo de que faltam observações publicadas, a chuva vem quási sempre com vento do alíseo de Nordeste. — Nas Ilhas de Barlavento raro há vento do Sul, e apesar disso, a Ilha deS.to Antão, *no extremo de Barlavento*, é das mais chuvosas do Arquipélago.

b) Chovera sempre mais nas terras *a Barlavento do alíseo de NE.* do que nas de Sotavento, *em qualquer das Ilhas;* e tal é muito saliente também na Ilha de S Tiago.

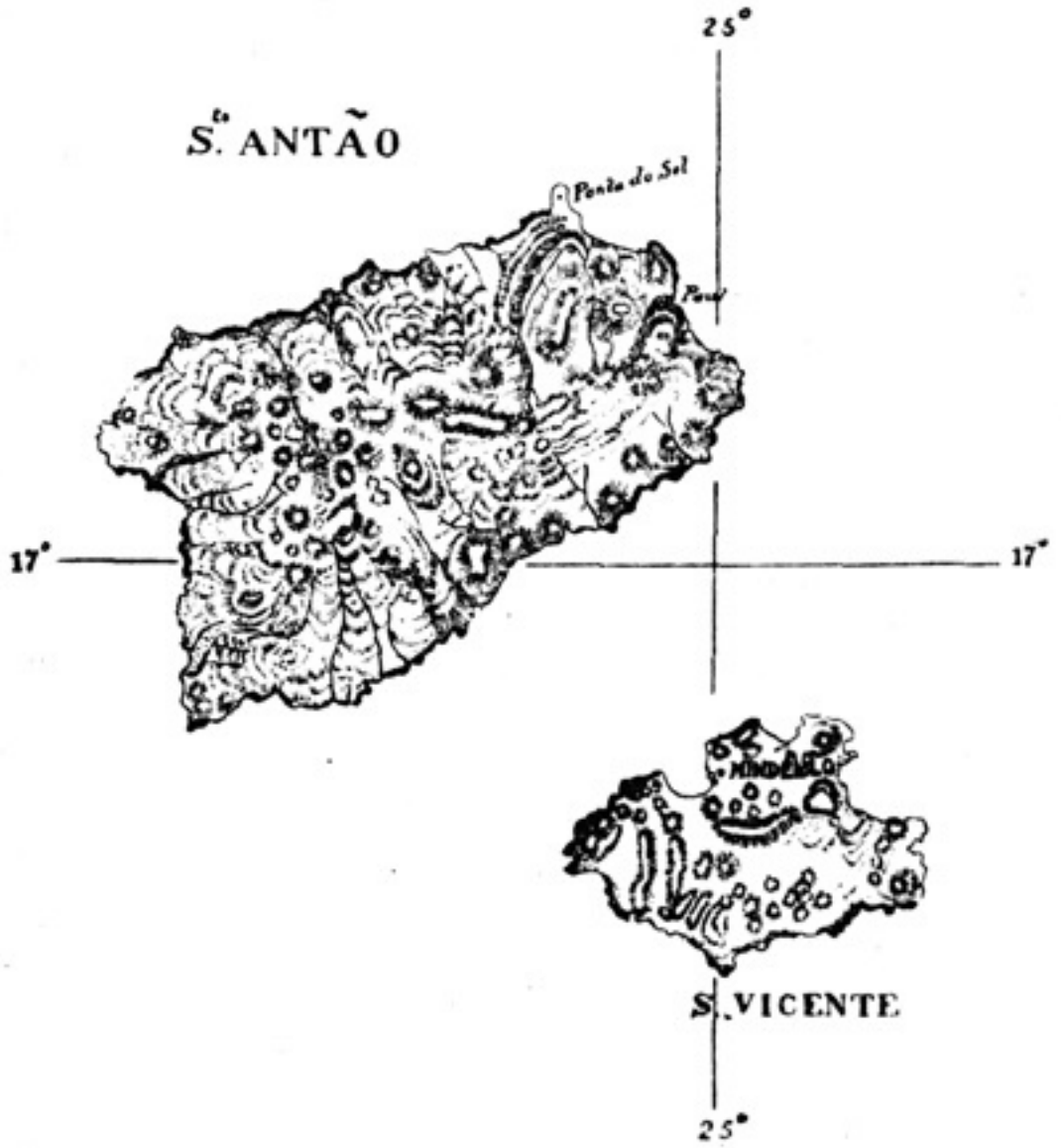
Não se deve, pois, imputar só, ou predominantemente, ao factor geral do vento do Sul a maior pluviosidade nos grupos das Ilhas de Cabo Verde, nem a sua distribuïção em cada Ilha. Não será com a máxima probabilidade (para não dizer com certeza), a diferença de posição geográfica quanto às calmas (que dá muito perto de dois graus de latitude de favor à Ilha de S. Tiago) o que traz a vantagem da chuva à Praia em relação ao Mindêlo: a Ilha de S. Tiago não tem equicomparação nenhuma em circunstâncias locais de clima com a de S. Vicente, porque é enorme a disparidade de grandeza, de altitude, de configuração e de exposição aos ventos, especialmente ao alíseo, das duas Ilhas. E note-se como a Ilha vizinha de S. Vicente, a de S.to Antão, já apresenta





Na Ilha do Fogo, de forma cónica, as altitudes vão até 3.200 metros.

Na de S. Tiago, com uma cordilheira e restos de planalto de través ao vento alíseo de Nordeste, as altitudes sobem a 2.250 metros, havendo freqüentemente elevações superiores a 900 metros.



Na Ilha de Santo Antão o relêvo fica na direcção geral do alíseo de Nordeste, por isso menos favorável à chuva; mas as altitudes sobem a 2.200 metros no extremo ocidental da cordilheira, que se mantém quási sempre acima de 1.500 metros. Isto, com o alargamento do relêvo à medida que se prolonga para Oeste, acrescenta a chuva por Barlavento.

A Ilha de S. Vicente tem um relêvo insignificante, por isso contrasta na chuva com Santo Antão, de que fica muito perto.

uma pluviosidade comparável à de S. Tiago, apesar de ficar ainda pelo Norte de S. Vicente — de ser a mais ao Norte das de Cabo Verde.

O fenómeno da chuva, na sua quadra, nas Ilhas de Cabo Verde deve ser explicado pela injunção do factor local *relêvo* nos factores gerais do clima: as calmas vêm para mais perto das Ilhas de Julho a Outubro; e então o ar do Arquipélago humedece-se naturalmente pelo alastramento da humidade das calmas; e tornado mais húmido, basta o relêvo insular (de tanto maior influência quanto mais alto e mais extenso estiver de travez ao vento) para às vezes provocar a chuva *com vento do rumo do aliseo*, ficando claramente com maior chuva as encostas de Barlavento do alíseo de Nordeste.

Pode o vento do quadrante Sul, muito mais raro, só por si causar chuva, como o alíseo, pela expansão originada do relêvo; mas se tal tivesse predomínio ao vento do quadrante Norte, seriam as encostas *do Sul*, de Barlavento da monção, e não as do N. e NE., de Barlavento do alíseo, as predominantes na chuva, o que não se dá: bem pelo contrário. — Isto é: as chuvas originadas pelo vento do Sul são secundárias no Arquipélago de Cabo Verde; embora seja o vento do Sul e o alastramento das calmas o que prepara o ambiente para a chuva pelo aliseo de Nordeste.

A correcção climática. — Não são nos factores climáticos tão contrastantes, como na posição geográfica, as Ilhas do Arquipélago de Cabo Verde com a Ilha de S. Tomé e a sua vizinha Ilha do Príncipe: em latitude aquelas avizinham-se do trópico de Cancer, emquanto a Ilha de S. Tomé se encosta tangente ao Equador pelo Norte. Mas quanto às condições climáticas gerais da Terra que predominam nas regiões inter-tropicais, o Arquipélago de Cabo Verde e a Ilha de S. Tomé estão em posição simétrica, embora bastante desigual: o Arquipélago de Cabo Verde francamente ao Norte do *cloud ring* das calmas da Guiné, no regime do alíseo do NE. que lhe traz as brisas; isto é, o Arquipélago de Cabo Verde está em pleno regime climático do Norte, dos ventos *continentais*, saarianos; e a Ilha de S. Tomé em pleno regime climático do Sul de Africa (a despeito de geogràficamente ao Norte do Equador, no vento alíseo *marítimo* do Sul. Ambas recebem o influxo das calmas, interpostas entre o Arquipélago de Cabo Verde, pelo Norte, e a Ilha de S. Tomé, pelo Sul; com a diferença de que o encontro dos alíseos dá-se por todo o ano, e especialmente na quadra hietal do Sul (Setembro a Maio) muito mais perto da Ilha de S. Tomé do que do Arquipélago de Cabo Verde na quadra hietal do Norte (para Cabo Verde de Julho a Outubro); dando-se desfavor semelhante na quadra sêca, do que resulta que chove na gravana pelo menos nas terras de Barlavento da Ilha de S. Tomé, e não chove nas Ilhas de Cabo Verde no tempo das brisas. — De tal provém, em conjunção com a influência das correntes marítimas, uma vantagem muito grande para a Ilha de S. Tomé de humidade do ar e de pluviosidade na quadra das chuvas e por todo o ano. Mas, frizemo-lo bem, tanto no Arquipélago de Cabo Verde, como na Ilha de S. Tomé há o regime de alíseos dominante por mais de metade do ano, que impõe o contraste da chuva entre as terras de Barlavento e as de Sotavento por todo o ano.

Infere-se, pois, da recíproca do que acontecêra na Ilha de S. Tomé com a desarborização do lado de Barlavento do alíseo do Sul, e dos caracteres da distribuïção da chuva nas ilhas montanhosas do Arquipélago de Cabo Verde, que virá a ser muito sensível a modificação climática

das Ilhas montanhosas de Cabo Verde mediante a arborização sistemática. E como *nos países quentes é a variação na humidade que proporciona a qualidade dos tipos biológicos e das associações vegetais*, bastará ir aproveitando o crescimento da humidade pela arborização alastrante, para melhorar o adensamento e as associações vegetais, tornando-as sucessivamente mais lucrativas, em todos os sentidos.

Dum modo prático, a acção do homem deve exercer-se permanentemente por êste método:

a) Arborizar com plantas adequadas as terras altas de Barlavento de cada Ilha (preferindo as mais montanhosas e maiores: S. Tiago, S.to Antão, Fogo, S. Nicolau e Brava), alastrando e descendo com a vegetação, e introduzindo espécies de maior exigência de humidade, à medida que se vai melhorando o ambiente das plantas;

b) Fazer o aproveitamento da água nas terras baixas e médias, por meio de reservatórios, albufeiras, poços e minas, e regando e reverdecendo a máxima superfície possível.

O primeiro trabalho diz respeito a terras ermas, *e que não se tentará povoar*, porque o íncola destruiria tudo: limita-se a *secundar* a natureza no alastramento da vegetação, proporcionando as plantas mais aptas a cada logar (segundo a geologia, a altitude, o clima, etc.). Defesa *completa* do homem e dos animais. — Obriga por isso à guarda severa e crua, por elementos humanos diversos dos do íncola, e a uma política florestal de completo isolamento: *será o domínio absoluto da planta*. Regime agrário das reservas florestais: *bens insulares de todos, mas do uso de ninguém*. Êste regime por vinte anos seguidos. Um contingente de guardas de Moçambique ou da Guiné para vigilância permamente.

Prévia definição das áreas a reservar, cumprindo-se estrictamente as indicações scientíficas. Escolha da flora indígena e exótica; sementeiras e plantações *em escala suficiénte;* saber e continuidade de acção. Penalidades severas, mas *realizadas* dum modo sumário e exemplar: porque se a acção governativa não fôr permanente e duradoura, o íncola devastará tudo, como tem feito.

A segunda ordem de trabalhos exige um plano de rega e de cultivo das terras dos vales: não faltam sítios favoráveis; não falta no Arquipélago o calcáreo para a cal hidráulica. E é um milagre o efeito da água de rega sôbre a vegetação.

Prèviamente à rega, e a par do trabalho técnico da irrigação, a definição e imposição dum arranjo agrário que permitisse aproveitar toda a água na máxima produção possível (regime apropriado da posse e da exploração da terra).

No fim de dez anos dêste trabalho metódico de arborização e de rega, estaria a vegetação a descer as montanhas, proporcionando já muito conbustível e madeira: e estaria muita terra dos vales e encostas em cultura intensa e variada, pelas albufeiras e levadas, pelos poços e minas, de que a arborização das montanhas ampliaria os recursos de água superficial e subterrânea.

A política tradicional do clamor pela esmola no tempo das crises de Cabo Verde, como agora, e os alvitres dos sonhadores com a riqueza do Arquipélago só por pesquiza de água subterrânea e captação de águas superficiais (que ambas mal existem), cultivo de fruta, do café, da cana saçarina, etc., e indústria da pesca (que não pode viver próspera fal-

tando a agricultura), sem a arborização sistemática, *religiozamente* defendida e larguissimamente ampliada, de nada valem.—Primeiro estudar com saber o território; depois executar o plano da sua valorização.

Beiriz, Junho de 1921.

NOTA FINAL

Esta memória vai publicada como foi escrita para o Congresso Scientífico Luso-Espanhol realizado no Pôrto no fim de Junho de 1921, com os elementos meteorológicos que colhi em África em 1920.

Informações posteriores proporcionaram-me os seguintes números:

CHUVA MENSAL EM MILÍMETROS

ROÇA RIO DO OURO — SÉDE

Meses	1920		1921	
	Chuva mm.	Número de dias	Chuva mm.	Número de dias
Janeiro	36,9	4	19	4
Fevereiro	93,3	4	84	5
Março	168,9	9	163	13
Abril	241,4	14	175	17
Maio	243	12	135	13
Junho	9	1	34	2
Julho	0	0	5,5	4
Agôsto	0	0	10,8	2
Setembro	1	1	232	16
Outubro	58,2	9	252	20
Novembro	90,3	9	170	13
Dezembro	160,5	9	120	9 (1)
Val. anuais	1.102,5	72	1.400,4	119

(1) No dia 5 caíram 45 mm. de chuva.
No dia 8 caíram 20 mm. de chuva.

ROÇA DIOGO VAZ — SÉDE

Meses	1920		1921	
	Chuva mm.	Número de dias	Chuva mm.	Número de dias
Janeiro	50,2	9	29,7	11
Fevereiro	128,5	9	82,4	5
Março	75,2	6	134,3	17
Abril	138,4	9	157	18
Maio	297,2	19	203,4	17
Junho	0	0	2,8	3
Julho	0	0	11	4
Agôsto	?	?	3,3	3
Setembro	?4,3	2	231,3	19
Outubro	126	20	284,3	24
Novembro	192	11	200,8	17
Dezembro	248,4	14	167,9	15 (1)
Val. anuais	1.260,2	99	1.508,2	153

CHUVA ANUAL EM MILÍMETROS

	1920		1921	
	Chuva mm.	Número de dias de chuva	Chuva mm.	Número de dias de chuva
S. Miguel	2.805	139	6.178	144
Burnay	4.486	126	6.895	138
Juliana de Souza	3.111	109	5.011	104

N. B. — Na região de S. Miguel chovêra em 8 de Dezembro de 1921, das 2 horas da madrugada até às 10 horas da manhã, mais de **600** milímetros de chuva.

Em alguns pontos de Barlavento, em travessia de S. Miguel à Aliança a chuva foi diluvial em 5 e 8 de Dezembro de 1921: o que causára,

(1) No dia 5 caíram 9,5 mm. de chuva.
No dia 8 caíram 20,0 mm. de chuva.

pelo deslocamento do terreno, várias mortes de pessoas e animais, e muitos prejuizos nas plantas, etc.

O regime meteorológico de 1921 (e o que vem sucedendo em 1922) confirma:

1.º — Que o clima da Ilha de S. Tomé continúa a apresentar-se acentuadamente tropical nas regiões de Sotavento, e por isso com variações meteorológicas muito acentuadas, e dando cheias anómalas nos rios;

2.º — Que há uma enorme diferença de chuva, entre as terras de Sudoeste da Ilha, que sofrem a máxima influência do regime de Barlavento dos ventos alíseos, do relêvo e da arborização, e as terras do Norte da Ilha, em pleno regime do Sotavento, como tão bem se vê dos números da chuva da região de S. Miguel comparados com os de Diogo Vaz (relativamente perto da Juliana de Sousa, mas já a Sotavento das cumeadas que vem terminar na Ponta Furada), do Rio do Ouro e da Cidade (Vid. *S. Tomé*, conferência do autor na *Soc. de Geog. de Lisboa*, em Março de 1908).

Os metéoros de 1921 e da quadra das chuvas de 1922 foram muito favoráveis ao cacoeiro pela normalidade da humidade atmosférica e pela regularidade da chuva; mas as plantações de cacau refazem-se com lentidão; acontecendo também que por vários sítios, por não ter havido, nem haver ainda, trabalhos de refertilização do solo, a replantação ainda não é possível, porque os pequenos cacoeiros morrem.

Não deve surpreender ninguém a volta de anos com meteorologia desfavorável aos cacoais: tudo prudentemente aconselha a adopção do método scientífico de revalorização da agricultura da Ilha de S. Tomé.

O rev. P.e Camilo Torrend escreveu-me em Abril passado:

«Aqui, no Estado da Baía, a derrubada indiscreta das matas continúa a fazer sentir os seus efeitos: e quando o ano aparece mais sêco, as lamúrias dos fazendeiros não têm conta, pois as pragas reaparecem, e as colheitas estão reduzidas a metade ou à terça parte. Além disso não sabem secar com perfeição, e as espécies brazileiras não são das melhores para o mercado. De tudo isso resulta um mal-estar no mercado do cacau que desanima bastante o plantador. ¡Dcus queira que pelo menos êle aprenda e trabalhe com mais sciência e método!»

Depois do Congresso scientífico do Pôrto, continuaram os jornais em clamôr pelo «Arquipélago da fome»; e o poder legislativo decretára um crédito extraordinário de 2:500 contos para acudir aos famintos de Cabo Verde.—Com certeza, toda a filantropia, mais ou menos espalhafatosa, e todo cuidado do govêrno, se não debelarem as causas da perburbação do ambiente cultural das Ilhas—o que só pode ser fruto de um trabalho metódico e persistente de arborização — servirão apenas para manter a desgraça permanente da população do Arquipélago. Como condição primária do êxito da valorização das Ilhas de Cabo Verde está a *arborização* **suficiente**: só por esta se poderá transformar os retalhos de Saara perdidos no mar em terras de grande produção e de gente feliz. É necessário um critério muito mais scientífico na governação; e uma acção política muito mais sabedora e humana, que o ambiente actual português não proporciona: não vale a pena, por isso, pormenorizar aqui o plano de valorização das Ilhas de Cabo Verde, que seria prégar no deserto.

Beiriz, 23 de Julho de 1922. EZEQUIEL DE CAMPOS.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 6, pag. 296)

A existência, porém, de mouros no concelho, nesta época, é um facto confirmado por uma carta régia que encontramos nas colecções manuscritas da Biblioteca do Palácio da Ajuda, carta relativa aos *mouriscos* que da vila de Alcântara se tinham vindo estabelecer no termo de Marvão.

Nêste curioso e interessante documento datado de Lisboa a 8 de Maio de 1603 determina o rei, depois de prévia consulta do seu Dezembargo, que em vista da passagem de numerosos mouriscos daquela vila para Marvão entendia ser conveniente que se fizessem as diligências necessárias para se averiguar o número e *calidades* de todos os mouros que havia no reino e os lugares por onde estavam repartidos, enviando-se de todos êles circunstanciada relação (1).

Mais importante do que a população mourisca era a dos judeus, principalmente depois que êstes, expulsos de Espanha, se tinham visto obrigados a refugiar-se em Portugal. Muitos dêles passaram pela fronteira de Marvão em cuja vila e termo alguns se fixaram e estabeleceram. Assim o confirmam dois interessantes documentos existentes no Arquivo Nacional: uma carta régia datada de Montemór-o-Novo em 9 de Janeiro de 1496, em virtude da qual o rei D. Manuel dava quitação a Afonso Vaz, escudeiro, morador em Arronches, de todo o dinheiro, panos, mercadorias e outras coisas que, pelos livros da sua receita, se havia mostrado constituirem o rendimento da portagem de Marvão, vila onde o dito Afonso Vaz tinha desempenhado o cargo de recebedor das entradas dos judeus (2); o traslado de uma carta passada

---

(1) Biblioteca da Ajuda — Códice 51-V-1, fls. 109 e 111 v.
(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. 5.º, fl. 57 v.

em Lisboa a 29 de Janeiro de 1498 concedendo a João Tavares, cavaleiro da casa real, a mercê do serviço novo dos judeus da vila de Portalegre. Esta mercê, após a expulsão dos judeus do reino, foi substituida pela tença de 25$256 reais, quantia apròximadamente correspondente ao rendimento de três anos do referido cargo, e depois confirmada por carta de 16 de Janeiro de 1515 a seu filho Tomaz Tavares (1).

*
* *

Ao período de trégua e de relativa calma que vai desde o tratado de paz com Castela, depois do glorioso epílogo de Aljubarrota, até 1640, devia suceder-se outro de graves perturbaçõcs para a economia do concelho em virtude da guerra que, pouco depois do movimento emancipador do 1.º de Dezembro dêste ano, tivemos que sustentar com a nação vizinha. Durante todo o largo período das hostilidades a vila e o seu termo estiveram quási sempre expostos a sucessivos ataques e incursões que, desvastando os campos, paralizavam a agricultura e empobreciam em extremo os habitantes da região.

Eram, por isso, justas as repetidas queixas dos moradores da vila e às quais o rei, ou individualmente, ou por meio das côrtes que então com mais freqüência se reüniam, procurava atender, promulgando uma série de providências tendentes a melhorar a dura situação que a guerra tinha trazido à agricultura e à população do concelho. E, honra seja devida a êstes povos da fronteira, não são raras, nos diplomas régios que decretavam estas medidas, as palavras de agradecido louvor que lhes são dirigidas pela intrepidez e resignada abnegação de que mais de uma vez deram valorosa prova, resistindo e suportando com denôdo os constantes ataques que lhes talavam os campos, que lhes roubavam o socêgo e, tantas vezes, preciosas vidas.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Corpo Chronologico*, parte II, maço 54, doc. 85.

No volume 10.º do *Archivo Historico Portuguez*, fôram publicados os cadernos de assentamentos do almoxarifado de Portalegre, onde se encontra circunstanciada notícia das tenças concedidas ao referido Tomaz Tavares.

Já fizémos, no capítulo da história militar do concelho, a narração dos episódios da luta sangrenta de que foi teatro o seu termo; trataremos por isso sòmente aqui das providências que íntimamente se ligam com a sua agricultura e o seu povoamento.

A êste respeito são curiosas as queixas que, logo nas côrtes de 1641, apresentam os procuradores da vila, que nelas tinham assento no banco 11 entre os representantes das vilas de Penamacôr e Certã (1).

De duas procurações passadas pelo Juís de Fora e oficiais da Câmara de Marvão, uma com data de 2 de Janeiro de 1641, outra com data de 3 de Setembro de 1642, consta que o mandato de representar a vila havia sido cometido respectivamente a Pero Mousinho da Mota, Fernão Rodrigues Mousinho, e a Afonso Fernandes Frausto.

Nos capítulos apresentados a estas côrtes, vê-se que eram já de certa gravidade e importância as queixas do concelho acêrca do despovoamento da vila e termo, alegando que mais de vinte famílias tinham fugido para as povoações do interior do reino em virtude da grande falta que havia de pão, tanto na vila como nas fazendas do termo.

Assim se exprimem os procuradores da vila:

«Senhor — Dizem os procuradores de côrtes da vila de Marvão e em nhome da dita vila que os mais della se querem mudar para outros lugares do certam com suas familias, e com efeito de hum anno a esta parte se tem mudado mais de vinte contando se desviarão todos se S. Magestade lhe não acodir com pão de monição em rezam que não logram nem hum palmo de fazenda fora da villa pelas muitas partes que confina por diversas terras de castela pelas quais razoins ja S. Magestade foi seruido de aliuiar de pagarem as ssizas do cabessão a elles se deitam no dita villa emquanto esperam esta mercê de S. Magestade que se lha nam concede se arrisqua o sobredito, que sera perda grande dezamparar tal terra, e perderce couza com que o inimigo triunfara em muitas rendas das

---

(1) F. Fonseca Benevides — *Rainhas de Portugal*, tom. II, pág. 74. — *Planta da Sala de uma sessão solemne das antigas côrtes portuguezas.*

terras sercuuizinhas por ser Raia de todas elas e mui forte e inexpugnavel.

Pedem a S. Magestade aia conceder-lhe a dito pam de monição para que se não dezamparem forças tão importantes» (1).

A julgar pela urgência insistente com que os procuradores da vila reclamavam o pão indispensável ao sustento dos seus moradores, vê-se que eram já quási aflitivas as circunstâncias em que êstes se encontravam, o que nos deixa supôr como deveriam ser grandes os prejuízos nas colheitas e culturas agrícolas da região.

Nas côrtes celebradas no ano seguinte, 1642, renovaram-se as queixas do concelho e desta vez a situação da vila e termo tomava um aspecto de maior gravidade em virtude de se tornarem mais freqüentes e duras as incursões que se iam fazendo na fronteira.

Eis, em breve resumo, o que os procuradores alegavam e pediam a benefício do concelho e a resposta do monarca aos capítulos por êles apresentados:

1.º «Que S. M. devia confirmar todos os privilégios que os reis seus antepassados haviam concedido à vila de Marvão, por ser fronteira de Castela.

2.º «Que por haver na vila muitas ruínas, tanto no seu castelo como nos muros e barbacans, se tornava necessário fazer com cuidado as competentes reparações em vista do grande perigo que podia correr a praça. Pediam, por isso, que, para êste fim, se mandassem aplicar as *terças* de alguns lugares do interior do reino, em virtude de estarem muito diminuidas e serem insuficientes para acudir a tão urgentes reparos as rendas do concelho. Que para a fortificação e defensa da praça se tornava necessário mandá-la prover de algumas peças de artilharia, oferecendo o concelho, como justificação dêste pedido, as informações do Conde da Tôrre, que estivera em Marvão e ali observára a carência de meios de defesa em que se encontrava a praça.

3.º «Que os moradores da vila, em razão das guerras e

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Côrtes Antigas*, maço 11, doc. n.º 13.

contínuos assaltos, não cultivavam as suas fazendas, nem semeavam as terras, de que resultava muita falta de mantimentos. Pediam, por isso, que lhes fôsse permitido tirar as provisões necessárias de outros lugares do reino, segundo os preços ordinários dessas terras e sem embargo de qualquer postura, lei, acôrdo, ou costume em contrário.

4.º «Que o concelho pagava anualmente para os médicos de Coimbra 22$000 réis, quantia que se lhe repartira e lançára no tempo em que as rendas do município eram mui grossas e suficientes, o que ora não acontecia pelos expostos motivos. Pediam, por isso, que o concelho fôsse isento dêsse encargo.

5.º «Que o concelho pagava também ao sargento-mór da comarca oito mil reais, de cujo encargo devia ser igualmente isento em vista do sargento-mór assistir em Portalegre e não poder, por êsse motivo, exercitar os soldados de guarnição da vila, tanto mais havendo na praça um capitão-mór e um ajudante que, além de desempenharem êsse encargo, podiam fácilmente acudir a qualquer alarme que se fizesse.

6.º «Finalmente, que muitos dos moradores do termo da vila, depois da aclamação de el-rei, tinham passado a viver em outros lugares mais no interior do país, ficando assim a praça com muita falta de gente para a defender. Pediam, pois, como remédio a êsse mal, que os moradores que se tivessem ausentado do termo fôssem obrigados a recolher à vila, sob pena de se venderem as fazendas que tivessem e de ser aplicado o produto da sua venda aos reparos da fortificação da praça».

A êstes capítulos deu o monarca as seguintes respostas:

«Quanto ao 1.º: que por lei geral se concedera aos povos a faculdade de usarem dos privilégios que lhes tinham sido concedidos desde que êles constassem de carta autêntica e os estivessem usufruindo, determinando, ao mesmo tempo, que todos os que pretendessem a confirmação de qualquer dessas cartas as deveriam apresentar no Desembargo do Paço. Relativamente à defesa da praça e à *terça* para o reparo da fortaleza e do castelo, ordenava que essa obra se fizesse segundo as determinações do capitão general da fronteira, e mediante consulta dos oficiais da Câmara, entidade que devia prestar todo o auxílio possível, ajudando também o povo com o serviço pessoal.

«Quanto ao 3.º: deferia-se o pedido, ordenando-se que o Desembargo do Paço passasse a competente provisão para êsse fim.

«Ao 4.º capítulo respondia o rei que, por enquanto, não se podia alterar o que estava feito por contrato em utilidade pública do reino.

«Quanto ao 5.º: indeferia-se o pedido por ser contra prejuizo de terceiro, ordenando-se, porém, que fôsse ouvido o sargento-mór e as demais Câmaras da comarca.

«Finalmente, quanto ao 6.º e último capítulo respondia-se que devia a Câmara requerer ao corregedor da comarca que informasse sôbre quais os moradores ausentes do concelho que, depois de avisados, se tinham recusado a recolher a êle» (1).

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Côrtes — Provincia do Alemtejo,* maço 11, n.º 13.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 6, pag. 284)

Itinerario. De Antonio Tenrreyro, que da India veyo per terra a este Reyno de Portugal. Em que se contẽ a viagem & jornada q̃ fez no dito caminho, & outras muytas terras & cidades, onde esteve antes de fazer esta jornada, & os trabalhos q̃ em esta pelegrinação passou. Ho anno de mil & D. & vinte noue. Deregido ao muyto inuictissimo Rey de Portugal dom Sebastião Primeiro deste nome. Em Coimbra. Por Joaõ de Barreyra. M. D. LXV. — No fim, antes da Tauoada: *Foy impresa a presente obra em Coimbra. Por Ioam de Barreira. Acabouse aos XX. dias do mes de Setembro M. D. LXV.*

8.º, 102 folhas numeradas pela frente, afóra 2 de Tauoada.

Figanière accusa a existencia de um exemplar na Bibliotheca do Porto, mas não o vemos mencionado no *Manual Bibliographico*. Ha um na livraria que foi do conselheiro Aguilar, hoje pertencente a seus filhos.

A numeração principia na folha 3, e inclue o frontispicio e a folha do prologo.

No verso do frontispicio, armas reaes portuguezas, tendo por timbre o dragão.

Esta é a 2.ª edição: a 1.ª, de 1560, foi tambem impressa em Coimbra por Antonio de Mariz.

Obras de los qve aman a Dios copiladas por fray Luis de Montoya de la orden de los hermitaños del bienauenturado padre sancto Augustin Obispo y doctor de sc̃ta yglesia. Vendemse em casa de Christouão Lopez liureiro à See. Com priuilegio Real. 1565. — Este titulo

por baixo de uma vinheta representando Nossa Senhora amamentado o Menino, e em volta a saudação em latim: *Ave Maria,* etc. — No fim: *Foy impresso em Lixboa em casa de Ioam da Barreyra impressor delRey nosso senhor, aos quinze de Ianeiro. De MDLXIIII.*

8.°, 7 folhas preliminares innumeradas, 242 numeradas pela frente, mais 5 folhas innumeradas de Tabla.
Exemplar da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Svmma sacramentorum... Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerivm typographum regivm. 1566. — No fim: *Conimbricæ. Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius. Anno Domini MDLXVI. vj Calendas Aprilis.*

1 vol. in-8.°, 1 folha preliminar innumerada, 230 numeradas pela frente, afóra Tabla.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Officivm de glorioso & diuino nomine Iesv, approbatum à Papa Paulo tertio: quod celebratur quinta decima die Ianuarij, cum eisdem indulgẽtijs quæ habentur in celebritate corporis Christi: secundum ordinem Cisterciensiũ.

Este titulo tem aos lados e inferiormente pequenas vinhetas de gravura em madeira representando varios santos.
8.°, 19 folhas, incluindo frontispicio. A do rosto e a imediata não são numeradas, começando a numeração na folha terceira com o algarismo 3, e segue até á 18. A 19 não é numerada e no verso d'esta lê-se: *Conimbricæ. Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius. Anno Domini milesimo quingentesimo sexagesimo sexto. Idus Aprilis.*
No verso do rosto, depois da censura de frei Martinho de Ledesma, lê-se: *Vendo que por falta de officios se deixou té agora de fazer este na nossa ordem, mandey empremir quinhẽtos, pera os repartir pellas casas delle... Dona Gregoria Amriquez.*
Bibliotheca da Universidade.

Constituições extravagantes... — Frontispicio mettido n'uma portada de madeira, a qual occupa quasi toda a folha, e no centro tem o escudo das armas do bispo D. Fr.

João Soares. — Por baixo: *Impressas em Coimbra. Por Ioaõ de Barreira, impressor d'el-rei N. S. M.D.LXVI.*

Exemplar que pertenceu ao visconde d'Azevedo. Descripto no *Diccionario Bibliographico*, vol. 10.º, artigo Fr. João Soares.

Commentarivm in sacrosanctvm Evangelivm beati Marci, á Reuerend, domino D. Ioanne Soarez Episcopo Conimbricensi, & Arganilli comite æditum. (Grande brazão de armas do bispo auctor). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. De mandato D. Episcopi, & sanctæ Inquisitionis officij excussum. Anno M.D.LXVI.* — No fim: *Conimbricæ. Typis Joan. Barrerij chalcographi Academici: Calend. Septemb. Anno D. M.D.LXVI.*

Folio, 9 folhas preliminares innumeradas, 323 paginas.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Svmma Caietana, trasladada em lingoajẽ Portugues com annotações de muytas duuidas, & casos de consciencia. Por ho Doctor Paulo de Palacio cathedratico da S. Scriptura na vniuersidade de Coimbra. (Portico, tendo ao centro as armas do Cardeal). *Por mandado, & cõ approuação do Cardeal Iffante, Arcebispo de Lisboa, Inquisidor mór destes Reynos. Vam em esta terceyra edição todos os Decretos do S. Cõcilio Tridentino q̃ sam a proposito dos casos de cõsciẽcia. Com Priuilegio Real, Por dez annos. M.D.LXVI.*

8.º, 6 folhas preliminares innumeradas com o frontispicio, 492 folios.

Nas preliminares: *Privilegio em favor do dr. Paulo de Palacio; dedicatoria d'este a D. Henrique; Frey Luis de Granada ao Christaõ Lector.*

No fim tem mais 6 folios innumerados com a *Tauoada desta summa,* e no verso do ultimo d'estes seis folios a indicação seguinte: *Foy impressa a presente obra de Summa Caietana, em Coimbra por Ioaõ de Barreyra. Impressor da vniuersidade. Acabouse aos XXj. dias do mes de Ianeiro. Anno M.D.LXVI.*

Bibliotheca da Universidade.

Veritatis repertorium, per fratrem Frãciscũ Securim Doctorem Parisiensem omnium minimum editũ in Hebraeos, quos vulgos nouos vocitat Christianos. Ad Lusitaniæ Cardinalem Dñm Henricum Illustrissimum Principẽ, omnium Portugalliæ regnorũ moderatorem, & fidei orthodoxæ indagatorem, á latere etiam legatum, & Vlyssiponensem, Metropolitanum, insuper & totius ordinis apud Portugalliam, Cisterciensium præsulem optimum. (Vinheta em madeira com o brazão de armas do Cardeal). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. M.D.LXVII.*

4.º, 4 folios innumerados, 78 numerados pela frente.

No verso da folha de rosto: *Reuerendo patri Fratri Francisco Abbati Sancte Marie de Thamarães, ac in sacra Theologia Parisiensi Doctori, fratre Bartholomeus Santarenensis Prior monasterij sancte Mariæ de Alcobacia Salutem æternam, & pro Deo zelare quæ Dei sunt.*

Segue-se a approvação do prior de Alcobaça e a de frei Manuel da Veiga.

Na folha segunda e resto da terceira a epistola dedicatoria ao Cardeal, datada das Calendas de dezembro de 1564; no verso o prologo e na 4.ª a Tabua dos capitulos, que são 20.

Merece ler-se o que ácerca de frei Francisco Machado e da sua obra escreve no capitulo 10.º da *Historia chronologica e critica da real abbadia de Alcobaça,* frei Fortunato de S. Boaventura, pags. 94 a 97.

Exemplar do sr. Annibal Fernandes Thomaz. Ha tambem um exemplar na Torre do Tombo, que pertenceu á communidade de Belem. É curioso comparar o escudo de armas do Cardeal com o que vem na obra impressa em 1570 por Antonio Gonçalves: *Sanctiones Apostolicæ.*

Tractado de las rentas de los Beneficios Ecclesiasticos: para saber en que se han de gastar, y a quien se han de dar y dexar. Fundado en el cap. final. XVI. quest. I. Compuesto por el Doctor Martin de Azpilcueta Nauarro, Cathedratico Iubilado de Prima, en Canones. Con su Reportorio copiosissimo. Lo contenido en este tractado se verâ en la pagina seguiente. (Escudo do impressor — o dragão). *En Coimbra. Por Ioan de Barrera Impressor de la vniuersidad. Año de M.D.LXVII. Con Priuilegio Apostolico, Real, de Portugal, Castilla,*

Nauarra y Francia. — No fim: *Impresso em Coimbra, por Ioan de Barrera, año del Señor, de M.D.LXVII.*

4.°, 5 folhas preliminares innumeradas, 54 numeradas pela frente, mais 6 innumeradas de Tabla.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Memorial das proezas da segunda Tauola redonda. Ao muyto alto & muyto poderoso Rey dõ Sebastião primeyro deste nome em Portugal, nosso senhor. (Escudo de armas reaes). *Em Coimbra. Em casa de Ioão de Barreyra. Anno 1567.* — No fim, por baixo da errata: *Acabouse aos XIj dias do mes de Nouembro. Anno M.D.LXVII. Laus Deo.*

4.° (marcação de 8.°, cadernos de A A v, etc.), 4 folhas preliminares innumeradas, incluindo o frontispicio, prologo, tavoada, 240 folios numerados pela frente.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, 232.

Exemplar que pertencera a Monsenhor Ferreira Gordo.

Na Bibliotheca da Universidade ha um exemplar em que faltam algumas folhas. Existe, ou existiu pelo menos, um exemplar na Bibliotheca Publica de Braga, pois o vemos mencionado n'um Catalogo de obras não vulgares, raras e rarissimas da mesma bibliotheca, manuscripto inedito em nosso poder, evidentemente de Manuel Rodrigues da Silva Abreu.

L. Andr. Resendii Carmen endecassylabon, ad Sebastianum Regem Serenissimum. (Gravura, representando um santo, com a penna na mão direita e um livro aberto na outra). *Olisipone. Apud Franciscum Garcionem in officina Ioãnis Barrera. Typographi Regij, Anno M.D.LXVII.* — No fim, verso da folha 54: *Permissu & auctoritate D. Georgij Almeidæ pro serenissimo principe Henrico S. R. E. Cardinale Olisiponensi archiepiscopo, ordinaria potestate fungentis, & Reuerendi patris F. Francisci Forerij ordinis fratrum Prædicatorum in Portugalia prouincialis præfecti, Impressit hæc L. And. Resedij opuscula Franciscus Garcio Olisipone M.D.LXVII.*

4.°, 54 folhas numeradas pela frente, incluindo frontispicio.

Contém o seguinte: *Dedicatoria a D. Sebastião e uma epistola em verso ao mesmo.*

Epistola ad Bartholomæum kebedium pro sanctis Christi martyribus Vincentio Olisiponensi patrono, Vincentio, Sabina et Christelida, etc.

Ode ad Deum patrem ob calamitatem sectarum.

Ad Christum opt. maximum Resendij confessio.

Epistola ad Reuerendū in Christo patrem D. Gasparem Casalem, Episcopum Leirenensem.

Magnifici oratoris Angliæ, in effigiem Sebastiani regis nostri Christianissimi Epigramma.

Resendij Responsio.

Exemplar de J. F. das Neves.

Bvlla confirmationis et novæ concessionis Priuilegiorum omnium ordinum Medicantium. Cvm certis declarationibus, Decretis & Inhibitionibvs S. D. N. D. Pij Papæ V. Motu proprio. (Gravurinha representando S. Pedro e S. Paulo). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. Anno 1568.*

8.º, 16 folhas innumeradas, incluindo frontispicio. Na penultima pagina, occupando-a quasi toda, ha uma gravura tosca de madeira, representando Christo na cruz, tendo aos lados a Virgem e S. João.

Bibliotheca da Universidade.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

JULIÁN MARIA RUBIO — *La Infanta Carlota Joaquina y la política de España em América (1808-1812).* — Madrid, 1920, 1 vol. in-4.° de XII-306 pags. e 1 estampa fora de texto.

No momento em que os Braganças, obedecendo a um antigo plano político, abandonavam a metrópole, triste era a situação dos Bourbons de Espanha. Contra Carlos IV e o seu ministro, Godoy, levantava-se uma facção poderosa ostensivamente capitaneada pelo próprio herdeiro da coroa. Por todo o mês de Novembro de 1807, que foi o do embarque da Família Real Portuguesa, a côrte espanhola vira desenrolar-se o drama, cujos episódios marcam o abortar duma conspiração contra o rei, a detenção do Príncipe das Astúrias e a instauração do processo aos conjurados.

Quando, em Março de 1808, os Braganças se estabelecem no Rio de Janeiro, estava por dias o motim de Aranjuez e a abdicação de Carlos IV. E a situação da dinastia castelhana ia tornar-se ainda mais precária, após a abdicação de Baiona. ¡Carlos, outra vez rei, cedia o trono a Napoleão, que nomearia o novo soberano; e Fernando VII, descido a príncipe, conformava-se com a cessão feita por seu pai!

Estes factos tinham sua repercussão na côrte lusitana. Perante êles, o papel de D. Carlota Joaquina modificava-se, alargava-se. Passava de esposa do Regente, Princesa do Brasil, a provável herdeira da coroa espanhola. Efectivamente recaíam em D. Carlota os melhores direitos ao trono, na hipótese da morte de Carlos IV e de seus filhos varões. ¿Lograriam êles ter a vida salva, na mesma França que decapitara Luís XVI, entregues à mercê do homem que fuzilara Enghien?

Mas nem só o falecimento do pai e dos irmãos dava à Princesa um papel de relêvo. A prisão dos seus mais próximos parentes, abria, para D. Carlota Joaquina, a possibili-

dade de assumir ela a regência de Espanha. Mais perto ainda da sua nova residência, nas colónias espanholas da América, tinha a Infanta um papel a desempenhar — mostrando-se como a representante da autoridade régia, evitando as más conseqüências das revoltas, já então esboçadas, e conservando para a coroa, que porventura viria a pertencer-lhe, os vastos domínios do Novo Mundo.

A Princesa conduzia simultâneamente duas ordens de negociações. Fazia-se lembrada dos conspiradores americanos, e oferecia os valiosos serviços à Regência peninsular.

Logo em Março de 1808, o Governo português dirigiu uma nota ao Cabildo de Buenos Aires, convidando a capital do Prata a colocar-se sob a protecção da casa de Bragança e da Inglaterra, para evitar que os franceses tentassem subjugá-la também. D. Carlota Joaquina, por seu turno, expôs ao Cabildo os motivos que ditavam a aceitação do protectorado anglo-português, afirmando ao mesmo tempo, que tudo aconselhava o reconhecimento, ao menos transitório, dela Infanta — único filho de Carlos IV, livre das garras da águia — como representante do poder metropolitano.

A identificação da Princesa com os dois governos aliados produziu máu efeito. O Português era o secular inimigo, e ainda estavam vivas as recordações dos episódios sangrentos da interminável questão de limites. O Inglês era o inimigo de ontem, pois datava de 1807 a última tentativa de conquista.

D. Carlota Joaquina compreendeu a vantagem de apresentar-se como absolutamente independente de seu marido e, para acentuar bem a sua completa autonomia, protestou, por várias vezes, contra a atitude e desígnios dos ministros de Portugal.

Ao expirar o mês de Julho de 1808 chegou ao Rio a notícia dos acontecimentos de Aranjuez, seguida de perto pela narração dos de Baiona. Foi então que a Infanta julgou chegada a oportunidade de juntar, sob o seu govêrno efectivo, todas as colónias espanholas do Novo Mundo. Com êste fim espalhou, pela América, um «*Manifiesto dirigido a los fieles vassallos de Su Majestad Católica el rey de las Españas e Indias por Su Alteza Real D.ª Carlota Joaquina, infanta de España, princesa de Portugal e Brasil*», em que defende os seus direitos e pede reconheçam a sua autoridade. No mesmo dia, D. Carlota Joaquina e o Infante de Espanha D. Pedro Carlos dirigem, ao Príncipe Regente, uma exposição, rogando-lhe se dignasse atender, proteger e conservar

os sagrados direitos, que têm os Bourbons, à coroa de Espanha e Índias. D. João respondeu que não só reconhecia tais direitos, como estava disposto a favorecer os planos dos dois infantes.

O manifesto não obteve, porém, o êxito desejado. As autoridades agradeciam cortêsmente, mas recusavam subordinar-se ao mando da Princesa. Em compensação, alguns dos homens, que, mais tarde, haviam de estabelecer a independência argentina, resolveram oferecer à Infanta a realeza do Prata.

Êste projecto esteve prestes a ser realidade. O Príncipe Regente chegou a autorizar a partida da esposa para Buenos Aires. A esquadra inglesa aprontou-se para conduzir a futura soberana. A conspiração trilhava um bom caminho. Mas a intervenção do ministro britânico obrigou D. João a retirar a licença concedida e o almirante inglês a voltar à Europa. Por outro lado os patriotas argentinos desejavam um rei constitucional e completamente independente de qualquer outro estado. Ora D. Carlota Joaquina preferia o absolutismo, e, principalmente, só considerava o trono de Buenos Aires como um degrau para alcançar o domínio de todos os territórios espanhóis. Gorou-se, portanto, o projecto, que tanto ocupára a Infanta.

Abandonada a idea de se fazer coroar no Prata, cortou relações com os conspiradores e começou a trabalhar afincadamente para a obtenção da regência de Espanha. Dirigiu-se, por carta, aos homens influentes da política, a D. Melchor Gaspar de Jovellanos, a D. Francisco Saavedra, ao Conde de Floridablanca, ao bispo de Orense; escreveu aos militares, a D. José Palafox, ao Conde de Cervellon, ao Marquês de Santa Cruz; escreveu a todas as Juntas provinciais. Para prevenir o mau efeito que certamente causariam os seus planos de monarquia argentina, ela própria os comunicou à Junta Central, mascarando-os de tentativas de pacificação e desejos de conservar a grandeza espanhola.

Toda esta correspondência, porém, foi inútil. Os da Península temiam uma usurpação. Agradeceram os bons propósitos, mas recusaram as ofertas.

A Infanta é que não desistiu dos seus intuitos. Aproveitando a nomeação dum embaixador, o Marquês da Casa Irujo, para o Rio de Janeiro, concentrou à volta dêste personagem o fogo das negociações. Pretendia atraí-lo ao seu partido. O Marquês permaneceu inabalável, fiel seguidor das instruções do seu govêrno, que lhe prescreviam impedir

D. Carlota de passar à Espanha ou a qualquer das suas colónias.

Numa luta estéril decorreu o tempo, até rebentar a revolução de Buenos Aires (25 de Maio de 1810) — D. Carlota afirmando sempre o seu grande amor à terra natal; Casa Irujo recusando polidamente a cooperação que lhe era pedida.

A revolta argentina veiu abrir novas possibilidades. Era crível que, perante o facto da rebeldia, a Junta Central confiasse à Infanta a missão, por ela solicitada, de reconduzir à unidade nacional a população dissidente. Talvez que o próprio embaixador, arrastado pela fôrça das circunstâncias, tomasse a responsabilidade de utilizar os bons ofícios da filha de Carlos IV.

Nada disto, porém, correu assim. O Marquês não ousou assumir uma atitude contrária às suas instruções. A Regência peninsular opôs-se tenazmente aos intentos da princesa.

Entretanto a revolução foi-se robustecendo. Montevideo, último baluarte da fidelidade à Junta Central, agonizava. Foi, então, solicitado o auxílio português para esmagar a rebelião. Firmou-se um primeiro tratado pacificador. O domínio espanhol chegava ao seu termo.

Na Europa, as Côrtes reconheceram os direitos eventuais de D. Carlota Joaquina à Corôa de Espanha e Índias. Estéril vitória, porque nem exerceu a regência, nem veiu a cingir a corôa. Mais feliz do que Luis XVI, Fernando VII logrou escapar à morte e readquirir, pela queda dos Bonapartes, o seu velho trono glorioso. D. Carlota veiu a morrer raínha de Portugal e Imperatriz honorária do Brasil.

Até aqui os factos. Resta agora determinar o móbil dêles.

Păra o Sr. D. Julián Maria Rubio, a Infanta procedeu sempre como boa espanhola, defendendo os interêsses da terra natal, ainda mesmo com sacrifício dos da pátria adotiva. A Junta Central, o embaixador Casa-Irujo, todos os que se opuseram à realização dos planos da Princesa, teriam, portanto, embora na melhor fé, prejudicado a causa dos Bourbons. No aproveitamento da energia, inteligência e prestígio de D. Carlota Joaquina estaria talvez a salvação territorial da Espanha.

Discordamos inteiramente dêste modo de pensar.

A esposa do Principe Regente procedeu sempre, como boa portuguesa, no interêsse da sua própria dinastia, que era já a de Bragança e não a de Bourbon. Pretendeu aproveitar os direitos que lhe vinham do sangue, para ocupar o trono de

seus maiores e transmiti-lo depois a um dos seus filhos. Todas as suas canceiras, todos os esforços, todos os sacrifícios, tendem a êste resultado. A princípio, obrou de concerto com o Govêrno Português. Mas quando viu que dest'arte a sua acção tomava o aspecto duma intervenção estrangeira, ostensivamente se afastou dos ministros de seu marido. Jámais lhe faltou, porém, o apoio dêste nos momentos decisivos, a menos que a vontade inglesa não anulasse os bons desejos de Portugal.

No momento em que proclama os seus direitos, D. Carlota dirige-se ao Príncipe Regente, que se declara disposto a favorecer os seus planos. Quando pensa em fazer-se coroar em Buenos Aires, obtém do esposo licença para ausentar-se do território nacional, licença que só é retirada perante a exigência do ministro britânico. Ao chegar ao Brasil a notícia da reunião das Côrtes Gerais espanholas, D. João participa a Casa-Irujo que autorizaria a Princesa a ocupar a Regência de Espanha e a faria transportar a qualquer ponto da Península. Ao mesmo tempo, o embaixador português acreditado perante a Junta Central recebe ordem de defender os direitos de D. Carlota. Rebentando a revolução em Buenos Aires, a Infanta obtém do Govêrno do Rio de Janeiro o auxílio militar de 10:000 homens, para sufocar o movimento, e um apoio decidido ao seu projecto de transferir-se para território espanhol, onde mais eficazes poderiam ser os seu esforços de pacificação. É nesta altura que Portugal pergunta ao Gabinete inglês «se aprovaria, verificada que fôsse a impossibilidade de Fernando VII e seus irmãos reocuparem o trono de Espanha, que a êle subisse o Príncipe da Beira, sendo seu irmão D. Miguel declarado herdeiro presuntivo da coroa pontuguesa».

Casa-Irujo, sabedor da consulta, pretende tranquilizar a Junta, afirmando que decerto «a Grã-Bretanha espera maior liberalidade no sistema mercantil de uma ou de várias repúblicas, que dela dependam, do que dum sistema monarquico bastante forte para sustentar os seus direitos».

Foi ainda o Príncipe Regente quem cedeu uma imprensa, ao Govêrno fiel de Montevideo, no lance em que estava mais acesa a luta de folhetos entre êste e os revoltosos de Buenos Aires.

¿Podem compreender-se todos êstes auxílios, ora dissimulados, ora francos, se a Infanta trabalhasse em oposição de vistas com a política do seu País?

Evidentemente que não.

Havia um plano comum da Côrte portuguesa, lutando todos para o realizar, embora, por vezes, existisse divergência acêrca da escolha dos meios.

O lealismo castelhano de D. Carlota Joaquina seria um absurdo, porque no Rio de Janeiro, ninguém acreditava que Fernando VII e seus irmãos pudessem voltar à Península. Consideravam-os perdidos para a magistratura suprema. Nestas condições, o que cumpria era conservar o trono e uma parte, pelo menos, dos vastos domínios espanhóis, para dêles fazer entrega à sua legítima herdeira — a Infanta. Os protestos de vassalagem ao soberano exilado valiam zero, na prática, porque não haveria ocasião de os tornar efectivos.

Eram, porém, condição imprescindível para obter pacificamente a coroa. Quem se apresenta em nome do Direito está obrigado a reverenciá-lo.

Atenta, porém, às realidades, não duvidou D. Carlota Joaquina pôr-se em contacto com os revolucionários. ¡Pois se ela obteria assim o Poder, que era o seu alvo!

Uma vez sentada no trono, era preciso regular a sucessão. Deveria certamente adoptar-se a solução proposta ao Govêrno inglês: D. Pedro seria o herdeiro dos Bourbons, D. Miguel o dos Braganças. Era o que constava do capítulo 1.º do Estado da Nobreza, nas Côrtes de 1641, aprovado por D. João IV: «*E que acontecendo succeder o Rey deste Reyno em outro algum Reyno, ou senhorio mayor, seja obrigado a viver sempre neste. E tendo dous, ou mais filhos varões, o mayor succeda no Reyno estranho, e o segundo neste de Portugal, e este seja jurado por Principe, e legitimo Successor*».

Nem se imagine que a política dinástica da Infanta fôsse oposta ao interêsse nacional espanhol. É verdade que se baseava na exclusão de Fernando VII e seus irmãos. Mas essa exclusão era um facto alheio à vontade de D. Carlota Joaquina. Considerando-a definitiva, a Princesa concordava com o modo de ver do próprio Gabinete britânico. Parecia, portanto, raciocinar com segurança. Sabido como o trono nacionaliza os Reis, é indubitável que, sendo preciso, D. Pedro, no Palácio do Oriente, faria uma política tão anti-portuguesa como a que levou a cabo no Rio de Janeiro. A Espanha podia estar tranqüila....

O livro do Sr. D. Julián Maria Rubio, precioso no que respeita à narrativa dos factos, é menos feliz na parte crítica e explicativa. Acolhe ainda certos preconceitos, hoje totalmente arredados da história séria. Falta-lhe aquela visão

clara e profunda, que caracteriza a obra de Marius André —*La fin de l'Empire Espagnol en Amérique* (1).

Para nós, portugueses, o livro do Sr. Rubio é duma incontestável utilidade, porque vem esclarecer um período da nossa vida nacional dos mais discutidos e caluniados. As inteligentes e laboriosas negociações de D. Carlota Joaquina são, pelos nossos autores, ou desconhecidas, ou deturpadas. ¿Pinheiro Chagas, por exemplo, não verbera, como reveladora duma ambição infrene, a dádiva das jóias da Infanta aos fieis de Montevideo, acto que o escritor espanhol exalta até o comparar ao de Isabel-a-Católica, sacrificando-se igualmente para conquistar Granada?

O Sr. Rubio é crédor da nossa gratidão, por ter esclarecido alguns acontecimentos da vida duma personagem, que não foi ainda, em Portugal, devidamente estudada.

DOM JOSÉ MANOEL DE NORONHA.

(1) Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1922.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Uber die Wirkung von Staubabsaugungen auf den Staub- und Keimgehalt der Luft in einigen gewerblichen Betrieben mit spezieller Berüchsichtigung der hiefür anwendbaren Untersuckungsmethoden, por Fr. von Carpine. München Druck von R. Oldenbourg, 1916.

Beiträge zur Theorie der Urano-Uranylsulfatphotoketten, por Gottfried Trümpler. Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann, 1915.

Beiträge zur Kenntnis Bolivianischer Nutzhölzer, por Albert Schmid Winterthur, Buchdruckerei Geschwister Ziegler, 1915.

Uber die Festigkeit der Kegelschale, por Fr. Dubois. Zürich, Druck: Art. Institut Orell Füssli, 1917.

Uber ein Knichungsproblem an der Kugelschale, por Robert Zoelly. Zürich, Druck von Zürcher & Furrer, 1915.

Festigkeitsberechnung von Reingflächenschalen, por Hans Wissler. Zürich, Druck: Art. Institut Orell Füssli, 1916.

Agrar-ökonomische Untersuchungen zum schweizerischen Bivilrechte unter besonderer Berüchsichtigung des Ertragswertes landwirtschaftlicher Gewerbe und Grundstücke, por Carl Tanner. Bern, 1914.

Beiträge zur Kenntnis des Formenkreises der Sammelart Betula alba L. mit variationsstatistischer Analyse der Phaenotypen, por Hans Morgenthaler. Zürich, Druck von Zürcher & Furrer, 1915.

Sur les zéros des polynômes hypergéométriques et des polynômes de Stieltjes, por Charles Vuille. Geneve, Imprimerie Albert Kundig, 1916.

Das magnetische von Eisenkristallen bei gewöhnlicher Temperatur, por Karl Beçk. Zürich, Druch von Zürche & Furrer, 1918.

Untersuchungen über die Genauigkeit des Zielens mit Fernröhren, por Alfred Noetzli. Zürich, Verlag von Rascher & Cie., 1915.

Trabalhos originais sôbre a Astronomia, Fisica e Cosmogonia, por Henrique Cortez. Viseu, Tip. «Noticias de Viseu», 1921.

Organização dos serviços médico-legais nas colónias portuguesas, por Fausto de Quadros. Coimbra, Minerva Central, 1922.

Da acção pauliana no Direito civil português — Fasciculo I, por Fausto de Quados. Nova Goa, Imp. Nacional, 1918.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura.... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 8

1922
Agosto

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Em tôrno da palavra «Couto», por PAULO MERÊA..... 345
A propósito da pretensa acção terapêutica do rapé, por ALBERTO PESSOA..... 360
Os portugueses nas Memórias de Casanova, por AMADEU FERRAZ DE CARVALHO..... 363
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO..... 384
Boletim bibliográfico..... 389

EM TÔRNO DA PALAVRA «COUTO»

Considerações sugeridas pela obra do Prof. Ernst Mayer, «Das altspanische Obligationenrecht in seinen Grundzügen» (1)

L'histoire d'un mot peut donner l'histoire d'une institution. (Fustel de Coulanges, *Recherches sur quelques problèmes d'histoire*, pág. 323).

O têrmo *cautum (cotum, coto, coulo, coito)* e seus derivados ocorrem a cada passo nos textos peninsulares, sendo tomados em diversas acepções, como não ignora quem quer que esteja um pouco familiarizado com os nossos antigos monumentos literários e com os léxicos autorizados (Ducange, Viterbo, Morais, Diez, Körting, Meyer-Lübke, etc.). Com efeito, pela palavra *couto* pretende-se designar, ora um território imune, ora uma ordenação ou postura, ora uma pena pecuniária, ora uma espécie de baliza, etc.

Julgo poderem agrupar-se as numerosas acepções do vocábulo em tôrno dos seguintes conceitos fundamentais: 1. Ordenação; 2. Multa; 3. Citação; 4. Apreensão de bens; 5. Protecção; 6. Território; 7. Limite; 8. Marco. O que eu vou tentar no presente ensaio é reconstituir a evolução semântica do têrmo, mostrando a ordem por que devem ter desabrochado estes diversos significados e explicando as transformações.

Insistirei particularmente naquilo a que poderá chamar-se a infância da palavra, não prolongando em princípio as minhas investigações aquém do século X.

---

(1) Sôbre êste trabalho do eminente professor da Universidade de Würzburg, publicado na *Zeitschrift für vergleichende Rechtswissenschaft*, XXXVIII e XXXIX (1920-1921), vidè a notícia do Dr. L. Cabral de Moncada no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, ano VI, pág. 757, e o meu artigo «A reivindição mobiliária no antigo direito português» (*O Instituto*, vol. 68.º, 1921, n.º 9), no qual justifico a minha discordância do ilustre *Rechtshistoriker* quanto ao princípio «mobilia nom habent sequelam».

Ao terminar êste século já, com efeito, se acham definidas as acepções *essenciais* do vocábulo, e por isso para o historiador da língua, como para o historiador do direito, é sem dúvida o referido período o que maior interêsse encerra.

*
* *

Começarei por me referir à tese original sustentada pelo Prof. E. Mayer, de Würzburg, acêrca da etimologia da palavra *couto* e do seu significado essencial, no importantíssimo trabalho, recentemente publicado, sôbre o antigo direito das obrigações nos estados cristãos da Península Hispânica. Foi essa tese que me sugeriu as presentes considerações, e na sua apreciação encontrarei ensejo para, ao mesmo tempo que exponho os motivos da minha discrepância, dizer o que penso sôbre o assunto.

Segundo o eminente professor alemão — cujas idéas procurarei resumir com fidelidade, remetendo para o seu artigo o leitor que delas queira ter um conhecimento mais completo —, «a palavra *cautum* remonta a um freqüentativo — *cabare, capitare* — derivado de *caput, cabo;* deve considerar-se como um eqüivalente de *cabatum* ou *capitatum* e significa a colocação dum *cabo,* isto é, do símbolo da personalidade» (1).

Por outras palavras, as diversas acepções do vocábulo *couto* vão todas filiar-se na dum suposto objecto material, *caput,* que interviría em diversos actos de natureza jurídica, representando simbòlicamente a pessoa do príncipe.

Os actos eram vários — citações, arrestos, coutamento de terras... —, mas o *cabo* figurava sempre, e sempre com a mesma função, com a função de *Leibzeichen.*

Eis, em resumo, a teoría do Prof. Mayer, teoría que êle relaciona engenhosamente com a sua doutrina acêrca da investidura (*Einkleidung*) (2) e que, se me não engano, assenta principàlmente sôbre os argumentos seguintes:

1.º — Existência de textos em que a palavra *couto* se re-

---

(1) *Zeitschrift* cit., XXXVIII (1920), pág. 126.

(2) Só através de artigos da *Zeit. für Vergl. Rechtsw.* conheço a teoría do Prof. Mayer acêrca da *Einkleidung*; sei, porém, que ela foi exposta desenvolvidamente no trabalho com que o autor contribuiu para a *Festschrift* de Wach.

fere a um objecto material, a respeito do qual freqüentemente se diz que é «posto» *(ponere, plantare cautos)*, que é «lançado», etc.

2.º — Existência de textos nos quais em vez de *cautum, cautare,* aparecem as formas *captum, captare;* não podendo tratar-se duma derivação do verbo *capere,* porque o sentido exclue tal etimologia, devemos — entende o Prof. Mayer — recorrer ao étimo *caput.*

3.º — O facto de a palavra *caput, cabo,* ter nos textos hispano portugueses o sentido de «pessoa», o que torna possível considerar como um *Leibzeichen* o objecto utilizado no acto de coutar (1).

4.º — A circunstância de se exprimirem actos análogos pelas palavras *recabdar, recabdo, (recaudar, recaudo),* cujo étimo é *capitare* (2).

Contra êste modo de ver do prof. Mayer notarei, sem entrar na apreciação das suas idéas acêrca do simbolismo de certos actos jurídicos, simplesmente o seguinte:

a) — Expressões como «deitar coutos», «pôr coutos», «quebrar coutos», são constantemente empregadas nos antigos documentos da nossa língua em sentido figurado, metafórico, não podendo de forma alguma inferir-se delas que o *couto* fôsse sempre uma coisa corpórea, um sinal. Dizia-se «pôr um couto», «deitar um couto», como se dizia «pôr um decreto» (3), como ainda hoje se diz «lançar um pregão». É certo que o têrmo *couto* teve, entre outros sentidos, o de marco, baliza, e que *ponere cautum* se refere *às vezes* à colocação dum dêsses sinais divisórios, mas fora dêsse caso *ponere cautum* tem, como *jactare cautum, frangere cautum,* significação imaterial.

b) — *Captum, captare*, no sentido de «couto, coutar», são grafias bárbaras, corruptas e que só esporàdicamente aparecem em textos relativamente modernos, por confusão com outros têrmos, ao lado de formas tais como *caucto, quoto,*

---

(1) Vidè principalmente *Zeit.* cit., vol. cit., pág. 121–126.

(2) Idem, pág. 179–182.

(3) Não me parece necessário citar, tão freqüentes são os casos. Bem significativo o seguinte: «ponimus cautum et degretum» (P. M. H., dipl. n.º 864 do ano 1097). O próprio prof. Mayer fornece, nas suas notas, alguns exemplos.

etc., não sendo lícito construir sôbre elas qualquer teoría etimológica (1). O mesmo creio poder dizer-se do caso único, alegado pelo Prof. Mayer, de três formas paralelas dum mesmo texto (2) em que as formas *capite, cabo* e *couto* se equivalem: a frase latina completa, que ocorre em vários forais, é «*in capite suorum terminorum*», e fàcilmente se explica, da parte de quem verteu para romance, a confusão entre «cabo» (fim, têrmo) (3) e «couto», vocábulo que também significava têrmo ou limite, mas que nenhuma relação filológica mantinha com *caput*.

c) — O Sr. Mayer não demonstra que existisse relação entre o marco que, com o nome de couto, servia no acto de coutar terras e os objectos usados no simbolismo da citação e da penhora.

d) — *Capitare* não devia dar *cautare, coutar,* mas sim — através de *cabedar, cabdar — caudar* (cf. caudal, recaudar), *coudar* (cf. coudel) ou *cadar* (cf. recado, arrecadar). Como étimo de *cautum* só podemos apelar para uma de três hipóteses: *cautum,* part. de *cavere* (é a doutrina corrente), *captum,* part. de *capere,* e *cautes,* étimo nunca (que eu saiba) aventado.

e) — Os dois têrmos coutar *(cautare)* e recaudar (de *capitare*) vieram a aproximar-se no decurso da sua evolução, visto o têrmo «recaudo» designar uma garantia, uma «caução», mas isso não quer dizer que a origem seja a mesma.

Apesar de me não ter rendido aos argumentos do Prof. Mayer, a leitura das suas eruditas páginas obrigou-me a reflectir sôbre o assunto, encarando-o sob novos aspectos e hesitando entre vários caminhos.

Cheguei a duvidar do rigor da etimologia consagrada e a conjecturar que a origem do têrmo *cautum* estaria antes no substantivo latino *cautes* («scopulus, rupes», e também «lapis vel id quod ex lapide factum est» — segundo o *Thesaurus*), ou, pelo menos, que tivesse havido fusão dêste étimo com *cautum*, de *cavere.*

Morfológicamente, a palavra *cautes* (4) teria adoptado, como

---

(1) Pelo mesmo motivo, e porque nenhuma relação existe normalmente, quanto ao sentido, entre *coutar* e *captare*, rejeito igualmente a etimologia proposta por Cortesão nos seus *Subsídios.*

(2) P. M. H., *Leges*, I, pág. 394, 434 e 586.

(3) Viterbo, v.° Cabo III.

(4) Num diploma do ano 1056 (P. M. H., *Dipl. et Ch.,* pág. 243, dipl.

pulvis e *axis,* a forma dos temas em *o;* semânticamente, ter-se-ía passado do sentido de marco para o de território limitado, marcado, à semelhança do que se deu com as palavras *terminus* e *finis* e com o substantivo germânico *mark* (1).

Abandonei, porém, esta idéa — à qual não foi estranha a sugestão de Mayer — principàlmente por não encontrar anteriormente ao século XII textos em que à palavra *cautum* possa com segurança atribuir-se o sentido de marco, sendo aliás freqüentíssimas as referências a êstes objectos, sempre com outros têrmos (*petras, petrones, lapides, marcos,* etc.) (2).

Acresce que, segundo me observou a Sr.ª D. Carolina Michaëlis, a palavra *cautes,* como feminina, teria antes evolucionado para os temas em *a.*

Posta de parte esta hipótese, e regeitada, pelos motivos expostos, a do Prof. Mayer, cinjo-me à lição tradicional que faz derivar *cautum* do part. *cautum* do verbo *caveo* (3). Creio todavia poder esclarecer a história da palavra com algumas reflexões inéditas, colhidas no direito comparado.

*
* *

O verbo latino *cavere,* cujo sentido primitivo é talvez «olhar», encerra como conceito essencial na linguagem clássica a idéa de «prover a» *(prospicere, consulere)* (4), idéa que se

---

n.º 398) parece falar-se numa «vila *cotes*». Pode bem ser o têrmo latino *cautes,* que também significava «locus scopulosus». Cf. num doc. de 824 «locum qui dicitur cotopetroso.»

(1) Vidè Fustel de Coulanges, *Recherches,* pág. 333. Brunner, *Rechtsgeschichte* I, 2.ª ed., pág. 282.

(2) Vidè alguns dêstes têrmos — não todos — na obra de Alberto Sampaio, *As Vilas do norte de Portugal.* Dizemos que o sentido de marco não pode ser atribuido «com segurança» à palavra *couto* em textos anteriores ao século XII, mas é bastante provável que já fôsse esse o sentido que se lhe atribuía em textos anteriores, por exemplo, no diploma de 916 que reproduzo no apêndice. Mesmo, porém, que assim seja, trata-se de marcos destinados a servir de sinal de imunidade e não de quaisquer marcos, explicando-se assim a designação de «coutos».

(3) Causa-me estranheza a forma demasiado simples por que o Sr. Mayer arreda esta etimologia: «¿Was heisst aber das Wort cautum? ¡Mit cavere kann es dem Sinn nach nichts zu tun haben»; nem mais uma palavra!

(4) Da acepção «olhar» derivou naturalmente a acepção «prover a». Cf. spectare, prospicere, tueri, «olhar por». Cf. também o all. warten

desdobra em duas modalidades semânticas: a significação positiva de *curare* e a negativa de *vitare*. Daqui derivou finalmente o sentido de *statuere*, visto que um *statutum*, uma ordenação, tem por escopo prover — cf. as palavras «providência», «provisão» — aos interêsses dum indivíduo ou duma colectividade, *curando* e *vitando*.

Foi êste último sentido, muito vulgar especialmente nos textos jurídicos (1) — quer se tratasse de *leges, edicta, constitutiones*, etc., quer de convenções privadas ou testamentos —, que originou o emprêgo dos têrmos *cautio* e *cautum* no sentido de *lex, regula, praeceptum* (2). *Cautum*, particípio passado do verbo *cavere* tornado substantivo, é «o estatuído», o «disposto», à semelhança de *decretum, praeceptum, statutum*, etc., e com êste sentido aparece, bem como o plural *cauta*, em alguns textos da literatura post-clássica, ora acompanhado do genitivo *legis, legum*, ora (mais raramente) sem êste determinativo (3).

Na literatura da época visigótica nada encontrei digno de nota. Tanto o *Breviarium* como o *Codex Euricianus* e o *Liber Iudicum* empregam o verbo *cavere*, o participio *cautus*, o substantivo *cautio* nas mesmas acepções que já tinham.

Nem nestas leis, nem noutros textos de caracter jurídico, incluindo a literatura canónica, nem nos escritores da época, encontrei o substantivo *cautum* (ou *cautus*), apesar de ter realizado nesse sentido cuidadosas pesquisas, conforme requeria a importância do assunto (4).

Não quer isto, porém, dizer que o vocábulo se não usasse. Pelo contrário: a circunstância de nos aparecer já em diplomas da primeira metade do século IX convence de que seria empregado anteriormente, porventura já no período visigótico, uma vez conhecido o seu uso em escritores coetâneos extra-peninsulares e sabendo-se que dessa quadra da história da Espanha nos não restam infelizmente diplomas,

---

que hoje tem o significado de «cuidar de» e que primitivamente significou «espreitar, vigiar», donde o ital. *guardare*.

(1) Vidè o *Thesaurus linguae latinae* e o *Vocabularium jurisprudentiae romanae*. Vidè também Dirksen, *Manuale latinitatis fontium iuris civilis romani*.

(2) *Cautio* eqüivale também por vezes a «securitas legibus data».

(3) Podem ver-se os textos reünidos no *Thesaurus*. Também aparece a forma *cautus, us* (tema em *u*).

(4) Os têrmos usados na época visigótica são *jussio, praeceptio, alloquium*, etc.; vidè Dahn, *Könige der Germanen*, VI, pág. 503 e segs.

seguindo-se-lhe imediatamente um período longo, em que também não abundam.

É com efeito em documentos do século IX que voltam a deparar-se-nos o têrmo *cautum (cautus, cotum)*, umas vezes com o significado que já tinha nos textos post-clássicos a que fiz referência — significado que reputo fundamental (1) —, outras vezes em acepções diversas, novas, que passo a indicar.

* * *

Com uma destas novas acepções nos aparece logo o vocábulo *cautum* nos mais antigos diplomas do meu conhecimento em que esta palavra figura: o tantas vezes citado diploma do ano 804 (era de 842) pelo qual o rei Afonso II privilegia a igreja de S. Maria de Valleposita, e uma escritura do mesmo dia referente à mesma igreja (2).

Em qualquer dos dois documentos se lê na essência o seguinte: «si quis vero contemptor fuerit, etc., in primis... (seguem-se as costumadas imprecações, após o que se acrescenta): et in *cautum* damni saecularis Regi et Episcopo auri libras mille persolvat».

Na cláusula final, que a partir desta data se repete com grande freqüência (3), a palavra *cautum*, na frase «pagar *in cautum (em couto)*», tem o sentido de multa, quantia que deve ser paga a título de penalidade pela infracção dum preceito da autoridade ou dum acôrdo privado.

O nexo semântico entre êste uso da palavra *cautum* e o que do mesmo têrmo se fazia nos textos latinos a que aludi e — como também já observei — em diplomas do século IX torna-se visível se nos lembrarmos de que também a palavra *bann (bannum* ou *bannus, bandum)* significava no direito germânico tanto a ordenação do chefe — *Gebot* ou *Verbot, edictum* ou *interdictum* — como a multa devida pela sua violação (4).

---

(1) Por exemplo num doc. do ano 844 (*Esp. Sag.*, XXVI, pág. 447): «firmiter noster *cautus* permaneat».

(2) *Esp. Sag.*, XXVI, pág. 442 e 444.

(3) Vidè vários exemplos em Ducange, v.° Cautum, III, (onde sem razão se atribue à palavra *cautum* o sentido de «fisco») e em Muñoz y Rivero, *Nociones de diplom. española*, pág. 117. Não encontrei a palavra em fórmulas cominatórias de documentos extra-peninsulares.

(4) A aproximação que faço entre o *cautum* peninsular e o *bannum*

O paralelo com o vocábulo *bann* esclarece por igual a passagem para uma outra acepção de *cautum*.

Assim como de *bann* derivou *bannire* com o sentido de chamar solenemente, e em especial chamar a juízo, *vocare in ius,* citar, porque a citação se fundava no *Banngewalt*, assim também o verbo *incautare (encotar, acotar)* e as expressões «pôr couto» ou «pôr encouto» se empregavam freqüentemente para significar a citação, como sinónimo de «testar», «emprazar», etc.; e, posto isto, não há que estranhar, dadas as bem conhecidas afinidades entre o acto da citação e o do arresto ou embargos dos bens do demandado (1), o emprêgo dos mesmos têrmos no sentido de embargar, penhorar *(pignorare, emparare,* etc.), e bem assim no de confiscar. Os verbos *testare* e *testificare* também eram usados nestas acepções.

Nestes dois sentidos não encontro o vocábulo em textos anteriores aos *fueros* e costumes do século XII, mas é natural que a palavra já muito antes tivesse estas acepções, não sendo de admirar, visto não haver anteriormente a essa data estatutos municipais desenvolvidos, a ausência do têrmo com os referidos significados.

*
* *

É ainda partindo da acepção fundamental *cautum = edictum, statutum,* que me parece chegar-se ao sentido de território imune e, através dêle, ao de qualquer território.

Já no século IX as palavras *cautum* e *cotum* aparecem em mais dum diploma com a acepção de lugar imune ou defeso, e logo em princípios do século X os verbos *cautare* e *incautare* são empregados para significar o acto de imunizar.

---

germânico é justificada por êste passo dos *Capitularia* (861, II, 305): «... de quibus [capitulis] omnes admonere atque omnes ex Dei *banno* et nostro *cavere* praecipimus» e sobretudo por uma passagem do fuero de Lérida, na qual só reparei depois de concluído êste estudo, ao reler o *Westgothen-Recht* de Helfferich (pág. 417): «possunt de concilio communi *cotos sive bannos* ponere, minuere vel augere». É curioso verificar como esta designação *duplice* nos surge justamente na Catalunha, portanto numa região *intermédia* entre a área filológica do *cautum* e a do *bannum*. É também digno de nota como a palavra *Acht* significa a um tempo «proscrição, banimento» e «atenções, cuidados». Cf. o que a respeito das palavra *mund* e *oferhyrnes*, observa Brunner, II, 35.

(1) Herculano, *História;* Hinojosa, *El elem. germanico;* Mayer, *Zeit. cit., passim.*

O facto é em geral explicado por uma forma um tanto simplista, opinando-se que o nome de *couto* era dado ao território privilegiado por êle estar defendido, protegido, acautelado, idéas encerradas no verbo *cavere*.

Esta idéa é, no fundo, verdadeira, mas necessita de ser precisada, pois as coisas não se devem ter passado com tanta simplicidade, e para êsse fim mais uma vez convém recorrer ao paralelo tão elucidativo com o *bannus* do direito germânico.

É uma noção familiar aos cultores da história jurídica que a função essencial do príncipe era a protecção *(tuitio, defensio, Schutz);* nada por isso mais natural do que a palavra que designava a ordenação régia envolver — e isso se dava, com efeito, tanto com a palavra *cautum* como com o têrmo *bann* — uma idéa de protecção (1), isto independentemente mesmo da etimologia do têrmo. Mas além desta protecção de caracter geral havia, como é sabido, casos de protecção especial, casos em que se criava em favor de certas pessoas, coisas ou lugares uma situação privilegiada, um estado de segurança, de «paz» *(pax, Frieden),* sendo exemplos bem conhecidos de protecção de lugares a chamada «paz da feira» *(Marktfrieden),* a «imunidade» — no sentido técnico que a êste têrmo se liga na história jurídica —, etc.

Pois bem. O mesmo têrmo designa muitas vezes simultâneamente a ordenação que cria a situação especial de segurança e a própria segurança, o que nada tem de extraordinário e está dentro das leis da psicologia da linguagem. É a mesma razão profunda que faz que em muitas línguas ainda hoje se designe pela mesma palavra (v. g. *direito, Recht*) tanto o direito objectivo (ingl. *law*) como o subjectivo (ingl. *right*), confusão que é hoje apenas formal, verbal, mas que começou por ser real, conceitual (2).

O facto dá-se com a palavra *bann* e com os correspondentes têrmos latinos *verbum, sermo*, os quais designam a um tempo o edicto régio *(Gebot)* e a «paz» (*Frieden*) que nêle se funda (3).

---

(1) A ligação entre a idéa de proïbir e a de proteger revela-se em têrmos como o port. *defender* (antiquado) e o fr. *défendre*. Cf. ainda hoje o port. *defeso*.

(2) Vidè as agudas observações de Gierke, *Das deut. Genossenschaftsrecht*, II, pág. 126 segs. e 462 segs.

(3) Vidè Brunner, *Deut. Rechtsg.*, I (2.ª ed.), pág. 201; Schröder,

O mesmo, talvez em mais larga medida, se deu com o *cautum* peninsular. Entre as cartas do soberano avultavam justamente aquelas a que os alemães chamam *Schutz* — ou *Friedensgebote* (1).

É assim que um doc. do ano 891 (2) diz: «ponimus *cotum* per terminis, etc... ut nullus imperium nec potestas... (segue-se a fórmula da imunidade)». Da acepção de «acto pelo qual se privilegiava» se passou insensìvelmente para o de «estado de privilégio, de segurança, de imunidade» (3), modalidade semântica de que é particularmente comprovativo um documento do ano 916, no qual se emprega a frase «*cautum et libertatem*» (4).

Daqui o sentido mais usual do verbo *coutar*, que vem a ser: criar, por meio dum «couto-ordenação», a situação de «couto-paz», sentido certamente facilitado pela idéa de protecção encerrada na palavra *cautum* por virtude da sua derivação de *cavere*.

Um passo ainda e o têrmo *couto* aplicar-se há, por um processo de derivação semântica bem conhecido (5), ao próprio território protegido ou coutado: de *cautum* derivou *cautare* e de *cautare* um novo *cautum* com a significação de lugar coutado.

Lehrbuch, 6.ª ed., pág. 122; Flach, *Origines*, passim, sign. III, pág. 325 e 341. Para se designar a *Dinghegung*, a consagração solene do *thing*, dizia-se «Bann und Frieden tun».

(1) *Ponere cautum* é empregado num diploma do ano 1260 em relação à «paz da feira» (Marktfrieden). Vidè J. P. Ribeiro, *Diss. Chron.*, vol. III, parte 2.ª, pág. 74.

(2) *Esp. Sag.*, vol. XXXVII, pág. 339.

(3) Cf. a palavra *forum*, que tanto designava a «norma» como a «faculdade». A frase «coutos e foros» aparece às vezes, por exemplo, num doc. de 1183 (*Esp. Sag.*, XVIII, pág. 363): *forum et cautum*, e nos costumes de Teruel, cap. 552: *cautos vel foros*. A mesma confusão entre o aspecto objectivo e o subjectivo do direito se dá com o têrmo *privilégio* e outros.

(4) *Esp. Sag.*, XIX, pág. 354. Um outro sentido aparentado com êste, o de fôrça, autoridade dum preceito, devemos atribuir ao têrmo *cotum* num dipl. de 857 (Muñoz, *Col. de fueros*, pág. 23), onde a frase «roborem et *cotum*» (aplicada a concessões de privilégios) eqüivale absolutamente à fórmula «roborem et firmitatem» freqüentíssima em textos dêste período.

(5) Cf. o que escreve Bréal, *Essai de Sémantique*, pág. 149, a respeito do têrmo *truncus*: «En latin, *truncus* designe um tronc d'arbre... De *truncus*, «tronc d'arbre», est venu *truncare*, «couper, étêter un arbre». C'est ce *truncare* qui a produit l'adjectif *truncus* [mutilé, incomplet], lequel n'a avec le précédent qu'une parenté déjà plus éloignée». É o que Bréal chama um caso de «polisemia» indirecta ou do segundo grau.

Um paralelo luminoso fornecem-no-lo textos extra-peninsulares nos quais se empregam as expressões «*bannire*» (1), «*mittere in bannum*», para significar a previlegiação de territórios v. g. de matas, proclamadas por meio de bando real (2), e, como conseqüência, o têrmo *bandita* (em documentos italianos) como eqüivalente de «*silva bannita*» (*guardata, defensa...*) (3), correspondendo perfeitamente à palavra portuguesa *coutada* (all. *Bannwald*) (4).

*
* *

É também da idéa de «couto-ordenação» que deriva uma nova acepção: a de limite, têrmo. Com efeito, o acto de coutamento continha, como já vimos, a indicação, muitas vezes bem pormenorizada, dos limites da terra imunizada, sendo freqüente a frase «cautamus... per terminis». Daí naturalmente passou a palavra «coutos» a designar os próprios limites, a ser um sinónimo de têrmo. Um documento de 1090 diz: «infra terminos... et cautos» (5).

Por sua vez, como a palavra latina *terminus,* o vocábulo «couto» veio a significar (embora por uma derivação oposta) o marco ou baliza que servia de têrmo, de limite, acepção esta à qual já mais duma vez aludi e com a qual a palavra *couto* aparece em numerosos documentos (6), umas vezes como sinónimo de «padrão», outras vezes como coisa distinta, sem que aliás se saiba bem em que consistia a distinção.

---

(1) E também *vizare,* do al. medieval *witze,* que significava «pena, castigo». Daqui deriva o napolitano *vizza* (ou *guizza*), que quer dizer «lugar defeso, coutado». (Pertile, IV, pág. 352, n. 211 e pág. 402, nota 41).

(2) Waitz, *Verfassungsgeschichte,* IV, pág. 109. Pertile, IV, pág. 352 n. 211 e pág. 402, n. 40.

(3) Pertile, vol. IV, pág. 402, nota 41.

(4) Sôbre *coutadas:* Gama Barros, vol. IV; Cf. o têrmo português *defesa,* donde *devesa.*

(5) Lopes Ferreira, *Hist. de Santiago,* vol. III; Apêndices, pág. 32. *Bann* se chama ainda hoje na Alsacia o alfoz duma povoação (*Flach,* II, 93, nota 5).

(6) Vidè Ducange, v.° Cautum 2 (onde se citam exemplos, embora se não indique êste sentido); Viterbo, v.° Couto II e III; Amaral, nas *Mem. da Acad.* vol. VII, pág. 118, Mayer, *Oblig. Recht, loc. cit.*; Gama Barros, vol. III, pág. 873 segs. Com o mesmo sentido figura também a palavra nos costumes do tipo de Usagre-Cáceres. São dignas de nota, como formas de transição, as expressões «petra cauti» (doc. 1117, *Diss. Chron.*, I, pág. 244), «lapis cauti» (doc. 1193, Mon. Lus).

A privilegiação dum lugar, envolvendo a proïbição de acesso a êle, anda constantemente ligada na história jurídica a uma manifestação visível, simbólica, a uma vedação feita por meio de balizas, montículos de pedras ou de terra, árvores, etc. Já a imunização do *thing* germânico, que parece ter sido a mais antiga aplicação do *bann*, era acompanhada duma solenidade religiosa, *hegung*, que tirava o seu nome do facto da colocação de estacas em redor do recinto consagrado (1). A própria filologia nos mostra o parentesco estreito dos dois conceitos em têrmos como o português «vedar», que a um tempo significa «encerrar» e «proibir», como o alemão *hegen*, que tem as duas acepções de «vedar» e «proteger».

Sendo, pois, fora de dúvida que a imunização de terras era também na Península acompanhada, entre outras solenidades simbólicas, da plantação de marcos (padrões, coutos) (3), não devemos estranhar que a palavra *couto* se apreciasse para designar os próprios marcos que autenticavam o coutamento e, dum modo geral, quaisquer marcos colocados em tôrno dum recinto defêso.

Parece-me indubitável que só mais tarde o vocábulo *couto*, que a princípio apenas devia designar territórios coutados, se alargou, passando a aplicar-se a outros territórios (2), transformação semelhante à do têrmo latino *praedium*, que, designando inicialmente só o prédio que servia de caução (**prae-vidium*, de *prae* e *vadium*), veio depois a abranger todo e qualquer prédio, tornando-se sinónimo de *fundus*.

PAULO MERÊA.

APÊNDICE

EXTRACTOS DE DOCUMENTOS DOS SÉCULOS IX E X

Ano 804. — Privilégio do rei Afonso II em favor da Igreja de S. Maria de Valpuesta: «Si quis vero ex successoribus Regum, Comitum, aut quilibet homo de quavis persona, con-

---

(1) Vidè Brunner, I, *loc. cit.* Muitos exemplos de vedação de recintos defesos em Grimm, *Rechtsaltertümer*.

(2) Vidè sobretudo Gama Barros, I e III, *loc. cit.* Cf. Mayer.

(3) Cf. Gama Barros, II, pág. 105 e III, 879.

temptor fuerit, et contra hoc vostrum factum vel in modicum quadrantem improbus steterit, aut disrumpere conaverit; in primis iram Dei non effugiat, et extraneus maneat a catholica fide... Et in *cautum* damni saecularis Regi, et Episcopo auri libras mille persolvat, et hoc quod exquisierit dupliciter restituat». (*Esp. Sag.*, XXVI, pág. 443).

Ano 804. — Escritura do bispo João referente à mesma Igreja: «... et in *cautum* damni saecularis Regi et Episcopo auri libras mille, et obulum auri puri auriculari digito ponderatum persolvat». (*Esp. Sag.*, XXVI, pág. 445).

Ano 824. — Foral de Brañosera: «et damus vobis terminos, id est, ad locum qui dicitur *Cotopetroso*, et per illum villare, et per illos planos, et per illam civitatem antiquam, et per illum pradum Porquerum, et per illas Cobas Regis, et per illa Penna robra, et per illa foce via qua discurrent Asturianos, et Corneconos, et per illum fixum petrizum, qui est in valle Verezoso, et per illum *cotum* medianum,...» (Muñoz y Romero, *Col. de fueros*, pág. 16).

Ano 841. — Doação do rei Afonso II à Sé de Lugo: «Imprimis est illud Castrum antiquum vocitatum S. Christina, quod abstuli a Sarracenis, cum Ecclesia in eodem fundata inter territorio Lemabus, et Sarriae, sub Urbe Lucensi per suis terminis antiquis, id est... Totum, et integrum vobis dono, et concedo, tam cultum, terras, montes, sylvas, pumares, aquas, veygas, molendinorum vessiones cum suo *cauto*, sine omnia calumnie Regiae vocis...»; «Concedo et dono pro animae meae remedio ad ipsam sedem lucensem aliud Monasterium S. Stephani, et sanctorum Petri et Pauli... Totum, et integrum vobis, gloriosa Virgo Maria, restituo, concedo, atque condono quidquid infra istos continetur terminos, tam cultum quam incultum, montes, valles, terras, sylvas, aquas, villares cultos, et incultos, tam et ipsos villares de Cervaria, quam, et caeteros totius Vallis Atanae; quos ex nostra familia populamus nominibus Maure, Malelo, Sagato, Rairicho, Froylano, Salamiro cum filiis et uxoribus suis, ut habeant, et possideant habitantes in lucensi Ecclesia S. Mariae jure perpetuo, cum Ecclesia Sancti Joannis de Parata cum hominibus ibi habitantes,... sine omni calumnia Regiae vocis, et sine omni servitio, et censu Fisci Regis, vobis eos condonamus, ut nullam nobis reddant censuram, seu servitium ab hodierno die; sed sint liberi, et absoluti a parte Regis homines in eodem commorantes *cauto*...» (*Esp. Sag.*, XL, pág. 375 e 376).

Ano 844. — Doação do bispo Fredulpho à Igreja de Valpuesta: «... firmiter noster *cautus* permaneat, etc.» (*Esp. Sag.*, XXVI, pág. 447).

Ano 857. — Doação de Ordonho I à Sé de S. Salvador de Oviedo: «Et mandamus ut omnes concessiones, quas a qualicumque persone ingenua concessae fuerint usque in finem mundi Ovetensi Ecclesiae, talem roborem, et *cotum* habeant, quales habent et nostrae concessiones...» (*Esp. Sag.*, XXXVII, pág. 328; Muñoz, *Col. de fueros*, pág. 23).

Ano 891. — Doação de Afonso III ao mosteiro dos Santos Adrião e Natalia: «Ponimus *cotum* per terminis, id est,... testamus

et confirmanus, ut nullus imperium nec potestas, nec aliquis homo infra istis terminis pro nulla calumnia, neque pro homicidio, neque pro pignore, neque pro ullo imperio non intret infra ipsos terminos de illo *coto*...» (*Esp. Sag.*, XXXVII, pág. 339).

Ano 897. — Confirmação de Afonso III em favor da Sé de Lugo: «deinde confirmamus *cautos*, quos posuerunt patres nostri Reges...»; «... Ecclesiam S. Joannis de Parata, cum *cauto*, et villa, et familia»; «Hae vero Ecclesiae, villae, et quae in ipso *cauto* sunt Regiae familiae, sunt confirmatae sucensi Ecclesiae pro nostrarum animarum redemptione»; «...Villam de Eredi cum *cauto*, et familia»; «Ecclesiam S. Marinae de Lamela cum *cauto*, et familia»; «... Ecclesiam S. Christine cum Ecclesiis, villis atque familiis, et *cauto*». (*Esp. Sag.*, XL, pág. 385, 387 e 388).

Ano 912. — Carta do rei Ordonho II: «Imprimis confirmamus vobis, ut dixi, totum illud Monasterium... et cum sua concurrentia, et cum suo *cauto* in circuitu ipsius concurrentiae...»; «et est ipsa Ecclesia *cautata*...» «Et sunt ipsae Ecclesiae *cautatae* in toto gyro per petras erectas, et scriptas...» «et est ipsa Ecclesia *cautata* per petras erectas...»; «villa de Antas, *cautata* per petras erectas...»; «et insulam de Cortegata integra, *cautata* cum sua Ecclesia»; «villa de Gañon integra *cautata* per circuitum per petras erectas»; «similiter damus vobis ipsam cortem de villa Patrono *cautatam*, cum suis domibus et aedificiis...» (Aguirre, *Col. Conciliorum*, IV, pág. 370).

Ano 915. — Confirmação de Ordonho II em favor da Sé de Lugo: «et alias villas territorio Bracharensi, et Ecclesias, quae sunt inter *cauto* et Limia...» (*Esp. Sag.*, XL, pág. 397).

Ano 916 (aproximadamente). — Doação de Ordonho II ao mosteiro de S. Salvador de Lerez: «damus, atque concedimus, tibi Abbati Guntado, et succesoribus tuis, qui in Monasterio Sancti Salvatoris post te futuri sunt, et fratribus tuis praesentibus et futuris, *cautum*, et libertatem, et solutionem, tam de omni parte nostra Regia, quam etiam de omni parte et voce Episcopali in Sede Iriensi, et loco Apostolico. Et ipsum Monasterium Sancti Salvatoris, in loco qui vocatur Spinareto, circa fluvium quem vocitant Lerez, *cautamus* et absolvimus ab omni debito, et fisco Regali, et Episcopali in perpetuum...»; «In primis ponimus *cautum* per Portum de Elva, et inde... auctoritate nostra firmamus istos *cautos;* et quidquid inter ipsos continetur *cautamus* et confirmamus cum omnibus hereditatibus, et praediis et possessionibus suis ubicumque fuerint; et... in perpetuum maneant liberi et absoluti ab omni debito Regis, seu Episcoporum...»; «... quantum ibi habeo in ipso *cauto* totum do et concedo ad ipsum Monasterium...»; «Haec omnia concedimus, firmamus et *cautamus*...»; «...firmiter maneat *cautatum* et defensum...» (*Esp. Sag.*, XIX, pág. 354-356).

Ano 919. — Previlégio de Fernan González, conde de Castela, em favor do Mosteiro de S. Sebastião de Silos: «...quisquis, quod absit, ad disrumpendum venerit istos terminos, quomodo pargiet ad parte Comite quinque libre auree in

cauto». (Férotin, *Recueil de Chartes de l'abbaye de Silos*, pág. 3).

Ano 934. — Outro privilégio de Fernan González em favor do mosteiro de S. Emiliano: «Quod qui neglexerit... in *cauto* LX solidos ad comitis partem reddat...» (Aguirre, IV, pág. 377).

Ano 941. — Doação do mesmo conde Fernan González ao mosteiro de Cardeña: «Si quis vero, quod absit,... ad disrumpendum hoc factum venerit... a parte Comitis conferat in *cauto* auri soldos D.» (Muñoz, *Col. de fueros*, pág. 25).

Ano 946. — Privilégio do rei Ramiro em favor do mosteiro de S. Maria de Tablatello: «*Cautamus* etiam jam supradictum Monasterium per terminos supranominatos, ut nullus potens, vel impotens pro nulla calumnia, pro parva sive pro magna, sit ausus deinceps infra ipsos terminos pignorare, vel aliquid volenter facere...» (*Esp. Sag.*, XVI, pág. 439).

Ano 969. — Fundação do mosteiro de S. Salvador de Laurenzana: «...*cautum* quod Rex D. Ordonius fecit per terminis suis...»; «... Tali tenore Rex D. Ordonius tribuit isti *cautum* (*Esp. Sag.*, XVIII, pág. 335).

Ano 972. — «.. et a parte Regis reddat 38. libras ex purissimo auro in *cautis*...» (Yepez, *Cr. de S. Bento*; Ducange, v.° Cautum 3).

Ano 979. — Doação à abadia de Silos: «... et in *cauto* a parte Comitis tres libras aureas exsolvat». (Férotin, pág. 7).

Ano 998. — Doação do rei Bermudo II ao bispo Scemeno; «*Cautamus* etiam ipsum Monasterium per suis terminis, et loca antiqua... Mandamus et auctorizamus, ut nullus potens, vel impotens pro nulla calumnia, etc.» (*Esp. Sag.*, XVI, pág. 446).

Cronicon Iriense (*Esp. Sag.*, XX, pág. 601): «... *çautum* ei fecit per Siaoniam, et per Lestetum et per villam Astructi et inde in Tamare».

A PROPÓSITO DA PRETENSA ACÇÃO TERAPÊUTICA DO RAPÉ (1)

Os nossos maiores pensavam que o rapé tinha uma acção terapêutica, acreditavam que, cheirando a sua pitada, aliviavam o espírito e aclaravam as ideas.

Ainda conheci velhotes convencidos disto, e no meu tempo de estudante, havia na Faculdade um professor que prescrevia, em certas neuro-psicoses, simonte a que êle pitorescamente chamava um emplastro nasal.

Procurar a origem desta crença, que por ventura ainda hoje haverá quem tenha, parece-me que dá notáveis ensinamentos.

*
* *

Desde os mais remotos tempos, desde que apareceram indivíduos tendo por missão aliviar os sofrimentos dos que padecem, logo esses indivíduos, por formas várias e contraditórias, procuraram raciocinar sôbre a causa e evolução das doenças e sôbre o seu tratamento.

Foi mesmo só depois que se arranjou uma doutrina justificativa duma determinada terapêutica que, convém dizê-lo, essa terapêutica passou decididamente a fazer bem.

Se os médicos sempre assim foram, sistemáticos, discutidores, cheios de palavras vãs....

Sôbre todos os assuntos os mais simples ou os mais complicados, têm sempre os doutores passados, presentes e, quero crêr, que futuros, produzido filosofias, sempre enunciadas com a mais profunda gravidade.

Ora estas doutrinas, quando novas em fôlha, brilhantes,

---

(1) Lido na Associação dos Médicos do Centro de Portugal, na noite de 23 de Novembro de 1921.

contendo então toda a verdade, são a princípio apenas conhecidas dos que de perto seguem o ensino dos Mestres.

Só pouco a pouco a sua notícia vai chegando ao conhecimento dos pequenos tratadores de enfermos, minúsculos, espalhados, laboriosamente tirando duma profissão ingrata o alimento, a roupa e o tecto que Hipocrates dizia ao ministro de Artaxerxes ter no seu país e não desejar por isso possuir os bens e as grandezas dos Persas.

Como os médicos sempre gostosamente fazem abundantes discursos junto à cabeceira dos doentes para os convencer e às famílias do seu profundo saber, pouco a pouco a doutrina, um pouco envelhecida, gasta pelo uso, menos brilhante e menos verdadeira, vai entrando nos assuntos das conversas fáceis dos clientes.

Mas já então outra doutrina surgira, fazendo declinar a velha que passara a ser redondamente falsa até renascer mais tarde com um aspecto novo, de novo contendo a boa verdade.

Quando os médicos arrumam as doutrinas velhas nos depósitos caseiros das coisas passadas de moda, ainda o povo enfermo e desgraçado delas conserva recordação e piedosa memória.

É assim que nas explicações domésticas dos males que afligem a humanidade e nas crenças terapêuticas das gentes não iniciadas nos segredos médicos, se vão encontrar miseráveis, disformes, difíceis de identificar, vestígios de medicinas remotas há longos anos caídas no ingrato esquecimento dos médicos.

Que interessante seria poder seguir, através dos séculos, a marcha degradante duma doutrina desde que fulgiu, causando assombro nos lábios inspirados de algum dos grandes mestres da sciência médica, até se tornar, depois de ter passado pela obra dos críticos e comentadores, em obscura e risível crendice popular.

E muitas destas crendices têm a mais nobre, venerável e clara origem....

É o caso do rapé, onde julgo ver um resíduo mais ou menos deformado duma velha prática hipocrática que, através de tristes aventuras, acabou por chegar a isto — explicação mais ou menos aceite dum vício já hoje bem passado de moda, mas que os nossos avós praticavam com a mais resoluta convicção.

Triste sorte a das doutrinas médicas....

* * *

Como é sabido, Hipocrates consagrou a doutrina, já formulada por Empedocles, que afirma existirem, no corpo humano, quatro humores: o sangue, a pituíta ou fleugma, a bílis e a atrabílis, que, normalmente misturados durante a saúde, produzem pelo seu deslocamento, excesso ou diminuïção, as doenças.

Da predominância dum dêstes humores, resultam os temperamentos, o sanguíneo, o fleugmático, o bilioso e o atrabiliário, termos que ainda hoje empregamos na linguagem vulgar com um significado manifestamente derivado desta velha concepção.

Quando um dêstes humores é produzido em excesso, espalhando-se por todo o organismo ou acumulando-se no reservatório onde é gerado — o sangue no coração, a pituíta no cérebro, a bílis no fígado, a atrabílis no baço, ou em qualquer outro ponto — o tratamento consiste em fazer sair para o exterior o humor superabundante.

Daí a importância da terapêutica evacuante na medicina hipocrática.

Mas esta terapêutica não visava sòmente a provocar evacuações estercorais, processo de tratamento durante tantos séculos tão violentamente usado que Brás Luís de Abreu fala dum doente que, por ter tomado duma só vez uma oitava de jalapa com dois escrópulos de diagrídio, purgou os humores, atrás dêles o sangue e depois a vida.

Visava a fazer a purgação emética, nos casos de náuseas, vómito natural ou mau gôsto da bôca, pela ingestão de substâncias vomitivas; a purgar o peito, no empiema, na tísica, etc., fazendo penetrar nos brônquios conduzindo ao pulmão doente, líquidos irritantes ou substâncias em pó que provocassem ataques de tósse.

E ainda a purgar a cabeça, na apoplexia, nas cefalalgias rebeldes, e em certas doenças crónicas, fazendo respirar ao doente decoctos de substâncias aromáticas ou cheirar pó de mirra, eleboro branco, etc., remédios que provocavam uma corisa com secreção mais ou menos abundante.

¿ Não derivará daqui a explicação comezinha da acção benéfica, atribuído pelos nossos bons velhotes à pitada de rapé que tão gostosa e delicadamente se ofereciam?

Parece-me que sim.

ALBERTO PESSOA.

OS PORTUGUESES NAS MEMÓRIAS DE CASANOVA

(Cont. do n.º 7, pag. 311)

Em Trento demorou-se Casanova apenas o tempo necessário para receber o socorro pecuniário de Bragadin e passou por Munich, mas o seu plano de ante-mão estabelecido era dirigir-se sem tardança a Paris, convencido de que «na carreira de aventureiro em que ia lançar-se, nunca mais a felicidade o abandonaria na única cidade do mundo em que a deusa cega dispensa todos os seus favores aos que se lhe confiam e dela sabem tirar partido» (1).

Não demandava agora Paris como mero *dilettante*, tinha projectos ambiciosos, queria subir, conquistar uma situação brilhante e para isso sabia com quem contar.

Assim, logo que chegou a Paris, depois de ver os seus amigos Baletti, foi ter imediatamente a Versailles com o amante complacente da bela M. M., seu amável parceiro do *casino* de Murano, o abade de Bernis, ministro dos negócios estrangeiros, que então estava no seu fastígio. O senhor de Bernis, para os outros tam distante, tam altivo, quási inacessível, apertou-o nos braços com a maior efusão, pediu que lhe escrevesse a história da sua fuga afim de a mostrar a M.me de Pompadour, a quem em breve o apresentaria, prometeu apresentá-lo também a M. de Choiseul e a M. de Boulogne, intendente geral das finanças e, depois de lhe passar para as mãos, com a melhor graça do mundo, um rôlo de cem luizes, recomendou-lhe que entretanto tratasse de inventar qualquer coisa útil ao *régio érario,* que a sua fortuna estava assegurada. ¡Eis como se improvisa um financeiro!

Mas o que é facto é que não decorre muito tempo que o não vejamos encarregado com Calsabigi da gerência da Lo-

(1) *Mem.* III, 172.

teria da Escola Militar, que êle conseguiu tornar tam popular, mercê duma propaganda hàbilmente dirigida, que, logo na primeira extracção, a receita geral foi de dois milhões, a *régie* ganhou 600.000 fr. e êle teve à sua parte 40.000 fr. de lucro como cambista. Foi um sucesso que lhe deu àsas para maiores empreendimentos.

Como se sabe, a situação financeira de França era nesta época verdadeiramente calamitosa e para acudir à aflitiva situação do tesouro lançava-se mão de todos os expedientes, viessem êles donde viessem.

Assim, segundo êle diz, aconselhado pelo banqueiro Corneman, lembrou ao senhor de Bernis a possibilidade de negociar com um sindicato de negociantes de Amsterdam a troca de alguns milhões de títulos de França pelos de outra nação de finanças menos avariadas e de fácil realização.

M. de Bernis achou excelente a idea e aconselhou-o a partir imediatamente para a Holanda com uma credencial de M. de Choiseul para M. d'Affry, ministro na Haia, ao qual seriam enviados os títulos destinados à conversão.

Chegado à Holanda, encaminha as negociações com um tacto surpreendente, graças sobretudo à cooperação lial e desinteressada de M. d'O. riquíssimo negociante de Amsterdam que, atraído por uma irresistível simpatia por Casanova e cego de paixão pelo ocultismo, breve se convenceu por uma série de coincidências maravilhosamente aproveitadas pelo nosso improvisado financeiro de que êste era verdadeiramente forte em aritmância e tudo poderia alcançar neste mundo pelos seus sortilégios.

Vê-se que a cabala mais uma vez foi instrumento da sua fortuna; mas se ela tanto lhe valeu nos altos negócios de finança, serviu-lhe lindamente na sua intriga sentimental com a filha de seu amigo M. d'O. a bela Ester, rapariga discreta, subtilíssima e galante e que era também dominada pelas convicções místicas de seu pai.

Enredado simultâneamente numa e noutra intriga e já não sabendo em certa altura se tinha vindo à Holanda «*pour bien de la France*», se por amor da bela Ester, as negociações chegaram finalmente a bom termo, mas devido tam sòmente à acção de M. d'O., que, tendo pôsto a claro a ganância do judeu Boaz, lhe conseguiu uma operação das mais vantajosas, mediante a qual vinte milhões de títulos franceses foram convertidos em 18:200.000 fr. em moeda corrente e títulos de fácil realização, o que naquela conjuntura poderia considerar-se um verdadeiro milagre.

Voltou pois a Paris triunfante e rico, porque, embora êle afirme o contrário, devia ter recebido boa corretagem em tam avultado negócio, não falando do bom resultado das operações a que êle procedeu por conta própria seguindo os conselhos do seu amigo M. d'O. e, como o dinheiro não lhe servia senão para dar largas ao seu temperamento exuberante, começa a levar daí por diante em Paris uma faustuosa vida de príncipe.

Instala-se sumptuosamente na rua Montorgueil, fora das barreiras aluga *la Petite Pologne* e toma ao seu serviço uma excelente cozinheira, um bom cocheiro, duas carruagens, cinco cavalos, um palafreneiro e dois lacaios.

Aparece em toda a parte onde o seu luxo insolente mais pode brilhar, em Versailles, no Palais Royal, no foyer dos teatros em moda, nas casas de tavolagem; é pródigo, é generoso, os ministros recebem-no, cultiva as relações mais distintas, e ao mesmo tempo que larga a toda brida atrás das conquistas fáceis, vai tratando a sério do seu casamento com a filha de Silvia, a graciosa Manon Baletti.

Mas uma escura intriga de abôrto em que se vê envolvido, a magnificencia em que vivia e a sua nímia prodigalidade começam a abrir brechas irreparáveis na sua reputação e na sua fortuna. Ainda por cima, acusado de burla no trespasse da sua manufactura de sedas estampadas, porque também se fizera industrial, é preso e, conquanto horas depois recupere a liberdade, mercê da intervenção de amigos poderosos, resolve abandonar Paris e voltar à Holanda, afim de se refazer em fundos.

Liquidados todos os seus negócios, pôs-se a caminho com 100.000 fr. em boas letras de cambio e outro tanto em joias e, apesar de tudo, leva ainda uma carta de M. de Choiseul para M. d'Affry com a missão de contrair um grande empréstimo a 5 % com os Estados Gerais ou com qualquer companhia particular.

Mas a guerra não acabava, o crédito de França ia cada vez a pior e assim pensa menos nos negócios do Rei do que nos seus próprios interêsses. Em Amsterdam recebe uma carta de Manon que êle ainda considerava sua noiva, participando-lhe que depois de ter reflectido maduramente, resolvera casar com M. Blondel, arquitecto do Rei. Julgou enlouquecer de desgôsto; em breve porém o consolou Ester com a qual também esteve prestes a casar e desta vez com pleno aprazimento do pai, que êle tinha verdadeiramente enfeitiçado.

¿Mas o que são projectos na vida de Casanova?... Resolve partir para a Alemanha numa curta viagem de recreio; porém o estranho destino do aventureiro fez com que esta viagem se transformasse na mais longa, agitada e magnifica *tournée* da sua vida. Basta seguir o seu itinerário até a sua volta a Paris em 1761 — Colónia, Coblentz, Stutgart, Tubingue, Schafouse, Zurich, Lucerna, Friburgo, Soleure, Berne, Lausanne, Genebra, Annecy, Aix, Chambery, Grenoble, Avignon, Vaucluse, Marselha, Toulon, Antibes, Génova, Leorne, Pisa, Florença, Roma, Nápoles, outra vez Roma e Florença, Bolonha, Módena, Parma, Turim, Chambery, Lião, Paris.

As aventuras que assinalam cada *étape* desta viagem seriam extraordinárias, consideradas isoladamente e tratando-se doutro personagem, mas na torrente impetuosa da sua vida chegam a banalizar-se à fôrça de repetidas.

O quadro na sua variedade é sempre o mesmo: chega a uma cidade em grande estadão, instala-se no melhor hotel; com a fácil sociabilidade que caracteriza o século XVIII e com as suas aparências de grande senhor, é recebido nos melhores meios, arma estupendas bancas de faraó, dança, desembainha fàcilmente a espada, é um Gargantua nos banquetes e, depois de ter cativado os homens com a sua elegância, verve endiabrada, inesgotável facúndia e com a facilidade com que disserta sôbre os assuntos mais opostos — dominando tudo, num turbilhão carnavalesco, numa farândola em que retinem guisos, enlaçam-se umas nas outras as suas estupendas façanhas amorosas com as mulheres ternas, apaixonadas, voluptuosas, umas logo prestes, outras torres de dificílima conquista, que o seu faro infalível logo descortina em qualquer parte aonde chega.

Nestas aventuras nunca representa o papel odioso dum Valmont, há sempre gestos de plena acquiescência, dois desejos que se encontram, braços que se abrem, beijos que se não recusam; nunca se vêem tristes arrependidas, vítimas imoladas ao seu furor erótico, máguas sem remédio, antes tudo se passa entre risos, no alegre ambiente da mais desenvolta comédia italiana.

Foi nesta viagem que Casanova visitou Voltaire nas *Délices* e teve com o grande homem as *discussões* de que nos dá uma circunstanciada e curiosíssima noticia nas *Memórias*.

Se bem que houve momentos em que ambos estiveram de acordo, e em que mesmo Casanova chegou a causar uma pontinha de emoção no seu interlocutor, como ao recitar-lhe

no tom mais patético uma longa tirada de Ariosto, a sua despedida não foi isenta de acrimónia, após umas réplicas mais vivas de Voltaire sôbre o govêrno de Veneza e sôbre o célebre Haller, com quem Casanova acabava de passar três belos dias. Casanova tinha procurado Voltaire essencialmente para se exibir, para se sentir escutado e admirado; não admira pois que a sua incomensurável vaidade saísse bem magoada com as ironias, a dicacidade, o desdém mal velado do azêdo velho que a ninguém poupava.

Nápoles foi então na Itália o *terminus* meridional das suas peregrinações e aqui passou-se o segundo capítulo dos seus amores com D. Lucrécia, a dos *colóquios sentimentais* de Roma, aventura que por ultrapassar os seus anteriores e futuros desregramentos merece uma menção especial.

Desta vez já não era o *petit abbé* insignificante de outros tempos; aureolado com todo o prestígio das suas já legendárias aventuras, foi hospedado pelo duque da Malalone que, dias depois, o apresenta à sua favorita, a lindíssima Leonilda que causou em Casanova a impressão mais profunda. O duque mantinha-a simplesmente por *vaidade* — Casanova sabia-o bem — e por isso *fisicamente* nada a inibia de cingir uma grinalda de flôres de larangeira. Apaixonado, decidiu-se a pedi-la em casamento tanto mais que o duque prometia dotá-la magnificamente. Calcule-se o assombro de Casanova quando na mãe, chamada para dar o seu consentimento, reconheceu D. Lucrécia, ainda em todo o esplendor da sua beleza. Mas não pára aqui o seu assombro.

D. Lucrécia afirma-lhe a sua convicção quanto à paternidade de Leonilda; desfaz-se o projectado enlace, há muitas lágrimas, o que não impede que daí a dias se desenrole uma scena abominável de luxúria e de incesto, sôbre a qual o autor das *Memórias*, que nos seus relatos não recúa deante de temeridade alguma, pede licença ao leitor para lançar um véu.

Passando alguns meses depois por Parma tem o desplante de juntar ao seu nome o adminículo de Seingalt que daí em deante usa constantemente.

A todos é lícito, diz êle, combinar as letras do alfabeto da forma que mais lhes agradar, por isso, desde que qualquer homem honesto adopta um nome que não pertence a ninguém, ninguém tem o direito de lho contestar e muito menos o de o usar sem o seu consentimento.

— Mas há leis, objecta-lhe daí a tempos o burgomestre de Strasburgo que punem os que usam nomes supostos.

—Perfeitamente, mas repito-lhe — o meu é só o meu porque fui eu que o inventei; o do senhor que eu aliás muito respeito, é o duma pessoa que pode muito bem deixar de ser seu pai.

*
* *

Com a sua volta a Paris em 1761 inicia-se uma nova época na sua vida — a da exploração sistemática da loucura da marquesa d'Urfé, empresa de grande vulto que marca o ponto culminante da sua carreira de aventureiro pela audácia, pelo impudor, pela falta de escrúpulos que revela.

Esta décana das Medêas francesas, como lhe chama Cazotte, adepta fanática das quimeras de Paracelso, estava firmemente convencida de que podia entrar em colóquios com os espíritos elementares desde que perdesse a natureza imperfeita de mulher e lograsse pela *hypostase* regenerar-se em homem para recomeçar uma vida nova.

Quando o conde de la Tour d'Auvergne, seu sobrinho, lhe apresentou Casanova, pouco depois dêle pela segunda vez ter vindo para Paris, logo à primeira entrevista uma revelação súbita do seu génio a preveniu de que tinha na sua presença o ser raro, privilegiado, talvez único no mundo, dotado do poder sublime de realizar o que os adeptos chamam a *grande obra*.

E nesta convicção ligou-o ìntimamente à sua existência; dias seguidos passava com êle longas horas ou na biblioteca decifrando raros manuscritos de magia e de astrologia, ou no laboratório ricamente apetrechado para todas as misteriosas investigações da alquímia. Num dêsses colóquios declarou-lhe abertamente que êle podia e ela se achava inteiramente disposta a passar em alma para o corpo duma criança do sexo masculino nascida da união filosófica dum imortal com uma mortal ou dum homem ordinário com uma mulher de natureza divina (1).

Sem a desenganar, mas detido ainda por um resto de pudor Casanova declarou-lhe «que não podia resolver-se a tentar semelhante operação porque, para isso, seria obrigado a fazê-la morrer (2).

—¿Bem sei, e isso o que importa?

---

(1) *Mém.*, III, 296.
(2) *Idem*, 298.

Reconhecendo então que não havia remédio para aquela doença e receando que outro mais ousado viesse ocupar a sua situação privilegiada junto daquela mulher célebre, que gozava duma alta reputação de sabedoria, que recebia as primeiras famílias de França, com as quais se achava aliada, e que, acima de tudo, era senhora duma grandíssima fortuna de que êle, pelo que se vê, podia dispôr a seu talante, pôs de parte os últimos escrúpulos e tomou resolutamente o seu partido.

Sucederam-se então as tentativas para a *hypostase* da marquesa.

Na primeira, para sua colaboradora, direi antes — para sua cúmplice, foi desencantar uma sua antiga amante, a bailarina Corticelli, que para o efeito intitula pomposamente a condessa Lascaris, descendente dos imperadores de Constantinopla. Carinhosamente recebida no castelo de Pont-Carré, tanto mais que os d'Urfé se tinham outrora aliado aos Lascaris, tudo se dispôs para a grande scena que devia realizar-se no plenilunio de Abril.

Nessa noite, logo depois da ceia, Casanova foi deitar-se num soberbo tálamo, aonde pouco depois a marquesa lhe levou a *virgem* Lascaris, ungida de cheirosos balsamos e envolta num véu preciosíssimo.

Na presença da marquesa consumou-se o estranho conúbio, segundo todas as fórmulas do ritual e nas noites seguintes até ao último dia da lua dormiram as duas no mesmo leito.

No interlunio devia consultar-se o oráculo para este declarar se a união fôra fecunda e dela devia renascer a marquesa nove meses depois. A resposta — está-se a ver — foi desfavorável.

A operação, que devia realizar-se no maior mistério, fôra presenciada por alguém que se escondeu detrás dum biombo.

Era forçoso recomeçar, mas desta vez fora de França e na lua cheia de maio. Aix-la-Chapelle foi o sítio escolhido e para lá partiram.

A Corticelli começou a mostrar-se menos dócil apesar de M.me d'Urfé a ter presenteado com um soberbo estôjo de jóias no valor de 60.000 fr., a que Casanova foi deitando a mão, com o justificado receio de que ela abalasse. Escusado será acrescentar que Corticelli nunca mais o viu.

Chegou finalmente o dia em que de novo devia tentar-se a misteriosa operação. ¡Impossível! A divina Lascaris, vaso de eleição, fingindo uma cólica, torcia-se no leito com dôres, o que, causando a desolação da marquesa, servia admiràvel-

mente os desígnios de Casanova, que ansiava por descartar-se duma cúmplice tam pouco acomodatícia. E então falou o oráculo — a divina Lascaris fôra poluida por um génio máu, inimigo dos *rosa-cruz;* trazia nas entranhas não o filho de que a marquesa devia renascer, mas um *gnomo* e além disso estava completamente louca, devendo ser afastada para bem longe afim de evitar um mal maior.

A marquesa, porém, continuava inabalável na crença da hipostase próxima e era tanto o seu entusiasmo, tal a sua exaltação que o próprio Casanova se convenceu de que, se quizesse chamá-la à razão, mostrar-lhe que era tudo uma quimera, perderia o seu latim. E por isso o mais prático seria continuar a tirar todo o proveito da sua loucura.

Sugeriu à velha tonta que escrevesse à Lua e ela que conhecia todos os mistérios do culto de Selene, enviou-lhe uma carta na chama do espírito do zimbro e aguardou a respectiva resposta imersa juntamente (!) com Casanova num banho perfumado, ao ar livre, num parque, numa noite de luar. Com habilidade de prestidigitador, Casanova fez surgir a resposta traçada em caracteres prateados num papel glauco e por ela veio a marquesa a saber com tristeza que hypostase tinha sido adiada até à chegada do rosa-cruz Querilinto, que devia ir ter com ela a Marselha na primavera seguinte.

Até lá ganharia tempo, que, diga-se a verdade, não desperdiçou, continuando a vogar de velas pandas, num mar de delícias graças à inesgotável munificência de M.me d'Urfé, cuja credulidade resistia, como se vê, aos maiores embates.

Assim, com ela e ainda em companhia da Corticelli, já mais doce, mais submissa e resignada perante a invencivel superioridade do seu parceiro, prosseguiram numa lenta e deliciosa viagem, entremeada de picarescas aventuras, por Metz, Colmar, Basileia, até Besançon, onde se separaram, seguindo M.me d'Urfé para Lião e êle com a Corticelli para a Suiça, donde a enviaria para Turim.

Depois duma curta e viva vilegiatura na Suiça, onde desta vez não quis tornar a ver Voltaire, voltou a Lião e anunciou à marquesa que tinha de ir a Turim esperar Frederico Gualdo, então chefe dos Rosa-Cruz que, segundo a revelação do oráculo, deveria na época predita torná-la feliz em Marselha.

Para esta viagem deu-lhe M.me d'Urfé 50.000 fr., equipou-o como um príncipe, encheu-o de jóias e entregou-lhe para a Corticelli três vestidos, um de marta zibelina de rara beleza, que ela nunca viu.

O tempo que êle passou em Turim e em Milão, bem provido de fundos, feliz no jôgo e nos amores, gastando à larga, sempre dominador, fascinante, irresistível, é uma época de radiante felicidade.

«O meu luxo era deslumbrante, diz êle. Os meus anéis, as minhas caixas de rapé, os meus berloques cravejados de brilhantes, a cruz de diamantes e rubis da Ordem da Espora de Oiro(1), com que o papa me agraciara e que eu usava em *sautoir* pendente duma larga fita encarnada, tudo me dava o ar dum grande personagem».

Voando de amor em amor, passeando o seu desejo insaciável por mil bocas que para êle eram uma só boca, sorvendo sempre com infinita delícia o mesmo beijo em milhões de beijos, é na parte das Memórias concernente a esta fase da sua vida que êle mais clàramente nos revela a sua natureza de *homme à femmes* e nos expõe com maior franqueza o que pensa sôbre a vida, a mulher e o amor.

«Saíndo dos braços das mulheres que mais amei sentia uma indizível angústia no meu coração e pungia-me não tanto a fadiga do prazer, como o sentimento duma íntima tristeza ao lembrar-me que ia perder tão inestimáveis tesouros. Não irei até ao ponto de afirmar que uma só teria sido capaz de me ligar para sempre, mas confesso sinceramente que era minha vontade reter a maior parte das que se me entregavam. Dá-se comigo talvez o caso raro dum homem realmente constante no meio das suas multíplices infidelidades e tam empenhado em prender a mulher que possui, como em correr atrás da que cubiçou» (2).

E noutra parte (3):

«Amava, era amado, tinha saúde, gastava muito dinheiro, prodigalizava-o naquilo que me dava prazer; era feliz. Apraz-ia-me repeti-lo a mim mesmo, rindo dos vãos moralistas que pretendem que não há verdadeira felicidade neste mundo. E precisamente são as palavras — neste mundo que mais me fazem rir, como se fôsse possível procurá-la fora dêle! *Mors*

---

(1) Confessando a nula importância daquela cruz, que era para êle uma *verdadeira cruz* quando a seu respeito lhe faziam preguntas impertinentes, acrescenta, (v, 330): «Lórdre du Christ de Portugal est tout aussi décrié que l'Éperon d'or parce que le pape a le privilége de le donner, comme Sa Majesté Très Fidele». Como se vê, com fundamento e sem êle, vem de longe o descrédito desta nossa antiga e nobilíssima ordem.

(2) *Mém.* v, 392.

(3) *Idem*, v, 368.

ultima linea rerum est. Sim, tristes e néscios moralistas, há felicidade sôbre terra, há muita e cada um tem a sua felicidade».

Mas, se êle assim se dava por feliz, é forçoso reconhecer que, a dar crédito às suas Memórias, não tornou infeliz nenhuma das mulheres que amou. É caso de dizer-se — *bocca bacciata non perde ventura*.

Agora, em Turim e Milão, cedendo Ágata a Lord Percy, ficam todos a nadar em ventura, ela, sua mãe, o Lord e o próprio Casanova que é presenteado pelo inglês, a título de apresentação na projectada ida a Inglaterra, com uma miniatura de sua mãe numa cercadura de brilhantes de inestimável valor.

Sabendo que Zenóbia tem um noivo, depois de a iniciar em todos os mistérios de amor, prepara-lhe as mais custosas bôdas que presenciou o *casino das Pommes,* convida para essas bodas o doirado enxame das suas mais brilhantes amigas e, transportando-a, findo o festim, ao domicílio conjugal, o noivo corre a abrir a portinhola do coche, beija-lhe as mãos por tantas bondades e daí por deante não tem ao seu serviço criaturas mais obedientes, mais submissas, mais dedicadas.

Desperta Clementina, a nobre castelã de S.to Angelo, do seu quietismo lasso, ateia nela um incêndio de paixão e de volúpia, separam-se com os corações despedaçados e seis anos mais tarde, voltando de Espanha, chora de alegria, ao saber que ela vivia numa felicidade perfeita com o marquês de N. com quem casara...

Voltemos, porém, a M.me d'Urfé que o esperava, cheia de impaciência em Marselha.

Na época própria lá apareceu com o famoso Querilinto, chefe dos Rosa-Cruz que era nem mais nem menos que um poestrato intrujão, arteiro e capaz de tudo, Ascanio Pagomas o famoso Gualdo, de que meses antes lhe falara em Lião, também conhecido em Génova por Passano.

A marquesa recebeu-o com uma reverência profunda, tratando-o por Vossa Divindade; seguiu-se um curiosíssimo diálogo em que o intrujão se manteve numa seriedade imperturbável, mas no dia seguinte, sabendo que Casanova tinha em seu poder os presentes que a marquesa destinava aos astros afim de propiciar a sua regeneração e que eram sete pedras preciosas de grande valor, metidas dentro doutros tantos pacotinhos de oiro em pó, a saber, um diamante, um rubi, uma safira, uma esmeralda, uma opala, um topásio e um crisolito amarelo, acercou-se dêle e diz-lhe:

— Preciso de 50.000 escudos e imediatamente, sem o quê,

não conte com os presentes destinados aos planetas que valem o dôbro, porque vou àmanhã contar tudo à tola da marquesa.

Casanova aquietou-o com 25 luízes e, correndo a casa da marquesa, fez falar o oráculo o qual, sempre dócil, revelou que Passano não era o divino Querilinto e que importava afastá-lo sem demora. E daí a dois dias o duque de Villars, governador da Provença expulsava Passano de Marselha.

Mais uma vez tinha falhado a hipostase.

Desejava porém Casanova que quanto antes lhe passassem para as mãos os presentes destinados aos planetas e então lembrou-se de Marcolina, a ex-amante de seu irmão padre, que tinha trazido de Génova em sua companhia e que por não saber uma palavra de francês seria a comparsa ideal para a farça que ideava. A marquesa dissera-lhe em tempo que na sua mocidade tinha tido por amante o Espírito das águas do Sena e portanto resolveu oferecer-lhe um simulacro vivo dos seus amores aquáticos. E quanto à hipostase variava de fórmula — agora a marquesa conceberia por obra e graça dos astros, morreria antes de dar à luz e renasceria transformada em ser perfeito, desde que na deposição do seu corpo se observassem as cautelas prescritas pelo oráculo.

«Chegou o dia em que se vai operar o vosso renascimento por meio do cavaleiro do Seingalt, diz o oráculo, mas só no caso em que a *ondina* que deve levar os presentes ao sol se resolva a receber o verbo do cavaleiro e imediatamente vô-lo transmitia» (1).

Ao outro dia Casanova vestiu Marcolina de verde, enfeixou-lhe os cabelos numa rêde, verde também, e introduziu-a furtivamente em casa da marquesa. À noite depois duma complicada scena cabalística, M.me d'Urfé estende-se vestida no leito e ao lado dela recosta-se Casanova de botas e esporas.

A horas mortas, a ondina sai do esconderijo, lança no fogão com muitas genuflexões um falso cofre de jóias e vem cair morta de riso nos braços de Casanova.

Conjecture o leitor o que se passou entre os três. De madrugada eclipsou-se a falsa ondina e ao outro dia o oráculo anunciou solenemente que o *renascimento*, começado na véspera, ficaria inteiramente consumado no primeiro dia de lua do mês de Janeiro e que até lá a marquesa devia celebrar

---

(1) *Mém.*, v, 400.

todas as noites o culto e Selene numa cidade situada na confluência de dois rios.

Foi esta a derradeira scena da *hipostase* e a pobre iluminada, cada vez mais convicta e mais exaltada, continuava a ser o Pactolo que inundava de oiro o ser predestinado, o grande adepto a cuja maravilhosa intervenção ela devia a sua felicidade presente e sobretudo a futura, operada que fôsse a sua *regeneração*.

Meses depois Casanova parte para Londres encarregado pela marquesa de levar à mãe o jóven Aranda, seu pupilo.

Nesta funesta viagem começa a decadência da sua brilhante carreira de aventureiro.

Tudo lhe corre mal. Logo de entrada é vexado com uma série de humilhações, qual delas mais dolorosa, pela empavonada M.me Cornelis, mãe de Aranda, a Teresa Imer, dos antigos tempos em que fôra amante e tivera uma filha de Casanova, e que agora vivia em Londres com todo o esplendor, graças à incomensurável fortuna de Cornelis de Rigerboos, seu riquíssimo amante de Amsterdam.

Para se vingar dos desdens da sua antiga amante, Casanova conseguiu uma audiência de Jorge III, mas, como pouco percebia de inglês, a umas preguntas, um tanto comprometedoras, do rei responde, com profundas inclinações de cabeça, o que faz sorrir os cortesãos. Triste, perdido num meio tão avesso ao seu temperamento, abate-se sôbre êle um tédio denso.

É então que se lembra de publicar o anúncio que o relaciona com a nossa compatriota Paulina e se segue o romanesco episódio de que adeante me ocuparei desenvolvidamente.

O dia de sua separação foi um dos mais nefastos da sua vida. É nesse dia que êle recebe a notícia da morte de M.me d'Urfé, e a do seu estravagante testamento, que positivamente em nada o beneficiava e ainda por cima o cobria de ridículo.

¡Calcule-se — nesse testamento a velha louca instituia seu herdeiro o filho concebido por obra e graça do Sol que deveria nascer depois da sua morte e num codicilo nomeava Casanova tutor dêsse filho postumo!

Aparece-lhe nesse momento para remate dos seus infortúnios a fatal Charpillon, que lhe infligiu a primeira derrota mas derrota formal, completa, vergonhosa na carreira em que até aí só conhecera triunfos.

Oferecendo-se e negando-se, prometendo tudo e nada

concedendo, extorquindo-lhe com suma habilidade, dinheiro, jóias, letras de câmbio, fingindo-se sucumbida e oferecendo-lhe no último momento, quando êle menos o esperava, uma resistência inquebrantável, obriga-o por fim a bater em retirada, sem nada haver conseguido, aniquilado, exausto num furor impotente, mortalmente ferido no seu orgulho de conquistador irresistível.

Esta lição devia ser-lhe salutar; desprezando-a, porém, e talvez num intuito de desforra, mete-se em novas mas desta vez. felizes aventuras amorosas, findas as quais se vê sem os seus diamantes, crivado de dívidas e, reconhecida a sua insolvencia, obrigado a lançar mão de expedientes de cavalheiro de indústria tam baixos e tam culposos, que só alcança a salvação deitando a fugir de Inglaterra «comme si cinq mille diables étaient à mes trousses» (1).

Não obstante estes iniludíveis e alarmantes sintomas de fatal declínio, ainda o não abandona a confiança nos seus recursos: o rei da Prússia, o rei filósofo, amigo de Voltaire, certamente havia de o aproveitar e, se êste falhasse, iria ter com Catarina da Rússia, cuja fama ecoava por toda a Europa, e de que êle se supunha por mais dum título o valido ideal.

O astuto e sagacíssimo Frederico mediu o aventureiro de alto a baixo e num relance viu logo que lhe não servia. Em todo o caso condescendeu em levá-lo à Escola de cadetes da Pomerania e ofereceu-lhe pô-lo lá como instrutor. Na sua visita o rei não podia mostrar-se mais ríspido, tanto para os alunos como para os professores — reprimendo para um lado, epítetos mal soantes para o outro, a bengala sempre erguida numa ameaça. O ordenado dos professores, informam-no, quinhentos thalers, uma miséria!

— Livrei-me dos chumbos de Veneza, não me vou meter nos ferros de Potsdam — e abalou para S. Petersburgo.

Aqui passou êle uns meses com fortuna vária ao jôgo e entretido em domesticar Zaira, animalzinho cheio de delícias que comprara por cem rublos ao pai, pobre camponês dos arredores da capital. Recebido finalmente pela imperatriz, os seus diálogos versaram exclusivamente sôbre o cômputo do tempo e reforma do calendário. Vendo que destas conversas eruditas nada havia a esperar, determinou pôr-se a caminho para o Ocidente.

---

(1) *Mem.*, VI, 74.

Em Varsóvia, Estanislau Augusto acolheu-o benìgnamente e estava meio resolvido a retê-lo como secretário, quando por ciúmes suscitados pela bailarina Casacci, Casanova teve de bater-se em duelo com o conde Branicki. Êste ficou entre a vida e a morte, Casanova, ligeiramente ferido, mas a sua situação na côrte é que ficou irremediàvelmente comprometida e o rei fez-lhe saber que tinha de partir quanto antes.

Saíu mal de Varsóvia, mas não foi mais feliz em Viena nem em Paris.

Agora, em qualquer parte aonde chega, envolve-o uma atmosfera de vaga desconfiança, sôbre a sua reputação equívoca bordam-se mil comentários que mais o comprometem; em tudo, no azar ao jôgo, na falta de recursos que o obriga a vergonhosos expedientes, forçoso lhe é reconhecer que a sua estrela ia declinando. Obrigado a abandonar Paris por ordem do Rei, como lhe sucedera em Viena e Varsóvia, fá-lo agora de bom grado porque a fortuna mais clemente lhe permite pôr-se a caminho com cem luizes e uma letra de 8.ooo fr. e era tenção sua vir a Lisboa.

Não chegou a Portugal onde certamente havia de enriquecer as nossas crónicas galantes com uma série das suas costumadas façanhas.

Em compensação, a sua passagem por Espanha, com a côr e o pitoresco que lhe presta a ambiência, é uma intriga de Beaumarchais ou um capítulo inédito de Lesage, desde as suas picarescas relações com D. Diego, *zapatero de viejo,* pai de Inácia, seu par no fandango, até ao transporte macabro do corpo do desventurado moço, assassinado num palácio da *calle* d'Alcala pela sua ciumenta namorada, sem falar nos transes angustiosos que passou no cárcere de Buen Retiro nem dos seus amores com a preversa Nina e da sua prisão na cidadela de Barcelona.

Pôsto na fronteira, continua a sua vida errante.

Percorre vagarosamente o sul de França, passa a Turim e a Livorno e chega a Roma onde procura a sombra acolhedora do seu dedicado protector, o senhor de Bernis, agora cardeal, que o trata com a benignidade de sempre.

O cardeal de Bernis, sempre galanteador, estava então ternamente ligado à princeza de Santa Croce. Cortejando um, adulando a outra, Casanova passa agora uma vida mais morigerada e tranquila, resolvido a entregar-se a trabalhos literários. Já nos 43 dias de prisão em Barcelona escrevera a refutação completa da *História de Veneza,* por Amelot de

la Houssaye; agora a Polónia retalhada pelos seus ambiciosos vizinhos é o alvo das atenções da Europa e êle, coordenando apontamentos que tinha tomado em Varsóvia, propõe-se escrever a *História das suas revoluções.*

Mas, vendo-se perto dos cinqüenta, não tendo por perspectiva senão os desgôstos da velhice, sem emprêgo nem fortuna, começa a sentir a nostalgia da pátria e reconhece que só lá poderá encontrar um asilo seguro para o resto dos seus dias.

E então vai-se aproximando de Veneza. Estabelece-se primeiro em Trieste, depois em Gorizia, donde volta novamente para Trieste. Tanto numa como noutra destas cidades presta valiosos serviços à República no intuito de alcançar o almejado perdão dos Inquisidores do Estado.

Nesta altura, ao descrever a sua chegada a Trieste no 1.º de Janeiro de 1774 terminam bruscamente as suas *Memórias* por um período caracterìsticamente casanoviano e que dá bem o tom geral que nelas predomina:

«Ela (Iréne) abandonou Trieste com toda a companhia no meado da Quaresma. O leitor há-de tornar a vê-la cinco anos mais tarde em Pádua por ocasião das minhas relações íntimas com a sua filha... *matre pulchra filia pulchrior.*

Aproveito êste ensejo para prevenir o leitor de que no intuito de aligeirar quanto possível êste escôrço biográfico ténho feito as mais escassas referências às aventuras amorosas cujo relato, com exuberantes minúcias descritivas, ocupa por certo três quartos destas prolixas *Memórias,* sôbre as quais perpassa constantemente um bafo morno de priapêa. Não quero deixar, porém, de entreabrir-lhe a porta do serralho e verá desfilar a interminável teoria das suas amantes na galante enumeração que delas nos faz H. de Régnier pela bôca de dois personagens do seu já citado romance (1).

Lauverau é um apaixonado casanovista que se propõe seguir passo a passo o itinerário de Casanova, percorrendo Nápoles, Roma, Veneza e as outras cidades casanovianas. Vai partir dentro de alguns dias para a Itália e conta de lá trazer o livro de que tinha falado ao conde Ceschini.

«Este interrompeu-o:

— «A sua ideia é admirável. Sim, é preciso reabilitar Ca-

(1) *Le Passé vivant.*

sanova. Chamam-no gabarola e impostor. Quanto a mim, estou certo de que êle dizia a verdade... E que homem. Fazia versos. Dançava maravilhosamente a furlana... E corajoso... ¿Os *Piombi,* hein?... Imaginoso e bizarro... Há de tudo na sua vida, trapaçaria e bondade, delicadeza e cinismo, a devassidão e o amor... Sim, na verdade, êle amava as mulheres...

— «Amava as mulheres — repetiu Lauvereau...

— «E um após outro, evocavam as amantes do D. João veneziano, as da sua mocidade e da idade madura, as dum dia e as dum ano, as bonitas e as feias, as criadas de servir e as raparigas do povo, as cortezãs e as donzelas, as mulheres casadas e as comediantes. Todas lhe acudiam à memória e cada uma era portadora duma recordação ora obscena ora ardente. A primeira era Lúcia de Paseano, tam meiga e tam doce, que êle vinte anos depois torna a encontrar miserável e decrépita num antro ignóbil em Amsterdam; Betina, Nanette e Marton que o recebiam juntas no seu quarto; a bela Grega da fortaleza de Santo André, a outra bela Grega do Lazareto, Lucrécia, a Romana e sua irmã Angélica, que juntou no mesmo leito e no mesmo amor; Cecilia e Marina, as irmãzitas do castrado Bellino o qual, abandonando o seu disfarce veio a ser a encantadora Tereza, madame F., de Corfú de que êle misturava pequenas mechas de cabelo com açúcar para fazer bonbons, a cortezã Mellula e Cristina, a que êle alcunhou de Desavergonhada; Henriqueta, a linda francesa cujo verdadeiro sexo adivinhou sob o seu disfarce masculino e com quem viveu em Parma, fazendo-se tratar por M. de Farusi antes de se intitular o Cavalheiro de Seingalt...

Se é em Mantua que êle possuiu a Desavergonhada, foi em Ferrara que êle teve a Catinella. Paris forneceu-lhe Saint-Hilaire e Mimi, filha de madame Quinton, bem como as demoiselles O'Morphy, uma das quais foi sua amante e a outra amante de Luís XV. De Paris o acaso tra-lo a Veneza às extraordinárias aventuras da bela C... C... e da bela M... M...

A intriga começada com uma num jardim da Zueca fê-la enclausurar no convento de Murano, donde a outra se evadia secretamente para ir ter com M. de Bernis, embaixador de França, ao galante *casino* onde êste a partilhava amigàvelmente com o seu infatigal rival...

E ainda não era tudo. Outros nomes lhe acudiam. Tonina, a criada de servir, Barbarina, a pálida doente do Fondamento

Nuovo e em seguida à sua evasão dos Piombi mlle. de la Meure, mlle. X... C... V... madame Baret, que êle recebia no seu quarto da Petite Pologne, as operárias da sua estamparia, as Paduanas de Amsterdam, a mulher do burgomestre de Colónia, a Toscani, as moças de Zurich, a infame coxa de Soleure, que por um estratagema nocturno vai tomar o lugar de M.me de X..., a fina e esperta Dubois, tam voluptuosa e tam cheia de bom senso, a pequena Sara, a condessa Zeroli, Lia, a judia, a filha do incestuoso Desarmoises e a fatal Renaud...

«E o conde Ceschini, levantando-se do amplo canapé vermelho, passava e tornava a passar deante de Lauvereau, acrescentando uma particularidade, relatando uma circunstância e, cada vez mais animado, em gestos largos, com a sua voz forte, enumerava ainda a Bassi, a Strasburguesa, a actriz Raton, a Mimi d'Aché e Hedviges e Helena, as Genebresas, a condessa espanhola de Milão, Zenóbia, Irene, a marquesa de Q..., a Astrodi e a Lepi, que era corcunda, Rosália, a marselhesa, Verónica de Génova, a Corticelli em Florença, Leonilda em Nápoles, e Clementina e Marcelina, que era amante de seu irmão padre, a terrível Charpillon, que o fez duvidar de si próprio, a Valville e Maton, a Castelbajac e Zaira, a Moscovita, sem esquecer Sara, Vitorina, Augusta, Hipólita e Gabriela, as cinco filhas de Hanoveriana».

*
* *

Se levasse por deante as suas Memórias, Casanova não falaria apenas de Irene e de sua filha — picantes histórias de mulheres encheriam ainda por certo vários capítulos da sua obra, mas, de facto, o ciclo das suas grandes aventuras amorosas estava definitivamente encerrado e da intensa flama que abrazara a sua mocidade e a sua idade madura só uns froixos resquicios continuariam a bruxolear sob a fria cinza dos anos. Agora a sua preocupação única é a do *panem nostrum*, a conquista duma situação estável que lhe permita aguardar tranqüilamente a velhice, absorvido pelas suas recordações e pelos seus trabalhos literários.

Em 1774 veio o almejado salvo-conduto que o deixava voltar finalmente a Veneza. Mas isto não bastava. O seu grande protector Zuan Bragadin tinha morrido em 1767 cheio de dívidas, para o que, na verdade, Casanova não pouco contribuira. Dos dois outros amigos, o senador Bárbaro,

*

falecido em 1771 deixara-lhe seis sequins por mês e o senador Dandolo que vivia ainda, mas numa velhice aborrida e decrépita, ficou de lhe dar igual mesada.

Os Inquisidores do Estado encarregam-no como agente secreto de várias comissões que são estipendiadas um pouco arbitràriamente segundo a importância dos respectivos relatórios e assim — suprema ironia! — arvorado em censor da moral pública, vêmo-lo denunciar à inquisição «a excessiva facilidade com que os tribunais eclesiásticos pronunciam a nulidade das uniões conjugais», «os escandalos que se dão nos teatros depois de apagarem as luzes», «a exibição nas academias de pintura de modêlos nús deante de alunos de doze e treze anos e de amadores que não vão tratar de assuntos da arte», a venda nas livrarias de obras proíbidas, tais como o *Dicionario Filosófico, La Pucelle, L'Émile, la Nouvelle Héloise,* etc.

Em 1780 consegue por fim um ordenado fixo de 15 ducados por mês (1) e bem recebido por Zaguri e Memmo, muito festejado pelos seus ditos, recupera pouco a pouco os seus antigos hábitos, freqüentando as casas de jogo, os cafés, os bailes, os casinos e os numerosos teatros de que êle é cronista no *Mensageiro de Tália.*

Mas a sua mordente dicacidade, os seus sarcasmos, as suas críticas implacáveis em breve lhe criaram terríveis inimizades. Uma feroz diatribe contra o abade Grimani, «*Né amori, né donne, ovvero la Stalla d'Augia ripulita*», suscitou a indignação geral.

Era demais, e não houve outro remédio senão procurar num segundo exilio refúgio contra o furor do influente patrício.

Abandonou Veneza no comêço de 1783 e nunca mais voltou à sua pátria. Durante algum tempo vagueou tristemente pela Áustria, Holanda e Paris. Em Viena foi secretário de Foscarini, embaixador de Veneza e, como era encarregado de expedir o correio da embaixada, teve artes de lá introduzir subrepticiamente uma carta anónima predizendo um terremoto mais terrível que o de Messina, que arrazaria completamente Veneza. Foi um pavor — imensa gente se pôs imediatamente em fuga e com esta formidável mistificação logrou vingar-se do desamor e da ingratidão dos seus compatriotas.

---

(1) 15$000 rs. pouco mais ou menos.

Pouco depois foi apresentado em Paris, na embaixada de Veneza pelo seu amigo, o abade Eusébio della Lena, ao conde de Waldstein, sobrinho do príncipe de Ligne. Entenderam-se logo às mil maravilhas; além doutras afinidades ligava-os o culto da cabala, de que o conde era um fervoroso adepto. Propôs-lhe então Waldstein levá-lo para o Castelo de Dux, na Boemia, na qualidade de bibliotecário.

Após tantos errores e tantas vicissitudes e na espectativa angustiosa duma velhice sem eira nem beira, era um dom do céu. Casanova aceitou sem hesitar e naquela luxuosa vivenda passou os últimos catorze anos da sua vida.

Não se julgue, porém, que esta digna reforma decorreu sempre numa remansosa e doce tranquilidade. O seu génio irrequieto, agravado agora com as rabugices de velho, manifestava-se a cada passo. O pessoal do castelo não engraçou com aquele estrangeiro, altivo, desdenhoso, tratando-os do alto da sua importância, e daí constantes conflitos, um dos quais chegou até a vias de facto, com o intendente Faulkinher, a quem êle dirige as violentas epístolas que vem publicadas como apêndice às suas Memórias (1), com o estafeta Viderol, com o médico Ó Reilly, criados, cozinheiros...

Em questões de precedências, convites, lugares à mesa, a sua susceptibilidade era extrema; em tudo via desconsiderações premeditadas, o propósito de o vexar, a intenção de o afastar, tornando-lhe intolerável a vida do castelo.

Duma vez abandona Dux, deixando para Waldstein uma carta altiva, terna, irritada. Vai ter com a duqueza de Saxe Coburgo-Gotha, com o duque de Weimar, mostra-se invejoso da importância com que são tratados Goethe e Wielande de toda a parte vai sacando sôbre o conde que ri, paga e o abraça no seu regresso, dizendo-lhe que tinha a certeza que êle havia de voltar (2). Mas, tanto antes desta abalada como depois de novamente ter chegado a Dux, para fugir à cruel melancolia que devorava a sua existência e ameaçava a sua razão, refugia-se na magnífica biblioteca de 40.000 volumes que tinha a seu cargo e escreve infatigàvelmente dez a doze horas por dia, resgatando nos trabalhos literários mais variados os longos anos perdidos na sua vida dissoluta.

«Dizem que Dux é um sítio delicioso, confessa êle então

---

(1) Vide ed. *Flammarion.*
(2) Cf. *Mélanges* do pr. de Ligne.

numa das suas notas mais íntimas (1); poderá sê-lo para os outros, menos para mim, porque o que faz as delícias da minha velhice é independente do lugar que habito. Quando não durmo, sonho e, quando me canso de sonhar, confio ao papel as minhas mágoas, ponho-me a ler o que escrevi e as mais das vezes inutilizo tudo quanto a minha pena vomitou.

«Os manuscritos de Dux (2) tam abundantes, mostram-nos com que persistência se ocupava duma diversidade extraordinária de assuntos, além das Memórias e dos diversos livros que publicou no decurso destes anos. Vêmo-lo passar à escrita tudo o que sua mente lhe dita por mera distracção e sem o menor intuito de publicação; sustentando doutas controvérsias, escrevendo tratados sôbre obscuros problemas matemáticos, compondo comédias para serem representadas na presença dos vizinhos do conde de Waldstein, escrevendo versos em duas línguas, compondo diálogos filosóficos cujos interlocutores eram Deus e êle próprio, e trazendo em dia uma correspondência extensa com homens distintos e com mulheres deliciosas».

Como acaba de ver-se, nem todo o seu labor literário ficou inédito: com efeito, em 1786 publicou o *Solitóquio dum Pensador;* em 1788 o *Icosaméron,* miscelanea de aventuras, de metafisica, de teologia e de sátira; no mesmo ano a *História da fuga dos Piombi;* em 1790 dois opúsculos de matemática: *Solução demonstrada do Problêma Delíaco e Dois corolários da duplicação do hexaedro;* e em 1907 — *Carta a Leonardo Snellage,* opúsculo sôbre filologia e moral.

Os derradeiros anos da sua vida consagrou-os quási exclusivamente à redacção das suas Memórias e propositadamente parece ter passado sete anos a exercitar as suas faculdades nos trabalhos mais diversos para concentrar toda a energia, toda a graça, toda a vivacidade do seu espírito na obra que mais completamente o consolava das tristezas presentes, pois, compondo-a com infinita delícia e em obediência a uma irresistível pressão interior, êle revivia em pensamento tudo quanto o interessara, todas as alegrias, todas as paixões, toda a agitação frenética da sua vida passada.

No comêço do ano de 1798 veio a doença. De dia para

---

(1) A. Symons, Casanova, à Dux. *Mercure de France*, cit.
(2) A. Symons, *loc. cit.*

dia ia perdendo o apetite, caíu numa fraqueza extrema e sentiu que a morte se avizinhava.

Confessou-o aos seus amigos. Estes escreviam-lhe, dando-lhe esperanças, procurando consolá-lo, acompanhando-o com toda a sua terna solicitude. ¡Tudo em vão! Certo dia, vendo que a agonia não tardava, pediu os sacramentos que recebeu com grande compunção, findo o quê, a dar crédito ao príncipe de Ligne, voltando-se para os que o rodeavam, exclamou:

— «¡Sabe-o Deus e vós todos podeis testemunhá-lo: vivi como *filósofo* e morro como cristão!»

(Continúa).

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 7, pag. 331)

Como acabamos de ver eram satisfeitas, na sua maior parte, as pretensões do concelho, à excepção do encargo do pagamento dos 22$000 réis para os médicos de Coimbra. Êste tributo, que recaía sôbre todas as municipalidades, parece filiar-se em uma provisão de D. Sebastião, a qual ordenava que houvesse na Universidade de Coimbra 30 estudantes, cristãos velhos, que aí deviam estudar a medicina e cirurgia. O referido diploma foi depois seguido de uma provisão de Filipe II, passada em Lisboa a 18 de Fevereiro de 1606, mandando acrescentar a êste número também alguns estudantes boticários que fôssem igualmente cristãos velhos, e para cujas despesas deviam contribuir as diferentes terras do distrito (1).

---

(1) De um curioso códice existente no Arquivo Nacional, sob o n.º 1221, fl. 90, transcrevemos a parte respeitante ao distrito de Portalegre relativa à distribuïção do tributo a que nos referimos:

A cidade de Portalegre pagaria 4$000 réis mais, além dos 16$000 réis que já pagava.

A vila de Castelo de Vide pagaria 3$000 réis mais, além dos 25$000 réis que já pagava.

A vila de Arronches pagaria 4$000 réis mais, além dos 30$000 réis que já pagava.

A vila de Niza pagaria 3$000 réis mais, além dos 20$000 réis que já pagava.

A vila de Marvão pagaria 2$000 réis mais, além dos 20$000 réis que já pagava.

A vila do Crato pagaria 2$000 réis mais, além dos 30$000 réis que já pagava.

A vila da Amieira pagaria 2$000 réis mais, além dos 12$000 réis que já pagava.

O decrescimento de habitantes no concelho ia, porém, continuando à proporção que a guerra recrudescia, arruïnando a agricultura a tal ponto que, no ano de 1644, os moradores de Marvão se viam na necessidade de representar ao rei pedindo para serem aliviados do pagamento da quantia de 487$066 réis, importância da sisa com que eram obrigados a contribuir para a fazenda nacional. Alegavam êles que lhe era absolutamente impossível poderem satisfazer êsse imposto, não só por ser diminuto o rendimento do município, mas principalmente pelos grandes prejuízos que a guerra trazia à sua população e agricultura, de que resultava *o despovoamento de três freguesias,* das quatro que então formavam a área do concelho.

Depois das informações do Provedor da comarca, que integralmente confirmava a desgraçada situação económica do município, ordenou o rei que a referida importância de 487$066 reis fôsse distribuída pelas outras terras do distrito da forma seguinte:

Á cidade de Portalegre, 70$000 réis; Castelo dc Vide, 65$000 réis; Niza, 40$000 réis; Crato, 55$000 réis; Alpalhão, 20$000 réis; Gafete, 20$000 réis; Alter do Chão, 50$000 réis; Amieira, 45$000 réis; 122$000 réis à vila de Marvão, impondo-se-lhe, porém, a condição de pagar todo o encabeçamento da sisa logo que o concelho voltasse às suas condições normais de existência. (Alvará de 19 de Maio de 1644) (1).

No ano seguinte, 1645, a paralização da agricultura é quási completa a ponto de não haver em Dezembro cereal algum

---

A vila de Montalvão pagaria 2$000 réis mais, além dos 6$000 réis que já pagava.

A vila de Alpalhão pagaria 2$000 réis mais, além dos 10$000 réis que já pagava.

A vila de Monforte pagaria 3$000 réis mais, além dos 25$000 réis que já pagava.

A vila de Alegrete pagaria 3$000 réis mais, além dos 5$000 réis que já pagava.

A vila de Alter do Chão pagaria 4$000 réis mais, além dos 16$000 réis que já pagava.

A vila de Gafete pagaria 2$000 réis mais, além dos 12$000 réis que já pagava.

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. João IV*, liv. 14.°, fl. 276.

para abastecimento da vila. É o que se depreende de novas queixas da Câmara a respeito do agravo que se lhe fizera apreendendo-se uma cavalgadura que conduzia para a vila, dos mais próximos lugares, o pão necessário ao sustento dos moradores.

O rei, pela carta passada em Montemór-o-Novo a 6 de Dezembro do referido ano, ordena ao Conde de Castelo-Melhor que acuda à situação da vila de forma que não faltasse o pão necessário ao seu abastecimento (1).

Em 1650 repetem-se as solicitações da Câmara alegando, na representação que dirige ao monarca, que em vista das hostilidades do inimigo o concelho continuava a sofrer com a falta de mantimentos.

A esta situação procurou-se também acudir com o alvará de 8 de Junho do mesmo ano o qual permitia que a Câmara pudesse mandar os seus almocreves em busca de mantimentos às cidades e vilas do interior do país, a cujos juizes e oficiais se ordenava que para isso lhes deveriam dar todas as liberdades, sem embargo de qualquer postura ou do estabelecido nas Ordenações (2).

Tão graves eram também os inconvenientes que resultavam da extrema escassez de gados nas lavouras de toda esta região da fronteira que se julgou necessário acudir com o alvará de 4 de Setembro de 1650, pelo qual se determinava que os gados que fôssem tomados ao inimigo pudessem ser repartidos por preços módicos entre os lavradores das diferentes terras da raia (3).

Vê-se de tudo o que temos narrado que era grande a escassez de provisões em Marvão, como aliás em todas as praças da fronteira, o que fazia dizer ao bispo de Elvas D. Manuel da Cunha, nas côrtes celebradas em 23 de Outubro de 1653, que aos intrépidos soldados que se expunham ao ferro e ao fogo faltavam os mais necessários alimentos (4).

A guerra, porém, ia-se tornando cada vez mais cruenta e as suas duras necessidades novos sacrifícios haviam de impôr ao termo de Marvão. Assim o deixa compreender

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Secretaria da Guerra*, liv. 5.º, fl. 68.
(2) Idem — *Chancelaria de D. João IV*, fl. 284.
(3) Idem — *Conselho de Guerra — Decretos*, Maço 10, doc. n.º 62.
(4) Biblioteca Nacional de Lisboa, *Ms.* n.º 235.

uma curiosa e elucidativa carta dirigida por D. Pedro II a Denís de Melo e Castro, datada de Lisboa em 12 de Novembro de 1675. Por êste documento se vê que D. Manuel Lobo, por mandado de Denís de Melo e Castro, o valente cabo de guerra que tanto se distinguiu no Alentejo, fôra à vila de Marvão alistar soldados para os terços da província. A Câmara, julgando-se agravada com esta ordem, queixára-se imediatamente ao rei alegando que os mancebos alistados e que da vila tinham sido obrigados a sair, faziam grande falta ao concelho, um dos que na raia mais sofria com a escassez da sua população. Além desta ponderosa razão acrescentava-se que, com tal procedimento, se tinham ofendido também os amplos privilégios concedidos pelos monarcas anteriores à vila, constantes de várias cartas, alvarás e mercês régias, entre as quais a Câmara especialmente indicava a que declarava isentos os moradores de Marvão de irem servir em outros lugares.

Tiveram estas justas reclamações o mais completo acolhimento do monarca e do seu conselho, resolução que é comunicada à vila pela carta a que acima aludimos e na qual se manda cumprir *pontualmente* o seu antigo e, mais uma vez, confirmado privilégio. Foram, pois, restituídos ao concelho os mancebos que indevidamente ali haviam sido alistados (1).

Em 19 de Dezembro de 1678 os apertos da guerra eram, porém, de tal ordem que levavam D. Pedro, então príncipe regente, a anular o benéfico efeito da referida providência ordenando, em carta dirigida ao mesmo general, que, sem embargo das várias resoluções tomadas para se não fazerem levas de gente na cidade de Portalegre e nas vilas de Niza, Montalvão, Estremoz e Marvão, com o fim de irem servir no terço de guarnição da vila de Campo Maior, essas levas se fizessem com a maior brevidade, tendo em consideração as circunstâncias de cada um dêsses lugares (2).

Além do pezado tributo de homens que do concelho iam engrossar os terços da guarnição das outras terras da província não poucas vezes se lhe exigia também o encargo de dar cavalos para as necessidades do exército, o que certamente muito deveria prejudicar os lavradores e a laboração

---

(1) Biblioteca da Ajuda — Códice 51-VI-28, fl. 205.
(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Secretaria da Guerra*, liv. 35, fl. 156.

agrícola do termo. Isto se deduz de uma carta do general da cavalaria do exército do Alentejo, Denís de Melo e Castro, perguntando se devia restituir a seus donos os cavalos das companhias de Marvão e de Barbacena, assim como já se havia ordenado às companhias de Alpalhão, Niza e Montalvão (1).

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Conselho de Guerra — Consulta* de 23 de Maio de 1668, maço n.º 28.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

HENRIQUE DA GAMA BARROS — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tom. IV. — Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1922 (1 vol. in-8.º de 516 págs.).

Com admirável constância, o mestre incontestado da história das instituïções portuguesas, o venerando Gama Barros, a quem os oitenta e nove anos de idade não amorteceram nenhum dos seus excelsos dotes de investigador, de pensador e de escritor, prossegue na tarefa gigantesca que a si próprio se impôs e que está até agora consubstanciada nos quatro magistrais volumes da *História da Administração Pública em Portugal*.

Todos aqueles para quem esta obra colossal representa mais do que um simples nome, sabem bem quanto o conteúdo do livro ultrapassa o seu título e que, sob o rótulo de «História da Administração Pública», o que o autor na realidade nos tem fornecido, tem sido o quadro integral das instituïções portuguesas na Idade Média.

O primeiro tomo tem por objecto as fontes do direito, a administração central e as limitações à autoridade régia; os outros três tratam da situação económica do país, visto o autor ter entendido que o conhecimento do estado económico de Portugal devia preceder o estudo da administração geral. E assim, depois de ter versado o problema demográfico e o regime da propriedade, aborda neste último tomo o estudo da agricultura, indústria e comércio.

Mas esta mesma enumeração das divisões capitais da obra não basta de modo algum para se fazer idea das múltiplas questões nela versadas.

A propósito da administração central e da situação económica, tratou, com efeito, o Sr. Gama Barros desenvolvidamente de alguns dos pontos mais difíceis e interessantes da história do direito e das instituïções nacionais, tais como

o regime senhorial, as côrtes, a igreja e o clero, as classes inferiores e as suas relações com a posse da terra, o sistema tributário, o regime jurídico dos contratos, o direito sucessório, as instituïções vinculares, o notariado, etc.

E não é só o historiador do direito e da economia que aí encontra matéria para estudo e reflexão: é todo e qualquer investigador da nossa história, seja qual fôr o campo em que se mova, pois no variegado quadro da *História da Administração Pública* tão depressa surgem descrições de costumes, como dados sôbre epidemias ou considerações sôbre os nossos descobrimentos e sistema de colonização — sem falar já no proveito que da mesma obra se pode tirar para a arqueologia, para a filologia, para a geografia histórica, etc.

Escusado acrescentar que, qualquer que seja a matéria versada, o trabalho histórico do Sr. Gama Barros é sempre caracterizado pela mesma prodigiosa documentação, pela mesma inexcedível probidade na interpretação das fontes, pela mesma sagaz intuïção e pela mesma perfeita segurança na construção e nas conclusões, predicados que lhe asseguraram há muito a posição gloriosa de continuador de Herculano e colocam a sua obra a par dos trabalhos de Fustel de Coulanges e dos outros mestres da história das instituïções.

É convém não esquecer, para bem aquilatar o valor da obra do Sr. Gama Barros, que as dificuldades com que se defronta o historiador em Portugal são incomensuràvelmente maiores do que na maioria dos países onde estes assuntos se estudam com fervor. Apesar de existirem algumas colecções de monumentos, entre as quais avultam os *Portugaliae Monumenta Historica,* ainda hoje se podem repetir os lamentos de Herculano e dizer com êle que «quem se ocupar com a história portuguesa ha-de sepultar-se nos arquivos públicos e descobrir entre milhares de pergaminhos, freqüentemente difíceis de decifrar, aquele que faz ao intento...».

Assim fez, com efeito, o Sr. Gama Barros, durante muitos e muitos anos de paciente colheita de documentos, grande parte dos quais transcreve total ou parcialmente nas notas, o que aumenta extraordinàriamente o valor da obra, suprindo certo ponto a penúria das colecções.

*
* *

A matéria dêste quarto volume é precisamente uma das

que menos têm merecido, apesar da sua primacial importância, a atenção dos nossos investigadores.

Sem querer amesquinhar o que sôbre o assunto se tem escrito e onde há muito que aproveitar — lembrarei por exemplo, entre os trabalhos modernos, os de Alberto Sampaio, Costa Lobo, Sousa Viterbo, Aires de Sá, Almeida de Eça, Bento Carqueja, Joaquim de Vasconcelos, Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo... *et j'en passe* —, pode bem dizer-se que está muito longe de ser completa a literatura sôbre história económica portuguesa. Não existia até agora, nem sequer para um determinado período da nossa história, um trabalho de conjunto, pelo que os escritores de segunda mão se apoiavam em obras antiquadas e imperfeitas, como a *Memória* de Rebelo da Silva.

Gama Barros, fiel ao seu vasto programa, abrange no seu quadro tudo quanto se relaciona com a actividade agrícola, industrial e mercantil de Portugal até ao século XV e, a propósito, versa pontos cheios de interêsse para a história do direito, tais como previlégios dos agricultores (pág. 69), pastos comuns (pág. 99), oficiais mecânicos (pág. 161), corretores (pág. 180), dízima e siza (pág. 208), pesos e medidas (pág. 296), condição dos estrangeiros em Portugal (pág. 387), judeus (pág. 478), represálias e pirataria (pág. 482), consulados (pág. 488), etc.

Os dados minuciosos e exaustivos fornecidos nesta obra monumental vêm corroborar em absoluto as opiniões que hoje se podem considerar correntes acêrca das linhas gerais da nossa situação económica no período abrangido pelas suas investigações. Confirma-se efectivamente que a produção agrícola, principal fonte da nossa riqueza até ao desenvolvimento do tráfico com as possessões de além-mar, esteve, todavia, sempre longe de ser abundante, devendo essa escassez atribuir-se principalmente à relutância do povo pelo mister de agricultor, como se vê pelo teor dos numerosos capítulos de côrtes que o Sr. Gama Barros longamente transcreve e comenta.

Confirma-se também terem sido, como é natural, a pesca e a extracção do sal as nossas principais indústrias — as únicas importantes. Embora os documentos referentes à pesca não sejam tão abundantes que permitam avaliar bem a sua importância, podem repetir-se afoitamente as palavras de D. Duarte, quando no *Leal Conselheiro* apresenta os lavradores e pescadores «como pés em que toda a coisa pública se mantém e suporta».

A actividade do comércio externo, sobretudo com a França e Flandres, assinala-se dum modo claro no decurso do século XIV, e a êste propósito o Sr. Gama Barros perfilha a boa opinião que em geral formam os historiadores das medidas adoptadas sôbre êste assunto por el-rei D. Fernando.

Quanto ao comércio com as possessões de além-mar, o autor acrescenta novos dados aos que já nos ministrara no tomo II, mostrando a importância do tráfico do açúcar da Madeira e do comércio com a Guiné.

Não quero pôr termo nesta despretenciosa notícia sem dar aos leitores de Gama Barros a grata nova de que está já adiantado o próximo tomo, o qual, segundo me consta, tem por objecto a administração geral do país.

PAULO MERÊA.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Breviário Naturológico, por Arturo de Vasconcellos. Valencia, Imp. «La Gutenberg», 1920.

Statische Untersuchung der aus ebenen Tragflächen Zusammengesetzten räumlichen Tragwerke, por Hermann Schwyzer. Zurich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1920.

Uber den Einflub von Substituenten auf die Kohlenstoffdoppelbindung, por Emil Suter. Leipzig, Spamersche Buchdruckerei, 1920.

Ein neuer Distanzmesser für topographische Aufnahmen, por Max Zeller. Bern, Druck von Schmid & Cie., 1921.

Totalsynthese des Linnalools und Synthetische Versuche in der Chininreihe, por Virgilio Tornasir. Zürich, Buchdruckerei Dr. Kurt Säuberlich, Leipzig, 1920.

I. *Uber die erschöpfende Sulfurierung des Naphtalins.* — II. *Uber die Nitrotrisulfosäure 1. 3. 6. 8*, por Fritz Schmid. Zurich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1920.

Beiträge zum Stoffwechsel des Kaninchens, por Kurt Meier. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1920.

Beiträge zur Kenntnis der Stickstoffverbindungen des Magerkäses, por Otto Huppert. Druch von Stück & Lohde Gelsenkirchen.

Versuche über das Verhalten von Flubeisen gegenüber wässerigen Lösungen im Dampfkessel, por Heinrich Rauch. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leeman & Co., 1920.

Uber Derivate der A- und B- Naphtylaminoessigsäure, por Richard Sallmann. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1920.

Nouvelle détermination du Coefficient d'Aimantation de l'eau, por Albert Devaud. Genève, Imprimerie «Albert Kundig», 1921.

Uber das Verhalten von Metallen gegen saure Gase bei höheren Temperaturen, por Henri Huber. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1920.

I. *Zur Kenntnis der Purpursäuren.* — II *Uber O- Azofarbstoffe des A-Naphtols*, por Hans Brütsch. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1921.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura.... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 9

1922
Setembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, Dom José de Meneses (1705-1710), por JOAQUIM DE CARVALHO 393
A lenda do Rei Ramiro, por JOSÉ MACIEL FORTES 404
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO 410
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO 422
Parentes açoreanos do Condestável Dom Nuno Alvares Pereira, por ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA 435

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

Não são completamente inéditas e muito menos desconhecidas dos estudiosos do século XVIII, as cartas de José da Cunha Brochado dirigidas ao Conde de Viana, D. José de Meneses, do Conselho de Estado e estribeiro-mór de D. Pedro II e D. João V; mas com terem sido insertos alguns extractos no *Investigador Portuguez em Inglaterra,* nem por isso deixam de merecer uma publicação integral. São as cartas, quási sempre, valiosos documentos biográficos; e, na verdade, estas não se furtam àquela regra. Basta ler algumas das que inseriremos nas páginas desta *Revista,* para que a personalidade do sagaz diplomata que as escreveu se nos apresente com intimidade.

Para além, porém, desta circunstância, a impô-las ainda à nossa atenção, estão os numerosos factos e testemunhos que o historiador nelas colhe para o estudo da sociedade portuguesa nos princípios do século XVIII. O início do reinado de D. João V, os factos de maior relêvo na nossa política internacional de então, os próprios acontecimentos que maior repercussão tiveram na política interna, os boatos, ditos e intrigas da côrte, a vida lisboeta, — tudo perpassa nesta correspondência, semanal como a posta que a transportava e quási sempre vestida duma saborosa ironia a que não falta, por vezes, brilho literário.

A publicação é feita segundo uma cópia do século XVIII, que o Sr. Rocha Madail nos facultou, confrontada, porém, com os extractos publicados no *Investigador*.

JOAQUIM DE CARVALHO.

I

Ex.^mo^ Sñr. Espero q̃ V. Ex.ª tenha chegado com saude, e q̃ continue nos remedios com aq.^le^ sucesso, q̃ eu dezejo em favor da casa de V. Ex.ª; e do bem publico.

Tomo a liberd.^e^ de mandar a V. Ex.ª essas gazetas (1): nellas verá V. Ex.ª o ultimo estado das coizas, ainda q̃ a batalha de Italia (2) foi mais gloriosa p.ª o Principe Eugenio, q̃ util p.ª a causa comua. Aqui dizem q̃ El Rey Cat.^co^ fizera desembarcar em Catalunha sinco mil homens, e q̃ juntos a outros tantos Castelhanos marchavaõ p.ª Barcelona (3). Se assim he entenderemos, q̃ p.ª hũ Rey novo entrar em Castella não he Portugal a milhor porta.

A Raynha de Inglaterra rezolveo q̃ as suas forças maritimas invernassem neste Porto (4), e oiço q̃ naõ queremos

---

(1) Estas *Gazetas* que Brochado remetia cremos que deveriam ser estrangeiras, não se contando as portuguesas: *Relaçam de noticias do Norte, e de Italia publicada em 22 de Junho de 1705. Lisboa, na officina de Bernardo da Costa.* In-4.º de 8 pag., e *Segunda relaçam dos successos, e noticias do Norte, & de Italia, publicada em 3 de Julho de 1705. Lisboa, na officina de Miguel Manescal, Imprensa do Santo Officio, & da Serenissima Casa de Bragança. Anno de 1705.* In-4.º de 8 pag.

(2) Brochado refere-se à batalha de Cassano, travada entre o príncipe Eugénio e o duque de Vendôme, em 16 de Agôsto de 1705. Voltaire considerava-a como «journée sanglante, et l'une de ces batailles indécises pour lesquelles ou chante des deux côtés des *Te Deum*, mais qui ne servent qu'à la destruction des hommes, sans avancer les affaires d'aucun parti» (*Siècle de Louis XIV*, cap. XX) — juizo que não dista do do nosso sagaz diplomata.

(3) Vid. as cartas II e III.

(4) Na 1.ª *Relaçam* cit. na nota 1 lê-se a seguinte notícia, datada de Londres a 26 de Maio: «A armada que se ha de vir encorporar nesta barra de Lisboa com os mais navios de guerra, das duas naçõe̊s, que estão no pôrto se acha pronta para fazer viagem com o primeiro bom vento: & naõ duvidamos, que tenha partido ha muitos dias de Posmut onde estava toda, & para onde tinha já partido o Almirante Schovel, & Millord Peterberog, que he o General das tropas de dezembarque, as quaes haõ de constar de 10 U homens» pag. 7.

No *Gabinete Historico*, vol. V, 118–21, Fr. Cláudio da Conceição refere-se também a esta armada: «Neste anno (1705) chegou á barra de Lisboa a Armada de Inglaterra, e Hollanda, da qual era Almirante o Cavalheiro Schowel; e deixando no porto de Lisboa huma Esquadra de quinze náos, se fez á véla com o restante para as Costas de Hespanha da parte de Gibraltar, e Cadis. Ficou em Lisboa esta Esquadra ás ordens de Milord Conde de Peterborough, General das forças maritimas, e terrestres de Inglaterra...». Esta esquadra, posteriormente, em

esta hospedagem temendo a carestia dos mantim.os; ainda q̃ se recompensaria com a venda dos nossos fructos: queira D.s, q̃ aq.la frota fique desta banda; porq̃ recolhendose a Iglaterra temo q̃ volte tarde, mal, ou nunca. Roque Montr.o, como lhe falta o exercicio do Campo do Curral, q̃ elle perdeo como hũ inocente, ocupase agora em fazer m.as juntas de inconfidencia, e hũ destes dias mandou inforcar hũ moiro, q̃ se dizia observador das nossas Praças, e seria o 1.o em q.m se achasse esta habilid.e; o certo hé, q̃ elle faria mais falta na nossa Gallé, q̃ no outro mundo.

Perdoe V. Ex.a, q̃ eu lhe escreva novas taõ velhas; mas como V. Ex.a está em hũa villa, aonde naõ terá gr.des divertim.os p.a encher o tempo, naõ hé m.o, q̃ se enfade de outra manr.a lendo a varied.e destes papeis. D. Luiz da Cunha escreve a V. Ex.a a carta incluza, e dezeja ardentem.e, q̃ as ocupaçoens de V. Ex.a lhe permitaõ a reposta. Os homens naõ querem inculcarme a El-Rey p.a Seo Conselhr.o, e D.s em vingança me fez nesta semana Juiz do S.r da minha freg.a, e todo o emolum.o, q̃ espero tirar desta Judicatura, hade ser alcançar do mesmo S.r, q̃ conceda a V. Ex.a hũa sucessam m.to numeroza, e q̃ o g.de m.s a.s Lx.a 22 de Setr.o de 1705.

II

Ex.mo Sñr. O certo hé q̃ nas Caldas há tempo p.a tudo, pois V. Ex.a o tem p.a me escrever: Logre V. Ex.a m.a saude, q̃ lhe naõ hade faltar ocaziam de vir gastar milhor o tempo. V. Ex.a verá nas gazetas tudo o q̃ vai socedendo no mundo: nas de Holanda achará V. Ex.a as correçoens das de França, cujo gazeteiro quer passar mais por historiador com reflexam, q̃ por novelista sem ella. Tambem mando a V. Ex.a dois Livrinhos, em q̃ se fala em nôs com pouco decoro, e pouca instrucçam; mas este hé o vicio de huã naçam escandalizada, e dominante. O Duque de Saboya, q̃ se acha bem apertado p.o Duque de Fivillade nas estreitezas de Turim, mandou dois expressos aos Estados, e a Inglaterra a pedir socorros promtos, e efectivos; e estas Potencias consi-

---

28 de Junho, saíu também, levando comsigo o pretendente Carlos. Brochado não deve referir-se, pois, a esta armada, mas a alguns navios que a constituiam e que após a expedição a Barcelona viriam invernar no pôrto de Lisboa.

derando a importancia da concervaçam daq.le Princepe sacrificado pella causa, elles fizeraõ comua (q̃ eu tambem o entendo assim), começaõ a dispor o modo mais prompto, p.a socorrello; porem naõ creyo, q̃ o possaõ fazer com utilid.e, naõ só pella distancia das marchas, mas pella dificuldade das tropas, q̃ como saõ alugadas, necessitaõ do consentim.to dos Princepes seus proprietarios. O Princepe Eugenio faz o q̃ pode, mas naõ pode m.o, por q̃ ElRey dos Romanos, ainda q̃ naõ he herdr.o das lentidoens de seo Pay, he porem sucessor das suas indigencias; hé Cesar, hé Augusto, hé Clemente, e tudo o mais, de q̃ se compoem a ruidoza pompa de seos titulos; porem em q.to ao poder hé Emper.or a beneficio de inventario (5).

O Duque de Malborough está m.o queixozo, porq̃ os Estados lhe naõ deraõ mayor authorid.e no Exercito, e a Raynha p.a compor esta diferença mandou passar a Holanda o Conde de Pembreuk. Os Holandezes saõ taõ economicos nas suas forças, como nas suas manteigas. Suponho q̃ em Flandres se acabou a campanha com a preza de Leuven, q̃ he huã Praça das q̃ chamaõ escuras: ao menos mostraõ q̃ ficaõ senhores da campanha. O Princepe de Bade entrou sem gr.de efuzam de sangue nas Linhas de Aguessau, q̃ o Marichal de Villars naõ chegou a defender; mas esta ventagem não he gr.de. Em Hungria não ha esperanças de acomodam.o; veremos se as negociaçoens do Conde de Sunderland novo min.o Inglez produzem alguã coiza nos animos daq.les vassalos mais oprimidos, q̃ rebeldes.

A Corte de Viena está quebrada com a de Roma, de q̃ a de França sabe aproveitarse, e nisto mostraõ os min.os aulicos, q̃ a sua politica he intempestiva, e a sua vingança fóra de tempo, de q̃ tudo he cauza terem as cabeças cheyas do Cezar, do Augusto, e do Clemente, como se estivessem no seculo de Augusto. Por Inglaterra soubemos a confirmaçam do desembarque de Carlos 3.o, q̃ em 22 do passado poz em terra as tropas, q̃ levava junto de Barcelona sem opoziçam alguã: juntaraõse sinco mil homens dos mal contentes, e o gov.or da Praça, q̃ hé o Velasco, temia tanto os movim.os

---

(5) Trata-se do Imperador José I, cunhado de D. João V. Na verdade, comquanto a sua vida tivesse sido curta (n. 1678 + 1711), exibiu as seguintes corôas: em 1687, foi declarado rei da Hungria; em 24 de Janeiro de 1690, foi eleito rei dos romanos; e em 1705 sucedeu a seu pai Leopoldo I no trono da Austria.

dos moradores, que lhe davaõ igual ocupaçam, q̃ as tropas estrangr.as. Este desembarque se festejou em Elvas com tres salvas de artilharia; mas bem podera o g.al Inglez mandar tambem a S. Mg.e esta nova. O g.de Fagel teve ultimam.e licença dos Estados p.a se voltar, e assim ficarã Milord Galloay mais desabafado. Sahiraõ m.os Sarg.tos mayores de Batalha, alguns saõ excelentes, principalm.e hũ q̃ eu sou susp.o Oiço q̃ ElRey n. S.r está milhor; mas a sua fraqueza hé tanta, q̃ me faz tremer. Tambem dizem q̃ querem dar casa ao Princepe (6). Não hé esta rezoluçam taõ pequena, q̃ V. Ex.a o naõ saiba milhor q̃ todos, e q̃ naõ tenha votado nella; e assim o resp.o da materia me faz emudecer a reflexam ficando p.a servir a V. Ex.o com a mayor obed.a, e reconhecim.o da minha obrig.am D.s G.de a V. Ex.a m. a. Lx.a 29 de Setr.o de 1705.

III

Ex.mo S.r A esta hora, q̃ chego de Loires, me daõ esta taõ honradora, como discreta carta de V. Ex.a, em q̃ o sublime do estillo compete com o seguro das reflexoens. O portador quer partir logo, e apenas me dá tempo p.a a ler duas vezes havendo a admirado tantas.

Como naõ tem chegado o Paquebot naõ há noticia fresca q̃ referir a V. Ex.a. Achei essa gazeta, com a relaçam dos gloriozos sucessos de Carlos 3.o, em q̃ se louva m.o a pied.e deste Princepe, como verdad.o sucessor da clemencia Austriaca, a q.m diz o gazeteiro, q̃ he taõ obrigada Espanha: (7) grande hé esta clemencia: naõ diziamos nôs o mesmo q.do esta mesma caza vendeo piedosam.e a vida do S.r D. Duarte, e conspirou tantas vezes contra a Sereniss.a Caza de Bragança.

Naõ he do mesmo sentim.o o Duq̃. de Baviera queixan-

---

(6) O futuro rei D. João V.

(7) Refere-se à *Relaçam da viagem de ElRey Catholico D. Carlos III. na armada de Inglaterra, & Olanda, & seus gloriosos successos no Principado de Catalunha. Publicada em 10. de Outubro. Lisboa, na officina de Valentim da Costa Deslandes, impressor de Sua Magestade. Anno M.DCCV.* In-4.º de 15 pag. A pag. 10–11 lê-se a passagem que Brochado comenta: «... elRey Catholico... ordenou logo que esta gente fosse recolhida nos lugares circunvizinhos, influindo logo nestes pobres vassallos os benevolos influxos da clemencia Austriaca, a que he taõ devedora toda a naçaõ Espanhola».

dose de q̃ o Emper.or defunto (8) mandara dar peçonha ao Princepe Eleitoral seo f.º e fez hũ manifesto (9), em q̃ mostra as ingratidoens desta clemencia Austriaca, de q̃ a historia está cheya. Tambem Espanha lhe tem obrigaçam de a querer herdar q.do Carlos Princepe de Flandres tomou a pena de passar a Castella a fazerse S.r daq.la monarchia. Isto, Ex.mo S.r, naõ he murmurar de testas coroadas, he som.te discursar sobre os termos da gazeta, de q̃ ella podera passarse sem ofensa da gloria d'ElRey Carlos. Naõ sei se Barcelona sem sublevaçam subirá o clemente jugo deste Princepe: eu o dezejo como Portuguez, mas naõ o creyo como homem.

O seo sitio compoemse de hũ ataque, e o lançam.º das bombas naõ significa mais q̃ telhados quebrados. Naõ fio da ferocid.e do G.al Inglez (10) o q̃ esperava do valor disciplinado do Princepe Alemam (10), ainda q̃ as m.as obediencias, q̃ se rendem a El Rey Cat.co, fazem crer, q̃ naõ haverá rezistencia naq.le Condado; hé necess.º saber, se aq.les Lugares saõ mais avindos, q̃ obedientes; sugeitos como a vencedor, ou como a Rey. De tudo nos hade aclarar o tempo. O sitio de Badajoz (11) nos dá milhores esperanças, porq̃ o atacaõ em forma

---

(8) O Imperador de Austria, Leopoldo I, falecido em 5 de Maio de 1705.

(9) Refere-se ao *Manifesto do eleitor da Baviera* (Maximiliano Emanuel) publicado em 1704 e particularmente a esta passagem: «La Succession du feu Roi d'Espagne Charles II... menaçoit l'Europe d'y ralumer incessamment le feu de la Guerre qu'on venait d'éteindre. L'Empereur ne dissimuloit pas les prétentions qu'il avoit à cette Succession... Tout le monde jetta les yeux sur le Fils unique, que j'avois eu de mon premier Mariage avec l'Archiduchesse Marie-Antoinette... Toutes les Puissances désinteressées y applaudissoient, et l'Empereur qui s'y seroit opposé seul, s'y seroit opposé vainement. Il est à croire que les mesures, qui furent prises alors, auroient rendu la Paix de Ryswik longue et durable, si le Prince mon Fils n'étoit mort seize mois après qu'elle eût été signée. L'étoile fatale à tous ceux que sont obstacle à la grandeur de la Maison d'Autriche, étoile qui depuis quarante ans l'a si bien servie en Hongrie et en Espagne, emporta ce jeune Prince. Il mourut d'une indisposition très-legere, et qui l'avoit attaqué plusieurs fois sans danger, avant qu'il fut destiné à porter la Couronne d'Espagne». Vid. De Lambery, *Memoires pour servir l'histoire du XVIII siècle, contenant les negociations traitez, resolutions, et autres documens authentiques concernant les affaires d'etat*... Haia, 1726, tom. III, pag. 27-28.

(10) Millord Carlos de Peterburgh, generalíssimo de mar e terra, que com o Príncipe Darmstadt, e outros, acompanharam e dirigiram a expedição e desembarque do pretendente Carlos de Áustria.

(11) Nomeado o Marquês das Minas, em Agôsto ou Setembro de

25 mil soldados. Esta reducçam será de gr.de credito p.a as nossas armas, e de gr.de conseq.a p.a nossos intereces. Naõ continûo por naõ dar a V. Ex.a a pena de ler hũa letra taõ ambaraçada, q̃ ainda lhe será mais custoza, q̃ as vizitas de tantos frades; mas honde hirá V. Ex.a, q̃ naõ ache contra as comodid.es do seo repoizo sempre armadas as importunaçoens do nosso resp.to? D.s G.de a pessoa de V. Ex.a por m. a. Lx.a 13 de Outr.o de 1705.

IV

Ex.mo Sñr. Dou graças a D.s de ouvir que a Saude de V. Ex.a fica restabelecida. A Provid.a Divina, q̃ conhece a importancia della, naõ hade negar os ouvidos aos nossos rogos, nem retirar os olhos da nossa necessid.e Torno a pôrme aos pés de V. Ex.a em acçam de agradecim.to pella benevola carta, q̃ foi servido escreverme em 16 do Corr.te, e torno a verme na esterelid.e de naõ saber nova algũa, com q̃ retribua a V. Ex.a a pena de me escrever. Eu naõ vou á Corte, nem a faço: o meu requerim.to hé dirigido pello ceremonial velho; sou gr.de sectario da provid.a dos Princepes; a minha ambiçam contentase com a dissimilhança, e a minha pobreza acha abertos os thezoiros do Evang.o

Os ultimos postilhoens naõ trouxeraõ boas noticias de Badajoz; queira D.s q̃ tenhamos a fortuna de levantar o sitio com pouca perda. V. Ex.a bem sabe, q̃ o inimigo juntou em Talavera hũ corpo de tropas, e veyo com pés de lan meterse entre Badajoz, e o Forte de S. Christovaõ, passando dois rios em hũa noite, e fortificando a passagem p.a milhor se segurar do nosso recentim.to Introduzio socorro na Praça;

1705, governador das armas do Alemtejo, em substituïção do velho Conde daş Galveas, resolveu iniciar a campanha de Outono, sitiando Badajoz. Este sítio começou em 3 de Outubro, mas em 11, relata Fr. Cláudio da Conceição, quando «os nossos começárão a bater a Praça, perdeo o general Conde de Galoway do tiro de huma bala de artilharia o braço direito; e foi preciso, para continuar a cura, passar do campo para Elvas. Depois, soccorrida a praça, se levantou o sitio, e o nosso Exercito marchou para Elvas» (Vid. *Gabinete Historico,* tom. V, pag. 122).

Brochado na carta seguinte refere-se mais extensamente a êste sítio. Vid. também o cap. 8.º da *Relação dos successos da guerra da Liga,* de Afonso da Gama Palha, publicada pelo bibliôfilo elvense, Sr. António José Tôrres de Carvalho, em Elvas, 1906.

nôs acudimos tarde, quizemos impedir a marcha, e hũa embuscada de artilharia nos fez algũ dano. Seguese o levantam.to do sitio por ordem da Corte, e elle o estaria já pella desgraça da acçam; o ponto hé poder retirar a artilharia, se D.s e o inimigo nos derem tempo. Dizem q̃ a retirada hade ser por Olivença, e q̃ de Elvas, e Campomayor naõ podem trazernos nem carruages, nem provizoens. Os min.os q̃ naõ votaraõ neste sitio, tem razam p.a se naõ arrependerem, e todos a temos p.a sentir hũ contratempo desta natureza, q̃ naõ soube prevenir a nossa economia, nem evitar o nosso escarm.to Hé verd.e q̃ naõ hé esta a 1.a Praça, q̃ foi socorrida, nem o 1.o sitio levantado; mas as circunstancias, q̃ concorrem, e as precedencias de nossos sucessos fazem irreparaveis os golpes da critica, e duvidoza a continuaçam das assistencias de nossos Alliados.

Dizem q̃ os ataques de Barcelona tiveraõ a mesma sorte, e se espera brevem.te a Armada com ElRey Cat.co; queira D.s q̃ esta nova naõ tenha confirmaçam, e q̃ nem sempre a estrella d'El Rey Xp.mo seja advogada da injustiça da sua cauza.

Hé publico q̃ D. Thomás de Almeyda vai p.a Bispo de Lamego, e q̃ Ant.o de Basto Per.a faz dilig.as p.a a Secretaria de Estado, e será hũ gr.de min.o, por q̃ fala m.to, e escreve pouco. Outro min.o tem os votos da Republica, mas nem o pertende, nem o dezeja; e agora conheço eu a razam, porq̃ os animais nadaõ sem ensino, e os homens naõ; porq̃ aq.les naõ conhecem o perigo, e estes sim. Naõ oiço q̃ se continûe a falar em dar casa ao Princepe (12), devia prevalecer sem duvida a maxima de q̃ a separaçam de meu, e teu naõ he segura entre Princepe Pay, e Princepe filho. Remeto a V. Ex.a os papeis incluzos p.a se entreter p.lo cam.o, e fico esperando a boa vinda de V. Ex.a p.a me resgatar desta minha infelicid.e, e cantar com mais razam o Benedictus Dominus —, e sempre ás ordens de V. Ex.a como inseparavel de seos intereces. D.s G.de a V. Ex.a m. a. Lx.a 20 de Outr.o de 1705.

V

Ex.mo Sr. Por estar há quatro dias com hũ leicenço, ou frunculo, q̃ me naceo debaixo de hũ ouvido, e q̃ me enche

---

(12) Vid. carta II.

de emprastos, e de materias, naõ vou assistir na salla de V. Ex.ª Naõ duvido, q̃ bastaria cauza menos doloroza p.ª me atrahir o perdam, e ainda a lastima de V. Ex.ª

A justificaçam deste impedim.to me dispensa da liberd.e, com q̃ pesso a V. Ex.ª, q̃ queira antes de acabar a sua semana buscar meyos p.ª fazer pres.te a S. Mg.e o meu Requerim.to, em q̃ se intereça tanto a minha reputaçam, como a just.ª do d.to S.r V. Ex.ª hé o unico artifice da minha fortuna, e o 1.º reparador das desordens do tempo; sofra com a sua costumada benevolencia estes insultos da minha importunaçam emq̃.to eu pesso a D.s, q̃ me dê talento p.ª dispor a V. Ex.ª hũ agradecim.to publico, e imortal. D.s G.de a pessoa de V. Ex.ª por largos an.s Lx.ª 20 de Nov.º de 1705 (13).

VI

Ex.mo S.r Á vista da generoza constancia, com que V.ª Ex.ª Se emprega a lutar contra a minha fortuna nada me atemoriza, e este hé o mayor despacho q̃ eu espero; viver na graça de V. Ex.ª As varied.es, de q̃ estou ameaçado, inculcaõ bem o pouco agrado, q̃ ha do meu serv.º, e do meu zelo. A paciencia hé hũ remedio custozo, mas universal; queira D.s q̃ aproveite, porq̃ tenho della boa provizam. A 2.ª carta, q̃ escrevi a V. Ex.ª foi com a cauza de se haver divulgado por hũ Secretr.º o meu despacho, e p.ª q̃ V. Ex.ª entendesse, q̃ naõ fui eu q.m o revelou, ontem naõ falei a ninguem, nem hoje o farei seguindo em tudo as ordens de V. Ex.ª, a cujos preceitos estará sempre a minha obediencia. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª em 6 de Dezr.º de 1705.

VII

Ex.mo Snr. Nesta carta, q̃ V. Ex.ª me remete, e neste excelente licor de q̃ me faz m.ce recebo juntam.e a cura, e a enfermid.e; eu já sabia p.º mesmo Dez.or, q̃ V. Ex.ª authorizava o meu requerim.to com a sua protecçam, e tambem sabia, q̃ estas cansadas guerras tinhaõ esgotado o cofre das obras; e esta cruel sentença naõ pode ter milhor remedio,

---

(13) Como prova esta carta, o Conde de Viana estava em Lisboa, servindo no Paço.

q̃ em hũa bebida, q̃ por todos os titulos he universal p.ª todos os males; e m.º mais sendo V. Ex.ª o dispensador della, p.ª q̃ naõ so me conforte o coraçam, mas me releve os esp.os p.ª me não afastar nunca dos pés de V. Ex.ª, em cuja fé protesto viver, e morrer, porq̃ assim como fora da Igr.ª Romana nem há Céo, nem Salvaçam, assim fora da protecçam de V. Ex.ª naõ ha honra, nem merecim.to.

Tem entendido este povo, q̃ estes navios, q̃ enfestaõ os nossos mares, saõ mandados por algũa intelig.ª Divina p.ª estorvar a passagem do nosso Embax.or, e eu o sinto, porq̃ será elle obrigado a caminhar no Inverno por Alemanha, q̃ naõ he m.º comodo, e por isso o aconselbo, q̃ vá por Italia (14). Saõ as novas, que sei. Fico á obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m. a. Lx.ª de Agosto 16 de 1707.

VIII

Ex.mo Snr. Tomo a liberd.e de procurar as boas novas, q̃ espero, e dez.º da saude de V. Ex.ª, e q̃ suponho se hirá fortificando na varied.e dos climas e dos objectos. O ar do campo, e novo hé o milhor remedio da antiga medicina; de q̃ se segue, q̃ o ar da Corte e velho, q̃ aqui se respira, hé o peyor contagio, de q̃ aqui morremos.

Depois q̃ V. Ex.ª nos deixou se purificou o do Corpo S.to com hũ medonho incendio, q̃ D.s foi servido apagar, porq̃

---

(14) Refere-se Brochado à embaixada de Fernão Teles da Silva, 3.º Conde de Vilar Mayor, à côrte de Viena, com o fim de felicitar José I pela sua assunção á coroa imperial, pedir-lhe a mão de uma das arquiduquezas suas irmãs para D. João V e tratar «outros gravissimos negocios», que não podiam deixar de ser os derivados da nossa participação na guerra da sucessão de Espanha. O Conde de Villar Mayor não seguiu o conselho de Brochado, pois em 24 de Setembro de 1707, a bordo duma fragata ingleza, tomou o rumo de Inglaterra. Vid. Francisco da Fonseca, *Embayxada do Conde de Villamayor Fernando Telles da Sylva de Lisboa à Corte de Vienna, e viagem da Rainha nossa Senhora D. Maria Anna de Austria, de Vienna à Corte de Lisboa*... Vienna, 1717, e a *Relação verdadeira da jornada que desde Lisboa fez á Côrte de Vienna de Austria o Conde de Villar-Maior, como Embaixador do Senhor Rei D. João V a pedir ao Imperador José I. seu irmão, e á Imperatriz Viuva, sua mãe, a Senhora D. Marianna de Austria, para Rainha de Portugal; conducção da mesma Senhora pelo Conde Embaixador, primeiro a Hollanda, depois a Inglaterra, e d'alli felizmente a Portugal; com uma breve descripção das terras por onde transitou.* Lisboa, 1787. In-4.º de 28 pag.

já a voracid.ᵉ deste elem.ᵗᵒ se atrevia a entrar no Paço, e thesoiro da Casa de Bragança, a q̃ acudio com a sua costumada provid.ª o S.ʳ Marq̃. de Alegrete p.ª concervar á nova R.ª, q̃ esperamos os preciozos param.ᵗᵒˢ, de q̃ se compoem aq.ˡᵉ Reyal depozito. Deste conflito sahio o Coreg.ᵒʳ do Rocio com hũa pensam, que elle quizera antes em cabeça alheya. Seguiose a este fogo a perda de Ciudad Rodrigo por assalto, mas sem fogo: a guarniçam e G.ᵒʳ (15) ficaraõ prizion.ʳᵒˢ de guerra. Aqui se declama contra este pobre homem; eu o naõ condenei, nem absolvi, porq̃ naõ tive tempo p.ª isso.

A indisposiçam do Conde de Alvor lhe tirou a gloria da restauraçam de Moura (16); a sua falta fica bem substituida com o conde das Galveas, q̃ pode emprestar an.ˢ aos Cabos moços, q̃ o acompanhaõ. Tudo isto, meu S.ʳ, me hé bem indiferente, porq̃ o cuid.º, em q̃ me poem a falta de saude de V. Ex.ª faz, q̃ os mayores perigos da minha Patria me naõ devaõ atençam algũa: naõ peco nem contra a honra, nem contra a fidelid.ᵉ; porq̃ se necess.º hé, eu me desnaturalizo desta obrigaçam por me dar todo á contemplaçam das altas virtudes de V. Ex.ª q̃ só ellas bastariaõ p.ª restaurar a Patria destes gr.ᵈᵉˢ perigos. A Patria do homem naõ hé aquella, em q̃ nace, mas aq.ˡª p.ª q̃ nace; eu nací p.ª viver aos pés de V. Ex.ª, e esta hé a minha Patria. Concerve D.ˢ a saude, e pessoa de V. Ex.ª por largos an.ˢ Lx.ª 15 de Outr.º de 1707.

(Continúa).

---

(15) Luís de Brito Caldeira, «mal disciplinado, e pouco experto de similhantes conflitos», no juizo de Afonso da Gama Palha, autor da já citada *Relação dos successos da guerra da Liga* (Elvas, 1906), pag. 80.

(16) A vila de Moura, sitiada pelo duque de Ossuna, rendeu-se com «honradas capitulações» em 13 (ou 15) de Junho de 1707. Porém, logo nos princípios de Setembro dêste ano, o governador das armas do Alemtejo, Francisco de Távora, 1.º Conde de Alvor, o mestre de campo general, Conde de S João e o comandante da cavalaria, o moço Marquês das Minas, D. João de Sousa, reüniram o exército em Extremoz, preparando-o para uma próxima campanha, na qual entrava o plano da restauração de Moura. Saindo daquela vila em fim de Setembro, passaram ainda o Guadiana, mas a breve trecho, «dizem, veio ordem de el-rei para se retirarem, com grande sentimento dos soldados e dos povos, e muito maior dos paizanos da villa de Moura, a quem os castelhanos mandaram despejar todos». (Vid. *Relação* cit. na nota anterior, pag. 79).

Como se vê, Brochado explica a retirada por indisposição do Conde de Alvor.

A LENDA DO REI RAMIRO

I

O Castro de Mahamuti

Quem ler os *Diplomata et Chartae,* insertos nos *Portugaliae Monumenta Historica,* pode fàcilmente encontrar no n.º 54 uma referência importante para o assunto de que nos vamos ocupar. Fala-se ali por incidente no *Castro de «Mahamuti».*

¿Onde ficava situada esta fortaleza?
¿Quem a fundára e a ocupára?
¿Qual o seu destino ou fim?

Valendo-nos dos poucos subsídios que nos legou êsse notável escritor, que se chamou Alberto Sampaio — tão conhecido pelas suas admiráveis e pacientes reconstituïções históricas —; recorrendo a êle, repetimos, é possível lançar alguma luz sôbre o mistério dêsse *Castro de Mahamuti* — teatro da famosa façanha do Rei Ramiro.

Esse Castro ou fortaleza devia ficar na margem esquerda do Douro, a pequena distância do que foi *Calem* ou *Cale* — outro Castro lusitano-romano, que fôra uma das estações da grande via romana de Lisboa a Braga e que os sarracenos, nas suas invasões para o norte, destruïram por completo. Esta lacalização é tanto mais provável, quanto é certo que ainda hoje o nome do Castro se perpetua na toponímia gaiense; uma das freguesias, das mais próximas da vila de Afonso III, chama-se de Mafamude.

A origem da fortaleza também não pode fàcilmente ser posta em dúvida; o seu nome, transmitido séculos em fóra pelos documentos da alta Idade-Média, denuncia a sua procedência, evidentemente islamita.

Seria uma das sentinelas mais avançadas, para o Norte, dos povos invasôres; e de tanta importância, que os docu-

mentos posteriores longo tempo ainda a mencionaram, dando-a como limite ou demarcação de propriedades medievais. Outro facto, que adiante mencionaremos, demonstra ainda a sua riqueza: é a averiguada opulência do seu espólio, que um rei cristão aproveitou, como veremos.

Ao que parece, o *Castro de Mahamuti* nem sempre se conservou em poder dos árabes; pela vária fortuna e azares da guerra, o seu domínio esteve alternadamente em posse dos sarracenos e dos godos. Nessas vicissitudes, chegaria mesmo a pertencer a Afonso I de Oviedo, recaïndo mais tarde na dominação dos mouros, em cuja mão veiu afinal a acabar de vez:

> «e nom ficou... pedra sôbre pedra,
> que tudo não fôsse em terra...».

II

A conquista do Castro sarraceno

¿Como se conquistou, destruïu e arrazou essa fortaleza maometana?

Uma emprêsa por via marítima, realizada com excepcional audácia e feliz êxito, ai pelos anos de 842 a 850, é que desmantelaria êsse famoso baluarte. O autor de tão celebrada façanha guerreira seria o Rei Ramiro I, de *Galiza*. É aqui de advertir que parece muito aceitável a opinião do Dr. Alberto Sampaio, o qual impugna a tradição que atribui o feito a Ramiro II. A conquista de *Mahamuti* seria assim diferida para os anos de 931 a 950, e não ficaria de acôrdo com outro facto histórico, que não deixaremos de mencionar em breve. Desenredando o facto dos incidentes novelescos, com que é contado depois, apura-se em suma que a expedição, partindo da Galiza, entrou na barra do Douro. Com ou sem o estratagema romântico das lendas, o certo é que se introduziu no Castro, se apoderou dêle e o arrazou completamente, destruindo de vez o poderio mouro.

É agora ensejo oportuno de relembrar um facto, que é a inteira confirmação da riqueza, da conquista e da data da destruïção do famigerado Castro.

A *España Sagrada,* tom. XIX, pág. 344, menciona o diploma da doação feita por D. Afonso III de Leão, neto de Ramiro I, à igreja de S. Tiago de Compostela. O monarca

refere que importou, por mar, pedestais e pedra calcárea, com que se construíram dezoito colunas, assim como outros colunelos de mármore.

Vieram do ópido conquistado, a que a obra chama *portucalense* — o que, no intender do Dr. Sampaio, não era já então expressão rigorosa; porque o *Portucale Castrum* (Cale) já fôra destruído, muito antes do *Castro de Mahamuti*. Adverte-se ainda que Afonso III (866-910) antecedeu Ramiro II (931-950); por isso é que não podia ser êste o conquistador de *Mahamuti*. Além disso, no tempo de Afonso III já os domínios cristãos se haviam alargado até Coimbra.

Dêste notável feito de armas, que por certo emocionou a fantasia popular com grande intensidade, é que se originou a célebre *lenda* do *Rei Ramiro,* diversamente narrada e com episódios romanescos.

III

A lenda

A lenda do Rei Ramiro é referida nos Livros de Linhagens. Talvez reduzida a escrita, pela primeira vez, no Fragmento II do Livro Velho (Scriptores, *Port. Mon. Hist.* — os Livros de Linhagens, págs. 180-181), repetiu-a o n.º IV (Scriptores, *loc. cit.,* págs. 274-277), que se atribue ao Conde D. Henrique, dando-lhe maior extensão, alterando-a e complicando-a com incidentes.

Segundo Herculano (*História de Portugal,* tom. I) e o Dr. Alberto Sampaio, estes documentos não merecem absoluta fé histórica, por não serem textos originais, mas cópias de cópias, onde cada copista acrescentaria o que bem lhe parecesse, como de costume. Têm contudo um fundo de verdade, pelo menos no facto capital que os domina, isto é, a expedição marítima guiada pelo Rei Ramiro. Não são grandes nem fundamentais as divergências das duas versões da lenda.

Condensando-as, vê-se que ao Rei Ramiro foi raptada a espôsa, a que a segunda versão chama *Aldora,* por um mouro Abencadão ou Aboazar Alboçadam, que se diz senhor de toda a terra desde *Gaia* até Santarém. O rei galego, para recuperar a espôsa, resolve uma expedição marítima a *Gaia,* acompanhado de seu filho Ordonho e alguns vassalos, vindo aportar a *Sanhoane de Furada* ou *Johane de*

Furada, que, ao tempo da segunda versão, já se chamava *Johane da Foz,* e é evidentemente S. João da Foz, na embocadura do rio Douro.

Deixando os seus, parte nas galés, parte emboscados por *antre* as árvores, que parece povoavam então as margens ribeirinhas, conseguiu por um estratagema, em que figura a escrava Ortiga ou Artiga, introduzir-se no *Castro de Mahamuti.*

Reconhecido, e descoberto pela infiel espôsa ao mouro Abencadão, êste condena-o à morte, que lhe infligiria a êle, se, em vez de captor, fôsse cativo.

Ramiro é quem profere a sua sentença:

> «..... eu te daria um capão e huma regueifa, e fasiate tudo comer, e dartehia em cima em sa çapa cheia de vinho que bebesses; em cima abrira portas do meu curral, e faria chamar todas as minhas gentes, que viessem ver como morrias, e fasiate sobir a um padrão, e fasiate tanger o corno, até que te hi sahice o folego.....».

Abencadão aceitou a sentença, e em sua execução fê-lo subir a um padrão dos currais. Rei Ramiro começou então de tanger seu corno. Ouvindo-o, os companheiros de armas, até aí emboscados, acorreram, invadiram o castelo e massacraram todos os seus babitantes, arrazando completamente a fortaleza. Ramiro aprisionou a mulher e sua covilheira Artiga, trazendo-as para as suas galés. Aí, vendo a infiel espôsa a chorar o trucidado mouro Abencadão, deu-lhe a morte, atando-lhe ao pescoço uma mó e atirando-a ao mar no sítio onde hoje se chama a foz de Âncora. Chegado à côrte, baptizou Ortiga e casou com ela, pondo-lhe o nome de D. Aldora.

> «..... e fege nella hum filho... dando-lhe o nome de Albozar, sinónimo de padre e senhor de muito boa fidalguia. ....»,

onde se diz entronca o velho herói português — Gonçalo Mendes da Maia, o célebre Lidador —.

> «..... e morreo rey D. Ramiro. Deos lhe aya saude a alma, requiescat in pace.....».

IV

Sobrevivências

Eis o sumário das duas versões da lenda:

Além do facto primacial — a conquista do *Castro de Mahamuti,* referem-se, como acabamos de ver, à ascendência do Lidador. Ainda insistiremos nesta parte. ¿Gonçalo Mendes da Maia descenderia da primitiva união dum batalhador cristão e duma dama moura?

O Dr. Alberto Sampaio não impugna esta origem da família do Lidador; afirma até que não lhe repugna admiti-la. E é realmente possível, visto que, do longo combater das duas raças, não faltaram raptos e uniões sexuais mixtas.

Da lenda que nos ocupa há sobrevivências. Merece primária atenção a sobrevivência literária. O acontecimento guerreiro, ou antes, a lenda que originou, perpetuou-se na poesia popular «verdadeiro tesouro que encontrou em Garret o mais cuidadoso defensor e guarda», como diz o Dr. Mendes dos Remédios.

No *Romanceiro* lá vem inserta a lenda, sob a denominação de *Miragaia,* onde a esposa de Ramiro se chama *Gaia,* e o local da sua morte às mãos do marido ultrajado é o próprio rio Douro, em frente a *Miragaia.*

«*Pois mira, Gaya.*» E, dizendo,
da espada foi arrancar:
«*Mira, Gaya,* que esses olhos
não terão mais que mirar.»
Foi-lhe a cabeça dum talho.
E, com o pé, sem olhar
borda fóra empuxa o corpo....
.....
.....
E d'além Doiro, essa praia —
onde o barco ia a aproar,
quando bradou — *Mira, Gaya!,*
o rei qne a vai degolar —
ainda hoje está dizendo,
na tradição popular,
que o nome tem *Miragaya*
d'aquele fatal mirar.»

Nem só a poesia registou e guardou a tradição do feito; as vereações de Vila Nova de Gaia, vaidosas da localização, no seu concelho, dos sucessos atestados na lenda, intende-

ram bem perpetuá-los no seu brazão e nos nomes duma rua e duma fonte.

O escudo municipal ostenta ao alto a figura do Rei Ramiro buzinando no seu corno. A íngreme ladeira que sóbe ao Castelo de Gaia é a rua do Rei Ramiro. Uma fonte vulgar dessa ladeira é a fonte do Rei Ramiro, porque os édis gaienses intenderam ser aquela a fonte, onde se encontraram pela primeira vez a moura Ortega e Ramiro disfarçado em peregrino, como refere a lenda!

Em conclusão: A lenda do Rei Ramiro, despida dos seus novelescos enredos, torna-se verdadeiramente interessante, por atestar um facto histórico que as crónicas nacionais mal apontam, mas sobre que há testemunhos ligeiros embora insuspeitos, como vimos.

Porto, Outubro de 1922.

JOSÉ MACIEL FORTES.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 8, pag. 388)

Os duros e pezados sacrifícios que a guerra impunha a Marvão tinham empobrecido de tal forma o concelho que em breve novas queixas êle se via obrigado a levar perante o monarca por intermédio do procurador que a vila elegera às côrtes. Alegava então a Câmara que os moradores sofriam muito com os freqüentes ataques e entradas do inimigo, o qual se havia assenhoreado de parte do termo há mais de um ano; que *a maior parte dos moradores* havia sido aprisionada e remetida para Castela, onde morriam muitos, estando a tal ponto reduzida a população da vila que dos 500 vizinhos que até então nela se contavam êsse número ficara reduzido a 300.

Além dêstes graves prejuízos para a economia do concelho os males que daí resultavam eram ainda agravados pelo estado de miséria a que se via reduzida a escassa população da vila, cujas casas haviam sido *«saqueadas de tudo»*, queimadas as fazendas do termo e impossibilitados os lavradores de poderem cultivar os campos, sob a constante ameaça dos ataques do inimigo, e por isso mesmo abandonados e quási desertos.

Esta dura situação que o concelho atravessa é confirmada pelo prior da igreja matrís Padre Frei Miguel Viegas Bravo, em 23 de Fevereiro de 1756, no inquérito que se fez em todo o país por mandado do Marquês de Pombal, a propósito do grande terremoto de 1 de Novembro de 1755. Ali se diz que uma das causas da enorme diminuïção de habitantes na freguesía matrís tinham sido os grandes estragos causados pelos castelhanos na vila, os quais tinham arruïnado muitos edifícios, que nunca mais se haviam reparado pela extrema pobreza em que ficara a vila. As causas acima indicadas con-

tribuíam para a completa paralização de todos os negócios e transacções sôbre bens de raíz. A velha indústria de lanifícios, que, com maior ou menor incremento vinha já de longe e era já antiga principalmente na séde do distrito e nas vilas de Castelo de Vide e Marvão, encontrava-se também na mais completa decadência em virtude da falta de gado tão necessário à lavoura e à industria e manufatura das lãs. *Não se fabricavam os panos,* diziam os representantes em côrtes, tão precisos aos habitantes da vila e termo, queixas que mais uma vez faziam nos seus capítulos para assim justificar o pedido de isenção do imposto da sisa que havia sido repartida ao concelho.

A justiça das alegações dos procuradores da vila foi reconhecida pelo alvará de 24 de Maio de 1708, em virtude do qual se isentou o concelho do pagamento do referido tributo durante o praso de quatro anos (1).

Nos capítulos às côrtes a que nos vimos referindo encontram-se também referências à população do concelho no ano de 1668, calculada então em 300 vizinhos, número que aproximadamente corresponde ao que é dado na *Corografia* do Padre António Carvalho da Costa. Esse número era distribuído da forma seguinte (2):

Na vila.....	150	vizinhos
Freguesia de S. Salvador de Aramenha	80	»
Freguesia de S. Julião, anexada então ao concelho.....	50	»
Total	280	»

Se compararmos agora o número acima expresso de 280 vizinhos, ou sejam 1:120 habitantes, tomando a média de 4 habitantes por cada fogo, com os números estatísticos que vimos indicados com respeito a Marvão no censo organizado em 1527, notar-se há um decrescimento de 860 habitantes, facto que vem confirmar o que acima dissemos acêrca das causas de despovoamento do concelho e dos estragos e prejuízos que a guerra havia trazido à economia de toda a região situada ao longo da fronteira.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. João V,* liv. 30, fl. 153.

(2) *Corografia Portuguesa,* tom. II, pág. 560.

Terminadas, porém, estas circunstâncias desfavoráveis após a celebração do tratado de paz com a nação vizinha, começa logo a acentuar-se um certo progresso e desenvolvimento, conquanto lento e gradual, na população, na indústria e na agricultura do concelho. Assim é que no ano de 1739, segundo nos diz Oliveira Freire (1), já na sua área se contavam 344 fogos, ou sejam 1:145 habitantes, o que representa um aumento em relação ao censo de 1708, pequeno é verdade, mas em todo o caso denunciando já certa revivescência na vida populacional do concelho, acompanhada ao mesmo tempo de uma mais intensa e mais confiada laboração agrícola na área das suas freguesias rurais.

Na colecção das *Memorias Parochiaes* (2), organizadas a pedido do Padre Luís Cardoso, o prior da igreja matris de Marvão, o já acima referido Padre Frei Miguel Viegas Bravo, em 2 de Maio de 1758, dava como existentes na área da sua freguesia, *intra-muros* da vila, o número de 205 fogos com 380 pessoas, e na área rural desta mesma freguesia 9 fogos com 47 pessoas, perfazendo um total de 427 habitantes.

Na freguesia de S. Tiago, em 15 do mesmo mês e ano, contava o prior encomendado, Padre Domingos Rodrigues Fronteira, 189 vizinhos (fogos), com 187 pessoas *intra-muros* da vila, e na aldeia dos Galegos, Pitaranha e outros pequenos casais, 49 vizinhos com 231 pessoas, ou seja o número total de 418 habitantes para toda a freguesia.

Em Santo António das Areias informava o pároco da respectiva freguesia, Padre Manuel Morato Sanches, a 20 do referido mês, haver ali 86 fogos com 353 pessoas distribuídas pelos seguintes lugares: o monte dos *Barretos,* onde viviam 25 vizinhos com 98 pessoas, das quais 79 eram maiores e 29 menores; o monte da *Ranginha,* composto de 17 vizinhos com 70 pessoas, sendo 39 maiores e 41 menores; o monte dos *Cabeçudos* composto de 13 fogos com 57 pessoas, sendo 35 maiores e 22 menores; o monte da *Seiceira* composto de 6 fogos com 21 pessoas, das quais 17 eram maiores e 4 menores.

Na sua informação dá êste pároco o curioso e interessante promenor de existirem na área da mesma freguesia

---

(1) António de Oliveira Freire — *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal.*

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Colecção de 44 volumes manuscritos.*

grande número de casais demolidos, principalmente nos sítios da *Comeada, Ayres* e *Vidaes,* onde se levantavam antigamente *grandes moradias,* as quais, *por falta de gente,* se não reedificavam.

Na freguesia, também rural, de S. Salvador de Aramenha, contava o pároco João Rodrigues Ramilo, em 17 do mesmo mês, 212 fogos com 884 pessoas, nos quais havia *591 pessoas de comunhão, 103 menores e 186 inocentes,* distribuidas pelos seguintes lugares: na aldeia da *Escuza* 91 casais (1) com 243 pessoas de comunhão (maiores), 35 menores e 78 *inocentes,* na totalidade de 356 habitantes; na aldeía do *Porto da Espada* 41 casais com 122 pessoas maiores, 20 menores e 44 *inocentes,* perfazendo o número total de 186 habitantes; o monte do *Carvalhal* 7 casais com 20 pessoas maiores, 5 menores e 1 *inocente,* na totalidade de 26 pessoas; o monte das *Reveladas* com 20 casais e neles 49 pessoas maiores, 11 menores e 16 *inocentes,* ou seja o total de 76 habitantes; os *Alvarrões* com 8 casais, ou sejam 26 pessoas maiores, 7 menores e 11 *inocentes,* na totalidade de 44 habitantes; na *Ribeira, Ferrarias* e mais sítios circunvizinhos, 45 casais com 128 pessoas maiores, 29 menores e 36 *inocentes,* no total de 193 habitantes.

Na sua minuciosa e detalhada informação acrescentava êste pároco que o número de casais tinha crescido desde 1706, fundando a sua asserção do que constava do livro de lançamentos do mesmo ano e pelo qual se verificava haver então na área da sua freguesia a escassa população de 76 casais. Notava também, à semelhança do que se observava nas outras freguesias rurais, existirem na sua área casais despovoados e em ruínas, principalmente na freguesia de S. Sebastião dos Galegos, junto da raia, cuja igreja fôra demolida no período cruento da guerra da aclamação e a qual se encontrava ainda sem pároco por não haver gente suficiente que lhe pagasse o salário. Por êste motivo era a referida freguesia paroquiada em alternativa pelos párocos das duas freguesias da vila, que recebiam por isso os dízimos em proporções iguais aos das outras freguesias do termo. Actualmente esta freguesia encontra-se incorporada na freguesia de Santa Maria com sede na vila.

Finalmente, na freguesia de S. Julião, pertencente hoje ao

---

(1) Casais são designados aqui como sinónimo de fogos.

concelho de Portalegre, contava o pároco, Padre José António de Sousa, 93 fogos com 220 habitantes.

Publicamos a seguir a tabela que organizamos com os números estatísticos que nos fornecem as informações paroquiais a que temos aludido, para mais fácil elucidação do movimento populacional do concelho nos anos a que ela se refere:

Marvão — Concelho e freguesias	População em 1756			População em 1758			
	Menores de 7 anos	Maiores de 7 anos	População total	Fogos	População urbana	População rural	População total
Concelho	573	2.136	2.699	843	567	1.735	2.302
Santa Maria	79	328	407	214	380	47	427
S. Tiago	120	623	743	238	187	231	418
Santo António das Areias	74	249	323	86	–	353	353
S. Salvador da Aramenha	203	652	855	212	–	884	884
S. Julião	97	284	381	93	–	220	220

Comparando agora estes dados estatísticos com os números indicados no censo mandado organizar em 1527, ou sejam 495 fogos correspondentes à totalidade de 1980 habitantes, e tendo em consideração o que já acima dissemos acêrca do decrescimento da população no período agitado de lutas na fronteira, concluir-se há o seguinte:

Terminada a guerra, causa principal do atrazo do povoamento do concelho e da paralização da sua vida agrícola, a população começa logo a desenvolver-se com grande intensidade, elevando-se o número de fógos quási ao dôbro em proveito especialmente dos campos, até então forçadamente abandonados e quási desertos. O que se passa em Marvão repete-se igualmente em todas as terras e praças militares da fronteira, sendo afinal um fenómeno geralmente observado em todos os povos na história da maior parte das vilas fortificadas assentes, por isso mesmo, em sítios de difícil acesso. A sua elevada situação, a imperiosa necessidade da sua defesa como que as obriga a viver no apertado e estreito recinto de uma dupla cortina de muralhas ameiadas, com as

suas tortuosas e ladeirentas ruas em degraus e sob o aspecto severo e sombrio dos seus fortes cubelos e torreões. Activas e excessivamente povoadas durante o período da guerra pela afluência da população dos campos que nelas procura abrigo mais seguro, essas vilas recaem, finda ela, naquele recolhido silêncio, naquela adormecida serenidade que se segue ao cansaço extenuante das longas vigílias, das nervosas e mal dormidas horas de luta.

Assim sucedeu, pois, em Marvão. Depois de celebrada a paz com Castela começa a vila a despovoar-se em proveito dos campos, que readquirem agora a faina e o labor a que os seus habitantes afoitamente se entregam, substituídas as armas de guerra pela enchada e pelo arado, instrumentos produtivos, abençoados e fecundos da paz.

Do abandono da vila pelos seus moradores e da sua constante e progressiva migração para os campos e aldeias do termo se queixa, em 1758, o prior da Matriz, afirmando ser tão intensa essa retirada que já se não reedificavam as casas que caíam na vila; contavam-se já então nessas circunstâncias umas 46 moradias abandonadas e na mais completa ruína. Desde essa data em diante a decadência da velha fortaleza cada vez mais se acentua, salvo uns pequenos intervalos de curto e passageiro esplendor no período agitado da guerra civil em que a vila se transforma em asilo onde se recolhem muitas das principais famílias dos arredores. Em compensação a êste êxodo dos moradores em prejuízo da vila e proveito dos campos e aldeias do termo vai corresponder mais desafogada situação económica, conseqüência de maior desenvolvimento e de mais larga expansão da agricultura do concelho.

Em 1758, a julgar pelos elementos estatísticos do censo que atrás reproduzimos, verifica-se que a vida já então estava em todo o concelho na maior actividade e laboração. Com efeito, em todos os montes e casais do termo, mesmo em sítios afastados das aldeias, nós vamos já encontrar pequenos núcleos de população sedentária, não sendo para desprezar a informação que o respectivo pároco dá de se contarem nesses lugares grande número de *inocentes,* sinal evidente de que novos lares se iam ali formando, lares que traziam portanto um acréscimo de vidas à população do concelho. E se percorrermos toda a fértil área do termo, tomando em consideração as notícias respigadas nas informações dos párocos, notaremos também, a par do desenvolvimento da população rural, que já em toda a parte a existência de uma razoável

variedade de culturas é segura prova da actividade agrícola que esses pequenos núcleos de população iam desenvolvendo.

Assim é que, a partir da vertente norte do elevado morro onde assenta a vila e que em mais suave declive se estende até às planícies arenosas e às manchas graníticas e fraguentas dos campos de Santo António e da Beirã, já então a vista poderia descobrir, na tonalidade variada e pitoresca da paísagem, aspectos novos da sua vegetação: a meio da encosta o verde vegetal dos seus copados e luxuriantes castinçais, por entre os quais uma ou outra casa alegremente caiada se descortina como que espreitando a medo por entre o céo de verdura que a envolve; para as bandas da Abenaia e da fresca Abegôa o tom variado dos seus belos pomares e das suas fartas e regadas *fazendas;* aqui e ali as alinhadas fileiras dos páus das vinhas, abundantes então, profusamente espalhadas pelo termo, hoje infelizmente na sua maior parte quási de todo perdidas. Lá mais em baixo, na planície que vai morrer nos barros íngremes do Sever, já então se cultiva com segurança o centeio e o trigo começando mesmo a aparecer, aqui e ali, uma ou outra mancha cinzenta de novos olivais. Esta cultura, porém, devia ser ainda muito pouco intensa, pois a julgar pelo que nos dizem os livros do arquivo da Câmara dois lagares bastavam para a faina da moedura da azeitona da produção de todo o concelho. Nas terras mais pobres desta área, amontoadas de caprichosas fráguas, de *canchos* e *lincheiras,* por entre as quais crescem os pastos, já se criavam numerosos rebanhos de gados, cuja lã era aproveitada para o fabrico das saragoças que desde velha data existia no termo.

Á Câmara Municipal da vila pertencia então o rendimento de algumas dessas pastagens que era costume dar, por arrematação, aos criadores de gado, rendimento que devia ser um tanto ou quanto avultado a julgar pelas despezas a que deveria ser aplicado, tais como: pagamento ao médico do partido, ao boticário, ao mestre de latim, ao mestre da escola da vila, aos prégadores nas tardes da quaresma e no tríduo das quarenta horas, e ainda a várias obras pertencentes ao bem comum do concelho. Êste rendimento, como tivemos ensejo de ver em documentos do arquivo municipal, de tal forma se foi reduzindo com o arroteamento e cultura das terras que chegou a ponto de mal chegar para a dotação do partido médico, o que trazia grandes inconvenientes ao concelho.

Existia, pois, já neste tempo, a par da prosperidade agrícola que notamos, um grande desenvolvimento na indústria e criação de gados. Assim o confirma o requerimento que em Abril de 1758 é dirigido ao rei por João Tavares Cid Delicado, monteiro-mór da vila de Marvão, pedindo para que a Câmara pudesse contribuir anualmente com a quantia de 12$000 réis para se fazerem três montarias, a 4$000 réis cada uma, quantia que não seria pezada ao município em vista de haver sobras nos seus rendimentos. Alegava o monteiro-mór a grande utilidade que resultaria desta medida para a agricultura em virtude da *multidão de bichos* que infestavam o tarmo e que muito dano causavam à criação dos gados e de éguas, mòrmente em razão de se conservar na vila uma *coudelaria.*

Êste requerimento é enviado ao corregedor da comarca que procedeu à respectiva informação em 21 de Janeiro de 1760, data em que são inquiridas como testemunhas, Jerónimo da Mota Mousinho, Fernando José Monteiro, pessoas das principais da vila, e Simão Fernandes, *mercador de mercearia.*

Concluidas as diligências usuais em processos desta natureza, foi, finalmente, autorizado o monteiro-mór a promover as montarias requeridas, ordenando-se, porém, que para se levarem a efeito deviam armar-se à sua custa as pessoas do povo que nelas quizessem tomar parte, em virtude de nada se poder dispender dos rendimentos do concelho (1).

Se da freguesia de Santo António das Areias passarmos agora aos vales pitorescos e às frescas e viçosas veigas que marginam a ribeira de Marvão, na freguesia de S. Salvador de Aramenha, observaremos que a bondade e a situação amena dêste canto do concelho, as suas optimas condições de salubridade e de riqueza produtiva, haviam atraído igualmente núcleos de moradores que em breve se estendem e dilatam por todos os recantos desta região.

Assim é que na escondida aldeia do Pôrto da Espada, então embrionária ainda, a população atinge um enorme desenvolvimento, acompanhado de igual impulso na agricultura dos seus campos, que em pouco tempo se cobrem de frondosos soutos, de verdejantes hortas e pomares, de acinzentados olivedos, de frescas alfombras e linhais.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço,* maço 368. — *Portalegre,* anos 1759-1760, doc. 82.

Nas vertentes das serras que desde o pitoresco sítio da Portagem correm paralelas à serra de S. Mamede, que lhes fica sobranceira, aparecem-nos já, em princípios do século XVIII, referências aos carvoeiros de *picão,* carvão feito do mato de joina e das plantas rasteiras que ali crescem em abundância. Esta pequena indústria é especialmente peculiar e tradicional na freguesia de S. Julião, cujos habitantes são por isso conhecidos na linguagem regional pela alcunha de *carvoeiros,* como os da vila de Marvão por *pelados,* os das margens da ribeira por *moleiros,* os da aldeia da Escuza por *caleiros* e os da próxima vila de Castelo de Vide por *cardadores.*

Nas margens da ribeira de Marvão as velhas azenhas e moínhos que durante o longo período das guerras na fronteira permanecem sem movimento ou convertidos, na sua maior parte, em abandonadas ruínas, reedificam-se e em breve se enchem de uma activa e laboriosa população de moleiros, uma das mais antigas indústrias de que nos dão testemunho os velhos documentos da história da região.

Por volta de 1758 quer nas informações paroquiais a que temos aludido, quer nos livros e documentos do arquivo da Câmara, são freqüentes as referências a muitas dessas azenhas, situadas em geral na freguesia de S. Salvador de Aramenha, onde se nota já a existência das seguintes: uma ao norte do sítio das Reveladas, outra mais a juzante, na ribeira dêste nome, no sítio denominado Gáfete das Reveladas; a poucos passos dêste lugar, junto à ribeira das Naves, mais cinco azenhas funcionavam já nesta época; uma outra no sítio dos Alvarrões, perto do qual existiam ainda alicerces, paredes e canos de boa cantaria, restos de engenhos que outrora ali se erguiam. Nos Olhos de Água, abundante manancial, origem do rio Sever, existia já nessa época uma azenha, um moínho de cabo e um pisão, no sítio onde depois se levantou o edifício da fábrica de moagem que pertence actualmente ao Sr. Maçãs e que veiu contribuir, pelo aperfeiçoamento do seu maquinismo, para a decadência das primitivas azenhas da região.

Em toda a orla da ribeira muitos outros moínhos se reedificaram ou de novo se construíram e que serviam não só para a moagem dos cereais do concelho, como também para os de Castelo de Vide, Alpalhão e ainda a de outros lugares mais afastados, especialmente em anos de grande estiagem.

A indústria de lanifícios, também já muito antiga nos dois concelhos vizinhos de Marvão e Castelo de Vide, recomeça, após a guerra, nos pisões estabelecidos nas margens da ri-

beira, atraindo para ali novos casais que, com os dos moleiros, ficou constituindo a chamada *população da ribeira.*

Na aldeia da Escuza, assim chamada pela sua situação oculta e escondida entre a copada e viçosa ramaria dos seus hercúleos e nodosos castanheiros, toma também grande incremento a indústria da exploração das *caleiras,* ricas pedreiras de cal preta e branca situadas na colina que corre a leste desta aldeia e cujos pendores vão suavemente morrer na desafogada e fertilíssima planura do prado de Marvão.

Do que temos exposto podemos pois concluir que, restabelecida a tranqüilidade na fronteira, o organismo da população do concelho avigora-se e dilata-se, levando a vida a todos os cantos da sua área.

Com efeito, depois de um período de guerra, de fome ou de grande epidemia é facto largamente observado suceder-se, quási sempre, uma época de natalidade abundante, um acréscimo apreciável na estatística da população (1).

Para êste resultado devia também ter contribuído em parte a medida que em 1787 se pôs em prática no sentido de fazer aumentar a fraca densidade da população da província do Alentejo e de promover a sua colonização e povoamento. São a êste respeito interessantes as notícias que tivemos ensejo de encontrar quando percorremos os livros da antiga *Intendência da Polícia,* campo fértil de elementos importantes para o estudo demográfico e político do país.

Com o propósito de dar novo impulso à colonização da província, oficiava a Intendência Geral da Polícia, em 19 de Junho do referido ano de 1787, aos Ouvidores das comarcas de Vila Viçosa, Avís e Ourique, e Corregedores de Évora, Portalegre e Elvas, pedindo para que os Juízes de fora e Juízes ordinários das respectivas correições informassem acêrca do número de casas humildes, de herdades e montes deshabitados nas vilas e lugares das suas jurisdições, recomendando-se-lhes a observância da lei que impunha aos proprietários a obrigacão de reedificarem todos os casais arrüinados. Em cumprimento desta diligência ordenava-se aos escrivães das Câmaras dos referidos lugares que deveriam organizar estas relações no termo perentório de dez dias (2).

A explicação da urgência pedida pelo Intendente da Po-

---

(1) Bento Carqueja — *Portugal Económico*, pág. 281.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia — Comarcas do Sul,* liv. 158, fl. 206.

lícia no cumprimento da sua ordem é dada em oficio que a 27 do referido mês êle envia ao Corregedor de Portalegre, remetendo a esta autoridade uma relação de 42 casais de ilhéus que, como colonos, deveriam ser alojados na cidade e nos seus arrabaldes.

Nas instruções que acompanhavam esta relação faziam-se as seguintes recomendações e advertências: a cada um dos referidos colonos mandava-se abonar o salário de 40 réis, lembrando-se à Câmara Municipal de Portalegre a conveniência de dividir em sortes os baldios que possuisse e de os aforar aos mesmos colonos no interêsse da agricultura e da população do país. Recomendava-se que alguns dêstes colonos deveriam ser colocados nas fábricas de fiação da cidade, e quanto às mulheres se lhes distribuisse uma certa quantidade de linho que pela mesma relação se enviava para ser por elas devidamente fiado.

Pela lista de inscrição dêsses colonos verifica-se terem vindo de Angra, Ilha Terceira, a bôrdo de bergantim — *Senhor dos Paços* — do comando do capitão Manuel Cláudio Xavier Vidal (1).

Em 28 do já referido mês oficiava também o Intendente Geral da Polícia ao coronel do regimento de infantaria n.º 8, de Castelo de Vide, dando-lhe instruções para se alistarem no mesmo regimento, como recrutas, certos e determinados ilhéus mencionados em relação separada, devendo ser para isso prèviamente inspecionados. Os que fôssem julgados incapazes para o serviço das armas deveriam empregar-se nos serviços agrícolas da região.

Era especialmente recomendado ao mesmo coronel que os novos recrutas, nos primeiros meses de alistamento, deveriam sòmente saír acompanhados de soldados veteranos, por isso que a experiência tinha mostrado que dessa forma as novas praças mais fàcilmente se adaptavam ao serviço militar.

Para o integral cumprimento de todas estas ordens e instruções oficiava-se igualmente ao governador das armas da província, que era então o Visconde da Lourinhã (2).

Na curiosa e interessante correspondência trocada entre o Intendente da Polícia e os Juízes de fora das diferentes comarcas do distrito acêrca dêstes ilhéus não encontramos

---

(1) *Loc. cit.*, fls. 284 e segg.
(2) Ibid. — *Loc. cit.*, fl. 214.

referência directa a qualquer grupo que se estabelecesse na vila ou no termo de Marvão; é, porém, muito provável que para ali fôssem também repartidos alguns dêsses colonos, certo como é, e como já mostrámos, que existiam nos campos do concelho várias casas e lugares desabitados em virtude dos prejuízos e estragos sofridos durante o largo período das guerras com Castela.

No capítulo seguinte mostraremos como a população do concelho, restabelecida a calma em toda a fronteira e terminadas as lutas civis, continúa a desenvolver-se com manifesto e útil proveito da cultura dos seus pitorescos e abundosos campos.

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 7, pag. 337)

Extravagantes. Regvlæ Cancelariæ Cum alijs quamplurimis Decretis, á Sanctiss. Patre Pio V. Pontifice Max post sacrosanctũ Tridentinum Conciliũ promulgatis: & simul hic editis. Quæ continentur seqũs pagella indicabit. (Estampinha representando S. Pedro e S. Paulo). *Conimbricæ. Excudebat Ioannes Barrerius. Cum facultate Inquisitoris & Ordinarij. Anno M.D.LXVIII.*

8.º, sem numeração até K iii.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Esta edição foi compilada por Sebastião Stockamer. Ha outra edição de Vizeu, 1570, impressa por Manuel João. N'este mesmo anno imprimiu em Lisboa Antonio Gonçalves uma compilação identica, *Sanctiones Apostolicæ extravagantes et Regulæ Cancellariæ,* de que existem exemplares na Bibliotheca de Evora e na Torre do Tombo.

Bvlla do Sanctissimo Nosso Senhor ho Senhor Pio por a divina Providentia, Papa V. Da extensam de todos os priuilegios âs ordẽs dos Mendicantes per sua Sanctidade cõcedidos. Com noua concessaõ delles â Congregação de Sancta Cruz de Coimbra, da ordem de S. Augustinho dos Conegos Regulares, & a outras ordẽs & Congregações nella nomeadas. Cõ certas declarações, decretos & prohibições do S. Padre Papa Pio V. Nosso Senhor. De Motu Proprio. (Estampinha religiosa). *Em Coimbra. Em casa de Ioaõ de Barreyra. Anno 1568.*

8.º, 24 folios innumerados.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

M. Acii Plavti, Comediæ qvator. Avlvlaria. Captivi dvo. Stichvs. Trinvmmvs. (Monogramma da Companhia). *Ex quibus ea deleta sunt, quæ bonis moribus nocere possent. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. M. D. LXVIII.* — No fim: *Apud Ioannem Barrerium. M. D. LXVIII. Cum facultate Inquisitoris et Ordinarij.*

4.º, marcação de 16, os cadernos rubricados A A viii, etc., sendo o ultimo de 3 folhas T T iii. Sem numeração de folhas.

No 1.º folio o Privilegio, de 14 de setembro de 1567, em favor de João de Barreira, para imprimir diversas obras jesuiticas. No 2.º, a advertencia ou prologo do editor: *Iacobvs Ferdinandes ex Societate Iesv, pietatis, ac bonarũ Literarum studiosis adolescentibus.*

Os versos são largamente espacejados para dar logar a annotações.

Exemplar da Bibliotheca Nacional de Lisboa, que possue outro exemplar, com a particularidade de ter o millesimo do frontispicio M. D. LXVII, embora a subscripção final seja identica.

A comedia *Capteivei,* tanto n'um como n'outro, tem a data 1567.

M. Val. Martialis Epigrammaton selectorvm libri XIIII. (Escudo do dragão pequeno). *Apud Ioannem Barrerivm. Anno 1569. Cum facultate Inquisitorum.*

8.º, 4 folhas preliminares innumeradas, incluindo frontispicio, 47 numeradas pela frente.

Diz no fim: *Omnes xiiii Libri parati erant ad imprimendum: sed visum est hos quinque solum nunc excudere.*

No verso do frontispicio, a vida de Martial, por Pedro Crinito. Segue-se o prologo ao leitor de Emanuel Aluarus.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Loci commvnes Sententiarvm et exemplorvm memorabilivm, ex probatissimis scriptoribus probatissima electione deprompti, liberaliũ artium studiosis & Catholicæ obser-

uationi consecratis perutiles lectio. Colligebat Andreas Eborensis. Anno M. D. LIX. Quin. Cal. April. — No fim, verso do folio 330, por baixo de uma carta laudatoria ao auctor, em latim, de frei Fernando de Tavora: *Conimbricæ. Excudebat Ioan. Barrerius Idib. Ianuar. Anno M. D. LXIX.*

8.°, 9 folhas preliminares innumeradas, 330 folios.

No verso do frontispicio a approvação de frei Manoel da Veiga, de 5 de novembro de M. D. LVI.

Este 1.° volume é dedicado aos padres de S. Domingos. O 2.° volume tem o seguinte titulo:

Locorvm commvnivm Tomus posterior. Exempla memorabilia continens, ex probatissimis qvibvsqve, tam ethnicis quàm sacris scriptoribus peruigili lectione deprompta, & in tres diuisa partes vt lectoris facilitati consultum sit: prima namq; de virtutibus, secunda de vitijs, tertia de reliquis materijs agit: liberalium artium studiosis, & catholicæ obseruationi consecratis perutilis lectio. Colligebat Andreas Eborensis. Cum Licentia sanctæ Inquisitionis. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. Anno 1569.

8.°, 378 folios, mais 4 innumerados de Index, no fim do qual: *Apud Ioannem Barrerium. Anno 1569.*

Nas preliminares: carta dedicatoria a frei Luis de Granada; carta d'este em resposta; carta do dr. Thomé Rodrigues, medico, irmão do auctor.

Barbosa diz que o 1.° volume se imprimira pela vez primeira em Coimbra em 1554, e o 2.° em 1567.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Este libro he do começo da historia de nossa redençam, que se fez para consolaçam dos q̃ naõ sabẽ latim. Pede o Autor delle aos lectores que com charidade lhe digam por amor de Deos hũ Pater noster polla alma. M. DLXX. — No fim: *Em Lisboa. Por Ioam de Barreira. Impressor del Rey. M. D. LXX.*

Folio, 2 folhas innumeradas, 191 pag.

Exemplar da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, descripto nos *Cimelios*, pag. 299.

Dictionarivm Latino Lvsitanicvm & vice versa Lusitanico latinũ, cum adagiorum ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione: Ecclesiasticorum etiam vocabolorum interpretatione. Item de monetis, ponderibus, & mensuris, ad præsentem vsum accommodatis. Nouè omnia per Hieronymũ Cardosum Lusitanum congesta. (Escudo de armas reaes). *Recognita vero omnia per Sebast. Stokamerum Germanum. Qui libellum etiam de proprijs nominibus regionũ, populorum, illustrium virorum, fluuiorum, montium, ac aliorum complurium nominum & rerum scitu dignarum, historijs & fabulis poëticis refertum, in vsum & gratiam Lusitanicæ pubis concinnauit & ex integrò adiecit. Cũ sanctæ Inquisitiõis Magistratus approbatione. Excussit Ioan. Barrerius. Conimbricæ. 12. kal. Iulij 1570. Com priuilegio Real. Em papel taxado a ... rs.*

8.º, aspecto de 4.º, A A v, etc., diversas numerações para cada parte.

O *Dictionarivm de monetis & ponderibus,* diz no fim: *Conimbricæ Apvd Joannem Barrerivm. Septen Idvs Jvlii. M. D. LXIX.* O *Dictionarivm de Propriis nominibvs* tem frontispicio proprio e diz em baixo: *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. Calend. Iul. M. D. LXIX.*

Bibliotheca da Universidade.

Ioannis Despauterij, De arte Grãmatica Carmina Cũ quibusdam alijs ad puerorum institutionẽ necessarijs. Nunc castigatiora omnia. Apud Ioannem Barrerium. Cum licentia, & Priuilegio. Anno 1570.

Este titulo dentro de um porticosinho gravado, cuja base é identica á da *Sem Ventura Isea.*

8.º, 80 folios numerados pela frente. A numeração, porém, está muito errada, devendo ser 88 os folios, pois a obra compõe-se de onze cadernos de A a L. O texto principia logo no verso do frontispicio.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Ley de como ham de hir armados os Nauios que destes Reynos nauegarem.

Este titulo, em tres linhas, está no fundo da pagina do rosto, a qual é quasi toda occupada por uma gravura repre-

sentando as armas de Portugal encimadas de elmo, corôa e dragão alado. O verso do rosto é em branco. A folha immediata, onde começa a lei, está numerada com o algarismo 2 e seguem numeradas (só de um lado) as folhas até 24 inclusive. Este folheto contém mais do que a lei indicada no rosto, pois a folha 19 verso encontra-se a *Ley sobre o peccado de Sodomia* (de 9 de março de 1571), e a folha 21 verso encontra-se a *Ley sobre os liuros de hereges & defesos* (de 18 de junho de 1571).

Depois d'esta lei, encontra-se na ultima pagina do livro a indicação seguinte: *Impressas em Lisboa, em casa de Ioão da Barreira, Impressor del Rey nosso Sñor. M. D. LXXI.*

Na Bibliotheca da Universidade ha dois exemplares (um d'elles porém sem rosto) e ambos se encontram annexos a exemplares das *Leys e provisões* de D. Sebastião impressas por Francisco Correia em Lisboa em 1570.

Regimento e Estatutos sobre a reformação das tres Ordens Militares.

8.º

Ribeiro dos Santos diz que costumam andar juntos com a collecção de leis de Francisco Correia.

N. B. — No fim de um dos exemplares das *Leys e provisões* de D. Sedastião impressas em Lisboa em 1570 por Francisco Correia, existentes na Bibliotheca da Universidade, encontra-se annexo um folheto no mesmo formato, mas sem frontispicio, no alto de cujas paginas se lê n'uma: *Regimento & estatutos,* n'outra: *Das tres ordẽs Militares.*

A primeira folha d'este exemplar (a que falta, como já se disse, o frontispicio) não está numerada no alto, mas inferiormente tem a indicação Aij; a immediata está numerada no alto com o algarismo 3, e seguem numeradas as folhas até 14 inclusive. No verso d'esta folha 14 ha declaração de que por *Belchior Damaral* foram publicados este regimento e estatutos na villa de Almeirim a 9 de fevereiro de 1572.

D'este exemplar não consta o nome do typographo nem o anno da impressão. Indical-o-ia o frontispicio?

Porventura Ribeiro dos Santos examinou algum exemplar com frontispicio, onde viria o millesimo 1572. A não ser assim, é de crer que se guiasse então pelo anno em que a lei foi publicada (não impressa) em Almeirim.

Segvnda parte dos dialogos da imagem da vida Christam: O primeiro he da tranquillidade da vida. O segundo

da discreta ignorancia. O terceyro da verdadeyra amizade. O quarto das causas. O quinto dos verdadeiros & falsos bẽs. Compostos por frey Hector Pinto frade Ieronymo, doctor em Sancta Theologia. Em Lisboa. Agora novamente saydos a luz. Impressos per Ioã de Barreira. A custa de Ioaõ Despanha mercador de libros. Vistos & approuados pollo sancto officio & ordinario. Com priuilegio Real. M. D. LXXII.

8.º, 7 folhas preliminares innumeradas, 652 numeradas pela frente.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Imagem da Vida Christam ordenada per dialogos, como membros de sua composiçam.... Compostos per F. Hector Pinto frade Ieronymo, e per elle acrescentados nesta quarta Impressam. Em Lisboa. Impressos per Ioaõ de Barreyra á custa de Joaõ de Espanha mercador de libros. Anno de 1572. Com privilegio Real.

Reproduz a approvação de frey Manuel da Veiga da edição de 1563.

Parece-nos occasião opportuna de retificar a descripção que démos sob o n.º 61. O exemplar da Universidade está incompleto. O Sr. Annibal Fernandes Thomaz, que nos communicou esta retificação, possue um que tem 340 folhas e não 335, como aquelle, sendo as 336 a 340 occupadas pela descripção das *Armas de Coimbra*. — No fim do recto da folha 340 diz: *Vi este papel, & naõ tem nada que contradiga á sancta fé catholica. Frater Martinus de Ledesma.* No verso: *Impresso em Coymbra por Ioaõ de Barreyra, á custa de Antonio Coruete, mercador de libros. M. D. LX. Aos xv de Feuereyro.*

Emmanvelis Alvari é Societate Iesv De Institutione Grammatica libri tres. (Monogramma da Companhia). *Olyssippone. Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius. M. D. LXXII. Taxado cada volume a 160 rs em papel.*

1 vol. 4.º, 4 folhas preliminares innumeradas, 243 folhas numeradas pela frente, mais 3 pag. innumeradas de erratas.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Balthazar Telles (*Chronica da Companhia,* vol. 2.º, pag. 595), fallando do Padre Manuel Alvares, diz: «... deixou

mais impresso hum livrinho aureo, em que dá bastante noticia da cantidade das primeiras syllabas, que todas sam breves pera os muitos louvores qne elle merece».

Ora o 3.º livro da *Grammatica* trata *de syllabarum dimensione*. Ter-se-hia publicado á parte?

Calendarivm Perpetvvm, triginta sex tabvlis comprehensvm: Breviario Romano ex Decreto Sacrosancti Concilij Tridentino restituto, ac Pii. V. Pont. Max. iussu œdito cumprimis vtile & necessarium in Cœnobio Regio Diui Hieronymi apud Madritium olim confectum & impressum: nunc Olysippone typis multo elegãtioribus denuo excussum. Adiecto qvoqve ad calcem libri altero Sanctorum Hispanorum peculiari Calendario. Apud Ioannem Hispanicum. Bibliopolam, Anno Domini 1573. — No fim: *Vlyssipone Excudebat Joannes Barrerius. Anno 1573. Mense Octobris.*

8.º, sem paginação, os cadernos, afóra os preliminares, vão de A até Ff. Impressão, bastante elegante, a preto e encarnado. Approvação de D. Affonso de Castello Branco. Este exemplar, pertencente á Bibliotheca Nacional de Lisboa, tem notas manuscriptas e uma d'ellas relativa á sagração da sé de Miranda.

Primvs tomvs Concionvm de tempore, qvae á prima Dominica Aduentus vsque ad Quadragesimae initium in Ecclesia haberi solent. Adiectae svnt in fine quinque de Pœnitentia conciones, quae diebus Dominicis in Quadragesima post meridiem habitae sunt. Autore R. P. F. Ludovico Granateñ. sacrae Theologiae professore, monacho Dominicano. Olysippone, In officina Ioannis Barrerij, expensis Ioannis Hispani Bibliopolae. Anno Domini 1575. Con priuilegio de Castilla y Aragon. Esta tassado a tres marauedis el pliego. — No verso da pagina 589: *Explicit primvs tomvs, qui conciones eas continet, quæ ab initio Dominici Aduentus vsque ad initium Quadragesimae habentur. Excudebat Olysippone Ioannes Barrerius Typographus regius, expensis Ioannis Hispani. 1573* (sic).

Segue-se com novo frontispicio, continuando, porém, a mesma paginação: *Seqvvntur qvinqve de pœnitentia conciones.... Olysippone excudebat Ioannes Barrerius, expensis*

Ioannis Hispani. Anno Domini M.D.LXXIIII. Vai a numeração até pagina 694. No verso d'esta a subscripção: *Olysippone Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius, expensis Ioannis Hispani. Anno Domini 1574. Mense Aprilis.*

4.°, 6 pag. preliminares innumeradas, 694 pag.

Secvndus tomvs, etc., 1575.—Tem no fim: *Olysippone Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius, expensis Ioannis Hispani, Anno Domini 1574. Mense Aprilis.*

4.°, 10 pag. preliminares innumeradas, 866 pag.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

O 3.° tomo é impresso por Antonio Ribeiro, 1576.

D. Cypriani Soarez Societatis Iesv, De Arte Rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone, & Quintiliano præcipué deprompti. Nunc ab eodem authore recogniti, & multis in locis locupletati. (Monogramma da Companhia). *Cum facultate Ordinarij & Inquisitorum. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Typ. Reg. Anno Dñi 1575.*

4.°, marcação de 8.°, A Av, etc., 4 folhas preliminares, incluindo o frontispicio, 236 pag., afóra Index innumerado. Nas preliminares, prologo e prohemio.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Institvtionvm Dialecticarvm libri octo. Autore Petro Fonseca Doctore Theologo Societatis Iesv....—No fim do Index: *Excvdebat Conimbricæ Ioannes Barrerius Regius typographus Calend. Ianuar. Anno à Christo nato, Milesimo Quingentesimo Septuagesimo quinto.*

8.°, A Av, etc., 3 folhas preliminares innumeradas, 517 pag. afóra Index innumerado e 2 pag. innumeradas de erratas.

Bibliotheca da Ajuda.

Orthographia da lingoa portvgveza. Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem. Item um tractado dos pontos das clausulas. Pelo Licenciado Duarte Nunes do Liaõ. (Escudo. Palmeira com fructos: ao fundo, o sol na orla do horizonte. Em roda o distico: *Omnia Omnibvs*). *Em Lisboa. Per Ioaõ de Barreira impressor delRei N. S. M.D.LXXVI.*

8.º, 3 folhas preliminares innumeradas, 78 numeradas pela frente.

Bibliotheca Nacional de Lisboa, Bibliotheca da Ajuda e Bibliotheca da Universidade.

O escudo, que vem no frontispicio, encontra-se ao fundo da pag. 499 do 1.º tomo da *Chronica de Carmelitas Descalços*, de frei Belchior de Sant'Anna, impresso em Lisboa por Henrique Valente d'Oliveira, em 1657.

L. Flori de gestis Romanorvm Libri IIII. (Monogramma da Companhia). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium. M. D. LXXVI. Cum facultate Inquisitorum.*

8.º (A Aiiii, etc.), 58 folios incluindo o frontispicio. O texto principia logo no folio 2. Não inclue approvação nem licença.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Ajuda.

Commentarios do grande Afonso Dalboqverqve, capitam geral qve foy das Indias orientaes. Em tempo do muito poderoso Rey dom Manuel, o primeiro deste nome. Nouamente emendados & acrescentados pelo mesmo auctor, conforme ás informações mais certas que agora teue. Vaõ repartidos em quatro partes segundo o tempo dos acontescimentos de seus trabalhos. (Brazão de armas). *Em Lisboa. Com licença impresso por Ioaõ de Barreira impressor delRey nosso senhor. Anno de 1576. Com Privilegio Real.*

Folio, marcação de 8.º, 1 folha innumerada, 578 pag.

No verso do frontispicio, declaração de que o livro fôra revisto por D. Afonso de Castelo branco, e a de que se vendia em casa de Antonio de Aguiar, á porta do ferro. Por baixo a assignatura de chancella de Antonio Leitão Coutinho. No 1.º folio: Declaração do que se contém nos Commentarios, e no verso a Dedicatoria a D. Sebastião.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, 85o.

Esta é a 2.ª edição; a 1.ª foi impressa pelo mesmo typographo em 1557.

Tractado da forma dos Libellos. E da forma das allegações judiciaes. E forma de proceder no juizo secular, & Ecclesiastico. E da forma dos Contractos: com suas glosas, & cotas de dereito. Feito por o Licenciado Gre-

gorio Martinz Caminha. Em Coimbra. Com licença do conselho da sancta & geral Inquisição impresso. Por Ioão de Barreyra, impressor delRey N. Senhor em a Vniuersidade de Coimbra. Anno de 1578.

8.º, o 1.º caderno de 4 folhas; os outros de 8: 43-24 folios numerados pela frente.

N. B. — As primeiras duas folhas (entrando a do rosto) não são numeradas: na 3.ª começa a numeração com o algarismo 3 e seguem as folhas numeradas até 42 inclusive. No verso d'esta encontra-se a *Tauoada deste libro dos Contractos, que adiante se segue.* Na folha immediata sem numeração, continúa ainda a *Tauoada.* A folha seguinte está numerada com o algarismo 2 e seguem-se folhas numeradas até 24.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Universidade.

Thomae Roderici à Veiga Eborensis, Commentarij in libros Claud. Galeni duos, de febrium differentijs. Cum facultate supremi Senatus sanctæ Inquisitionis, & Ordinarij.. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium, Typographum Regium. Anno Domini 1578.

4.º, 4 folhas innumeradas ao principio (entrando n'estas a do frontispicio), 156 folhas numeradas, ás quaes se seguem mais 60 com numeração romana contendo correcções e addições.

Exemplar da Bibliotheca da Universidade.

Segundo cancionero de George de Montemayor dirigido al Ilmo. sr. Gonzalo Fernandez de Cordoba, Duque de Sesa y de Terranova, Marques de Bitonto, Conde de Cabra, Señor de Vaena. (Estampinha). *Con licencia impreso en Coimbra por I. de Barrera. 1579.*

12.º, 122 pag., mais 12 preliminares.

Descripto em Gallardo, *Ensayo de una biblioteca,* sob n.º 3123.

Reportorio dos Tempos, o mais copioso, acrecentado, & sem erros que ategora foy feito em linguagẽ Portugues. Com muitas tavoadas perpetuas, hũa pera saber as festas mudaveis. Outra das Lũas novas, & outra das Marês. E o Calendario muito curioso. Com que fica

sendo quasi Reportorio perpetuo. Acrecentado com outras muitas partes desde o principio até o fim, como se verá nelle, & pola tavoada que estaa no cabo. Impresso em Coimbra, com licẽça & privilegio Real. Por Joaõ de Barreyra. Taxado a LXX rs em papel. M.D.LXXXII. — No fim: *Laus Deo. Acabouse aos dez de Abril de 1582.*

4.º pequeno, 1 folha innumerada, 152 pag., tendo no fim d'esta ultima a subscripção do impressor, mais 2 folhas innumeradas contendo declaração sobre a entrada do sol nos doze signos, os quartos da lua, a lettra dominical, o aureo numero e a epacta. O frontispicio dentro de um portico gravado com as figuras dos signos, do sol e da lua.

Exemplar que pertenceu ao visconde de Azevedo, e descripto no *Conimbricense.*

Officia canonicorvm regvlarivm, congregationis Sanctae Crvcis Conimbricensis Ordinis Sancti Augustini, secundum Regulas Breuiarij Romani, ex decreto sacro sancti Consilij Tridentini sub Pio V. Pont. Max. restituti. Ab eodem sanctiss. domino nostro Pio V. Pont. Max. eiusdem Canonicis Regul. concessa & confirmata. Quibus additũ fuit Officium Angeli Custodis huius Regni. (Uma pequena cruz, entre as seguintes palavras dispostas em fórma de cruz com sua peanha: Dulce pondus sustinuit. Dulces Clauos. Dulce Lignum). *Conimbricae. Apud Ioannem Barrerium Typogr. Reg. Iussu Reuerẽdi Patris Generalis Ordinis Canonicarum Regularium eiusdem congregationis Sanctæ Crucis. M.D.LXXXIII.*

8.º, 4 folhas innumeradas, 72 folhas numeradas de um só lado.

Segue-se: *Suffragia seu cõmemorationes quæ dicuntur in fine vesperarũ & laudum ab octaua Epiphaniæ vsq; ad Dominicã Passionis exclusiue, & ab Octaua Pẽtecostes vsq; ad Aduentũ exclusiue Dñicis ferijs & festis, nisi officiũ sit duplex, aut infra octauas. Adiuncta commemoratione de Patrono, vel titulo Ecclesiæ pro illius dignitate.* 92 pag. innumeradas. Tem mais 8 pag. innumeradas com *Indulgentiae canonicis nostris concesse* (occupando as pag. 1 a 5); *Forma absolvtionis, quando datur indulgentia plenaria* (pag. 6); *Commvnis forma absolvtionis* (pag. 7).

Bibliotheca da Universidade e A. M. Simões de Castro.

No exemplar da Bibliotheca da Universidade falta a folha onde está a *Commvnis forma absolvtionis.*

No exemplar do Sr. Simões de Castro estas 8 pag. innumeradas não estão no fim do livro, mas precedem immediatamente a 1.ª folha numerada.

O rosto da folha 43 é occupado por uma estampa de gravura em madeira representando Santo Agostinho mitrado, empunhando na mão direita o baculo e tendo na esquerda um livro e uma egreja; no alto o Padre eterno ou Jesus Christo despede settas que se dirigem ao coração do santo; este pisa cabeças de herejes e está como que envolvido por uma fita ou facha em que se lê: *Agitaveras tv domine cor mevm caritate tva.* Esta gravura é exactamente a mesma que se encontra no frontispicio do *Breuiariũ* impresso no mosteiro de Santa Cruz em 1531 por German Galharde.

Festa Quae iam ex obtenta diu consuetudine, in Cathedrali Conimbricẽsi Ecclesia annuatim, specialiter caelebrantur. Apud Ioannem Barrerium. M. D. LXXXV.

8.º, 48 folhas innumeradas.

O titulo, dentro de uma portada, tem por cima as armas de Portugal, ladeadas por espheras armilares. No verso uma grande estampa, representando S. Pedro, um pontifice, um bispo e povo.

Exemplar da Sé Cathedral de Coimbra, descripto pelo Sr. J. M. de Carvalho no *Conimbricense.*

Hieronymi Cardosi Dictionarivm. Iuuentuti Studiosæ, admodũ frugiferum. (Vinhetasita). *Nunc diligentiori emendatione impressum Conimbricæ. Cum facultate Inquisitorum. Ex officina Ioannis Barrerij Architypographi Vniuersitatis. 1587.*

1 vol. 12.º, 63 folhas numeradas pela frente.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

No verso do frontispicio, a seguinte informação:

«Por mandado do supremo Conselho da Sancta & geral Inquisiçam, vi este Dictionario de Hieronymo Cardoso. E pareceme digno que se imprima.

Frey Bertholameu
Ferreira».

D. Cypriani Soarez Societatis Iesv De Arte Rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone, & Quintiliano præcipuè deprompti. Nunc ab eodem Autore recogniti, & multis in locis locupletati. (Monogramma da Companhia). *Cum facultate Inquisitorum. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Typogr. Reg. Anno Domini 1590.*

4.º, marcação de 8.º, A Av, 4 folhas preliminares innumeradas, incluindo o frontispicio, 146 pag. Caracteres italicos, identicos aos da edição de 1575, mas mais meudos. Além do indice innumerado, que vem no fim, traz mais em seguida uma *Svmma Capitvm.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Por baixo de uma esphera: *Olyssippone. Apud Iohannem Barrerium Regium Typographũ.* Sem data.

4.º, 20 folios innumerados.

É o Memorial ao rei (D. Joaõ 3.º) sobre os perdões, pelo Dr. Ruy Gonçalves.

N. B. — Foi escripto em tempo de D. Sebastião, pois n'uma passagem final diz: «assi se guarde em tempo do Prinçipe nosso senhor seu neto».

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, 404.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

PARENTES AÇOREANOS DO CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA

(Cont. do n.º 2, pag. 90)

Diogo Pereira

Lê-se numa sentença passada em nome de Dom Sebastião, em 1578:

«... Diogo Pereira era um fidalgo muito honrado, primo co-irmão de João Rodrigues Pereira Marramaque, senhor de Basto e Vizela, e muito parente dos condes de Marialva e da Feira e de Dom Fernando, Duque de Bragança, e por tal era tido e dêles tratado e nomeado, e como pessoa da dita qualidade serviu El-Rei Dom João II que está em glória, dêle *(sic)* assim em África, aonde servira, conforme a qualidade de sua pessoa, e Ceuta aonde tomára os (aos) inimigos João Rodrigues de Vasconcelos, senhor da Roza (casa?) de Figueiró, estando perdidos em um encontro que tiveram e na tomada de Azamor, e como outras partes e no Reino, em muitas cousas de importância e conforme a qualidade de sua pessoa e por fidalgo e dos principais foi sempre tido e havido e tratado e nomeado por todos, e por o dito Diogo Pereira ser um fidalgo tão honrado e da dita qualidade, que sendo o dito Rei Dom João II, que está em glória, mandou da côrte a Dona Ana de Mendóça, mãe do mestre de Santiago, para a Vila de Figueiró, a mandou pelo dito Diogo Pereira, o qual a levara e lá casara com Catarina Correia, e por assim casar e pobre e ser velho, se deixára lá estar alguns anos, com sua mulher, e por êste meio tempo faleceu o dito Rei Dom João II, não se usara mais de se tornar à côrte, por assim ser velho e se fôra para a Vila de Pombal, onde fôra agasalhado de Simão de Sousa Ribeiro, Comendador e Alcaide-mór da dita Vila e de seu pai, que eram parentes e como tal o tratavam e assim faleceu, e êles lhe casaram e agasalharam suas filhas pela dita razão que entre

êles havia, que era cousa notória das pessoas que tinham razão de o saber, que o dito Diogo Pereira era da dita qualidade e descendia da dita geração dos Pereiras, e viveu sempre à lei da fidalguia e nobreza e como tal era tratado e nomeado dos fidalgos da côrte e fóra dela, e quando algum passava pela Vila de Pombal, aonde êle vivia, o visitavam e diziam publicamente quão fidalgo e honrado era e se eram seus parentes o nomeavam por êsse (nome?), como fôra Dom Francisco, irmão do Conde de Marialva, que passando pela dita Vila o visitara e dissera ser um dos seus mais chegados parentes».

Jaques de Labat (1)

A família *Labat* é oriunda de Guyenne (França), senhorio de Pont, fixando-se em La Rochelle, entre o XVI e XVII séculos, e cuja nobreza foi reconhecida por sentença do Intendente Begon *(Intendant de la généralité)* de 18 de Julho de 1698, em face de documentos apresentados e que remontavam a 1558.

O tronco dos *Labat,* da Ilha do Faial, foi Jaques de *Labat,* advogado em La Rochelle, = *avocat au présidial de La Rochelle,* entre 1629 e 1656, que casou com Ana Viette, filho de Jaques de *Labat* e de Rebeca Monsensau e neto de outro Jaques que abraçou o protestantismo em 21 de Outubro de 1552. Por motivos de religião, refugiou-se no Faial.

Do seu casamento houve êstes filhos:

Jaques, senhor de Lagord, que se converteu ao catolicismo, depois da revogação do édito de Nantes.

Foi negociante e também senhor da casa nobre de Beaulieu, extra-muros, paróquia de Notre-Dame, em La Rochelle.

Alexandre, nascido em 20 de Setembro de 1635.

Pedro e Ana, gemeos, nascidos em 21 de Julho de 1636.

Isabel, nascida em 8 de Junho de 1638.

Outra Isabel, nascida em 1641.

Gedião, negociante na Ilha do Faial, onde casou com Maria de Faria da Silveira, de quem houve, entre outros,

---

(1) Erradamente se tem escrito êste apelido, até por parte dos que o usaram: *Labate, Labath* e *Labatt.*

Labat, porém, é a forma correcta, exacta.

Diogo de *Labat,* António de *Labat* (1) e o Ouvidor Eclesiástico André de *Labat* (2).

Maria de Faria da Silveira, era filha do Capitão André de Utra Pereira Machado e de sua mulher Águeda Vieira, e, pela parte paterna, neta do Capitão Estácio de Utra Machado e de sua mulher Isabel de Faria, bisneta paterna do Capitão Bartolomeu de Utra Machado e de sua mulher Inês Pereira Carauta (Cara alta?).

Isabel de Faria era filha do Capitão Gaspar de Faria Armão *(sic)* e de sua mulher Violante de Utra, e pelo lado materno neta de Violante de Utra e de seu marido Gaspar Gonçalves Bulcão, bisneta de António de Utra Nunes e de sua mulher Francisca Gaspar Machado (filha de Gaspar Gonçalves Machado e de sua mulher Clara Gil Fagundes), trisneta de Jorgina ou Josefina de Utra (irmã, ou da família do 1.º donatário do Faial) e de seu marido Nuno Fernandes, da Ilha da Madeira.

Diogo de *Labat* que foi Provedor da Misericórdia da Hora em 1723, e no ano seguinte exerceu as funções de Juís Ordinário, casou com Dona Isabel Felícia de la Cerda (3) e

---

(1) Foi para França, e em 8 de Fevereiro de 1703, na Igreja de S. Salvador de La *R*ochelle, casou com Marie Allaire, filha de Antoine Allaire, negociante, e de Jeanne Pagez, de quem houve duas filhas:

Marie Elisabeth, baptisada na mesma Igreja de S. Salvador, em 11 de *M*aio de 1705, e Marie Anne, em 28 de Maio de 1706.

António de *Labat* tinha então fixado residência em La Rochelle, e figura no assento de baptismo de 28 de Maio de 1706, como *negociante de gorduras,* ao passo que na referida paróquia de S. Salvador, no dia seguinte, no assento de óbito de sua mulher, que talvez morresse de parto e na idade de 28 anos, é qualificado de *negociante banqueiro.*

Casou 2.ª vez, na paróquia de Notre-Dame, de La Rochelle, em 14 de Agôsto de 1708, com Marie Chasseloup, viuva de Côme Rechet, oficial de marinha.

Em 24 de Janeiro de 1726, nesta Igreja de Notre-Dame, casou a filha Marie Elisabeth com Etienne Marchand, negociante, filho de outro de igual nome e apelido, Notário Real, e de Jeanne Rié (ou Bié).

Dêste casamento resultou uma filha, Marie Henriette Marchand, que casou com Nicolas Billoud, advogado *au présidial de La Rochelle.*

Para se ver como os estrangeiros, e principalmente os franceses, estropiam os apelidos portugueses, copiarei o que a respeito de António de *Labat* achou o sábio e obsequioso Sr. L. Meschinet De Richemont:

¡Antoine de *Labat,* natif de *Fayat, paroisse des Açores en Portugal,* fils de Gédéon de *Labat,* marchand, et de Marie de *Tavis de Sylverre...*!

(2) Era Ouvidor Eclesiástico em 1734.

(3) Filha do Capitão António de la Cerda Pereira e de sua mulher Dona Briolanja Pereira de Arês e Silveira.

foram pais, entre outros, de André Francisco de *Labat* Forjaz Vandaraga de la Cerda, casado com Dona Maria Feliciana de Betencourt (1).

Dêstes nasceram, entre outros:

António de *Labat* Marramaque Forjaz Vandaraga de la Cerda, Bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, casado com D. Mariana Clemência Moniz Barreto do Couto, da Ilha Terceira, filha de Francisco Moniz Barreto do Couto e de Dona Teodósia Benedita de Castro e Noronha.

Manuel Jacinto de *Labat,* casado com Dona Luisa de Dornelas Frazão Figueiroa.

---

(1) Filha de Manuel Jacinto de la Cerda Betencourt e de sua mulher Dona Mariana Paula Merães Pamplona, neta paterna de José António Brum Marramaque e de Dona Maria Francisca de Betencourt, bisneta paterna do Capitão Jacinto Furtado de Mendonça e de Dona Mariana Pereira da Silveira, e trisneta paterna do Capitão Gonçalo Nunes de Arês e de Dona Maria de la Cerda.

Dona Mariana Pereira da Silveira, era filha do Capitão Gaspar da Silveira Vilalobos e de sua mulher Dona Joana Pereira de Ataíde Marramaque ou da Silveira Pereira; neta paterna do Capitão Manuel da Silveira Carauta e de sua mulher Paula de Bomdia (Buendia), filha do Capitão Pedro Rodrigues de Carrascoza e de Dona Catarina Teixeira; bisneta paterna do Capitão António da Silveira Carauta e de sua mulher Dona Joana Pereira da Silveira; neta materna do Capitão Gonçalo Pereira Machado e de sua mulher Dona Ana da Silveira, filha de Gaspar de Brum (Armas?) e de Dona Isabel da Silveira; bisneta materna de Pedro Eanes Machado e de sua mulher Dona Isabel Pereira, filha de António da Silveira Pereira e de sua mulher Dona Jerónima de Arês, e trisneta materna de Gonçalo Teixeira e de sua mulher Dona Isabel Dias.

António da Silveira Pereira era filho de Tristão Martins Pereira e de Dona Ana da Silveira, neto paterno de Diogo Pereira, o Velho, de Pombal, e de Dona Catarina Correia, e neto materno de Guilherme da Silveira (Willem van der Haghe) e de Margarida de Sabio.

Dona Izabel Felícia faleceu em Abril de 1757, contando 55 anos de idade e foi sepultada no Mosteiro de S. João, no Faial.

Dona Mariana Paula Merães Pamplona era filha do Capitão Sebastião Merães Pamplona e de sua mulher Dona Doroteia Maria.

Pedro Rodrigues de Carrascosa era filho de Sebastião de Carrascosa.

Gaspar Gonçalves Machado, casado com Clara Gil Fagundes, era neto do Dr. João de Lisboa Machado.

Outro irmão de André Francisco de *Labat,* foi José Francisco de *Labat* de la Cerda, casado com Dona Ana Maria, de quem foi filho José Francisco de *Labat* de la Cerda, casado com Dona Amélia Luisa Ribeiro, c. g.

Gonçalo de *Labat* Marramaque Forjaz de la Cerda, s. g.

Dona Mariana Paula de *Labat,* freira professa no Convento da Glória, do Faial.

Dona Paula Sebastiana de *Labat,* casada com Joaquim Pereira de la Cerda.

Dona Isabel Josefa de *Labat* Forjaz de la Cerda, casada com o Corregedor Manuel Garcia da Rosa, c. g. (20 de Junho de 1780).

António de *Labat* de la Cerda, Bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra no fim do século XVIII, foi Vereador da Câmara da Horta em 1807 e 1819, e faleceu em 1835.

Do seu casamento houve:

António de *Labat* Marramaque Forjaz Vandaraga de la Cerda, casado com Dona Maria Madalena da Silveira de Sá Linhares, s. g.

Dona Maria Lionor de *Labat* (1), casada com Manuel Inácio de Ataíde, seu parente, em 24 de Janeiro de 1825 (c. g.), filho de Jacinto Manuel de Brum Godinho Câmara e Ataíde, e de Dona Rita Libânia da Terra Brum; neto paterno de Jacinto de Brum da Câmara Godinho e Ataíde e de Dona Ana Gómez Solis; bisneto do Capitão Manuel de Brum de Ataíde, casado com Dona Mariana Elisa da Câmara, filha de Francisco Gaspar Godinho e de Dona Ana Leite da Câmara; bisneto de Jacinto Furtado de Mendonça e de Dona Mariana da Silveira Pereira.

Dona Mariana Paula de *Labat,* casada com João Pedro da Silveira e Mesquita, filho do Capitão António Pedro da Silveira e Mesquita e de sua mulher Dona Ana Vitória da Silveira. Foi seu filho, António de *Labat* de Mesquita, de quem foi filha natural, entre outros, Dona Manuela, casada com João Caetano Nunes de Melo.

---

(1) Por falecimento do irmão António de *Labat* de la Cerda, sem sucessão, pertenceu-lhe a administração da casa vincular dos *Labat,* que passou a ser representada pelo filho Manuel de Brum *Labat* de Ataíde, c. g.

As filhas, Dona Elisa de Ataíde de *Labat,* casada com Manuel Rodrigues do Amaral Açôres, e Dona Rita de Cássia de *Labat* de Ataíde, casada com Olímpio Honorato Rodrigues, e os filhos Manuel de Brum *Labat* Ataíde e António de Brum Ataíde, deixaram larga descendência.

Vide *Famílias Faialenses,* de Marcelino Lima, págs. 62-64 e 283-296.

De Dona Isabel Josefa e do Corregedor Manuel Garcia da Rosa, nasceram António Garcia da Rosa, 1.º Barão da Areia Larga, casado com Dona Maria Isabel Peixoto de la Cerda, c. g., e Dona Josefa Isabel Forjaz de la Cerda, casada com António da Cunha Silveira Béthencourt, Sargento-Mór da Ilha Graciosa e 1.º Barão da Fonte do Mato, c. g.

Continúa).

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Über die färberischen Eigenschaften einiger einfacher Azofarbstoffe, por Emil G. Kern. Zurich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1921.

Sur les séries de Fourier a deux variables et le phénomène de Gibbs, por Adolphe Loeffler. Paris, Gauthier-Villars et Cie., Ed., 1920.

Étude thermomagnétique de quelques Composés paramagnétiques anhydres a l'état solide, por Phrixos Theodorides. Genève, Imp. «Albert Kundig», 1921.

Ketene und aliphatische Diazonerbindungen, por Theodor Reber. Basel, Buchdruckerei Emil Birkhäuser & Cie., 1921.

Untersuchungen über das Krebitz-Verfahren zur Kerstellung von Seifen, por Kurt Brieger. Zurich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., 1921.

Weitere Untersuchungen über Staubabsaugung in Fabrikbetrieben und einige Beobachtungen über Ventilation, por Friedrich Bättig. Zürich, Druck. von A. Markwalder, Tödistr., 1921.

Em prol de Fernão de Magalhães, por Affonso de Dornellas. Lisboa, Casa Portuguesa, MCMXXII.

Études d'Anatomie, por Adrien Charpy. Toulouse, Imprimerie Cassan fils, 1891.

Climat et eaux minérales d'Allemagne, pelo Dr. A. Labat. Paris, Librairie J.-B. Baillière et fils, 1902.

Manuscritos de João Pedro Ribeiro, publicados com notas e documentos, por Esnesto Donato. Coimbra, Imp. da Universidade, 1921.

A questão de Cezimbra, pelo Médico Antonio Coelho. Porto, 1921.

Arquivos do Instituto de Anatomia Patologica de Coimbra — Vol. 6.º e 7.º Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.

Subsidios para o estudo da Flora de Moçambique — Espermafitas do Litoral do Norte, por Américo Pires de Lima. Braga, 1922.

Episódio trágico da grande guerra — 1 folh., por Eduardo Moreira. Rodrigues & Luz, Ld.

Discurso proferido na Inauguração do novo Estandarte da Cidade de Lisboa, por Eduardo Moreira. Lisboa, Imp. Municipal, 1921.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário ..... 400 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole); para o nosso Ultramar acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura.... 4$000 réis.

Para o estrangeiro ..... 10$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 10

1922
Outubro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, Dom José de Meneses (1705-1710), por Joaquim de Carvalho 441
Parentes açoreanos do Condestável Dom Nuno Alvares Pereira, por António Ferreira de Serpa..... 457
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 465
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 476

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 9, pág. 403)

IX

Ex.mo Sñr. Receby duas cartas de V. Ex.ª com q̃ foi servido honrarme, de 24 e 31 de Out.º, e humildem.e agradeço a V. Ex.ª a bond.e, com q̃ se lembra de mim, e se compadece dos meus achaques. Eu fico convalescido delles, e foi a 1.ª vez, q̃ os meus males obedeceraõ a virtudes milagrosas. O mayor remedio foi ouvir, q̃ V. Ex.ª passava com menos queixa, e q̃ os ares desse lugar benevolos a este Reyno tomavaõ por sua conta o restabelicim.to de hũa saude, q̃ nos hé taõ proveitoza.

Quizera satisfazer á curiosid.e de V. Ex.ª com algũas novas desta terra, mas ellas saõ taõ tristes, q̃ naõ tem de bom mais q̃ o serem poucas. No dia de amanhan se celebra o auto da fé em honra, e festival aplauzo da nova dignid.e do Inquiz.or G.al (17); hade haver Opera no Rocio, baile nas ruas da Cid.e, entremez na Rell.am, e luminarias na Rib.ra Com rezam se prohibio o banquete do familiar noviço, porq̃ a ceremonia do Lavapés naõ tem exemplo na Synagoga; som.te se permite doce e agoa, q̃ hé penitencia mais religioza, e mais singela.

Dizemme q̃ se fazem m.as Juntas, e m.os Conselhos p.a buscar meyos de sustentar o nosso exercito, e este ponto hé de gr.de atençam, e de gr.de ambaraço, porq̃ athe agora se

---

(17) O futuro Cardeal Nuno da Cunha de Ataíde, então bispo de Targa, do Conselho de Estado, ministro do despacho e capelão-mor, e que acabava de ser nomeado inquisidor geral, (10 de março de 1707).

cuidava, q̃ nem haveria guerra, nem faltaria dinh.ro. Contra hũa chalupa Ingleza se dispararaõ alguns tiros, de q̃ sucedeo morrerem dois Inglezes a fogo, e outro a ferro frio. Queixase o Embax.or de q̃ mais de cem homens da sua naçam morreraõ neste Rio de similhante desgraça, e deo por reposta ao Correg.or da Corte, q̃ de tudo fizera rell.am prezentem.te á Raynha Sua Sr.a Todas as faluas destes homens andaõ armadas em guerra com bastante desesperaçam, e animozid.e, e hũ destes dias tirarão da terra á falua, em q̃ vinha o S.r Infante D. Fr.co, e deraõ com algũas balas no Piloto, ou Cap.am, q̃ a governava, de q̃ fica ou morto, ou morrendo.

Voltou S. A.a q̃ D.s g.de p.a o picad.ro, aonde alguns criados seos com justo sentim.to de vingança nobre quizeraõ montar a cavalo p.a matar, e pôr fogo a q.tos Inglezes encontrassem sem exceptuar a pessoa, e caza do Embax.or; mas lembrouse D.s de D. Luiz da Cunha, e do Conde de Villar mayor. Naõ sei athe agora q̃ demonstraçam hade haver neste p.ar, eu pello menos naõ a acho nos meus cartapacios. O Conde de Tarouca, q̃ tem juizo penetrante, me disse hoje, q̃ nesta ocaziam naõ queria passar a Inglaterra. Tem entrado a mayor p.e dos navios da frota Ingleza, q̃ foi atacada pellos Francezes na sahida do Canal , e de q̃ os 5 comboys foraõ prezos, ou a pique. Salvaraõ-se a mayor p.e dos cavalos, q̃ vinhaõ p.a S. Mg.e, e se destribuem em Comp.as novas avaliandose aos Capitaens p.lo preço de 80, ou 90 mil reis, q̃ he o q̃ faz de custo cada cavalo, por onde entendo, q̃ haverá poucos apetitozos a estas Comp.as Deste combate naval tirámos hũ bem, q̃ hé a salvaçam do nosso Embax.or

El Rey de Castella espera em Barcelona a R.a Sua m.er p.a concervar os Catalaens na sua mal segura fidelid.e, e há gente de temperam.to taõ facil, q̃ crê q̃ aq.le Princepe hade cahir em similhante desalumbram.to; porem se o meu Calepino dis verd.e, a Corte de Viena está acomodada com a Xp.ma, q̃ de outra sorte naõ he o Emper.or taõ valido de D.s, q̃ queira esperar milagres todos os dias.

Do norte naõ há nada de novo; nem ainda hé tempo de virem os projectos, com q̃ no Inverno se costumaõ entreter os politicos, e introduzir os emissarios.

Naõ sei q̃ viesse o Marq̃. das Minas, e bem necess.o era este g.al p.a abrir a campanha na Primavera proxima, desforrandose nos Campos de Badajoz da lastimoza perda, q̃ fez nos do Reyno de Valença.

O S.r Marq̃. de Marialva teve repetidos avizos p.a vir tomar semana, porq̃. o S.r Marq̃. de Alegrete hé justo q̃

descance de hũ trabalho taõ continuado, e de hũa assistencia taõ atenta. Todos os dias nos dizem, q̃ sahem camaristas novos, ora huns, ora outros, e todos dignos de taõ alto emprego. O Conde Reg.or (18) depois de hũa doença dilatada rendeu a alma a D.s com passagem evidente de predestinado; queira D.s q̃ lhe suceda outro q̃ seja taõ bom como elle: falaõ no Marq̃. de Fontes, e no Conde de Valadares (19). Tudo o mais, meu S.r, vai admiravelm.te, e o ceo hade compor tudo; e terá rezam, porq̃ ninhum pôvo mais q̃ nôs vive confiado na Provid.a divina: queira ella concervar a saude de V. Ex.a por largos an.s Lx.a 5 de Nov.ro de 1707.

X

Ex.mo Sñr. Oiço com gr.de pezar q̃ a milhoria de V. Ex.a se tornava a retardar, e q̃ as duas queixas contra as nossas esperanças continuavaõ a mostrar a cauza de nossas aflicçoens. Espero na bond.e de D.s, que hade livrar a V. Ex.a dessa molestia, e a esta Cid.e do susto, com q̃ vê padecer a V. Ex.a Naõ tem chegado a posta do Norte, e naõ sabemos coiza algũa daq.las p.es, sendo q̃ tudo por ora se hade reduzir a hũa destribuiçam de quarteis de Inverno com dispoziçoens p.a augum.to de novas tropas, e de vigorozos projectos p.a entrar em campanha de boa hora, e reduzir nossos inimigos por acçoens decizivas a pedir, e receber hũa paz m.o avantajoza aos Altos Alliados. Esta será sem duvida a carta, q̃ na 1.a posta hade escrever Fr.co de Souza ao nosso Secret.o de Estado, e sobre ella se hade formar juizo solido, e seguro sobre os nossos particulares. V. Ex.a lendo esta minha profecia me reprehende, e dis, q̃ eu escrevo levem.te e eu me defendo com alegaçam justa pedindo a V. E.a, q̃ se lembre de q̃ fazemos a guerra há 4 an.s (20), e sempre de Holanda

---

(18) Lourenço de Mendoça, conde de Val de Reis, que desde 30 de Junho de 1694, por sucessivas reconduções, ocupava o cargo de Regedor da Casa da Suplicação. Faleceu em 26 de Outubro de 1707. Cf. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, III, pág. 206.

(19) Nenhum dos indigitados foi nomeado, mas sim João da Silva Telo de Meneses, conde de Aveiras, por carta de 25 de Novembro de 1707. Braamcamp Freire, *ob.* e pág. cit.

(20) Foi pelo tratado de 16 de Maio de 1703, celebrado entre D. Pedro II, a rainha Ana de Inglaterra e os Estados Gerais das Províncias Unidas, que Portugal se envolveu na chamada *Guerra da Sucessão* ao trono de

me escreveraõ isto mesmo no fim das campanhas. Largo discurso pedia esta materia, mas nem hũa carta o permite, nem V. Ex.ª terá paciencia p.ª o ler.

Naõ sei se há boas novas das coizas de Barcelona, e oiço q̃ se fazem em Castela gr.des preparativos, ou contra aq.la Corte, ou contra esta; acuda D.s a q.m mais confia na Sua provid.ª Celebrouse o auto da fé, como avizei a V. Ex.ª, e houve m.os curiozos a ver o triste espectaculo da Rib.ra, e naõ faltaraõ ocazioens de levar m.ª cutilada; mas D.s, q̃ hé o nosso 1º ministro, acomodou tudo.

Hũa noite destas achou a Just.ª hũ P.e Loyo vestido de secular, q̃ sahio do seo Conv.to carregado de Pasquins contra o Nuncio (21), em q̃ o fazia traidor, e incitava ao pôvo a se levantar contra elle: naõ sei agora a satisfaçam, q̃ ísto hade ter, porq̃ naõ faltaõ Senhores g.des, q̃ a torto, e a direito favorecem o partido deste religioso. El Rey N. S.r despachou a B.eu de Sousa Mexia com 300$ R.s de renda em tença, ou em bens de Cap.ª com hũa vida mais nos mesmos bens, e nos mais q̃ tem da Coroa e Ordens. Tambem oiço, q̃ daõ a Diogo de Mendonça as casas do confiscado Alvaro de Nicolau Nog.ra, e naõ sei outra coiza, em q̃ entreter a curiozid.e de V. Ex.ª nas solidoens de Condeixa, aonde V. Ex.ª acompanhado da sua imaginaçam, e da sua afabilid.e recebe os rusticos obzequios de pes paizanos inocentes.

Espero milhores novas da saude de V. Ex.ª q̃ D.s augmente, e G.de por largos an.s Lx.ª 12 de Nov.º de 1707.

Espanha, tomando o partido do pretendente Carlos de Áustria contra o neto de Luís XIV, o duque de Anjou, aclamado de facto, e mais tarde de direito, com o título de Filipe V.

(21) Miguel Angelo Conti, arcebispo de Turlo, núncio em Lisboa desde 1706 a Agôsto de 1710. Em 1721 ascendeu ao pontificado com o nome de Inocêncio 13. Vid. *Panegirico na eleiçam do summo pontifice Innocencio XIII, recitado pelo Conde da Ericeira na Academia Real da Historia Portugueza, de que era director no dia 5 de Julho de 1721* in-*Colecção dos documentos... da Academia Real da Historia Portuguesa,* Lisboa, 1721.

(22) Bartolomeu de Sousa Mexia era já secretário da assinatura e conselheiro da fazenda — lugares que conservou com esta nomeação de secretário das mercês e expediente. (Vid. Caetano de Lima, *Geografia Historica de todos os Estados soberanos da Europa,* I, (Lisboa, 1734), pág. 261.

XI

Ex.^{mo} Snr. Se eu houver de julgar da saude de V. Ex.^{a} pella força das expressoens, p.^{a} valentia do discurso desta carta, q̃ V. Ex.^{a} foi servido escreverme em 21 de Nov.^{o}, terei por certo, q̃ goza de hũa dispoziçam constante, com hũ temperam.^{to} imperturbavel: espero em D.^{s} q̃ se naõ engane a minha indicaçam.

Chegou o Paquebot depois de haver tardado 50 dias, e naõ trouxe coiza relevante, mais q̃ as ordinarias, e repetidas augmentaçoens de tropas p.^{a} enganar os Alliados pequenos, e p.^{a} entreter o povo ignorante, de cuja nova nos faz Fr.^{co} de Souza o anniversario. D. Luiz da Cunha me escreve duas regras dizendome q̃ naõ mandava carta a V. Ex.^{a} por naõ ter ainda em Londres o seo Secret.^{o}, q̃ veyo a Posthmut á conducçam dos cavalos. Elle me diz q̃ o sitio de Lerida estava levantado, e q̃ o Duq̃ de Orleans fora batido p.^{o} Marq̃ das Minas; mas esta nova me escreveo com tanta duvida, q̃ eu me naõ atrevi a publicalla, sendo q̃ pella Secretaria de Estado sahio como certa (23). Estimara q̃ assim tivera sucedido p.^{a} desasombrar a El Rey Carlos 3.^{o}, e guardar as nossas poizadas.

S. Mag.^{e} com tudo naõ deixa de dar as ordens necess.^{as} p.^{a} entrar em campanha de boa hora. Já baixaraõ aos trez Estados as novas reformaçoens da jerarchia militar (24). Já lá vaõ os Governadores das Prov.^{as}, e os partidos, q̃ nellas havia; naõ hade haver mais q̃ hũ gen.^{al}, hũ Exercito, e hũa Ley, como hade suceder antes do dia do Juizo, segundo as nossas profecias. Hé escuzado referir a V. Ex.^{a} este novo catecismo da nossa guerra, porq̃ alem de ser gr.^{de}, e miudo, brevem.^{te} sahirá impresso, e o mandarei a V. Ex.^{a} Poderá ser, q̃ nesta mudança de nomes consista o nosso melhoram.^{to} de fortuna, porq̃ os 1.^{os} estariaõ encantados, ou venenozos.

O Exercito de Alentejo se hade compor de 14 mil Infantes, e de 4 mil cavalos, e a este resp.^{to} as mais Prov.^{as}, e p.^{a}

---

(23) ¿Teria sido publicada? Cremos que não. Pelo menos foram negativas as nossas investigações.

(24) Refere-se Brochado ao *Regimento* de 15 de Novembro de 1707, pelo qual se dava nova forma à cavalaria e infantaria. Vid. Latino Coelho, *História militar e política de Portugal desde os fins do séc. XVII até 1814*, vol. III, (Lisboa, 1891), pág. 42-3.

sahirem mais brilhantes se fez hũ assento de 24 mil vestidos a 8500 reis cada hũ, q̃ importa 500 mil cruzados, de q̃ logo se hade pagar a 3.ª p.e athe 2.ª f.ra em q̃ parte o Paquebot.

Eu naõ aconselhara a El Rei esta despeza, porq̃ não hé daq.las, q̃ saõ essencialm.te necess.as p.a o efeito da campanha. Este adorno de librez começou verdadeiram.te em luxo, e continuou em comercio, assim pella utilidad.e publica no consumo dos panos, como pello interece p.ar, q̃ nestas compras, tem os coroneis dos Regim.tos, e milhor fora fortificar os estomagos, q̃ cubrirlhes os corpos; hũa cazaca de pano de varas com hũa charpa de murram sahe m.to bem a hũ soldado, q̃ naõ quer fugir; enfim teremos hũa campanha luzida, e reformadas as nossas tropas em disciplina, e em ventura naõ só emendaremos os erros proximam.te passados, mas havemos de merecer a restauraçam dos progressos antigos. D.s sobretudo.

Por este Paquebot vieraõ cartas do Conde de Villarmayor escritas de Plimut; a viagem foi de 39 dias com m.tos torm.tos e perigos, mas nelles esteve a sua salvaçam, porq̃ a tardança o livrou do encontro dos inimigos. Tambem vieraõ novas de q̃ o Almirante Chouel se perdera na entrada do Canal no rochedo das Sorlingas, e com elle o navio Princepe Jorge, e a Associaçam, q̃ todos trez teriaõ mais de dois mil homens de equipagem com m.tos officiais passageiros: esta nova sobre as outras perdas, hade ser de grande consternaçam ao povo de Londres, e hade dar gr.de agitaçam ao seo Parlam.to El Rey Carlos perdeo pouco na desgraça deste gr.de homem, porq̃ elle hia gravem.to seo inimigo com gr.des queixas da sua corte, e mayores ainda do procedim.to dos Alemaens na empreza de Toulon, de q̃ naõ tenho noticia individual; e de tudo nos informaraõ os Paquebots seg.tes

El Rey N. S.r com a sua costumada pied.e naõ deixa de obrigar a D.s por actos mais agradaveis á sua mizericordia, e trabalha com gr.de fervor ao estabelecim.to do Conv.to do Louriçal (25), e hũ destes dias baixou hũ decreto ao Cons.o,

---

(25) D. João V, em 1700, então princepesinho de onze anos, foi acometido «de huma gravissima doença, com symptomas taõ escondidos, que naõ davaõ lugar aos medicos de poder fazer juizo certo, por naõ conhecerem a doença», como solenemente diz Caetano de Sousa, *Historia Genealógica*... tom. 8, pág. 11); mas o que Esculápio não conseguiu, a despeito de se ter tornado claro um ataque de bexigas, alcançou-o o seu confessor, o jesuita Francisco da Cruz, «comunicandolhe huma Reliquia da Veneravel Maria do Lado, que era meya irmãa do dito Padre, mulher

em q̃ S. Mag.de mandou, q̃ se assentasse nos Almoxarifados seis mil cruzados por anno p.a sustentaçam deq.las boas religiozas, e q̃ emq.to naõ coubesse seria paga a d.ta soma pella sua consinaçam reyal, q̃ já começa a padecer em p.os novos.

O despacho de B.eu de Souza Mexia consiste em 300 mil reis em tença, ou bens de Cap.a com 2.a vida. Tambem houve mais despachos a min.os, q̃ mereceraõ a mesma protecçam. Eu pedi a propriedade do Off.o de Escrivam dos Armazaens p.a a renunciar, e q̃ costuma valer 5, ou 6 mil cruzados; mas naõ sahi deferido, m.to a contentam.to da Just.a daq.les Senhores, sem emb.o de q̃ devi gr.de cuid.o ao S.r Marq̃. de Marialva. Tenha V. Ex.a saude, q̃ hé o q̃ importa. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 25 de Nov.o de 1707.

XII

Ex.mo S.r Agradeço a V. Ex.a o favor desta sua carta, e noto q̃ a valentia do sinal mostra bem, q̃ V. Ex.a anda aos coelhos, e q̃ suposto q̃ os naõ mate com vont.de, creyo q̃ os mata com força. Hũ religioso por nome Fr. Bento de Sá me disse q̃ V. Ex.a havia de ter gr.de milhoria nessa villa p.la liberdade, de q̃ gozava na campanha; porq̃ andava, ou podia andar com o seo gabam de burel, e com huns chinellos nos pés. Perdoe V. Ex.a a expressam, q̃ hé do frade, e foi a 1.a vez q̃ escrevi esta palavra, como fiel relator desta boa nova. Se V. Ex.a toma esta moda mandará, q.do vier, pentear a cabeleira a caza do S.r Marq̃. de Alegrete, e engomar a volta pella sua engomad.ra Ora meu S.r, sofra V. Ex.a esta pequena digressam com aq.la costumada paciencia, com q̃ ouve os meus disparates respeitozos. Tomara ver livre a V. Ex.a desses escarros de sangue; o q̃ corre pellas veyas de V. Ex.a bem

---

de grande virtude, e que havia acabado no Louriçal, sua Patria, com opiniaõ de Santa em 28 de Abril do anno de 1632, depois de lhe ter dado a beber uma porçaõ da terra da sua sepultura, fez o principe voto de edificar o Mosteiro das Religiosas do Louriçal, que tivera principio no Recolhimento, que aquella serva de Deos havia fundado .. Este voto ratificou passado tempo, e mandou escrever pelo seu confessor a 18 de Janeiro de 1702, que assinou, e cumprio sendo já Rey». Sousa, *Ibidem*, pág. 11–12. Foi em 1709 que se concluiram as obras do Convento o qual ficou sob protecção régia e cujas religiosas professavam a primeira regra de Santa Clara. Vid. Caetano de Sousa, *Agiologio Lusitano*, IV (Lisboa, 1744), pág. 425–28;

se manifesta nas suas acçoens, naõ hé necess.º q̃ se fassa ver no prato.

Chegou outro Paquebot, mas taõ esteril como o antecedente, porq̃ naõ traz malas de Holanda: dis q̃ a R.ª fôra á abertura do Parlam.to, e chamando os Comuns á caza dos Senhores lhes fizera hũa forte pratica, q̃ V. Ex.ª verá com esta (26). Este hé o 1.º passo daq.le ceremonial. Naõ duvido q̃ dem todo o dinh.ro, q̃ a R.ª pedir, porq̃ o partido da Corte hé o dominante; mas a dificuld.e de levantar, e comprar tropas naõ se supre com dinh.ro, e Alemanha já naõ produz aq.le infinito n.º de gente, q̃ podia dar na guerra passada, e q̃ deo no principio desta guerra.

O Conde de Villarmayor ainda ficava em Londres com gr.de despeza, e hé esta incrivel pella gr.de familia q̃ tem da 1.ª, e da 2.ª meza. A minha profecia sobre a sua chegada a Viena, vai sendo certa (27), e queira D.s q̃ erre nas outras. Naõ oiço já falar em guerra, e parece q̃ estes Senhores se contentaõ com a reforma; tomara eu q̃ a houvera nas maximas, e naõ nos nomes. Tenha V. Ex.ª a saude q̃ lhe des.º, q̃ della depende a minha paz, e fico sempre aos pés de V. Ex.ª, q̃ D.s g.de m.s a.s Lx.ª 10 de Dez.ro de 1707.

XIII

Ex.mo S.r Procuro as boas novas q̃ des.º da saude de V. Ex.ª, e quizera desculpar esta desconfiança reprezentando a V. Ex.ª, q̃ naõ há homem no mundo, q̃ mais se interece na vida de V. Ex.ª, e em todos os instantes reconheço o q̃ ella hé necess.ª ao mizeravel destino deste Reyno.

Ouvi q̃ V. Ex.ª passava p.ª Cantanhede, porem como naõ tenho certeza desta mudança ainda escrevo a V. Ex.ª e essa

---

(26) Brochado remeteria alguma relação estrangeira desta fala da rainha de Inglaterra, ou, como parece mais provável, cópia manuscrita dêste discurso, fornecida talvez pelo nosso enviado na Inglaterra ou na Holanda. Só em 14 de Janeiro de 1708 se imprimiu em Barcelona a *Proposicion de la Señora reyna de la Gran Bretaña, qve a los 17 de Noviembre 1707. hizo à los Parlamentos de su Reyno, respeto de los esfuerços para proseguir la Guerra á favor de la Causa Comum: con la obsequiosa respuesta de los Comunes, correspondiente en todo à la expression de sus designios.* Barcelona, Por Rafael Figueró..., 1708. In 4.º, de 4 pág. inum.

Brochado não conhecia ainda a resposta dos Comuns, daãa em 23 de Novembro de 1707, mas não errou na sua previsão de político sagaz.

(27) Vide nota 14.

V.ª de Condexa, digo a esse Lugar, e pudera chamarlhe corte mais celebre pellas lagrimas, q̃ hoje nos cauza, q̃ pellas agoas, q̃ por ella correm. Naõ temos novas do Norte, nem ellas seriaõ de gr.de consideraçam, porq̃. a distribuiçam de quarteis de Inverno, o augm.to de tropas, e os projectos velhos de hũa paz dissimulada hé hũ Catecismo, ou hũ ripanso de todos os Invernos. Torna a sahir da Corte, q̃ o Marq̃. das Minas atacara o exercito inimigo, q̃ o derrotara, e q̃ ficara morto o Duq̃ de Baruic. Dizia aqui hũ taful, eu q̃ jogo, e perco algũa conta lhe acho; estamos certos em q̃ a 15 de Jan.ro havemos de ter em campanha os 14 mil homens, e 4 mil cavalos, porem ainda naõ estaõ certas, nem rematadas as consignaçoens destinadas p.ª o pagam.to dos soldados, e p.ª a despeza da Campanha; se as nossas tropas vivem da gloria, q̃ adquirem pouca falta lhes fará a grossaria do pam de muniçam. Já se imprimio o decreto da nova reforma (28), e eu o remeto a V. Ex.ª de letra de mam; V. Ex.ª antes o quizera impresso; e perdoe V. Ex.ª q̃ lhe diga, q̃ nisto se engana, porq̃ nem tudo o q̃ está em letra redonda se hade cumprir. Este papel tem alguas implicancias; mas hé inutil o reparo. Esperase com toda a preça p.lo consentim.to dos Bispos, e dos Prelados p.ª o lançam.to da decima ecleziastica, q̃ como hé socorro da Igr.ª, servirá de agoa benta p.ª exorcismar o demonio dos Castelhanos. Eu naõ duvido, q̃ Smg.e q̃ D.s g.e tenha bastantes meyos p.ª fazer a campanha proxima; mas naõ creyo q̃ se achem homens em Portugal, q̃ possaõ adiantar o dinh.ro ao termo vencido das consignaçoens. Esta materia naõ me toca mais q̃ como a hũ homem do povo, e assim falo nella sem instrucçam, e poderá ser, q̃ no gabinete tudo esteja cortado pella medida dos nossos intereces. O S.r Marq̃. de Marialva passou esta semana no seo monte, e naõ sei se veyo hoje a render o Marq̃ de Alegrete, q̃ tinha ficado no Paço tomando sobre seos ombros a pezada cruz dos nossos pecados. Ainda naõ sabemos qual hade ser o Gen.al do nosso exercito; quizera q̃ fosse algũ Sansam, ou algũ Macabeu, e assistido do Braço Divino fassa gloriozas conquistas p.ª o Reyno de D.s Perdoe V. Ex.ª q̃ lhe escreva hũa carta sem coiza digna da sua atençam; mas q̃ culpa tenho eu, se o tempo me naõ fornece mayor materia! Naõ me prive V. Ex.ª da honra de obedecerlhe. D.s g.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 17 de Dez.o de 1707.

---

(28) Veja-se a nota 24.

XIV

Ex.^mo S.^r Rendo as graças a V. Ex.^a p.^la benevola carta q̃ me fez favor de escrever em 19 de Dez.^o, e pesso a D.^s, q̃ dê a V. Ex.^a com hũa saude restabelecida hũas festas m.^to alegres, e taõ alegres como seraõ nesse Lugar socegadas, e pacificas. Nesta terra deve de havellas, mas naõ sei aonde ellas moraõ, se já naõ hé, que aqui se tem por festa fartes endurecidos, e morgados sem sabores. Ditoso V. Ex.^a, q̃ longe dos neg.^os publicos goza na bem aventurança do retiro a felicid.^e de hũa alta contemplaçam.

Naõ sei com q̃ fundam.^to se publicou por essas p.^tes, q̃ se tratava de hũa proxima, porq̃ eu naõ vejo aqui q̃ haja nem paz nem guerra, salvo hé aq.^la, q̃ nos prezepios costuma fazer a forn.^ra de Algibarrota. Se serve p.^a fazella o decreto da nova forma, entenda V. Ex.^a, q̃ havemos de ter hũa boa campanha, porq̃ o papel está m.^to claro, as ordens bem distribuidas, e os officiais multiplicados; queira D.^s q̃ fassaõ bem o seo papel.

Smg.^e q̃ D.^s g.^e contribue com hũa aplicaçam digna deste gr.^de neg.^o, e sobre elle teve José da Serra varias conferencias com o S.^r Inquiz.^or G.^al (29). O Duq̃. foi p.^a a caça, e deixou a incumbencia da guerra a Diogo de Mendonça, q̃ de noite e de dia trabalha neste expediente com feliz sucesso; queira D.^s dar vida ao S.^r Marq̃ de Alegrete p.^a acabar de instruir o coraçam d'ElRey, e ensinarlhe aq.^las maximas christans, e Reyais, em q̃ o d.^o S.^r vai fazendo grandes progressos.

Dizem q̃ viera p.^lo Algarve o corr.^o de Barcelona com novas de q̃ Smg.^e Cat.^ca ficava com boa saude, e q̃ lhe tinhaõ chegado 7 mil Alemaens: se assim foi deviaõ de reproduzir a 200 por 100: tambem dizem q̃ o Princepe Eugenio passava p.^s a mesma p.^e com 20 mil homens; assim será se o Mediterraneo se abrir com o mar vermelho, e as suas escumas se converterem em pam de muniçam. Oiço q̃ se torna a falar no Marq̃ de Front.^ra p.^a governar as armas, e naõ sei como deixaõ de fora o S.^r Conde de S. Vicente, q̃ no seo valor, e na sua experiencia estaõ bem acreditadas as esperanças p.^a hũ bom governo.

---

(29) Veja-se a nota 17.

O Conde de Castellomilhor (30) falou hontem a ElRey, e teve a honra de lhe beijar a mam, e eu tenho isto a bom sinal, porq̃ no tempo, em q̃ elle nos governou, chegou a gloria de Portugal ao mais alto ponto, em q̃ esteve no Reynado d'ElRey D. M.el; isto o povo o confessa emq.to naõ vê ressuscitado hũ Pay, e hũ Avô de V. Ex.a, ou a V. Ex.a restituido a esta Corte, q̃ podia bem representar a ambos.

Continue V. Ex.a na agradavel caça dos coelhos, q̃ o seo exercicio hé util pello divertim.to, e pella digestam; nella quizera eu, q̃ V. Ex.a digerira as cruezas desta carta com aq.la benevolencia, com q̃ foi servido honrarme sempre. Eu ando nesta terra como navio em tempestade no meyo do mar; corro ao agrado dos ventos, e á m.ce das ondas, em q.to a luz q̃ espero restituida calme as tempestades, e serene o horror das nuvens. Isto hé, S.r as novas, q̃ posso dar de mim a V. Ex.a Já V. Ex.a saberá, q̃ Smg.e mandou vir á Sua prez.a hũ impressor com toda a fabrica necess.a p.a ver imprimir, e como faltasse a materia fez o Conde de Tarouca de repente hũ gr.de Soneto, q̃ mereceo ser impresso diante de Smg.e (31). O S.r Marq̃. de Alegrete me fez m.ce de mostrar me

---

(30) É o celebrado ministro de Afonso VI, Luís de Vasconcelos e Sousa († 1720), cujo exílio Pedro II consentiu terminasse em 1685.

(31) Trata-se do glosado, discutido, mas insípido *Soneto Extemporaneo*, de João Gomes da Silva, conde de Tarouca:

Neste prelo, Senhor, cada figura
He soccorro, que a fama tem buscado;
Naõ cabendo o teu nome no seu brado,
Houve mister valerse da escritura.

Com rasaõ favoreces quem procura
Deixarte o luzimento retratado,
Obrando o impossivel no treslado
De copiar esplendor em tinta escura.

Hoje exalta este prelo os seus primores,
Pois para te applaudir lhe dás licença,
Que aprendaõ de ti mesmo a ser maiores.

E naõ só para credito da imprensa,
Mas para fé do excesso dos louvores
Lhe authorizas a prova na presença.

Esta passagem de Brochado resolve definitivamente a dúvida ainda existente sôbre qual teria sido o local da impressão, podendo portanto afirmar-se que o *Soneto* foi composto e impresso no paço — o que de resto era o mais verosimil. O leitor encontra no livro de Xavier da Cunha — *Impressões Deslandesianas. Divagações bibliographicas*, (Lisboa, 1896, págs. 9–10 e 25–38, abundantes e curiosas notícias sôbre êste

este Soneto, e no mesmo dia tive eu a oizadia de fazer outro(32), cuja copia remeto a V. Ex.ª, e a remetera mais cedo, se a minha vergonha se tivera desenganado, de q̃ na cassa dos coelhos tambem se pode ler hũ Soneto, q̃ naõ late de falço. Depois de V. Ex.ª o ler mande deitallo na Ribeira. Fico na obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.ª g.de a V. Ex.ª m.ª a.ª Lx.ª 24 de Dez.º de 1707.

XV

Ex.mo S.r Nesta carta de V. Ex.ª de 26 de Dez.º naõ sei qual pondere mais, se a benevolencia, se a descriçam; em V. Ex.ª tudo hé gr.de, hũ entendim.to bem feito, hũ coraçam bem assentado; e se há algũa coiza, q̃ iguale as direituras do coraçam de V. Ex.ª saõ as profundid.es do seo entendim.to

Tenha V. Ex.ª felices an.s, e sejaõ tantos, q̃ chegue V. Ex.ª a ver em mim 5o mil reis de renda em bens da Coroa, e ordens. A minha desgraça fará seguro este hyperbole na vida de V. Ex.ª Receby os tratados, q̃ V. Ex.ª foi servido

---

problema bibliográfico, a cuja bibliografia há que acrescentar as págs. 23-24 do vol I do *Depois do Terremoto — Subsidios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, (Coimbra, 1910), de Matos Sequeira.

(32) Este soneto, que reputamos inédito, encontrámo-lo, com outras obras de Brochado, num ms. da Biblioteca da Universidade de Coimbra ainda não definitivamente catalogado, (n. ant. 1012, fls. 86). Eis o pecadilho poético do nosso epistológrafo:

Mandando El Rey hir ao Paço hũa empreta.

SONETO

Suba á Reyal prezença, e com mais gloria
mereça do Monarcha exame atento
desse illustre artificio o raro invento,
reparo á idade e protecçam á historia.

Serve o seu uzo a conservar notoria
com fiel expressam com mudo acento
das acçoens, que alcançaraõ ser protento
util a idea, amavel a memoria.

Porem debalde o artifice engenhozo
caracter elegante ao prelo aplica,
que com respeito a eternidade leya:

Previnalhe materia o generozo,
que esteril o primor da estampa fica
quando estudo, e valor naõ se premêa.

restituir, ou p.ª milhor dizer, q̃ mudaraõ de lugar, porq̃ estando nesta caza naõ mudaõ de dominio. Bem quizera remeter a V. Ex.ª outros papeis, mas naõ hé possivel separallos, porq̃ os tenho confundidos, e mal arrumados; mas brevem.te os heide meter em ordem p.ª ter a honra de servir em algũa coiza a V. Ex.ª Hũ destes dias fui ao Paço, q̃ achei sem luto, e tive lugar de ver a riqueza, e magnificencia dos moveis, e sobretudo das suas belas tapeçarias, e ainda q̃ os vi com admiraçam, naõ deixei de olhar p.ª ellas com horror. Na 1.ª caza dos bancos estava a armaçam do bom Tobias, de q̃ os pertendentes naõ tiramos boa liçam, porq̃ naq.le lugar q.m tem Anjo pesca, e q.m naõ tem Anjo se afoga. Na 2.ª caza vi armado o triunfo da cruz, e tambem aqui os pertendentes naõ achaõ gr.de esperança, porq̃ aq.la cruz, q̃ p.ª huns hé triunfo, p.ª outro hé patibulo, e os gr.des ministros, q̃ triunfaõ com as suas cruzes fazem q̃ nôs gemamos debaxo das nossas.

Desta caza vi a em q̃ El Rey q̃ D.s g.de costuma dar audiencia, e divizei hũa armaçam bem tecida, q̃ me disseraõ, q̃ representava os sete Planetas, e por mais q̃ os seos influxos me pareceraõ doirados, naõ sei se p.ª todos saõ beneficos; eu ao menos sempre achei o Sol eclisado, a Lua mingoante, Mercurio entorpecido, Marte prezo, Jupiter fulminante, Venus espuma, e Saturno sombra (33). Perdoe V. Ex.ª as novas, q̃ lhe dou do Paço com moralid.e melancolica, e cada hũ pinta a festa como lhe vai nella.

A noticia de q̃ a nossa futura R.ª sem ainda o ser hade vir em comp.ª de outra, q̃ ainda o naõ hé, tem dado gr.de cuid.º, mas o caso hé mais digno de comedia q̃ de corte, ao menos se aquella Princeza fizer esta jornada naõ lhe heide chamar Archiduqueza, mas a constante Florinda em busca de seo Armaldo. Tudo isto saõ ficçoens da Corte de Viena p.ª entreter a constancia dos Catalaens, e firmar a sua vacilante fidelidad.e; porq̃ p.ª a conducçam daq.las duas Prin-

---

(33) Esta página, que o Dr. Mendes dos Remédios divulgára já no prefácio (pág. XX-I) dos *Inéditos* do nosso autor (Coimbra, 1909), sôbre ser duma saborosa ironia, é uma contribuïção para o conhecimento das afamadas tapeçarias do Paço da Ribeira, referindo-nos a existência das armações do «Bom Tobias», do «Triunfo da Cruz» e dos «Sete Planetas». Estas tapeçarias eram já conhecidas e sôbre elas encontra o leitor curioso no vol. I da *Terra Portuguesa*, revista dirigida pelo Dr. Vergílio Correia, dois valiosos artigos de Matos Sequeira e José Queiroz, *As tapeçarias do Paço da Ribeira*, respectivamente a págs. 145–151 e 179–183.

cezas pella moda de Allemanha saõ necessarios dois milhoens da nossa moeda, q̃ o Emper.or naõ tem, nem pode ter. Naq.la Corte tem mais vastidam o Augusto, q̃ o opulento. No 1.º Paquebot teremos a 1.ª resoluçam sobre passar, ou naõ passar o Princepe Eugenio, q̃ hé hoje toda a nossa esperança, e todo o nosso prezidio, porq̃ estamos em tal situaçam, q̃ vivemos do q̃ nossos am.os fizerem, e do q̃ nossos inimigos naõ fazem. Fico na obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.s g.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 31 de Dez.º de 1707.

XVI

Ex.mo Snr. Recebo com profundo resp.to esta carta de 2 de Jan.ro, q̃ V. Ex.ª me fez m.ce de escrever; ella me deixa confuzo, e medrozo; porq̃ naõ cabendo em mim a honra q̃ V. Ex.ª me faz, temo q̃ a fraqueza da minha razam dê comigo em algũ precipicio de arrogancia, e de vaid.e Os ares de Condexa crearaõ sem duvida em V. Ex.ª aq.le humor, q̃ os Franceses chamaõ enjoüce, e por esta cauza gasta V. Ex.ª o tempo em dar louvor a hũ pobre Soneto, q̃ foi dictado pella dor de mal despachado, e naõ p.las regras de bem medido (34). Enfim seja como V. Ex.ª quizer, e eu naõ sou mais q̃ o q̃ V. Ex.ª quer, q̃ eu seja.

Hé certo q̃ a reforma do nosso exercito vai tendo pratica, e já o Cons.º de guerra consultou alguns officiaes pequenos, e dizem q̃ os Brigadiers haõ de vir da Gr.de Bretanha a ensinar os nossos Sarg.tos mores de Batalha, p.ª q̃ estes ensinem aos outros o como haõ de proceder na campanha e na acçam. O ponto está na gente q̃ ainda naõ aparece. O assento da paga ainda se naõ concluio, porq̃ dizem alguns homens, q̃ naõ se fiaõ na palavra dos ministros sobre a inalteraçam das consignaçoens. Este hé o mayor mal, de q̃ enferma hũa Corte m.as vezes, ou por hũa economia mal entendida oũ por hũa sutileza mal aplicada. A fé publica no Princepe hé o 1.º prezidio dos seos Estados; nem hade

---

(34) Parece referir-se ao Soneto transcrito na nota 32. Pelo menos os últimos versos —

> que esteril o primor da estampa fica
> quando estudo, e valôr naõ se premêa,

permitem esta ilação.

enganar, nem deixarse enganar; subterfugios de advogado naõ devem ter lugar no alto Cons.º d'ElRey; cazuistas p.ª tudo tem razam, mais agravaõ o pecado q̃ absolvem. Eu antes quizera junto d'ElRey hũ homem sabido ainda q̃ fora material, q̃ hũ letrado de meyas sempre com a razam da p.te esquerda. Naõ [sei] aonde vou dar comigo; digo pois, S.r, q̃ os assentistas desconfiaõ; mas tudo se hade compor, queira D.s q̃ seja a tempo de haver q.m pague, e a q.m se pague. Estes dias tem cahido diluvios de agoa, e he só o q̃ cahe em abundancia; leya V. Ex.ª com paciencia estas regras desordenadas, porq̃ me faltou hoje o homem, q̃ me escreve, por naõ dizer Secret.º, e fico sempre como devo aos pés de V. Ex.ª D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 7 de Jan.ro de 1708

XVII

Ex.mo Sñr. Ainda o corr.º naõ chegou p.ª nos trazer as novas, q̃ esperamos da saude mais convalescida de V. Ex.ª As torm.tas de agoa, e vento afeadas de rayos e trovoens tem sido taõ gr.des, e taõ continuadas, q̃ naõ sei como o Tejo naõ tem alagado Lx.ª, ou Lx.ª, naõ tem hido a povoar o Tejo. As ruas despedradas, os homens famintos tudo naufraga; e só a Rib.ra, e o assougue estaõ secos, e enxutos. Queira D.s q̃ aqui parem as iras do céo em vingança das nossas culpas.

Naõ tem chegado o Paquebot do Norte, nem daqui tem partido outro há mais de hũ mez, porq̃ os ventos o naõ tem deixado sahir, e assim naõ tem o Norte ninhũa comunicaçam com o Sul; naõ sabemos dos projectos da liga, nem ella tem a consolaçam de saber dos nossos.

Oiço q̃ estaõ feitas as ordenãças p.ª os exercitos, e q̃ as está revendo o Conde do Rio Gr.de em auzencia de Diogo Luiz. Eu suponho q̃ esta obra está perfeita, e bem copiada dos arestos estrang.ros, q̃ tem aparecido sobre a materia; o ponto hé q̃ se apliquem bem p.ª q̃ senaõ troquem as receitas, q̃ será hũa gr.de desconsolaçam p.ª os padecentes. Dizem q̃ o Marq̃. de Front.ra está nomeado, ou ao menos requerido p.ª governar o Exercito novo na campanha proxima. Tudo fará bem feito, como se espera de hũ fidalgo de suas prendas, e valor.

Os officiais subalternos naõ sei q.m sejaõ, porem deve de havellos, e m.to bons como convem p.ª hũa acçam, em q̃ tanto nos vai p.ª a nossa segurança, ou p.ª a nossa gloria. Hũ destes dias tomou juram.to o Conde de Aveiras diante

de Smg.e p.a o cargo de Reg.or da caza da Suplicaçam (35), e eu beijei a mam a Smg.e pella m.ce. q̃ fez de hũa cap.a de 300$ reis de renda ao Secret.o das mercez, e assinatura B.eu de Sousa Mexia. Ora, meu S.r, desejamos a V. Ex.a com todas as forças necess.as p.a se restituir a esta Cid.e, aonde todos o amaõ, e o suspiraõ; p.a mim em qualq.r p.te q̃ V. Ex.a esteja, se estiver com saude, estará bem, e eu a seos pés com a obed.a, e amor q̃ devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 14 de Jan.ro de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

(35) Vid. a nota 19.

PARENTES AÇOREANOS DO CONDESTÁVEL DOM NUNO ALVARES PEREIRA

(Cont. do n.º 9, pag. 440)

Do Bacharel António de *Labat* contam-se anedotas que não deixam bem parados os seus créditos de filho da Universidade de Coimbra, nem os dos lentes que o aprovaram. Verdade é, porém, que a tradição atribúi a formatura do morgado tão sómente à remessa de numerosas pipas de vinho da Ilha do Pico para os lentes, calúnia, decerto, forjada pelos que o não compreendiam.

Assim, dizia-se que o Morgado-Bacharel tinha a mania de perguntar aos seus criados e feitores se a lua do Faial era a mesma de Coimbra, e sendo a resposta afirmativa os pobres diabos eram zurzidos com chicotadas.

Já adiantado em anos, António de *Labat* praticou infedilidades conjugais, como consta da informação de 11 de Junho de 1824, do Desembargador Corregedor da Comarca do Faial, Manuel Joaquim Barbosa (1), sôbre o requerimento da mulher, Dona Mariana Clemência Moniz de *Labat,* em que pedia que «Sua Magestade mandasse retirar para fóra dela (da Ilha do Faial) uma mulher chamada Ana Cândida, filha de José Luís de Serpa, com quem o dito seu marido vive em concubinato escandaloso de que procede a separação da recorrente do mesmo seu marido e o máu exemplo a seus filhos e filhas».

Dona Mariana estava casada havia vinte anos, e o Dr. *Labat* era já de idade avançada.

Um outro *Labat,* o irmão Gonçalo de *Labat* Marramaque de la Cerda, tinha alto pôsto nas companhias de Milicianos — era Coronel —, e quando, uniformizado, assistia a alguma

---

(1) Foi pai do notável operador, o Conselheiro António Maria Barbosa, célebre professor da Escola Médica de Lisboa.

parada ou outro exercício militar, costumava levar a espada desembainhada na mão direita e na esquerda um rozario, e então as lágrimas corriam-lhe a jórros pelo rôsto horrendo: — ¡persuadia-se que ia para a guerra o valente!

Gonçalo de *Labat* foi um acérrimo miguelista, e era gago, feíssimo e grotesco.

Os bens vinculados dos *Labat,* na Ilha do Faial, consistiam em 73 moios e 16 ½ alqueires de trigo, 7 moios 21 ⅛ alqueires de milho, 239 galinhas, 2 canadas *(sic)* de manteiga cosida *(sic)* e 4 libras de manteiga crua, 96 ovos e 30 pipas de vinho, capital a juro de 5 % — 14:544$663 réis.

Rendimento total: o trigo então a 500 réis o alqueire, o milho a 300 réis, o vinho a 10$000 réis a pipa = 4:405$892 réis, líquido de 27$520 réis de missas e pensões por alma dos instituidores (1).

O Sr. Gustavo *Labat,* advogado em Paris, deu-me estas informações:

«A família *Labat* é oriunda do país Basco-Bearnês, onde tinha de arrendamento terras dos Grammont, *seigneurs justiciers* daquela região.

«Na época das perseguições religiosas, unida até então, dividiu-se: uma parte, que adotára a reforma, estabeleceu-se em Aunis, e a outra, que ficou católica, veiu para o Baixo Armagnac, donde irradiou para Bordeus, Paris, etc., etc.

«A vida dos *Labat,* de Aunis, nos séculos XVI e XVII, não foi sempre precisamente côr de rosa. Um dos membros do ramo *Labat,* que ficou católico, foi o notável sábio Padre João Baptista *Labat,* citado pelo Visconde de Santarém nos seus *Inéditos,* pág. 293, a propósito do livro dêste Padre *Relation d'Afrique,* em que êle reivindica para os franceses a prioridade do descobrimento da Guiné», o que o Visconde contesta triunfantemente.

João Baptista Labat, que foi religioso franciscano, ou, segundo o Sr. *Labat,* irmão prégador, nasceu em Paris em 1663, e muito jóvem foi nomeado professor de Filosofia em Nancy. Aos trinta anos partiu para a América, como missionário, e residiu em Macouba, Martinica, onde dignamente exerceu as suas funções sacerdotais até 1705, isto é, durante dezoito anos, época em que regressou à Europa, percorrendo então Portugal e Espanha onde, nas bibliotecas e arquivos

---

(1) *Genealogias dos Soares, Teixeiras, Pereiras, Amarantes e outros, da Ilha de S. Jorge,* por José Cândido da Silveira Avelar, já citado.

respectivos, colheu dados para as obras que projectava publicar.

Esteve em Bolonha, onde reüniu o capítulo da sua ordem para dar conta da missão à América. Viajou pela Itália onde se demorou alguns anos.

Escreveu:

Voyage aux Iles d'Amérique (8 vols. in-12).
Voyage en Espagne et en Italie (8 vols. in-12).
Nouvelle Relation de l'Afrique Occidentale (5 vols. in-12).
Voyage du Chevalier Marchais en Guiné et dans les îles voisines de Cayenne (4 vols. in-12).
Relations Historiques de l'Ethiopie Occidentale (5 vols. in-12, tradução).

Esta obra publicada, em italiano, pelo capuchinho Cavazzi, contém muitas cartas geográficas e um grande número de figuras. O Padre *Labat* adicionou-lhe curiosas memórias portuguesas.

Também publicou as *Memórias do Cavaleiro d'Arvieux,* Embaixador de França em Constantinopla, a respeito de diferentes partes da Ásia, África (Síria, Palestina, Egito e as Costas Barbarescas) (6 vols. in-12).

O que fica exposto vem no *Dictionnaire de la Conversation,* vol. 12, pág. 14–15, Paris, MDCCCLVI, e está assinado por *Dr. L. Labat*.

No *Grande Dictionnaire du siècle XIX,* de Larousse, citam-se outros *Labat:*

Pedro Labat, teólogo francês, falecido em 1670.

Joana Labat, actriz francesa, que nasceu em 1702, falecida em 1767.

João Baptista Labat, compositor francês, nasceu em 1802, em Verdun (Tarn-et-Garonne).

Léon Labat (que julgo ser o Dr. *Labat* que subscreve a biografia do Padre *Labat*), médico e viajante francês, nasceu em Agde (Hérault) em 1803 e faleceu em 1847. Era da família do Padre *Labat*. As-suas viagens o levaram à Pérsia, onde tratou o Schah Mohamed, atacado de doença que se dizia e se acreditava ser incurável.

Salvando-lhe a vida, êste Monarca recompensou-o com o título de Príncipe, sob o nome de *Mirza Labat Khan.*

Escreveu várias obras.

Dêste Léon *Labat* se deriva o termo botânico *Labatia,* género de árvores da família das *Sapotaceas,* que se encontram na América tropical.

*

João Francisco Julio Labat, político francês, nascido em Bayonne em 1819, foi diversas vezes eleito deputado e pertencia ao partido bonapartista.

George Labat, publicista francês, um dos redactores da *Revue Diplomatique,* de Paris, na qual escrevia em 1910.

Labat-Blanc é o nome de uma montanha da França, na cadeia dos Pirinéus.

Na Biblioteca de La Rochelle existe uma genealogia manuscrita da familia *Labat,* cuja cópia não pude alcançar.

Compensando esta falta, tenho outras notícias que aqui transcrevo:

«*Labat* ou *de Labat,* em *La Rochelle*

Extractos do Inventário sumário dos Arquivos departamentais da Charente inferior em La Rochelle

Notarios e Tabeliães

Dusauld, Notario Real em Taillebourg

«1693. — Transação entre a donzela Francisca Sauxay, viuva de Jean Favrau, Senhor de Toucheceau *(sic),* seu irmão João Sauxay, Senhor de Blanchardières, advogado Pedro Raboteau, ex-procurador na Séde (Tribunal) Presidencial de Saintes, João Raboteau, negociante et João Luís de *Labat,* escudeiro, Senhor de Barail *(sic)* e de la Chasse.

Igreja Reformada de La Rochelle

Baptismos e casamentos, tanto em S. Miguel como em Santa Margarida (1587-1595)

«Em 5 de Abril de 1540 foi baptisada Maria, filha de Anthan..... e de Vincende..... Padrinho Jaques de *Labat;* madrinha Maria Vigne (fl. 11). Assinado — Jaques de *Labat*.

Templo novo na Praça do Chasteau (sic)

«Em 15 de Outubro de 1605 foi baptisado pelo advogado (maître) Le Cercler, Jehan, filho de Jaques de *Labat* e de Rebeca Monsensau. Padrinho o advogado Jehan de Mirande, advogado na Sede (Tribunal) Presidencial desta cidade e um dos vereadores da mesma; madrinha Maria de Angliers.

Casamentos (1620–1630)

«16 de Dezembro de 1623, casamento de Jehan Journault, advogado e Madalena de *Labat,* pelo Senhor de la Chapellière (pag. 241).

Templo de Santa Margarida

«Em 24 de Dezembro de 1623 foi baptisado pelo advogado Colomiez, Pedro, filho, de Pedro Marchand e de Maria de *Labat*. Padrinho Jaques Oulier. Madrinha Joana de *Labat* (fl. 25).

Sepulturas dos cemiterios da cidade nova e do Perrot (1631–1647)

«Em 13 de Outubro de 1635, Alexandre de *Labat,* de 17 dias de idade, filho de Jaques de *Labat* (1), advogado nesta cidade e de Ana Viette (fl. 30).

Baptismos de 1638 a 1643

«Em 19 de Abril de 1643, baptismo pelo advogado Amiraut, um dos pastores da Igreja de Saumur e professor de Teologia na Academia do referido lugar, de Suzana, filha de Pedro Viette e de Isabel *Labat*. Padrinho o advogado Henry Guiton, Senhor de La Valade; madrinha a donzela Suzana Renuveau *(sic)* (fl. 31).

Baptismos, casamentos e sepulturas de 1672

«3 de Junho de 1672. — Baptismo, pelo advogado Lortié, de Barnabé Gedião, filho de Gedião Favre, escudeiro, Senhor de Chiron e da donzela Judit de Lozeray. Padrinho Barnabé de *Labat,* negociante; madrinha Blandina Richard (fl. 40).

«9 de Janeiro de 1681. — Sepultura de Ana Goder, viuva

---

(1) Tendo-se estabelecido ou refugiado na Ilha do Faial, foi, como já se disse, o tronco dos *Labat* portugueses.

do advogado Daniel Goubaud, advogado do parlamento. Testemunhas Benjamin Benvist, seu genro, Jaques de *Labat,* primo da defunta (fl. 44).

Suplemento da série E

Bispado de La Rochelle (1771-1784)

Paroquias de Mauzé, etc.

«Processo» na Séde (Tribunal) Real de Saint-Jean de Angely, entre *Messire* Pedro Francisco Gaudreau, padre, cura de Migron e a Senhora Maria Lardreau, viuva do falecido *Messire* Pedro de *Labat,* que foi Lugar-Tenente-General do Almirantado de Marennes, e herdeira do falecido advogado Eutropio Lardreau, que foi cura de Migron, seu irmão; e Luis Billiard, moleiro, sindico de Migron, sobre o pagamento a fazer no presbitério da referida paroquial (fl. 8).

Série G

Bispado de La Rochelle

Biblioteca Nacional (de Paris). Secção dos manuscritos.
Peças originais. Registos. N.º 1612

«5 de Julho de 1765. — Nós Estêvão João, Barão de Montperoux, residente em Genève, pelo Rei, certificamos e atestamos a quem pertencer que o Senhor João Luís *Labat,* antigo negociante, burguês e membro do Grande Conselho da República de Genève, presentemente Barão de Grand-Cour, nascido em 29 de Julho de 1700, residente em Genève, rua do Grande Maizet, paroquia de S. Pedro, ainda é vivo, neste momento, por se nos ter apresentado. Em fé do que Nós lhe passámos o presente, que assinámos e no qual apozémos a sêlo das nossas armas e que o dito Senhor João Luís *Labat* assinou.

(Locus sigilli)..... *Labat* de Grand-Cour.

«Ainda se encontram entre 1627 e 1628 um João de *Labat,* burguês de La Rochelle, e em 17 de Novembro de 1791 o casamento de André Papin, capitão de navio que tinha

abjurado alguns dias antes o protestantismo, com Maria Ana *Labat*, filha do já falecido Domingos *Labat* e de Joana Prudent».

Árvore genealógica dos de *Labat:*

Jaques de *Labat*
c. c.
Rebeca Monsensau

Jaques de *Labat* (Advogado)
c. c.
Ana Viette

Gedião de *Labat*
c. c.
Dona Maria de Faria da Silveira

Diogo de *Labat*
c. c.
Dona Isabel Felícia de la Cerda

André Francisco de *Labat* Marramaque Forjaz Vandaraga de la Cerda
c. c.
Dona Maria Feliciana de Betencourt

António de *Labat* de la Cerda ou António de *Labat*
Marramaque Forjaz Vandaraga de la Cerda
c. c.
Dona Mariana Clemência Moniz Barreto do Couto

António de *Labat* de la Cerda
c. c.
Dona Maria Madalena da Silveira de Sá Linhares, s. g.
Dona Maria Lionor de *Labat*
c. c.
Manuel Inácio de Ataíde, c. g.

Genealogia dos *Labat* (linha dos Pereiras, de Pombal, e dos van der Haghe — Silveiras):

Diogo Pereira
c. c.
Dona Catarina Correia

Willem van der Haghe
(Guilherme da Silveira)
c. c.
Margarida Sabuio (Sabio)

Tristão Martins Pereira c. c. Dona Ana da Silveira

António da Silveira Pereira
c. c.
Dona Jerónima de Arês

Dona Isabel Pereira
c. c.

Pedro Eanes Machado

Gonçalo Pereira Machado
c. c.
Dona Ana de Brum da Silveira

Dona Joana Pereira de Ataíde
c. c.
Gaspar da Silveira Vilalôbos

Dona Briolanja Pereira da Siveira
c. c.
António de la Cerda Pereira (1)

Dona Isabel Felícia de la Cerda
c. c.
Diogo de *Labat*

André Francisco de *Labat* Marramaque Forjaz Vandaraga de la Cerda
c. c.
Dona Maria Feliciana de Betencourt

António de *Labat* Marramaque Forjaz Vandaraga de la Cerda
c. c.
Dona Mariana Clemência Moniz Barreto do Couto

António de *Labat* de la Cerda
c. c.
Dona Maria Madalena da Silveira de Sá Linhares, s. g.
Dona Maria Lionor de *Labat*
c. c.
Manuel Inácio de Ataíde, c. g.

As armas dos *Labat,* são: em campo azul uma pala de prata, tendo de cada lado uma rosêta de espóra, de ouro. Elmo fechado.

(Continúa).

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

---

(1) 4.º neto de João Garcia Pereira, já várias vezes citado.
Assim, pois, os *Labat*, do Faial, eram duas vezes *Pereiras,* por descenderem de *Diogo Pereira* e de *João Garcia Pereira,* êste, sem dúvida da geração de onde proveio o Condestável.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 9, pag. 434)

JOÃO ALVARES E JOÃO DA BARREIRA

Martini ab Azpilcueta Nauarri iuriscõsulti in tres de pœnitẽtia distinctiones posteriores commentarij. Adiectus est in calce libri locupletissimus index. Conimbrice. Ex Officina Iohannis Alvari et Ioannis Barrerii.. Anno. M.D.XLII. Cũ gratia et priuilegio. — No fim do indice: *In nobile Lvsitanorvm Conimbricana Academia. Iohannes Aluarus, & Iohannes Barrerius Typographi excudebãt. Anno. M.D.XLII. quarto calendas Augustas.*

Folio (marcação de 8.º, cadernos de A Aiiij), 6 fls. prel. inn. com frontispicio, 396 pags., afora copioso index inn. Titulo dentro de frontispicio gravado. Dedicatoria a D. João 3.º

Bibliotheca Nacional de Lisboa, Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Diz Brito Aranha (*Diccionario,* tom. XVI) que este é o 1.º livro impresso por João Alvares e João da Barreira, quando se estabeleceram em Coimbra em 1542.

Enrici a Cuellar medice facultatis professoris primi: opus insigne ad libros tres predictionum Hipp. Cõmento etiã Gal aposito et exposito. Anotationes eiusdem sus primo libro que interlegerẽ dum occurrere. Nec non svmmarios index corrmqve opvs continent. Conimbrie. Cũ gratia et Priuilegio. M.D.XLIII. (Frontespicio gravado; titulo quasi todo em gothico) — No fim: *Explicit presens opos primi & secundi & tertilibri*

Predictionũ Hip. Comenti etiã Gol. cũ Annotatio ac singulari & noua expositio ne nunquã visa castigatũ ac diligentissime correctũ. Apud inclitã Conimbricã. Ex offi. Iohãnis aluari & Iohãnis barrerii Calcographor. Nono Cal. April. Anno M.D.XLIII.

Folio, 3 fls. prel., 447 numerados pela frente, mais 6 inn. de index.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Commento en romance a manera de repeticion latina y scholastica de Iuristas sobre el capitulo Inter verba XI q. III. Cõpuesto por el Doctor Martin de Azpilcueta Nauarro cathedratico de prima en Canones de la vniuersidad de Coimbra, e nel exercicio de todas letras muy sublimada. Enel qual de rayz se trata, quando el dezir, oyr, o huyr las alabanças, los vituperios, y las detractiones o murmuraciones, es merito, quando venial pecado, y quãdo mortal. Liber ad ervditum lectorem. Noli erudite lector, que minime vulgaria sermone ac amictu vulgari tigo, contemnere: Nam introspectus silenus quidam Alcibiadis videri tibi forte potero. Vale. Conimbricæ. Pridie Idus Aprilis M.D.XLIIII. Ex officina Iohãnis Barrerij Et Iohanis Aluari.

Frontispicio gravado, 1 vol. folio, 260 pags., alem de outras innumeradas.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Reflectio siue iterata prælectio non modo tenebrosi: sed & tenebricosi. c. Accepta de restit. spoliat. cõposita & pronũciata corã frequentissimo, eruditissimo, ac lõge illustri auditorio, in inclyta Luzitaniæ Conĩbricensi Academia, per Martinũ ab Azpilcueta iureconsultũ Nauarrũn, nunc eius in sacra facultate canonũ primariæ functionis gymnastã, que ante noueno annos fuerat eiusdem functionis in præclarissima Salmanticensi. Contenta in ea versa pagella indicat. M.D.XLVII. — No fim: *In ĩclyta Conimbrica Iohannes Barrervs et Ioh. Alvarez, regii Typographi excudebant. Anno a Christo nato M.D.XLVII. Idus Septẽbres.*

8.º, 274 pag.

Meditaçã da inocẽtissima morte e payxã de nosso señor em estilo metrificado: nouamente composta. — Este titulo dentro d'um frontispicio tarjado, tendo na parte superior um pequeno quadro com o Senhor crucificado. No verso do frontispicio, o prologo, que acaba no verso da 3.ª folha. Depois vem a obra (com novo titulo, que declara ser composta por um pobre frade de S. Francisco da provincia da Piedade) e começa por uma introdução do modo seguinte:

O altissimo e imenso | eterno do verdadeyro
o mui benigno Iesu | grãd'saluador do mũdo
q̃ por tua piedade | e por tua grãde cremencia, etc.

Continua por esta metrificação e estylo, dividido em ramos ou capitulos irregulares, até findar no verso da folha que deve ter o numero 129. — Segue-se depois um *Aviso espiritual* em prosa, que termina no resto da folha 131; e no verso d'esta se acha a seguinte subscripção: *Foy uisto e approuado este presente liuro pelo doutor Mestre Payo: por comissam e mandado do Cardeal Iffante. Pola qual o mesmo doutor mandou que se imprimisse. E foy impressa a presente obra em a muy nobre e sempre leal cidade de Coimbra por Joaõ de Barreyra e Joaõ Aluarez, empressores da uniuersidade aa custa do muyto illustre e reuerendo senhor dom Braz, bispo de Leyria. Acabouse aos XXIX dias de mes de Iulho de M. D. XLVII.* Segue-se depois, na folha immediata: *Trouas que fez ho autor pera huns passos da paixão que hordenou de fazer prégando a mesma paixaõ, precedidas de uma advertencia, que declara terem sido tambem impressas de mandado do mesmo D. Fr. Braz de Barros, bispo de Leiria.* Finalmente vem uns vilancetes espirituais, que ocupam o resto do volume.

4.º gothico, 138 folhas, sem numeração.
Bibliotheca da Universidade.
Descripção no *Diccionario Bibliographico,* tomo 1.º
Ha um exemplar na Bibliotheca Publica Municipal do Porto. A sua descripção no *Manual Bibliographico* é muito differente.

Cõmentarios de rebvs in India apud Divm gestis anno salvtis nostrae M. D. XLVI. | *Armas portuguezas* | *Conim-*

bricæ M. D. XLVIII. — No fim: *Conimbricæ. Excvdebant Ioannes Barrerivs & Ioannes Aluarus Typographi Regij. Anno M. D. XLVIII.*

4.°, 4 fls. inn., 92 pags.
Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

Regimento dos officiaes & pessoas que procuram no auditorio Ecclesiastico desta cidade. Ordenado pelo senhor Bispo de Coymbra: Conde Darganil.

Mesmo frontispicio das Constituições, 14 folios.
Sem designação de impressor nem do anno, muito indubitavelmente por João de Barreira e João Alvares.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Arnoldi | Fabricij Acquitani de | liberalivm ertium | studiis oratio Conimbricæ habite in | Gymnasio regio pridie quam | ludus aperiretur. IX. | Cal. Martij, M. D. XLVII. | Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium. Et Ioannem Aluarez. | M. D. XLVIII.

4.° xxxiij pags.
No verso da ultima folha que não é numerado o seguinte: *Excvdebant Ioannes Barre|rivs et Ioannes Alvarvs | typographi regij. Co|nimbrice, ann. M. D. | XLVIII. VII, Idus | septemb.*
Bibliotheca Publica Municipal do Porto. N'um volume de miscellanea muitissimo importante sob n.° 5-19. Torre do Tombo.

Emanvelis Costae jvreconsvlti lusitani Commentaria in .§. et Qvid sit tantum. L. Gallvs. ff. de libe. et posthv. Conimbricæ. Cum priuilegio nequis in Hispaniarum Regnis excudat, aut vendat intra decennium. Anno M. D. XLVIII. (Este titulo por baixo d'um brasão de armas reaes tendo por timbre o dragão, com a assignatura F. d'um lado e do outro C.). — No fim, em pagina solta: *Conimbricæ. Excvdebant Ioannes Barrerivs et Ioannes Aluarus Typographi Regiis, Anno M. D. XLVIII Mense Martio.*

Folio, 2 fls. prel. inn., 226 pags., mais 12 inn.
Bibliotheca Nacional de Lisboa, Torre do Tombo.

Constituições synodaes do Bispado de Coimbra. M.D.XLVIII. —Este titulo por baixo das armas episcopaes, ao centro d'um bello portico. — No fim: *Forã impressas as presentes cõstituyções. Na muyto nobre e sempre leal cidade de Coymbra por Ioã de barreyra & Ioã aluarez empressores da vniversidade. Por mãdado do muyto yllustre & reuerẽdissimo senhor dõ Ioam Soares bispo de Coimbra conde de Arganil. E forã acabadas aos doze dias do mes de Agosto anno do nacimẽto d'nosso señor Iesu Christo de M.D.XLVIII.*

Por baixo a assignatura de chancella do *Doctor Alarcon.*

Folio, 6 prel. inn. de frontispicio. Tauoada, ciiij numerados pela frente. A tauoada começa logo no verso do rosto. Os cadernos, porém, são de 8 folhas rubricadas A Av.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Torre do Tombo.

Caracteres gothicos, menos o frontispicio. As armas fazem differença das que se vêem nas *Constituições Extravagantes,* mandadas imprimir pelo mesmo prelado.

Melchioris Beleago Portuensis de disciplinarvm omnium studijs oratio ad uniuersam Academiã Conimbricæ habita. Cal. Octobris. M.D.XLVIII. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium Et Ioannem Aluarez. M.D.XLVIII.

4.º, 18 fls. inn., incl. frontispicio.

Faz-se nesta oração o elogio de André e Diogo de Gouveia.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Volume de miscellaneas 5-19.

Estas orações academicas seguem todas o mesmo molde.

Obras contidas neste volume de Miscellanea:

a) Georgi Coeliu — *De particulia christiana.*

b) Arnoldi Falricij — *Oratio.*

c) Ignatii Moralis — *Natio panegyrica ad inuictissimem...*

d) L. Andr. Resendii — *Oratio habita Conimbricæ In Gymnasio Regio anniuersario dedicationis ejus die.* — Escudo do dragão pequeno: *Quarto Calendas Iulij M.D.LI.* — Provavelmente impressão de João Alvares e João da Barreira.

e) Emmanvelis Costae — *De nuptiis Eduardi* — João Alvares e João da Barreira, 1552.

f) Petri Ferdinandi — *In doctrinarum.*

g) Hilarij Moreirae — João da Barreira e João Alvares, 1552.

h) Ántonio Pinto — *Oratio* — João Alvares.

i) Melchior Beleago — João da Barreira e João Alvares, 1548.

Meditacion de la sacratissima muerte y passion de nuestro Señor Iesu Christo en estilo metrificado compuesta por vn pobre frayle de San Francisco dela prouincia dela piedade y por el mismo traduzida en romance castellano del primeiro original portugues. Dirigida y dedicada al altissimo y diuinissimo principe Iesu Christo Señor y emperador y criador de la redondeza Redentor dela generacion humana. Y a la muy alta y muy esclarecida princeza Reyna y ẽperatriz de los cielos y de la tierra la gloriosissima virgẽ Maria ñra Señra que pues ambos por su misericordia la dieron ambos por ella misma la reciban.

Segue-se a numeração pela frente em caracteres romanos até folio clxvii. Continua a obra, mas sem numeração, com o *Aviso espiritual en el qual se dize como se ande aprouechar desta meditacion los nueuos meditadores.*

Depois d'este *Aviso* segue: *Coplas que hizo el Avtor deste tratadillo para unos passos de la passiõ que hizo predicandola.*

Depois do *Finis* d'estas coplas lê-se o seguinte: *Fue visto y examinado este presente liuro por el Doctor maestro Payo: por commission y mandado del Cardenal Infante Inquisidor Mayor en todos estes Reynos por lo qual el mesmo Dotor mãdo q̃ se imp̃miesse.*

Fue impressa la presente obra en la muy noble, y siempre leal cibdad de Coimbra. Acabose a cinco dias del mes de nouiembre. Año d. M.D.XLVIII.

No verso acha-se a seguinte declaração de letra manuscripta, coeva: *frey xristovaõ de barbacena ora guardião em este conuẽto de Sancto Antonio de Coimbra dou fee q̃ este tratado da paixaõ de x.º foy composto per frei Antonio de portalegre frade desta provincia da piedade barão catholico e approuado a 18 dabril 1559, Xristovão de barbacena.*

Finalmente, 6 pags. inn. do *Registro delas Enmiendas desta obrezilla.*

4.º, 7 pags. de prologo numeradas pela frente.

Ex. que pertencia ao Dr. Gusmão.

Descripto no *Conimbricense* de 14 de setembro de 1867.

Meditaçam da inocentissima morte e payxam de nosso Senhor em estilo metrificado. Segunda vez impresa e emmedada. — No verso do frontispicio uma estampa de Christo crucificado, occuppando toda a pagina. — Na folha CLXV: *Foy visto e aprovado este presente liuro per o Doutor mestre Payo: por comissam & mandado do Cardeal Infante inquisidor mor destes reynos.* Pola qual o mesmo Doutor mandou que se empremisse. *Foy empressa a presente obra em a muy nobre & sempre leal Cidade de Coimbra. Acabouse a Quinze Dias do Mes de Dezembro. Año de nosso Saluador Iesu Cristo de M. D. XLVIII.*

Seguem-se depois, em 4 pags. inn.: *Trovas que fez o avtor pera Hũs passos da payxam que ordenou de fazer pregando a mesma payxam.*

Tem mais em 6 pags. inn.: *Romance espiritual da via unitina em castelhano.*

E termina, em 3 pags. inn., com: *Vilancete e trovas que fez Ho autor indo caminhando depois do dia de ascẽsam de Iesu* X_{po} *pera passar ho enfadamento do caminho: & vam em nome da sacratisssima virgem nossa senhora queixandosse do seu vnigenito filho depois que se apartou dela em sua ascẽsã gloriosa.*

Typo redondo. — Sem declaração de impressor, mas sem duvida dos prelos de João da Barreira e João Alvares.

Descripto no *Conimbricense.*

Index rervm et verborvm copiosissimus ex Des. Erasmi Roterodami Chiliadibus per Ioannẽ Vasæu brugensem ita collectus, ut omnibus omnium impressionibus respondeat cum expositione breui. Item alter index locorum ex autoribus quibusdã, tum Grecis tum Latini, quibus Erasmus quoquo pacto videtur lucis aliqd addidisse per eundẽ. Conimbricæ. Excudebãt Ioannes Barrerius & Ioan Aluares. Typographi Regii. 1549. — No fim: *In inclyta Conimbrica Excudebant Ioanes Barrerius & Ioannes Aluarez Typographi Regij. Anno M. D. XLIX. III Idus Augusti.*

4.º (rubrica de 8.º, a aiiij), 252 pags.

Frontispicio tarjado. No verso, dedicatoria a M. d'Azpilcueta Navarro. Tem caracteres gregos.

Real Bibliotheca d'Ajuda.

Tractado da forma dos libellos. E da forma das allegações judiciaes. E forma de proceder no juizo secular e ecclesiastico. E da forma dos contractos: com sua glosa e cotas de direito. Coimbra por João de Barreira e João Alvares, 1549.

4.°, de IV-XXX-XXII-XXX folhas, numeradas pela frente. Caracteres gothicos.

Ex: existente na Bibliotheca de Jesus, descripto por Innocencio. D'esta obra fizeram-se mais quatro edições no seculo XVI: Coimbra, por Antonio de Maris, 1558; Braga, pelo mesmo, 1567; Coimbra, por João da Barreira, 1578; Idem, por Antonio de Barreira, 1592.

Aristotelis de demonstratione sive de secunda parte αναλυτιηῶμ *libri deo. Nicolao Grovchio Rhotomagensi intreprete.* (Escudo do dragão pequeno). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium, & Ioannem Aluarez. M.D.XLIX.*

4.°, 9 fls. prel. inn., 152 pags.. letra gripha.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Nas preliminares: *Nicolavs Grovchivs discipulis suis, Argumentum, Errata.*

Aristotelis de reprehẽsionibus Sophistarum Liber unus Nicolao Grovchio Rhotomagensi interprete (Escudo do dragão pequeno). *Conimbricæ Apud Ioannem Barrerium & Ioannem Aluarez. M. D. XLIX.*

4.° 101 fls. numeradas pela frente.

No fim, em folha solta: *Excussum fuit hoc opus Melchioris Beleago diligentia, ac impensis in gratiã litterarum. Excudebant Ioannes Barrerius & Ioannes Aluarus Typographi Regii. Anno M. D. XLIX. Mense Septemb.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Logica Aristotelis ab ervditissimi hominibvs conserva (Escudo do dragão pequeno). *Apud Ioannem Barrerium, & Ioannem Aluarez Typographos Regios. M.D.XLIX.*

Segue-se em 3 folios, dedicatoria de Melchior Belliago a D. João 3.° — Refere-se á tradução de Aristoteles por Perionius N. Grouchy: *Firminum Durium, seu mestre, q̃ traduziu os livros de Prima relatione.*

Segue-se: *Porphyrij Institutiones ad Chrysaorivm, Interprete Ioachim Periomio Benedictino. Comæriaceno.* (Escudo pequeno do dragão). *Conymbricæ. Apud Ioannem Barrerium, & Ioannem Aluarum. M.D.XLVIII.* 28 pags.

Categoriæ — pelo mesmo interprete, sem frontispicio especial, 48 pags.

De interpretatione, do mesmo, 10 pags.

Aristotelis de prima resolutione libri deo — (Firminum Durium), 163 pags.

De Demonstratione, de Grouchy.

Aristotelis topicorũ, 331 pags., mas numeração muito errada.

De Reprehensionibus, de Grouchy.

Bibliotheca Nacional de Lisboa, 869, Sala 4.ª

Breuiarium bracharẽse. — Este titulo, por baixo das armas episcopaes, que occuppam quasi todo o frontispicio. Depois de 7 fls. com o calendario, outro frontispicio moldurado em tarjas com figuras a vermelho: *Breuiariũ Brachareñ. denus recognitũ & occurater correctũ & emendatũ, ac in luculentiorẽ forma redactũ. Ex precepto Illustrissimi atqy Reuerendissimi dñi Emanuelis a Sousa Archiepī & dñs Brachareñ Hispaniarũqy primatis. Conuocatis & cõsultis suffraganeis & clero vt ipsorũ indicio & assensu perfecti redigerẽt. Resecatis supfluis & additis necessariis tã, etc.*

8.º, 500 e tantos folios; não se vê a numeração das ultimas por causa da traça. Em folha solta: *Ad laudem omnipotentis Dei & Virginis matris eius Mariæ explicit breuiarium diuinorum officiorum iuxta consuetudinem Diuae Bracharensis ecclesiæ Hispaniarum primatis. Correctius & emẽdatius quam antea iussu Reuerẽdissimi domini Emanuelis Souse Archiepiscopi Bracharensis. Excudebant Bracharæ anno á natiuitate Domini millessimo quingentessimo quadragessimo nono Ioannes Aluarus, & Ioannes Barrerius Regij typographi, sexto Calendas Augusti.*

Seguem mais duas folhas de errata.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. — Outro exemplar na livraria de José Maria Nepomuceno, em cujo catalogo vem descripto sob o n.º 335. Ahi se descrimina a numeração pela seguinte fórma — IX-572-4.

Manual de confessores, & penitẽtẽs, em ho qual breue & par-

ticular, & muy uerdadeyramente se decidem, & declarã quasi todas as duuidas, & casos, que nas confissões soẽ occorrer acerca dos peccados, absoluições, restituyções, & censuras. Cosposto por hũ religioso da ordem de sam Francisco da prouincia da piedade.

℄ *Foy vista | & examinada | & aprouada a presẽte obra por o Doutor Nauarro | cathedratico de prima ẽ canones na Universidade de Coimbra. Por comissam do Infante Cardeal inquisidor mayor nestes Reynos* — No fim, ao fundo da pag. 648: *A louuor & gloria de nosso senhor Iesu Christo, & de sua gloriosa madre. Foy impressa a presente obra chamada Manual de cõfessores. Na muyto nobre & leal cidade de Coimbra. Por Ioã da barreyra, & Ioã aluares emprimidores da mesma vniuersidade. Acabouse aos xxvij dias do mes de Iulho. De M.D.XLIX. annos.*

8.º, 20 fls. prel. inn., incluindo front., 648 pags. mais 10 pags. inn. de Tauoada, mais um opusculo *Pregunta dos religiosos* com 24 pags. num.

As prel. contem: *El doctor Martin de Azpilcueta Nauarro al lector, e Declaracion de algunos passos dubdosos,* do mesmo e mais, na ultima pagina: Introdução da obra, esta ultima em portuguez.

Ex: da Bibliotheca Publica do Porto, tendo pertencido ao convento d'Azurara.

A Bibliotheca Nacional de Lisboa possue tambem um exemplar sem a *Pregunta dos Religiosos*. Caracteres gothicos. No rosto, porem, caracteres redondo, italico e gothico.

Preparaçam Spũal de catholicos da santissima comunhã do corpo & sãgue de nosso sñor Iesu Chro. Na qual a modo de sermã & homilia se exercitam as almas dos fieys a este santissimo Sacramento receber. E se reprehende a tibieza e indeuoçam que de muytos nisso se soe ter. Ao fim se põe hũa breue industria spual, para muy facilmente os devotos poderem a isso seus corações aparelhar & com piadosa devaçam se chegar. Aa qual se acrecenta hũa deuota esposiçam sobre ho Pater noster. Cõposto por hũ religioso da ordẽ de sam Frãcisco. Da prouincia da piedade. — No fim: *A louuor e gloria de nosso senhor Iesu Christo e de sua gloriosa madre a Virgem Maria, acabouse a presente obra chamada Preparaçam spiritual de catho-*

licos aa Sancta Comunhão: com a industria e exposição do Pater Noster. Composta por hum religioso da Ordem de S. Francisco da prouincia da piadade. Foy empressa per Ioam de Barreyra e Joam Aluares empressores da Vniuersidade de Coimbra, aos xij dias do mez de Outubro de M.D.XLIX.

8.º

O titulo está dentro d'um frontispicio tarjado; formado de vinhetas religiosas, e n'ellas representados Santo Antonio e mais dous santos. No reverso do frontispicio a approvação, n'estes termos: *Foy vista, examinada e approuada a presente obra pelos veneraueis doutores, mestre Payo Rodriguez, e mestre Frei Martinho de Ledesma, examinadores da Sancta Inquisição, em esta real Vniuersidade de Coimbra, e com sua authoridade impressa.* Segue-se o prologo em cinco paginas, com uma estampa gravada no verso da ultima.

Ha um exemplar na Bibliotheca Publica Municipal do Porto, que vai até o folio cxliiii, faltando-lhe o ultimo ou ultimos.

Veja-se a descripção d'esta obra no *Diccionario* de Innocencio, e no *Manual Bibliographico.*

Fernando Palha possuia um ex: falho de titulo. Veja-se o n.º 66 do *Catalogue* da sua Bibliotheca.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 9, pag. 421)

CAPÍTULO VI

A população do concelho depois da implantação do regime liberal. — Sua distribuïção pela área das diferentes freguesias. — Estatísticas demográficas.

Depois da implantação do regime liberal entre nós a primeira organização administrativa foi, como é sabido, a determinada pelo decreto n.º 2 de 23 de Maio de 1832, uma das medidas legislativas tomadas pelo glorioso estadista Mousinho da Silveira.

Por êste diploma a divisão superior era a província, à frente da qual se encontrava o perfeito. Como a autoridade dêstes magistrados parecesse depois demasiadamente extensa foram as perfeituras extintas pela lei de 25 de Abril de 1835, em cujos artigos 5.º e 6.º era o govêrno autorisado a fazer provisòriamente e na conformidade da mesma lei uma nova divisão administrativa de todo o reino. Com efeito, a 18 de Julho do mesmo ano, publicava-se um novo diploma dividindo o continente em 17 distritos, que se subdividiam respectivamente em concelhos e estes em freguesias.

Nesta divisão administrativa Marvão ficava também constituindo um concelho no qual se contavam então 1.100 fogos com 4.400 habitantes apròximadamente.

Nos censos que depois se organizaram nota-se um acentuado progresso demográfico, a que correspondem novos impulsos na vida económica do concelho, especialmente na área da sua população rural, freguesias de S. Salvador de Aramenha, de Santo António das Areias e parte da de Santa Maria, visto que a outra parte é constituída pela po-

pulação da vila. Assim o provam as elucidativas tabelas que organizamos, na sua maior parte, com os dados estatísticos publicados pela Direcção Geral de Estatística.

TABELA I

POPULAÇÃO DE FACTO

Censos	Santa Maria	Salvador	Santo António	Total
1864	1.424	2 119	1.364	4.907
1878	1.385	2.292	1.558	5.235
1890	1.294	2.424	1.940	5 658
1900	1.274	2.385	2.290	5.949
1911	1 226	2.578	2.517	6.321

TABELA II

AUMENTO DA POPULAÇÃO DE FACTO POR 1.000 HABITANTES

Censos	População	Aumento do período
1864	4.907	–
1878	5.235	23,14
1890	5.658	35,25
1900	5.949	29,1
1911	6.321	33,81

TABELA III

FOGOS NAS FREGUESIAS

Censos	Santa Maria	Salvador	Santo António	Total
1864	338	447	324	1.109
1878	343	512	416	1.271
1890	334	581	464	1.379
1900	327	571	550	1.448
1911	329	634	634	1.597

TABELA IV

NÚMERO DE HABITANTES EM CADA FOGO

Freguesias	Habitantes por cada fogo				
	1864	1878	1890	1900	1911
Santa Maria.....	4,21	4,03	3,87	3,89	3,72
Salvador.....	4,74	4,47	4,17	4,17	4,06
Santo António.....	4,21	3,74	4,18	3,16	3,97

Entre as causas que têm contribuído para o apreciável aumento que durante os períodos referidos se vem notando na população do concelho devemos apontar, como principais, as seguintes:

A fecunda tranquilidade que se seguiu á paz celebrada com a nação vizinha e o período de repouso que veiu depois das lutas civis de que Marvão foi teatro, circunstancia que permitiu um melhor aproveitamento das admiráveis condições naturais do solo do concelho, geològicamente rico e apto, como mostraremos no capítulo seguinte, para uma grande variedade de culturas agrícolas, e até mesmo aptidão, não menos inferior, para determinados trabalhos industriais.

A desvinculação da propriedade em virtude das providências legislativas de Mousinho da Silveira.

A construção da linha férrea do ramal de Cáceres atravessando a orla norte do concelho veiu também, mais tarde, beneficiar consideràvelmente a agricultura e contribuir para o desenvolvimento da população, sobretudo na área da freguesia de Santo António das Areias denominada a *Sáfara*, zona outrora quási desabitada e onde existem hoje núcleos de população em constante e sensível progresso. Êste facto verifica-se, especialmente, junto da estação do caminho de ferro da Beirã, sítio ainda há bem pouco tempo quási despovoado e onde apenas existiam, além da estação, duas casinholas, hoje transformado numa pequena aldeia que prospera dia a dia. Ali funcionam já duas escolas para ambos os sexos, uma estação telégrafo-postal, bons estabelecimentos comerciais,

fábrica de cortumes, depósitos de cortiça, além das casas dependentes da estação do caminho de ferro, guarda-fiscal e da alfandega. Para êste desenvolvimento, justo será deixar aqui consignado, muito contribuiu o impulso entusiasta e persistente que lhe deu o nosso saüdoso amigo Dr. António de Matos Magalhães, que na Beirã construiu a sua bela casa do *Penedo da Rainha*, com várias dependências de lavoura, a cuja obra benemérita em prol da instrução e do progresso do concelho faremos referência em outra capítulo.

As estradas que nos últimos anos se construiram facilitando a viação e permitindo, com mais largueza, a circulação da vida em todo o concelho foi também um importante factor para o progresso do seu movimento populacional.

Êste progresso ainda mais se acentuaria se a maior parte dos intransitáveis e quási primitivos caminhos municipais pudessem ser largamente beneficiados o que traria, como conseqüência, um melhor regime de trabalho e mais progressivo aperfeiçoamento dos processos culturais, insuficientes e ainda atrazados. Muito para desejar seria que se levasse a efeito o alvitre já apresentado por autorizados e distintos agrónomos qual era o de se criaram escolas móveis agrícolas em cursos de pequena duração e com o carácter eminentemente prático. O pequeno cultivador, em regra geral entregue a si mesmo e sem os indispensáveis conhecimentos agrícolas que só uma bem dirigida prática lhe poderia dar, tornar-se-ia assim mais útil a si e um mais apto agente do progresso rural e da agricultura do concelho.

*
* *

Do exame comparativo das tabelas que acima apresentamos podemos pois concluir, de uma maneira geral, ter sido apreciável e importante o aumento da população a que corresponde apròximadamente, pelo que respeita aos anos dos três últimos censos, 1890 a 1911, a percentagem figurada na tabela que publicamos a seguir, tomando por base a superfície e a população comparada nos referidos anos ao número de 1.000 habitantes.

TABELA V

SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO COMPARADA EM 1911, 1900 E 1890

Superfície em quilómetros quadrados	População			Diferença		Densidade da população por quilómetros quadrados	
	1911	1900	1890	1911-1900	1900-1890	1911	1900
156,30	6.321	5.949	5.658	372	291	40,4	38,1

Curioso será agora ver, pelo mapa que a seguir também publicamos, como a população do concelho, escassa a princípio e quási toda circunscrita ao estreito âmbito da antiga vila amuralhada, se dilata hoje por todo o largo perímetro do seu têrmo. Esta estatística servirá pois não sòmente de fonte para mais exacto conhecimento da distribuïção dos habitantes pela área do município, como também de elucidário e valioso subsídio para o estudo dos nomes dos lugares, quer sob o ponto de vista da sua origem lingüística derivada ou da tradição, de circunstâncias físicas ou factos geográficos, quer como base que permita reconstruir a extensão e o *habitat* dos primitivos moradores da região.

TABELA VI

CENSO DE 1911

Lugares	Fogos	População de facto	Lugares	Fogos	População de facto
Concelho.....	1:597	6:321	Carriçal.....	5	22
Aramenha freguesia..	634	2:578	Carris.....	10	39
Salvador.....	15	62	Carvalhal	33	133
Agua Boa Gáfete.....	3	15	Covão	3	13
Alvarrões.....	5	21	Engenhos	6	26
Aramenha.....	3	6	Escusa.....	137	477
Barrieiro.	3	19	Ferrarias.....	7	27
Bolegão....	3	3	Fontainhas.....	5	17
Caramenta	3	20	Fonte dos Coelheiros	11	44

Lugares	Fogos	População de facto
Fonte dos Coelheiros de baixo	9	50
Fonte da Mulher	3	13
Jardim	26	95
Leão	9	29
Madalena	6	26
Mim Velho	4	24
Monte Roxo	9	45
Montinho	5	32
Aramenha (conclusão) freguesia	–	–
Olhos de Agua	11	52
Paradas	4	18
Pisão Novo	9	36
Portagem	34	122
Pôrto da Espada	143	581
Prado	21	93
Quinta Nova	5	23
Reveladas	11	54
Ribeira de Marvão	7	24
Ribeirinha	3	17
Ribeiro Pinheiro	7	44
Sarmagal	3	12
Vale do Alcaide	3	14
Vargem	3	12
População dispersa	47	218
Areias freguesia	634	2:517
Santo António das Areias	43	157
Abegoa	19	85
Abegões	3	11
Água da Cuba	20	69
Aires	14	53
Aldeia	10	46
Asseiceira	19	89
Balcão	5	21
Barretos	80	280
Beirã	46	159
Cabeçudos	52	195
Cabril	4	23
Carapeta	4	17
Carreiras	8	30
Casa Queimada	3	14
Cavalinha	3	15
Celorica	11	36
Currais do Martinho	3	17
Feijoeira	5	19
Fonte do Cabeço	4	22
Fonte Pico	7	27
Fonte Salgueiro	16	63
Fonte de Souto	13	46
Herdade do Pereiro	4	19
Herdade dos Pombais	5	23
Jardim	4	10
Lagar dos Frades	5	15
Laje	3	17
Maral	5	10
Margarida	6	18
Meixial	5	22
Murta	3	12
Nave	4	18
Pasmal	4	20
Pego Ferreiro	4	14
Ramila	15	62
Ranjinha	44	186
Relva da Asseiceira	8	29
Relva da Moura	6	29
Ribeiro das Talhas	3	14
Rio	6	22
S. Pedro	6	30
Seiçal	4	17
Tragazal	20	67
Vale de Carvão	12	36
Vale de Milho	6	15
Vales	9	43
Vedeira	7	22
População dispersa	44	244
Marvão freguesia	329	1:226
Marvão	96	317
Abenaia	5	22
Atalhos	6	21
Beco dos Galegos	4	21
Braçais	4	13
Casas Grandes	3	13
Castelos	4	18
Charqueirão	4	10
Crença de Baixo	3	10
Crença de Cima	3	16
Esparoeira	4	6
Fonte do Concelho	3	10
Jogo da Bola	3	7
Lajinhas	10	43
Maceira	6	24
Martela	5	21
Minhota	3	11
Monte de Baixo	12	41
Monte dos Galegos	20	68

Lugares	Fogos	População de facto	Lugares	Fogos	População de facto
Mouta Rasa.....	4	19	Registo dos Galegos.	10	33
Outeiro dos Galegos..	4	19	Ribeiro da Azenha..	4	18
Pena da Gaia.....	4	14	Vale da Amoreira..	4	16
Pitaranha	20	68	Vale de Ródão.....	37	144
Pomar Velho	3	16	População dispersa.	11	187

Como natural complemento do mapa que indicamos e indispensável subsídio para o estudo da população não podemos deixar de inserir também aqui a estatística das profissões, que reproduzimos a seguir:

Profissões	Ano de 1890				Ano de 1900				Ano de 1911			
	Total geral	Pessoas exercendo uma profissão de todas as idades			Total geral	Pessoas exercendo uma profissão de todas as idades			Total geral	Pessoas exercendo uma profissão		
		Total	Varões	Fêmeas		Total	Varões	Fêmeas		Total	Varões	Fêmeas
Marvão concelho	5:658	3:240	1:938	1:302	5:949	2:398	2:075	323	6:321	2:650	2:173	477
I. Trabalhos agrícolas	4:042	2:374	1.448	926	4:495	1:856	1:657	199	4:340	1:836	1:509	327
II. Pesca e caça	–	–	–	–	16	5	5	–	3	1	1	–
III. Extracção de materiais minerais da superfície do solo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
IV. Indústria	783	330	250	80	785	283	446	37	971	380	314	66
V. Transportes	152	47	47	–	155	42	38	4	227	70	65	5
VI. Comércio	132	48	33	15	214	59	53	6	313	99	88	11
VII. Fôrça pública	80	29	29	–	70	21	21	–	128	34	34	–
VIII. Administração pública	11	5	5	–	31	8	7	1	50	21	19	2
IX. Profissões liberais	64	23	18	5	48	15	12	3	61	24	16	8
X. Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	22	12	12	–	27	10	10	–	83	40	33	7
XI. Trabalhos domésticos	211	211	13	198	69	60	4	56	14	14	3	11
XII. Improdutivos. Profissão desconhecida	161	161	83	78	39	39	22	17	131	131	91	40

Do exame e confronto dêstes dois mapas concluir-se há pois que é a indústria agrícola a que predomina no concelho, indústria que ùltimamente se tem consideràvelmente desenvolvido, o que se comprova pelo grande aumento da população rural largamente progressiva e espalhada pela área do concelho outrora despovoada e quási deserta, como vimos anteriormente.

Se compararmos agora os quadros estatísticos que atraz inserimos com outros que reproduzimos a seguir, todos êles intimamente relacionados, fácil nos será verificar quais sejam os principais tópicos da estrutura demográfica do concelho desde o problema do nascimento até às curiosas taxas de longevidade dos seus habitantes. Servir-nos hemos para êste fim dos elementos que nos fornecem as últimas estatísticas.

TABELA VI

Anos	Casamentos	Nascimentos			Óbitos			Nados-Mortos		
		Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas
1911.....	53	274	149	125	130	72	58	7	3	4
1912.....	59	218	113	105	124	55	69	6	3	3
1913.....	46	232	127	105	96	52	44	12	6	6
1914.....	61	210	105	105	103	51	52	7	-	7

Casamentos. — Pelo que respeita à distribuïção da matrimonialidade pelos 4 anos referidos na tabela que acima reproduzimos observa-se uma tendência para aumentar, em todo o concelho, o número de casamentos, apenas com uma sensível diminuïção no ano de 1913. Êste aumento da taxa nupcial pressupõe um certo progresso e acréscimo da população do concelho, sobretudo a rural. Está êste facto de acôrdo com o que dissemos acêrca de uma mais larga distribuïção de fogos pelos casais e campos do têrmo.

Natalidade. — Relativamente ao número de nascimentos nota-se entre os anos que decorrem de 1911 a 1914 uma baixa bastante sensível, passando respectivamente de 274 a 210, o que representa uma considerável redução de natalidade e, por conseqüência, perda de grande valor na economia populacional do concelho.

Se compararmos agora o número de nascimentos segundo os sexos vê-se que se observa também em Marvão o princípio geral conhecido sob a designação de «*masculinidade*» isto é, um acréscimo de indivíduos do sexo masculino sôbre o feminino, facto especialmente verificado nas populações rurais (1).

A taxa da masculinidade vai, porém, decrescendo em maior proporção a ponto de se equilibrar no ano de 1914, em cuja estatística figura o número de 105 nascimentos comum aos dois sexos.

Mortalidade. — Observa-se, felizmente, quanto ao número de óbitos uma diminuïção muito sensível entre os anos de 1911 a 1914 com pequenas diferenças entre o obituário nos dois sexos. É, em todo o caso, maior a mortalidade masculina, regra que aliás se observa e é quási geral nas estatísticas demográficas. O mais elevado coeficiente de óbitos verifica-se no ano de 1911, mas de então para cá a taxa tem diminuído de uma forma muito apreciável. Se compararmos a mortalidade em Marvão com a dos outros concelhos do distrito ver-se há, como podemos verificar, ser aquele concelho o que figura com a taxa de óbitos mais baixa e reduzida. Complexas e de difícil exame são as causas que explicam esta baixa da mortalidade, todavia julgamos poder indicar, entre os factores que para isso mais contribuem, as admiráveis condições de salubridade na maior parte do têrmo do concelho e a privilegiada situação topográfica e climatológica da sua área mais populosa.

A carência e a falta de rigor de elementos estatísticos não nos permite, como seria para desejar, fazer aqui a análise das taxas obituárias por freguesias, por sexos, idades, meses e estações do ano. Qualquer tentativa de estudo sob êsses multíplices aspectos da população seria incompleta e pouco dignas de confiança as suas conclusões. Omitimos por isso aqui os poucos e escassos apontamentos que acêrca dêste ponto podemos recolher.

Com o problema da mortalidade se prende também a estatística das causas da morte, difíceis de averiguar pela falta de elementos coordenados e de estatísticas médicas relativas ao concelho.

Nati-mortalidade. — Relativamente ao número de nados-

---

(1) Bento Carqueja — *Portugal Económico.*

-mortos o coeficiente de Marvão é um dos mais inferiores comparado com o dos outros concelhos do distrito, sobretudo com o de Elvas, onde o número de nados-mortos aumenta em grande proporção. Êsse número, salvo uma apreciável oscilação no ano de 1912 em que se elevou quási ao dôbro, tem-se mantido com o coeficiente entre 6 e 7.

Longevidade. — É também curiosa a estatística dos indivíduos no concelho com mais de 80 anos de idade. Do seu exame se verifica que a freguesia que ali figura com maior percentagem é a do S. Salvador de Aramenha, sem dúvida a que goza de melhores condições climatológicas; vem depois Marvão e por último a freguesia de Santo António das Areias, elevando-se o coeficiente das mulheres quási ao dôbro da taxa observada nos homens. Verifica-se que a taxa de longevidade que corresponde a Marvão, comparada com a dos outros concelhos, é uma das mais inferiores, apenas 4,74, como se poderá observar pelos mapas que reproduzimos a seguir.

LONGEVIDADE — 1911

Concelhos e freguesias	Total			De 80 a 85 anos		De 85 a 90 anos		De 90 a 95 anos		De 95 a 100 anos	
	Total	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas
Marvão concelho.	30	10	20	6	15	2	2	1	3	1	—
1.º Aramenha....	15	6	9	3	7	2	1	1	1	—	—
2.º Areias.....	6	1	5	1	3	—	—	—	2	1	—
3.º Marvão.....	9	3	6	3	5	—	1	—	—	—	—

LONGEVIDADE NOS CONCELHOS DO DISTRITO — 1911

Concelhos	Proporção por 1.000 habitantes — Maior	Concelhos	Proporção por 1.000 habitantes — Menor
Campo-Maior.....	11,76	Monforte.....	3,34
Castelo de Vide	11,16	Ponte de Sôr.....	4,45
Gavião.....	9,16	Arronches	4,64
Niza.	8,74	Marvão	4,74
Alter do Chão.....	7,65	Aviz.....	4,77

Proporção dos sexos. — A regra geral observada em todo o país, segundo nota o professor Bento Carqueja, é um predomínio numérico das mulheres em relação aos homens, regra que, em média, sa observa também em Marvão como se verifica pelas respectivas estatísticas. São complexas as causas por meio das quais se tem pretendido explicar êste facto, sendo a êste respeito variadas e ainda hesitantes as diferentes opiniões. A tabela que publicamos a seguir é também indispensável e valioso subsídio para mais completa elucidação do movimento populacional do concelho nos períodos de anos que ela abrange:

Anos	Concelhos — Freguesias	Fogos — Casas ou locais habitados	População de residência habitual	População de facto — (População presente na ocasião do recenseamento)		
				Total	Varões	Fêmeas
1890	Marvão concelho....	1:379	5:678	5:658	2:874	2:784
	1 Aramenha (O Salvador).....	581	2:438	2:424	1:242	1:182
	2 Areias (Santo António.....	464	1:941	1:940	983	957
	3 Marvão (Santa Maria)	334	1:299	1:294	649	645
1900	Marvão concelho....	1:448	5:994	5:949	2:955	2:994
	1 Aramenha (O Salvador)	571	2:423	2:385	1:170	1:215
	2 Areias (Santo António).....	550	2:294	2:290	1:151	1:139
	3 Marvão (Santa Maria)	327	1:277	1:274	634	640
1911	Marvão concelho....	1:597	6:478	6:321	3:134	3:187
	1 Aramenha (O Salvador.....	634	2:640	2:578	1:276	1:302
	2 Areias (Santo António).....	634	2:610	2:517	1:261	1:256
	3 Marvão (Santa Maria).....	329	1:228	1:226	597	629

Estado civil. — A proporção entre solteiros, casados e viuvos apresenta-se, nas três últimas estatísticas, com diferenças pouco sensíveis, o que poderá verificar-se pela tabela

que julgamos interessante aqui publicar e que organizamos com os números estatísticos dos anos de 1890, 1900 e 1911. Essa proporção, relativamente a 100 indivíduos de cada grupo, foi a seguinte:

	Solteiros	Casados	Viuvos	Solteiras	Casadas	Viuvas
Em 1890.....	59,0	37,9	3,0	54,6	37,3	8,1
Em 1900.....	59,9	36	3,4	56,1	36,5	7,2
Em 1911.....	59,9	37	3	55	38	6,7

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

O Escotismo e os Municipios: A educação fisica do Povo e os Campos municipais de jogos, por Eduardo Moreira. Lisboa, Imp. Municipal, 1922.

O Padrão de excelência e os modernos métodos das Escolas Dominicais (2 ex.), por Eduardo Moreira. Lisboa, Tip. do Comércio, 1922.

Incidentes e Acidentes na Terapeutica pelos Arsenobenzois (1 folh.), por Tomás de Mello Breyner. Porto, Tip. da Empreza Guedes, 1921.

Bref exposé d'ensemble sur l'organisation adoptée en Portugal pour lutter contre les maladies vénériennes — Conférence, por Tomás de Mello Breyner.

Evangelário Naturista, pelo Prof. Arturo de Vasconcellos. S. Paulo Brasil, Livraria C. Teixeira & C.ia

Sivaji Maharaja Vencedor de Abdul Khan (Trad. dum poemeto em marata), por José Joaquim Fragoso. Nova Goa, Tip. Bragança & C.ia, 1921.

Arquivos de Medicina Legal — N.º 1 e 2. Lisboa, Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional.

Congreso de Oporto: Tomo II, *Conferências*; Tomo VII, *Ciencias históricas y filológicas*; Tomo X, *Ciencias de aplicación*.

As duas edições dos Lusiadas de 1572 — Comunicação à Assembleia da Sessão Solene «Dia de Camões», no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 10 de junho de 1921, por Alexandre de Albuquerque. Oficinas da Papelaria Ribeiro, 1921.

Historia da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV — Tomo IV, por Gama Barros. Lisboa, Tip. Castro Irmão, 1922.

Monografia sôbre a provincia de Cabo Verde, por J. B. Amâncio Gracias. Cabo Verde, Imp. Nacional, 1922.

Girobússola — Teoria elementar da girobússola Sperry — Instruções para a sua condução e balançamento, por F. Pires da Rocha e J. Alves da Fonseca. Lisboa, Imp. Nacional, 1921.

La Legislacion Fiscal de Francia y Suiza — Memória, por Francisco Diaz de Arcaya y Miravete.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º
N.º 11

1922
Novembro

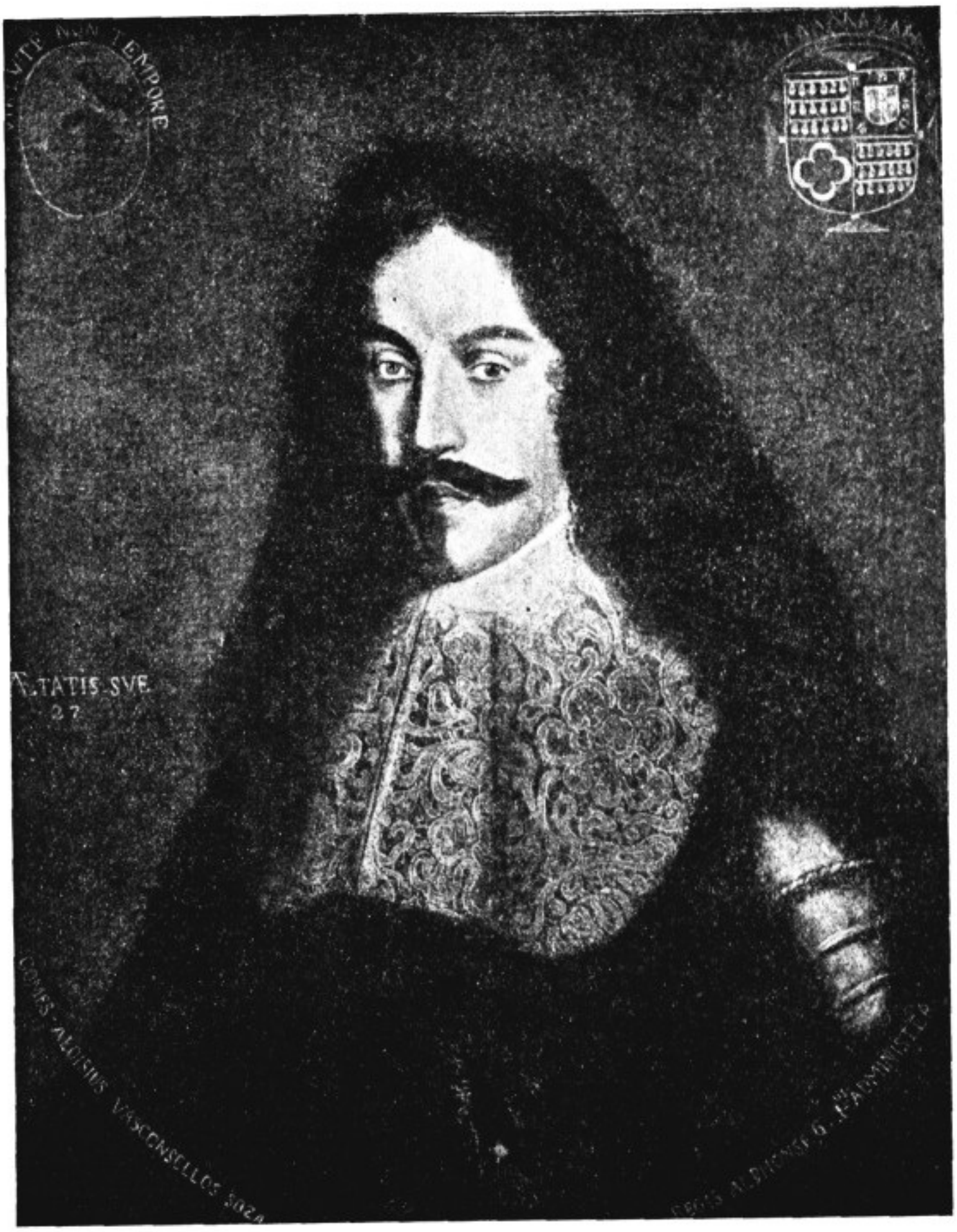
COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

O Conde de Castel-Melhor — As suas presumidas relações com os alquimistas, mágicos, filósofos, moedeiros-falsos e envenenadores do século XVII, por EDUARDO BURNAY 489
Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, Dom José de Meneses (1705-1710), por JOAQUIM DE CARVALHO 504
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO 514
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO 527



LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA

3.º Conde de Castel-Melhor

(Retrato existente ao presente no Palácio dos Senhores Marqueses de Castelo Melhor).

O CONDE DE CASTEL-MELHOR

AS SUAS PRESUMIDAS RELAÇÕES COM OS ALQUIMISTAS, MÁGICOS, FILÓSOFOS, MOEDEIROS-FALSOS E ENVENENADORES DO SÉCULO XVII

I

O 3.º Conde de Castel-Melhor (1) e 6.º Conde da Calheta, Luís de Vasconcelos e Sousa, é uma das figuras históricas do Portugal do século XVII.

Vultuosa pelo papel político que desempenhou, mais pelo alcance dos altos propósitos que se lhe tem querido atribuír, e, finalmente, pelo seu longo êxilio, de 20 anos, nas côrtes estrangeiras, passado entre doridas misérias e altas distinções.

O seu nome é, por vezes, a um século de distância um do outro, posto em paralelo com o de Pombal.

Como Pombal parece ter tido uma mocidade vivaz; como Pombal assume atrás de um rei, o absoluto govêrno da nação, mas mais efèmeramente e sem haver deixado maior rasto da sua acção pessoal; como Pombal resvala depois do máximo poder à máxima adversidade e, como êle, nesta menos dignamente se humilha. Restituído, porém, um dia à pátria, e depois às honras da sua condição, não dá a medida do valor em que se tem pretendido cotá-lo. Da sua experiência e das suas provações nenhuma utilidade reflexamente dimana para o país.

Pombal foi, em si, um homem de indiscutível mérito próprio, que as circunstâncias aliás mais valorizaram: forte temperamento, clara inteligência, grande ilustração de leituras e de observação, indómita energia de vontade e de acção, através de algumas atrocidades ficou todavia justamente

---

(1) Hoje todos, incluindo os seus representantes, dizem e escrevem — *Castello Melhor*. Ignoro o motivo e data da mudança.

assinalado pela sua forte administração, embora, ela também, não isenta de erros.

¿Era Castel-Melhor igualmente um homem de considerável valor próprio?

Não vemos que esteja demonstrado e o grande pregão da sua maior fama parece de data bastante recente.

Homem distinto, sem dúvida. O acolhimento dos duques de Saboia, de Luís XIV, de Carlos II (que o tratavam por *primo*) nos seus 20 anos de desterro, assás o testemunham.

¿Mas valor efectivo, valor operativo?

A sua mocidade não diz nada. Nada conta de aproveitamento em estudos, nem de maiores feitos militares na campanha em que esteve ao lado do pai. Cousa saliente dêle na sua história progressa, só se narra a contenda no *Jogo da Pela*, em que foi morto o Conde de Vimioso (1655), tão certamente pôr êle, que se homisiou para Saboia e em nenhum outro nome se pôs acusação. Castel-Melhor tinha então apenas 19 anos.

Mais tarde, o seu acesso ao poder não nasce, nem da competência, nem de nenhum austero propósito ou movimento, bem pelo contrário. É um simples audaz ambicioso e o seu caso é o de um mero camarista de 26 anos de idade, que de um rei incapaz e vicioso, pela lisonja e alimentação dos seus vícios, conspirando contra a tutela e regência materna dêle subrepticiamente se apodera para a conquista dos sêlos do Estado, não para a alta e nobre função de governar, mas antes para a simples emprêsa de ser quem domina e manda secundado por uma clientela sua.

No govêrno, como primeiro ministro, como Escrivão da Puridade, ¿qual é a sua acção?

Tem junto de si dois homens de confiança: o Doutor António de Sousa Macedo, cujo alto valor está, êsse, documentalmente atestado em todos os seus escritos, e que era naturalmente a forte cabeça pensante do govêrno e o homem de firme carácter; ao lado dêste, Miranda Henriques, espécie de alcaiote de Estado graduado em comandante da artilharia encarregado de cultivar a patológica devassidão régia e de prover aos seus baixos recreios.

¿Por si o que faz?

Não parece estar à altura da situação que audaciosamente criou, o que aliás não significa nulidade.

Vale pela sua categoria social, pela magistratura e influência que assumiu e pelo modo que pessoalmente usa na captação política, mas manifesta antes incapacidade, ou pelo menos

bem pouca disposição, o que tanto vale, para tratar a fundo dos grandes negócios públicos.

Castel-Melhor governou até 1667. ¿ Qual é a sua obra nêstes 5 anos?

«A conversa constante do Conde de Schomberg, de Colbert du Terron e de Frémont, escreve d'Ablancourt, era sôbre o mau estado dos negócios de Portugal, dos grandes aprestos da Espanha, da *pouca experiência* do Conde de Castel-Melhor, da dureza do secretário de Estado, dos poucos recursos do país e sobretudo da lentidão que se punha em fazer as cousas necessárias o que fez resolver o Conde a falar com o coração nas mãos ao Favorito.

«O Conde de Castel-Melhor desde o princípio do seu favor pareceu descorçoado do ministério, achando que o trabalho excedia as suas fôrças e bem quereria livrar-se da fadiga de um emprêgo que lhe dava muito mais pezar do que prazer; o Conde de Schomberg que sabia quanto estas mudanças são prejudiciais ao bem dos negócios animou de princípio o Conde de Castel-Melhor a manter-se no seu posto, mas vendo-o recair pela segunda vez nestas irresoluções, representou-lhe que no Govêrno de um Estado há que olhar ao de dentro e ao de fóra, que pelo de fóra, que respeita à guerra, disso se encarregava, e pelo de dentro lhe aconselhava de se servir de Frémont que era cheio de boa vontade, que assim gozaria de toda a glória do seu trabalho, sem se achar exposto aos pedidos importunos, que fazem os portugueses quando se julgam necessários ou que estão convencidos de ter prestado algum serviço.

«Ao Conde de Castel-Melhor agradavam estas propostas e aceitou o oferecimento: o Conde de Schomberg embarcou para o Alemtejo... quanto a Frémont ia regularmente duas vezes por dia ao Palácio, onde o Favorito, que era muito assíduo, nada lhe ocultava e lhe pedia o seu parecer sôbre tudo o que tinha a fazer» (1).

Foi assim que se reforçou a acção militar, procurando-se pôr termo a uma campanha, que durava, havia já 26 anos, meia paralizada, e isto se fez com fortuna para Portugal pelas batalhas de Ameixial e de Montes Claros. A liga ofen-

---

(1) *Mémoires de Monsieur D'Ablancourt, Envoyé de Sa Mageste Très Chrétienne Louis XIV en Portugal, contenant l'histoire de Portugal depuis le traité des Pyrenées de 1659, jusqu'à 1668* (1701), pág. 135 e segs.

siva e defensiva com a França, selada pelo tratado de 31 de Março de 1667, foi sôbre a na Flandres mal ferida Espanha mais uma pressão para a obrigar à paz, aliás só tratada e firmada depois da retirada de Castel-Melhor, com a intervenção, bastante protectiva para a Espanha, da Grã Bretanha.

Tudo isso, é certo, sucedeu no seu govêrno, e sua seqüência, mas em nada se caracterisa uma acção sua, assinaladamente pessoal, intensa e maravilhosa, e o tratado de paz, negociado pela fiel aliada, registou apenas a independência de Portugal, já de facto existente, e mais nada.

Tivesse Castel-Melhor subsistido no Govêrno, tem se dito, e, com a cooperação da França, outra seria a Paz. ¡Portugal teria visto o seu território dilatado, a Galiza incorporada nêle, talvez acrescido de uma larga facha, estendendo-se, ao longo do Oceano, quási até ao mar Cantábrico!

Uma tão prodigiosa conquista, evidentemente, seria de natureza a ilustrar quem lhe houvesse presidido, ainda mesmo quando não fôsse sua a acção principal.

¿Ao menos, nesse sentido houve, por parte de Castel-Melhor, algum passo concreto? Não se vê e até muitos poderão pensar que ele fôsse, no fundo, do partido dos que preferiam o estado de guerra. Se houve só imaginativo devaneio, é pouco, e até contraproducente, como matéria de louvor, desde que se lhe não encontrou base, nem militar, nem diplomática. É certo que mais de uma vez Schomberg quiz avantajar a guerra em terreno espanhol, base única para o aumento territorial e nunca lhe foi consentido.

A D. Pedro, apressam-no a fazer a paz, porque o país estava exausto. Exausto, as suas pretenções não podiam ser grandes.

Portanto a acção governativa de Castel-Melhor trouxe uma paz, que algum dia havia de vir, mas que ficou apenas resumida à simples recuperação do que Portugal era antes de 1580, todavia com Ceuta a menos, tudo com aprovação da Inglaterra, a já inevitável fiel aliada, representada pelo Conde de Sandwich, entre o qual e a Espanha ficámos... ensandwichados. Com a Galiza só Schomberg sonhou.

Ao cabo de 5 anos, Castel-Melhor, que empolgára o poder por um golpe de Estado palaciano de mesquinho quilate, por outro semelhante o tinha de abandonar e de partir para o exilio. ¡A justiça imanente!

Tìmidamente se retira, abandonado do assustado Rei, que já lhe não podia servir de escudo, à sua triste sorte, talvez até sem uma despedida com um bom conselho a êste.

¡Não cai, certamente, de pé e de cabeça levantada, empurrado pela Rainha, pelo Infante e pelo Juiz do Povo!

¿E depois?

Depois, é o amargurado e longo destêrro, em que não faz senão insistente e langurosamente recorrer a toda a casta de empenhos(1), senão pedir ao Infante, já aclamado Regente e à Esposa(2), que lhe permitam voltar para Portugal, e afirmar-lhes que lhes é profundamente devotado.

As lamurientas cartas conhecidas são inúmeras. ¡Sôbre o pobre Rei Afonso VI, nem uma única palavra! Está preso e bem preso; ¡êle Conde, de tudo responsável, é que deve ser libertado do exílio!

Ao cabo de 20 anos, morto o Rei, morta três meses depois a Rainha, consente-se-lhe que volte a Portugal.

¿Quem é? ¿O que é?

Ninguém. Nada. Trata da sua casa em Pombal. E ninguém e nada continua ser.

Homem, sem dúvida distinto, activo e audacioso, mas sem grande alma, que em certo momento assumira aventurosamente um papel à altura do qual se não mostrou, mas no fundo mais nada. A sua fama é imaginária. A sua grandeza só provém do drama em que se involveu e da desventura do prolongado exílio.

Na sua vasta correspondência, nem sempre gramatical, não há uma concepção, uma alta idea, um nobre arrebatamento, sequer uma frase, que impressione, que faça pensar ou sentir, em que se revele um homem, na grande acepção da palavra, com um coração e uma alma.

Nas alturas foi nobremente arrogante; na desventura é sempre humilde, mas humilde por vezes, quási rasteiro, sem côr sequer de fidalguia.

Em Inglaterra foi certamente um bom compatriota e servidor para a Rainha D. Catarina, dedicado aos seus interêsses, e tendo-os acompanhado, dentro dos seus meios de acção. No conflicto religioso do *Pope Plot*, porém, só por êle constam os serviços políticos que alega.

Facto històricamente registado da sua intervenção efectiva,

---

(1) É neste capítulo muito interessante a inútil correspondência com o Padre Manuel Fernandes, confessor do Regente, publicada no Instituto (1917 e 1918), pelo sr. Edgar Prestage.

(2) Apesar da alegada e julgada *não consumação do matrimonio*, o que não foi suficientemente demonstrado, conservou o tratamento de Rainha.

há um só: na hora extrema de Carlos II cooperou para se alcançar o padre, ao qual o Rei fez a sua confissão de Católico e que lhe ministrou os últimos sacramentos. (Macaulay).

Personagem histórico, certamente o é; personalidade distinta, de altas maneiras, de fidalga apresentação nas côrtes, de agradável convívio nelas, tudo poderá ter sido. Grande homem, porém, não parece que esteja demonstrado que o fôsse, digno de passar à grande história, mòrmente ao lado de Pombal.

Não há disso indício suficiente.

Tem-se a impressão de que o seu retrato deve ser o que dêle faz d'Ablancourt. «Luiz de Sousa de Vasconcelos, Conde de Castel-Melhor é garboso de sua pessoa de trato agradavel, de resposta prompta, bastante applicado & laborioso amando a glória, confiando a mais nas suas forças na prosperidade, não se sustentanto bastante nas desgraças, de resto de nascimento illustre» (*loc. cit.*, pag. 112).

II

As notas biográficas, que o exposto resume são de geral conhecimento, mas são quási ignorados certos aspectos, um tanto misteriosos e perturbadores, da sua existência no exílio, e a êstes nos queremos especialmente referir.

É a 9 de Setembro de 1667 que Afonso VI significa a Castel-Melhor a impossibilidade de o sustentar. O valido parte a 11, seguido de uma escolta e homisia-se no Convento Arrabido do Barro, próximo a Tôrres Vedras.

Não está seguro e segue para Pombal, que lhe não oferece maior segurança.

Mandam no seu encalço. Continua a fugir, e agora só, para melhor se dissimular.

Á porta do convento do Bussaco vai bater. A mata é cercada. Escapa escondido debaixo de um altar. ¡Mísera sorte! Hontem ainda, glorioso fidalgo, poderoso ministro. Hoje pobre ser humano, cabisbaixo e receioso. Como fera perseguida, pelos caminhos e desvios se arrasta no maior oprobrio até chegar a Espanha.

Passa a França e aporta a Turim, seu termo de viagem poucos mezes depois por ordem do Regente.

Os reinantes são os duques de Saboia, o duque Victor Amadeu e *Madama* Joana Baptista, irmã de D. Maria Francisca, esposa do Regente D. Pedro e sua figadal inimiga.

Sem embargo, na côrte de Saboia é estimadíssimo.

No entretanto o seu ardente desejo é voltar para Portugal.

Com a idea de o alcançar por intermédio da França ou da Inglaterra (1), que em 1671 negociaram com Portugal uma liga contra a Holanda, parte em Novembro dêsse ano para Paris, recomendado pelo embaixador de França em Turim, Servien, e é aí excelentemente recebido.

Em 21 de Novembro Servien escreve a Louvois: «O Sr. Conde de Castelmajor *(sic.)* está de partida para essa corte. Levará cartas muito favoráveis de Suas Altezas Reaes e eu mesmo tomei a liberdade de lhe dar uma para vós... Deseja alcançar passar o resto dos seus dias em Portugal, na sua família, sem querer, como muito expressamente protesta, ingerir-se em nenhum negócio do Estado» (2).

Em 6 de Fevereiro de 1672 acrescentava: «O Sr. Conde de Castelmajor, que chegou a esta cidade quinta feira, não pode callar o acolhimento e as mercês que recebeu de Sua Magestade».

Vamos agora aos casos *misteriosos.*

A 12 de Julho de 1675, na idade de 46 anos, o duque Carlos Manuel II morre sùbitamente, após a bebida de um refresco.

¿Envenenado?

Não era o primeiro caso na sua família, e os envenenamentos nas côrtes, com as mais altas cumplicidades, estavam na ordem do dia.

A descoberta dos benefícios da Marquesa de Brinviliers, havia dado o primeiro alarme em 1672.

As côrtes de Itália, França, Holanda, Inglaterra e Espanha estavam cheias de aventureiros e agentes, que, em especialidade ou cumulativamente, praticavam as artes mágicas e a astrologia, a alquimia com a pretendida aurea transmutação dos metais, o fabrico da moeda falsa, os filtros amorosos e os mortíferos venenos para herdeiros apressados.

¿Todos criminosos?

Não. Entre êsses havia, incautamente, filósofos, visionários e porventura inconscientes.

Carlos II era um apaixonado da alquimia e tinha ao seu serviço especialistas técnicos, como o médico Rabel.

Estas práticas, no que respeita a envenenamentos, tomaram

---

(1) F. Palha, *O Conde de Castel-Melhor no Exílio*, pág. 24
(2) Th. Jung, *La vérité sur le Masque de Fer*, pág. 303.

tais proporções que Luís XIV instituiu a famosa *Camara ardente*, que funcionou de 1679 a 1682, e que teve de encerrar-se precipitadamente, tantas eram as altas compromissões que iam aparecendo: principes e princesas, marechaís de França, até a Marquesa de Montespan, involvida em trama contra o próprio Luís XIV, pai de seus filhos.

¡E quantos envenenamentos e tentativas contra altas personagens! Passam por ter morrido envenenados ou terem sido objecto de tentativas, além de Luís XIV e do duque de Saboia, as rainhas de Espanha e da Polonia, o ministro Lyonne, etc.

Mas vamos ao caso do Duque de Saboia.

Morreu, como vimos, em 12 de Junho de 1675.

¿Se foi envenenado, o que está longe de ter sido provado, quem seriam os autores e os cumplices?

Iung (1), dando como certo o crime praticado sobre o duque, pregunta: «¿Porque motivos? ¿Sob que alta influencia?»

E prosegue assim:

«A historia é muda a tal respeito. Só o acaso, diz-se, fez descobrir esse bando de envenenadores. Foi ao procurar-se a origem de uma letra de cambio que se poz a mão sobre os actores desse terrível drama, cujas peças estão registadas no tomo IV dos *Archives de la Bastille,* do sñr. Ravaisson.

«Preso em 5 de Dezembro de 1677 (dois anos depois da morte do duque para indicar a proveniencia de uma letra de duzentos mil francos, pagaveis em Veneza por Castelli e Pacobelli e sacada por um banqueiro de Paris muito conhecido — Cadelan, este, interrogado logo no dia seguinte, declarou trinta anos de idade, ser natural de Arles e oficial de infantaria reformado. Estes depoimentos e os papeis comprometedores que se encontraram no domicilio da sua amante, M.elle Leclèrc, conhecida por Finette, permitiram a La Reynie descobrir um novo bando de malfeitores. Tal foi o ponto de partida dêste curioso e estranho processo, que espantou os proprios juizes e desvendou todas as turpitudes da corte de Saboia, bem como todo um mundo de assassinos e de envenenadores. Sem entrar na exposição deste processo, que toma as proporções do mais insensato romance, contentar-me-hei em dar esclarecimentos sobre alguns dos acusados.

«*Luiz de Vanens*, antigo oficial, natural de Arles (como Cadelan, perdido de dívidas, agente do Marquez de Chasteuil,

---

(1) Iung, *loc. cit.*, pág. 301 e segs.

viajante em venenos, ele mesmo envenenado por ordem do amo, o Marquez de Chasteuil, falecido na Bastilha.

«*O Marquez de Chasteuil*, chefe dum bando de envenenadores, adoptava o título de major do regimento da Cruz Branca (de Saboia). É este o Francisco Galaup, dito o Cavaleiro, de que dei a ordem de prisão mandada por Louvois a Saint-Mars e a d'Herleville em 1675.

«*Barthominat* (1), dito la Chaboissière, dito Delarue, frequentador do hotel de Soissons, de que conhecia o pessoal e onde recebia dinheiro. Nascido em Saint-Germain na Auvergne, tinha trinta e cinco anos quando foi conduzido á Bastilha a 29 de Novembro de 1677. Provou-se ter recebido dinheiro de um parente do chanceler d'Aligre para o envenenamento deste.

«*Pedro Cadelan*, banqueiro em Paris e secretario do Rei. Natural de Castres, tinha quarenta anos de idade e era casado e pai de familia, quando foi detido em 30 de Dezembro de 1677. Estava em relações de negocios com Castelli, Pocobelli, banqueiros em Veneza, Pedi, banqueiro em Rotterdam, e banqueiro, este, desse bando de malfeitores. Foi interrogado pela primeira vez a 4 de Julho de 1678 e encerrado na Bastilha, onde sua mulher só teve licença de o ver depois de 29 de Julho de 1682. Transferido para Besançon a 5 de Setembro de 1683, ali morria no ano seguinte em 30 de Setembro de 1684. Louvois dando parte a La Reynie do fim do miseravel, remetia-lhe o anel encontrado no dedo do defunto.

«*O chamado Poncieux,* agente desconhecido, viajante em venenos, residindo em Veneza e Alemanha.

«*O Conde de Castelmajor* estava intimamente ligado com Bachimont, Vanens e Chasteuil *para o negocio dos venenos*. Nos inventarios feitos em casa de Vanens e de Chasteuil encotraram-se *cartas suas muito comprometedoras*. Este conde, portuguez de origem, habitava Turim. Tinha uma situação elevada e ocupava uma posição muito honrosa.

«*O Conde de Bachimont* chamava-se Roberto de La Mire, senhor de Bachimont, Duvecourt e Yvranches. Contando cincoenta anos, tinha nascido em Bachimont, no Artois. Muito ligado com os envenenadores, foi encerrado no Castelo de Pierre-en-Cise e interrogado pela primeira vez a 17 de

---

(1) Creado de Vanens. Enforcado em 16 de Julho de 1682 (Funck Brentano, *Le Drame des Poisons*.

Maio de 1678. Este Bachimont habitava proximo de Lyão com sua mulher numa casa isolada em que fazia alchimia e que servia de esconderijo aos agentes de Turim, de Paris, de Lyão, Bâle e Bordeos. Este senhor de Bachimont era de boa família. Antigo capitão na Picardia, tinha sido um pessimo oficial, apontado ao ministro pelas suas continuas ausencias... Demitido e expulso do corpo, Bachimont voltou para Paris, onde ha muito vivia com a sua amante, que só desposou em 1674. Em 1675, fez varias viagens a Turim, por ocasião do envenenamento do duque, e, auxiliado pelas quantias que recebeu, veio refugiar-se proximo a Lyão e comprar a mysteriosa casa de que fallámos.

«*O cavalheiro de Gomar*...

«*Dalmas,* cirurgião cego, comprometido no envenenamento do chanceler d'Aligre. Preso em 22 de Fevereiro de 1678.

«*Rabel*, medico de Paris. Tinha recebido de Carlos II quantias consideraveis. Estava ao serviço de Cadelan.

«Leclère, dita Finette, amante de Vanens: Catarina Leroy, creada de servir; *Dusoulaye,* lavadeira; *Sainte-Colombe*, Terron du Clausel, M.elle de Montalais, o presidente Truchi, o *marquez de S. Maurice,* um padre chamado Baub, etc.»

Taes são os personagens dêste drama curioso, que ainda não teve o seu historiador.

A pág. 47, Iung escreve o seguinte:

«Os intermediarios entre estes homens perdidos de dividas e estas mulheres desavergonhadas e proporcionalmente supersticiosas, são naturalmente padres, como Dulong, conego do Notre-Dame, Guibourg, o das missas negras, Lepreux, Danon, Racine, Olivier Baub, o cura de Lannoy, Mariette, o famoso Dubuisson (dito Lesage), etc.

«Apenas cito os principais, passo os agentes e muitos outros... D'estas multiplas acções, *os principais chefes para Turim,* Lyão, Marselha são o conde de Bachimont, o marquez de Chasteuil, *o conde de Castelmajor*».

Se se quizesse fazer inteira fé na matéria destas transcrições, indubitável seria que o Conde de Castel-Melhor fizera parte de um bando de envenenadores, mas é essa uma tão extraordinária conclusão, que só com uma rigorosa demonstração se poderia aceitar.

As suas relações, mais ou menos íntimas e directas com as menos recomendáveis creaturas, cujo retrato ficou já esboçado, parecem não poder ser recusadas, mas além de que esses indivíduos talvez tinham fins não exclusivamente, nem muitos principalmente atinentes à matéria de venenos,

resta averiguar as condições em que Castel-Melhor andou misturado com êles.

Iung trata todos os indivíduos, que cita, como simples *envenenadores,* mas Funck Brentano no seu *Drame des Poisons*, não lhes passando atestado de virtude, deixa todavia ver, que se o propósito de envenenamento existia por vezes, estava misturado com outras preocupações de magia, de alquimia, etc., certamente mais inocentes.

Completemos, pois, recorrendo a Brentano, o quadro extraído do estudo de Iung. Aí já se lhe não chama o *bando ou quadrilha de envenenadores*. As mesmas figuras são apenas *o grupo dos alquimistas e dos filosofos.*

E interessante transcrevêl-o, por intenso que seja.

III

«Ao (1) lado do grupo dos bruxos e dos magicos apparece o dos *alchimistas e dos philosophos,* representado pelos Vanens, os Chasteuils, os Cadelans, os Rabels, os Bachimonts.

«A origem d'esta associação de alchimistas e de pesquizadores da pedra philosofal tinha sido das mais dramaticas. Francisco Galaup de Chasteuil, segundo do seu nome — o sugeito pertencia a uma ilustre familia do Languedoc, que tinha fornecido homens da mais alta distincção nas armas, na religião e na litteratura — era o seu chefe, ou, para empregar a expressão da *cabala,* era o seu *autor*. A sua existencia tinha sido tudo quanto se pode sonhar de mais phantastico. Nascido em Aix a 16 de Novembro de 1625, era o segundo filho de João Galaup de Chasteuil, procurador geral do Tribunal de Contas de Aix. Seu irmão mais velho Huberto, advogado geral junto do Parlamento da mesma cidade, era «respeitado pela belleza do seu espirito e a profundeza do seu saber»; o seu irmão mais novo, Pedro, era poeta, amigo de Boileau, de La Fontaine, de M.elle de Scudery. Depois de bons estudos, Francisco foi recebido doutor em direito. Em 1644 foi feito cavalleiro de Malta. Prestou á ordem assignalados serviços e o grão-mestre, Lascaris, poz ao seu peito a cruz d'honra.

«Francisco foi depois capitão dos guardas do grande Conde. Em 1652 retirou-se para Toulon, armou um navio e sob o

---

(1) Funck Brentano. *Le Drame des Poisons,* 10.ª ed., págs. 108 e segs.

pavilhão maltez fez o corso contra os Musulmanos. Os corsarios d'Argel apprehenderam-no e levaram-no prisioneiro. Depois de dois anos d'escravidão, veio para Marselha, onde se fez religioso e veio a ser prior dos Carmelitas. Introduzio no convento uma rapariga, uma creança esbelta e loura com grandes olhos claros. Conservou-a fechada na sua cella e engravidou-a.

«Quando estava prestes a dar á luz, Chasteuil, assistido por um irmão leigo, estrangulou-a no leito e por uma noite escura levou-a á propria egreja do Convento, levantou umas poucas de lages e abrio uma cova para a enterrar. Era uma bulha surda no silencio das abobadas. Um peregrino, adormecido junto de um pilar, acorda: vê os sinistros trabalhadores sob os raios da lua corados pelos vitrais. Atterrado, conserva-se escondido num canto, e ao despertar do dia corre a avisar os magistrados. Chasteuil é preso, julgado, condenado. Ia ser enforcado, quando junto do cadafalso surge Vanens, capitão das galés, com muitos soldados. Chasteuil e Vanens eram amigos. Chasteuil ficou liberto. Levando o seu salvador, refugiou-se em Nice.

«Escondidos num canto retirado, os dois companheiros começaram a trabalhar na pedra philosophal, isto é, em converter o cobre em prata e em ouro. Chasteuil tinha-se ocupado d'alchimia e julgava-se senhor do famoso segredo. Cheio de gratidão pelo serviço prestado, deu a Vanens o segredo da prata, mas sobre o do ouro não quiz dizer nada, «não tendo Vanens por bastante prudente para isso». Pouco depois encontramos Chasteuil ao serviço do duque de Saboya, capitão-major dos guardas da Cruz-Branca e, cousa inacreditavel, preceptor de seu filho! Ao mesmo tempo que se ocupava da educação do principe do Piemonte, Chasteuil continuava a «philosophar» e encontrou um oleo que convertia, d'isso parecia ao menos convencido, os metais em ouro. Fazia tambem traducções d'autores raros e profanos, dos prophetas menores, de Petronio, da Thebaida, de Estacio, e fazia versos. Chasteuil acabava de passar os quarenta anos. Um contemporaneo dá o seu retrato: «De estatura mediocre, muito magro, sempre incommodado por uma grande tosse, causada por um ferimento que tinha recebido no corpo, costas abauladas e descahidas, bocca levantada, pouca barba, cabellos negros e lisos, tez livida e trigueira. Moreri acrescenta: «O sr. de Chasteuil era um fidalgo dos mais completos, que possuia perfeitamente a philosophia platonica».

«Vanens e Chasteuil ligaram-se com Roberto de Bachimont, senhor de la Miré, que tinha desposado uma prima do superintendente Fouquet. Este Bachimont possuia em Paris uma casa, proxima ao *Templo*, com quatro fornos de digestão: um grande no terceiro andar, dois mais pequenos num quarto ao lado e um grande na cave; tinha um quarto em Compiègne no *Escudo de França,* onde tudo era cadinhos, athenos, alambics, vasos de gres e de vidro, cucurbitas, fornos philosophicos a fogo nu ou coberto, grelhas, almofarizes, retortas, matrazes, saes ammoniacaes, limalhas de ferro, mil formas de pós, de pastas e d'aguas; tinha, finalmente, uma outra instalação na abbadia d'Ainay, proximo a Lyão, sabiamente disposta para a fusão dos metais, distillação dos simples e outras praticas d'alchimia. Não tardou a associação a aumentar-se com um personagem consideravel, Luiz de Vasconcellos y Sousa, conde de Castelmelhor, que tinha realmente governado Portugal durante cinco ou seis anos, como favorito d'Affonso VI. Bachimont diz que Castelmelhor lhe dera o segredo do *vermelho* no vidro. Depois da morte do duque de Saboia, em 12 de Julho de 1675, Castelmelhor retirou-se para Inglaterra, onde ganhou o favor de Carlos II, alchimista e astrologo apaixonado. Assistio à morte do monarcha inglez e foi elle que trouxe o padre catholico que lhe ministrou a extrema unção.

. . . . . .

. . . . . .

«Chasteuil e os seus colaboradores não procuravam unicamente a solidificação do mercúrio, que devia produzir a pedra philosophal, mas tambem liquifazer o ouro, o que devia produzir uma panacea universal. «O ouro liquido restitue a saude, a força, dá corpo aos velhos, suprime as côres palidas às raparigas, cura a peste, etc., etc.»

«Na falta de mercurio solidificado, procuravam, para a transmutação dos metais, esses pós ou oleos de projecção, de que tanto se falla nessa epoca.

. . . . . .

«Em 1676 estes companheiros installaram-se em Paris, onde ahi associaram trez collaboradores importantes a titulos diversos: o empirico Rabel, medico celebre do seu tempo; um rico banqueiro parisiense, Pedro Cadelan, secretario do Rei, e um jovem advogado do Parlamento, João Terron du Clausel. Este morava com Vanens na rua d'Ánjou, na casa que tinha como taboleta *Le Petit Hotel d'Angleterre*. O que constituia o seu valor na Associação, é

que podia distillar livremente, visto ter alcançado uma «licença».

.....

«Extrahem bem a quintessencia das plantas e fazem oleos e aguas admiraveis e salutares e discorrem subtilmente sobre a virtude dos metais e sua transmutação: mas a isto juntam fazer moeda falsa.

.....

«Esta famosa prata que Vanens e Chasteuil faziam com cobre era simples metal branco.

.....

«Quando na manhã de 5 de Dezembro de 1677 Vanens foi preso, Louvois pensou ter prendido um espião. Tinha bottado a mão a um alchimista, e logo após a toda a quadrilha, Terron, Cadelan, M. e M.me Bachimont, Barthominat, dito Chaboissière, creado de Vanens, estavam uns na Bastilha, outros em Pierre-en-Cize. Chasteuil acabava de morrer tranquilamente em Verceil. Rabel havia passado a Inglaterra, onde Carlos II o hospedava, sustentava, pensionava e cobria de dadivas. Mais tarde, voltando a França, foi igualmente incarcerado.

«Consideramos como essencial fazer conhecer este grupo d'alchimistas e de philosophos «por causa de Luiz Vanens. Este jovem gentilhomem da Provença «desinvolto de estatura e bem feito» tinha brilhantes relações na côrte, onde estava em pé de intimidade com a deslumbrante amante do rei, a marqueza de Montespan. Por outro lado, frequentava assiduamente a Voisin e foi até durante algum tempo o seu «autor». Vanens foi o traço d'união entre os alchimistas e as bruxas. Era um fervoroso das praticas demoniacas. O seu creado, La Chaboissière, declarou que uma noite teve de ir com o seu patrão e um eclesiastico aos bosques proximos de Poissy, onde com imprecações e invocações ao espírito, se procuravam thesouros. Vanens era um satanico. Estava encarcerado na Bastilha num mesmo quarto com outros presos, como era uso. Tinha consigo um cãosito branco de regaço. Cerca da meia noite, recitava orações sobre o ventre do cão e lançava bençãos. Depois pegava num livro d'horas com a imagem da Virgem e applicava esta imagem ao trazeiro, dizendo: Salve diabo! aqui tens a tua bôa dona! Ás observações dos companheiros de captiveiro, respondia «que nem Deus, nem o rei, o impediriam de fazer o que fazia». Para avaliar a extranha rudeza e energia d'estas superstições, é necessario ter em vista que Vanens

estava na Bastilha e que não ignorava que semelhantes praticas poderiam conduzil-o á fogueira.

«No seguimento se comprehenderá toda a importancia que é necessario ligar ao personagem Vanens, recordando as seguintes linhas que se encontram nas notas de Nicolau de la Reynie: «Voltar a La Chaboissière (o creado de Vanens) sobre o facto de não ter querido, quando lhe leram o seu interrogatorio que ficasse escripto que Vanens se tinha mettido a dar a M.me de Montespan conselhos, que mereceriam que o fizessem esquartejar por quatro cavallos».

(Continúa).

EDUARDO BURNAY.

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 10, pág. 456)

XVIII

Ex.^mo Sñr. Receby a carta, q̃ V. Ex.^a me fez favor de escrever em 16 de Jan.^ro, e tambem receby a outra q̃ V. Ex.^a continuando a mesma bond.^e me escreveo em 9 do mesmo mez, q̃ chegou no corr.^o passado depois de eu me ter dado a honra de responder a V. Ex.^a Nesta carta achei a nova da molestia de V. Ex.^a p.^la fluxam dos olhos; porem como V. Ex.^a nesta 2.^a carta naõ repete esta queixa, infiro com gr.^de confiança do meu gosto, q̃ está V. Ex.^a livre desta indispoziçam. D.^s concerve a V. Ex.^a livre de similhante achaque e huns olhos q̃ vem mais q̃ os outros, tenhaõ mais este privilegio da natureza.

Chegou o Paquebot, mas com tanta dilaçam, q̃ naõ trouxe nova de gr.^de importancia. O nosso Embax.^or (36) partio p.^a Holanda em 5 de Dez.^o, aonde chegaria com feliz viagem, q̃ he o mayor socorro, q̃ queremos esperar do Céo, do mar, e do vento.

Em Londres naõ há mais, q̃ haver respondido o Parlam.^to á pratica da R.^a com aq.^las demonstraçoens aparentes de submissam, e amor, de q̃ no tint.^ro saõ m.^to liberais aq.^les Parlamentarios (37).

Esta reposta já hé feita com a uniam dos dois Parlam.^tos, como V. Ex.^a verá na copia junta, q̃ vai acompanhada de

---

(36) Fernão Teles da Silva, 3.º Conde de Vilar Maior. Vid. as notas 14 e 27.

(37) Veja-se a nota 26.

alguas gazetas, e folhetos, q̃ me mandou D. Luiz (38), e Fr.co de Souza, q̃ naõ hé necess.º, q̃ V. Ex.ª me torne a mandar. Galloay vem por Embax.or da sua R.ª; veremos agora se revestido de novo caracter, hé mais ditoso nos combates do Cabinete, do q̃ o tem sido nos discursos da Campanha. Combatendo com nossos inimigos perdeo hũ braço (39) e temo q̃ negociando comnosco perca o juizo, e a paciencia. Naõ se fala nestas cartas nos socorros de Catalunha, e menos na passagem do Principe Eugenio, q̃ hé o nosso capacete; mas ainda naõ era tempo de se poder saber, nem tomar esta rezoluçam. Os Holandezes, e Inglezes bem quizeraõ naõ cortar o seo Exercito de Flandres, e concervar naq.le Paiz todas as suas forsas; assim convem à defensa p.ar de Holanda, e á gloria do Gen.al Inglez, e assim com gr.de dificuld.e haõ de fazer hũ destacam.to sem certa esperança de hũa poderosa diversam, principalm.te desconfiando da costumada lentidam dos Princepes do Imperio; porem hé necess.º q̃ se resolvaõ a fazer guerra ofensiva em Hespanha, se querem ver o fim dos seos trabalhos, e lograr o equilibrio q̃ dezejaõ. Isto naõ depende som.te da vontade intrepida dos Inglezes, mas hé percizo q̃ tambem o mar, e o vento estejaõ do mesmo partido, e tomem os mesmos intereces. Tudo isto parece q̃ nos he indiferente, porq̃ naõ oiço falar em coiza alguã, q̃ soe a guerra. Dizem q̃ se cuida em dilinear, e dispor hũa ponte p.ª o dezembarque da nova R.ª, e q̃ sobre o sitio, e forma estaõ devididos os discursos. A caza da India faz a passagem mais escura, a entrada pello Forte hé mais clara, ainda q̃ mais curta, e de mayor rodeyo p.ª a Cap.ª (40). Tambem a fabrica do novo Jardim hé materia de gr.de especulaçam, assim pela estreiteza do sitio, como porq̃ a elevaçam de novos arcos pode tirar a luz a algũas cazas daq.le quarto, e sobre hũas e outras obras teve o Conde de Aveiras hũa gr.de conferencia com Smg.e q̃ D.s g.de; queira D.s q̃ se escolha o milhor.

No corr.º passado escrevi a V. Ex.ª q̃ El Rey fizera m.ce a B.eu de Souza de hũa cap.ª de 300$ [reis] de renda, e agora, direi a V. Ex.ª o q̃ entam lhe naõ escrevi. Chegou a nova da morte do Correg.or de Tomar, e com ella a da

---

(38) D. Luís da Cunha, ao tempo nosso enviado em Londres.
(39) Veja-se a nota 11.
(40) Sôbre êstes edifícios, que ficavam próximos do Paço da Ribeira, vid. Julio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa* (Lisboa, 1893), liv. III, caps. IV e XI.

vacatura desta Cap.ª No dia seg.te por hũ avizo, q̃ me deraõ, falei ao S.r Marq̃. de Alegrete pellas 7 horas da manhan pedindo lhe o seo favor p.ª alcancar a m.ce da d.ª Cap.ª, e me respondeo sinceram.te o q̃ bastou p.ª entender, q̃ estava com toda a dispoziçam a meo favor. Disseme q̃ falasse logo a El Rey; assim o fiz, e o d.º S.r me ouvio com benignid.e, e respondeo com demonstraçam de me querer fazer aq.la graça; porq̃ me mandou fazer logo a pet.am, e q̃ a entregasse logo a B.eu de Souza. Voltei a caza do Secret.º, contei lhe a minha dilig.ª, e respondeome q̃ El Rey lhe tinha dado a mesma Cap.ª na noite antecedente; deilhe os parabens, e os agradecim.tos do desengano. O S.r Marq̃. de Alegrete me mandou dizer, q̃ naõ soubera daq.le despacho, e assim foi. O certo hé, q̃ B.eu de Souza tem a m.ce desta Cap.ª, e cedeo de 100$ [reis] de tença; tudo hé bem empregado nelle, porq̃ tem bom coraçam, e hé bem inclinado, e em recompensa deste meu prejuizo me segura hũ bom despacho na 1.ª vagante dos providos. V. Ex.ª fazme tanta m.ce, q̃ me hade perdoar o tomarlhe o tempo com a inutil leitura desta minha mizeravel historia. Eu recebo estes contratempos com hũa constancia desprezadora das irregularid.es da fortuna, como q.m poem a bemaventurança deste mundo na imperturbaçam do animo, e do esp.º Continue me V. Ex.ª a honra de sua graça concervando-me a seos pés. D.s g.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 21 de Janeiro de 1708.

XIX

Ex.mo S.r Ainda o Corr.º nos naõ trouxe as boas novas, q̃ esperamos da saude de V. Ex.ª, de q̃ o S.r Conde da Ericeira nos deo mais seguras confirmaçoens, e como se crê mais depreça o q̃ se dezeja mais, todos os q̃ amaõ a V. Ex.ª, q̃ saõ todos, e estimaõ estas noticias com singular alvoroço.

As agoas de Condexa devem de ser milagrosas, e de excelentes virtudes, tomara eu baptizarme nellas, ao menos q.do V. Ex.ª se recolher a esta Cid.e façame m.ce de trazer hũ bom provim.to em garrafas; porq̃ prefiro os seos efeitos ao milhor vinho de Champanha. Pouco adiantadas vaõ as nossas coizas, mas sahiraõ alguns coroneis de Cavalaria, e Infantaria, q̃ antes se chamavaõ ten.tes generais, e M.es de Campo: tambem me dizem, q̃ sahiraõ p.ª os terços ou Regim.tos alguns maiores, q̃ antes eraõ Sarg.tos mayores, e com gloriozo invento se mudou o j-latino em-y-grego.

Com grande escandalo ouvimos, q̃ o marq̃ de Bay recruta, e augmenta as suas tropas: este procedim.^to hé dezigual, e aleivozo, pois nos quer atacar com ventagem, e com má fé estando nôs com tanta sincerid.^e, e confiança na paz, q̃ com elle temos; pello menos assim me quer parecer. Mandaõ aprestar dois navios p.^a o Estado da India, e hé mais hũ sumidoiro de gente, e de dinh.^ro, porem como naõ há guerra em Portugal naõ faltará q.^m se aliste p.^a hir merecer na India as Cap.^as, e as Comendas. O Duq̃ (41) ainda naõ veyo do Porto de Muge, aonde em lugar de gente está levantando hũas cazas, q̃ lhe cahiraõ. Eu venero m.^to a pessoa deste gr.^de cavalh.^ro, mas naõ lhe gabo hũa disputa, q̃ teve com José da Serra sobre a nova reforma do Exercito. Hũ gr.^de min.^o, e cavalh.^ro como o Duq̃., ainda q.^do convence sempre sahe mal de hũa disputa. Nas materias, q̃ saõ equivocas, e por hũa e outra p.^e especiozas a mayor força da razam hade ser a authorid.^e da pessoa. Em caza do S.^r Marq̃. de Cascaes se abrio jogo há hũ pouco de tempo e nesta assemblea assistem m.^tos senhores, q̃ se divertem em varias mezas, e todas as noites há dois sermoens, hũ de jogo, em q̃ prega D. Carlos de Menezes e outro de politica, q̃ faz o Conde de Vimiozo; mas em hũ e outro concurso saõ contrarios os efeitos, porq̃ no serman de D. Carlos os q̃ perderaõ sahem arrependidos, e no sermam do Conde os q̃ naõ ganharaõ sahem conformes. Eu naõ sou ouvinte, nem de hũ nem de outro, ainda q̃ em ninhũ delles tenho q̃ perder (42). As chuvas vaõ continuando com tanta força, q̃ já naõ ha èm q̃ cayaõ, e as novas das gr.^des perdas, q̃ ellas tem feito, saõ da mayor lastima, e do mayor temor. Em hũa propriedade q̃ tenho, q̃ hé a sege, em q̃ ando experimentei hũa gr.^de ruina, porq̃ naõ houve pingoa de agoa, q̃ a naõ tenha inundado por todas as partes, sem falar na libré do meu criado, q̃ hé hũ uzufructo, q̃ tambem tenho. Ora meu S.^r, sofra V. Ex.^a hũa carta toda cheya de bacatelas, q̃ q.^m como V. Ex.^a está no campo, bem terá visto, q̃ as pro-

---

(41) É o 1.º duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira de Melo, IV marquês de Ferreira e V conde de Tentugal. († 1727). Brochado alude à sua situação de Mestre de Campo-General, com a faculdade de prover postos, etc., na qual fôra investido por D. João V, em 30 de Abril de 1707. Vid. Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Historico*, VII, cap. XVIII.

(42) Esta passagem sôbre os serões do 2.º marquês de Cascais, D. Luís Alvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde, foi já comentada por Alberto Pimentel in-*As amantes de D. João V* (Lisboa, 1892), pág. 24-6.

ducçoens da natureza nem todas saõ de igual sustancia, de igual vista, e de igual primor. Fico ás ordens de V. Ex.ª. como devo. D.ˢ G.ᵈᵉ a V. Ex.ª m.ˢ a.ˢ Lx.ª 28 de Jan.º de 1708.

XX

Ex.ᵐᵒ S.ʳ O rigor do tempo tem feito irregular, e incerta a chegada dos Corr.ᵒˢ, e ainda hoje se naõ deraõ cartas. As q̃ eu espero da saude de V. Ex.ª saõ p.ª mim as de mayor valor, e será esta a razam sem duvida porq̃ os elem.ᵗᵒˢ se conspiraõ contra ellas.

Esta minha queixa parece m.ᵗᵒ arrogante, mas naõ será assim, se a medirem pello respeitozo apreço, q̃ faço do favor de V. Ex.ª. em q̃ ponho com desentereçada vaid.ᵉ toda a minha fortuna. Tambem me podera queixar de haver V. Ex.ª imaginado, q̃ eu beijara a mam a El Rey por hũa m.ᶜᵉ alheya. V. Ex.ª bem sabe, q̃ os cortezoens taõ negligentes como eu, naõ costumaõ atinar nas estreitezas destas formalid.ᵉˢ Já contei a V. Ex.ª a historia daq.ˡᵃ m.ᶜᵉ, de q̃ tirei algũa compaixam do publico. Aquelles senhores obraõ segundo a sua Liga, q̃ hé o socorro reciproco nos intereces particulares. Escreveo D. Luiz da Cunha, q̃ naq.ˡᵃ Corte rodava hũa gr.ᵈᵉ quantid.ᵉ de moedas do nosso cunho assim de oiro, como de prata: esta noticia naõ he singular, nem tem facil remedio, porq̃ será necess.º virar o Reyno de sima p.ª baxo p.ª lhe dar outra forma, e outro modo de comercio. O mal q̃ se introduzio lentam.ᵗᵉ em meyo seculo, naõ pode sahir em hũa hora de operaçam. Mandaõ consultar este neg.º no Cons.º da faz.ᵈᵃ, como se neste tribunal se soubera este segredo. Os Princepes p.ª reformar os abuzos de seos comercios costumaõ levantar juntas p.ª este conhecim.ᵗᵒ com deputados inform.ʳᵉˢ, como V. Ex.ª terá visto nessas memorias sobre o comercio de França, e emq.ᵗᵒ em Portugal se naõ fizer o mesmo naõ investigaremos o verdad.ʳᵒ remedio contra a continua saca do nosso dinh.ʳᵒ por abundarem os generos, q̃ entraõ, e os q̃ sahem, aquelles, porq̃ os faz trazer o nosso luxo, e estes porq̃ os naõ deixa sahir a gr.ᵈᵉ impoziçam de dir.ᵗᵒˢ. Porem a q̃ fim canso a V. Ex.ª com a leitura de hũ discurso, q̃ V. Ex.ª sabe milhor que eu?

Mandaraõ fazer preces publicas p.ª q̃ D.ˢ por sua bond.ᵉ mande parar o dano destas chuvas, e levante a mam pezada, com q̃ parece nos castiga, e q̃ q.ᵈᵒ por nossas culpas seja este castigo inevitavel, queremos q̃ caya todo sobre os Authores

dellas. Amen. Naõ oiço falar em guerra, nem o tempo está p.ª isso. Houve hũ Cons.º gr.de de Estado com trez logos, e naõ sei se a rezoluçam sahirá com trez depois. Partio D. Filipe de Souza p.ª o Alentejo como deputado protector daq.la Prov.ª p.ª nella desvastar as malversaçoens, q̃ tem cometido todos os min.os, e officiaes de guerra, e faz.da; este socorro hé bem civil e bem economico, e com elle faremos hũa boa campanha. Fructuozo de Padilha com alguns companh.ros emprende o pagam.to das tropas, e não duvido q̃ consiga o assento, nem q̃ o execute, se hũa vez se tirar esta administraçam dos vazos, em q̃ está metida. O Conde de Vimiozo disse á S.ra Condessa sua m.er, q̃ se morresse seria ella m.to venturoza, porq̃ logo a fariaõ Camareira mor da R.ª: este comprim.to hé mais de marido q̃ de galam. Fico sempre á obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a pessoa de V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 4 de Fevereiro de 1708.

XXI

Ex.mo Snr. A desordem do tempo vai continuando a embaraçar a regularid.e dos Corr.os, e neste agradeço a V. Ex.ª a carta, q̃ me fez m.çe de escrever em 30 de Jan.ro mas como nella naõ vejo, q̃ se repitaõ as queixas da saude de V. Ex.ª, pouco me importaõ os estragos dos elem.tos, e a ruina do mesmo universo. Os outros, q̃ devem mais ao mundo, tomem por sua conta o fazerlhe a oraçam funebre nas suas exequias, e eu q̃ tudo devo a V. Ex.ª, direi elogios á sua boa dispoziçam.

Naõ tem chegado novas algũas do mundo, nem de nôs mesmos sabemos nada, sendo já tempo de sabermos algũa coiza. Som.te o P.e Semfuegos (43) mostrou hũa carta de Madrid, em q̃ lhe escrevem, q̃ o Princepe Eugenio chegara a Barcelona com 13 mil homens, e esperava por 7 mil. Esta nova hé m.to agradavel, e todos lhe tiraõ o chapéo, ainda q̃ os q̃ tem o entendim.to mais duro, e a fé mais aspera, dizem q̃ hé provavel huns e outros o haõ de sentir na bolça como diz o adagio. Hé lastima q̃ os nossos min.os em Londres, e na Haya nos guardem este segredo, e nos naõ dessem p.e

---

(43) Aliás Alvaro de Cienfuegos, ministro do pretendente Carlos (III de Castela) em Lisboa. Vid. Visconde de Santarem, *Quadro Elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal...*, II, 162.

de hũa rezoluçam tam proveitoza. O Princepe Eugenio depois da retirada de França apenas tinha tempo p.ª chegar a Italia, e logo se embarcou em Final, aonde chegou hũa esquadra gr.de com 150 navios de transporte e 50 p.ª mantim.tos, e passou em trez dias a Barcelona. Este gr.de milagre, q̃ fez este P.e da Comp,ª, he mayor q̃ todos os q̃ em propagaçam do Evang.º fez na India S. Fr.co X.er P.ª reforçar esta gr.de diversam fica M.el Lopes de Olive.ra fazendo hũa gr.de pramatica contra o luxo dos vestidos, em q̃ se prohibem todas as guarniçoens, e se permitem som.te os falbalás, a q̃ os nossos na pia deraõ o nome de refegos (44). Como esta Ley

---

(44) É interessante notar que só foi publicada em 8 de Maio de 1708, e como razão principal alegou-se que os executores da legislação «sobre o modo de vestir» e das «cousas, de q̃ nos vestidos, adornos das casas, coches, liteyras, ou seges poderiaõ usar», se achavam «confusos pela variedade e multidaõ, e assim naõ se podia determinar com certeza, quaes eram os transgressores». Por esta pragmática são levantadas as proibições de 4 de Novembro de 1669 de 14 e de Novembro de 1698, pelas quais só determinadas pessoas podiam «andar em besta muar de sella» ou em sege; mantém-se a defesa de vestidos compridos, salvo os desembargadores e estudantes de Coimbra e Évora, «comtanto que naõ tragaõ caudas» e regulamentam-se, de harmonia com as pragmáticas de 1677 e 1686, os lutos e funerais. Comquanto não contenham muitas novidades, reproduzimos as seguintes passagens, como curioso documento da época e comentário da ironia de Brochado: «E por quanto a variedade das modas, de q̃ se usa nos vestidos, he a mais dãnosa para a Republica: hey por bem, se observe nos vestidos a mesma fórma, & córte, de que ao presente se usa, com declaração q̃ as mangas das casacas poderaõ ser justas, mas não se porão nellas canhões; como tambem as mãgas, a q̃ vulgarmente chamão dè bota, se não trarão cõ dobras; & os bolsos das mesmas casacas se porão proporcionadamẽte, segundo a estatura de cada pessoa, porq̃ a diversidade das estaturas dos corpos não dá lugar, a que neste particular se dè regra certa; & não incorrerà nas penas desta Pregmatica quẽ a exceder na largura das mangas, & em trazer nellas mais, ou menos botões; & nas vestias não se poderà trazer mais q̃ hũa algibeyra atravessada de cada parte. Hey por prohibidos absolutamẽte todos os generos de telas, ou quaesquer outras sedas tecidas com ouro, ou prata, exceptuando os lòs da India Oriental, como tambem aquellas telas, ou sedas, que constar serẽ para o culto divino, & q̃ nelle com effeito se empregarẽ.

«Ficaõ tambem prohibidas todas as fitas tecidas, ou bordadas com ouro, ou prata, & outrosi todo o genero de bordados de ouro, ou prata, dos quaes nenhũa pessoa poderà usar em vestidos, nem adornos de casa: & tãbem da mesma sorte todos os bordados de seda, ou de qualquer outra materia; & bem assim todas as guarnições de ouro, prata, rendas, fitas, ou outra algũa cousa; & sómẽte nos guardapés, ou sayas das mulheres, se poderà pôr hũa barra de seda, de mais ou menos altura, ou dous falvalazes em lugar da mesma barra, como cada hũa quizer.

«Outrosi nos vestidos dos homẽs fica prohibido todo o genero de

sahir a publico a remeterei a V. Ex.ª, p.ª q̃ veja, q̃ de tudo nos valemos contra nossos inimigos. Tambem se cuida em fazer os capitaens p.ª os guardas a cavalo, q̃ chamaõ de

---

fitas, excepto sómente as q̃ forẽ necessarias para atar nas pernas dos calções q̃ forẽ abotoados, chapeo, ou garavata.

«Tambem hey por prohibido todos os cortados, & picados de qualquer modo que sejão.

«Hey por bem q̃ ninguẽ use de caireis de ouro, ou prata nos chapeos, como nẽ tãbem poderà usar de cairel negro nos chapeos pardos, nẽ de cairel de cor nos chapeos negros; & assim tãbem naõ se poderàõ trazer fitas, ou cordões nos espadins.

«Naõ se poderà usar de botões alguns de ouro, ou prata, nem botões dourados, nem de fio, ou filagrana; & sómenta ficão permitidos os de prata lisa feitos ao martello sem outro algum lavor.

«Naõ se poderaõ dar librès aos lacayos com forros, jubões, meyas, ou mangas de seda; o que se entenderà tambem nos bocaes das mangas das casacas.

«Ficaõ permitidos os vestidos daquellas pessoas que costumaõ andar cõ golilhas, & calções abotoados, porq̃ este modo de vestir não se comprehende nesta Pregmatica; & poderáõ trazer os calções, ou enrolados ou abotoados: como tambem se naõ entende com a gente do campo, & trabalho, que veste conforme seu exercicio, & possibilidade, com tanto q̃ nem huns, nem outros usem de generos prohibidos.

«Esta Pregmatica hey por bem q̃ se observe inviolavelmẽte, pela qual hey por derrogadas todas as antecedentes, assim quanto aos generos prohibidos, como quanto aos vestidos; & sô ella hey por meu serviço, & bem de meus vassallos, que se guarde: & todo o Alfayate que fizer algũ vestido, no qual, ou em parte delle se exceda a fórma, & córte dos que ao presente se usaõ, ou o fizer de genero prohibido, serà prezo, & pagarà quarenta mil reis, & irà degradado tres annos para Mazagaõ. E toda a pessoa que for achada com vestido em todo, ou em parte contra esta Pregmatica, assim pelo feitio, como pelo genero, sendo peaõ, estarà tres mezes prezo, & da cadea pagarà vinte mil reis, & perderà o vestido: & sẽdo Fidalgo ou pessoa nobre, terà os mesmos tres mezes de prizaõ, & perderà o vestido, & quarẽta mil reis: & sendo Titular, ou Fidalgo de grãde solar, serà a prizaõ em hũa torre. E todos, como tãbem os Alfayates, pela segũda vez teraõ as referidas penas em dobro. E porque a observancia desta Pregmatica se deve praticar com hum, & outro sexo: hey por declarado, q̃ as Fidalgas casadas, & filhas familias de qualquer qualidade q̃ sejaõ, que usarem dos vestidos, & generos prohibidos, pagaraõ seus maridos, & pays a mesma pena, como se elles foraõ os transgressores. E o meu Porteyro mór, ou quem seu cargo servir, naõ admitirà à minha presença em audiencia gèral, ou particular algũa pessoa, de qualquer estado & condiçaõ que seja, que em sua pessoa, ou na de seus familiares tragaõ cousa, que pelo genero ou pelo feitio seja contra esta Pregmatica: & todas as pessoas que forem achadas com vestidos cõtra ella em todo, ou em parte, assim pelo feitio, como pelo genero, seraõ obrigadas a declarar o Alfayate que lho fez, & o mercador que lho vendeo; & não o declarando, se for peaõ pagarà mais quarenta mil reis, & terà seis mezes de prizão em cadea; & sendo Fidalgo, ou Nobre, pagarà oytenta mil reis, & terà seis mezes de prizaõ;

corpo, e se tem m.to debatido sobre a distinçam das casacas destes officiaes, aos quais daõ gr.des preheminencias na casa d'El Rey em vantagem de todos os mais officiais. Todos discorrem como se lhes antoja, e como se toda a vida passassem no serv.o, e cortes de outros Princepes, e m.tas vezes me contaõ coizas de Pariz, e de Londres, q̃ eu folgo m.to de ouvir com gr.de enveja de naõ haver estado nellas p.a saber isto como elles (45).

Hũ destes dias disse a hũ destes cortezoens, q̃ entendia q̃ a Lua era habitada, q̃ tambem tinha sua corte, sua nobreza, e seos divertimentos, e elle aceitou com taõ bom coraçam, e taõ generosam.te esta minha parada q̃ me deo a entender, q̃ sabia m.to bem o estado das coizas da Lua, e eu quazi fiquei crendo, q̃ elle já tinha estado naq.le novo mundo. Tal hé como isto o fogo da imaginaçam destes senhores, q̃ sem sahirem da esfera do Rocîo tem sido cavaleiros em todo o espaço imaginario.

No 1.o Paquebot q̃ partir mandarei buscar estes livrinhos, q̃ dezeja a curiozid.e de V. Ex.a, de q̃ eu naõ tenho noticia algũa. A viagem ás Ilhas dezertas suponho q̃ hé meyo fabulozo, e de pouca liçam, o outro de Baile será algũ rezumo de seo dictionario critico sobre o historico de Moreri, e assim será de pouca percepçam por ser dificultozo reduzir a hũ volume de 8.o o q̃ se escreveo em 4 gr.des volumes de folha;

& sendo Titular, ou Fidalgo de grande solar, pagarà mil cruzados, & serà desterrado por hum anno para as Cidades de Bragança, ou Miranda; & se for filho familias, que naõ tenha cabedal para pagar a pena de dinheiro, terà hum anno de prizaõ em hũa torre debayxo de chave.

«E por quanto nesta Corte se tem introduzido acompanharemse algũas pessoas, que andaõ nella, com hum lacayo, ou mochila a cavallo, de que se seguem alguns inconvenientes, q̃ se devem evitar; hey por bem, que nenhũa pessoa de qualquer estado, ou qualidade que seja, possa andar nesta Corte com lacayo, ou mochila a cavallo, debayxo das mesmas penas estabelecidas nesta Pregmatica contra os que usarem de seges descubertas dentro desta Corte, que serà o perdimento da besta, & sella, cujo valor será applicado, ametade para a redẽpçaõ dos catigos, & ametade para o Ministro, ou official que fizer a tomadia, & para as despesas da Relaçaõ: & sómẽte se permite aos Cabos & Officiaes de guerra desta Corte & aos das Provincias do Reyno, poderem trazer hum criado a cavallo em quanto andarem nella».

São dignas de ler-se as observações do Sr. Matos Sequeira, no seu estudo histórico sôbre a proibição do luxo in-*Depois do Terremoto*, vol. III (1922), cap. II.

(45) Nota irónica de Brochado, pois naquelas cidades tinha estado ao serviço de Portugal.

porem tudo o q̃ for deste Author ha de ser claro, discreto, e engenhoso(46). Continue V. Ex.ª a levar boa vida, q̃ tambem p.ª nôs a leva. Fico na obediencia, e resp.tos de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m. a. Lx.ª 11 de Fev.ro de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

---

(46) ¿A que obra de Pierre Bayle se referirá Brochado? É difícil identificá-la, a-pesar-de dever ser posterior ao *Dictionnaire historique*, publicado pela primeira vez em 1697 (Roterdam) em 2 tomos, e do qual Brochado conheceu a 2.ª edição, corrigida e aumentada, publicada em 1702, em 4 vols.; e conseqüentemente o livro que tem em vista deveria ter sido impresso entre 1702 e 1708. Neste período Bayle não publicou nada que se semelhe ao *Dictionnaire historique*, ou que dêle seja resumo. É provavel, por isso, que o livro aludido tão vagamente fôsse *La Bibliothèque Volante, ou Recueil de feuilles fugitives*. Amsterdam, 1700–1701, que falsamente lhe foi atribuído. O juizo sôbre o *Dictionnaire historique* «Dictionario critico sôbre o histórico de Moreri», mostra-nos que Brochado não apreendeu o alcance, valor e originalidade de Bayle, mestre do diletantismo erudito e da universal tolerância, pois o de Moréri (1670) é um simples dicionário biográfico, sem crítica das fontes nem alcance filosófico. Vem a propósito notar a difusão entre nós da revolucionária obra de Bayle; mais tarde, a Meza Censoria por edital de 15 de Setembro de 1770 proibiu a sua leitura. Sôbre Bayle é digno de ler-se Delvolve, *Réligion, critique et philosophie positive chez Pierre Bayle*. Paris, 1906.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 10, pag. 488)

Estranjeiros. — Pelo mapa referente aos estranjeiros existentes no concelho, no 1.º de Dezembro, de 1911 verifica-se que predominam os espanhóis, na sua quási totalidade. O facto explica-se pela vizinhança da fronteira e pelo trato económico e comercial, quási diário, entre o concelho e a vila espanhola de Valência de Alcântara, que hoje se faz com grande intensidade pelas enormes diferenças e grande desequilíbrio do câmbio. Pode dizer-se que alguma das mais importantes casas comerciais desta última vila devem a prosperidade das suas firmas ao intenso e desenvolvido comércio de contrabando com Marvão e os concelhos limitrofes, mau grado a honesta vigilância dos funcionários aduaneiros, impossível e difícil de se exercer em muitos pontos da raia.

ESTRANJEIROS PRESENTES NO CONCELHO NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1911

	Sexo			Nacionalidades		
	Total	Varões	Fêmeas	Espanhóis	Franceses	Italianos
Marvão	56	30	26	54	1	1

Instrução. — Como se poderá ver pelo mapa que aqui inserimos a percentagem de analfabetos no ano a que a presente estatística se refere é, infelizmente, muito grande, apezar de ter aumentado no concelho o número de escolas. Actualmente existem as seguintes:

Na séde do concelho há duas, respectivamente para cada um dos dois sexos.

Na aldeia da *Escuza* também duas para os dois sexos, tendo sido a do sexo masculino ali criada e instalada em edificio próprio mandado fazer a expensas do Dr. Leandro Pinto Frausto, com a ajuda do Dr. José Frederico Laranjo, que para essa escola ofereceu a mobília, e com alguns auxílios do povo da aldeia prestados em serviços braçais e na condução de materiais para a obra.

No sítio da *Portagem* existe uma escola para o sexo masculino. Duas na aldeia do *Porto da Espada* para ambos os sexos, uma mixta nos *Galegos,* duas na aldeia de Santo António das Areias, para os dois sexos, e duas na *Beirã* para o mesmo fim, com casa própria legada pelo Dr. António de Matos Magalhães, há pouco falecido, um benemérito da instrução que ao culto da escola consagrou os últimos anos da sua vida, atraindo para ela as crianças das cercanias e despertando o interêsse delas e dos pais com prémios e solenes festas escolares.

Tem pois o concelho doze escolas para três freguesias e para uma população de facto avaliada no último censo em 6.321 habitantes, correspondendo, portanto, a cada escola o coeficiente de 526,9.

Apesar de ter aumentado o número de escolas observa-se que a percentagem de analfabetos se mantém ainda com pequenas variações, acusando um progresso muito lento na instrução do concelho.

O facto tem a sua explicação no abandono da escola e na irregularidade da sua freqüência pela população rural, cujas crianças, logo de tenra idade, começam a ajudar os pais na faina agrícola, na guarda dos gados e nos serviços mais simples da lavoura. Para remediar êste inconveniente necessário seria que, a par da criação de escolas, se multiplicassem as iniciativas iguais à do Dr. Magalhães, constituindo-se comissões de beneficência, cantinas e caixas escolares destinadas a proteger na escola as crianças indigentes e a atrair e estimular para ela os respeitos e as atenções do povo do concelho.

É esta uma obra a realizar para que da estatística desapareça ou se atenue o elevado coeficiente do analfabetismo que ela ainda acusa relativamente a Marvão.

Anos	Freguesias	A instrução			
		Analfabetos		Sabem ler	
		Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas
1890....	Concelho	2:536	2:565	41	30
	Aramenha (Salvador)..	1:138	1:136	16	8
	Areias (Santo António).	873	879	15	17
	Marvão (Santa Maria) ..	525	550	10	5
1900....	Concelho	2:559	2:806	396	188
	Aramenha (Salvador) ..	995	1:137	175	78
	Areias (Santo António).	1:052	1:104	99	35
	Marvão (Santa Maria)..	512	565	122	75
1911....	Concelho.....	2:508	2:806	626	381
	Aramenha (Salvador) ..	1:018	1:173	258	129
	Areias (Santo Antonio).	1:029	1:120	232	136
	Marvão (Santa Maria)..	461	513	136	116

Emigração. -- Do que temos exposto nêste capítulo e do exame dos quadros estatísticos da população do concelho nos últimos anos, conclui-se que o notável progresso demográfico observado se acentua especialmente, na população do campo, progresso que tem correlativamente acompanhado o incremento da agricultura, hoje florescente e num caminho de sensível prosperidade. O aumento da população rural tem, com efeito, contribuído para um melhor aproveitamento e para uma mais intensa exploração agrícola dos terrenos incultos e dos baldios que ainda há no concelho.

Êste facto verifica-se, especialmente, nas vertentes da chamada Serra da Portagem, ainda há pouco completamente cheia da vegetação rasteira e pobre do mato e onde já hoje se vêem, aqui e ali, os refêgos alinhados das lavradas e as manchas acinzentadas de alguns olivais em formação.

Esta circunstância, ligada à natureza sedentária do marvanejo, explica-nos talvez a quási nula percentagem de emigrantes do concelho comparada com a dos outros concelhos do país, onde êsse coeficiente chega a assumir assustadoras proporções. Não há, com efeito, em Marvão, as perturbações e desiquilíbrios económicos, aquelas crises de falta de trabalho que muito contribuem para arrancar o emigrante

do seu torrão pátrio levando-o para um incerto e, tantas vezes, mais duro e improdutivo destino.

EMIGRAÇÃO

	Anos	Emigrantes	Varões	Fêmeas	Destino		
					Brasil	África	América do Norte
Marvão	1911.....	2	1	1	1	–	1
	1912.....	–	–	–	–	–	–
	1913.....	4	2	2	–	3	1
	1914.....	1	–	1	–	–	1

Pelo mapa que publicamos podemos pois concluir ser quási nula a emigração no concelho.

São do nosso conhecimento pessoal as circunstâncias que levaram a maior parte dêsse pequeno núcleo de emigrantes a abandonar o concelho e por isso podemos afirmar que a causa se deve atribuir mais à sugestão exercida em um ou outro dos seus conterrâneos e parentes pelo primeiro emigrante que há anos se estabeleceu em uma região da Arizona, na América do Norte, do que pròpriamente a quaisquer causas provenientes daquelas crises económicas que se observam com mais freqüência nos concelhos do norte do país. O espírito do marvanejo rebelde, por natureza, a sair da *tapada* ou da *courela* onde moireja, não deixa, sem grande constrangimento e profunda nostalgia, o horizonte do seu canto, a não ser, no curto e breve espaço de 2 ou 3 dias, em romagem, ao menos uma vez na vida, ao S. Mateus em Elvas ou à Senhora das Necessidades, da Comenda, a mais afastada e longíqua meta dos seus sonhos.

Emigração, porém, regular e constante como se dá no norte do país não existe aqui nem ela se justifica em Marvão, certo como é que na área rica do seu têrmo, tão variado de culturas, tam bem provido de águas e de produtos a explorar, tão pitoresco e salutar nas privilegiadas condições do seu clima, há fontes de vida e trabalho fecundo para entreter e ocupar a sua laboriosa e pacífica população agrícola.

CAPÍTULO VII

Área administrativa do concelho actual. — Confrontações. — Superfície. — Divisão. — Geografia regional. — Descrição física.

Por uma das últimas reformas administrativas que desanexou do concelho a freguesia de S. Julião, hoje pertencente a Portalegre, ficou o número de freguesias reduzido a três: Santa Maria, com séde na vila, S. Salvador da Aramenha e Santo António das Areias, nos arredores, pertencentes à jurisdição eclesiástica do bispado de Portalegre.

Judicialmente pertence o concelho à comarca de Castelo de Vide, criada por decreto de 2 de Novembro de 1899. Suprimido o concelho por decreto de 26 de Setembro de 1895, que o anexou ao de Castelo de Vide, foi restaurado por decreto de 13 de Janeiro de 1898.

Militarmente pertence o concelho à 7.ª divisão e ao distrito de recrutamento e reserva n.º 22, com séde em Abrantes.

Na divisão regional agrícola de 17 de Agôsto de 1912, e na agronómica de 9 de Dezembro de 1889, Marvão está incluido na 6.ª região (Alto Alentejo).

Na carta corográfica do general Marquês de Ávila, rectificada e ampliada em 1906 pelo capitão Júlio César Sanches Leite de Castro, está o concelho de Marvão compreendido na fôlha 16-G, região situada entre os meridianos 1°, 45′ e 1°, 52′ de longitude E. de Lisboa (Observatório do Castelo de S. Jorge), e os paralelos 39°, 18′ e 39°, 29′ de latitude N.

Tem por limite ao norte o rio Sever, que constitui a raia internacional de Portugal e Espanha, rio que separa o concelho de Marvão do próximo concelho de Valência de Alcântara; pelo nascente confina com a raia convencional que separa os dois países; pelo sul com o concelho de Portalegre e pelo poente com o de Castelo de Vide.

A superfície total das suas três freguesias, segundo a estatística demográfica organizada em 1 de Dezembro de 1911, é computada em 156,30 quilómetros quadrados.

A superfície total em hectares mede 10:987 (1).

---

(1) João Maria Baptista — *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, vol. V, pág. 105.

OROGRAFIA

A parte montuosa e acidentada do concelho está quási toda situada ao sul e poente, na área da freguesia de S. Salvador da Aramenha. A elevação sôbre a qual está edificada a vila e fortaleza tem a cota de 865 metros, como indica a pirâmide que se ergue sôbre um dos ângulos da tôrre do paiol da antiga praça, pirâmide pertencente à triangulação geral do país.

A serra mais elevada é a de *S. Mamede*, cujo pico tem a cota de 1.025 metros de altitude. Dêste sistêma orográfico fazem parte as chamadas serras da *Palha* e *Fria*, as quais, seguindo a direcção SE. e NO., formam, com a altura de Marvão, o importante desfiladeiro por onde circula a estrada a *macadam* que liga o país com a Espanha. Pelos cumes destas duas serras passa a linha da fronteira internacional, representada por pequenas cruzes a preto.

A serra da *Portagem* começa a nascente da igreja da referida freguesia de S. Salvador da Aramenha, seguindo nessa direcção até ir ligar-se às serras de *S. Braz* e *Fria*, as quais vão internar-se nas serranias centrais da Estremadura espanhola.

A serra da *Ladeira da Gata*, prolongamento da serra que fica sobranceira à vila de Castelo de Vide e que ali tem a sua origem no sítio de S. Paulo, de onde lhe deriva o nome porque também é conhecida, corre na direcção NE.-SO., paralela à serra do cabeço da *Urra* e forma com ela o pitoresco e fértil vale onde assenta e se esconde, sob a copada ramaria dos seus frescos e frondosos soutos, a ridente e caiada aldeia da Escuza. Por êste vale, que termina no belo prado de Marvão, corre a estrada que de Castelo de Vide se dirige à Portagem, sítio onde se ramifica nas estradas que conduzem a Marvão, a Valência de Alcântara, e a Portalegre.

Todas as serras aqui mencionadas, contrafortes e ramificações da serra de S. Mamede, vão ligar-se ao massiço da Espanha central conhecido pelo nome de sistema de Toledo.

GEOLOGIA E AGROLOGIA

A constituïção geológica do concelho de Marvão é variada e rica, aparecendo o schisto com retalhos de quartzites,

uma região granítica e uma assentada de calcáreos dolomíticos.

O erudito geólogo Nery Delgado, a cuja autoridade nos reportamos, estudando os terrenos paleozóicos de Portugal afirma terem-se descoberto na serra de S. Mamede, próximo da fronteira, schistos encerrando impressões e moldes muito deformados de fósseis. Descrevendo a faxa ocupada por êstes schistos marca-lhes uma zona estreita de cêrca de 800 metros de largura, seguindo pelo fundo de um vale na extensão de uns 15 quilómetros, desde a fronteira, ao norte, até S. Salvador da Aramenha, ao noroeste, sempre alinhada na direcção de N, 50°, O. (1).

Correndo paralelamente a esta faxa devoniava, à distância de três quilómetros para o nascente, e como ela penetrando pela Espanha dentro, levanta-se uma possante crista de quartzites que, formando o alto das *Esparoeiras,* na raia, termina abrutamente do lado do noroeste, estendendo-se depois para sueste sobranceira à povoação espanhola do *Pino.* A colina de forma alongada sôbre que assenta a vila e fortaleza de Marvão é constituída por uma possante massa de quartzites silurianas de bibobites, atingindo a altitude de 862 metros, e situada no prolongamento do alto das *Esparoeiras* a que acabamos de nos referir.

Na opinião do citado geólogo a posição actual e as circunstâncias especiais em que se apresentam êstes retalhos isolados de terreno siluriano mostram terem sido o resultado de grandes movimentos do solo, que fracturaram as camadas numa época remotíssima, e das fortes correntes de desnudução que as separaram em massas distintas, combinada a acção destas com a de levantamentos posteriores.

A região granítica é localizada na faxa que desde Tolosa, Niza, Povoa e Meadas, se prolonga pelos concelhos de Castelo de Vide, Marvão até à fronteira, do lado de Valência de Alcântara.

A assentada de terreno calcáreo começa próximo da igreja da Senhora da Vitória, nos arrabaldes da vila de Castelo de Vide, seguindo a direcção NO.-SE., formando, algumas vezes, montes elevados e dos quais o maior se encontra a NO., entre esta vila e a aldeia da Escuza, o chamado serro do *Cabeço da Urra,* a que já anteriormente nos referimos.

---

(1) *Memória apresentada à Academia das Sciências de Lisboa,* pág. 3.

A origem destas manchas calcáreas tem dado lugar a algumas controversias entre os geólogos julgando-se, porém, ponto assente que elas devem a sua formação a fontes abundantes em bicarbonatos de cal. A esta faxa dá-se a extensão aproximada de 23 quilómetros, podendo considerar-se a sua largura máxima de 1,5 a 2 quilómetros e a mínima apenas de alguns metros.

* * *

Em conseqüência da variedade da sua constituïção geológica as terras que formam a área do concelho oferecem-nos aspectos diferentes quanto à sua aptidão agrológica e cultural. Na parte montanhosa, devido às suas condições meteorológicas, a região tem uma feição mais beirôa do que pròpriamente alentejana predominando a cultura florestal, sobretudo a do castanheiro, cultura que não exclue, em um ou outro ponto, a de outras árvores e a dos cereais, embora a êstes se não deva dar tanta preponderância.

Na parte baixa do concelho, abrangendo, na sua maior parte, a freguesia de Santo António das Areias, a terra tem dois aspectos diferentes: as *areias,* terras mais pobres, soltas e magras, onde dominam os pousios, a cultura do centeio, os carvalhos, aparecendo aqui e ali revestidas de arvoredo de sôbro e azinho; os *barros,* terras mais fortes e compactas onde se cultiva mais largamente o trigo.

Uma das conseqüências que resulta da variedade de aspectos geológicos da composição do terreno que forma a área do concelho é a abundância e riqueza de águas, de fontes e nascentes que se vêem espalhadas pelo têrmo, águas de composição química muito variada, desde as chistosas de grande pureza, as calcáreas, as férreas, até às de aplicação medicinal como as das térmas da Fadagosa, que adiante têm o seu capítulo especial.

Entram estas últimas no grupo das chamadas sulfurosas, em que é rico o termo de Marvão, pois que, além da nascente da Fadagosa uma outra se encontra também no sítio chamado a *Bica,* numa pequena fonte a que na linguagem regional se dá o nome de *chabouco,* situada numa tapada do Dr. Manuel de Jesus Portilheiro. As substâncias que a análise qualitativa descobriu nas águas da Fadagosa são as seguintes:

Cloro; potássio, sódio e lítio; Ácido sulfídrico; Cal e

magnésia; Ácido sulfúrico; Óxido de ferro e Ácido carbónico; Alumina; Ácido silícico; Matérias orgânicas fixas (1).

HIDROGRAFIA

Na superfície do concelho, abundante em nascentes e ribeiras, é o rio Sever a corrente mais importante. Tem êste a sua origem na freguesia de S. Salvador da Aramenha, no sítio denominado *Olhos de Água,* nascente que brota no lado poente da encosta da serra da Portagem, perto do chamado Mato da Caleira.

A origem do nome do rio Sever, segundo a velha lenda que a tradição nos transmitiu com mais ou menos variantes, proveiu do seguinte:

Parece que em remota época um numeroso e escolhido cortejo de ilustres damas e cavaleiros, que ia de longada lá para as bandas de Castela, resolvera descançar das fadigas da jornada junto às margens do rio que, separando numa grande extensão o concelho de Marvão do vizinho concelho de Valência de Alcântara, limita também os dois países de Portugal e Espanha. Quando, porém, as damas se preparavam para compor os seus vestidos e alisar os seus cabelos, desgrenhados dos solavancos da travessia pelos corregos e trilhos ásperos dos caminhos, viram, com maguada surpreza, que em nenhuma das arcas da bagagem se encontrava um espêlho, objecto tão imprescendìvelmente necessário às mais novas e tafús e que havia esquecido no preparar atarefado da jornada e na azáfama confuza da partida.

Compreender-se há o desespêro que isso traria às damas mais ávidas de bem parecer e para quem o espêlho é o mais consultado auríspice, o mais dilecto e fiel companheiro. Diz-se mesmo que em algumas delas tal contratempo se denunciára por mal contidas e furtivas lágrimas, as quais não passaram desapercebidas a um moço gentil e garboso cavaleiro da comitiva. Pressuroso e cortez acudiu êste procurando remediar o embaraço das formosas damas lembrando-lhes que não havia motivo para se entristecerem pois que, para substituir o espêlho, tinham elas ali perto um belo rio de SE VER.

---

(1) Vide o folheto — *A Estação Termal da Fadagosa de Marvão,* 2.ª edição da memória *As Aguas Thermaes da Fadagosa,* publicada em 1872.

Como agradecida homenagem e para comemorar a gentil lembrança do moço cavaleiro puzeram, então, as damas ao sítio onde haviam estado a pentear-se o lindo e romântico nome de *Porto dos Cavaleiros,* nome que ainda hoje se conserva e que a tradição liga a esta remota lenda.

Várias outras ribeiras vão engrossar no seu percurso a corrente que, tendo origem nos *Olhos de Água,* forma a ribeira de Marvão e que depois se transforma no rio Sever. Uma delas é a ribeira das *Naves* que nasce na encosta da serra de S. Mamede, em frente do monte do *Porto da Espada,* tendo o seu percurso na direcção norte, por serra áspera e fragosa, até à fonte dos Coelheiros, cuja água recebe, juntando-se depois à ribeira das *Reveladas* no sítio chamado o Pisão Novo.

Uma outra ribeira é chamada da *Madalena,* a qual nasce no sítio dos Alvarrões, e que, depois de atravessar a estrada que da vila conduz a Portalegre, vai juntar-se à ribeira das *Reveladas,* em um sitio chamado Azenha Branca. Era nêste lugar que se erguia, segundo reza a tradição, a bela porta da antiga cidade da Aramenha, a Medóbriga dos romanos, a que já fizemos menção em um dos anteriores capítulos.

Todos êstes caudais vão formar a ribeira de Marvão, a qual é ainda alimentada pelo ribeiro das *Frutas,* que nascendo na vertente da serra da Ladeira da Gata, entre a aldeia da Escuza e o ribeiro Pinheiro, vai seguindo pelo meio do fértil prado de Marvão até ir juntar-se à referida ribeira.

Engrossada assim com êstes afluentes vai a ribeira seguindo para o nascente fertilizando as várzeas de pomares que se vêem aqui e ali ao longo das suas pitorescas margens. A sua corrente é também aproveitada para a laboração de várias azenhas e moinhos a que havemos de nos referir em outro lugar.

No sítio do *Pégo do Ferreiro* um outro afluente se vem lançar na ribeira, o chamado *ribeiro dos Galegos,* que tem a sua origem na serra Fria, junto das elevadas brenhas a que dão o nome de *Esparoeira.* A pouca distância desta confluência começa a ribeira a correr em direcção norte, já com o nome de rio Sever, formando a fronteira dos dois países até ir lançar-se no Tejo, perto da antiga vila de Montalvão.

Além dos caudais que acima ficam descritos há no concelho e na freguesia de Santo António mais algumas ribeiras de somenos importância, todas elas tributárias do rio Sever,

*

como: o *ribeiro das Águas*, o *ribeiro da Beirã* e a *ribeira da Sapateira.*

CLIMA

Não podemos colher rigorosas e exactas observações metereológicas que nos fornecessem elementos para uma tabela sôbre as oscilações do clima no concelho, factor de tão magna importância na sua agricultura. Faltam-nos, nêste ponto, os dados estatísticos, e os que existem são os recolhidos pelos postos metereológicos mais próximos, Campo-Maior e Vila-Fernando, já em regiões de aspectos climatológicos diferentes. Tendo, porém, o concelho variadas altitudes, desde as mais elevadas (1.025^{m} no pico de S. Mamede, 865^{m} na tôrre de Menagem do Castelo), até às mais baixas, variáveis e diferentes hão de ser também as condições do seu clima. Assim é, com efeito, que na parte montanhosa, mais húmida, mais fresca e abundantemente regada, o clima é mais são, menos sujeito às bruscas oscilações de temperatura do que na *Safara,* onde os estios são mais longos e abrazadores, sobretudo quando nos meses de Julho e Agôsto as lufadas quentes das queimadas, que durante êsse tempo é costume fazerem-se em Espanha, vêem contribuir para aquecer extraordinàriamente a atmosfera. Nos vales da parte sul do concelho, compreendidos na região montanhosa a que acima aludimos e mais protegidos dos ventos N. e NE., que ali dominam, as condições climatológicas são mais benéficas e temperadas do que na vertente e na planície ao norte do concelho, mais expostas à acção da aragem resfriada que vem da Serra da Estrela e dos seus contrafortes, cujos cumes nevados se avistam ao longe e lhe fecham o largo horizonte por êste lado. Esta zona é, pois, diferente da outra no clima, com invernos mais rudes e verões de temperatura mais ardente e mais sujeita a bruscas variações.

A região conhecida pelo nome da *Safara* oferece, além disso, também condições de salubridade mais inferiores e menos benignas, devidas em grande parte às aluviões do rio e das ribeiras e aos focos de terreno mal enxuto e alagadiço que formam os pântanos dando origem ao impaludismo, a febres terçãs de caracter, intensivo, uma das causas mais gerais do tributo obituario (1).

---

(1) *Carta da Distribuição Geographica do Sezonismo no continente de Portugal construida pelo professor da Universidade de Coimbra*

CAPÍTULO VIII

O concelho na divisão regional agrícola e agronómica. — Zonas de cultura. — Queijeiras e lavouras.

Na divisão regional agrícola de 17 de Agôsto de 1912 e na agronómica de 9 de Dezembro de 1886, o concelho de Marvão achava-se incluido na 6.ª região (alto Alemtejo). Sob êste ponto de vista podemos considerar dividido o seu termo em duas zonas bem distintas: *a zona montanhosa* com os férteis vales, abundantemente regados, que formam a parte sul do concelho; a *zona da planície,* com largas manchas graníticas, que se estende até ao rio Sever, região mais vulgarmente conhecida pelo nome de *Safara* ou *Safra.*

Na primeira destas zonas as suas especiais condições metereológicas e climatéricas, a sua altitude dão às terras uma aptidão maior para as culturas lenhosas e para as árvores frutíferas, cultivando-se também nos prados, se bem que em menor escala, trigo e outros cereais. Esta zona é constituída pelo fértil vale da ribeira que, pelo sul, vai circundando o môrro de Marvão, cuja corrente depois engrossa com alguns pequenos ribeiros transformando-se, como já dissemos, no rio Sever.

Junto da sua origem, no pitoresco sítio dos *Olhos de Água,* nasce a serra da *Portagem,* que correndo paralela à serra de S. Mamede e às alturas dos penhascos onde assenta Marvão, se prolonga para leste até ir ligar-se à chamada *Meseta,* ou sistema de cordilheiras da Espanha central. O fertilíssimo vale que da *Portagem* se estende para Oeste até Castelo de Vide forma o prado de Marvão, que começa depois a estreitar-se no desfiladeiro ladiado pela serra do *Cabeço da Urra,* da parte norte, e da parte sul pela serra da *Ladeira da Gata* ou de *S. Paulo,* que vai morrer no monte dêste nome sobranceiro áquela vila. É, pois, entre êstes relêvos paralelos que se desenvolvem os mais férteis e produtivos vales da zona montanhosa a que nos referimos. Entre as culturas lenhosas predominam, sobretudo, os frondosos soutos de castanheiros e castinçais, afamados pelas suas esplendidas

---

Dr. A. de Padua. Publicada em 1904 pela Inspecção Geral dos Serviços Sanitários.

madeiras e pelas castanhas que produzem, as melhores que entram no mercado de Lisboa, para onde são quási todas exportadas. Na aldeia do *Porto da Espada* é êste o principal comércio durante os meses de inverno, sendo grande o número de carros que se ocupam no transporte dêste género para a estação do caminho de ferro de Castelo de Vide, mais próxima, ou, pelo menos, de mais fácil acesso para esta aldeia do que a estação do caminho de ferro da *Beirã*, que serve a vila de Marvão.

Os castinçais, soutos bravos destinados exclusivamente ao córte de madeiras, predominam na parte mais fria e elevada e abundam, principalmente, na meia encosta da vertente norte do monte onde assenta a vila e fortaleza e nos pendores da serra da Abenaia.

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTORIA)

(Cont. do n.º 10, pag. 475)

Pebri Ferdinandi in doctrinarum scientiarvmqve omniũ cõmendationẽ oratio apud vniuersam Conimbricã Academiam habita Calen. Octobr. Anno MDL. Ad invictissimvm Ioannem hertium Portugalliæ Regem Conimbricæ. Escudebant Ioannes Barrerius, & Ioannes Aluarus, Typographi Regij.

No verso do frontispicio um epigramma latino, ao leitor, de Antonio Cabedo.

4.º, marcação de 8.º, 20 folios innumerados.
Bibliotheca Publica Municipal do Porto.
Volume de miscellanea 5-19.

Axiomata Christiana ex diuinis scripturis, & sanctis patribus, cum ecclesiasticis, tum etiam Scholasticis, per Reuerendũ Patrem fratem Gasparem, ordinis eremitarũ sancti Augustini, Doctorẽ Theologũ, ac Regiũ cancionato rẽ indignũ nũc nouiter collecta, opus hactenus disideratũ aduersus hæreticos, antiquos, & modernos (Armas reaes encimadas pelo dragão). *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium, & Ioannem Aluarum Typographos Regios. M.D.L.* No verso do folio 196: *Excvssvm Conimbricæ in ædibus Ioannis Barrerij, & Ioannis Aluari. Anno M.D.LIII. No. Ianuar.*

8.º, o 1.º caderno de 4 fls.; os restantes de 8; 5 fls. prel. inn., 196 numeradas pela frente, mais 4 inn. de Index.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Hieronymi Cardosi Lvsitani Libellos. De terræ motu. De

vario amore ægloga. De disciplinarum omnium. Apud Ioannem Barrerium, & Ioannem Aluarum Typographos Regios MDL. — No fim: *Excussum Conimbricæ III. No. April M. D. L.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Polygraphia.

Liuro ordinario do officio diuino Segundo a ordem de Cister. Nouamente correcto & emendado. Foy impresso por Ioam aluares, & Ioam da Barreira empressores del Rey, na vniuersidade de Coimbra. Aos xij dias de Iunho. De M. D. L. — Este titulo n'uma portada formada de gravurinhas religiosas. No verso do frontispicio uma gravura: *a descida do Espirito Santo.*

8.º, 10 fls. prel. inn., 389 pag. No verso d'esta ultima, inn., a licença, mais 1 folha solta inn. dos Erros.

No 1.º folio das preliminares o *Prologo de frei Bartholomeo Monge Professo da ordem de Cister, studante na vniuersidade de Coymbra, do Collegio de S. Bernardo, em o liuro ordinario do officio diuino, dirigido ao muyto reuerendo em Christo o padre frei Antonio Dom prior do convento de Tomar, etc.*

Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Bibliotheca Nacional de Lisboa, Bibliotheca d'Ajuda e Torre do Tombo.

Comento ó Repeticion del capitulo Quando. De consecratione. distin. I. compuesto y de nuevo revisto y emendado por el Doctor Martin de Azpilcueta Navarro: catedrático de prima en cánones de la Universidad de Coimbra en el ejercicio de todas letras muy sublimada... Por Iuam Barrera y Iuam Alvares impresores del Rey en la Universidad de Coimbra, a 10 de Julio de 1550. Véndese en los Palacios del Rey, en casa de los impresores á ciem maravedis ó un toston.

8.º minimo, front. em letra gothica, 478 pags., mais 52 de prel.

Descripto em Gallardo, n.º 324.

Coronica geral de Marco Antonio Locio Sabelico, des ho começo do mundo, ate nosso tempo. Tresladada do

latim em lingvagẽ Portugues por Dona Lianor filha do Marques de Villa real Dom Fernando. Dirigida aa muyto alta & muyto poderosa senhora Dona Catherina Raynha de Portugal... MDL. Foy vista & examinada a presente obra pollos senhores inquisidores & deputados da sancta inquisiçã, & com sua authoridade impressa. — No fim da pagina cccxlviij diz: *Acabouse a primeyra eneida de Marco Antonio Locio Sabelico | tresladada de latim em lingoagẽ Portuguesa por a senhora dona Lianor filha do Marques de Villa real dom Fernando. E por seu mandado impressa em a muyto nobre & leal cidade de Coymbra | por Ioam de Barreira & Ioam Aluares | empremidores delrey na mesma vniuersidade. Aos xxv dias do mes de Setembro de M. D. L.*

No exemplar da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro falta (se existiu) o folio 349, 350, e no cccIj começa: *Capitulo de Iob de que nam faz mençam Sabelico.* E dizemos se existiu, porque n'um exemplar que temos á mão, bastante estragado, dá-se a mesma falta. A numeração no ex: do Rio de Janeiro continua até pags. cccIxiij. — No fim diz: *Foy visto & examinado este capitulo & tractado da historia de Job pelo doutor & mestre Diogo de Gouuea per mãdado especial do senhor Cardeal Infante Inquisidor geral nestes reynos & senhorios de portugal. Em Lisboa a xvij de Iulho. M. D. L.*

Innocencio e o cathalogador dos *Cimelios* dão á obra o formato de folio; os cadernos, porem, são de 16 pags. rubricados A Av, até Z V.

Caracteres gothicos a 2 col. Titulo do livro dentro d'uma portada gravada em madeira.

Relectio. § in Leuitico sub cap. Quis aliquando. de pœnit. dist. I. quæ de anno iobeleo, & iobelea indulgentia principaliter agens, totam indulgentiarum materiam exhaurit. exponitq̃; quinque Extrauag. de pœnit. & remiss. cum multarum nouarum quæstionũ decisione, & veterum resolutione: vsui quotidiano accomodata. Quæ habita fuit in inclyta Lusitaniæ Conĩbrica, per Martinum ab Azpilcueta Iureconsults Nauarrum, sacræ militiæ ordenis Beatæ Mariæ Roncæuallis Commendatarium. M. D. L. Vij. Id. Nouẽbris. Contenta in ea versa pagella indicat. — No fim, por baixo da approvação de fr. Martinho de Ledesma: *Conimbricæ*

Ioannes Barrerius, & Ioannes aluarus typographi Regii excudebant. Septimo Id. Novēb. M.D.L.

8.º, 335 pags. afora Indice.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Relectio cap. Itã quorumdam de Iudæis, in qua de rebus ad Sarracenos deferri prohibitis, & censuris obid latis non segniter disputatur, cõposita & pronũciata in inclyta Conimbricẽsi Academia, per Martinvm ab Azpilcueta iureconsultum Nauarrum, etc. Conimbricæ M. D. L. — No fim, antes do indice: *Conimbricæ Ioannes Barrerius, & Ioãnes Aluarus typographi Regij excudebant. Septimo calend. Nouemb. MDL.*

8.º, 239 pags. afora Indice.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Emanvelis Costa Iureconsulti Lusitani regii senatoris Commentaria in § si arbitratu. l. Cum tale. ff. De conditio & demonstre. Item Selectarum Interpretationum circa conditionas, demonstrationes, et dies. Libri I.I. (Escudo do impressor. Dragão alado). *Cvm privilegio. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium, & Ioannem Alvarum Typographos Regios MDLI.*

Folio, 5 fls. prel. inn., 126 pags. As *Selectarum* com numeração á parte, typo differente, a 2 colunas.
Bibliotheca Nacional de Lisboa e Torre do Tombo.

Georgij Trapezontij Dialectica octo tractatus continens. 1 De Enuntiatione categorica. 2 De Prædicabilibus. 3 De Prædicanentis. 4 De Syllogismo categorico. 5 De Propositione & Syllogismo hypotheticis. 6 De Enthymemate. 7 De Definitione & Diuisione. 9 (sic.) De Thesi. — Et hos omnes cum scholijs Iacobi â Contreiras Eborensis. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium & Ioannẽ Aluarum Typographos Regios, M.D.LI.

8.º, 96 pags. As annotações de Contreiras com numeração á parte, 80 pags.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.
Barbosa dá apenas o titulo da 2.ª parte: *Annotationes quædam perbreues in dialecticam Georgij Trapezontii, etc.*

L. Andr. Resendii Oratio habita Conimbricæ in Gymasio Regio, anniuersario dedicationis eiusdie. (Escudo: dragão alado pequeno). *Quarto Calendas Iulij M.D.LI.* —No fim: *Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium & Ioannem Aluarum, socios, Typographos Regios. Mense Iulio MDLI.*

4.º

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Addicion de la repeticion del capitulo Quando... Compuesto por el Doctor Martin Azpilcueta Navarro autor de aquella en la Real y florentísima Universidad de Coimbra. Vista por los Diputados de la Sancta Inquisicion 1551. Tasado en 50 mrs. por ser el papel grande y la letra pequeña.

8.º, 224 pags., mais 16 prel.
Gallardo, 325.

Historia do liuro segundo do descobrimẽto & conquista da India pelos Portugueses. Feyta per Fernão lopez de Castanheda. Com priuilegio Real. —No fim: *Foy impresso este segundo liuro da historia da India em a muyto nobre & leal cidade de Coymbra por João de Barreyra, & João aluarez empressores del rey na mesma vniuersidade. Acabouse aos vinte dias do mes de Ianeyro. De M.D.LII.*

O titulo dentro de frontispicio gravado. No verso do ultimo folio o escudo grande do dragão.

Folio, marcação de 8.º, 4 folios prel. inn., incluindo o frontispicio, 239 pags. Typo redondo. Algumas gravuras, bastante rudes, em madeira, mas bastante interessantes e alusivas ao assumpto. Parecem feitas ad hoc embora algumas repetidas.

No verso do frontispicio o privilegio. No 2.º folio o prologo. No 3.º e 4.º a Tauoada, no fim da qual vem uma explicação das erratas.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Manual de confessores & penitentes, que clara e breuemente contẽ a vniversal & particular decisão, de quasi todas as duuidas, q̃ nas cõfissões soẽ occorrer dos peccados,

absolvições, restituições, cẽsuras & irregularidades: Cõposto antes por hũ religioso da ordem de S. Francisco da prouincia da piedade: E visto & em algũs passos declarado polo muy famoso Doutor Martin de Azpilcueta Nauarro, cathredatico iubilado de Prima en Canones na vniuersidade de Coimbra. E despois cõ summo cuidado, diligẽcia, & estudo, tã reformado & acrecẽtado pelo mesmo Author & o dito Doutor em materias, sentenças, allegações, & estilo, q̃ pode parecer outro, com Reportorio copioso no cabo. Anno de M. D. LII. Vendense em Coimbra a cento & sessenta reaes, em papel. — Este titulo em frontispicio tarjado. Por baixo da tarja inferior: *Com Priuilegio.* — No fim: *In inclyta Conimbrica Ioannes Barrerius, et Ioannes Alvarez Regij Typographi excudebãt, anno a Christo nato. M. D. LII. die Divæ Lvciæ Sacro.*

8.º, 4 fls. prel. inn., incluindo front.; 953 pags. caracteres semi-gothicos. Extensa taboada, em redondo. A subscripção no fim da taboada e por baixo da approvação de Fr. Martim Ledesma.

Bibliotheca Nacional de Lisboa, Real Bibliotheca d'Ajuda.

Na livraria de José Maria Nepomuceno havia um exemplar que tem no fim: *Dalgũas pregũtas acerca dos religiosos. E primeiramente dos prelados.* Sem logar nem data, mas com certeza dos mesmos impressores, 8.º, 32 pags. Vide respectivo *Catalogo* sob n.º 190.

Emmanvelis Costæ Iureconsulti Lvsitani Regii senatoris de nuptiis Eduardi Infantis Portugalliæ, atque Isabellæ, Illustrissimi Theodosij Brigantiæ Ducis germanæ, Carmen Heroicum. — Escudo do dragão pequeno: *Conimbricæ. Excudebant Iohannes Aluarus & Ioannes Barrerius Typographi Regii. Anno M. D. LII.*

4.º, 20 folios inn. desde A até Eii. No verso do ultimo folio o escudo do dragão grande, usado por Luis Rodrigues. No verso do frontispicio *Carmen in laudem authoris*, de Ignacio de Moraes. No folio seguinte a dedicatoria em prosa a D. Theodosio I duque de Bragança. Depois do *Carmem heroicum* diversas poesias, entre as quaes epigrammas ao retrato da infanta D. Maria, pintado por Hollanda.

Real Bibliotheca d'Ajuda, Bibliotheca Publica Municipal do Porto; volume de miscellanea 5-19.

Emmanuelis Costæ Iureconsulti Lusitani Regii senatoris de suo & alieno posthumo Commentaria in § Posthumus. Insti. De lega. Item Scholia in difficilimam. l. Si filius hæres institutus sit omisso posthumo ff. De libe et posthu. Ad excellentissvm principem Eduardum Eduardi Infantis Portugaliæ hæredem Posthumum. Conimbricæ. Excudebant Ioannes Aluarus & Iohannes Barrerius Typographi Regii Anno M.D.LII.

4.°, 36 pags. afora 2 prel. inn., incluindo o front.
Real Bibliotheca d'Ajuda.

Hilarij Moreira Conimbricensis ad inuctissimum Lusitaniæ Regem D. Ioannẽ tertium, de omnium Philosophiæ, partium laudibus & studijs oratio. Apud inclytum. Conimbricense lyceum vniuersiterrarum orbis florentissimũ de more Academio habita calend. octob. Anno salutis M.D.LII. Conimbricæ. Ioannes Barrerrius, & Ioannes Aluarus. Regij Typographi excudebant.

4.°, 28 pags.

No verso do titulo a dedicatoria a D. João 3.°, seguindo a oração, em que tracta da Grammatica, Dialectica, Eloquencia, Mathematica, Philosophia natural, Medicina, Philosophia moral, Direito civil, Direito pontificio, Theologia, etc. No fim dirige-se a D. João 3.°, ao reitor D. Manuel de Meneses, e faz o elogio de Coimbra. Conclue com estas palavras: *sola literarum ornamẽta ampla sunt, augusta divina, immortalia, quœ nulla unquam vis eripuit, nulla vetustãs obliuione obruet, nulla calamitas extinguet. Dixi.*

Ex: do sr. José do Canto. Bibliotheca Publica Municipal do Porto, na Miscellanea 5–19, onde se acham colleccionados differentes opusculos do seculo XVI, quasi todos do mesmo assumpto.

Ho terceyro liuro da historia do descobrimento & conquista da India, pelos Portugueses Feito por Fernão lopez de Castanheda. Com priuilegio Real. Em Coimbra. M.D.LII. — No fim: *Foy impresso este terceiro liuro da historia da India em a muyto nobre & leal cidade de Coimbra por Ioaõ de Barreyra, & Ioaõ Aluarez empressores delrey na mesma vniuersidade. Acabouse aos doze dias do mes Doutubro. De M.D.LII.*

Folio, 2 folios prel. contendo front. gravado e Prologo, 311 pags. mais 5 inn. de tauoada. Tipo redondo.

Coronica geral da eneyda segũda... O mais como na primeira parte; não tem, porem, como naquella a data M.D.L e, em seguida a esta data, as palavras *Foy vista e examinada. etc.*

Esta é a descripção que do ex. da Bibliotheca do Rio de Janeiro nos dão os *Cimelios,* pags. 333.

No fim, folio ccccxliij, a seguinte subscripção, que transcrevemos do nosso exemplar: *Acabouse a segunda eneida de Marco Antonio Cocio Sabelico | trasladada de latim em lingoagẽ Portugues por a senhora dona Lianor filha do Marques de Vila real dom Fernando. E por seu mandado impressa | em a muyto nobre & leal cidade de Coymbra | por Ioam de Barreira & Ioam aluares empremydores delRey na mesma vniuersidade. Aos dez dias do mes de Iunho de M.D.LIII.*

E por a arte da impressam ser muyta delicada, & ter tantas miudezas como tem, vaõ algũs erros que ho discreto leytor pode suprir cõ muyta facilidade aiudando aa letra, porque não se põe aqui, por serem di pouca substantia.

Mesmo formato e typo que a *Eneyda primeira.*

Salutïferæ crvcis trivmphus in Cristi Dei Opt. Max. Gloriam. et ad Christianœ mẽtis solatium, Per quidam religiosũ D. Hieronymi Carmine, et si rudi, pio tamen expressus. 1553. — Este titulo em frontispicio tarjado e por baixo d'uma cruz. No fim, em folha solta: *Excvdebant Conimbricae Ioannes Barrerius, & Ioannes Aluarus Typographi Regii. Anno salutis nostræ Milessimo Quingentessimo quinquagess. III. XV Kalendas Iulias.*

8.º, 10 fls. prel. inn., incluindo o front.; 286 pags. Letra grifa. Nas prel. Epistola do autor a D. Braz, bispo de Leiria; Epigramma do mesmo ao mesmo: *Annotationes breues in omne opus.* No fim dellas o escudo pequeno do dragão.

Real Bibliotheca d'Ajuda.

Enchiridion veræ perfectæqve virtutis cum eiuesdẽ Inductiuis Signis | ac argumentis | Paradisus animæ merito

nuncupatũ. D. Alberto Magno Ratisponeñ. Episcopo authore. Conimbricæ. Apud Ioannem Barrerium & Ioannem Aluarez.

8.º minimo, de 16 pag.; 70 folios, mais 1 inn. de indice. No mesmo volume, sem numeração: *Alberti Magni libellos, De adhærendo Deo, omnibus in Christo pie viuere volentibus vtilissimus.* — No fim: *Finis nobilissimi huius libelli Alberti Magni. De adhærendo Deo Conimbricæ impress. per Ioannem Barrerium Typographum, Ann. M. D. LIII. Cal octob.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Os liuros quarto & qũinto da historia do descobrimento & cõquista da India pelos Portugueses. Com priuilegio Real. M. D. LIII. — No fim: *acabouse de empremir a presente obra per Joaõ da barreira & Ioã aluares em a muyto nobre & sempre leal cidade de Coimbra. Aos xv. dias do mes de Outubro. de M. D. liij.*

Folio, 2 fls. prel. inn., ccx pags. mais 1 folha solta com o privilegio. Nas prel. prologo endereçado á princesa D. Joanna, poesias latinas, 2 de Fernando Coronel (Ferdinandus Coronellus), sendo uma dedicada a D. João 3.º, e outra ao author; mais 1 epigramma de certo amigo a Fernão Lopes. O texto em caracteres gothicos.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. O exemplar que vimos não tem frontispicio. Transcrevemos o titulo da *Bibliographiá* de Figanière. É preciso, porem, verificar se existe o titulo no outro ex. que ha na mesma bibliotheca.

Ho Seitimo liuro da historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses. Feyto por Fernã Lopez de Castanheda. Com priuilegio Real. 1554.

Folio, 2 fls. prel. inn. contendo front. e prologo, clxv pags. caracteres gothicos.

Oratio de scientiarũ omnium magnarumq̃, artium laude ab Antonio pinto apud Vniuersam Conimbricensem Academiã Kalendis Octobris Anno Domini. 1555. Ad illustrissimem Ioannem Ducem Daueiro. Conimbricæ. Apud Ioannem Aluarem (sic) *typographum Regium.*

4.º, marcação de 8.º, 20 fol. inn. incluindo front.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.
Volume de miscellanea 5-19.

Copia de algunas cartas que los padres y hermanos de la compañia de Iesvs, que andam en la India, y otras partes orientales, escreuieron a los de la misma compañia de Portugal. (Monogramma da Companhia). *Desde el año de M. D. LVII hasta el de lxj. Tresladadas de portugues en Castellano. Impressas em Coimbra. Por Ioan de Barrera. 1562.* — No fim: *Acabaronse de emprimir las presentes cartas, en la muy noble ciudad de Coimbra, por Iuan Aluarez, impressor del Rey nuestro. S. a los veynte y nueue dias del mes de Abril, de mil y quiniẽtos y sesenta y dos annos.*

4.° (A Aiiii, etc. todas as folhas do caderno são rubricadas) 4 fls. prel. inn., 103 folios.

Nas prel., rosto, prologo ou advertencia de Manuel Alvarez ao leitor sobre a publicação, approvação de Frei Martim de Ledesma, idem de Francisco Fernandez.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados 176-181.

Copia de las Cartas que los Padres y hermanos dela Compañia de Iesvs que andan en el Iapon escreuieron a los de la misma Compañia de la India, y Europa, desde el año de M. D. XLVIII. que comẽçaron, hasta el passado de LXIII (Monogramma da Companhia). *Trasladadas de Portogues em Castellano. Y con licencia impressas. En Coimbra. Por Iuan de Barrera, y Iuan Aluarez. M. D. LXV.* — No fim: *Enpressas ẽ Coimbra por Iuan Aluarez & Iuan de Baerrra* (sic) *impressores dela vniuersidad año de 1564.*

4.° (marcação de 8.° A Aiiii), 4 fls. prel. inn., 477 pags.

Nas prel., front., app., advertencia de Cypriano Soares. Indulgencias de Pio V em favor da conversão dos infieis.

Bibliotheca Nacional de Lisboa 2 ex., um sem front. Reservados 178, 177.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Depois do Terramoto — Vol. III, por G. de Matos Sequeira. Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.

Questões d'águas. Leis, política e agricultura. Peças forenses com um apêndice contendo diversas apreciações de trabalhos do autor, por Alberto Martins de Carvalho. Coimbra, Imp. Académica, 1922.

Luis Fernandes — Palavras proferidas na sessão de homenagem realizada na Sociedade Propaganda de Portugal, em 26 de maio de 1922, por Alfredo da Cunha. Lisboa, Tip. da Empresa «Diário de Notícias», 1922.

Discurso leído en la solemne apertura del curso académico de 1922-23, por D. Leopoldo Garcias Alas y G. Argüelles. Oviedo, Tip. de Flórez, Gusano y Comp.ia, 1922.

Sob a Metralha — Episódios da Guerra, por Humberto Beça. Famalicão, Tip. Minerva.

A Bandeira Portuguesa, por Humberto Beça. Porto, Tip. Universal, 1911.

Justiça de Castela — Sobre a morte de Ferrer, por Humberto Beça. Porto, Tip. Peninsular.

Azulejos — Primeiros Versos, por Humberto Beça. Porto, Tip. da Escola Rane Doria, 1907.

Excertos da Juventude — Versos dos 20 anos, por Humberto Beça. Porto, Tip. Costa Carregal.

Sonhos d'Alma — Versos, por Humberto Beça. Porto, Tip. Universal, 1910.

O Ensino Comercial em Portugal, por Humberto Beça. Porto, Publicações da Escola Secundária de Comércio.

Anuário da Escola Secundária de Comércio para 1912-1913, organizado por Humberto Beça. Porto, Tip. «Artes & Letras», 1913.

Anuário da Escola Secundária de Comércio para 1913-1914 e 1914-1915 — 2 vols., organizados por Humberto Beça. Porto, Tip. a Vapor da Empresa Guedes.

Noções de Arithmética, por Humberto Beça. Porto.

Prático de Escrituração Comercial — Borrão n.º 1 — 2.ª ed., por Humberto Beça. Porto, Tip. «Artes & Letras», 1921.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Arco do Bispo, 1 — COIMBRA

VOLUME 69.º

N.º 12

1922

Dezembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

O Conde de Castel-Melhor — As suas presumidas relações com os alquimistas, mágicos, filósofos, moedeiros-falsos e envenenadores do século XVII, por EDUARDO BURNAY 537

Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO 555

O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO 567

Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, Dom José de Meneses (1705-1710), por JOAQUIM DE CARVALHO 578

O CONDE DE CASTEL-MELHOR

AS SUAS PRESUMIDAS RELAÇÕES COM OS ALQUIMISTAS, MÁGICOS, FILÓSOFOS, MOEDEIROS-FALSOS E ENVENENADORES DO SÉCULO XVII

(Cont. do n.º 11, pág. 503)

IV

Do exposto resulta, sem duvida, que Castel-Melhor andava em equívocas companhias com indivíduos que aliás apareciam em meios de côrte e tinham altas relações.

No entretanto, ao passo que Iung sumàriamente os apoda de *envenenadores,* Brentano apenas os classifica como *alquimistas* e *filósofos.*

Alguns dêles não teriam talvez escrúpulos em cooperar em qualquer envenenamento, pois chegou êste a estar quási que em moda e tantos dos maiores nomes das côrtes da Europa se não lavam dessa mancha criminosa, a êsse tempo banalizada quási. Mas, o que os reunia, não era a especialidade dêsse fim.

Chasteuil era o descobridor de um óleo, que havia de converter os metais em ouro, e dera a Vanens o segredo da prata.

Bachimont tinha em Paris, em 1676, um grande laboratório com fornos, cadinhos, alambiques, o que era demais para fabricar venenos, e servia para a pesquiza da pedra filosofal, para a preparação dos pós e óleos de projecção, para procurar a liquefação do ouro, o que devia constituir uma panacea universal, «restituindo a saúde, a fôrça, robustecendo os velhos, dando côr às donzelas, curando a peste, etc.»

Vanens, dado também à magia, fabrica prata com cobre. O metal branco, assim preparado, chegou a ser recebido na Moeda de Paris.

Rabel, amigo de Carlos II, e genuino homem de sciência,

é o autor da Água de Rabel, mistura de alcool e ácido sulfúrico, hemostático ainda hoje conhecido.

E Castel-Melhor trouxera como contribuïção, não se sabe donde, *o segredo do vermelho no vidro,* que também se não atina o que precisamente seja.

Num período de tantos e tão misteriosos envenenamentos, mexerem certas pessoas misteriosamente em ingredientes, torna-as fàcilmente suspeitas, mas a nenhum dos indivíduos acima mencionados se demonstra participação em envenenamentos. É o caso do suposto envenenamento do duque de Saboia em 1675.

É atribuído ao bando citado por Iung, e deve constar dos Arquivos da Bastilha, citado pelo mesmo autor, mas, como êste diz, nenhum apuramento se fez.

No entretanto, é de notar que, na realidade, os nomes que mais se podem aproximar das cousas de Saboia são Chasteuil, Bachimont, e Castel-Melhor.

Chasteuil, vimos, fôra preceptor do filho do duque de Saboia. Mas procurado em França (não sei porquê), é na Saboia que está refugiado e é em Verceilles, que em 1678 morre, êle próprio envenenado.

Coincidência curiosa, porém, o duque morrera em 12 de Junho de 1675, em 5 de Agôsto Luís XIV tentava apoderar-se de Chasteuil, que, ao formar-se em 1678 o seu processo em França, era envenenado... *por ordem.*

Bachimont faz, como vimos, várias viagens à Saboia na ocasião do envenenamento do duque e vem depois estabelecer-se em Lyão. Preso, é encerrado no Castelo de Pierre-en-Cize em 1678.

O Conde de Castel-Melhor estava na côrte de Saboia na ocasião da morte do Duque e ali se demorou, muito estimado sempre, até Outubro, em que parte para Paris. A imperiosa intervenção do embaixador de Portugal obriga-o a regressar a Saboia em 28 de Dezembro e aí fica até à partida para Londres em Agôsto de 1677, sendo na passagem recebido por Luiz XIV. É em fins de Setembro que parte de Paris para Inglaterra.

Daqui alguma cousa podemos já deduzir. Depois da morte do duque, Castel-Melhor conservava na côrte de Saboia a situação que antes tinha. Se era por alguma forma criminoso, sê-lo-ia então com as mais altas cumplicidades. E se em 1677 Luís XIV o recebia, só como testemunho abonatório de grande consideração pessoal, e excluindo qualquer suspeita, podia isso ser tido.

Verdade é que só em 15 de Dezembro é que pela prisão de Vanens, então apenas a título de espião, é que o bando suspeito, de que falam Iung e Brentano, foi colhido.

¿Se Castel-Melhor estivesse ainda em França, teria igualmente sido incomodado, ao menos pelas suas relações com Chasteuil, Bachimont e Vanens e pelas cartas que a seguir publicamos? Não é impossível e é provável.

*
* *

¿O nome de Castel-Melhor assim dado à publicidade, como participando num bando de envenenadores, ou pelo menos de alquimistas, tornou-se de facto suspeito na morte do duque de Saboia?

¿Qual é a realidade?

A realidade deve ser a que misteriosamente existe nas cartas a Bachimont, precisamente de 1675-1676, e que ficaram nos *Archivos da Bastilha*.

Numa viagem a Paris, premeditei examinar esta publicação, mas faltou-me o tempo e por isso deixei um amigo meu encarregado de o fazer.

Pouco tempo depois remetia-me o que, a páginas 107 e seguintes do tomo IV da compilação de Ravaisson, encontrára em relação a Castel-Melhor.

São cinco preciosas cartas, que se dizem de Castel-Melhor a Bachimont e que aqui damos no seu texto francês com duas anotações, que as acompanhavam e que sublinhadamente traduzimos para português.

1.ª NOTA. — «Luis de Vasconcellos e Sousa, conde de Castel-Melhor, esse personagem que representa um tão *extranho papel* na côrte de Turim, tinha sido o principal favorito do rei Affonso e sob seu nome governou em Portugal durante cinco ou seis annos. Malquistou-se com D. Pedro, irmão segundo do rei e com a rainha, que era uma franceza e irmã da duqueza de Saboia.

«*O infante pretendeu que Castel-Melhor o havia ameaçado de veneno;* o conde acusou D. Pedro e a rainha de quererem destronar dom Affonso e encheo o Paço e Lisboa de tropas dedicadas aos seus interesses. O infante alcançou a demissão de Castelmelhor; a rainha retirou-se para um convento e D. Pedro para as suas terras. O indolente Affonso, privado do apoio e da energia do seu ministro, foi promptamente deposto e deportado para a Terceira; o infante desposou sua cunhada e juntos reinaram longo tempo.

«Castelmelhor fugio, andando durante a noite e escondendo-se de dia; achou um asylo em Turim, junto da irmã de sua implacavel inimiga e, apezar das queixas da côrte de Portugal, gozou de grande

*

favor na côrte de Saboya. No decorrer dos tempos, Carlos II lhe deu um logar na sua côrte, junto da rainha d'Inglaterra; apezar disso suppoz-se que Castel-Melhor ia amiudadas vezes a Portugal, sua mulher, que residia sempre em Lisboa, tendo dado á luz varias vezes e sem ocultação.

«Os historiadores contemporaneos dizem que era bem parecido, d'um trato agradavel e de um espirito desembaraçado». (*Nota do editor*, pág. 125).

2.ª NOTA (como introducção ás cartas). — «A correspondencia de M. e M.me de Bachimont foi aprehendida em sua casa, quando foram presos em Lyão. M. du Gué fel-a transcrever e remeteu a copia a M. de la Reynie (Tenente general da Policia). Ver-se-ha adiante que Bachimont e seus cumplices eram suspeitos de terem envenenado o duque de Saboya e se o processo não dá a inteira e absoluta convicção do seu crime é porque Luiz XIV receiou sem duvida encontrar culpados mais altos e de que a politica o obrigava a poupar a reputação. Quanto a Castelmajor, era portuguez e eis o que dele diz M. de Guénégaud, embaixador de França em Portugal: Foucher, servidor do Cardeal d'Estrées, chegou a Portugal no mês de Agosto de 1677. A segunda parte da negociação devia consistir em procurar terminar qualquer altercação sobrevinda entre a Rainha e Madama de Saboya a respeito da licença de ir a Inglaterra, concedida por S. A. ao conde de Castelmajor, a rogo de S. M. britannica, varias vezes recusada a Madama de Saboya, o que lhe havia sido muito sensivel. A confissão que a rainha de Portugal me hayia feito no precedente mês de Julho do seu pezar respeitante a Madama sua irmã, parecia não me dar logar a suspeitar que M. Foucher me não falara muito sinceramente; mas, poucos dias depois, a rainha de Portugal me fez conhecer haver vindo unicamente para negociar o casamento do Sr. Principe de Conti com a filha da rainha de Portugal».

Seguem-se as cartas, em que o sublinhado é nosso.

1.ª CARTA

Le Comte de Castelmajor à Madame de Bachimont, à Turin, (sem data, provavelmente de 1675)

Je me donne l'honneur, Madame, de vous écrire ce billet particulier, qui sera commun entre M. le comte et vous, pour vous dire à tous les deux que *cette mort ne m'a pas fait perdre courage pour l'affaire que vous savez*; que, depuis, j'ai vu Madame Royale, qui m'a parlé avec mille bontés sur l'estime qu'elle savait que S. A. R. avait pour moi et m'a assuré que je n'y trouverais aucun changement à son égard, et m'a exhorté de lui témoigner et à son fils le même zèle que j'ai eu pour le père, et depuis m'a fait dire par un de ses principaux ministres qu'elle *continuait dans les mêmes sentiments qu'avait S. A. R. touchant les affaires qu'il m'avait confiées, et en particulier sur celle que vous savez*, en sorte que *je vais travailler à me congédier d'auprès d'elle avec ses ordres pour l'acheminer*, et j'espère même que *ce changement en pourra faciliter le succés*, parce que ceux à qui nous aurons affaire seront bien aises de se l'acquérir par quelque grâce de cette nature, qui ne coûte

rien(1) au commencement de son règne où *chacun fera ses cabales pour se la rendre favorable,* de sorte que *j'espère de vous aller joindre au plus tôt et de vous trouver encore à Lyon,* où nous résoudrons toutes choses, *ayant divers expédients à vous proposer* et vous assurant tous deux que *je vous servirai en cela comme en toute autre chose avec le dernier zèle et la dernière fidelité;* c'est ce que je prétends de vous prouver par des effets et non par des paroles.

2.ª CARTA (pág. 124)

Le Comte de Castelmajor au Comte de Bachimont, le 19 Août 1675

Monsieur, mardi 20e courrant, M. Caillières partira d'ici, lequel sera chargé de notre part d'un paquet dans lequel il y aura une *lettre très importante qui fera mention de Vanens, de son auteur et de la Roque; par précaution, de crainte que le porteur n'ait la curiosité de la voir et d'ouvrir le paquet, nous appelerons Vanens du non de la Coudraye, son auteur Blanchart, et La Roque Sainte-Croix. Ne faites méntion à personne que Caillières est à Paris. Ledit Caillières est aussi averti de dire aux gens de notre connaissance qu'il vous a parlé à Paris, c'est au cas d'aventure que le dit Vanens le rencontrât au dit Paris par inadvertance. Ledit Caillières ne sait ancune particularité de l'affaire de laquelle nous nous entretenons.* C'est pourquoi, Monsieur, vous n'aurez affaire en rien avec lui, non plus qu'avec Boudet et Lafontaine, desquels aussi de tout ceci il se faut cacher comme meurtre. Je fermerai la boite si adroitement qu'on ne la pourra ouvrir. Si le dit Caillières vous demande des nouvelles du dit Vanens, dites-lui qu'il est malade. Le dit Caillières partira donc le 20e par la diligence qui arrivera à Paris le 25. Si vous *prenez la peine de vous y trouver dès son arrivée,* il vous remettra la boite en main; sinon, il vous faudra aller chez Pierre Fremont, banquier, rue S. Martin, demander M. Caillières, c'est au bout de la rue aux Ours, et lui demander la boite que nous envoyons par lui sans autre remarque; il vous la mettra en main. *Ne l'ouvrez pas devant lui, ni chez vous, mais tirez-vous en particulier et observez bien de point en point tout ce que dira la lettre. C'est ici un coup de partie où il faut jouer de tête. Je ne doute pas de votre affection et de votre adresse; mandez-moi comment il travaille les caux; comment il travaille les oignons, s'il les pèle, s'il les hache, s'il les coupe par rouelles,* s'il les pile, ou s'il les met sécher; enfin, tout ce qu'il fait, il est important de savoir toutes les démarches petites et grandes. Donnez-moi une adresse hors de chez vous pour vous écrire *sans crainte,* et conservez-moi vos bonnes grâces. Adieu.

---

(1) «Il s'agit sans doute d'un titre de duché que l'on avait fait entrevoir à Bachimont, comme la récompence honorifique de sa participation dans l'empoisonnement du duc de Savoie.

3.ª CARTA (pág. 125)

Le Comte de Castelmelhor au Comte de Bachimont, à Turin, le 23 Août 1675

Monsieur, *vous m'auriez fait un grand tort de me traiter de la manière que vous faites, car je vous assure qu'il n'y a personne au monde de qui les intérets me soient plus chers. Commandez* donc, Monsieur, *tout ce que vous voulez, je vous obéirai en tout.* Je suis assuré que vous êtes incapable d'exiger de moi autre chose, sinon ce que vous devez attendre du *plus fidèle de tous vos serviteurs, tel suis-je et seri toute ma vie. J'ai reçu votre lettre du 29.* Il me déplait bien de l'occasion qu'on vous a donnée de déplaisir, je suis néammoins bien aise que vous ayez découvert l'affaire, parce que vous y donnerez tel ordre qu'il convient. L'auteur de telle négociation mérite bien d'être blâmé; on trouve toujour de semblables correspondances. *Je vous envoie ici-dedans un petit billet de la main de la personne que vous savez;* je n'aurais pas osè l'envoyer sinon à une personne telle que je vous connais. J'ai une grâce à vous supplier, qui est d'abord que vous aurez fait ce que vous voulez faire, de la déchirer, car *elle ne marque que le commencement d'une oeuvre sur le vitriol* qui ne me sert de rien. Jugeant que par cette voie vous pouvez venir en connaissance de la vérité, je n'ai point voulu chercher personne pour envoyer l'exprès que vous me commandez; *c'est à vous donc, Monsieur, à commander ce qu'il nous plaira, j'obéirai ponctuellement en tout.* Je n'ai jamais douté de votre *generosité et bonté envers moi,* dès l'instante que j'ai eu l'honneur de vous entendre. Il me déplait d'être si incapable que je ne puisse point vous rendre aucun service. Je remercie *très humblement* Madame la Comtesse de la mémoire qu'elle tient de son très humble serviteur. Je la conjure de me la conserver et *d'avoir pitié de moi qui passe mes jours fort mélancoliquement.* M. de Caillières aura, avec sa belle conversation, soulagé le travail de votre voyage. Il est certain qu'il a la force de faire oublier tout autre chose quand on est avec lui. Je vous prie, Monsieur et madame la Comtesse, de faire en sorte qu'il me conserve un peu de son estime, comme aussi je le prierai de faire le même auprès de vous à mon avantage. Je vous assure, Monsieur, de nouveau que *la passion que j'ai pour votre service est la plus grands que je puisse avoir,* et vous prie de me permetre de me dire, etc., etc.

4.ª CARTA (pág. 155)

Le Comte de Castelmelhor au Comte de Bachimont, à Lyon, le 14 Novembro 1675

Monsieur, j'ai bien cru vous trouver ici au *passage que j'ai fait pour m'en aller à Paris et en Angleterre,* où je ne croyais point d'aller de sitôt, mais *inopinément j'ai été obligé de faire le voyage,* mes affaires m'appelant de ce côté-là. Or, puisque ma fortune ne m'a point voulu accorder cette grâce, *de pouvoir vous assurer de mes respects de vive voix* et madame la comtesse, je ne veux point manquer de le faire par ces derniers mots, *les laissant ici* afin qu'on vous les rende ou qu'on vous

les envoie, selon qu'on pourra. Je vous avoue, Monsieur, que *j'ai été bien surpris en Piémont, quand j'ai entendu que vous étiez de ce côté-là et que je n'avais point merité d'être averti par vous de votre voyage*, et de votre assistance. Néammoins, je me suis consolé avec la seula consideration qu'é tant une résolution prise par vous même, il ne pouvait point qu'elle ne fut la meilleure pour vos affaires. *Si j'ai l'honneur de vous voir quelque jour*, je ne manquerai point de vous dire *les differents bruits qu'on a fait courir à Turin*. Enfin, Monsieur, *pour le secret, je l'aurais tenu*, et pour vous servir il n'y a personne qui l'eut fait et qui le fasse *en toutes rencontres qu'il vous plaira commander que moi, je vous assure cela.*

5.ª CARTA

Le Comte de Castelmelhor au Comte de Bachimont, à Turin, le 22e Février 1676

Bien qu'il *ne vous ait point plu de répondre à la lettre* que j'ai eu l'honneur de vous écrire depuis mon arrivée en cette cour, je ne veux pourtant point laisser de vous assurer de mes respects et vous prier d'assurer madame de même. *Je vous croirais déjà à Paris, si je n'eusse point reçu des lettres du même lieu qui m'assurent qu'on ne sait point de vos nouvelles;* enfin c'est à vous a *prendre vos mesures*. On m'écrit de Venise que *deux de ces bouteilles d'eau de cette herbe sont arrivées* (1); je vous donne avis de cela, afin que vous en disposiez comme il vous plaira; *si vous voulez que je vous les envoie,* je les ferai venir et vous les enverrai fort fidèlement, la dépense n'en sera pas grande. Je voudrais bien avoir l'occasion de la faire en quelque chose de votre service. Madame de Saint-Ange me demanda l'autre jour de nouvelles de Madame; je lui ai dit que je l'avais vue à Lyon et qu'elle m'avait chargé de lui faire cent mille compliments. Elle reçut ces compliments assez agréablement. Voilá ce que j'ai à vous dire pour le présent, *et encore que je ne puisse pas nier à des personnes qui vous ont vu ici et ont pratiqué avec vous dans cette ville, que vous l'avez été, ç'a été à M. des Fargis que je me suis déclaré, ayant entendu lui comme il vous avait vu* où et en quel lieu. Voilá tout ce que je sais.

Ces copies sont textuelles. Bien des tournures de phrase sont obscures, soit que Castelmelhor s'entendait à demi-mo avec son correspondent, soit qu'il n'eût pas assez l'usage du français pour écrire avec la clarté voulue.—Archives de la Bastilles. Tome VI, pág. 111 (2).

---

(1) «Suivant toute apparence, ces bouteilles renfermaient du poison préparé par les complices de Bachimont.»

(2) «A propos d'une lettre de M. de Saint-Colombe au Comte de Bachimont lettre très compromettants où il est question de Vanens.

Les empoisonneurs se servaient du prétexte de l'alchimie pour dissimuler les distillations des matieres venéneuses; ils y trouvaient un triple avantage; la police les laissait au repos les regardant comme des fous sans conséquence; aux dupes ils extorquaient de l'argent en leur promettant la pierre philosophale; aux gens moins crédules ils vendaient des poisons, dont l'effet était toujours inffaillible et qu'ils faisaient payer fort cher» (*Note de l'éditeur*).

V

Examinemos esta estranha correspondência. Tomadas as cartas à Condessa e ao Conde de Bachimont no seu conjunto, vê-se que a correspondência começa em Turim, pouco depois da suspeita morte do Duque de Saboia, é interrompida entre a 3.ª e 4.ª carta pela partida de Castel-Melhor para França, sendo a penúltima carta escrita de Lyão, e seguindo-se uma última novamente de Turim no regresso do Conde a Saboia. Partira para França em Outubro de 1675 e regressara a 28 de Dezembro, como vimos já.

No conjunto das cartas há manifestamente subintendidos e dizeres misteriosos, alusões à morte do duque e referências a práticas de laboratórios, o que tudo seguidamente será em especial analizado, mas avulta logo com surprêsa o encontro de certos nomes já nossos conhecidos e de outros também suspeitos, que se mostram assim intimamente correlacionáveis com os dos dois correspondentes.

Duas designações chamam logo a atenção: a dos nossos já conhecidos *Vanens* e o seu «autor», quer dizer Chasteuil (*Brentano,* pág. 108). Mas outros nomes também são dignos de menção. *Lafontaine* é um nome que figura entre os indiciados da Câmara Ardente (Iung, pág. 308). *La Coudraye,* nome proposto para disfarce do de Vanens, é o do *maître de hotel* e cumplice do cavaleiro de Rohan, supliciado como conspirador (Iung, pág. 297). *Sainte-Croix,* nome proposto para dissimular o de La Roque, é o do conhecido amante da célebre envenenadora Marquesa de Brinvilliers.

Não pudémos chegar a apurar quem sejam La Roque, Boudet, nem sobretudo Caillières, de que também muito se fala.

Estará o nome mal escrito ou mal transcrito e será antes o de um aventureiro, chamado Carrières, que em 1672 vemos nas imediações de Turim (Iung, pág. 207).

No conteúdo geral das cartas outra cousa surpreende também: o humílimo rebaixamento de submissos protestos, desculpas e explicações, numa subalternidade que mal se explica nesse tão alto senhor, que Luís XIV, tratava por primo. Dependência, cumplicidade, simples abatimento moral de náufrago. Não se vê nessa correspondência nem um antigo e nobre *escrivão da puridade*, nem um Pombal.

Que explicação há para esta tão estranha atitude?

Mas vamos ao exame particular de cada epístola.

1.ª CARTA

É escrita, pouco depois da morte do Duque de Saboia, (12 de Junho), pois diz *esta morte* e precede uma de 19 de Agôsto.

Acrescenta: *não me fez perder coragem,* e isto indica que essa morte não estava dentro das suas imediatas conveniências ou previsão de conveniências.

A carta é dirigida à esposa de Bachimont e não a êste, embora para ambos, como resulta também do seu contexto.

Tem em vista assegurar-lhes que a morte não fez perder coragem *para o negócio que sabeis*, o que confirma que sobreveio imprevistamente.

¿Mas que negócio era êsse?

¿Alguma misteriosa cousa de política ou de simples alquimia?

Não se sabe.

¿Mas porque escreve Castel-Melhor à esposa e não ao marido?

Presumìvelmente por ignorar onde êle esteja.

¿E Madame de Bachimont, onde está?

Pelo que adiante se lê, em Lyão.

A referência, porém, à morte do duque e *ao negócio que vós sabeis,* e sobre o qual a duqueza *continua nos mesmos sentimentos* parece excluir que Castel-Melhor apreenda sequer qualquer suspeita sôbre a natureza da morte do duque e sobretudo com responsabilidade de Bachimont.

Assegura o conde bem explìcitamente que a duqueza lhe mantém os mesmos sentimentos de estima, que lhe pede para seu filho a mesma dedicação que tinha ao pai, e que lhe mantém a mesma confiança do duque *respeitante aos negócios que lhe tinha confiado* e *particularmente aquele que ele Bachimont sabe.*

Nenhuma suspeita, portanto, tampouco sôbre a duqueza e, por todas as razões, inocência completa de Castel-Melhor.

Anuncia êste depois que vai tratar de partir (o que efectivamente fez) para *encaminhar* o negócio, talvez mesmo *facilitado* por essa *mudança* (aquela trazida pela morte do duque). ¿Alguém teria contribuído para essa forma de facilitação?

E acrescenta: *porque aqueles com quem teremos de tratar estimarão bem adquiril-a* (a protecção da duqueza) *por qualquer mercê que nada custa.*

¿Quem são êsses?

O comentador dos *Archivos da Bastilha* lê aqui uma alusão à promessa de um ducado(!) a Bachimont, como recompensa pela sua participação no envenenamento do duque, mas êsse sentido nada o deixa supor, pois Castel-Melhor parece estar, sem disfarce, fora de qualquer suposição criminosa. Castel-Melhor prosseguindo diz que para êsse efeito *cada qual fará as suas cabalas para a* (a duqueza) *tornar favoravel*. E aqui, na palavra *cabala*, própria das práticas da magia e artes correlativas, aparece talvez o fundo ingènuamente estravagante do embróglio, em que se acha involvido Castel-Melhor, que o poude ter inocentemente levado a associar-se ao suspeito *bando* e a ter-se tornado, êle próprio, igualmente suspeito.

Adiante declara êle esperar encontrá-los *ainda em Lyão* — o que significa que é para aqui que lhes escreve, e que sabe que êles têm de sair de Lyão (naturalmente para Paris, para onde depois lhe escreve 3.ª carta).

Anuncia depois que tem *vários expedientes a propôr* e isto junto à declaração do negócio que a ambos interessava, mostra que o objecto que os associara não era a morte do Duque de Saboia, mas cousa que subsistia após ela... mas que todavia, esta parece que facilitava.

Conclue, finalmente, com a mais expressiva e quási subserviente promessa de *nisso*, como *em tudo*, o servir (a Bachimont) *com o maior zelo e fidelidade*. Estranha e chocante subalternização, sem dúvida, de um antigo escrivão da puridade do Rei de Portugal, perante um aventureiro! ¿Efeito de cumplicidade criminosa? ¿De importante associação de outros interesses no falado *negocio*, de que conjuntamente tratavam?

Queremos inclinarmo-nos à segunda hipótese.

¿Mas que negócio?

Negócio importante, relacionado com êsse pessoal, só logro suspeita-lo no descobrimento da pedra filosofal, em suas aplicações à criação de prata e de ouro... e de moeda, o que para os próprios duques de Saboia seria interessante e não de maior escrupulo.

2.ª CARTA

É ainda de Turim e dirigida para Bachimont, que, já sabidamente, está em Paris.

Anuncia a partida (de Turim) de um indivíduo (que se vê ser de boa sociedade, o já citado Caillières, o qual é portador para Paris de um *pacote*, contendo *uma carta muito importante, mencionando Vanens, o seu autor e La Roque.*

Por precaução, acrescenta, *receiando que o portador tenha a curiosidade de ver ou abrir o pacote, chamaremos a Vanens la Coudraye, ao seu autor Blanchard e a La Roque, Sainte Croix.*

¿Para quê tanto segrêdo e o que continha o pacote?

Não se sabe.

¿Tratava-se de cousa maiormente criminosa, ou de simples interêsse venal?

Não se sabe, mas prevalece naturalmente ainda a 2.ª hipótese.

A ninguém se quere que Bachimont diga que Caillières está em Paris, parecendo assim que a sua viagem, com conhecimento seu, ou sem êle, tem qualquer misteriosa importância, ainda que *não sabe nenhuma particularidade do negócio de que nos ocupamos.*

¿¡Caillières não dirá tampouco às pessoas conhecidas que falou a Bachimont em Paris, isto para o caso de encontrar Vanens, de quem parece querer ocultar-se a presença de Bachimont em Paris?!

¡Nada tem Bachimont que tratar com Caillières, como tampouco com Boudet e Lafontaine, do qual o caso deve ser escondido *como morte de homem!*

E se Caillières lhe perguntar por Vanens, Bachimont dirá *que está doente.*

Tudo isto é incompreensível, mas vê-se que se trata de cousas, quaisquer que elas sejam, que se pretendem praticar a ocultas.

Quanto à carta (contida no pacote), a Bachimont se recomenda que a abra *só para si,* observando *ponto por ponto* o que diz a carta, acrescentando-se que é um ponto melindroso em que é necessário pôr sentido. ¿Confia-se isso da *afeição?* e da *habilidade* de Bachimont.

¿O que pode conter a caixa, que demanda tantas precauções? ¿Líquidos, porventura corrosivos (por exemplo, vitríolo, de que se fala na carta) que se poderiam derramar?

¡Mistério ainda!

O Conde pede depois que Bachimont lhe diga como *ele* (¿quem?) *trabalha as águas e as cebolas.*

Não se sabe, nem de quem, nem de quê se trata, mas se

é só de cebolas e esta palavra não oculta outra cousa mais especial, o caso não parece grave e não passa talvez de alguma preparação suspeitamente maravilhosa para qualquer efeito medicamentoso, pois os alquimistas não preparavam só venenos, mas também panacêas.

Mas o conde remata pedindo a Bachimont uma *adresse* para lhe escrever *sem receio.*

¿Sem receio de quê?

¿De que surpreendam segrêdos de ordem criminal ou de simples interêsse?

Perante tantas precauções e com tais companheiros, as suspeitas da polícia de Paris, sôbre Castel-Melhor, ao instaurar em 1679 o processo Vanens, Chasteuil, Bachimont, explica-se.

3.ª CARTA

Vê-se que Bachimont numa carta *(de 24 de Junho)* maltratou o conde. Êste não reage. Humilha-se, suplica, e faz os mais rasteiros protestos de obediência *em tudo* e pede-lhe que *ordene.*

¿O que poderia ter motivado tão violento tratamento?

Pode aventar-se que seria qualquer procedimento de Castel-Melhor que involuntàriamente tivesse desagradado, e porventura comprometido Bachimont, alguma *gafe* na linguagem moderna, mas *não* se pode ir mais longe.

O que, todavia surpreende sempre é a humildade, quási apavorada, de que o *grand Seigneur* Castel-Melhor faz prova, diante de um tão equívoco personagem. Mas, posto isto e *voltando ao misterio,* o Conde anuncia a remessa de um bilhetinho *de pessoa que ele (Bachimont) sabe* e que se refere ao comêço de um trabalho *sobre o vitriolo.* Depois de ter feito *o que Bachimont quer* (¿o que será?) rasgá-lo há. Por essa via poderá vir *ao conhecimento da verdade.*

Tudo isto é menos que pouco compreensível, mas se só de experiências sôbre o vitríolo se tratasse, não seria o caso certamente de maior conseqüência.

4.ª CARTA

Castel-Melhor deixára Turim, *imprevistamente obrigado.*

¿Porquê?

Não está esclarecido, mas parece que tinha incumbências políticas para França e Inglaterra da duqueza.

Regressando a Turim, em vista das ordens recebidas em Paris do embaixador de Portugal para que se retirasse, ao passar em Lyão procurou ver os Bachimonts, mas lá os não encontrou. ¿Onde estariam?

Em Paris parece que não, aliás é provável que Castel-Melhor ali os tivesse visto. Nem do seu paradeiro soube, aliás não os procurava em Lyão. ¿Estariam no Piemonte, como adiante se deixa entender, não tendo avisado Castel-Melhor?

Disto se queixa o Conde, e êste facto é de natureza a excluir a idea de um inteiro entendimento de propósitos e interêsses entre ambos e parece revelar menos consideração da parte de Bachimont para com o Conde, do que aquela que temos visto que havia por parte dêste.

O facto de Castel-Melhor escrever: *se tiver a honra de ainda o ver algum dia,* denota também o reconhecimento de uma desligação, que agora parecia nascer.

Mas para a hipótese de se tornarem a ver anuncia-lhe que lhe dirá então *vários boatos que se fizeram correr em Turim.*

¿Que boatos?

O do envenenamento do duque provàvelmente, o da participação de Bachimont possìvelmente.

Mas estes dizeres, mormente na sua fórma singela e despreocupada, novamente excluem toda a idea do Conde ter qualquer cumplicidade no envenenamento do Duque de Saboia, se envenenamento houve.

¿Mas o que é o *segrêdo* que Castel-Melhor diz que *teria* guardado?

Parece ser apenas o da estada (porventura comprometedora) de Bachimont no Piemonte, segrêdo aliás que o tinha sido também para êle.

Seguem-se os costumados protestos de dedicação e obediência, que mostram, senão dependência pròpriamente dita, o influxo de uma superioridade de inteligência ou de acção sôbre uma natureza mediocre ou abatida, como parece ser, a do Conde no exílio.

5.ª E ULTIMA CARTA

Castel-Melhor está já há muito em Turim e queixa-se da falta de resposta de Bachimont à sua carta, o que continúa a deixar entender pouca consideração ou confiança dêste naquêle.

Julgava-o já em Paris, mas lá não há notícias suas. Dêste dizer o que se conclue é que Castel-Melhor conservara contacto com pessoas de relações comuns com Bachimont.

¿Quem?

Passa depois a anunciar que de Venesa o informam que *duas dessas garrafas de água dessa herva chegaram.*

¿Que garrafas, que águas, que hervas?

¿É das águas e das cebolas, a que se refere a 3.ª carta? ¿É linguagem subentendida?

Em qualquer caso, não parece que se trate de venenos, visto o desembaraço com que se fala e o oferecimento que se faz de os remeter, como cousa que não oferece maior dificuldade, pois a referência feita às despesas da remessa, deixa entender que se recorreria aos meios de transporte comuns a qualquer banal objecto.

Bastante desconexamente volta depois a aludir à secreta presença de Bachimont no Piemonte. Não foi indiscreto, pois várias pessoas o tinham visto, e ainda assim só nisso falou a M. de Fargis (¿quem é?) por êle lhe ter dito que também o tinha visto.

* * *

¿De todo o exposto o que se pode concluir?

A meu ver o seguinte:

1.º As cartas não devem ser apocrifas, pois nenhum interêsse havia, sem razão, as atribuir a Castel-Melhor. Nada em absoluto racionalmente se opõe a essa atribuição, e a 4.ª carta, de Lyão, com data de 14 de Novembro de 1675, e a 5.ª de Turim, com data de 22 de Fevereiro, e que registam a partida de Castel-Melhor para Paris, em projecto de ir até Londres, bem como o forçado regresso para Saboia, ajeitam-se perfeitamente à conhecida viagem, constante de outras fontes.

2.º Castel-Melhor esteve relacionado com figuras do bando

de envenenadores de Iung, dos quási simples alquimistas de Brentano.

3.º Interessavam-no talvez, como era vulgar a êsse tempo, as práticas da magia e da alquimia, mas não se demonstra que nelas entrasse com fim pròpriamente criminoso.

4.º Poderia ter estado involvido inconscientemente em qualquer trama, pois tudo deixa parecer que era um espírito fraco ou enfraquecido. A sua estranha humildade perante Bachimont dessa maneira se explicaria, que não por uma cumplicidade formal, que o puzesse à sua mercê.

5.º Se o Duque de Saboia morreu envenenado, Castel-Melhor, *pelo menos conscientemente,* para isso em nada concorreu.

6.º As suspeitas, contra êle havidas, nascem apenas da apreensão das cartas em 1679, e essas cartas, a-pezar-de todos os seus mistérios e subentendidos e de mostrarem as equívocas relações de Castel-Melhor, bem analizadas antes o ilibam no capítulo envenenamento do Duque de Saboia.

7.º Na correspondência, lê-se um interêsse comum e secreto entre Bachimont e Castel-Melhor, de importância e de conseqüência, que motivam todas as precauções e recursos observados, interêsse êsse relacionado com práticas de laboratório.

¿Trata-se de venenos, de panacêas, de filtros mágicos, de transmutação de metais, designadamente com aplicação ao fabrico de moeda falsa (especialidade de Vanens)?

Só a primeira e última hipótese (esta mais) justificariam todo o sistema de mistério de uma correspondência contendo expressões de cumplicidade no que quer que seja.

¿Novos inventos de venenos, para quê, pois existiam naturalmente os mais que suficientes?

Pedra filosofal, connexa com *moeda falsa,* tinha maior atractivo e é mais plausível. E nisso podia bem ter entrado a côrte de Saboia e ser êsse o tal negocio.

¿Foi isto?

¿Seria esse o *affaire que vous savez*, e que logo aparece na primeire carta?

¿Não é esta hipótese corroborada pelo papel especial que nêle desempenha Vanens, que vimos já ter fabricado moeda falsa, embora apenas de prata?

¿Na alusão a *cebolas*, cortadas às *rodelas*, estas não representarão alegóricamente as rodelas metálicas da moeda?

Tudo pode ser, mas nada está provado.

Em todo o caso, entre trabalhar em venenos e havêl-os propinado ao Duque de Saboia, e procurar a pedra filosofal, para com ela obter ouro, ou prata, e com verdadeiro ouro, ou verdadeira prata, ou *simibes* assim obtidos pretender cunhar moeda, vai certamente num abismo.

A tudo isto acrescentaremos o seguinte, que respeita ao caso da morte do Duque de Saboia.

A Duquesa de Saboia continuou a honrar o Conde de Castel-Melhor com a sua estima, confiando-lhe comissões políticas em França e em Inglaterra, o que, na hipótese do envenenamento, só seria explicável sendo a duquesa participante no caso, o que não está demonstrado, e não sei se suspeitado.

Chasteuil perseguido em França, como suspeito, no processo estabelecido em França em 1679, em relação ao suposto envenenamento do Duque de Saboia é aqui em Pierre-en-Cise que se refugia, como lugar mais seguro, embora um ano depois aí seja envenenado, segundo se diz — *por ordem*.

¿Por ordem de quem? ¿Da Duquesa? Isso, sim abriria a respeito desta alguma suspeita, mas que não involveria necessàriamente Castel-Melhor.

É certo, que o Infante D. Pedro em 1666 acusava o valido de o ter querido envenenar, mas, exilado o Conde, nem mais nisso falou.

Por sua parte, Castel-Melhor também acusara o Infante de o ter querido envenenar.

Tudo boatos, intrigas, mexericos, de que por cá ficou, embora em geral mais anodinamente, a semente política, ainda hoje visível.

Pode acrecentar-se, e não é o menor dos argumentos, abrangendo qualquer outra acusação, que tendo Castel-Melhor em Portugal tantos inimigos, se alguma sombra de ruim procedimento no estrangeiro dêle houvesse, bem a claro se teria posto.

Ora do que as cartas, que hoje publicamos, poderiam deixar suspeitar, que nos conste, nunca em Portugal houve o menor éco.

É certo que por êsses tempos, o critério das cousas era diverso. Designadamente no que nas altas esféras se chama *honra*, o modo de ver era bastante especial. Iung a propósito de Lauzun, o definiu em poucas, mas fotográficas palavras:

«No anno de graça de 1673 a palavra honra tinha um significado bem differente d'aquella que hoje se lhe atribue. Assim é que viver do dinheiro e do credito das amantes,

trapacear ao jogo, mesmo ao do Rei, matar e roubar o proximo, violar as donzellas, maltratar o víllão, por todas as formas imaginaveis, embebedar-se diariamente, não pagar as dividas, eram apenas minimos peccaditos para os snrs. portadores de espada».

Pode e deve defender-se Castel-Melhor da suspeita de participação em crimes e designadamente no do suposto envenenamento do Duque de Saboia, mas, no melhor dos casos, as suas relações com os bandos a que o vemos ligado, não o engrandecem no exílio.

No fastígio do poder, a que se elevou por um simples *golpe palaciano,* e de que por análogo golpe a justiça imanente o derrubou, não foi um *grande homem,* como dois séculos depois se quiz descobrir, pela mania patriótica de multiplicar heroicidades nacionais.

No exílio tampouco o foi como se tem visto. Igualmente apagado ficou no regresso, tendo vivido até 1720 em que faleceu com 84 anos, sem dar maior sinal de si. Fidalgo distinto, de boa apresentação e ambicioso, sim. Alta inteligência, e carácter, como António de Sousa de Macedo, seu companheiro de govêrno não. Sob tal aspecto, apesar do seu acidental papel histórico, parece-nos longe de ultrapassar a mediania. Não pode, nos parece, e isto fóra de todo o sentido iconoclástico, ficar na História à altura da situação, que a si próprio a sua ambição talhara à sombra de um desgraçado rei, mal gerado e mal educado, que não merecia nem o trono, nem a mulher, mas que certamente merecia mais caridade e dignidade naqueles que de ambas as cousas o privaram, na forma porque procederam.

Cousas dos tempos idos, bem sabemos.

Mas, em qualquer caso, como vulto histórico, Luís de Vasconcelos e Sousa, a-pesar-de todas as atrocidades pombalinas, não pode ficar em paralelo, mesmo distante, com Sebastião José de Carvalho.

Não se concebe êste a mixorofar, criminosa ou não criminosamente, subalterna e humilhantemente com os equívocos sujeitos a que vimos mais ou menos associado o nobre hóspede dos duques de Saboia.

Pombal com todos os seus defeitos, mesmo com o seu quebranto final, fica de bronze. Castel-Melhor, não. Aquele é a História. Êste é apenas um recanto palaciano e anedótico da mesma História. Pombal é o Ministro imponente; Castel-Melhor é sobretudo o valido astucioso, que um golpe elevou, que um sôpro desfez.

A guerra da restauração, quem sobretudo a venceu, sem menosprezo do valor dos chefes e soldados portugueses, foi Schomberg, que foi mais embaraçado, do que ajudado.

Sôbre Castel-Melhor, o que mais simpatia derrama é a leal e preseverante fraterna dedicação de Simão de Vasconcelos, que na sua modestia, generosidade e clareza de espírito nos dá a impressão de moral e intelectualmente superior a seu irmão primogénito.

EDUARDO BURNAY.

(1) Não tem maiores pretensões esta pequena notícia, feita em curtos e entrecortados ocios e sem possibilidade de lhe dar maior profundeza erudita.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 11, pag. 526)

A sua espêssa e abobadada côma, a frescura do seu verde tão alegre e viçoso, o ramalhar da sua larga folhagem semelhante ao brando e amortecido sussurro de onda que se espraiasse, todos os variados contrastes que ali se notam, dão à paisagem de Marvão e arredores um cunho de inconfundível e deslumbrante pitoresco. Mousinho da Silveira, o glorioso estadista que em Marvão começara a sua carreira de magistrado desempenhando o cargo de Juiz de Fôra, não hesitou em a comparar a outras que observara nas terras que percorreu durante a sua forçada emigração pelo estrangeiro, cognominando a paisagem de Marvão *a melhor do mundo* (1).

Infelizmente para o concelho êstes belos e frondosos soutos, uma das suas mais importantes fontes de riqueza, tendem a desaparecer, como também se perderam as muitas vinhas que, segundo reza a tradição, enchiam outrora as suas encostas. Uma doença, ao que parece ainda desconhecida e que se julga ser de origem criptogâmica, caminha com uma rapidez assustadora, trazendo graves perturbações à economia do concelho. O mal denuncia-se na árvore pelo amarelecer das suas fôlhas, começando, em seguida, a secar as hastes mais tenras. Por debaixo da casca, na extensão perpendicular de uns 30 a 50 centímetros, aparece, pouco depois, uma camada de bolor de 2 centímetros, mais ou menos viscosa, de côr acizentada, exalando um cheiro nauseabundo de putrefacção.

Já em 1887 o jornal *Districto de Portalegre*, nos seus

---

(1) Vid. obra do autor *Mousinho da Silveira*, pág. 153. Vol. VI da *Biblioteca dos grandes Vultos Portugueses*.

números 151-156 e em artigos do Sr. Ribeiro de Carvalho, a doença que vai dizimando os belos soutos da região era estudada e apontada como uma grande perda para os arvoredos de castanho de Marvão e dos seus arredores.

A não vir, de pronto, algum remédio dos poderes públicos e das estações que superintendem sôbre a riqueza silvicola do país, em breve Marvão se verá privado do resto dos seus soutos, dos frutos destas belas árvores, da frescura amena das suas sombras, da velha tradição dos seus *magustos* assados por entre o crepitar e o estalido da lenha verde na confortável lareira alentejana, ouvindo o voltear sonoro e o ruidoso estalar das castanhas no caldeirão de barro comprado nos mercados das sextas feiras em Castelo de Vide aos louceiros da histórica e vizinha povoação de *Flor da Rosa* (1).

¡Que enormes vantagens não adviriam para a economia da região se as tentativas dos agrónomos que têm estudado a marcha da doença podessem salvar os belos soutos do concelho! Além do grande serviço que isso representaria para evitar os males presentes estimular-se-iam os proprietários a fazer novas plantações nas encostas ainda baldias e incultas, cobertas de joina, tojo e sargaço, e nem sempre aptas para a cultura de olivais (2).

Nos soutos bravos ou castinçais é costume fazer-se o *desbaste* no fim de 3 ou 4 anos para o limpar das varas que crescem em volta das hastes mais fortes, de forma que estas se vigorizem e se desenvolvam com mais seiva. As varas provenientes dêstes desbastes são utilizadas para a indústria das canastras que, desde velha data, existe no concelho, sobretudo na aldeia da Escuza. O corte principal dos castinçais costuma fazer-se entre os 10 e os 12 anos e as peças extraídas são classificadas da maneira seguinte: *páus de*

---

(1) Sôbre magustos em Trás-os-Montes, província onde encontramos trechos de paisagem semelhantes a Marvão, é interessante o artigo do erudito professor Dr. Leite de Vasconcelos, publicado na *Revista Lusitana*, vol. 3.º, pág. 218 e segs.

(2) Não é novo o alvitre e já o vimos eruditamente justificado na *Memoria acerca da cultura e utilidade dos castanheiros na comarca de Portalege*, por Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, publicada nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, vol. II, pág. 295.

Sôbre a origem do castanheiro, ao que parece de proveniência asiática, é também interessante a notícia, publicada nesta conceituada revista *Instituto de Coimbra*, vol. 7.º, pág. 58. Ali se diz que em 1581 ainda esta árvore constituia na Europa uma raridade botânica.

S. João, aguieiros, de refugo, virão, de falca, que se vendem aos milheiros para as vinhas, e as *ripas* que se vendem aos feixes de cinco duzias.

*
* *

Outras árvores de fruto abundam também em todo o conceiho, sendo especialmente para notar, como zona principal da arborização frutífera, o vale que, desde a vila de Castelo de Vide, se estende pela Amieira, Vale de Rodão, Abenaia e as veigas feracissimas do prado e ribeira de Marvão. É, na verdade, uma faxa rica e abençoada que de tudo produz um pouco: melão, melancia, pêcegos, alpérces, morangos, amoras, figos, maçãs, pêras, marmelos, abrunhos, cerejas, ginjas, figos, romãs, uvas, nozes, avelãs, laranjas, se bem que estas em menor quantidade.

De todos estes frutos, que chegam a vender-se nos mercados de Niza, Portalegre, Estremoz e Évora, sobressai, como saborosa e apreciada especialidade, a afamada *pêra garrida* de Marvão, de forma um pouco comprida, côr amarelada, extremamente sumarenta e de gôsto um tanto ácido. Além destas qualidades produzem-se ainda outras, como a *pêra de bispo, de bexiga, carvalhal, galega*, etc., sendo porém, a melhor de todas a afamada *pêra garrida,* que se dá, especialmente, na privilegiada região do Vale de Rodão, Abenaia e Abegôa, fertilíssima em pomares, bela nos cantos amenos e pitorescos da sua formosa paisagem e copada arborização.

A vertente norte do monte onde se ergue a velha fortaleza parece ter sido povoada antigamente de muitas vinhas, segundo as referências que a elas fazia em 1758 o prior da igreja matriz nas já citadas informações manuscritas que se guardam no Arquivo Nacional. A maior parte, senão todas essas vinhas, secaram e estão hoje substituídas por castinçais e hortas, restando apenas, aqui e ali, uma ou outra vinha já renovada.

Nas informações remetidas no ano de 1865 pelo administrador do concelho de Marvão, o Dr. Leandro Pinto Frausto, em resposta a um inquérito sôbre as diferentes castas de uva do país, davam-se como existentes no concelho as seguintes: *Folgasão, Trincadeira, Arintho* e *Aragonez*.

No catálogo das castas cultivadas nos postos ampelográficos nos anos de 1897 a 1899, publicado no *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, ano 7.º, n.º 5, figura Marvão

já com um maior número de castas, tais como: *Alva, Aragonez, Arintho, Assario, Dourada, Folgasão, Formosa, Godelho, Mureto, Muscatel grosso, Mourisco branco, Rabo de Ovelha, Tinta galega* e *Trincadeira*.

Hervas medicinais. — Nas informações prestadas pelos párocos em 1758 e em vários livros do Arquivo da Câmara Municipal encontrámos a curiosa notícia de costumarem ir todos os anos a Marvão, em passados tempos, os mais afamados *Hervadarios* da côrte em procura de plantas de aplicação medicinal, que abundavam, ao que parece, no castelo e nos campos do concelho. Destas hervas, cujas qualidades medicinais o povo aproveita para as suas *mésinhas* e são exploradas ainda hoje pelos *soldadores* (1), faziam os referidos *hervadarios* largos provimentos das seguintes: *Bardana, Eufraria, Solda, Celidonia, Malvas, Violetas, Salva, Gilbarbeira, Pionia, Arruda, Sabugo, Legacão, Herva moura, Rosmaninho, Tramagoeira, Tanchagem, Avenca, Barbailo, Ouregão, Urtigas, Alfavaca de cobra, Memendro, Hera, Herva molarinha, Norça, Betonila, Sarro, Salsa, Aipo, Herva de S. João, Agriões,* e muitas outras.

Olivais. — Uma das culturas que maior desenvolvimento tem assumido nos últimos anos é a das oliveiras. São inúmeros os olivais novos em toda a área do concelho, plantação estimulada não só pelos altos preços do azeite, como também pela necessidade de substituir os soutos, dizimados pela doença a que já nos referimos. Para se aquilatar o aumento que a produção do azeite tem tido ùltimamente bastará notar-se que em 1758 apenas existiam no termo dois lagares, número que então se julgava mais do que suficiente para o fabrico da azeitona que se colhia. Actualmente contam-se já no concelho oito lagares, alguns dos quais com uma faina já muito intensa e demorada pela grande afluência de fruto: Um no sítio dos *Olhos de Água,* com prensa hidraulica; um na aldeia do *Porto da Espada,* com duas prensas manuais; outro no *Jardim,* com uma prensa manual; um na *Fonte do Souto,* com prensa também manual; um no *Arieiro;* outro no *Cabril.* Alguns dêstes lagares são movidos por um boi, e noutros, não obstante terem prensa manual, ainda existe o velho sistêma das varas. Os que possuem mais aperfei-

(1) Curandeiros.

çoado mecanismo e têm, por isso, labor mais intenso, são: o dos *Olhos de Água*, e o do *Porto da Espada*, do Sr. Marcelino Baptista Mouro. Este último lagar é o único que vimos indicado no concelho no mapa dos lagares aperfeiçoados no país organisado no ano de 1907.

Os azeites desta região, especialmente os fabricados na vila próxima de Castelo Vide, citam-se hoje como os mais apreciados e preferidos no mercado pelas suas finíssimas qualidades de gôsto e fluïdez. Entre as onze variedades de oliveira que o distinto agrónomo Cincinato da Costa estudou no país predomina, nesta região, a que é conhecida pelo nome de *mançanilha* ou *maçã*.

O processo usado na colheita é ainda o de fazer cair o fruto com varas compridas *(varejar)*, mais rápido e menos dispendioso do que colher a azeitona à mão, mas ao que parece, mais prejudicial e com o grande inconveniente de ferir a árvore, arrancando lhe ramos que fazem diminuir a colheita seguinte.

O fabrico do azeite no concelho é que deixa ainda muito a desejar, não só pelo sistema primitivo usado na maior parte dos lagares, como também pela distância a que estão uns dos outros e serem de difícil acesso os caminhos que a êles conduzem. Acresce a isto os inconvenientes que resultam da larga demora que a azeitona sofre nas tulhas, aguardando a sua vez de entrar na moenda, circunstância que lhe faz perder as boas qualidades tornando menos puro e com maior acidez o seu producto.

* *

Na freguesia de Santo António das Areias é onde predomina a cultura do trigo e a zona das pastorias e lavouras. Nas margens do rio Sever, em geral abruptas e de inclinados declives, encontram-se, porém, algumas veigas que são aproveitadas para culturas hortícolas e onde se vêem bons e férteis pomares.

O sistema de exploração adoptado é o seguido em quási todo o Alentejo. As terras cerealíferas, que tem a divisão agrária de *tapadões, tapadas, courelas* e *currais*, conforme o seu tamanho, são divididas em quatro sortes iguais, ou fôlhas, que vão sucedendo umas às outras na sementeira e rotação das culturas. É também usado, como em toda a província, o costume de queimar, no mês de Agôsto, o mato formado,

em geral, nas terras dos barros, pelo *piorno*, e nas terras areientas da *Safra* pelas *silvas* e *giestas*. Estas últimas plantas têm o nome de *giestas negrais* ou *alvarinhas*, segundo a côr da sua florescência é amarela ou branca, e ambas são conhecidas pela designação comum de *maias*. As *queimadas* têm não só a utilidade de fazer rebentar com mais vigor as novas pastagens, como também para que as suas cinzas sirvam de adubo à terra. Também são utilizadas com grande proveito as *borralheiras*, cinzas que ficam nos fornos depois da cosedura da cal.

Nos *barros*, terras mais aptas à cultura do trigo, já hoje os lavradores gastam, em larga escala, a cal e os adubos químicos.

A sementeira faz-se ainda pelo antigo processo: a semente é espalhada pela terra às mãos cheias, excepto no trigo que também costuma ser semeado aos regos à maneira do feijão ou da fava. Finda esta operação procede-se à segunda lavra ou cava para que a semente fique bem enterrada.

Depois do rebento das primeiras fôlhas *arrascalha-se* com o *ancinho* a fim de que, com a terra remexida, mais fàcilmente se possa desenvolver a planta. Os elucidativos mapas que reproduzimos a seguir dar-nos hão idea da importância e desenvolvimento que nos últimos tempos têm tido as diferentes culturas do concelho:

ESTATÍSTICA AGRÍCOLA

Cálculo da sementeira e colheita do milho no ano cerealífero de 1914-1915

	Área do concelho	Produtores	Sementeira		Colheita	
			Área semeada — Hectares	Capacidade — Hectolitros	Capacidade — Hectolitros	Pêso — Quintais
Marvão	15.630	80	48,77	14,63	393,45	306,89

ESTATÍSTICA AGRÍCOLA

Cálculo da sementeira e colheita do trigo no ano cerealífero de 1914-1915

	Área do concelho — Hectares	Produtores	Sementeira						Colheita					
			Área semeada			Capacidade			Capacidade			Pêso		
			Total — Hectares	Mole — Hectares	Rijo — Hectares	Total — Hectolitros	Mole — Hectolitros	Rijo — Hectolitros	Total — Hectolitros	Mole — Hectolitros	Rijo — Hectolitros	Total — Quintais	Mole — Quintais	Rijo — Quintais
Marvão.	15:630	724	2:172,46	–	2:172,46	2:367,98	–	2:367,98	11:839,92	–	11:839,92	9:235,13	–	9:235,13

ESTATÍSTICA AGRÍCOLA

Produção do milho no ano cerealífero de 1914–1915

Existências e disponibilidades para o consumo, do mesmo cereal, em 15 de Novembro de 1915

	Número de declarantes	Produção — Litros	Existência						Disponível para o consumo público	
			Em grão			Em farinha			Em grão — Litros	Em farinha — Quilogramas
			Total — Litros	Em depósito — Litros	Em trânsito a receber — Litros	Total — Quilogramas	Em depósito — Quilogramas	Em trânsito a receber — Quilogramas		
Marvão	83	39:345	41:277	41:277	–	–	–	–	41:277	–
Produção de grão de bico em 1915										
Marvão	36	11:179	11:663	11:663	–	–	–	–	11:663	–
Produção de feijão em 1915										
Marvão	125	29:231	30:327	30:327	–	–	–	–	30:327	–
Produção de trigo no ano cerealífero de 1914-1915										
Marvão	724	1.183:992	1.171:054	1.171:054	–	–	–	–	224:609	–

As queijeiras. — O processo do fabrico do queijo usado no concelho é ainda antiquado e o mesmo que se adoptava em velhos e remotos tempos.

Logo de manhã cedo as ovelhas são ordenhadas no *aprisco* (1) para os *ferrados* (2), operação que também se repete à tarde. No leite extraído, depois de coado com panos de estôpa, coadores, deita-se o *cardo* (3) e no fim de cerca de uma hora tira-se a *coalhada* para os *assinchos* (4),

---

(1) *O aprisco* é um recinto de forma rectangular rodeado de feixes de mato, dentro do qual se encerram as ovelhas para serem ordenhadas duas vezes no dia, de manhã e à noite. Há também o *bardo*, um recinto quadrado cercado de cancelas de madeira com ramos de giesta entrelaçados e onde costuma dormir o gado. As ovelhas dividem-se em dois rebanhos: *alavão*, as que têm leite, e *vasio*. O pastor das primeiras é o *alavoeiro*, que costuma ter o seu *pegulhal* constituído por um certo número de ovelhas que êle adquire e que aumenta com as crias, pastando juntamente com o gado do lavrador. A rústica habitação onde o pastor dorme e para onde recolhe ao pôr do sol é o *choço*, feito de giesta e mato. Dali vigia o *bardo* e põe-se álerta ao menor sinal dos feros e arreganhados mastins que usam, em geral, os nomes de *Tejo*, *Ribeiro*, *Lobito*, etc. Os modestos haveres do pastor, além do fato de burel que trás vestido, resumem-se no seguinte: Um capote acastanhado de burel com largo cabeção; ceifões de lã ou de couro; samarra de lã; botas de lua, e o surrão de pele de cabra para os comestiveis, que se resumem também em pouco: o naco de pão de centeio ou ralo, a *córnea* das azeitonas, a do toucinho ou sangue e a talhada do queijo ressequido. À noite, no fogacho aceso à porta do *choço*, cosinham-se os feijões pretos ou as batatas e distribuem-se as *tortas* aos cães. Os poucos utensílios do *choço*, que constituem o parco trem da sua cosinha, resumem-se, em geral, nos seguintes: Um caldeiro de metal amarelo; a denegrida panela de barro; o barril com quatro azas e em volta do qual passa a corda ou a correia para se trazer às costas; o *coucho* ou malga de cortiça; as colheres de pau buxo ou de chifre feitas e desenhadas pelos proprios pastores, muitos dos quais se revelam distintos e inspirados artistas. Assim o testemunham alguns exemplares que possuimos na nossa colecção da industria regional pastoril. O elegante calção e as vistosas polainas, que ainda há bem pouco tempo eram usadas pelos camponezes da região, vão desaparecendo e constituem já caduco e velho anacronismo.

(2) O *ferrado* é uma vasilha de lata ou de barro, de forma perfeitamente semelhante às que temos visto em gravuras greco-romanas, nomeadamente na «*Histoire antique* de A. Mallet, e no *Dictionaire des Antiquités Grecques et Romaines* sous la direction de M. Edmon Saglio».

(3) O *cardo* é uma planta que cresce naturalmente nas terras denominadas barros, a qual, depois de bem pisada no graal com uma mistura de sal, é deitada no leite para o coagular.

(4) *Cinchos* ou *assinchos* são uns pequenos cintos em forma de anéis, feitos de verga de castanho e que servem para comprimir as coalhadas.

que estão colocados sôbre a *francela* ou *parreirão* (1). O líquido que sai depois de bem apertada e exprimida a coalhada é o *sôro*, que se põe ao lume numa grande caldeira de cobre. O sôro depois de fervido passa a denominar-se *atabéfe*, líquido menos espêsso e mais aguado, e *rescaldão*, a parte mais grossa que costuma deitar-se em pequenos cestos redondos para formar o *requeijão*, cujas primícias são habitualmente destinadas a presentes para as famílias da amizade do lavrador. Os queijos, de pequeno diametro e, geralmente, com o pêso entre 60 a 100 gramas, são depois salgados e postos a secar em tábuas e voltados cuidadosamente todos os dias para evitar o bolor. Passam daqui para umas camas de giesta, de palha de centeio ou piórno, colocadas nos *andaimes* ou *tarimbas*, a que em algumas terras desta região se dá também o nome de *tabernáculo*.

Os queijos são fabricados pelo *roupeiro* e, além dêstes e dos pastores, a que já nos referimos, contam-se como principais operários e indispensáveis colaboradores da lavoura os *ganhões*, o *abegão*, os *lareiros*, etc. (2).

---

(1) Mesa com rebordo elevado terminando em bico e em forma de telha por onde se escôa o sôro.

(2) *Ganhão* é o homem que lavra e o que dirige os bois com a sua comprida aguilhada; vai aliviando a fadiga e entremeiando o trabalho com as suas monótonas e suaves melopêas, emquanto as pachorrentas juntas das ganharias vão abrindo os regos dos alqueives:

O regalo do *ganhão*
É comer um prato cheio,
Beber vinho, se lh'o dão,
Fumar um cigarro alheio.

Em algumas lavouras ainda está em uso o velho arado romano feito pelo *abegão*, de madeira de azinho, sôbro ou carvalho. Êste serventuário da lavoura é quem dirige os serviços e quem semeia, acumulando também com estas ocupações o mister de carpinteiro, a quem incumbe o fazer e concertar os velhos arados que, como o nome indica e segundo as gravuras que temos visto, não devem diferir muito dos primitivos instrumentos agrícolas da colonização romana na península. As principais peças componentes do arado têm os nomes seguintes: *dental*, que é a peça ponteaguda de madeira, na qual se encaixa o *ferro* que rasga e sulca a terra; *aivecas* ou *azas* são as duas peças de madeira colocadas respectivamente de um e outro lado do *dental* e que servem para abrir mais o rego e afastar dêle a terra; *mexilho* é o ferro que segura as *aivecas*; *temão* é a vara do arado onde se jungem as rezes; segue-se depois a *canga* ou *jugo* com as *corneiras*, correias que prendem a canga à cabeça das rezes; o *chavilhão* ou *chavelha* que prende o arado; *rabanejo* que é a parte do arado

As queijeiras funcionam de Março até ao S. Pedro, mas com labor mais intenso, sobretudo, nos dois primeiros mêses, tempo em que as pastagens são mais viçosas e por isso melhores e mais aperfeiçoados os produtos então fabricados.

Na classificação dos queijos portugueses feita pelo distinto agrónomo Joaquim Rasteiro figuram os queijos desta região entre os de pasta mole-gordos, fabricados com leite de ovelha e colocados a par dos produtos que têm por tipo os da serra da Estrela, Rabaçal e Azeitão (1).

Escasseiam hoje no concelho as pastagens para os gados, o que obriga os lavradores a arrendar pastos em terras de Espanha, nos vastos terrenos reguengueiros do *Carrascal* e em outros que lhe ficam próximos. Êste nomadismo pastoral

---

onde o ganhão se apoia para conduzir as juntas. Já hoje, porém, se empregam muito as charruas ou charruecos, comprados, ordinàriamente, na fábrica do Tramagal.

A *roupeira* ajuda também a fazer os queijos e é a ecónoma da queijeira, tratando da comida e de amassar o pão para a ganharia. O arranjo da massa e do fabrico do pão é, talvez, o seu principal cuidado, em que ela põe mesmo uma certa religiosidade e supersticiosa atenção.

Sôbre a massa, depois de preparada no largo alguidar, é feito o sinal da cruz e benzida com as seguintes palavras:

«Deus te acrescente
Que é pr'a muita gente.»

Os *lareiros* são, ordinàriamente, rapazes novos, filhos de qualquer operário da queijeira e que se empregam nos serviços menos pezados, como levar a comida às ganharias, fazer recados, conduzir os latões do leite, do *atabefe* ou da *zambana*, etc. Os *cabreiros*, *porqueiros* e *carreteiros* constituem o restante pessoal que se emprega na lavoura, acrescido, em certas épocas do ano, das *mondadeiras*, *sachadeiras*, *tosquiadores* e dos *ratinhos*. Estes últimos empregam-se nas ceifas e costumam vir, atravez de longas e esgotantes caminhadas, das aldeias e terras pobres das nossas *Beiras*. Quem tem percorrido as estradas do álem do Tejo, nos longos e cálidos dias de Maio e Junho, lembra-se certamente de ter encontrado as numerosas *camaratas* dos laboriosos *ratinhos*, derreados com o pêso das suas *fatadas*, foices à cinta, bivacando em extensas filas à entrada das povoações até passar a hora sonolenta e esbrazeada das séstas.

(1) *Notas Sôbre Portugal*, vol. 1.º, pág. 155. Congresso de Leitaria, Olivicultura e Indústria do Azeite em 1905, *Relatório Geral*, vol. 1.º, pág. 165.

São também interessantes os artigos sôbre a fabricação do queijo no Alto Alentejo, do distinto agrónomo João da Mota Prego, publicados no *Jornal do Comercio*. Vide *Districto de Portalegre*, de 11 de Outubro de 1905

não é, porém, só de agora, pois já de tempos mais remotos nos aparecem notícias dêste forçado abandono do termo pela necessidade de procurar pastagens para o sustento dos rebanhos. Assim o testemunham os compromissos a que noutro lugar fizemos referência, negociados entre o velho burgo de Marvão e as vilas próximas de Niza, Castelo de Vide, cidade de Portalegre, em Portugal, e Valência de Alcântara, em Espanha.

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 11, pag. 536)

JOÃO BLAVIO DE COLONIA

Tractado de como san Francisco busco y hallo a su muy q̃rida señora la sancta Pobreza. Mandado transladar de latin en lingoage & empremir por el Duque de Bragança & de Guimarães, & Dõ James: por gloria y edificacion de los buenos religiosos de san Francisco y en lẽgua Castellana por aprouechar en toda España. Impresso en Lixbona en casa de Joannes Blauio de Colonia. 1555.

8.º, 22 pags. inn., caracteres gothicos.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados.

Innocencio, baseado em Nicolau Antonio, dá noticia da seguinte obra, que é por ventura uma edição anterior da que acabamos de descrever: *Como S. Francisco buscasse a Pobreza. Por um franciscano da provincia da Piedade.*

Libro llamado Guia de peccadores enel qual se enseña todo lo que el Christiano deue hazer, desde el principio de su Conuersion hasta el fin de la Perfection. Compuesto por el Reuerendo Padre Fray Luis de Granada de la orden de S. Domingo. Impresso en Lisboa en casa de Ioannes de Blauio de Colonia 1556. Con priuilegio real por diez Años.

1 vol., 12.º (?), 5 fls. prel. inn., 202 numeradas pela frente, afóra Tabla.

Tem no fim: *Este volumen Christiano Lector crescio mas delo que se pensaua y por esto lo que resta va en otro volumen.*

É dedicado: *A la muy magnifica Señora, la Señora Doña Eluira de Mẽdoça, en Montemayor el nueuo.*
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Contemptus mũdi, etc. Impresso en Lisboa en casa de Ioannes Blauio de Colonia 1557.

1 vol., 12.°, 178 fls. numeradas pela frente, afóra Tabla.
As *Oraciones y exercicios,* do mesmo impressor e anno, com frontispicio e paginação á parte.
Ex: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Segunda parte del libro llamado Guia de peccadores, en la qual se trata de tres muy principales medios con que se alcança la diuina gracia que son Oracion Confession, y Comunion. Va entretexido aqui vn vita Christi muy deuoto, y vn piadoso exercicio en la consideracion de los beneficios diuinos con otras muchas oraciones para diuersos propositos y affectos. Por el Reuerendo Padre F. Luys de Granada Prouincial de la orden de S. Domingos en la Prouincia de Portugal. Impresso en Lisboa en casa de Ioannes Blauio de Colonia 1557. Con priuilegio Real por diez años.

1 vol., 12.°, 7 fls. prel. inn., 294 numeradas pela frente.
Tem typo gothico entremeado. Dedicatoria á rainha D. Catharina.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Primeira parte das chronicas da ordem dos frades Menores do seraphico padre sam Francisco, seu instituidor & primeiro ministro geral. Qve se pode chamar, Vitas patrum dos Menores. Conta dos principios & primeiros sanctos padres desta sagrada religiam. Nouamẽte copilada & ordenada dos antigos liuros & memoriaes da ordem, per frei Marcos de Lisboa frade menor da prouincia de Portugal. Contem esta primeira parte dez liuros em que he diuisa, pera mayor clareza da historia, Como na volta desta folha se vera. Com Privilegio Real por dez annos. — No fim, por baixo do escudo do impressor, os ursos: *Imprimiose esta obra em Lisboa em casa de Ioannes Blauio de Colonia, & acabouse a xxx de Março, anno de 1557. Vendese em*

casa de Ioan de Borgonha liureiro, taxada a duzentos & vinte rees em papel.

Folio, marcação de 8.°, a 2 col., 4 fls. prel., ccxciiij folios.
Nas preliminares contem-se, front., licenças e approvações (por Diogo de Gouveia), Frei Marcos. Ao Lector, Tauoa das erratas, poesia latina de Jorge Coelho.
Nas prel. o typo redondo e grypho; no resto da obra, com excepção das cabeças dos capitulos, gothico. O titulo dentro d'um portico formado por gravurinhas de sanctos.
Ex.: da Bibliotheca da Escola de Bellas Artes.
N. B. Este exemplar tem a Tavoada e ao lector da 2.ª parte, 3 folios, que se devem abater acima.
Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca de Evora.

Svma Caietana, sacada en linguage Castellana: con Annotationes de muchas dubdas y casos de consciencia. Por el M. Pavlo de Palacio Natural de Granada. Por mandado y con approbacion del Reuerendiss. y Sereniss. S. Dõ Henrique, Cardenal, Infante de Portugal, y Arçobispo de Ebora. &cet. Fue impresso en Lisboa en casa de Joannes Blauio de Colonia. Acabose a los xx dias de Mayo de 1557. Con priuilegio Real.

8.°, 10 fls. prel. inn., 501 folios, mais 2 innumerados. Nas preliminares contem-se rosto, declaração de que a obra foi vista e examinada pelo padre Fr. Bartholomeu dos Martyres, e por Fr. Diogo de Moraes, Epistola do traductor ao cardeal D. Henrique, Prologo de Fr. Luis de Granada e Taboa. As duas ultimas folhas innumeradas preenchidas pelas erratas.
Ex.: de Annibal Fernandes Thomaz, Bibliotheca de Evora.

L. Andreæ Resendii in obitvm D. Joannis III Lusitaniæ regis. Conqvestio. Permissu et auctoritate Reuerendissimorum patrum Inquisitorum. Olisipone, Apud Ioannẽ Blauium Typographum Regium. Mense Iulio 1557.

4.°, 4 fls. inn. com frontispicio: este gravado.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Commentaria in Leuiticum. Reverendi admodvm patris fratris Hieronimi Oleastræi Lusitani, prædicatorij ordinaris, ac sacræ Theologiæ professoris, nec non hereticæ prauitatis apud inclitam Olisiponem inqui-

sitoris, Commentaria in Leuiticum, iuxta M. Sanctis Pagnini Lucensis interpretationem: quibus Hebraica ueritas exactissima explicatur, & quae ad morum compositionem aptari possunt: ex ipsius literæ penetralibus scorsum annectuntur: opus sane doctis, & indoctis, usui futurum. Olisipone, Apud Ioannem Blauium typographũ regiũ. M. D. LVI. — No fim: *Excudebat Ioannes Blauius de Agripina Colonia Typographus Regius. M. D. LVII.*

Titulo dentro d'uma bonita portada.
Folio, 1 fl. prel. inn., 67 num. pela frente.
No 1.º folio, dedicatoria de André de Resende ao Infante D. Henrique.
Bella impressão; typo quasi redondo, elzevir? Escudo do impressor — os ursos.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Libellus de tactus instrvmento in quo multa aduersos philosophos & medicos disserũtur: Emmanuele Nunio Phisico medico Olysipponensi Auctori. 1557. Apud Ioãnẽ Blauiũ T. R.

8.º, sem numeração, cadernos até L.
É dedicado ao infante D. Henrique.
Veja-se o que diz Barbosa Machado que negou a existencia desta edição contra o que disse Nicolau Antonio.
O titulo dentro d'um porticosinho.
Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Treynta y dos Sermones del Padre Fr. Juan de la Cruz.

Lisboa, João Blavio, 1558, 12.º
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.
Ribeiro dos Santos, pag. 122.

Iesvs, Baptisterio, segundo o custume Romão, com outras cousas muyto necessarias aos Curas & Capellães, Agora nouamẽte correcto & augmentado per mandado do serenissimo Iffante de Portugal D. Henrique, Cardeal da Sancta ygreja de Roma. &. (Estampinha do baptismo de Christo). *O conteúdo neste baptisterio se declara na pagina seguinte. Foy impresso em Lisboa em casa de Ioannes de Blauio de Agripina Colonia.*

Impressor delrey nosso sonhor. Acabouse aos 20 dias de Dezembro. Anno 1558.

4.°, marcação de 8.°, 1 fl. inn. de Tabula, 67 numeradas pela frente.

Na ultima pagina, o escudo do impressor — os ursos.

Impressão a preto e a vermelho. Notas musicaes.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Compendio de doctrina Christãa recopilado de diuersos auctores que desta materia escreuerão, pelo R. P. F. Luys de Granada, Prouincial da orden de S. Domingos. Acrecentarãose ao cabo treze Sermões das principaes festas do anno: pelo mesmo Autor. (Escudo de armas). *Foy impresso em Lixboa em casa de Ioannes Blauio de Agripina Colonia, Impressor delrey nosso senhor. Acabouse aos xxv dias Dabril. Anno 1559. Com priuilegio Real por dez annos.*

Este frontispicio é em redondo, com excepção da declaração do impressor, em gothico.

1 vol., 4.°, 3 fls. prel. inn., Clxxiiij numeradas pela frente.

O texto é em gothico com alguma mistura de redondo. Nas preliminares: *Ao Christam Lector* (em gripho) e Tavoada (em redondo).

No verso do frontispicio a seguinte declaração: *Foy visto e examinado per o Reuerendo Padre frey Francisco Foreyro examinador dos liuros por o Serenissimo Cardeal Iffante Inquisidor mor nestes reynos de Portugal.*

No verso da ultima folha, o escudo do impressor, tendo por baixo: *Fim da doctrina Christãa.*

Seguem no mesmo volume os *Sermões,* que tem frontispicio e paginação á parte.

Segvemse treze sermoẽs das tres paschoas do anno, & das principais festas de Christo nosso Saluador, & de Nossa Senhora. Pelo R. P. F. Luys de Granada, Prouincial da orden de S. Domingos na prouincia de Portugal. Foy impresso em Lisboa em casa de Ioannis Blauio de Agripina Colonia, Impressor delrey nosso senhor. Acabouse aos xx dias do mes de Mayo. Anno 1559. Com priuilegio Real por dez annos. (Este frontispicio n'uma tarja formada por doze estampinhas religiosas). — No verso a declaração de que foram examinados

por Fr. Francisco Foreiro. No verso da ultima folha o escudo do impressor, tendo por baixo: *Foy impresso em Lisboa em casa de Ioannes Blauio de Colonia. Anno 1559.*

1 vol., 4.°, 1 fl. prel. inn., Liiii numeradas pela frente.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, n.° 491.
Há outra edição de Coimbra, do *Compendio,* de 1789.

Manval de diuersas Oraciones y spirituales exercicios, cõpuesto por el R. P. F. Luys de Granada, Prouincial de la ordẽ de S. Domingos en la prouincia de Portugal. Anadiose vna breue y summaria institucion, para los que comiençã a seruir a Dios, mayormente en las religiones, por el mismo Autor. Impresso en Lisboa en casa de Ioannes Blauio de Colonia a 15 de Mayo. Año 1559. Con priuilegio Real por diez años.— No verso: *Fue visto y examinado este tratado por el Reuerendissimo y serenissimo Cardenal Infante Inquisidor general en los Reynos de Portugal.*

1 vol., 12.°, 5 fls. prel. inn., 210 numeradas pela frente.
Alguns capitulos são adornados a principio por laminasinhas religiosas.
Em continuação: *Seguese vna breue institucion y regla de bien biuir, para personas deuotas y sprituales, especialmente para religiosos y religiosas.* (Laminasinhas). *Impresso en Lisboa en casa de Ioannes Blauio de Colonia. Anno 1559.*
23 fls. numeradas pela frente.
Ex.: incompleto da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Tractatus in forensi actioni vtilis, de excusandis parentibus a publicis muneribus obnumerum liberorum. D. Ferdinando Paaez Olisiponensi authore. Olisipone. Ex officina Ioannis Blauij Typographi Regii. Annos á Christo nato. 1559.

Este titulo dentro d'uma portada gravada similhante á dos *Lusiadas* de 1597.
4.°, 5 fls. prel. inn., contendo Dedicatoria e *Inventarium* (index), 91 pags., no verso da ultima errata. Typo redondo.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa, tendo pertencido a D. Rodrigo da Cunha, e Bibliotheca de Evora.

Repetitio Cap. Missas. de consecratione. Distinctiõe prima.

Circa præceptum de audiẽda missa. Doctore Ferdinando Paaez Authore. Ex officina Ioannis Blauij Typographi Regij. Nonis Iulij. Anno Dñi 1559.

4.°, 9 fls. prel. inn., 170 pags. O titulo dentro de portada similhante á dos *Decretos do Concilio Tridentino*, de Francisco Correia, 1564.

No verso do front. a approvação de Francisco Foreiro. A obra é dedicada ao Infante D. Antonio.

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca de Evora.

Antonii Gamæ Iureconsvl. Lusitani, Regiique Senatoris Tractatus. De Sacramentis prestandis ultimo supplicio damnatis, ac de testamentis, anatomia, et eorũ sepultura. Ad serenissimvm principem Henricvm Portugalliæ infantem TT Sanctorvm Qvatvor coronatorvm cardinalem. Olisipone. Ex officina Ioannis Blauii Typographi Regii. Anno 1559.

4.°, 3 fls. prel. inn., 77 numeradas pela frente.

Foi approvada por Francisco Foreiro, *peritissimus sacræ paginæ interpres.*

Traz um epigramma de Duarte Nunes de Leão.

Curiosa a questão setima —*Vtrum cadavera corum, qui ad mortem condemnantur tradi debeant medicis ad anatomiam faciendam inconsulto Rege.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Constituições synodaes do Bispado de Angra. Lisboa, por João Blavio de Colonia, 1560.

Descripto no *Diccionario Bibliographico.*

Vendido um exemplar no leilão do Marquez de Castello Melhor por 46:000 reis. Descripto no respectivo Catalogo sob o n.° 815. Ahi se fazem algumas pequenas correcções á descripção de Innocencio.

Repertorio dos cinqvo livros das Ordenações com addições das lejs extrauagantes, dirigido ao muito Illustre Senhor Dom Francisco Coutinho, Conde de Redondo, Regedor da justiça deste Reino. Per o Licenciado Duarte Nunez do Lião, Procurador da casa da Soppricação. Em Lixboa, Per Joam Blauio de Colonia. M.D.LX.

Este titulo dentro de portada gravada.
Folio, marcação de 8.º, 2 folios inn. com front., 112 folios.
No verso do frontispicio o privilegio em favor do author.
No seguinte folio a dedicatoria. Caracteres redondos.
Bibliotheca Nacional de Lisboa, 1083 verde.

Svmma Caietana, sacada en lenguaje Castellana: Con Annotaciones de muchas dubdas y casos de consciencia. Por el M. Pavlo de Palacio Natural de Granada. Segunda edicion, en algunos passos acrecentada. Por mandado y con approbacion del Reuerendiss. y Sereniss. S. Dom Henrique, Cardenal, Iffante de Portugal, y Arçobispo de Ebora, &. Fue impresso en Lisboa enla rua delos Escuderos en casa de Ioannes Blauio de Colonia. Acabose alos x dias de Setembro de 1560. Con priuilegio Real.

8.º, 12 fls. prel. inn. com front., 469 folios.
As prel. contem: *Dedicatoria a D. Henrique; de Fray Luys de Granada al Christiano Lector; Tabla de los errores.*
Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca da Ajuda.

Memorial de lo que deue hazer el Cristiano con algunas Oraciones muy deuotas para pedir el amor de Dios y para otros propositos. Compuesto por el R. P. Fray Luys de Granada de la orden de Sancto Domingo. Vendese en casa de Ioannes Blauio Imprimidor en la rua de los Escuderos. En Lisboa 1561.

1 vol., 16.º, sem paginação.
No verso do frontispicio a declaração de que os dois tratados, de que consta o livro, foram revistos por Fr. Francisco Foreiro.
O volume divide-se em tres partes:
1.ª *Memorial.* — Sig. A 2 C 4;
2.ª *Tratado de algvnas muy deuotas Oraciones para prouocar al amor de Dios, y de las otras virtudes.* — Dedicado á infanta D. Maria. A 2 Lv;
3.ª *Vita Christi. En el qual se contienen los principales passos y mysterios de la vida de Christo.* — A 2 Q 2.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

L. Andr. Resendii, Epistolæ tres carmine. Duae ad Supum Scintillam Iurisconsultum peritissimum. Vna ad Pe-

treium Sanctium poëtam. Item Epistola prosa oratione pro colonia Pacensi, ad Ioannem Vasæum virum doctissimum. Permissu & authoritate Reuerendi patris fratis Francisci Foreirij, Olisipone, in officina Ioannis Blauij Coloniensis, Typographi Regii. M. D. LXI. — No fim: *Olisipone, apud Ioannem Blauium, Typographum Regium M. D. LXI.*

4.°, 44 pag. inn.
Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca de Evora.

Rol dos liuros defesos nestes Reinos & Senhorios de Portugal q̃ ho Senhor Cardeal Iffante Inquisidor geral mandou fazer no ano de 1561. (Escudo com as armas do Cardeal Infante). *Impresso em Lisboa em casa de Ioannes Blauio de Colonia.*

8.°, 47 fls. inn. Não tem data, mas da Provisão do Cardeal se lê que fôra impresso no mez de março de 1561.
Ex.: n.° 882 do Catalogo da Livraria de José Maria Nepomuceno.

Parte segvnda das Chronicas da Ordem dos frades menores & das outras ordẽs segunda e terceira, instituidas na igreja per o santissimo Padre sam Francisco. Comprehende a Historia do que aconteceo em tempo de vinte e quatro Ministros geraes, que socederam ao Padre sam Francisco, te os principios da reformaçam da obseruancia na ordem, por spaço de cento & cincoenta annos. Nouamente copilada & ordenada dos antigos Liuros & Hystoriadores & memoriaes da ordem, per frey Marcos de Lisboa frade menor da prouincia de Portugal da obseruãcia, pera gloria de nosso Senhor & de seus sanctos, & edificaçam das Almas. He repartida esta parte em dez Liuros pera mays clareza da Hystoria. Com Priuilegio. Vendese a quatorze vintẽs ẽ papel, ẽ casa de Ioã de Borgonha — No fim: *por baixo do escudo. Acabouse a presente obra de imprimir im Lisboa em casa de Ioannes Blauio impressor del Rey nosso Senhor, a custas de Ioam de Borgonha Liureiro del Rey nosso Senhor & vendese em a rua noua em casa do dito Ioam de Borgonha. Anno de mil quinhentos sessenta & dous a xxv Dabril.*

Folio, 6 fls. prel. inn. contendo front., licenças e aprovações (Jeronimo dosouro), dedicatoria á rainha D. Catharina, Frey Marcos ao Lector, Tavoada, Erros, poesia em latim de André de Resende, cclxxxvi folios.
Bibliotheca da Escola de Bellas Artes.

Epistola Hieronymi Osorii ad serenissimam Elisabetam Angliæ reginam. — Este titulo em frontispicio tarjado. No fim: *Fuit hoc opus ab Inquisitoribus approbatum, & apud Ioannem Blavium Typographum Regium excussum Olysipone Anno salutis. 1562.*

4.°, 78 pags. inn.
Bibliotheca de Evora.

Institvtiones in linguam latinam breuiores, & lucidiores quã. ante hac alie in lucem edite sũnt. Ad inuictissimum. D. Sebastianum Lusitaniæ Regem. Hieronymo Cardoso authore. (Brasão d'armas reaes). *Cum gratia, & Priuilegio Regio nequis per x annos excudat aut vendat, aut aliumde afferri iubeat, aliter viginti aureis mulctandus. Impressum Olysipone inofficina Ioannis Blauij, de Agrippina Colonia, Anno Domini. 1562.*

8.°, 140 pags. inn.
Bibliotheca de Evora.

Iesus. Tractado do Seraphico Doctor S. Boauentura chamado, Da perfeição da vida, em que claramente insina o sancto os caminhos pera a perfeiçam, especialmente das pessoas religiosas. Tractado do mesmo sancto, chamado Aruore da vida, que contem os principais mysterios da vida de nosso Redemptor. Tractado do mesmo sancto & forma breue pera insino dos nouiços na religiam. Hum breue A B C spiritual, do mesmo Sancto. Convertidos em linguagem por Frey Marcos de Lisboa frade menor da prouincia de Portugal. Impresso em Lisboa por Ioannes Blauio. Anno M. D. LXII.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados.

Avisos Spiritvales, que enseñan como el sueño corporal sea prouechoso al spiritu. Compuesto por el Doctor Fran-

cisco de Monçon. — Armas reaes, coroadas por um chapeu cardinalicio: *Visto y examinado por los Deputados dela sancta Inquisicion. Impresso en Lixboa, En casa de Ioannes Blauio de Colonia. Año 1563.*

8.°, 3 fls. inn., 64 numeradas pela frente. Nas prel. o prologo, dedicatoria ao Principe Cardeal Infante.

No verso do front. as approvações de Fr. Jeronymo d'Azambuja, e de Fr. Manuel da Veiga.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 11, pág. 513)

XXII

Ex.^mo Sñr. Recebo com gr.^de gosto esta carta de 13 de Fev.^ro, q̃ V. Ex.^a teve a bond.^e de escreverme, e havia já recebydo a de 6 do mesmo mez, q̃ V. Ex.^a naõ seança de honrarme, ainda q̃ seja á custa do tempo q̃ perde. Agora me dizem q̃ chegara hũ Paquebot com 6 malas; eu ainda naõ tive cartas, e se houver algũa gazeta, ou nova q̃ mereça a atençam de V. Ex.^a a remeterei no Corr.º proximo.

Baixou ordem p.^a continuarem as cizas dobradas p.^a as necessid.^es da guerra, e dizem q̃ o assento p.^a o pagam.^to dos soldos fica ajustado sendo Fructuozo de Padilha a cabeça de ferro desta estatua de arêa; o ponto hé haver exercito, q̃ logre a utilid.^e destes pagam.^tos Estas coizas da guerra passaõ aqui por advinhaçoens; ninguem sabe q.^m as dispoem, e q.^m as executa; só Diogo de Mendonça se faz Autor dellas, e toma sobre seos ombros esta util, e glorioza fadiga no mesmo tempo, em q̃ o S.^r Marq̃. de Alegrete com o seo costumado seguro dis a todos, q̃ nada disto corre por sua conta. Nomeou ElRey a Joam de Saldanha por Prezidente da Camara (46) com declaraçam, q̃ havia de largar o posto, e Tenencia da

---

(46) João de Saldanha de Albuquerque de Matos Coutinho e Noronha foi efectivamente nomeado presidente do govêrno do senado da Câmara de Lisboa por tres anos, tendo tomado posse em 3 de Março de 1708. Cf. Freire de Oliveira, *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa,* vol. X (1898), pág. 386.

Artilharia; se eu votara na materia havia de aconselhar a ElRey, q̃ fizesse eleiçam p.ª este posto do Conde de Tarouca com patente de G.al, ou de gr.de M.e da Artilharia; porq̃ este fidalgo tem p.ar genio p.ª esta faculdad.e, e poderá ser, q̃ esta minha profecia seja historia. Rogo a D.s q̃ augmente, e conserve a saude de V. Ex.ª, q̃ hé o mayor favor, q̃ posso dever á bond.e Divina no meyo dos estragos, q̃ padecemos pella profioza inclemencia dos tempos, em q̃ parece, q̃ as cauzas 2.as recebem da 1.ª cauza menos o concurso, q̃ o preceito. Fico na obed.ª de V. E.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 18 de Fev.ro de 1708.

XXIII

Ex.mo Snr. Chegaraõ trez Paquebots com mais de 8 malas, e naõ sei por onde comece, se pellas novas, q̃ saõ poucas, se pella censura dellas, q̃ necessariam.te havia de ser gr.de

Remetome ás cartas, e gazetas, q̃ envio a V. Ex.ª, e nellas achará o como nossos min.os nos daõ boas esperanças de q̃ os Altos Alliados faraõ hũa rija campanha contra nossos baxos inimigos; porem q.do individuaõ as forças nos dizem, q̃ o Emp.or licenciara 20 mil homens, q̃ o Duq̃ de Saboya levantava gente, q̃ o dinh.ro ainda naõ partia, q̃ se destacavaõ tropas p.ª Cizilia, q̃ Eugenio naõ vinha a Espanha, q̃ os Francezes no Rhin tinhaõ gr.de exercito, q̃ os circulos procediaõ com sua costumada lentidam. Que p.ª Catalunha naõ vinhaõ mais q̃ 8 ou 9 mil homens; q̃ estes haviaõ de fazer prim.ro a reducçam de Sardenha; q̃ de França se mandavão mayores forças, assim contra Carlos 3.º, q̃ contra nôs, e q̃ em todo aq.le Reyno se cuidava efectivam.te em gr.des preparativos, no mesmo tempo q̃ os discursos do Parlam.to da Gr.de Bretanha levavaõ a mesma p.te do tempo, e por esta relaçam escura naõ atino em qual pode ser o recurso da campanha; e depois de 7 an.s de guerra bem poderamos ver mais claro neste gr.de neg.º da conquista de Espanha. Conquistar aq.la Monarchia fazendo a guerra em Flandres hé imitar a virtude dos pós simpaticos, q̃ se aplicaõ em hũa p.te, e curaõ em outra.

Bem aviados estamos nôs, se depende a nossa concervaçam de durar mais tempo a conquista de Barcelona; e se depois della escaparmos, como havemos de fazer a nossa defensa na campanha proxima de 1709 sem gente,

sem dinh.ro, e sem viveres. Faremos nesta campanha hũ pequeno exercito de tropas novas cheyas de rapazes com m.to medo, e sem ninhũa disciplina. Mas p.a q̃ he Ex.mo S.r, repizar nestas materias? Vamos a coizas de mayor importancia. Em sabado vespera do D.o, q̃ chamamos gordo chegou hũ Paquebot, q̃ trazia a Bulla, pella qual o S.mo P.e fez m.ce a ElRey N. S.r de lhe conceder o Iubileu de 40 horas p.a a sua cap.a Reyal, e na mesma noite com incrivel dilig.a se armou a Cap.a, se buscaraõ cirios, e vellas, e se dispoz tudo com magnificencia, p.a q̃ os vassalos de S. Mg.e lograssem mais aq.las Indulgencias, e a toda esta dilig.a esteve prez.te o d.o S.r passeando na Cap.a a mayor p.te da noite do sabado ao D.o, e se seguiraõ 6 procissoens nos trez dias com gr.de zelo e pied.e, e em mayor edificaçam dos fieis. O tempo contudo naõ se milhora, e as chuvas continuaõ com a mesma profia, e com o mesmo dano, q̃ naõ será menos, q̃ hũa esterilid.e, ao mesmo tempo q̃ foi ordem p.a as cizas dobradas, e novo lançam.to de decimas. Hé tempo de deixar a V. Ex.a hir ler as novas em milhor estilo, e milhor letra. Fico aos pés de V. Ex.a como devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 25 de Fev.ro de 1708.

XXIV

Ex.mo S.r Continue V. Ex.a a ler a minha letra, e será hũa das mortificaçoens, q̃ hade ter nesta quaresma: queira D.s ouvir nella os nossos clamores p.a abrandar as suas indignaçoens, q̃ ainda as instancias da Sua Divina bond.e naõ mitigaraõ os decretos da sua recta Just.a Sem pezar desta temeroza consideraçam naõ posso deixar de dizer a V. Ex.a, q̃ estamos em tal situaçam de ruina, q̃ os danos, q̃ padecemos, naõ saõ taõ nocivos, como nos seraõ os remedios, q̃ podemos ter. Todos diraõ, q̃ só deviamos tratar de nos conciliar com nossos inimigos; e q.m, pergunto eu, nos hade trazer o pam, q̃ nos hé necess.o p.a nos sustentar? Se nossos am.os desconfiarem de nôs ficaremos de sitio por mar, e por terra, e em q.to as coizas naõ tornarem a seos naturaes movim.os, q̃ hade fazer hũ povo sumergido, e amanhan abrazado? O nosso remedio naõ só naõ cabe na nossa industria, mas nem ainda no tempo. Esta reflexam, meu S.r hé na vida mais do meu peito, q̃ do meu juizo, e assim naõ a culpe V. Ex.a q̃ merece mais lastima, q̃ reprehensam. Eu ando perseguido de hũ flato melancolico, q̃ do epicondrio esquerdo sopra

sobre o coraçam, e como hé procedido de hũ humor negro, e adusto cauza angustias da mesma cor, de q̃ nacem estas e outras imaginaçoens, q̃ daõ comigo no retiro dos homens. Tudo contribue p.ª este achaque; hũ ceo nublado, hũas ruas em covas, hũas cazas com pontoens, e outras abatidas; isto emq.to ao material, q̃ emq.to ao formal, e espiritual ainda hé mayor o estrago dos objectos. Mas deixemos hũa relaçam dos meus males, de q̃ V. Ex.ª por sua bond.e se hade compadecer, e hade sentir. Naõ há nada de novo, e hé o peyor q̃ temos; B.eu de Souza doente, e tudo cahe sobre os ombros de Diogo de Mendonça. O certo hé q̃ as coizas naõ devem ser tamanhas como se imaginaõ, ou o governo das republicas tem seo instincto n.al, q̃ naõ depende da direcçam, e expediente dos homens. Morreo Jeronimo Vas Vieira, e ElRey me deo hũ lugar no Cons.º da R.ª, q̃ vagou por esta morte; elle rende 70 mil reis, e dizem q̃ hé m.to honrado; se estas qualid.es de util, e honroso se trocaraõ ficaria eu de milhor partido. Naõ falei a ElRey, disse som.te no Paço ao Inquiz.or G.al, q̃ se entre tantos opozitores da 1.ª ordem podia eu fazer n.º se naõ lembrasse S. Ill.ma de mim, porq̃ a excluzam me seria mais honrada, do q̃ o lugar me havia de ser util. O S.r Marq̃. de Marialva me favoreceo e votou em mim, e o mesmo fizeraõ os outros min.os Este fidalgo me disse, q̃ El Rey m.to voluntariamente cahio p.ª me preferir aos mais. Tudo devo a V. Ex.ª, porq̃ as suas impressoens o tinhaõ disposto, e sempre obrará por ellas q.do obrar livre. Naõ fui a Betlem, porq̃ o tempo naõ me deo lugar; sei q̃ a agoa, q̃ atraveça a estrada, tem comido m.ta terra, e q̃ chega ao canto, mas ainda naõ ofende a parede, se amanhã D.º naõ chover heide hir aq.le sitio, e se achar q̃ há dano, tratarei de o evitar. Aqui todos os dias chove, e naõ há q.m possa sahir fora mais q̃ p.ª hir jogar a caza do S.r Marq̃. de Cascaes, aonde se juntaõ todos os missionarios da banca, e fazem m.to boas praticas com gr.de edificaçam dos verdad.ros, e fieis tafures.

Oiço q̃ o Conde de Tarouca naõ quer o governo da Artilharia do Reyno, q̃ vagou por Joam de Saldanha (47), porq̃ com o mesmo posto naõ lhe convem por naõ ficar subdito do Cons.º da faz.da, e q̃ pertendello com outra patente seria tirar ao cons.º a authorid.e daq.la administraçam.

---

(47) Vid. nota anterior.

Hé necess.º buscar neste cazo hũ matar, q̃ naõ seja morrer. Aquelle lugar hé mais da faz.da, q̃ da guerra, serve menos p.ª as batarias, q̃ p.ª as fundiçoens, mas tudo teria meyo, se as peças naõ fizessem mais ruido q.do se provaõ no caes do do carvam, q̃ q.do se disparaõ nas Campanhas do Alentejo. Hũ valente de Coimbra, q̃ veyo de Salvaterra oferecerse ao S.r Infante p.ª seo trinchante nocturno, sahio hũ destes dias a enforcar m.to contra sua vontade: querendo resistir no Oratorio no dia antes pedio peçonha p.ª tomar depois de fazer dois actos de contriçam. Gr.de honra faz este varam á sua patria, e a faria á nossa Iust.ª, se mais cedo houvesse de ter com ella esta mesma rezoluçam. Ora meu S.r naõ hé possivel dar a V. Ex.ª por mais tempo a penitencia de ler hũa má letra. Fico como sempre ás ordens de V. Ex.ª D.ª G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 3 de Março de 1708.

XXV

Ex.mo Snr. Recebo a carta de 5 de Março, q̃ V. Ex.ª me fez a honra de escrever, e como naõ se repete a continuaçam da nova queixa fico entendendo, q̃ o Ceo se lastima de nôs em querer concervar a precioza saude de V. Ex.ª Com razam dis V. Ex.ª, q̃ os Paquebots nunca satisfazem as ancias, com q̃ se esperaõ, mas os q̃ se intereçaõ em desfigurar as coizas sempre achaõ nelles a sua conta. Tornamos a esperar outros Paquebots, q̃ nos traraõ pouco mais de hũa concluzam de preparativos, e nesta revoluçam de coizas poucas, e de esperanças de leis, se entretem o nosso engano ledo, e cego, q̃ a nossa desgraça nos deixa durar m.to (48) Bom será q̃ nos venha algũ socorro de Inglaterra, porem oiço q̃ interiorm.te se desconfia de q̃ elle venha. Tudo se arma contra nôs, e athe o tempo se poem da p.te de nossos inimigos prohibindonos a comunicaçam com nossos Alliados, e o Paquebot, q̃

---

(48) Paráfrase dos versos de Camões:

> Estavas, linda Ines posta em socego
> De teus annos, colhendo doce fructo,
> Naquelle engano da alma, ledo e cego,
> Que a fortuna não deixa durar muito,
> .....

Lusiadas, Canto III, Est. CXX (Episódio de Inez de Castro)

havia de partir há 15 dias carregado de suplicas, e de lastimas, ainda naõ sahio da barra; veja agora V. Ex.ª como nos haõ de ouvir, e responder os Inglezes, q̃ ainda em comercio mais frequente fizeraõ sempre p.ª nôs ouvidos de mercador.

O mez de Março vai caminhando com passos de gigante, e hé só q.m caminha depreça na nossa Corte; com q̃ brevem.te nos acharemos na Primavera com hũ exercito dobrado, e governado por officiais lampinhos. Elles naõ podem errar por faltas de ordenanças militares, porq̃ já sahiraõ a publico impressas em gr.de volume, e formoza letra; naõ duvido, q̃ V. Ex.ª tenha hũa copia; eu a naõ remeto, porq̃ a naõ daõ, nem a vendem, e foraõ todas em depozito p.ª a Secretaria, donde emanaraõ; dizem-me q̃ trataõ a materia com m.ta miudeza, e q̃ em gr.de p.te saõ traduzidas de alguns arestos francezes, e espanhoes, q̃ tem aparecido sobre a materia; porq̃ em França naõ ha corpo perfeito de similhante obra; o ponto hé, q̃ haja dinh.ro p.ª matar a fome aos Soldados, q̃ hé o mayor inimigo, q̃ elles tem q̃ vencer.

Naõ sei se os Holandezes continuaõ com os pagam.tos, porq̃ como este dinh.ro tem diferente aplicaçam naõ sahe á luz no mapa das consignaçoens da guerra, nem já oiço queixar dos Holandezes; por onde entendo, q̃ ou tem pago, ou prometem acodir a nossos empenhos nas despezas de taõ glorioza, como delicada negociaçam, de q̃ foi encarregado o Conde de Villarmayor (49); e o q̃ eu descubrir sobre esta materia porei na prezença de V. Ex.ª

Como se proveraõ alguns postos socedeo q̃ os excluidos ficaraõ extremam.te queixosos, e entre elles hũ Ant.º de Saldanha, q̃ ou com menos modestia, ou com mais dor fala com m.ta liberd.e nos defeitos do seo proximo, outros fazem deixaçam de postos, q̃ em principio de campanha deixaõ desairóza a just.ª de suas pertençoens. Diogo Luiz Rib.ro passou p.ª administrador da Artilharia do Reyno, dandose milhor com S.ta Barbora em Lx.ª. q̃ com S. Jorge, ou S. Tiago no Alentejo, Gr.de pena hade ter o Conde de Tarouca de q̃ se esqueçaõ delle na nomeaçam de Generais p.ª o nosso exercito; mas este fidalgo com generoza paciencia nem se queixa, nem se inculca. Naõ falei estes dias com pessoa algũa, q̃ me confirmasse a nova de estar feito Sarg.to mor de Batalha do

---

(49) Vid. nota 14.

partido de Lx.ª o S.r Conde da Ericeira, q̃ ainda q̃ hé falto de vista atina em tudo q.to obra, e naõ se lhe conhece etes defeito, porq̃ athe nos olhos tem entendim.to Leve V. Ex.ª boa vida, e concerve na sua graça, e no abrigo da sua protecçam a q.m como eu vive na obed.ª, e na resignaçam da vontade de V. Ex.ª D.ª G.de a V. Ex.ª m.ª a.ª Lx.ª 10 de Março de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Discurso proferido na sessão de homenagem ao Professor D. Antonio Xavier Pereira Coutinho no Instiuto Superior de Agronomia em 9 de Abril de 1922, por Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo. Lisboa, Empresa de Publicidade Agrícola.

A Arquitectura Naval na época de Fernão de Magalhães — Conferência feita na Associação dos Archeologos Portugueses em 22 de Março de 1921, por Quirino da Fonseca. Lisboa, Empresa Nacional de Industrias Gráficas, 1922.

O Instituto Superior de Comércio de Lisboa — Breves notas sôbre os seus fins e organização. Lisboa, Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial anexo ao Instituto Superior de Comércio de Lisboa, 1922.

Integração gráfica e mecânica — As curvas integrais e suas aplicações, por Silvério de Sousa Mendes. Lisboa, Empresa Nacional de Industrias Gráficas, Ltd., 1922.

Anuário de Macau para 1922. Macau, Imp. Nacional.

Luar de Sonho, por Matias Lima. Porto, Tip. Sequeira.

La juste Paix ou la verité sur le traité de Versailles, por Raphaël-Georges Lévy. Paris, Librairie Plon.

Perfumes e Rendas — Peça em 1 acto em verso, por Mario Monteiro. Editor, Henrique Velho, 1919.

Urze do Monte, por Mario Monteiro. Editores: Anuário do Brasil, Rio de Janeiro; Renascença Portuguesa, Porto.

Historia da Instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal (Parte I), por D. Tomás de Almeida Manoel de Vilhena. Coimbra, Imp. da Universidade.

Camara Municipal de Coimbra — Relatorio da Administração e Exploração dos Serviços Municipalizados do Gás, Abastecimento de Aguas e Tracção Elétrica, referente ao ano de 1921. Tip. da Coimbra Editora, 1922.

O Cantar dos Cantares — Poemas Galegos, por Avelino Rodríguez Elias. Madrid, Libreria de Alejandro Pueyo, 1922.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frohtispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e oito volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto. — Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor. — Prof. Elísio de Azevedo e Moura. — Prof. Diogo Pacheco de Amorim. — D. José Manoel de Noronha, secretário.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos sessenta e nove volumes, que formam a colecção completa do INSTITUTO, estão quási esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a colecção. Aqueles, porém, de que existem em depósito muitos exemplares, vendem-se pelo preço de 10$00 cada um.